

**Iniciação Científica na
Educação Profissional em
Saúde: articulando trabalho,
ciência e cultura**
Volume 8



Organização
Marcela Pronko
André Dantas
Anakeila Stauffer



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO



Ministério da Saúde
PROFUS
Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente

Paulo Ernani Gadelha Vieira

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

Diretor

Paulo César de Castro Ribeiro

Vice-diretora de Ensino e Informação

Páulea Zaquini Monteiro Lima

Vice-diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Marcela Pronko

Vice-diretor de Gestão e Desenvolvimento Institucional

José Orbílio de Souza Abreu

INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE: ARTICULANDO TRABALHO, CIÊNCIA E CULTURA

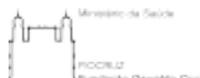
VOL. 8

ORGANIZAÇÃO
Marcela Pronko
André Dantas
Anakeila de Barros Stauffer

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Rio de Janeiro
2014



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO



© 2014 dos autores
Todos os direitos desta edição reservados à Escola Politécnica de Saúde
Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz

Capa e Editoração Eletrônica

Maycon Gomes

Conselho Editorial

Marcela Pronko (Coordenação executiva)

Bianca Cortes

Carla Martins

Cláudio Gomes

Filipina Chinelli

Grasiele Nespoli

José dos Santos Souza

José Roberto Franco Reis

Márcia Valeria Morosini

Márcio Rolo

Maria Inês Bravo

Selma Majerowicz

Paulo Guanaes

Ramón Peña Castro

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

P965i Pronko, Marcela (org.)

Iniciação científica na educação profissional em saúde: articulando trabalho, ciência e cultura, volume 8 / Organização de Marcela Pronko, André Vianna Dantas e Anakeila de Barros Stauffer. – Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

714 p.

ISBN: 978-85-98768-74-8

1. Educação profissionalizante. 2. Pesquisa. 3. Saúde. 4. Assistência à saúde. 5. Agente comunitário de saúde. 6. Iniciação científica. I. Título. II. Dantas, André Vianna. III. Stauffer, Anakeila de Barros.

CDD 370.113

SUMÁRIO

Apresentação	9
Relação entre leitura e aprendizagem de matemática Anderson Gomes da Silva	11
Singularidade, ação e renovação de mundo: a amizade na escola e suas potencialidades Anna Luiza B. Martins	45
Sobre a criminalização da pobreza: da “regeneração” ao extermínio dos pobres Clarice Ramiro	77
Construindo um olhar sobre o desenvolvimentismo no Brasil: de JK à ditadura militar Crislainy Ribeiro Pellegrine	97
Produção da imagem fotográfica no âmbito do Curso Técnico de Vigilância em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz Christopher Costa de Mattos	127
O tropicalismo na cultura brasileira Dayanna do Nascimento Bezerra Gonçalves	147
Precarização do trabalho em saúde: o caso dos agentes comunitários de saúde no âmbito da Estratégia Saúde da Família em Manguinhos Diana Carolina dos Santos Teva	171

O neoliberalismo e a crise no mundo do trabalho a partir dos anos 1990 Fabio Mathias da Silva Junior	203
Identificação dos aspectos bioquímicos do veneno das serpentes do gênero <i>Micrurus</i> e seus efeitos no corpo humano Gabriel Gaspar Garcia	227
Os novos consumidores: a influência da propaganda de alimentos direcionada ao público infantil Gabriela Fernandes Flauzino Santos	261
Uma história do Carnaval: o processo de mercantilização da folia Guilherme Estevão de Lima Maciel	277
A relação do surdo com a música Isabel Cristina Lopes Barbosa	309
Trabalho e propriedade no Segundo tratado sobre o governo civil, de John Locke João Paulo Rodrigues dos Santos	339
As ações do Estado brasileiro na indução ao consumo de agrotóxicos Jorge Luis da Costa Silva	359
O uso da equoterapia no tratamento de crianças autistas Juliana Pereira do Nascimento	397

O processo de consolidação do Complexo da Maré na metrópole carioca Laís Clemente de Oliveira	423
Estudos de aspectos relevantes da criação de primatas não humanos usados na pesquisa científica Maysa Leandro de Assis	453
Sertão brasileiro: para progredir e educar é preciso sanear Mônica Santos da Silva	479
Os efeitos da prática de exercícios físicos no sistema imune em idosos Raquel Pinto Nunes	501
A música punk como expressão de um movimento jovem Steffi Lema Suárez Penetra	535
O panorama histórico do hip-hop Tais Almeida da Silva	563
Anotações sobre a história da oposição conceitual entre Ocidente e Oriente Talita de Andrade Ferreira	593
Resposta imune à leishmaniose visceral humana e aspectos imunopatológicos da coinfeção com HIV Thayanne Oliveira de Freitas Gonçalves	623

Terapia gênica e bioética Victoria Gomes Pereira dos Santos	651
Redação da bula de medicamentos: uma análise interdisciplinar Yuri Ferreira Coloneze	681

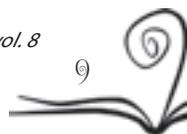
APRESENTAÇÃO

Idealizada pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) como forma de reafirmar o compromisso, por mais este canal, com a máxima publicização de sua produção científica, a série Iniciação Científica na Educação Profissional em Saúde chega ao seu oitavo volume, trazendo a público os primeiros trabalhos científicos de fôlego de nossos jovens estudantes do curso de formação profissional de nível médio em saúde, no âmbito do Projeto Trabalho, Ciência e Cultura (PTCC).

Criado em 2001, pensado e distribuído ao longo das três séries da formação regular, o PTCC tem como culminância a elaboração e a defesa de uma monografia, cuja escolha do tema é de responsabilidade do próprio formando, e que se configura como um dos requisitos indispensáveis para a integralização e finalização do curso. O que o leitor tem em mãos, portanto, é uma pequena amostra dessa produção recente. Aos educandos que, em um primeiro momento, tiveram o seu trabalho indicado para publicação pela banca de defesa de monografia, foi solicitado que produzissem um artigo simples que condensasse, em espaço mais estreito, o essencial do debate promovido no trabalho original. Na sequência, todos os artigos enviados foram submetidos à análise do Conselho de Política Editorial (CPE) da EPSJV. Desse processo resultou o conjunto de artigos que integram o presente volume.

A todos, uma boa leitura!

Marcela Pronko
André Dantas



RELAÇÃO ENTRE LEITURA E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA

Anderson Gomes da Silva*

INTRODUÇÃO

A educação compreende os aspectos da formação dos indivíduos seja na família, no trabalho, no convívio com outras pessoas ou na escola. No que diz respeito ao desenvolvimento dos cidadãos na escola, tem-se a expectativa de que as atividades desenvolvidas nessa instituição estejam vinculadas ao cotidiano, na medida em que devem preparar os educandos para o exercício da cidadania.

No Brasil, o marco legal para a educação básica é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, que estabelece as regras para a organização da educação escolar nacional. A educação básica está estruturada em três níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, sendo esse último nível não obrigatório. “A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996, p. 27.833) é uma das finalidades do ensino médio. Tal finalidade merece destaque, pois remete aos processos sócio-históricos que influenciaram a redação da lei.

* Ex-aluno do Curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, com habilitação técnica em Gerência em Serviços de Saúde (2009-2011). Atualmente cursa Matemática na Universidade Federal Fluminense (UFF). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação dos professores-pesquisadores Fabiano Figueiredo Gomes (mestre em Matemática) e Viviane dos Ramos Soares (mestre em Linguística), ambos do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform). Contato: andersongs@hotmail.com.br.



Na década de 1980, com a crise do Estado de bem-estar social,¹ surgiram os primeiros governos neoliberais nos países centrais.² A principal mudança introduzida no cenário mundial com o advento do neoliberalismo foi a não intervenção do Estado na economia. Na década seguinte, diversos organismos multilaterais³ sugeriram mudanças na economia e na educação de países periféricos⁴ para configurar governos neoliberais.

No Brasil, um país periférico, a implantação do neoliberalismo ocorreu com a chegada de Fernando Collor de Mello à presidência em 1990. O país aderiu não somente à mudança na economia, mas também às propostas sugeridas pelas organizações internacionais que diziam respeito à educação, o que culminou na redação da LDB e de outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs),⁵ que serão analisados no decorrer do texto. O processo de elaboração desses documentos legais não ocorreu a partir de construção coletiva, mas pela imposição de organismos multilaterais. Houve uma diferença de prioridades entre as reivindicações de trabalhadores e as dos empresários. Enquanto aqueles desejavam a criação de centros de formação profissional, esses procuravam intervir na educação geral, participando mais nos debates sobre a LDB (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000).

Como foram mais influenciados pelos empresários, a LDB e os demais textos legais produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) possuem profunda relação com um tipo de pedagogia que pressupõe a existência de uma relação entre educação e inserção no mercado de trabalho. Atualmente, para conseguir um emprego, o profissional deve ser capaz de se adaptar com

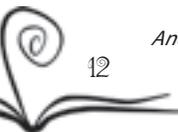
¹ Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado capitalista passou por uma fase conhecida como Estado de bem-estar social, caracterizada pela intervenção do Estado na economia e na sociedade (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000).

² Países centrais são aqueles cuja economia é mais desenvolvida e que, pela maior detenção de poder político, exercem influência sobre as nações menos desenvolvidas economicamente (COELHO e TERRA, 2003).

³ Organismos multilaterais são organizações compostas por países membros para promover um objetivo comum. É importante ressaltar que, como tais organizações são dominadas pelas potências econômicas mundiais (principalmente pelos Estados Unidos), possuem o papel de atender às demandas econômicas destes países (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000).

⁴ Países periféricos são aqueles que, devido ao menor desenvolvimento econômico, são dominados economicamente por países centrais (COELHO e TERRA, 2003).

⁵ Os PCNs têm o objetivo de difundir a reforma curricular iniciada pela LDB. O documento traz o perfil do currículo, que está baseado em competências (ver, por exemplo, BRASIL, 2000).



facilidade às tecnologias, já que elas se tornam cada vez mais rapidamente obsoletas e são substituídas por outras. O reflexo disso na educação brasileira é a necessidade de aplicar avaliações aos estudantes a fim de aferir a adaptabilidade dos mesmos às tecnologias. O MEC aplica exames⁶ buscando fomentar a melhoria da “qualidade do ensino” (aqui essa expressão refere-se ao objetivo de formar cidadãos produtivos para o mercado de trabalho).

Os exames do MEC destacam duas disciplinas: a Língua Portuguesa e a Matemática, pois, de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), documento do Ministério da Educação, os resultados alcançados nessas áreas “refletem a aprendizagem de todas as áreas do conhecimento trabalhadas na escola” (BRASIL, 2009, p. 5).

Cabe destacar que, como em todo exame, está implícito o contexto no qual os alunos participantes estão inseridos, e é com base nele que o processo de ensino e aprendizagem é construído. Como o contexto em questão é o capitalismo, evidencia-se, nas provas do MEC, um forte vínculo entre a matemática e o modelo econômico vigente. Segundo Ferreira, “não se pode avaliar a competência matemática de um indivíduo ou de um grupo fora de seu contexto sociocultural, pois as práticas matemáticas são qualitativamente diferentes de um contexto para outro” (1994, p. 37).

Quanto ao processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa, um aspecto importante é a leitura – sendo que esse termo designa não somente a decodificação de signos, mas também a atribuição de sentido (ORLANDI, 2006). A leitura e, conseqüentemente, a interpretação perpassam a aprendizagem de todas as áreas de conhecimento. Para a matemática, em particular, os objetos de estudo da língua portuguesa podem ajudar os alunos a entenderem definições, e suas conseqüências e/ou resultados, textos e problemas matemáticos.

⁶ O órgão do governo responsável pela aplicação desses exames é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As principais avaliações voltadas para a educação básica são Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), Provinha Brasil e Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que é composto de duas avaliações complementares: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar ou Prova Brasil (Anresc).



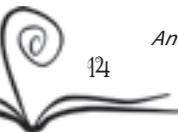
Indicadores como o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)⁷ e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)⁸ sinalizam, sob diferentes perspectivas, o nível crítico de grande parte da população brasileira em relação à aprendizagem de matemática e de língua portuguesa. A semelhança entre as avaliações consiste na constatação de que há dificuldades na aprendizagem das disciplinas em questão. Quanto à matemática, sabe-se que vários fatores podem interferir no processo de aprendizagem, por exemplo, aspectos motivacionais. Entretanto, devido às limitações desta pesquisa, os aspectos analisados serão referentes apenas à leitura e aos conhecimentos prévios de matemática necessários para resolver questões contextualizadas que envolvam conteúdos referentes ao ensino médio. Cabe destacar que tais aspectos não estão dissociados, visto que a leitura é importante para o desenvolvimento de todas as áreas de conhecimento. As dificuldades de aprendizagem da referida disciplina serão abordadas mediante a análise de todas as questões (ou itens) do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), propostas nos anos de 2006 e 2007,⁹ diretamente ligadas à matemática, tendo em vista que estes são os anos mais recentes para os quais foram disponibilizados os respectivos relatórios pedagógicos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2006 e 2007).

As questões de matemática do Enem são contextualizadas, ou seja, são feitas com base em situações-problema. Os elaboradores procuram avaliar as competências e habilidades desenvolvidas especificamente com o auxílio

⁷ O Inaf foi criado em 2001 pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM), em parceria com a organização não governamental Ação Educativa, com a finalidade de fornecer informações acerca das habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática da população adulta brasileira entre 15 e 64 anos (SOARES, 2003).

⁸ O Saeb é um mecanismo de avaliação do Ministério da Educação (MEC) composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) ou Prova Brasil. O primeiro exame é aplicado a alunos da 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e do 3^o ano do ensino médio e possui caráter amostral, ao passo que o segundo não avalia estudantes do ensino médio, mas seu caráter é universal. O objetivo desse sistema é servir de subsídio para a formulação de políticas voltadas para a educação, visando à melhoria da qualidade do ensino. Aqui, o termo qualidade deve ser entendido tendo por base o modelo de educação que se busca consolidar no Brasil (SOARES, 2003).

⁹ As provas do Enem referentes aos anos de 2006 e 2007 encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/edicoes-anteriores>.



da escola e adotam uma concepção de conhecimento segundo a qual ele é construído continuamente nas diferentes interações sociais e com o mundo físico. Em outras palavras, de acordo com o modelo proposto pelo exame, o conhecimento é interdisciplinar e dinâmico (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2006).

O Enem é uma avaliação estruturada em torno de cinco competências (ou qualificações gerais) comuns a todas as áreas de conhecimento. As competências, por sua vez, são divididas em 21 habilidades ou qualificações específicas. Em 2006 e 2007, vigorava o modelo composto por 63 questões (três questões para cada habilidade) e uma redação. Em 2009, o Enem foi reformulado, passando a ser composto por 180 questões, e a redação foi mantida. Do total de habilidades, quatro se relacionam de modo mais direto à matemática. As qualificações específicas demandam conhecimentos de funções, estatística, geometria e probabilidade.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

O processo de desenvolvimento de cidadãos que ocorre na escola está relacionado ao contexto sócio-histórico neoliberal,¹⁰ de modo que a educação escolar é influenciada pela disputa entre classes sociais (ALGEBAILLE, 2009). A classe dominante tem a expectativa de que sejam formados cidadãos produtivos para o capital no seguinte sentido: precisa-se de mão de obra qualificada para perpetuar a acumulação de capital, mas não é necessário que os trabalhadores reflitam criticamente sobre o processo de trabalho. Nacional e internacionalmente, observa-se a valorização das forças de mercado e sua repercussão nas políticas educacionais, conforme foi expresso por diversos organismos multilaterais especialmente na década de 1990. O que ocorreu

¹⁰ O neoliberalismo é uma fase do sistema econômico capitalista que teve início no início da década de 1980, na Inglaterra, durante o governo de Margaret Thatcher (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000).



nesse período é reflexo de mudanças que tiveram início na década anterior (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000).

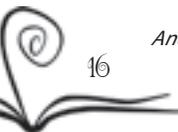
Nos anos 1980, durante o governo de Margaret Thatcher na Inglaterra, o capitalismo iniciou uma fase conhecida como neoliberalismo, uma doutrina econômica. Há oposições entre o discurso neoliberal e o que ocorre na prática, que se justificam pelas contradições inerentes a qualquer doutrina econômica. O discurso do neoliberalismo é baseado em três características principais: a) livre concorrência, embora os monopólios privados¹¹ impeçam que a concorrência seja, de fato, livre; b) Estado mínimo no setor social, ou seja, são feitos poucos investimentos na área, o que na prática significou a perda de muitos dos direitos adquiridos com as políticas de bem-estar social do pós-guerra;¹² e c) não intervenção do Estado na economia, permitindo que o mercado regule a si mesmo pela lei da oferta e da procura.¹³ Sendo assim, são mínimas as barreiras para que o capital acumulado por grandes empresas se expanda (COELHO e TERRA, 2003).

O neoliberalismo se difundiu pelo mundo assumindo diferentes características, conforme o local onde era implantado. Na América Latina, o modo encontrado para disseminar essa forma de atuação estatal foi o Consenso de Washington, de 1989. A partir de uma reunião feita em Washington, foi elaborado um programa prevendo políticas e reformas necessárias para que o neoliberalismo fosse implantado nos países que compõem a América Latina. O Consenso de Washington expressa, na verdade, a visão estadunidense sobre o modo como os países periféricos – e, em especial, os latino-americanos – deveriam conduzir suas políticas econômicas, porque seus participantes foram representantes

¹¹ Monopólios privados ocorrem quando pequeno número de empresas voltadas para a mesma área detém a maior parte do mercado consumidor. Com isso, a concorrência com qualquer empresa menor é desleal e, portanto, há uma inibição para empresários que queiram investir no setor da economia em questão (COELHO e TERRA, 2003).

¹² Quando havia investimentos dos Estados no período do bem-estar social na economia e na sociedade, esses dois elementos não estavam dissociados. Quando eram feitos investimentos em áreas como educação e saúde, por exemplo, o objetivo era o de que os indivíduos fossem formados para, posteriormente, ser a força de trabalho. Desse modo, obtinha-se um retorno econômico do investimento feito na área social. As concessões estatais buscavam exclusivamente perpetuar a lógica capitalista de acumulação de capital (COELHO e TERRA, 2003).

¹³ Segundo a lei da oferta e da procura, quanto maior a demanda, maior será, em geral, o preço em que o produto estará disponível (COELHO e TERRA, 2003).



de organismos multilaterais dominados pelos Estados Unidos (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000).

Vasta documentação internacional, emanada de importantes organismos multilaterais, propalou esse ideário mediante diagnósticos, análises e propostas de soluções consideradas cabíveis a todos os países da América Latina e Caribe, tanto no que toca à educação quanto à economia. Essa documentação exerceu importante papel na definição das políticas públicas para a educação no país. (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000, p. 56)

Faz-se necessário explicitar as propostas de mudanças nas políticas educacionais, bem como mostrar os interesses das organizações internacionais em elaborar tais propostas. Pelo fato de as organizações estarem subordinadas, em grande parte, aos Estados Unidos, e, por isso, podem ser entendidas enquanto um auxílio à política externa desse país. Como houve similaridades nas recomendações de mudanças para os países periféricos, isso configurou um projeto internacional educativo, caracterizado pela vinculação entre escola e mercado de trabalho (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000).

O Banco Mundial, organismo de financiamento criado após a Segunda Guerra Mundial e liderado pelos Estados Unidos, funciona de forma auxiliar à política externa estadunidense, pois o país ocupa a presidência do banco, possui poder de veto e detém cerca de 20% dos seus recursos. A existência de um bilhão de pobres no mundo justifica a preocupação do Banco Mundial com a educação, visto ser ela entendida como um mecanismo para conter a pobreza. A expectativa é que, conforme as pessoas tenham acesso à educação, a taxa de fecundidade se reduza e as condições de saúde melhorem (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000).

Entre as recomendações do Banco Mundial, uma merece destaque: a do investimento “em capital humano atentando para a relação custo-benefício” (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000, p. 74). Isso significa que a formação tem por objetivo capacitar o indivíduo para que ele obtenha um emprego. Além disso, também se sugere que o ensino contemple as inovações tecnológicas, pelo fato de vivermos na sociedade



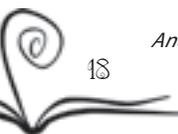
da informação e do conhecimento (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000). Conseqüentemente, outra característica da educação deveria ser a formação de trabalhadores adaptáveis, visto que as tecnologias se tornam obsoletas rapidamente e necessitam ser substituídas.

Em suma, a ideia expressa pelo Banco Mundial é que a educação, além de ser responsável pelo crescimento econômico, reduz a pobreza. E essa ideia está de acordo com o projeto internacional educativo, o qual relaciona educação e inserção no mercado de trabalho.

Em 1990, foi realizada em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial de Educação para Todos. Dela participaram representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e do Banco Mundial, bem como profissionais internacionalmente reconhecidos pelo seu trabalho em educação. Na conferência, foi aprovada a Declaração de Jomtien, mediante a qual, os nove países com maiores índices de analfabetismo do mundo (entre eles, o Brasil), comprometeram-se a garantir educação básica de qualidade para crianças, jovens e adultos, e a adotar ações visando reduzir a taxa de analfabetismo.

Segundo o projeto de educação defendido em Jomtien, as pessoas deveriam ser capazes de satisfazer suas *necessidades básicas de aprendizagem*, expressas em sete situações: "1) a sobrevivência; 2) o desenvolvimento pleno de suas capacidades; 3) uma vida e um trabalho dignos; 4) uma participação plena no desenvolvimento; 5) a melhoria da qualidade de vida; 6) a tomada de decisões informadas; e 7) a possibilidade de continuar aprendendo" (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000, p. 58). Observando-se essas situações, percebe-se que as atribuições da educação são superdimensionadas e que os espaços onde ela deve acontecer são ampliados, pois, além da escola, a família e os locais de convívio social são considerados instâncias educativas.

Na década de 1990, a Unesco convocou especialistas de todo o mundo para compor a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, cujo objetivo, como o próprio nome indica, era delinear o papel da educa-



ção neste século. Como produto desse trabalho, foi publicado o Relatório Delors, no qual é reconhecido o contexto de globalização, fato que acelera a circulação de informações e aumenta a interdependência entre as nações. Na sociedade da informação, como também é conhecido esse momento sócio-histórico, as tecnologias são rapidamente superadas e necessitam de outras que as substituam (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000).

O educando da sociedade da informação deve possuir como característica a versatilidade a fim de adquirir e desenvolver competências e habilidades durante a educação básica, para que suas capacidades sejam potencializadas nos níveis de ensino posteriores. A Unesco determinou como competências da educação básica a “leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas e, no plano do comportamento, possibilitar o desenvolvimento de aptidões, valores, atitudes” (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000, p. 67). O objetivo das proposições da Unesco é reforçar a ideia de que as qualidades dos alunos sejam descobertas durante a educação básica, para serem aprimoradas posteriormente visando à sua inserção no mercado de trabalho.

A concepção de educação defendida pelos supracitados organismos multilaterais está centrada no papel econômico dela, ou seja, na relação da educação com a produtividade e com a inserção dos alunos no mercado de trabalho. As organizações internacionais levaram em consideração o contexto de reestruturação produtiva, definindo que o educando deveria ser flexível para se adaptar às novas tecnologias, pois elas estão em constante processo de substituição.

No âmbito nacional, o primeiro governo neoliberal teve início em 1990, com Fernando Collor de Mello. O então presidente almejava a inserção do Brasil na economia mundial, mas logo foi constatada a dificuldade de competição dos produtos brasileiros com os estrangeiros. A desvantagem era justificada pelo fato de o fordismo¹⁴ ainda era a prin-

¹⁴ Sistema de produção em massa caracterizado pela divisão do trabalho em tarefas. Com a pormenorização das atividades, cada trabalhador deve executar uma parte e, dessa forma, não tem noção do processo produtivo em sua totalidade. A vantagem para os capitalistas dessa forma de gestão e organização do trabalho é o fato de não ser necessário que o proletariado seja capacitado para entender todo o processo. Ele é treinado apenas para executar o mesmo movimento repetidas vezes (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000).



principal forma de acumulação capitalista no Brasil, enquanto alguns países já haviam iniciado o processo de reestruturação produtiva.¹⁵ Diante dessa situação, buscaram-se vantagens competitivas, entre as quais a educação surgia como “um dos principais determinantes da competitividade entre os países” (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000, p. 55). Isso significa que o avanço tecnológico estava sendo vinculado à educação.

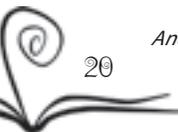
Nesse contexto, se inserem as medidas do Consenso de Washington, visto que os organismos multilaterais que participaram da reunião eram favoráveis ao pensamento de que cabe à escola formar cidadãos produtivos para o capitalismo. Assim, em última instância, atribuíam-se à educação a obrigação de garantir a competitividade na década de 1990.

A Conferência Mundial de Educação para Todos influenciou a política educacional brasileira, com a adoção de suas propostas. O Plano Decenal de Educação para Todos, por exemplo, publicado no governo Itamar Franco, estava em conformidade com as medidas tomadas em Jomtien. Havia também uma identificação dessas medidas com alguns anteprojetos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com isso, os governantes expressavam que o Brasil atenderia aos interesses das organizações internacionais (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000).

A repercussão das medidas sugeridas no país foi a implantação das mesmas como se elas fossem consensuais. Outros documentos produzidos na década de 1990 reforçam a visão internacional desses organismos multilaterais sobre a educação. De acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2000), tais documentos continham recomendações diversas quanto à educação, entre as quais valem ser ressaltadas as seguintes:

[...] implantação de sistema nacional de avaliação e de uma instância federal responsável pelos exames nacionais, integrada por técnicos e professores dos sistemas públicos, por especialistas em

¹⁵ Durante os anos do segundo pós-guerra, a principal forma de acumulação de capital foi o fordismo. Entretanto, devido à crise de superprodução da década de 1970, foi necessário substituir esse modelo. O toyotismo, cuja principal característica é a flexibilidade, foi a forma de gestão que deu melhores resultados (COELHO e TERRA, 2003).



avaliação e por representantes de segmentos da sociedade civil organizada (sindicatos, pais de alunos); aplicação anual dos exames com divulgação ampla dos resultados e acompanhamento da evolução de cada sistema. (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2000, p. 78)

○ Enem e outras avaliações aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira a partir do fim da década de 1990 atendem a essas propostas. Pode-se afirmar, portanto, que, no Brasil, as medidas sugeridas foram adotadas e influenciaram não apenas a redação de documentos legais sobre educação, mas também a criação de instrumentos avaliativos do processo de ensino e aprendizagem.

Com o advento do toyotismo, mudanças importantes, como a flexibilização da produção e os avanços tecnológicos, foram introduzidas nos processos produtivos. Na área da educação, a pedagogia das competências é o conceito que acompanha esse contexto de reestruturação produtiva que norteia a elaboração dos documentos nacionais sobre educação. Isso ocorre porque a pedagogia das competências¹⁶ pressupõe a existência de uma relação entre educação e mercado de trabalho, como já foi mencionado, e porque, no Brasil, as propostas das organizações internacionais para a educação foram aceitas e aplicadas.

No Brasil, o marco legal para a educação básica é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece as regras para a organização da educação escolar, atribui responsabilidades aos entes federativos e aborda os deveres do Estado. De acordo com essa lei, a educação escolar é dividida em básica e superior. ○ primeiro nível é composto pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Em um âmbito mais amplo, ou seja, o da educação nacional, tem-se como uma das finalidades “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

¹⁶ Essa pedagogia refere-se ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias nos processos produtivos, por um lado enfatizando-se a importância da aquisição das mesmas para a inserção no mercado de trabalho, mas, por outro, desconsiderando-se a relevância dessas competências e habilidades no cotidiano (RAMOS, 2008).



(BRASIL, 1996, p. 27.833). Para o ensino médio, por sua vez, foram delimitadas quatro finalidades, entre as quais estão

[...] a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, p. 27.833)

Por essas finalidades, pode-se inferir que o projeto brasileiro de educação está em acordo com o projeto internacional e com a pedagogia das competências, caracterizados pela instrumentalização do pensamento. Cabe destacar que o entendimento do termo “instrumentalização” nesse contexto tem o sentido de que as propostas para a área da educação estejam vinculadas à utilidade que a aquisição de conhecimentos tem para o aumento da produtividade.

Quanto às incumbências dos entes federativos, uma das tarefas da União é “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996, p. 27.833). Para tanto, foram criados instrumentos avaliativos como o Enem e o Saeb, por exemplo, cuja finalidade é aferir o desempenho de alunos em diferentes séries da educação básica.

O MEC, considerando o papel da educação na sociedade tecnológica, elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais, que explicitam o novo perfil definido para o currículo, considerando o papel da educação na sociedade tecnológica. A visão apresentada no documento se apoia na ideia de competências que devem ser desenvolvidas na escola com o objetivo de preparar os educandos para a vida adulta e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho. Espera-se que as competências para o exercício pleno da cidadania coincidam com as necessárias ao processo produtivo. Portanto, pode-se inferir que os PCNs reforçam as sugestões defendidas pelos organismos multilaterais.



Os PCNs apontam a existência de um acúmulo de informações no ensino médio sem que elas sejam contextualizadas (BRASIL, 2000). Durante as décadas de 1960 e 1970, o Brasil passou por um intenso processo de industrialização; por isso, a política educacional valorizava uma formação de pessoas que pudessem ser produtivas para o processo de produção em detrimento de um ensino contextualizado. A proposta de mudança para a última etapa da educação básica, por outra parte, contempla a atribuição de sentido ao conhecimento escolar, reforçando o aspecto pragmático e utilitário do conhecimento.

Segundo os PCNs para o ensino médio, a revolução tecnológica acelerou a circulação das informações, bem como a substituição de tecnologias nos processos produtivos. No âmbito escolar, o desafio é oferecer uma educação que contemple as inovações, pois o “novo paradigma emana da compreensão de que, cada vez mais, as competências desejáveis ao pleno desenvolvimento humano aproximam-se das necessárias à inserção no processo produtivo” (BRASIL, 2000, p. 11). Assim, o entendimento de educação de qualidade exposto nos *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio* compreende a transmissão de competências para os discentes, de modo que eles posteriormente tenham uma vaga no mercado de trabalho.

A escola “é uma ‘instituição social especializada’ à qual cabe realizar uma forma determinada de educação” (ALGEBAILLE, 2009, p. 39). Entendendo qualidade de ensino como o cumprimento da finalidade dessa instituição, pode-se afirmar que a classe dominante não tinha a intenção de oferecê-la. Ao contrário, de acordo com o seu projeto de sociedade, não era necessário universalizar o acesso à escola básica. A burguesia buscou desenvolver uma escola que formasse um cidadão produtivo para o mercado de trabalho.

Considerando a função específica da escola e o processo que nela se dá, entende-se que o educando deve ser preparado para o exercício pleno da cidadania. Oferecer educação de qualidade não implica preparar os discentes para o mercado de trabalho, como propuseram as organizações internacionais e como a pedagogia das competências reforça.



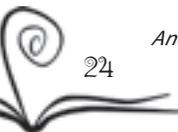
Pode-se dizer que a educação ofertada tem qualidade quando os discentes formados são estimulados a refletir criticamente, favorecendo o exercício da cidadania.

INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA

A pedagogia das competências é o modelo pedagógico que embasa os documentos legais sobre educação já mencionados (LDB e PCNs). Competências, em relação ao trabalho, designam as aptidões, as habilidades e os atributos individuais necessários para desempenhar qualquer função em uma organização de trabalho. Na conjuntura de instabilidade de mercado causada pela rapidez da substituição de tecnologias obsoletas, as empresas passaram a privilegiar a qualificação real dos trabalhadores (encontro entre as habilidades demandadas e as que o trabalhador é capaz de mostrar na prática) em detrimento da qualificação expressa por diplomas (RAMOS, 2008).

Enquanto a qualificação é decorrente de uma formação, e, portanto, é definitiva, as competências, por não dependerem de formação escolar (podem ser desenvolvidas em diferentes situações, como nas atividades familiares, por exemplo) exigem instrumentos avaliativos para serem validadas. “As competências, a partir de procedimentos de avaliação e de validação, passam a ser consideradas como elementos estruturantes da organização do trabalho que outrora era determinada pela profissão” (RAMOS, 2008, p. 300). Assim, percebe-se que a ênfase passou da qualificação para as competências.

Esse deslocamento da qualificação para as competências no plano do trabalho produziu, no plano pedagógico, outro deslocamento, a saber: do ensino centrado em saberes disciplinares para um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas e que visa a essa produção, que caracteriza a “pedagogia das competências”. Essas



competências devem ser definidas com referência às situações que os alunos deverão ser capazes de compreender e dominar. A “pedagogia das competências” passa a exigir, então, tanto no ensino geral quanto no ensino profissionalizante, que as noções associadas (saber, saber-fazer, objetivos) sejam acompanhadas de uma explicitação das atividades (ou tarefas) em que elas podem se materializar e se fazer compreender, explicitação esta que revela a impossibilidade de dar uma definição a essas noções separadamente das tarefas nas quais elas se materializam. (RAMOS, 2008, p. 301)

A pedagogia das competências, assim como os organismos multilaterais, considera que a escola deve formar cidadãos produtivos para a acumulação capitalista, atribuindo ao conhecimento somente um caráter utilitário e pragmático para esse modo de produção da existência humana.

Em contraposição a esse tipo de pedagogia, defende-se que as relações de complementaridade entre as disciplinas devem contribuir para a construção de saberes relevantes em diferentes práticas sociais cotidianas. Partindo do pressuposto de que a leitura perpassa todas as disciplinas, será analisada a sua importância para a aprendizagem de matemática. A articulação entre língua portuguesa e matemática consiste no fato de que a “linguagem matemática não pode ser enunciada oralmente, ela depende da língua materna.¹⁷ A inexistência de uma oralidade própria não permite se pensar no ensino da matemática sem uma perfeita articulação com o ensino da língua materna” (MOLLICA e LEAL, 2006, p. 40). Entretanto, as duas disciplinas não são ensinadas de forma que os códigos ortográfico e matemático sejam aprendidos em ação conjunta.

Faz-se necessária uma discussão sobre o ensino das duas matérias de forma interdisciplinar. A leitura é o elemento norteador da relação entre língua portuguesa e matemática, uma vez que, quando entendida como prática sociocultural, ela perpassa a aprendizagem em todas as áreas de conhecimento. Além disso, “a questão do ensino de matemática, como no

¹⁷ Primeiro idioma aprendido. Neste trabalho, quando a expressão língua materna é utilizada, ela sempre faz referência à língua portuguesa.



caso de língua materna, reveste-se de interesse absolutamente geral, não podendo permanecer adstrita ao universo dos especialistas” (MACHADO, 2001, p. 135).

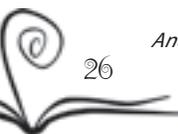
Em diferentes práticas sociais são necessárias habilidades de leitura e escrita. Para utilizar tais habilidades de forma efetiva, primeiro é necessário ser alfabetizado. “Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e para escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita” (SOARES, 2003, p. 91). O domínio dessa tecnologia, entretanto, não garante que o indivíduo será necessariamente capaz de fazer uso efetivo da língua escrita. Por isso, é necessário fazer uma ampliação do conceito de leitura, designando com ele também a atribuição de sentidos, e não apenas a decodificação de códigos.

O letramento refere-se ao desenvolvimento das habilidades adquiridas por meio do processo de alfabetização, que permite ao indivíduo a utilização efetiva da língua escrita em diferentes práticas sociais. Cabe destacar que o letramento é um processo “contínuo de construção da leitura e da escrita que não tem propriamente um ponto de chegada” (SILVA, HORA e CHRISTIANO, 2006, p. 39).

A leitura também pode ser considerada uma prática histórica. Como afirma Orlandi: “lemos diferentemente um mesmo texto em épocas (condições) diferentes” (2006, p. 41). Essa variação da leitura diz respeito ao fato de que cada leitor possui uma história específica de leituras, o que contribui para a sua visão de mundo e determina a capacidade de leitura do indivíduo.

A sociedade capitalista é composta pelas classes burguesa e proletária, que lutam, respectivamente, para permanecer como e para se tornar a classe dominante. A burguesia utiliza um discurso segundo o qual a sua ideologia é universal. Independentemente da classe dominante, o discurso apresentado por tal classe será o de que os seus interesses coincidem com os de toda a sociedade (ORLANDI, 2006).

Em relação à aprendizagem de língua portuguesa, abordou-se a leitura inserida no contexto capitalista. O modo como a LDB e os PCNs



foram escritos pressupõe que todas as disciplinas devem contribuir para a formação de cidadãos produtivos para o capitalismo, como já mencionado. No que diz respeito à matemática não é diferente. Isso se verifica principalmente quando é possível contrastar aquilo que se aprende na escola a respeito dessa disciplina com outras sociedades, como faz Ferreira (1994). A autora usa o termo etnomatemática, que diz respeito à consideração de que diferentes grupos étnicos criam mecanismos de resolução de problemas que se apresentam no seu cotidiano baseados em suas necessidades. Os índios, por exemplo, em relação aos povos ditos civilizados, têm outro modo de lidar com a matemática, pois as necessidades de utilização dessa disciplina em seu cotidiano são diferentes. Um exemplo é o fato de a ideia de “mais” e “menos” para as sociedades indígenas ser diferente da ideia “dos brancos”:

Nesse sentido, o modelo capitalista a que a matemática moderna está vinculada determina que comprar, ganhar, achar, tomar emprestado e mesmo roubar, implica em se ter ou ficar com MAIS. Inversamente, vender, dar, perder, emprestar, doar, implica em se ficar com MENOS [...]. Nas sociedades regidas por princípios de reciprocidade, como as sociedades indígenas de que estamos a tratar, “dar” e “ganhar”, por exemplo, não implicam, necessariamente, em ficar com “menos” e “mais”, respectivamente [...]. “Dar”, nessas sociedades, não significa “ficar com menos”; pode, ao contrário, ser equivalente a “receber” ou “ganhar”, já que coloca o receptor do bem transmitido em posição de devedor, obrigado a retribuir e, portanto, a “dar” de volta o que recebeu. (FERREIRA, 1994, p. 35)

O conhecimento de etnomatemáticas devidamente contextualizadas oferece maior possibilidade de resolver problemas novos. “Isso é aprendizagem por excelência, isto é, a capacidade de explicar, de apreender e compreender, de enfrentar, criticamente, situações novas” (FERREIRA, 1994, p. 10). Dado o exposto, a expectativa não é a de ter uma etnomatemática capaz de resolver todos os problemas. Parte-se, portanto, do entendimento de que as demandas do cotidiano de diferentes grupos étnicos exigem uma resposta, e que essa contribui para o pensamento matemático. Cada etno-



matemática é relevante desde que seja compreendida com base no contexto sociocultural em que está inserida.

Feitas as considerações sobre a relação entre língua portuguesa, matemática e sociedade capitalista, é necessário estabelecer os vínculos entre as disciplinas em questão, pois, além de serem componentes curriculares obrigatórios no ensino fundamental e médio, elas possuem a leitura como ponto em comum, visto que ela perpassa a aprendizagem em todas as disciplinas. Nas palavras de Machado, “é importante que os objetos matemáticos, como as palavras que utilizamos ordinariamente, sejam apreendidos prenes de significações e não como meras formas vazias, destinadas a interpretações posteriores” (2001, p. 136). Isso significa que é necessário atribuir sentido aos objetos matemáticos, o que se relaciona com a concepção de leitura adotada neste trabalho.

No livro “Matemática e língua materna – análise de uma impregnação mútua”, o autor afirma: “Nenhum assunto presta-se mais à explicitação da impregnação entre a matemática e a língua materna bem como a uma estruturação compatível da ação docente do que a geometria” (MACHADO, 2001, p. 137). Isso se justifica pelo fato de que o início do desenvolvimento de conhecimentos geométricos começou de forma empírica, isto é, baseado na experiência.

Os povos antigos tinham necessidades de fazer construções, medir e calcular áreas ou volumes. A sistematização dos conhecimentos empíricos de geometria só ocorreu posteriormente na Grécia, no século III, com o trabalho de Euclides intitulado *Os elementos*. A importância do trabalho de Euclides foi a sua compreensão de que “a estruturação do conhecimento geométrico deveria começar por uma assepsia na linguagem, com o esclarecimento das noções utilizadas de modo intuitivo” (MACHADO, 2001, p. 138).

A relação estabelecida com a língua portuguesa, nesse caso, consiste no fato de que algumas noções intuitivas foram aceitas como *noções primitivas*. Para construir *definições* a partir delas, era necessário justificar por meio de deduções, não sendo suficientes as evidências empíricas. Nota-se na passagem das noções primitivas para as definições que foi necessário utilizar a linguagem para justificar, de maneira lógica, as deduções. Nesse ponto,



outras proposições denominadas *postulados* foram aceitas. A partir dos postulados, utiliza-se a argumentação como base para a elaboração dos *teoremas*, que são embasados na argumentação (MACHADO, 2001). “Euclides teve o inequívoco mérito de evidenciar uma aproximação entre questões geométricas e questões linguísticas, antecipando, de forma rudimentar, questões que só muito mais tarde seriam devidamente examinadas, no estudo das propriedades dos sistemas formais” (MACHADO, 2001, p. 139).

A “VESTIBULARIZAÇÃO” DO ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio é uma avaliação anual aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, desde 1998, para concluintes ou egressos¹⁸ do ensino médio, com o objetivo de fornecer aos participantes a possibilidade de autoavaliação a partir das competências e habilidades que estruturam a prova. Desde o início de sua aplicação, o exame é utilizado no acesso ao ensino superior. Por isso, a quantidade de inscritos cresceu ao longo dos anos de realização do exame.

A avaliação reforça o projeto internacional de educação e se assemelha ao modelo da pedagogia das competências. De acordo com esse projeto (defendido pelos organismos multilaterais) e com essa pedagogia, a educação que se busca consolidar pressupõe a formação de cidadãos produtivos para o capital. Assim, a reflexão crítica não é uma das características preconizadas por esse projeto de educação.

As competências norteadoras do exame justificam a relação entre o Enem e o modelo de educação que se busca consolidar no Brasil, ou seja, aquele que está a serviço das organizações internacionais. A aplicação de conceitos das disciplinas (competência II) de forma integrada é uma necessidade nos processos produtivos, pois eles são flexíveis e espera-se que o trabalhador seja capaz de articular conhecimentos para solucionar

¹⁸ São os alunos que concluíram determinado nível de ensino em anos anteriores ao período considerado. No caso do Enem, um egresso é qualquer estudante que tenha concluído o ensino médio anteriormente.



problemas do trabalho de forma criativa (competência III). Já o domínio de linguagens (competência I) contribui para a argumentação (competência IV) e, conseqüentemente para a elaboração de propostas (competência V) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008a).

As quatro habilidades referentes à matemática, até o ano de 2008, eram:

2. Em um gráfico cartesiano de variável socioeconômica ou técnico-científica, identificar e analisar valores das variáveis, intervalos de crescimento ou decréscimo e taxas de variação.

3. Dada uma distribuição estatística de variável social, econômica, física, química ou biológica, traduzir e interpretar as informações disponíveis, ou reorganizá-las, objetivando interpolações ou extrapolações.

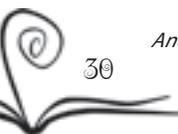
[...]

14. Diante da diversidade de formas geométricas planas e espaciais, presentes na natureza ou imaginadas, caracterizá-las por meio de propriedades, relacionar seus elementos, calcular comprimentos, áreas ou volumes, e utilizar o conhecimento geométrico para leitura, compreensão e ação sobre a realidade.

15. Reconhecer o caráter aleatório de fenômenos naturais ou não e utilizar em situações-problema processos de contagem, representação de frequências relativas, construção de espaços amostrais, distribuição e cálculo de probabilidades. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008a)

O Enem pode ser compreendido como um dos elementos da reforma educacional cuja perspectiva para a educação no Brasil foi apresentada em um documento legal a partir da Constituição Federal de 1988 e que culminou na redação da LDB, em 1996. Segundo o Inep, a lei estabelece

[...] que a educação de base responda aos desafios da vida contemporânea, em sua inédita dinâmica, demandando autonomia



intelectual e capacidade de aprendizado permanente, o que não se realiza com a retenção de informações ou a padronização de atitudes por treinamento repetitivo. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008a, p. 31)

O fragmento citado evidencia que a avaliação não demanda dos participantes exclusivamente a memorização, visto que um cidadão, utilizando-se somente dela, na sociedade da informação e do conhecimento, não é capaz de compreender a sociedade dada a rapidez com que as tecnologias são substituídas. Portanto, em vez de enfatizar a memorização, o Enem tem como metas a resolução de problemas, aspecto mais requerido no mundo do trabalho (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008a).

O modelo de prova vigorou de uma maneira até 2008. Em 2009, o Enem foi reformulado e, por isso, é preciso explicitar as principais diferenças entre o antigo e o novo Enem, bem como os motivos que levaram o MEC a propor tal reformulação. Desde 2004, a participação no exame é um dos critérios para o aluno ser contemplado com uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni)¹⁹ e, ao longo dos anos, diferentes universidades passaram a utilizá-lo como meio de ingresso no ensino superior. Por isso, pode-se afirmar que há uma “vestibularização” do Enem, o que implica uma abordagem do exame como um tipo de vestibular.

Outra característica que confirma a tendência de “vestibularização” do Enem é a expectativa das pessoas ao se inscreverem no exame. O questionário socioeconômico é um formulário através do qual é possível conhecer o perfil dos participantes, e uma das perguntas feitas se refere ao motivo pelo qual o candidato estava fazendo o Enem. Nos anos de 2006 e de 2007,²⁰ a opção mais escolhida, com 71% e 72% respectivamente, foi

¹⁹ O ProUni foi criado em 2004 e “tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos” (BRASIL, 2013).

²⁰ A escolha dos anos se deve ao fato de eles serem anteriores à reformulação do exame; as informações sobre o questionário socioeconômico são disponibilizadas pelo Inep sob a forma de um relatório pedagógico.



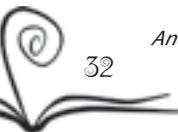
“para entrar na faculdade/conseguir pontos para o vestibular” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2007). Com 18% em 2006 e 17% em 2007, o motivo “testar os conhecimentos” foi o segundo mais escolhido. Isso demonstra o interesse dos participantes em nivelar as suas competências tendo como base o modelo de conhecimento inerente ao exame. A opção “para ter um bom emprego/saber se está preparado para o futuro profissional”, escolhida por 10% das pessoas nos dois anos, reforça a visão internacional de que a educação deve preparar para a inserção no mercado de trabalho. Os demais participantes declararam não saber o motivo pelo qual fizeram o exame (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2007). Nota-se que, mesmo antes da reestruturação do Enem, os participantes já possuíam uma expectativa de utilizar os resultados para ingressar no ensino superior.

A adesão ao exame é bastante elevada e o número de participantes aumenta a cada ano. Em 2009, representantes da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação²¹ elaboraram um documento com a proposta de reformulação do exame. No documento, são apontados como os principais motivos para o aumento da adesão ao Enem: a) a utilização do exame como critério para concorrer às bolsas do ProUni; b) o seu uso como um tipo alternativo de vestibular, já que diferentes universidades passaram a usar os resultados do exame em seus processos seletivos; e c) a possibilidade de o participante adquirir certificação de conclusão do ensino médio²² (BRASIL, 2009).

O documento da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação (BRASIL, 2009) relaciona os objetivos do Ministério da Educação ao propor a reformulação do Enem, quais sejam: democratizar o acesso ao ensino superior e utilizar o Novo Enem para contribuir com a re-

²¹ “A Assessoria de Comunicação Social é responsável pela divulgação da imagem, da missão e das ações e objetivos estratégicos do Ministério [da Educação]. A Assessoria está estruturada em três áreas de atuação: Jornalismo e Atendimento à Imprensa, Relações Públicas e Publicidade” (BRASIL, 2009).

²² Para obter a certificação de conclusão do ensino médio, o participante deve cumprir os seguintes pré-requisitos: ter idade mínima de 18 anos completos até a data do primeiro dia de prova e obter uma pontuação mínima estabelecida pela Secretaria de Educação à qual o certificado vai ser requerido (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2009).



estruturação dos currículos de ensino médio. Segundo a *Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior*:

Os exames de seleção para ingresso no ensino superior no Brasil (os vestibulares) são um instrumento de estabelecimento de mérito, para definição daqueles que terão direito a um recurso não disponível para todos (uma vaga específica em determinado curso superior). O reconhecimento, por parte da sociedade, de que os vestibulares são necessários, honestos, justos, imparciais e que diferenciam estudantes que apresentam conhecimentos, saberes, competências e habilidades consideradas importantes é a fonte de sua legitimidade.

Parte-se aqui, portanto, do reconhecimento da necessidade, importância e legitimidade do vestibular. O que se quer discutir são os potenciais ganhos de um processo unificado de seleção. (BRASIL, 2009, p. 1)

O “estabelecimento de mérito” supostamente garantido pelos vestibulares não leva em consideração que, ao longo de sua vida acadêmica, os alunos tiveram experiências e oportunidades diversas, o que contribuiu para a formação de conhecimentos de mundo distintos. O pleito por uma vaga em um curso de graduação ocorre por meio de uma avaliação que teoricamente seleciona os “melhores”. Parte-se do pressuposto que os estudantes com maior domínio de certas competências e habilidades são superiores aos demais.

A proposta do MEC de reformulação do Enem equipara o exame às avaliações para inserção no ensino superior e enfatiza o seu papel a serviço do projeto internacional para a educação. Desse modo, pode-se falar em uma “vestibularização” do Enem. Trata-se de uma adequação do exame aos modelos tradicionais de vestibular, nos quais o pensamento geralmente é compreendido apenas de modo utilitário, ou seja, não se pressupõe que as questões necessariamente sejam contextualizadas em relação ao cotidiano.

Diante da reestruturação do Enem, mediante a qual o exame passou a ser um vestibular centralizado, faz-se necessário problematizar a escolha da análise de questões, que é uma parte restrita da aprendiza-



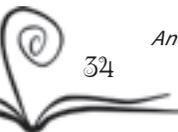
gem de matemática, para abordar a relação entre dificuldades de leitura e aprendizagem da disciplina em questão. Além de resolução de questões, a aprendizagem de matemática compreende outros aspectos, como o entendimento de demonstrações e de definições e suas consequências e/ou resultados, por exemplo. Parte-se da ideia de que “não se pode avaliar a competência matemática de um indivíduo ou de um grupo fora de seu contexto sociocultural, pois as práticas matemáticas são qualitativamente diferentes de um contexto para outro” (FERREIRA, 1994, p. 37).

Na sociedade moderna, contexto em que o Enem está inserido, a matemática é vinculada ao modo capitalista de produção da existência humana. Portanto, está implícito na elaboração do Enem que as demandas a serem atendidas são as da sociedade capitalista, cuja proposta educacional não pressupõe a formação crítica, mas a adequação dos indivíduos ao capitalismo.

ENEM: UM ENSAIO PARA QUÊ?

Os resultados do Enem são analisados e divulgados sob a forma de um relatório pedagógico. Esse consiste em um documento publicado pelo Inep, que fornece informações sobre a proposta de avaliação e o perfil dos participantes, explicita o processo de elaboração e correção da prova, associa o desempenho a variáveis socioeconômicas e contém uma análise pedagógica das questões.

Em 2006 e 2007 os motivos indicados para participar da avaliação são três, a saber: “para entrar na faculdade/conseguir pontos para o vestibular”; “testar os conhecimentos”; e “para ter um bom emprego/saber se está preparado para o futuro profissional” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008a e 2008b). Pode-se constatar que o percentual de alunos que faz o Enem para garantir vaga no ensino superior vem crescendo, em detrimento do percentual de participantes que busca testar os conhecimentos. O terceiro motivo reforça o intuito do MEC de preparar os jovens para a



carreira profissional. Por isso, o Enem, cujo *slogan* é “Um ensaio para a vida”, prepara, na verdade, os seus participantes para o mundo do trabalho e para a inserção no ensino superior.

As quatro habilidades que dizem respeito à matemática abarcam os seguintes conhecimentos: relação entre duas grandezas variáveis sob a forma de expressão algébrica; pesquisas para a coleta de dados, resumo dos mesmos e interpretação dos resultados; estudo das formas planas e espaciais; e eventos aleatórios para avaliar a chance de eles acontecerem. Tais conhecimentos se relacionam a funções, estatística, geometria e probabilidade.

As questões escolhidas serão analisadas na sequência. A análise será feita com base nos conhecimentos de matemática necessários para responder os itens, bem como nos aspectos linguísticos dos mesmos, reforçando a necessidade de uma parceria no processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa e matemática.

Habilidade 2

Das seis questões relativas à habilidade 2, três delas foram classificadas pelo Inep como de média dificuldade, duas difíceis e apenas uma fácil, considerando apenas o índice de aproveitamento dos participantes. Na questão 42 de 2007, apesar de o aproveitamento ter sido relativamente alto (62%), ele não é tão satisfatório se considerarmos que informações em gráficos e em tabelas são muito comuns no cotidiano e aparecem em diferentes meios de comunicação, em jornais, por exemplo.

Em relação às principais dificuldades dos alunos nas questões da habilidade 2, observou-se que parte dos participantes confunde os conceitos de crescimento proporcional e crescimento absoluto. Entretanto, no caso dessa habilidade, o que aparentemente provocou maiores dificuldades foi a elaboração dos enunciados e de alternativas. Na questão 25 do ano de 2006, por exemplo, a análise do gráfico disponível deveria ser feita apenas visualmente, o que não permitia ao candidato afirmar com certeza qual era a alternativa correta.

Na questão 23 de 2006, grande parte dos candidatos foi atraída pelo distrator da alternativa C, provavelmente por não entender o sig-



nificado de “taxa de crescimento”. Considerando apenas o crescimento absoluto, conclui-se que ele é maior nos Estados Unidos (114 milhões) do que na Indonésia (99 milhões), porém suas taxas eram respectivamente de cerca de 40% e 46%. Uma informação implícita na primeira tabela é a de que a população do Paquistão em 2000 era inferior a 170 milhões. Sendo assim, a sua projeção de 344 milhões para o ano de 2050 representa um crescimento superior a 100%. A possível causa principal para os alunos terem errado a questão foi a confusão dos conceitos de taxa de crescimento e crescimento absoluto.

Habilidade 3

Das questões vinculadas à habilidade 3, três eram de média dificuldade e as outras três eram difíceis, de acordo com o índice de aproveitamento dos participantes. Não havia questões com percentual de acertos que as caracterizasse como fáceis.

Houve, assim, como nas questões relativas à habilidade 2, a necessidade de leitura de gráficos e tabelas, como pode ser observado em todas as questões relacionadas a essa habilidade. A última questão desse grupo (a de número 50, do ano de 2007), apesar de ter sido classificada como pertencente à habilidade 3, seria respondida com maior facilidade se o participante utilizasse conhecimentos de geografia, pois ela envolvia a análise de pirâmides etárias e a interpretação de como seriam as projeções populacionais para o ano de 2050.

Outra característica em comum com a habilidade 2 foi o fato de que o distrator principal da questão 24 de 2006 era a confusão entre os conceitos de crescimento proporcional e crescimento absoluto. Isso se repetiu na questão 24 do ano de 2007, na qual parte dos estudantes provavelmente se equivocou ao utilizar a redução absoluta em vez de redução percentual. Uma leitura atenta poderia ter feito uma pessoa diferenciar os conceitos de crescimento proporcional e crescimento absoluto.

A questão 24 de 2006 exigia que o candidato, com base na análise dos gráficos, calculasse a taxa de crescimento da Índia de 2000 para 2050 e aplicasse a mesma taxa nos cinquenta anos seguintes. O distrator conti-



do na alternativa C, que atraiu 28% dos participantes, foi a dificuldade dos mesmos em distinguir os conceitos de crescimento proporcional e crescimento absoluto. O resultado nela indicado é encontrado aplicando-se o crescimento absoluto de 2000 a 2050 (564 milhões) no período de 2050 a 2100, encontrando-se o resultado de 2.136 milhões.

Habilidade 14

As questões relativas à habilidade 14 foram as em que os alunos apresentaram pior desempenho nos dois anos. Pelo índice de aproveitamento dos participantes, não houve questões fáceis, houve um item de média dificuldade e as outras cinco foram classificadas como difíceis. O problema principal dos estudantes em quatro questões provavelmente foi a falta de conhecimentos de geometria, visto que os enunciados foram elaborados de forma clara e objetiva. As outras duas questões referentes a essa competência específica possuíam aspectos que podem ter contribuído para o erro dos participantes. A análise dos itens nos permite inferir que os conhecimentos de matemática necessários para a resolução das questões eram simples, referindo-se geralmente à aplicação de fórmulas, por meio da visualização.

Os itens 59 e 62 de 2006 demandavam que o participante, a partir da visualização do que o enunciado solicitava, aplicasse fórmulas para calcular e comparar valores. O conhecimento de matemática era simples e as questões foram elaboradas de forma clara, mas o percentual de acertos foi baixo nas duas questões (respectivamente, 20% e 18%), indicando que a principal dificuldade dos alunos foi, provavelmente, com os conhecimentos de matemática.

O percentual de alunos que não acertou nenhuma questão dessa competência específica quase atingiu 50% em 2006 e, embora tenha diminuído para 39,96% no ano seguinte, continuou sendo a habilidade com maior percentual de nenhum acerto (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008b). Por sua vez, a evolução do percentual de participantes que acertou as três questões dessa habilidade foi de 0,92% para mais, enquanto outras

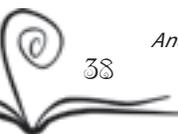


competências específicas apresentaram melhoras muito mais expressivas (em um caso, por exemplo, a mudança foi superior a 40% para mais). Diante do pior índice de aproveitamento nos dois anos considerados, é necessário tecer considerações sobre os conhecimentos de geometria.

Dentre as questões referentes à habilidade 14, a de número 5 de 2007 foi a que apresentou o maior percentual de acertos (38%). Ela demandava uma boa capacidade de visualização, característica pouco enfatizada no ensino de geometria, segundo Kallef, Rei e Garcia (2002). O comentário sobre o item exposto no *Relatório Pedagógico* do Enem afirma: “Não é necessário um conhecimento específico de geometria para responder o item, mas sim uma percepção espacial adequada” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008b, p. 149). Essa frase desconsidera a visualização como parte importante na aprendizagem de geometria e reflete o que Kallef, Rei e Garcia (2002) afirmam sobre o ensino dessa área da matemática. Segundo eles, é possível focar a visualização ou enfatizar uma abordagem algébrica, mas a preferência durante as aulas, em geral, é dada ao segundo foco do conteúdo:

Assim procedendo, ao se estudarem as formas geométricas elementares, não tem havido preocupação em levar o aluno a observar relações de simetria numa figura, nem a observar semelhanças entre figuras, nem a perceber se houve conservação de uma forma após a realização de um movimento, pois tem-se enfatizado o estudo de fórmulas relacionadas às figuras geométricas em detrimento do entendimento de suas formas. (KALLEF, REI e GARCIA, 2002, p. 1)

A geometria é uma área bastante abrangente devido à possibilidade de ser lecionada enfatizando a visualização e privilegiando uma abordagem algébrica do conteúdo. Além disso, diversas conexões podem ser estabelecidas com a realidade.



Habilidade 15

Houve predomínio de questões de média dificuldade referentes à habilidade 15, com quatro questões nesse nível e duas difíceis, de acordo com o desempenho dos participantes. Observou-se que, embora em alguns casos o conhecimento de matemática fosse relativamente simples, os percentuais de acertos não foram tão elevados, o que nos permite inferir que a principal dificuldade dos alunos nas questões de habilidade 15 foi a falta de conhecimentos de probabilidade. Os itens que mais se destacam pelo índice de aproveitamento insatisfatório são os de número 26 de 2006, e 8 e 34 de 2007. Nos três casos, o conhecimento específico de matemática era simples, referindo-se a cálculos de porcentagem, princípio da contagem e probabilidade.

Na questão 19 de 2006, o participante devia, com base na compreensão das informações do enunciado, utilizar a lógica para montar uma tabela com a classificação de times de futebol em 2004 e em 2005, e verificar, como o comando da questão pede, a probabilidade de um dos quatro times ter ficado na mesma colocação nos dois anos. Uma leitura adequada teria levado o estudante a construir a tabela e, mesmo que ele não tivesse conhecimento de probabilidade, a chance de o participante inferir que a resposta era 0 seria grande, por ser lógico. Nesse caso, pode-se concluir que a dificuldade dos candidatos não está relacionada à matemática, e sim ao entendimento do enunciado (leitura), o que corrobora a ideia de Machado (2001) sobre a fonte primária para o desenvolvimento do raciocínio, que

[...] não é a matemática, mas sim a língua materna. Isto significa que a matemática, a despeito de sua contribuição singular, de grande importância e irredutível à da língua materna, [...] caracteriza-se como fonte secundária para o raciocínio lógico. Por mais óbvio que possa parecer, insistimos que, neste contexto, secundária não significa de menor importância, mas apenas que surge em segundo lugar, inclusive sendo influenciada pela fonte primária. (MACHADO, 2001, p. 77)



O texto referente ao item 20, do ano de 2006, foi escrito de forma clara e o índice de aproveitamento do mesmo foi de 28%. Logo, além de se concluir que a questão foi *difícil*, infere-se que a dificuldade dos participantes está relacionada ao conhecimento específico de matemática demandado na questão, a saber, da probabilidade.

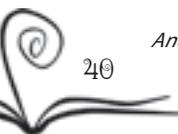
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de documentos legais sobre a educação no Brasil foi fortemente baseada em sugestões de organismos internacionais. Tais organismos possuíam interesse exclusivo na relação entre educação e formação de mão de obra produtiva para a inserção no mercado de trabalho.

A LDB e os PCNs, dois dos principais documentos nacionais sobre educação, foram embasados pela pedagogia das competências, a qual, em consonância com as organizações internacionais, atribui à escola a função de desenvolver nos estudantes a formação de competências necessárias para a inclusão dos discentes no processo produtivo. Assim, espera-se a adequação dos alunos ao sistema capitalista. No trabalho foi defendida, entretanto, a visão de que a aprendizagem de qualidade é aquela em que o discente é formado para ser um cidadão crítico e consciente de seu papel na sociedade.

A elaboração e aplicação de alguns instrumentos avaliativos são da alçada do Inep. Entre essas avaliações está o Enem, voltado para concluintes e egressos do ensino médio. A avaliação é pautada em competências e habilidades, o que aproxima a perspectiva de educação inerente ao exame da pedagogia das competências e do projeto internacional para essa área.

No ano de 2008, o Enem passou por uma importante reestruturação que passou a vigorar em 2009. A mudança principal foi a expectativa de que o exame passasse a ser um tipo centralizado de vestibular. Por isso, pode-se falar que o exame passou por um processo de “vestibularização”. A Assessoria de Comunicação Social do MEC, em um documento intitulado *Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições*



Federais de Ensino Superior, que trazia a proposta de mudança, afirmou que os vestibulares tradicionais cumprem satisfatoriamente o papel a que se propõem, a saber: selecionar os melhores candidatos para cada curso dentre aqueles que se inscreveram no processo seletivo (BRASIL, 2009).

A análise das questões por habilidade permitiu a constatação de semelhanças entre questões de competência específica igual ou diferente. Em alguns casos, quando um percentual significativo de alunos se equivocou, provavelmente pelo mesmo motivo, diz-se que a questão apresenta um distrator, que consiste no motivo pelo qual o candidato é levado ao erro.

Uma primeira observação geral sobre as questões foi o fato de que, em algumas, os problemas na elaboração podem ter contribuído para um grande percentual de erros. Dados não utilizados e textos que não estavam suficientemente claros são exemplos de enunciados que comprometeram a compreensão e resolução das questões.

Outra consideração geral acerca das questões analisadas é o fato de os alunos provavelmente terem tido problemas de leitura e isso os ter levado ao erro. Em outros casos, o principal fator parece ser a falta de conhecimentos prévios de matemática para resolver as questões. Como exemplo, pode-se mencionar a dificuldade de grande parte dos estudantes de distinguir os conceitos de crescimento proporcional e crescimento absoluto.

Desse modo, espera-se que o trabalho tenha contribuído para a discussão sobre a aprendizagem de matemática e da sua relação com a leitura, suscitando o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, seção 1, p. 27.833, 23 dez. 1996.



_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *PDE–SAEB – ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores*. Brasília: MEC, 2008.

_____. _____. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ACS). *Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior*. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=768&Itemid=. Acesso em: 8 jul. 2013.

_____. _____. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI). *ProUni. Apresentação*. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=298. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. _____. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio (PCNEM)*. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

_____. _____. SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU). *O que é o Sisu*. Brasília: Ministério da Educação, [s.d.]. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2013.

COELHO, Marcos de Amorim; TERRA, Lygia. Panorama político e socioeconômico contemporâneo. In: _____. *Geografia geral e do Brasil*. São Paulo: Moderna, 2003. p. 46-96.

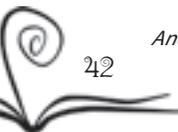
FERREIRA, Mariana K. Leal. *Com quantos paus se faz uma canoa!* Brasília: MEC, 1994;

GUIMARÃES, Maria Helena. “O Enem não avalia mais a escola”. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 13 set. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, 8 jun. 2009.

_____. *Provas e gabaritos*. Brasília: Inep, 2011. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/enem/edicoes-antiores/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. *Relatório pedagógico Enem 2006*. Brasília: Inep, 2008a.



- _____. *Relatório pedagógico Enem 2007*. Brasília: Inep, 2008b.
- KALEFF, Ana Maria M. R.; REI, Dulce Monteiro; GARCIA, Simone dos Santos. *Quebra-cabeças geométricos e formas planas*. Rio de Janeiro: Eduff, 2002.
- MACHADO, Nilson José. *Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2006.
- RAMOS, Marise Nogueira. Pedagogia das competências. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França (org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. p. 299-305.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *O que você precisa saber sobre política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SILVA, Camilo Rosa; HORA, Dermeval da; CHRISTIANO, Maria Elizabeth A. *Linguística e práticas pedagógicas*. São Paulo: Santa Maria, 2006.
- SOARES, Magda. *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, 2003.



SINGULARIDADE, AÇÃO E RENOVAÇÃO DE MUNDO: A AMIZADE NA ESCOLA E SUAS POTENCIALIDADES*

Anna Luiza B. Martins**

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi investigar as implicações e a importância das relações de amizade para a formação humana. No entanto, sabendo que esse é um âmbito demasiadamente extenso e, ao mesmo tempo, pouquíssimo estudado, pareceu-me mais adequado restringir o estudo a um determinado espaço onde o estudo do desenvolvimento das relações de amizade fosse mais acessível. O espaço escolhido foi o escolar, onde pode ser observado um constante movimento de interação – do qual decorrem as amizades – que, aliado a diversas outras experiências que o sujeito inserido nesse universo vivencia, parece contribuir diretamente na sua formação.

Pensando nisso, decidi voltar meu enfoque para a própria instituição em que estudo, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), tendo em vista o seu projeto político pedagógico (PPP) que, pautado na ideia de politécnica, propõe “a educação profissional em saúde [...] voltada para uma formação ética, política

* O projeto de pesquisa que deu origem a este artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), sob o seguinte número de protocolo: 0018.0.0408.000-11.b.

** Ex-aluna do Curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, com habilitação técnica em Gerência em Saúde (2009-2011). Atualmente cursa Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação da professora-pesquisadora Grasielle Nespoli (doutora em Educação em Ciências e Saúde), do Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde (Labgestão). Contato: annaluizabm@gmail.com.



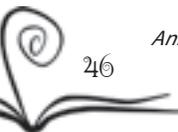
e técnica” (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2005, p. 7), afirmando também “na formação técnica, a educação dos sentimentos, da sensibilidade e dos sentidos” (PEREIRA E RAMOS, 2006, p. 59).

A EPSJV encara a educação como um “projeto de sociedade” (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2005, p. 7) e busca promover uma formação ampla cuja base social crítica dialogue com as circunstâncias socioeconômicas vigentes, entendendo que a aquisição do conhecimento serve como ferramenta de luta contra o modelo de dominação imposto. Além disso, a EPSJV é uma instituição pública de ensino, cujo processo seletivo para ingresso é um concurso público¹ que se realiza anualmente, o que contribui diretamente para a heterogeneidade no espaço escolar, gerando um convívio contraditório e desafiador (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2005).

Essas diretrizes abrem espaço para pensarmos em inúmeras questões que estão envolvidas, direta ou indiretamente, na formação politécnica que a EPSJV propõe. Dentre essas questões, podemos citar a amizade que se desenvolve no campo das relações sociais travadas no espaço escolar e de trabalho, uma vez que o espaço escolar é também um espaço de trabalho. No tocante a isso, um ponto importante definido no PPP da EPSJV é a ideia de trabalho como princípio educativo, isto é, a concepção de que os sujeitos se educam e se constroem, como trabalhadores, no próprio exercício do trabalho, por meio de tudo o que envolve e constitui o exercício desse – tal como as relações interpessoais desenvolvidas nesse contexto. O objetivo é formar trabalhadores que, trabalhando, entendam as bases sociais daquele seu exercício e que promovam, criticamente, as mudanças necessárias no meio em que estão inseridos.

Surge, com isso, uma provável conciliação do meu desejo inicial de investigar a amizade, e seu papel na formação de um sujeito, com o âmbito escolar, que se apresenta rico e acessível para exploração desse tema.

¹ O processo seletivo para ingresso na EPSJV ocorre por meio de prova de Português e de Matemática que habilita os candidatos que acertarem 50% de cada prova ao sorteio de vagas. Além disso, a EPSJV trabalha com o sistema de cota, reservando 50% das vagas para alunos que realizaram o ensino fundamental em escolas públicas.



Cabe aqui falar, no entanto, de um conceito de amizade que difere daquele mais usual, pautado na familiaridade e na semelhança, muito difundido pelo senso comum. Trata-se, então, da amizade de caráter político, isto é, da amizade que extrapola os limites da similaridade, que acontece com base nas diferenças e que atua na renovação do mundo.

Este trabalho defende a amizade como uma produção sociocultural que apresenta abertura para a mudança, para a criatividade. É um relacionamento que carrega em sua essência a ideia de construção/renovação do mundo, como entende Arendt (2010), por meio da relação eu-outro, e que, por isso, é potencialmente um relacionamento poderoso para romper estereótipos instituídos em nossa sociedade que reafirmam a exclusão, a intolerância e a competição. Essa potencialidade torna-se ainda maior ao se tratar da amizade desenvolvida na escola, que é formada pela/na diferença.

Diante disso, elegi a discussão da filósofa Hannah Arendt para nortear o trabalho em questão. Mesmo que a sua obra não se aprofunde na problemática da amizade, sua discussão é extremamente rica e possibilita a aproximação entre seus conceitos e a ideia de amizade na escola (ARENDR, 2010 e 2011).

De forma geral, pode-se dizer, então, que este trabalho objetivou investigar as implicações da amizade na formação humana e sua potencialidade política, com base na análise da formação desenvolvida no âmbito da EPSJV, que possui um projeto político pedagógico que prevê a formação ética e política, e a educação dos sentidos e sentimentos, além de propor uma postura de aproximação das diferenças e de ruptura com ações intolerantes e separatistas.

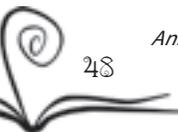
Com base nesse alvo, podem-se traçar alguns objetivos específicos que auxiliem na análise dessa questão central, tais como: investigar de que maneira as amizades na escola podem romper com estereótipos vigentes na sociedade atual, especialmente num contexto escolar norteador pelo princípio da politecnicidade, que questiona a conjuntura individualista instalada, própria do sistema do capital; analisar a potencialidade que as amizades possuem para a criação de projetos inovadores e de ações solidárias e cooperativas, à luz da heterogeneidade e das singularidades evidentes no espaço

escolar; e, por fim, relacionar o processo de construção das amizades na escola com a potencialidade referida.

O primeiro objetivo surgiu num momento em que, em um diálogo com um amigo, percebi o quão fundamental para mim é esse tipo de relacionamento. Fascinou-me a ideia de compreender o impacto que a troca de experiências numa amizade exerce sobre as pessoas. E assim, num segundo momento, lancei meu olhar para fora, em busca da compreensão dos outros eus e de seus laços de amizade, num esforço de mapear, na medida do possível, as implicações desses relacionamentos para a formação de cada pessoa.

Dentro de cada indivíduo parece haver um desejo de alcançar a vida do outro; parece que em cada sujeito existe um espaço a ser compartilhado com outros sujeitos – e quem sabe até modificado, reconstruído. Há quem diga que somente em relacionamento com um outro é possível conhecer esse espaço em si mesmo. Questões como essas motivam análises curiosas e buscas científicas de compreensão sobre os relacionamentos humanos e seus fascinantes aspectos. Este trabalho foi para mim como uma dessas análises curiosas que, inevitavelmente, acabou encontrando o caráter científico da pesquisa.

No entanto, não só pela dimensão pessoal se justifica este trabalho. A amizade representa um constituinte fundamental para o quadro das relações que permeiam a sociedade atual. Ela carrega consigo um caráter político e um potencial de mudança, de ruptura com a ideologia dominante que só faz sentido se olharmos para ela de um ponto de vista preocupado com o social. Pensar a amizade é também pensar o coletivo, as formas criativas de relacionamento, uma dimensão de construção dos sujeitos. Porém, são extremamente escassos os trabalhos preocupados com a análise sobre a amizade no contexto contemporâneo. Por isso, neste trabalho, me propus a trazer uma reflexão sobre a importância deste tema. Escolhi o âmbito escolar como um recorte, mas certamente o assunto não se esgota aqui. Esta análise é apenas um pequeno esforço no caminho da compreensão da complexidade desse relacionamento tão fundamental, mas tão pouco estudado.



Dito isso, é necessário esclarecer o “caminho do pensamento”² escolhido para desenvolver este trabalho, aproximando-o de uma teoria já existente que será apropriada ao se buscar compreender a realidade. No entanto, nenhuma teoria é capaz de explicar perfeitamente a realidade, que é muito mais rica do que se descreve. Dessa forma, cabe destacar que o presente trabalho pretende fazer apenas uma aproximação da teoria que melhor se encaixa, como uma lente pela qual a realidade será olhada, visto que pouco foi produzido em relação ao tema, cabendo nesse sentido classificar essa pesquisa como exploratória (MINAYO, 2010).

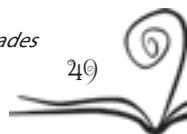
De modo geral, este trabalho é uma pesquisa qualitativa, posto que se propõe a uma análise voltada para o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2010, p. 21). Além disso, este trabalho possui uma abordagem compreensiva da amizade e de suas implicações para o processo de formação humana e, logo, de construção/renovação do mundo. De forma mais precisa, pode-se dizer que o referencial teórico para este trabalho consiste nas ideias da filósofa Hannah Arendt.

Quanto às técnicas, algumas foram consideradas mais adequadas para a sondagem do problema em questão, a saber, a revisão bibliográfica e o grupo focal.

A revisão bibliográfica é importante diante da necessidade de aproximação do objeto escolhido, buscando-se conhecer o que já foi escrito sobre o assunto, de modo a traçar um panorama geral a respeito do tema e dos conceitos de amizade que melhor se aplicam à análise pretendida.

O grupo focal, por sua vez, fez-se necessário devido à escassez de material científico sobre o tema, além do caráter qualitativo que o grupo focal carrega, tendo em vista que “o valor principal dessa técnica fundamenta-se na capacidade humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos” (KRUEGER apud MINAYO, 2007, p. 269). Essa técnica é, assim, extremamente rica para a análise em questão, que se volta para um tipo de relacionamento interpessoal.

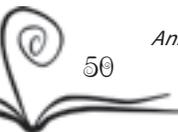
² Segundo Minayo, metodologia é o “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (2010, p. 14).



O objetivo do grupo focal foi debater a importância da amizade no âmbito da escola, por meio da reflexão sobre as formas como as amizades se constituem. O convite à participação foi limitado aos alunos que cursavam o último ano dos cursos técnicos de Gerência em Saúde e de Análises Clínicas, do ano de 2009, compreendendo que, em virtude da trajetória mais extensa no contexto escolar, esses alunos poderiam contribuir de forma mais aprofundada para a pesquisa. Assim, foi realizada uma reunião, em setembro de 2011, com duração de duas horas, que contou com a presença de seis alunas e quatro alunos, na faixa etária de 16 a 19 anos. As falas dos alunos foram gravadas e, posteriormente, transcritas pela própria autora.

Por questões éticas, os participantes do grupo não foram identificados por seus nomes, nem houve apresentação de nenhuma outra informação específica, além da idade, uma vez que, para os objetivos da pesquisa, privilegiou-se o *que está sendo dito* e não *quem* o está dizendo, sendo que as informações pessoais dos alunos não configuram variantes relevantes para a análise pretendida. Em todas as informações verbais, os alunos foram identificados com um número e a idade. O grupo procurou responder a algumas questões: Como se escolhe o amigo? De que forma os amigos se agrupam no âmbito escolar? As amizades são pautadas num projeto de mundo? Os amigos compartilham um projeto de mundo? Existem diferentes tipos de amigos? Como são percebidos e identificados? Qual a importância da amizade na escola? O objetivo dessas perguntas foi investigar de que forma a amizade na escola pode romper com estereótipos vigentes na sociedade; como se formam os grupos de amizade no âmbito escolar; e se as tendências de escolha dos possíveis amigos reafirmam o caráter solidário e democrático que a amizade pode possuir.

Em um terceiro momento, fez-se necessária a realização de uma análise do discurso apreendido no grupo focal. Para isso, o presente trabalho se baseia em uma perspectiva que valoriza o discurso como prática. Ou seja, a análise será pautada na concepção de uma dimensão político-prática existente no discurso, pois, como salientado por Hannah Arendt, “ao agir e falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano” (2010, p. 224).



Em outras palavras, este trabalho não se ocupou de buscar o sentido subjacente ao discurso; antes analisou as falas dos alunos, procurando compreender as implicações e os efeitos daquilo que foi dito, numa perspectiva menos voltada para a interiorização do que para o político. Nesse sentido, foi possível fazer uma interligação com o conceito de renovação de mundo de Hannah Arendt, que diz respeito a algo que se torna possível a partir da natalidade, da singularidade e da ação de cada sujeito que se insere neste mundo que “está fora dos eixos” (ALMEIDA, 2008, p. 470). Esses conceitos estão presentes nas obras *A condição humana* e *A crise na educação*. A busca foi por apreender no discurso como as amizades podem implicar uma postura solidária voltada não só para a troca de experiências entre os amigos, mas também para a renovação de um mundo inóspito, que é palco de muitas barbáries, mas que pode e deve ser transformado por cada geração.

A AMIZADE NA ESCOLA COMO EXERCÍCIO DO POLÍTICO

A amizade na escola é uma amizade que se afirma por meio de um incômodo que surge da necessidade de convívio com o outro. É uma amizade que acontece mediante o acolhimento daquele que é diferente – que vem de outros ambientes, que possui outras vivências e outros pensamentos. É a amizade que busca o comum (que não é, nem deve ser, necessariamente, igual) dentro das diferenças, incitando, assim, uma postura cooperativa e solidária (GOMES e SILVA JÚNIOR, 2007).

Esse é um conceito de amizade que se aproxima muito daquele defendido por alguns filósofos, como Arendt e Foucault (ORTEGA, 2000), que propõem esse tipo de relacionamento como um instrumento de ruptura com os limites impostos pela sociedade capitalista, que têm o intuito de difundir relações que reafirmem práticas de exclusão, de separação, de preconceitos e de intolerância. Importa para o sistema que os relacionamentos que permeiam a nossa sociedade sejam, sobretudo, frágeis, de forma a não permitirem a estabilidade e a força dos sujeitos nelas envolvidos, para torná-los cada vez mais manipuláveis e menos “perigosos e ameaçadores” da “ordem estabelecida”.

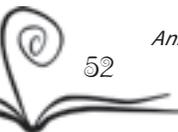


A ideia da amizade política proposta por esses teóricos (ORTEGA, 2000) parece se aproximar do fenômeno da amizade no espaço escolar. Fala-se desse tipo de amizade porque a escola é um âmbito heterogêneo, um lugar público que, por definição, deve estar preparado para acolher sujeitos advindos de todas e quaisquer situações e contextos, um espaço que deve estar aberto àquele que chegue, independentemente de onde ele venha, e que, sobretudo, por consequência do exercício de seu papel, deve promover a interação entre sujeitos tão diferentes que ali chegam. Por isso, torna-se necessário falar de uma amizade fruto do encontro com o desconhecido, com o estrangeiro, com aquele que nos confronta de algum modo. É a amizade que se estabelece com base na necessidade de desenvolver laços afetivos dentro de um ambiente de convívio coletivo.

Segundo Ortega (2000), vivemos em uma sociedade que propaga uma ideologia da intimidade. Isso quer dizer que, num contínuo processo de despolitização, fomos acostumados a construir nossa individualidade na proximidade com o outro. Com isso, Ortega procura tecer uma crítica à hegemonia dos relacionamentos pautados na semelhança. O autor defende a ideia de que, em contrapartida a esse movimento hegemônico que diz que a proximidade gera um valor moral nos relacionamentos, é preciso cultivar a sociabilidade e a exterioridade. Em outras palavras, é necessário manter certa distância do outro, a fim de se desenvolver o que é chamado de sociabilidade e para que se possa enxergar o exterior, rico em provocações construtivas. Ortega afirma que somente olhando para fora, isto é, somente buscando a exterioridade, é possível haver abertura para o novo, para o estranho, para o diferente, e torna-se possível construir uma forma mais desafiadora de existência.

Além disso, Ortega (2000) denuncia que essa “sociedade íntima” inibe a manifestação da capacidade criativa do homem. O *homo ludens*³ é suprimido, de modo que a iniciação de algo novo, o rompimento da realidade estabelecida, enfim, a experimentação, não pode realizar-se plenamente. Para o autor, a sociedade está sofrendo uma “psicologização total” (2000, p. 112), isto

³ *Homo ludens*, ou seja, homem lúdico (lúdico vem da palavra latina “*ludus*”, que quer dizer jogo). Nesse contexto, o homem lúdico proposto por Ortega (2000, p. 42) é aquele que não tem medo de encarar um jogo político, de forma a criar, espontaneamente, o novo e o inesperado no âmbito dos relacionamentos.



é, uma tendência de mostrar-se ao outro, mais do que buscar descobri-lo. É preferível mostrar a si mesmo em vez de enxergar o que o outro tem a mostrar. Em consequência disso, advém, também, o desinteresse pela vida pública, ou seja, por tudo que não diga respeito ao “eu” propriamente dito. Desse modo, Ortega enfatiza que, nesse movimento de *fazer-se conhecido*, o homem da sociedade atual se sente impelido à fala, à comunicação. Em outras palavras, somos estimulados a nos mostrar diante do outro, a preferir conhecer a nós mesmos em lugar do outro. Esses estímulos, segundo o autor, acabam levando-nos diretamente ao narcisismo e a supervalorização do “eu”.

Vivemos em uma sociedade que nos incita continuamente a “desnudar-nos” emocionalmente, que fomenta todo tipo de terapias, verdadeiras dramaturgias da intimidade. A consequência é a decomposição da “civildade”, entendida como o movimento aparentemente contraditório de se proteger do outro e ao mesmo tempo usufruir de sua companhia. Uma forma de tratar os outros como estranhos, pois usar uma máscara, cultivar a aparência, constitui a essência da civildade, como modo de fugir da identidade, e de criar um vínculo social baseado na distância entre os homens que não aspira ser superada. O comportamento civilizado, polido, exige um grande controle de si, já que não é coisa fácil conter-se e governar-se a ponto de não deixar transparecer nos gestos e na fisionomia as mais violentas emoções de sua alma. (ORTEGA, 2000, p. 113)

Além disso, essa “ideologia da intimidade” (ORTEGA, 2000, p. 109), traz consigo o costume, que geralmente passa despercebido, de estabelecer analogias entre as relações interpessoais desenvolvidas – como a amizade – e as relações familiares. O que se observa é que, nesta cultura, quanto mais importante for um relacionamento, maior é a tendência de aproximá-lo da semântica familiarista. Em outras palavras, quanto mais considerável for um amigo, maior a tendência de encará-lo como um irmão, um pai etc.

Ortega (2000) critica essa postura, afirmando que quanto mais o ideal familiar permear as relações de amizade, maior será o risco de haver



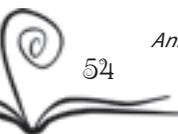
frustrações nessa relação. Essas frustrações aconteceriam porque, ao se encarar o outro como um membro da família, é exigida dele uma postura semelhante à do pai, do irmão etc., ao passo que o amigo, na verdade, não possui as mesmas características da família. Ortega afirma também que a semântica familiarista, na verdade, representa e legitima o medo do desconhecido e do diferente.

Em suma, Ortega defende uma amizade voltada para a civilidade, para o político, uma amizade que não promova a interioridade, mas que, em vez de estimular um conhecimento de quem o sujeito é, pretende incitar a própria invenção do sujeito nela envolvido. É um conceito inovador, que, segundo o autor, encontra dificuldades para se estabelecer enquanto possibilidade por causa da predominância da mentalidade familiarista na sociedade atual.

É importante destacar, no entanto, que não se trata de negar a família enquanto instituição, mas de promover mais opções para o surgimento de laços afetivos. Trata-se de não restringir as amizades a uma mera extensão da família, daqueles que são iguais, que pensam de modo muito semelhante. O objetivo é promover o surgimento de relacionamentos desafiadores, inovadores, que saiam da zona de conforto e que se lancem no desconhecido, rompendo, conseqüentemente, com atitudes discriminatórias e egocêntricas.

Ortega (2000) defende a ideia de estabelecer a amizade como um relacionamento complementar à família, no sentido de que aquela apostará na exterioridade, na construção dos sujeitos para o mundo, enquanto esta se preocupará em acolher aqueles que estão na intimidade. A amizade, para Ortega, viria a cumprir um papel de suporte no enfrentamento do medo de “ser livre”, ou seja, de encarar o mundo com suas pluralidades. Assim, seria possível dizer, então, que a amizade possui um caráter solidário. Nesse relacionamento, um sujeito incitaria o outro a abrir-se para o mundo, a construir-se dentro do próprio relacionamento, vencendo, assim, a insegurança que o novo gera.

A amizade proposta por Ortega (2000) é um caminho novo que, segundo ele, poderá mostrar os benefícios que o enfrentamento e o acolhimento da diferença podem trazer – além de exemplificar o quão proveitoso pode ser viver um relacionamento que respeite o espaço, a distância que



existe, e que muitas vezes tende a ser suprimida na “sociedade íntima”, entre o “eu” e o “outro” nos relacionamentos.

Já numa revisão sobre Foucault, Ortega (1999) expõe a postura do filósofo francês em relação à amizade. Para ele, a amizade consiste numa forma de resistência e rebelião contra os relacionamentos tradicionais, “prescritos”. É, ainda, um jogo estratégico que desafia o poder institucionalizado, uma vez que possui por base a experimentação, a intensidade, a multiplicidade e a “mínima quantidade de domínio” (ORTEGA, 1999, p. 157).

Foucault não trata da questão da amizade de forma específica e/ou aprofundada; por isso, Ortega esclarece: “A única definição de amizade proposta por Foucault [...] é a seguinte: ‘a soma de todas as coisas mediante as quais se pode obter um prazer mútuo’” (ORTEGA, 1999, p. 168). Para Foucault, a amizade é um relacionamento em que os sujeitos envolvidos vivem em uma provocação recíproca, sem, no entanto, usar da violência. É, sobretudo, um relacionamento aberto à experimentação, que desafia a ideologia hegemônica de submissão ao outro.

Outra referência possível e importante para tratar da dimensão política existente nos relacionamentos interpessoais é o pensamento da filósofa Hannah Arendt. Segundo Arendt, o homem vive num “espaço construído pelo trabalho e constituído pela ação” (apud ALMEIDA, 2008, p. 468), a saber, o mundo. Esse espaço permeado pela existência humana e que abriga a pluralidade das intervenções e relacionamentos do próprio ser humano é anterior à existência efêmera de cada indivíduo, e se perpetuará após a morte de cada um deles.

Segundo Almeida (2008), Arendt diferencia as atividades humanas tendo como princípio norteador os fins de cada atividade. Algumas delas, segundo a autora, preocupam-se com a sobrevivência da espécie, sendo classificadas como trabalho. Outras, por sua vez, dizem respeito, diretamente ao “mundo humano” (ALMEIDA, 2008, p. 468) – que diferencia o homem dos outros animais –, como a obra e a ação.

O trabalho está relacionado à vida (dimensão biofísica), ao suprimento das necessidades básicas, como a fome, por exemplo. Já a obra diz



respeito à intervenção do homem no espaço para produzir a sua existência social, fabricando objetos e espaços que lhe possam ser úteis na sua vivência. A ação, por sua vez, constitui a “atividade mais especificamente humana” (ALMEIDA, 2008, p. 468). E é para a ação que esse trabalho voltará uma atenção especial, visto que a amizade é algo que se constrói na relação entre os homens.

Almeida (2008) explica que a ação, para Arendt, diz respeito à convivência entre os seres humanos em geral e ao sentido que essa convivência dá à sua existência. Por causa da pluralidade em que todos vivem, apesar da singularidade de cada sujeito envolvido na esfera dos relacionamentos, é possível existir um âmbito de ação que consiste na troca de impressões por meio de atos e palavras. Segundo Arendt:

A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política. (2010, p. 8-9)

Arendt percebe o mundo como um lugar que está fora dos eixos – posto que o âmbito privado, cada vez mais, invade e se confunde com o público, comprometendo a verdadeira essência da política –, e que cabe a cada geração que nasce renová-lo, de modo a consertar e rearrumar esse lugar. Com base nesse ponto de vista, a autora desenvolve a importância da educação para esse processo. Cabe ao educador mostrar à criança de cada geração o mundo em que se vive e protegê-la para que ela desenvolva seguramente a sua singularidade enquanto um sujeito novo nesse espaço que é anterior a ela (ALMEIDA, 2008).

Para Arendt, a *singularidade* é algo próprio do sujeito, que define quem ele é, e que se manifesta, antes de tudo, aos outros que estão ao redor, mediante pensamentos e ações do sujeito. Desse modo, a singularidade diz respeito ao espaço público, político, de convivência, e não ao espaço particular.



Logo, segundo a visão arendtiana, a singularidade não está relacionada com a introspecção nem com o isolamento, como, numa visão romântica, costuma pensar-se atualmente (ALMEIDA, 2008).

Paralela à singularidade defendida por Arendt está o conceito de *status*, tão presente atualmente na esfera social e que determina tantos relacionamentos. Segundo Almeida, Arendt “explica que na esfera social acontece uma identificação da pessoa com sua posição social” (2008, p. 474). Ao contrário da singularidade, o *status* define o que é o sujeito, estando ligado diretamente ao poder de consumo. Esse tipo de identificação acaba por gerar relacionamentos pautados principalmente no interesse de obter benefícios.

Aqui, cabe também tratar do conceito de liberdade que é um atributo da vida humana, e tem um caráter voltado para ação (para o “começar”) e não algo relacionado ao livre-arbítrio do indivíduo. Conforme Arendt:

O homem é livre porque ele é um começo e, assim, foi criado depois que o universo passara a existir. No nascimento de cada homem esse começo inicial é reafirmado, pois em cada caso vem a um mundo já existente alguma coisa nova que continuará a existir depois da morte de cada indivíduo. Porque é um começo, o homem pode começar; ser humano e ser livre são uma única e mesma coisa. Deus criou o homem para introduzir no mundo a faculdade de começar: a liberdade. (2011, p. 216)

Ou seja, o sujeito, uma vez livre, está apto para intervir no mundo – no espaço comum – e ajudá-lo a entrar nos eixos. É a singularidade desse sujeito, quando ligada à liberdade, impulsiona a criação de algo novo. Isso quer dizer que o jovem, sujeito novo no espaço antigo (o mundo), tem em sua singularidade a potência de iniciar ações impensadas, que só podem ser iniciadas, livremente, por ele. Assim, quando o processo de conhecimento do mundo e de sua singularidade é bem sucedido, cada sujeito, de cada geração, tem consciência de quem ele é e do lugar em que vive, sendo possível, assim, renovar o espaço e a ordem das coisas. Em outras palavras, para Arendt, a resposta para um mundo que precisa entrar nos eixos está na natalidade, isto é, no “fato de todos nós virmos ao mundo ao nascer-



mos e de ser o mundo constantemente renovado mediante o nascimento” (ARENDR apud ALMEIDA, 2008, p. 471).

Existe, na obra de Hannah Arendt, uma diferença importante entre os conceitos de *natalidade* e de *nascimento*. É necessário salientar essa diferença por causa das proporções que tais conceitos podem assumir na compreensão do ideário arendtiano.

Enquanto o nascimento diz respeito à inserção de um novo ser *na vida*, a natalidade se refere ao surgimento de um novo ser *no mundo* (ALMEIDA, 2008). Então, o nascimento está relacionado ao trabalho, constituído pelos esforços para suprimento das necessidades físicas, e à perpetuação da espécie; já a natalidade diz respeito à existência de um novo ser num “conjunto de tradições históricas e realizações materiais e simbólicas” (CARVALHO, 2006, p. 19). Com a natalidade, surge não só um novo ser para a vida, mas um novo ser *singular*, que pode agir e intervir no mundo, de forma imprevisível e única. Nas palavras da própria filósofa:

O fato de o ser humano ter o dom da ação, no sentido de fazer um início, só pode significar que ele foge a qualquer previsibilidade; que, nesse caso, a própria imprevisibilidade tem uma certa probabilidade e que aquilo que “racionalmente” não é de se esperar pode mesmo assim ser objeto da nossa esperança. E esse dom para o imprevisível, por sua vez, se baseia exclusivamente na singularidade, por meio da qual cada um se distingue de qualquer um que foi, é ou será, [...] e essa singularidade se baseia no fato da natalidade, fundamental para toda comunidade humana, e em virtude da qual cada ser humano apareceu no mundo como um Novo singular. (ARENDR apud ALMEIDA, 2008, p. 471)

Com base nesse contexto, pode-se perceber que a amizade, enquanto pertencente à esfera das relações humanas, é concernente ao âmbito da ação, como definido por Arendt. E, além disso, a ação livre está diretamente relacionada com a iniciação de algo novo. Desse modo, pode-se começar a pensar na amizade como um relacionamento que, pautado nas singularidades dos sujeitos envolvidos, apresenta grande potencial de mudança, de renovação da realidade imposta e de crescimento pessoal mútuo (que



acontece por meio da troca de conhecimentos e experiências possibilitados pelas singularidades).

Além disso, as reflexões de Arendt permitem-nos inferir que a autora propõe a existência de um espaço político de conhecimento no qual os sujeitos podem se conhecer uns aos outros e ser impulsionados a agir em relação ao mundo em que vivem. Segundo Almeida, o desafio da educação, para Arendt, é “oferecer um espaço onde as crianças e os jovens possam estabelecer relações – conhecer os outros e o mundo e se dar a conhecer – sem ainda estar sob o peso da responsabilidade pelo mundo” (2008, p. 472).

Tendo em vista a proposta de educação oferecida por Arendt, é possível pensar, portanto, que a escola pode ser esse espaço de conhecimento e de liberdade que daria abertura para o engajamento no coletivo, ao mesmo tempo em que protegeria a singularidade de cada um. De fato, a proposta de escola para Arendt é de um espaço seguro onde as crianças possam fazer a transição do espaço da família para o espaço coletivo do mundo:

Normalmente é na escola que a criança faz a sua primeira entrada no mundo. Ora, a escola [não] é, de modo algum, o mundo, nem deve pretender sê-lo. A escola é antes a instituição que se interpõe entre o domínio privado do lar e o mundo, de forma a tomar possível a transição da família para o mundo. (ARENDR, 2011, p. 238)

A amizade na escola seria um relacionamento que possibilita ao sujeito o conhecimento de sua singularidade, além de impulsionar a renovação do mundo com a iniciação de projetos impensados. Com a visão de mundo que os jovens amigos obtêm nesse espaço de formação, o potencial de mudança seria ainda maior, visto que a troca de impressões diferentes impulsiona soluções mais abrangentes e desafiadoras. Os jovens amigos são os novos singulares, conhecedores do mundo em que vivem, capazes de contribuir, por meio da ação livre, para que o espaço coletivo seja restaurado e “entre nos eixos”.

É importante também salientar que, de acordo com a concepção arendtiana do papel da educação, a amizade na escola contribui também para a transição dos sujeitos de seu espaço privado, a família, para o



coletivo, o mundo. No exercício de inserção dos novos no mundo antigo, a amizade consiste em um relacionamento que auxilia um melhor enfrentamento do mundo, pois os laços afetivos têm o poder de aumentar o sentimento de segurança e afirmação necessário ao sujeito para encarar os desafios que o mundo apresenta.

Além disso, nesse contexto de transição, não é um absurdo pensar que muitas amizades dentro do espaço escolar se pautam na semelhança com as relações familiares e estejam relacionadas a elas. Afinal, é no âmbito escolar que, no universo de significados dos jovens sujeitos, irão coexistir as impressões do âmbito privado – advindas da família – e as novas impressões do âmbito coletivo – advindas da apresentação do mundo realizada pelos educadores. Num esforço de autoproteção diante de um mundo desconhecido, é normal que os sujeitos procurem se unir àqueles que representem o conforto da familiaridade.

No entanto, como dito anteriormente, as semelhanças existentes no espaço de uma escola pública estão condicionadas à realidade das diferenças de cada singular que comporá esse espaço. Isto é, mesmo que haja semelhança no contexto da escola pública, apresentar essa semelhança não significa “ser igual”, visto que a escola é um espaço de heterogeneidade, onde sujeitos estranhos uns aos outros são postos em certo conflito, ao serem desafiados pelo esforço da convivência.

Além disso, a existência de amizades que se pautem na semelhança não invalida a existência de amizades que se estruturam no enfrentamento e no acolhimento das diferenças. O sujeito se construirá pela troca de experiências, possibilitada pelo encontro com outras singularidades, já sejam elas semelhantes ou não. Como vimos, amizades pautadas na diferença desafiam os sujeitos a se abrirem para a pluralidade do mundo, de modo que o produto do incômodo causado pelo estranhamento pode ser extremamente benéfico para o coletivo, mediante a iniciação de projetos impensados.

Por sua vez, as amizades estruturadas na semelhança permitem ao sujeito um espaço de maior acolhimento e de identificação, o que também é fundamental para o desenvolvimento saudável da singularidade do indivíduo. As amizades pautadas na semelhança auxiliam o equilíbrio do sujei-



to e podem fazer parte de seu mundo de afetos, desde que não impossibilitem o desenvolvimento de outros vínculos afetivos, inclusive os pautados na diferença, nem o impeçam de agir politicamente. É importante que esse tipo de relacionamento não limite as possibilidades de experimentação do sujeito, permitindo que ele esteja sempre aberto a acolher e respeitar as diferenças, em vez de promover ações separatistas e preconceituosas.

A AMIZADE NA ESCOLA E O DESAFIO DA ALTERIDADE: A VISÃO DE UMA NOVA GERAÇÃO

O grupo focal serviu de complemento à revisão de literatura e buscou responder a algumas questões importantes para a análise da amizade na escola, focando em suas implicações na formação humana e em sua potencialidade política de mudança.

É importante ressaltar a variedade de percepções de si e do outro que perpassa a fala dos alunos no grupo focal. Fica claro que, embora a amizade consista num vínculo afetivo comum no meio escolar, o exercício de pensar sobre ela e de transpor em palavras o pensamento é um esforço extremamente confrontador e difícil de realizar. Por causa do desafio que é ver com olhos analíticos aquilo que tantas vezes nos parece banal, o produto do grupo focal são diferentes pontos de vista, que apresentam a multiplicidade de interpretações e modos de viver a amizade da geração representada pelos jovens alunos que foram entrevistados no contexto da EPSJV.

Da mesma forma que os participantes foram desafiados a refletir e a analisar a forma como vivem e constroem seus vínculos na escola, o desafio se estendeu a este trabalho, que, lançando-se ao exercício de se ocupar do subjetivo, encontra-se na difícil tarefa de conciliar o universo objetivo dos conceitos e a riqueza desafiadora do empírico, posto que a realidade sempre se mostra mais rica do que aquilo que se escreve sobre ela.

É importante deixar claro também que não é intenção desta pesquisa emitir qualquer juízo de valor sobre uma ou outra forma de se de-



envolver a amizade na escola. Não se trata de legitimar uma forma de escolher o amigo em detrimento de outra, importa antes que a questão seja explorada de forma satisfatória, compreendendo que, em decorrência da sua amplitude, o assunto não se esgota aqui.

Convém destacar também que se verificou uma diferença entre o que foi apreendido na pesquisa bibliográfica e o produto do grupo focal. Mesmo que a revisão da bibliografia apresente a amizade pautada na diferença como aquela que mais se aplica ao contexto escolar, a pesquisa evidenciou no trabalho empírico que os vínculos baseados na semelhança entre os amigos se dão de forma recorrente.

Ainda assim, foi possível estabelecer uma aproximação entre os discursos dos alunos e os conceitos que permearam a pesquisa bibliográfica, entendendo-se que, embora as amizades baseadas na semelhança tenham sido relatadas com certa recorrência, muito do que foi falado pelos alunos também encontra fundamento na literatura estudada. Como na pluralidade – condição da vida política, como defende Arendt – convivem e se mostram as diferentes singularidades, no espaço coletivo da escola essas singularidades também se esbarram e se afetam. Conforme acontece a experimentação do outro, as impressões causadas pelo encontro determinarão os vínculos que serão ou não estabelecidos entre os diferentes sujeitos. A pluralidade possibilita a alteridade – entendendo-se alteridade como o convívio entre esses diferentes sujeitos, permeado pelo estranhamento causado pelos diferentes encontros, isto é, alteridade é o “espaço entre” os sujeitos. Para Arendt, a singularidade se expressa, antes de tudo, para o outro, no contexto da ação:

Esta revelação de “quem”, em contraposição a “o que” alguém é – os dons, qualidades, talentos e defeitos que alguém pode exibir ou ocultar – está implícita em tudo o que se diz ou faz. [...] geralmente, porém, não basta o propósito deliberado de fazer tal revelação, como se a pessoa possuísse e pudesse dispor desse “quem” do mesmo modo como possui e pode dispor de suas qualidades. Pelo contrário, é quase certo que, embora apareça de modo claro e inconfundível para os outros, o “quem” permaneça invisível para a própria pessoa, à semelhança do *daimon*, na reli-



gião grega, que seguia atrás de cada homem durante toda a vida, olhando-lhe por cima do ombro, de sorte que só era visível para os que estavam à sua frente. (ARENDR apud ALMEIDA, 2008, p. 472)

Esse “quem” que somente os outros com quem o sujeito lida podem ver, na experiência do encontro, atrai ou repele a singularidade do outro, de modo que, do encontro dessas singularidades, podem surgir vínculos como a amizade que proporcionam troca de ideias, potencializando a ação.

No grupo focal, o discurso dos alunos participantes mostrou que existe uma divergência entre eles no tocante ao fator que impulsiona o início de uma amizade na escola. Alguns afirmaram que essas amizades se constroem a partir da identificação de semelhanças. Outros, pelo contrário, iniciaram suas amizades a partir do estranhamento e até mesmo da antipatia. Esses fatores, semelhança ou estranhamento, constituem os elementos da afetação causada pelo encontro com a singularidade do outro.

Tratando-se de como se dá a escolha de um amigo, as primeiras respostas no grupo⁴ apresentaram a semelhança como fator importante nesse processo:

Eu acho que você escolhe, primeiramente, não por interesse, mas porque você vê em tal pessoa aquilo que você é em si mesma, como se fosse um reflexo de você. E aí, vocês se juntam... (Aluna 2, 17 anos)

Eu me sinto mais próxima das pessoas com quem eu tenho coisas em comum, mas aí tem os meus colegas que também são muito diferentes de mim, mas, amigo mesmo, acho que são as pessoas mais parecidas. (Aluna 1, 17 anos)

Acho que a gente acaba se aproximando por coisas semelhantes, mas, com o tempo, às vezes você pode até se separar daquela pessoa por justamente ver que tem coisas semelhantes, mas tem muito mais coisas diferentes do que aquilo que se pensava. (Aluno 1, 16 anos)

⁴ Todos os discursos dos alunos são informações verbais retiradas das discussões no grupo focal.



Nesses casos, a afetação se dá a partir da semelhança, e a amizade se inicia com a identificação de uma singularidade parecida.

Por outra parte, no entanto, existem aqueles que afirmam ter iniciado suas amizades na escola a partir do estranhamento, encarando as diferenças e desafiando a antipatia: “Os meus amigos de verdade, e até os meus melhores amigos, são baseados numa antipatia” (aluno 4, 17 anos).

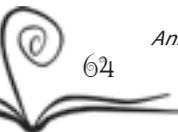
Outro aluno declarou:

Antes de eu entrar aqui, eu já tinha pensado nisso: eu vou encontrar amigos para a vida, eu vou encontrar amigos para eu levar nessa escola. E foi o que aconteceu. Só que o que eu não sabia é que eu ia encontrar amigos tão diferentes e que fossem me causar tantos conflitos. [...] A primeira amiga que eu encontrei me causou um megaconflito e foi uma coisa que eu não escolhi, pela primeira vez eu não tinha escolhido uma amizade, ela aconteceu, ela veio. E eu aceitei-a da forma como ela veio, me causando todos os conflitos... E é engraçado porque eu não a achava semelhante por se parecer comigo, porque não parecia nada, eu achava semelhante por ser diferente, porque ela me causava um desconforto. (Aluno 3, 19 anos)

Em todos os casos, fica claro que a amizade, seja pelo (re)conhecimento de semelhanças, seja pelo estranhamento gerado pelas diferenças, acontece no contato entre as subjetividades e num nível de afetação, positivo ou negativo, que será determinante no estabelecimento ou não de laços entre os sujeitos.

Em sua maioria, os participantes do grupo focal afirmaram que existem valores que são fundamentais para a construção dos elos de amizade. Dentre esses valores está a confiança: “Pra mim não tem isso de não ter confiança, tem que ter” (aluna 6, 17 anos). A questão da confiança foi referida também em outros discursos:

Se eu fosse definir o que é um amigo, eu diria que é aquele ou aquilo, não necessariamente uma pessoa, em quem eu pudesse confiar, seria sinônimo de confiança. [...] Se eu não confio, se essa pessoa, minimamente, não me respeita, não me aceita,



não pode ser minha amiga. Se essa pessoa não é leal, ela não pode ser minha amiga. (Aluna 4, 18 anos)

A amizade parte muito da confiança que você tem na pessoa. Se você não confia naquela pessoa, como é que você pode considerá-la sua amiga? Tem muita gente que diz: “Fulano é meu amigo, mas eu não confio nele, não!” Isso é muito complexo pra mim. (Aluna 5, 18 anos)

Além da confiança, outros valores foram mencionados, como a possibilidade do diálogo intersubjetivo, a democracia e o cuidado com o outro. É perceptível que os alunos reconhecem a singularidade dos amigos, não buscam “em um” o que encontram “em outro”. O diálogo é exatamente a possibilidade de se relacionarem com o outro como ele se apresenta no encontro:

O amigo tem que partilhar ou dialogar com o seu projeto [de mundo], porque muitas vezes o seu projeto, você pensa de uma forma e o seu amigo vai de confronto com aquilo, ele vai dialogar com você, aí é amigo quando ele consegue dialogar. Ele não precisa levar a mesma bandeira que a sua. O simples fato de ele dialogar, de ele ouvir o outro projeto, já é um lance de amizade. Porque do amigo você quer isso, do amigo você quer ouvir, do amigo você quer uma correspondência para falar também... (Aluno 3, 19 anos)

Meus amigos são bem diferentes de mim na personalidade, mas eu tenho que conseguir discutir com a pessoa. Ela pode até não ter a mesma ideia, mas ter interesse em discutir sobre essa ideia, a opinião sendo diferente, mas ter interesse no assunto. Eu acho que isso é fundamental para eu ter uma amizade com essa pessoa. (Aluna 1, 17 anos)

A amizade também foi apresentada como um espaço democrático e, ao ser comparada com a instituição familiar, essa última foi encarada como um espaço em que, ao contrário da amizade, não existe essa liberdade:

De uma maneira muito simples, eu não acho que a família seja um bom exemplo para se citar aqui. Até porque a estrutura familiar não



é nada democrática, a amizade é um vínculo extremamente democrático, extremamente livre. Enfim, é isso. Na família, você não tem esse senso de liberdade para gostar, para amar, para conviver, para se relacionar... (Aluna 4, 18 anos)

Essa questão, como citado anteriormente, aparece na reflexão de Ortega (2000), quando ele discute a presença constante da família no imaginário dos afetos que desenvolvemos. Segundo o autor, quanto mais importante uma relação parece para nós, mais temos a tendência de associá-la a uma relação familiar. Ele afirma que essa tendência, no fundo, resulta do medo muitas vezes nutrido por nós de encarar a diferença, e, por isso, tendemos a criar analogias que nos aproximem do espaço de semelhança e segurança que a família representa.

Não se trata de negar a família como instituição, mas de combater o monopólio que ela exerce sobre nosso imaginário emocional, de deixar de pensar as reações de amizade em imagens familiares, para poder reinventar a amizade [...]. O mundo compartilhado, a esfera dos “assuntos humanos” é esse espaço entre os homens que deve ser mantido e que é suprimido nas relações de parentesco, na família e na fraternidade, ao anular a pluralidade, a singularidade e a liberdade. Eis por que Hannah Arendt contrapõe fraternidade e amizade, sendo esta última voltada para o público. (ORTEGA, 2000, p. 115)

Ortega (2000) faz esta discussão tendo em vista o modelo de família historicamente construído, o qual não se apresenta como um espaço democrático, isto é, muitas vezes não mostra abertura ao diálogo nem à possibilidade de escolha. Contudo, cabe acrescentar que, na contramão dessa perspectiva, existe sim, e cada vez mais, a possibilidade de construção de novas formas de relacionamento dentro do âmbito familiar.

Existem famílias que escolhem desenvolver relações pautadas na confiança, no respeito, no diálogo, na liberdade de ser quem a pessoa é de verdade. Nesse sentido, cabe-nos tratar até mesmo da possibilidade que os



laços de amizade têm de democratizar a família, visto que as relações de amizade constituem um lugar de cultivo de valores democráticos, como revelado nos discursos do grupo focal. Quando existe uma abertura para uma nova forma de relacionamento como essa, a de familiares que criaram entre si laços de amizade, há a possibilidade crescente de transformação da família num espaço democrático.

Por último, vale a pena destacar o cuidado com o outro, que também surge como um valor importante na construção das amizades. No discurso dos jovens, o cuidado apareceu interligado com os conceitos de “tratar bem” e de respeito, sendo traduzido em atitudes como o carinho demonstrado pelo outro e a preservação do afeto desenvolvido em relação ao amigo, mesmo com as mudanças que ele sofre:

Teve uma amiga que falou assim para mim: “Por que você faz isso por mim, se eu sou tão ruim com você?” Eu falei: “Porque isso não me preocupa, porque eu considero você uma pessoa boa, eu gosto de você, amo você, e eu acho que você merece pelo menos uma pessoa na vida que faça essas coisas por você, e se pode ser eu, por que não?” (Aluna 4, 18 anos)

Às vezes, a gente faz amizade e aquela pessoa acaba conquistando você, e você cria o sentimento de afeto, o primeiro contato pode até ter sido por opinião, pelo pensamento, pode até ter sido isso o que te impulsionou a se aproximar, mas, depois que você se aproxima, você vai criar um laço mais de afeto, você começa a se importar com a pessoa. Aí, às vezes, ela muda, mas você já gosta dela [...]. Ela muda, mas ninguém muda totalmente. A essência ainda é a mesma. Aí você já gosta daquela pessoa e você até se esforça para conversar com ela, e você consegue. (Aluna 1, 17 anos)

Um aluno deixa clara a importância que o “tratar bem” tem para ele na construção de uma amizade: “Pouco me importa se a pessoa acha o aborto legal, se ela quer votar no Serra, eu não quero nem saber disso. Se a pessoa me trata bem, já está bom, já tem grandes chances de virar meu amigo” (aluno 2, 16 anos).



Esses valores, que segundo os alunos são condições básicas para a construção e a manutenção das amizades, contribuem para a reafirmação dos afetos, para o reconhecimento da capacidade de se doar ao outro e de se sentir à vontade para esperar uma reação correspondente dele, além de favorecerem o autoconhecimento. Nesse sentido, as amizades concorrem para a formação humana, e a citação recorrente desses valores ao longo do grupo focal, ressaltando a sua importância, reafirma isso.

Conforme a afetação se dá nos sujeitos envolvidos nos elos de amizade, esses relacionamentos interferirão diretamente na formação dos sujeitos. A troca das subjetividades possibilitada pelo convívio, pelo relacionamento, transforma constantemente os indivíduos, mesmo que eles não o percebam. Entende-se por troca de subjetividades a troca de ideias e o surgimento e o encontro de afetos, que podem ter consequência positiva ou negativa, dependendo da situação. Além disso, podemos citar também os diálogos possibilitados pela relação, o cuidado com o outro, enfim, ações que permeiam e mantêm os elos de amizade.

A troca tem o poder de ajudar o outro a libertar o seu potencial único e intransferível de mudança, de criação de projetos impensados, isto é, o poder de fazer um início. É o conceito de renovação de mundo de Hannah Arendt que entra novamente em cena. Segundo a filósofa, cada geração que nasce – seres novos num mundo antigo – é capaz de renovar o espaço coletivo que é o mundo (ALMEIDA, 2008). Em outras palavras, a cada novo ser que surge no mundo, o próprio mundo pode tornar-se novo mais uma vez. A natalidade inaugura um novo início, possibilitado pela ação dos diferentes singulares.

A amizade compo, juntamente com outros relacionamentos, o âmbito da ação, transforma-se num dispositivo potencializador da mudança, posto que é através da ação que os homens são capazes de instaurar a novidade no mundo, a amizade – um relacionamento de exercício da liberdade, que já é ação em algum sentido – não poderia incitar a ação que vise ao coletivo? Não poderia servir de instrumento de mudança do mundo?

Tendo isso em vista, algumas perguntas feitas no grupo focal buscaram compreender como se desenvolve esse potencial na dimensão prática



dos relacionamentos. Perguntados se a amizade tem o poder de mobilizar para a ação, a maioria dos participantes do grupo respondeu que sim. Alguns, no entanto, ao desenvolverem a ideia, deixaram claro que essa ação se voltava para eles mesmos, como se o projeto de mundo partisse, antes de tudo, de uma mudança interna. Percebe-se isso claramente na fala de uma aluna, que afirma:

É óbvio que eu acho que a amizade gera ação. No meu caso, não conta o meu projeto de mundo, porque eu sou muito indecisa, mas eu meio que sei bem o que quero da minha vida. Eu sou muito cabeça-dura, só que eu também me autodeprecio muito, então, muitas vezes, mesmo eu sabendo que eu quero fazer **aquele negócio**, eu não tenho ânimo para seguir em frente, porque eu sei que eu quero aquilo, mas eu fico: “Ah, eu não vou conseguir, eu não tenho capacidade!” E meus amigos, e minha família também, no caso, mas meus amigos me botam muito para cima. Eles falam: “Vai, você vai conseguir. Tenta!” E, apesar de não ser nada conflitante, eu acho isso essencial para eu seguir em frente. Eu acho que eu não conseguiria ter feito nem metade do que eu fiz se não tivesse gente do meu lado me apoiando, me movendo para frente. (Aluna 1, 17 anos)

Essa aluna deixa claro que suas amigas ajudam na tomada de decisões importantes, geram motivação para seguir em frente, enfim, mobilizam uma ação voltada para a interioridade, para o âmbito pessoal.

Outro aluno afirma: “Pelo estranhamento, você é mobilizado pelo seu amigo a fazer alguma coisa que muitas vezes você não queria fazer, que você já tinha cogitado nunca fazer na vida. E aí o seu amigo te mobiliza para isso e, eu acho, que gera a ação” (aluno 3, 19 anos). Nesse caso, enfatiza-se que o amigo mobiliza para uma ação impensada, mas que, ainda assim, parece restrita ao campo pessoal, uma ação que seria como um enfrentamento de si mesmo, e que não se direciona diretamente ao coletivo.

Alguns alunos afirmaram que a sua passagem pela escola foi determinante para fazê-los pensar em prol do coletivo, de modo que a troca de singularidades permitida pelos relacionamentos criados no espaço escolar



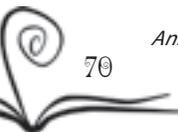
possibilitou-lhes cogitar novos caminhos a seguir durante sua passagem pela escola e até mesmo quando saírem dela:

Ela [a escola] também tem um caráter de transformação e de desenvolvimento e ela permite isso [...]. Da mesma forma que ela regula, tentando nos formar para sermos alguma coisa, ela também permite que a gente se desenvolva e se transforme, de uma maneira mais flexível. [...] Justamente essa questão formadora possibilita uma ampliação da nossa visão de mundo. Tanto que o meu projeto de vida, depois que sair daqui, é, de fato, transformar o meu espaço, conseguir flexibilizar, minimamente, o espaço onde eu vou ser inserida, para que eu possa ter pessoas ao meu lado que saibam ser amigas, porque nem todas as pessoas sabem ser amigas das outras, isso não é fácil. (Aluna 4, 18 anos)

Arendt discute a importância da educação para os jovens, afirmando que a educação tem o papel de iniciar e preparar os novos para um mundo antigo, anterior a eles. O educador deve mostrar às novas gerações o mundo em que vivemos, expondo, inclusive, as barbáries nele cometidas, ao mesmo tempo em que protege as singularidades dessas novas gerações, a fim de que possam desenvolver seu potencial (ARENDR, 2011). Desse modo, a escola desempenha um papel ao mesmo tempo desafiador e protetor das novas gerações. Isso não é diferente na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Essa concepção arendtiana aparece na fala de alguns alunos, que afirmaram a importância de sua passagem pela EPSJV para que pudessem enxergar o mundo de uma perspectiva diferente, mais voltada para o político, para o próprio mundo. Uma aluna ressaltou: “A escola me mudou muito no sentido de o meu principal projeto de vida é ter um trabalho voltado para a área da educação” (aluna 3, 16 anos). Outra declarou:

Eu acho que a escola, também por ser um objeto de transformação do indivíduo, assim, de formação no âmbito acadêmico e no âmbito social, e mesmo de construção do sujeito, eu acho que ela interfere muito [...] na construção de suas amizades, porque se eu



encontrasse com as minhas amigas de fora, hoje em dia, eu provavelmente as chamaria de idiotas, de chatas [...]. Antes de eu entrar aqui no Politécnico, eu tinha uma visão de mundo não totalmente diferente, mas um pouco diferente da que eu tenho hoje em dia, e projeto de mundo, eu não sabia nem o que eu queria fazer da vida. [...] Eu acho que a escola teve um papel importantíssimo na minha formação como indivíduo, porque ela criou uma visão em mim um pouco a mais do que eu já tinha. Eu nunca pensei em fazer medicina, hoje eu quero fazer medicina e trabalhar em comunidade [...]. Acho que é isso: meu projeto de mundo é social. (Aluna 5, 18 anos)

Mesmo que tenha sido ressaltada a importância da escola na construção de novas visões de mundo, considera-se que poucas falas no grupo focal dão a entender, diretamente, que as amizades auxiliam na mobilização política voltada para o coletivo, visto que por meio dos discursos, seja valorizando mais a importância pessoal da amizade, seja indicando o fim último da mudança promovida por ela, os alunos trouxeram uma discussão que se inicia no “eu”. Poderíamos, então, afirmar que a renovação de mundo proposta por Arendt, que acontece a partir da vinda de cada ser novo, parece esmagada por um mundo cada vez mais voltado para os interesses pessoais.

Todavia, as falas deixaram claro que o “eu” tem um papel fundamental no processo de ação no mundo. O pensamento que parece permear as falas é o de que uma mudança no âmbito pessoal, isto é, uma mudança no pensamento, na visão de mundo, nos objetivos do sujeito, acaba modificando, de alguma forma, o mundo em que esse “eu”, esse sujeito está inserido.

Como dito pelos alunos, suas singularidades esbarram com outras singularidades no espaço escolar e desse encontro surgem mudanças. Essas mudanças em cada sujeito trazem um potencial de ação que parece fluir “de dentro para fora”, isto é, inicia-se no singular e termina na pluralidade. Desse modo, embora tenhamos a tendência de classificar as ações que começam no “eu” como um ato de sobreposição do particular ao público, o produto do grupo focal mostrou que, mesmo que o início das ações parta de um desejo pessoal, o fim pode sim estar



voltado para o coletivo. O caminho mostrado por cada fala ainda traz consigo a esperança da mudança no coletivo, promovida pelos encontros e pelos afetos desenvolvidos no espaço da escola, que possibilitam, antes, uma mudança no próprio sujeito.

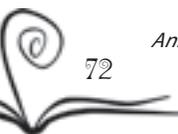
A consciência do potencial de gerar mudança e o próprio desejo de renovar um mundo que, apesar de parecer inóspito, é o lugar que nos foi dado para viver (Arendt, 2010) aparece nos discursos dos alunos como uma semente que ainda precisa ser cuidada para que possa brotar e gerar seus frutos, mas que já está plantada em suas singularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A AMIZADE NA ESCOLA E SUAS POTENCIALIDADES

Tendo em vista tudo o que foi apresentado, podemos concluir que a amizade constitui, de fato, um relacionamento que contribui na abertura para a experimentação, para a mudança, tratando-se de um relacionamento criativo, de exercício de liberdade e democracia. Ao abordarmos em especial a amizade na escola, podemos afirmar ainda que esses laços tornam-se mais desafiadores, na medida em que são construídos num espaço heterogêneo, dentro de um contexto formador.

Como ficou claro na análise do grupo focal, as amizades na escola são formadas a partir da afetação causada pela presença do outro no convívio. Alguns são afetados por alguma semelhança encontrada no outro, embora essa semelhança não signifique características iguais, enquanto outros são afetados – e desafiados – pela própria diferença proporcionada pela heterogeneidade da escola pública.

Nesse contexto, percebeu-se que muitas visões foram rompidas no convívio proporcionado pela escola. Foi apresentado no grupo focal que uma variável importante no aprofundamento dos laços de afeto é o tempo de convívio, que serve tanto para reafirmar relacionamentos estabelecidos previamente quanto para rompê-los, lançando o desafio de procurar por novos que pareçam mais adequados aos sujeitos envolvidos.



Se, num primeiro momento, a pesquisa procurou investigar as implicações da amizade para a formação humana, num segundo momento pode-se perceber que um relacionamento livre, democrático e desafiador como a amizade representa um espaço fundamental no qual os sujeitos viverão a experiência do cuidado, do diálogo, da confiança e do acolhimento. Tais valores, que tanto permearam a discussão do grupo focal, são determinantes na construção e na reconstrução constantes dos sujeitos que vivem a amizade.

Mesmo que imperceptivelmente, a troca intersubjetiva possibilitada pela amizade contribui para a formação dos sujeitos. Afinal, é na alteridade que novas ideias surgem e novos valores são cultivados, e essa dinâmica gera constantemente no sujeito uma nova percepção de si. Conforme lidamos com a imagem que temos de nós mesmos, orientamos nossos pensamentos e nossas ações, colocando ou não em prática o potencial de mudança que carregamos em nossa singularidade.

Cabe aqui, então, resgatar outro objetivo da pesquisa, que foi investigar a potencialidade política que a amizade na escola pode conter, encarando como política o âmbito da pluralidade, do coletivo. Uma vez esclarecida a importância da amizade para a formação humana, percebemos que a percepção gerada pelo encontro com o outro tem grande chance de impulsionar a ação e que, conforme o que foi vivido nesse encontro, a ação pode se limitar ao campo pessoal, íntimo, da amizade, ou pode se voltar para o âmbito da pluralidade, explorando as potencialidades dos sujeitos envolvidos no relacionamento.

Nesse sentido, podemos afirmar que a amizade tem uma potencialidade política que pode ou não se transformar em ato de acordo com o modo que os sujeitos são afetados mutuamente. Cabe ainda abordar que projetos inovadores, cooperativos e solidários podem derivar de pequenos atos, restritos inclusive ao espaço íntimo da amizade, mas que vêm a repercutir, posteriormente, num estilo de viver capaz de gerar, a longo prazo, alguma mudança no meio em que o sujeito está inserido.

Quando falamos de iniciar projetos impensados também tratamos de processos. Mudanças significativas, muitas vezes, começam com pequenos atos. Se no espaço da amizade o sujeito vive a experiência do cui-



dado, por exemplo, é muito provável que ele reproduza, com outros, essa mesma postura que ele partilhou e que lhe fez bem. Tendo isso em vista, não é absurdo pensar que a renovação de mundo pode começar em um relacionamento pessoal como a amizade.

Foi isso que esta monografia procurou apresentar, a amizade por um novo ângulo, mais voltado para o político, embora não descarte a amizade íntima como um relacionamento também válido e que possa apresentar aberturas para uma transformação no mundo.

A intenção foi mostrar que, no contexto escolar, é possível que exista o germe de um relacionamento potencialmente inovador, rico em seu horizonte de significados. Por isso, a amizade se torna tão importante: trata-se de um relacionamento que pode proporcionar uma fuga às formas de subjetivação impostas, uma alternativa criativa de novas formas de sociabilidade.

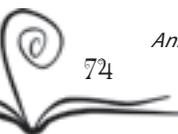
O enfoque dado à amizade na escola e a realização do grupo focal com alunos da EPSJV buscaram retratar que, no espaço escolar, é possível que a mudança verificada nos sujeitos envolvidos num relacionamento de amizade se torne ainda mais significativa por causa das influências desse contexto.

Podemos trazer, então, uma reflexão de Arendt que deve ser compreendida à luz da discussão já feita, considerando-se a importância dos relacionamentos para a acentuação do potencial único de cada sujeito:

O fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, mais uma vez, só é possível porque cada homem é único, de sorte que, a cada novo nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. (ARENDR, 2010, p. 222-223)

E, complementamos, referindo-nos à afetação causada pelas diferentes singularidades:

A rigor, o domínio dos assuntos humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. O desvelamento do “quem” por meio do discurso e o estabelecimento de um novo início por meio da ação inserem-se sempre em



uma teia já existente, onde suas consequências imediatas podem ser sentidas. Juntos, iniciam novo processo, que finalmente emerge como a singular estória de vida do recém-chegado, que afeta de modo singular as estórias de vida de todos aqueles com quem ele entra em contato. É em virtude dessa teia preexistente de relações humanas, com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes, que a ação quase nunca atinge seu objetivo; mas é também graças a esse meio, onde somente a ação é real, que ela “produz” estórias, intencionalmente ou não, com a mesma naturalidade com que a fabricação produz coisas tangíveis. (ARENDR, 2010, p. 230)

Posto tudo isso, concluímos, então, que a amizade, enquanto pertencente à teia dos complexos relacionamentos humanos, apresenta uma riqueza ainda pouco explorada, mas de grande relevância, tanto numa dimensão pessoal quanto coletiva. Espera-se que a reflexão proporcionada por este trabalho contribua para uma maior valorização do potencial da amizade e, em especial, da amizade na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. Educação e liberdade em Hannah Arendt. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 465-479, set.-dez. 2008.

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *A crise na educação: entre o passado e o futuro*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. A crise na educação como crise da modernidade. *Revista Educação: Hannah Arendt pensa a educação*, São Paulo, n. 4, p. 16-25, 2006.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (EPSJV). *Projeto político pedagógico*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio–Fiocruz, 2005.



GOMES, Livia Godinho Nery; SILVA JUNIOR, Nelson da. Experimentação política da amizade: alteridade e solidariedade nas classes populares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 23, n. 2, p. 149-158, abr.-jun. 2007.

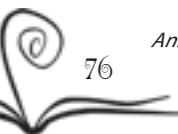
MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 9-29.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. São Paulo: Graal, 1999.

_____. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PEREIRA, Isabel Brasil; RAMOS, Marise Nogueira. *Educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. (Temas em Saúde).



SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: DA “REGENERAÇÃO” AO EXTERMÍNIO DOS POBRES

Clarice Ramiro*

Não posso virar conivente de uma ordem perversa, irresponsabilizando-a por sua malvadez, ao atribuir a “forças cegas” e imponderáveis os danos por elas causados aos seres humanos. A fome frente a frente à abundância e o desemprego no mundo são imoralidades e não fatalidades, como o reacionarismo apregoa, com ares de quem sofre por nada poder fazer. O que quero repetir, com força, é que nada justifica a minimização dos seres humanos, no caso das maiorias compostas de minorias que não perceberam ainda que juntas seriam a maioria.

Paulo Freire

As linhas aqui traçadas buscam dar conta de um fenômeno social conhecido como *criminalização da pobreza* e, em especial, mostrar como ele aconteceu e acontece no Rio de Janeiro dos nossos dias. Esse problema não é uma especificidade carioca. Portanto, mesmo que as especificidades da constituição desta cidade nos sirvam em grande medida para explicar tal processo, tê-la-ei apenas como representativa de um todo complexo. O trabalho busca apresentar duas facetas do fenômeno da criminalização da pobreza: a “regeneração” e o extermínio dos pobres. Seu intento é mostrar essa mudança como um refinamento no processo de exploração

* Ex-aluna do curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Vigilância em Saúde (2009-2011). Atualmente cursa História na Universidade Federal Fluminense (UFF). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação dos professores-pesquisadores André Vianna Dantas (doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro), da Vice-direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (VDPDT), e Flávio Henrique Marcolino da Paixão (mestre em Biologia Parasitária), do Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais de Saúde (Latec). Contato: claricefrs@hotmail.com.

do trabalhador dentro do capitalismo, tratando do quão sofisticadas são as armas de deslegitimação da classe pobre neste modo de produção da vida.

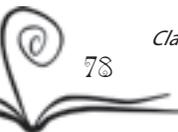
Os séculos XVII e XVIII são marcados por algumas revoluções que a historiografia chamou de “burguesas”: Revolução Puritana (1640), Revolução Gloriosa (1688) e Revolução Francesa (1789). Esses processos, ricos em complexidade, possuem em comum o traço da ruptura com a estrutura estatal do Antigo Regime e a abertura para a consolidação do modo de produção capitalista.

Se antes, no sistema feudal, os grandes proprietários eram os nobres e seus herdeiros, com o advento da sociedade moderna nova configuração se estabelece na relação entre hereditariedade e privilégios. Ainda que continue dona de muitas posses, a nobreza passa nesse momento a conviver com o emergente grupo social chamado burguesia. A até então impraticável mobilidade social passa a figurar como possibilidade, fato que dá *status* revolucionário à classe burguesa no momento de sua gênese.

Institui-se no imaginário burguês, inicialmente, a noção de conquista de direitos. Através da promulgação da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* (1789), importante feito da Revolução Francesa, podemos perceber como essa ideia estava sendo difundida e defendida. Nada mais emblemático dessa situação do que a frase “Todos são iguais perante a lei”, encontrada no referido documento.¹ Sobre ele, fala-nos o historiador Eric Hobsbawm:

Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. “Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis”, dizia seu primeiro artigo; mas ela [a Declaração] também prevê a existência de distinções sociais, ainda que “somente no terreno da utilidade comum”. A propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável. (HOBSBAWM, 2011, p. 106)

¹ Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf. Acesso em: 5 nov. 2012.



Note-se que estamos falando do período de consolidação do sistema capitalista, que tem por natureza a divisão social em duas classes fundamentais: a dos detentores dos meios de produção e a dos que têm apenas sua força de trabalho como propriedade. Nesse caso, falar da gênese do capitalismo é falar também da construção de uma sociedade pautada na diferença econômica entre classes.

Voltando mais uma vez para 1789, temos já uma marca da separação da sociedade em classes, ainda que não da forma consagrada pela futura Revolução Industrial: “o ponto crucial do problema agrário era a relação entre os que cultivavam a terra e os que a possuíam, os que produziam sua riqueza e os que a acumulavam” (HOBBSAWM, 2011, p. 36).

Surgem então algumas questões: se economicamente somos desiguais, podemos ser “iguais perante a lei”? Podemos acreditar que exista igualdade de direitos em um sistema que tem como base a expropriação do trabalho dos homens e de seus meios de produção? Quem garantirá que a condição material dos indivíduos não será determinante da “menor” ou “maior” igualdade jurídica alcançada?

Alguns fatos observáveis do nosso cotidiano nos encaminham para possíveis respostas. Se decidirmos voltar nossos olhares para a situação carcerária brasileira, por exemplo, constataremos que a esmagadora população das prisões se configura como pertencente às classes pobres ou menos abastadas. Um bom exemplo disto é o Rio de Janeiro. Por meio do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), importante setor do Departamento Penitenciário Nacional, temos dados recentes que nos mostram que: mais de 70% da população carcerária do Rio de Janeiro não possui escolaridade além do ensino fundamental completo; em média, 69% são negros ou pardos; aproximadamente 53% têm entre os 18 e 29 anos (BRASIL, 2012).

A análise desses dados – escolaridade, “raça” e faixa etária – nos sugere que talvez não sejamos “todos” iguais perante a lei. O sistema prisional está repleto de pessoas pertencentes a determinadas classes, e não a outras. Por quê, perguntamos. É razoável concluir que apenas os pobres cometem delitos? Por que, então, em muito maior medida, os crimes cometidos pelos pobres redundam em detenção?



O senso comum do discurso dominante diz prezar a defesa de valores como *liberdade* e *igualdade*. A meu ver isso é bastante complexo de se entender, posto que, pela exploração da força de trabalho alheia (condição fundante do capitalismo), valores como a *igualdade* são negados, embora quase sempre isso não seja tão fácil de perceber. Em uma sociedade que garante a igualdade formal de direitos, embora dividida em classes, como se processará a diferenciação entre elas? Em outras palavras, superada a dominação explícita característica da sociedade feudal, como se reinventa a dominação de classe sob um sistema de suposta igualdade de direitos?

Dentre muitas formas possíveis, a reinvenção da dominação de uma classe por outra se dá, acreditamos, pela criação de um instrumento ideológico sofisticadíssimo, chamado “criminalização da pobreza”. O fato de interiorizarmos ideias como a de que “só é pobre quem quer” é um ótimo exemplo de como age, em silêncio, essa ferramenta em nosso imaginário social.

O *problema* da pobreza revela em si a base econômica vital do capitalismo, base que muitas vezes fica oculta por conta da “democracia” em que dizemos, afirmamos e acreditamos viver. Falo aqui da **democracia usada em favor das classes dominantes**. O fato de termos distintas classes, com projetos, necessidades e anseios históricos diferentes passa despercebido. Transmite-se uma noção de ausência de disputa entre projetos políticos, da ausência de lutas entre as classes. E problemas sociais frutos dessa disputa, como a pobreza, não são associados ao que de fato deveriam ser.

A apropriação ideológica realizada pelo capital tenta despir a democracia de seu potencial caráter igualitário e acaba produzindo um “apassivamento da classe trabalhadora através do recurso concomitante à violência e ao convencimento” (FONTES, 2010, p. 368-369). Negligenciar todo esse processo é aceitar que, sim, pode ser possível que o pobre só exista como resultado da falta de vontade e indolência.

Falar da ferramenta da criminalização da pobreza equivale a falar da dominação da classe burguesa sobre os trabalhadores das mais diversas formas possíveis, através de leis e da veiculação de supostas verdades inquestionáveis através da mídia, falas, jargões etc.



Para além de se culpar o pobre pelas mazelas que vive em sua vida, cria-se também uma noção de que se a sociedade vai mal é ele o responsável. Se existem “perigos” no mundo em que vivemos, eles devem ser atribuídos aos pobres. Elegem-se inimigos públicos, atores responsáveis pelo caos. É nesse caso como se propõe, em geral, o controle da situação? Com muita repressão, mas uma repressão “legitimada”, “justificada” e “endossada”.

Para termos noção de como essa arma ideológica tem raízes profundas, voltemos ao ano de 1849. Nesse ano, a expressão “classes perigosas” foi utilizada pela primeira vez, em um estudo que tratava da relação entre a criminalidade e os meninos de rua na Inglaterra. Quem a utilizou foi a reformadora social Mary Carpenter. O intuito de seu estudo foi mostrar o funcionamento do comportamento considerado “patológico” de um determinado grupo de indivíduos ex-presidiários, “dedicados” à prática de furtos (CHALHOUB, 1996).

A noção de que não há reparo para os que passaram por prisões se faz presente desde há muito tempo. A função de ressocialização dos indivíduos poucas vezes é reconhecida e realizada. Aliás, convido vocês também a refletirem se o sistema carcerário, para além do discurso, pretende ressocializar alguém. Com a negação por resposta, a prisão acaba por se tornar um castigo, sua função é de ter um fim em si mesma. Não há função posterior, não há trabalho a ser realizado, não há recuperação.

A respeito disto, Loïc Wacquant nos mostra que:

Colocar o inesperado ressurgimento das prisões como peça central no horizonte institucional das sociedades avançadas, nas últimas duas décadas [...], é útil no sentido de lembrar-nos que punir pessoas colocando-as atrás das grades é uma invenção histórica recente. Tal fato aparece como uma surpresa para muitos, já que nós crescemos tão acostumados a ver pessoas presas que isso nos parece natural. A prisão apresenta-se como uma organização indispensável e imutável, que opera desde tempos imemoriais.

Na realidade, até o século XVIII, os lugares de confinamento serviam principalmente para deter os suspeitos ou considera-



dos culpados por crimes, aguardando a administração de suas sentenças, as quais constituíam em vários tipos de castigos corporais (chicotadas, pelourinho, marcar a ferro, mutilação, enterramento, levar à morte com ou sem tortura), suplementados pelo banimento e pela condenação a trabalhos forçados ou às galés [...].

Só com o advento da individualidade moderna, a qual, supõe-se, deve desfrutar de liberdade pessoal e ser dotada de um direito natural à integridade física (que não pode ser retirado nem pela família, nem pelo Estado, exceto em casos extremos), é que privar pessoas de sua liberdade tornou-se uma punição em si mesma e uma sentença criminal por excelência. (WACQUANT, 2001, p. 74)

Mais tarde, no fim do século XIX, eis que chega a vez do Brasil conhecer a noção de classes perigosas. A época era a da Abolição, e há grande preocupação por parte das classes dominantes em “organizar” o trabalho livre e disciplinar o trabalho de egressos do cativo. Como reflexo das agitações na cidade do Rio de Janeiro, surgem as discussões sobre a ociosidade. Parlamentares, muito influenciados pela literatura europeia, começam a discutir projetos que de certa forma pudessem frear a suposta ociosidade e a “vadiagem” dos ex-escravos recentes e também dos mestiços.

Dois exemplos dessa discussão estão em parágrafos do Código Penal de 1890. São eles:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes:

Pena – de prisão celular por quinze a trinta dias.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto;



tos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal:

Pena – de prisão celular por dois a seis meses.

Podemos ver que, assim como na Inglaterra, houve a associação entre “classes pobres” e “classes perigosas”. Ao se utilizarem termos como “vadio”, imprime-se ao caráter do sujeito uma ofensa moral, afirmando-se que o fato de não trabalharem é culpa deles. Propõe-se construir uma sociedade em que os vícios sejam extirpados. A questão é que não conseguem (nem desejam) fazê-lo sem que “confundam” o “extirpar vícios” com “extirpar os próprios portadores dos vícios” – isto é, os pobres.

Antes mesmo da Proclamação da República, podemos apreender, em uma carta assinada pela esposa do imperador dom Pedro I, d. Leopoldina, e endereçada a seus familiares austríacos, a percepção das classes dominantes em relação aos escravos alforriados:

O Rio de Janeiro é um lugar imundo, temos que tratar de sair daqui no verão [...]. Os pobres se exterminam a si mesmos, contagiam-se uns aos outros nos cortiços. Os alforriados deixam de ser os pobres excluídos para ser os pobres perigosos. (Apud COIMBRA, 2001, p. 86)

No caso do Rio de Janeiro pós-Proclamação da República, vemos uma forte resistência por parte das elites em aceitar a nova condição de seus ex-escravos, a condição de cidadãos. Agora, eles eram sujeitos livres, segundo a lei, porém a prática mostra que ainda estavam longe da liberdade, que precisavam sobreviver e que o fariam pela venda de sua força de trabalho.

Com a impossibilidade de ter a sua tutela entregue às mãos dos senhores, no caso dos ex-escravos, os homens passam a contar exclusivamente com a tutela do Estado. O que não se pode esquecer é que antes do fim da escravidão esse mesmo Estado (que é sempre um Estado de classe, segundo os preceitos marxistas que seguimos aqui) era um forte propagador de ideias como as de que os homens negros não estariam aptos à liberdade, por conta de seu passado de cativo.

As classes que o Estado representa em maior medida são os atores dessa relação. É o Estado, enquanto ferramenta das classes dominantes, que garante a dominação do senhor sobre o escravo. Dessa forma, não há como perceber o Estado tendo qualquer papel de tutela em relação aos referidos “novos homens livres”. Ainda sobre o papel do Estado, é importante a seguinte reflexão:

A crítica de Marx e Engels modifica a definição de Estado hegeliana, que conserva um cunho sobremaneira filosófico. Trazem-na para o âmbito do processo histórico efetivo. O Estado é conceituado como elemento histórico, coligado à existência de classes sociais, não expressando um momento de universalidade efetiva. Embora se apresente como universal, reduz-se de fato a uma parcialidade travestida de universalidade, quando uma generalização do interesse dominante deve assumir a forma de ser de todos. (FONTES, 2010, p. 130)

No âmbito internacional, vemos o respaldo que a ciência deu à noção de periculosidade associada à pobreza. Os valores emitidos pela ciência na época, assim como hoje, eram respeitadíssimos. Foi então que surgiram, ainda no século XIX, as teorias raciais. A miscigenação passa a ser vista como a fonte de seres indolentes, preguiçosos, perigosos socialmente e, além disso, propagadores de doenças.

A ciência expressa a visão de mundo de quem a produz, de acordo com a época em que vive, suas verdades, seus costumes. Por isso não desejo aqui mostrar a ciência sob um viés maquiavélico, como uma arma contra os pobres. Desejo apenas mostrar de que forma a classe dominante se apropriou de conhecimentos científicos e, acreditando neles, tocou em frente o seu projeto de dominação.

Alia-se o discurso médico-científico ao ideário das elites e promove-se um molde de como deveria portar-se o considerado “cidadão de bem” no local onde vive. Seguindo essa lógica, o indivíduo que pertence à classe proletária é um bom sujeito se trabalha e mantém sua família unida, preservando valores religiosos e morais. Fugir de qualquer desses padrões significa causar desordem na sociedade.



A priori, ocorre a criminalização da classe proletária, mas, se analisarmos mais profundamente, é possível perceber que há uma ideia constante de “reaproveitamento” dos sujeitos pobres. O mercado de trabalho e o mercado de consumo ainda necessitavam da classe pobre. Portanto, se civilizados, se consumidores, se trabalhadores, os pobres seriam úteis. O que se vive nos séculos XIX e XX é a “regeneração” da classe proletária. Isso se dá por meio daquelas mesmas armas citadas: consensos difundidos pela mídia, estudos científicos financiados pela burguesia, leis, entre outras.

OS OBJETIVOS MAIS AUDACIOSOS DA CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de sua malvadez intrínseca.

Paulo Freire

Como indica a reflexão de Paulo Freire, neste segundo momento convido o leitor a dar um salto no tempo. O intuito principal é fazer o contraponto presente no título deste trabalho, partindo para o ponto atual e analisarmos o cenário de extermínio dos pobres que assola a nossa sociedade nos dias de hoje. Centrarei minha análise na década de 1990, visto que nela o Brasil conhece com maior força a realidade neoliberal e seus impactos ao lado de uma ideologia de criminalização da pobreza. Peço que venhamos para a realidade mais recente, fins de século XX início do século XXI, época de crise estrutural do capitalismo, de produção extremamente mecanizada e de brutal concentração de renda. Nessa realidade, a reinvenção dos conceitos acontece, e a já sofisticada criminalização da pobreza ganha novos contornos.

Como o próprio título do trabalho nos diz, em certo momento o fenômeno da criminalização da pobreza passa a ter objetivos que vão para além da simples “preservação” do trabalhador. Se antes o trabalhador era indispensável à manutenção da ordem vigente, hoje uma parcela da classe trabalhadora passa a ser vista como desnecessária.

As décadas de 1970 e 1980, período de crise do socialismo real,² são marcadas pelo destaque do neoliberalismo como política internacional. O sistema capitalista vinha apresentando algumas crises, logo, fez-se urgente a criação de regulamentações do Estado em relação ao setor econômico. O intento era o de evitar a queda dos lucros. Medidas como a decomposição salarial e a alta mecanização da produção acabam por gerar “restos sociais” absolutamente descartáveis.

No século XIX, Karl Marx chamou essa “sobra” humana de “exército industrial de reserva”. Esse conceito diz respeito à mão de obra “excedente” que tem papel importantíssimo na acumulação do capital, visto que por meio dela a força de trabalho pode ser cada vez mais superexplorada. A competição para conseguir o emprego leva os trabalhadores a se sujeitarem a condições de extrema exploração, com jornadas extenuantes e em condições precárias (VIANA, 2006).

Atualmente, resta ao trabalhador “excedente” integrar-se em trabalhos informais, cercados de diversos perigos e superexposições. São seres que foram descartados como peças de uma grande engrenagem que podem ser repostas a qualquer instante.

Como já foi aludido, chegar à década de 1990 é de grande importância para compreender como o neoliberalismo atinge os países ditos “em desenvolvimento”, entre os quais o Brasil se coloca. Por aqui, uma importante onda de privatizações atingiu nossas empresas públicas, com o receituário habitual: autorregulação do mercado e mínima intervenção do Estado na economia. Em outras palavras: liberdade para o mercado não para os indivíduos, sobreposição do fator econômico ao social.

Necessidades sociais, como saneamento, saúde, educação e moradia, experimentam retração de investimentos. Direitos básicos, histórica e formalmente garantidos, são inviabilizados economicamente. Os espaços

² Entende-se “socialismo real” como aquele que foi posto em prática nas experiências do século XX. A primeira noção do que seria o socialismo real se dá com a Revolução Russa, com a conformação da União Soviética. Outras experiências foram as do Camboja, da Coreia do Norte, da China, do Vietnã e da Etiópia. Alguns autores tendem a posicionar a categoria de socialismo real como sinônimo de autoritarismo. Há também a crítica de que tais episódios não podem ser considerados de lógica socialista, visto não haver associação entre o ideário socialista e as práticas implantadas nessas sociedades.



públicos passam por sucateamentos, o que cria novas demandas. Seguindo a lógica, os espaços privados passam a se “responsabilizar” por essas demandas que a esfera pública “não consegue” mais suprir.

Resumidamente, alguns serviços básicos, como saúde, educação, moradia e saneamento, passam a ser da responsabilidade do capital, por meio da atuação de entidades “filantrópicas”. Perpetua-se a lógica de negação do acesso aos direitos básicos aos que não possuem condições materiais mínimas.

E os “sintomas” de todas essas medidas, em nível nacional, são basicamente os mesmos: aprofundam-se as desigualdades sociais, os que possuem riquezas aumentam-nas cada vez mais, os que são despossuídos delas são cada vez mais equilibristas na corda bamba da sobrevivência.

A acentuação da produção da massa de desempregados no Brasil se dá na última década do século XX. Esses desempregados passam a ser vistos como representantes da violência e da desordem, e, como resposta, instala-se a repressão. Setores de vigilância, aparatos militares e o número da população carcerária só têm aumentado nos últimos anos.

Precisamos ter em mente de forma clara que o que tem relação direta com a criminalidade não é o pobre, mas sim a desigualdade. Quem promove a desigualdade promove uma sociedade de perigos. Os que apoiam a existência de subcidadãos, de pessoas não empregáveis, são os promotores da sociedade do caos, do medo.

A economia se tornou global, as fronteiras se romperam e com isso novas condições abriram portas para um importante comércio: o do tráfico internacional de drogas. O tráfico foi facilitado, sobretudo na América Latina, e representa uma economia de porte internacional, tamanho os valores que movimenta. Em entrevista a Rede de Repórteres Populares (Renarjop) no ano de 2007, o deputado estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol) Marcelo Freixo comentou:

O tráfico está entre os três comércios mais lucrativos do mundo. Se você entra em uma favela, vai ver muita arma, muita droga e muita miséria. Tem alguma coisa errada nesse elo. O dinheiro não fica ali. E aí entra toda uma hierarquia onde as investigações

nunca chegam, porque também não interessa. A lógica da segurança pública construída no nível federal e estadual é a da repressão, ponto final. Porque na verdade, a repressão não é à empresa capitalista. É ao setor pobre da sociedade. Caso existisse algum interesse em combater o tráfico se trabalharia muito menos com repressão e muito mais com inteligência, o caminho da droga, da arma, os fornecedores, uma integração dos governos. (FREIXO, 2007)

Precisamos estar atentos e não cair na armadilha que muitas vezes a mídia (portadora de seu caráter de classe) nos oferece de que o que temos na favela é o crime organizado. O que vemos nas favelas é apenas a ponta de todo um longo fio. Temos nesses territórios pobres o varejo da droga. O crime organizado é o tráfico de drogas, uma empresa capitalista extremamente eficiente, adaptada à realidade capitalista do século XXI, concentradora de renda, empregadora de mão de obra barata e alienada, uma empresa que não paga impostos e que não cumpre exigências de qualquer tipo.

Dizer que jovens, com nível de escolaridade muitas vezes inferior ao ensino fundamental, jovens que poucas vezes saíram de suas “comunidades”, jovens que sequer sabem localizar no mapa a Bolívia, são os grandes traficantes é apenas mais uma ferramenta utilizada para criminalizar a classe pobre. O comércio internacional de drogas disponibiliza a esses meninos a breve e finita ilusão de poder; em troca disto, tira-lhes a juventude e os coloca em situações de perigo desumanas.

Voltando ao âmbito internacional das políticas neoliberais, um exemplo palpável de como a repressão aos pobres se torna a única política é o modelo de “Tolerância Zero”. Em 1994, o então prefeito de Nova York Rudolph Giuliani, com o pretexto de combater o tráfico de drogas, criou uma política pautada na ação policial mais “linha dura”. Com a intenção de combater a “criminalidade urbana”, a polícia passa a agir mais incisivamente na punição de pequenos delitos (pequenos furtos, prostituição, uso de drogas etc.) (CALAZANS, 2012). A ideia era difundir a noção de que é preciso andar na legalidade, e de fato esse valor se difundiu em diversos países. E esse é um sinal da materialização do tratamento penal da pobreza. Políticas volta-



das para “áreas sensíveis”, bairros pobres e favelas, são criadas e difundidas amplamente pelo mundo.

É impossível ter uma política de segurança pública justa em uma sociedade injusta. O crescimento da pobreza, fruto da desigualdade social, faz com que o crime organizado se reforce. Meninos e mais meninos serão recrutados como soldados do tráfico, muitas das vezes este é o único norte que lhes é oferecido. E o “Estado penal” (WACQUANT, 2001), estará a disposição para usar de toda truculência no combate destes meninos tidos com males sociais.

Em 10 anos, a população carcerária brasileira cresceu 150% (SALLES, 2009). Isto nada mais é do que uma mostra de quão subserviente é o Brasil em relação às políticas de “segurança” norte-americanas. Estamos falando, em ambos os casos, do aprisionamento, seja nas cadeias, seja no serviço do varejo da droga, de homens jovens, pobres e negros, moradores de guetos e favelas.

Uma análise importante que deve ser feita em relação ao tratamento que os moradores de áreas pobres recebem por parte do Estado consiste nos “autos de resistência”. O capitalismo atua na produção de subjetividades, dentre elas, temos uma bastante utilizada em programas sensacionalistas, que afirma “bandido bom é bandido morto!”. E os “autos de resistência” têm sido usados como justificativa para que a polícia mantenha a sua prática de execuções sumárias, em especial na metrópole carioca. Segundo a polícia, configura auto de resistência o ato de matar um opositor em legítima defesa. Essa tem sido uma eficiente ferramenta “legal” de extermínio dos pobres:

A origem da ferramenta jurídica “auto de resistência” está na ordem de serviço “N”, nº 803, de 2/10/1969, da Superintendência da Polícia Judiciária, do antigo estado da Guanabara. O dispositivo afirma que “em caso de resistência, [os policiais] poderão usar dos meios necessários para defender-se e/ou vencê-la” e dispensa a lavratura do auto de prisão em flagrante ou a instauração de inquérito policial nesses casos. (SALLES, 2009)



Entre os anos de 2000 e 2009, tivemos o registro de 9.179 óbitos como resultados de autos de resistência. Fazendo os cálculos, temos uma média de 2,67 mortes por dia. Esses são dados oficiais do Instituto de Segurança Pública, vinculado ao governo do estado do Rio de Janeiro (SALLES, 2009).

O curioso na análise dos laudos cadavéricos de muitos dos autos de resistência é se deparar com situações em que o sujeito recebeu um tiro na nuca ou nas costas, mas mesmo assim se afirma que era um bandido que trocava tiros com a polícia. Nesse caso, além de se negar aos que moram nas favelas os direitos humanos básicos, nega-se o próprio direito à vida.

Outra ferramenta utilizada no processo de criminalização é o “kit assassino”. Trata-se da prática, apelidada pelo ex-secretário nacional de Segurança Luiz Eduardo Soares, de modificar a cena do crime. Comumente, coloca-se uma arma velha e uma pequena quantidade de drogas, como se pertencessem ao morto. Assim, a polícia – personificação do Estado – ganha respaldo para difundir o discurso de combate à marginalidade.

Ainda sobre as práticas policiais:

Para todo Estado mínimo – marco da década de 1990 – é necessário um Estado máximo de repressão. Isso em escala mundial. Nos Estados Unidos, por exemplo, há dois milhões de pessoas presas. O Brasil teve, de 1995 a 2003, um crescimento da população carcerária de 93%, a média mundial ficou entre 20% e 30%. Não é à toa. O perfil da população carcerária brasileira é exatamente o mesmo perfil das pessoas que hoje são vítimas dos autos de resistência da ação policial: negros, pobres, jovens, homens, moradores de periferia, de favela, de baixa escolaridade. Ou seja, é o processo de exclusão se consolidando ou na prisão ou na morte. (FREIXO, 2007)



A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E O PAPEL DA MÍDIA

Na verdade toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de algum ideal contra algo e contra alguém, nem sempre claramente referido. Daí também o papel apurado que joga a ideologia na comunicação, ocultando verdades, mas também a própria ideologização no processo comunicativo.

Paulo Freire

Falar da consolidação do processo de exclusão que o Estado realiza nos traz à tona mais um importante componente desse processo: a mídia. A polícia muitas vezes é vista como a força repressora que realiza o extermínio de pessoas nas favelas, quando na verdade há toda uma lógica maior por trás dela. O policial nunca puxa o gatilho sozinho. Por trás das ações de uma polícia violenta existe um Estado com forte interesse de classe. O Estado de classe faz por onde legitimar a violência policial (embora nele também se construam espaços de denúncia dessa violência), inclusive pela mídia. Chegamos num momento em que os discursos do policial, do Estado e da mídia se fundem, para a criação de determinada “verdade dos fatos”.

No sistema capitalista, entre outras funções, a mídia tem a tarefa de, mediante o discurso, gerar adesão ao discurso e à prática dominantes. Grande parte do que é veiculado tem o compromisso de preservar o poderio dos que já são poderosos. Em suma, mostra-se a realidade de acordo com os interesses da classe que financia os grandes canais, os jornais e quaisquer outros meios de informação.

Não é raro que liguemos a televisão e escutemos frases como: “Cinco traficantes morrem em confronto com policiais”, “Foram apreendidos na favela fuzis que pertenciam a traficantes da facção X”.³ A linguagem é panfletária, as falas querem chocar, insinuações e ataques são feitos.

³ Ver, por exemplo, “Ação da polícia mata 19 no Complexo do Alemão”, 2007.

Espetacularizar o medo e vender manchetes, “escrachar”, é o roteiro habitual. Assistir aos jornais televisivos cariocas hoje, seja nos moldes da bancada e do âncora, seja nos moldes sensacionalistas da expressividade caricata, é receber as associações diretas entre tráfico, favela e pobreza. Wagner Montes, Datenas, Rachel Sheherazades são presenças altamente propagadoras dessas associações, é bom tomar cuidado!

Temos, com isso, o surgimento da expressão “possível associação ao tráfico” e a noção de que todo jovem pobre, morador de favela, é um potencial traficante se difunde de forma alarmante. A suspeição generalizada chega e, assim como algumas forças policiais, “mete o pé na porta”, causando uma devastação nas vidas das pessoas. O CEP residencial (ou a inexistência dele) diz se o menino é usuário ou traficante de drogas.

A violência é um produto extremamente rentável, o medo é audiência certa. Associar o território das favelas ao tráfico de drogas (ainda que tenhamos visto que o tráfico está bem além do varejo da droga, que é o que acontece nas favelas) é mostrar que esses locais são perigosos, que causam a desordem social. E mais, é mostrar que as pessoas que vivem nesses locais são sujeitos ativos de episódios danosos, muitas das vezes mostrados como danosos apenas aos que estão fora das favelas. Tudo nos leva a uma espécie de disputa entre realidades, e o discurso da grande mídia é o de que uma parte da população ameaça a existência da outra. Logo, dá-se o aval para que a parte “danosa” seja exterminada.

E aí é o que a música já anunciou: “Tanta gente sem rosto, populares lajes e quintais, viram mestres sufocados pelo estereótipo pesado do local”.⁴ Lança-se o estereótipo, fabrica-se o consenso. Com cinismo, grandes organizações se dizem benfazejas e cumpridoras de seu papel social, mostram-nos que trazem discussões para a pauta do dia. Mas será que o fazem de fato? Até que ponto essas discussões são travadas? Tratar superficialmente é suficiente?

Muitas vezes não aprofundar é não discutir, e não discutir não acaba com os problemas. Mostrar que os sem-terra destruíram um laranjal e não

⁴ Banda: F.U.R.T.O. CD: *Sangue Audiência* (2005). Faixa: “Coisas tão simples”. Compositores: Marcelo Yuka e Maurício Pacheco. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/f-u-r-t-o/coisas-tao-simples.html#ixzz2AOAyOTBS>. Acesso em: 30 out. 2012.



dar o pano de fundo à ação (“MST DERRUBA PLANTAÇÃO DE LARANJA COM AJUDA DE TRATOR”, 2009) é posicionar o cidadão de forma contrária às ações desse grupo. Assim, da mesma forma que se constrói um discurso contra os sem-terra, constroem-se discursos contra as mulheres, contra as manifestações culturais, contra os pobres etc.

A ferramenta da não discussão funciona como uma autodefesa da classe dominante. Não há o menor interesse em analisar seriamente os processos de opressão pelos quais passam os consumidores de suas informações, muito menos levar os próprios consumidores a fazê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO da polícia mata 19 no Complexo do Alemão. *Galileu*, Rio de Janeiro, n. 475, jun. 2007. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,,EDG77834-7943-216,00-ACAO+DA+POLICIA+MATA+NO+COMPLEXO+DO+ALEMAO.html>. Acesso em: 18 nov. 2013.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino. A violência no Rio de Janeiro: perdas e possibilidades. *História & Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon (Paraná), v. 7, n. 11, p. 14-19, maio 2011. Disponível em: <http://site.projetoam.com.br/arquivos/revistas/hlc11.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Execução penal: Relatórios estatísticos-analíticos do sistema prisional*. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 15 jul. 2013.

CALAZANS, Raphael. Funk carioca: do ritmo criminalizado ao movimento político-cultural. In: DANTAS, André Vianna; SANTOS, Marco Antonio Carvalho (org.). *Iniciação científica na educação profissional*



em saúde: articulando trabalho, ciência e cultura. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. V. 7, p. 537-563.

CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL. *Direitos humanos no Brasil: 2003*. Relatório anual. Rio de Janeiro: Centro de Justiça Global, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Niterói: Intertexto, 2001.

FACINA, Adriana. “Não me bate doutor”: funk e criminalização da pobreza. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 27-29 maio 2009. Disponível em: www.cult.ufba.br/enecult2009/19190.pdf. Acesso em: 15 jul. 2013.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

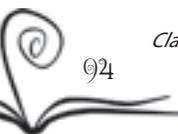
FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio–Editora UFRJ, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIXO, Marcelo. Tráfico de drogas, criminalização da pobreza e direitos humanos. (Entrevista de Marcelo Freixo concedida à Rede de Jornalistas Populares). In: FÓRUM DE ENTIDADES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, 5 abr. 2007. Disponível em: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2887&Itemid=2. Acesso em: 15 jul. 2013.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 25. ed. rev., 3. reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LAIGNIER, Pablo; FORTES, Rafael. A criminalização da pobreza sob o signo do “Choque de Ordem”: uma análise dos primeiros cem dias do governo Eduardo Paes a partir das capas de *O Globo. Comunicação & Sociedade*, Curitiba, v. 31, n. 53, p. 53-78, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/1458>. Acesso em: 15 jul. 2013.



MATTOS, Marcelo Badaró; MATTOS, Rômulo Costa. Fabricando o consenso e sustentando a coerção: Estado e favelas no Rio de Janeiro contemporâneo. *História & Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon (Paraná), v. 7, n. 11, p. 7-13, maio 2011. Disponível em: <http://site.projeto ham.com.br/arquivos/revistas/hlc11.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

MST derruba plantação de laranja com ajuda de trator. *Folha Online*, São Paulo, 6 out. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/videocasts/ult10038u634176.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2013.

POCHMANN, Márcio. Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil. *Revista do Legislativo*, Brasília, n. 26, p. 38-47, abr.-dez. 1999. Disponível em: http://consulta.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/revistas/arquivos/26.html Acesso em: 10 jun. 2013.

SALLES, Marcelo. Máquina mortífera. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 151, p. 28-31, out. 2009.

SILVA, Ângela Maria Abreu e. Criminalização da pobreza nas favelas do Rio de Janeiro. In: DANTAS, André Vianna; SANTOS, Marco Antonio Carvalho (org.). *Iniciação científica na educação profissional em saúde: articulando trabalho, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. V. 7, p. 79-102.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VIANA, Nildo. A teoria da população em Marx. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 16, n. 11-12, p. 1.009-1.023, nov.-dez. 2006.

WACQUANT, Loïc. A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo. In: SANTANA, Marco; RAMALHO, José Ricardo (org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 72-88.



CONSTRUINDO UM OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: DE JK À DITADURA MILITAR

Crislainy Ribeiro Pellegrine*

O artigo aborda os temas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e da ideologia desenvolvimentista nos países da América Latina, com ênfase no Brasil, durante a segunda metade do século XX, com base nas elaborações teóricas formuladas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e pelos intelectuais brasileiros reunidos no Instituto Social de Estudos Brasileiros (Iseb).

Embora se tenha passado mais de meio século, o debate de ideias então travado continua atual, pois, à diferença do que reza o credo neoliberal, o qual procura convencer que o processo de globalização é vantajoso para todos, o que se tem verificado é que as desigualdades existentes entre os países latino-americanos e os demais países que fazem parte do centro capitalista se aprofundaram ao longo das últimas décadas. Cabe, entretanto, observar que tais desigualdades econômico-sociais não podem ser creditadas apenas às políticas liberalizantes que se disseminaram no continente, sobretudo a partir dos anos 1990: elas foram construídas historicamente, em um processo que inseriu de forma subordinada a América Latina na divisão internacional do trabalho.

Essa relação de subordinação tem como ponto de partida a expansão marítima empreendida pelos países europeus do século XV em diante, com o

* Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Análises Clínicas (2009-2011). Atualmente cursa Farmácia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação das professoras-pesquisadoras Filippina Chinelli (doutora em Educação) e Ialê Falleiros Braga (doutora em Saúde Pública), ambas do Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde (Lateps). Contato: cris.pellegrine@hotmail.com.



objetivo de conquistar novas terras e novos mercados consumidores e obter mercadorias, por causa das violentas crises ocorridas na Europa no século XIV, provocadas majoritariamente pela peste negra, que devastou a sua população. Inicia-se, com isso, a estruturação colonial do mundo, pela qual os países europeus se configuram como metrópoles, estabelecendo com as colônias uma relação de dominação econômica, social e política. As colônias forneciam-lhes matérias-primas e as riquezas – ouro, prata, especiarias etc. – que permitiram o desenvolvimento da manufatura e, mais tarde, do processo de industrialização. A partir daí, estruturaram-se nas colônias economias baseadas na especialização agrícola e na exportação de produtos primários, configurando o que a literatura produzida sobretudo na América Latina chama de subdesenvolvimento.¹

Durante as décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, verificou-se na América Latina uma explosão de estudos centrados na análise dos motivos que produziam a desigualdade econômico-social entre os países do continente e aqueles do centro capitalista. Na tentativa de superar essa condição, intelectuais latino-americanos formularam um conjunto de conceitos que orientaram projetos capitalista-desenvolvimentistas no continente. Tais projetos estavam calcados no redirecionamento das políticas econômicas de modo a favorecer a atividade industrial. No caso brasileiro, associada às ideias de promoção do bem-estar, de soberania e identidade nacionais, a noção de desenvolvimento acabou por contribuir para a construção de um aparato ideológico – o chamado desenvolvimentismo – que à época justificou a formulação de políticas econômicas de recorte keynesiano, caracterizadas pela participação direta do Estado não só no planejamento, como também na produção de bens e serviços sociais. Tentava-se com isso inculcar na população a crença de que esse era o único caminho capaz de fazer “recuperar o atraso” dos países periféricos em relação às sociedades desenvolvidas.

Alguns governos do Brasil são exemplares desse processo. Tendo como precursoras as medidas de caráter desenvolvimentista do período varguista (1930-1945), foram implantadas no país, a partir da segunda me-

¹ Parte dessa literatura é mencionada neste texto.



tade do século XX, políticas econômicas visando promover o amplo crescimento do país. A promessa de prosperidade nelas contidas levou à ampla adesão da população brasileira a elas, que foram aprovadas nas urnas, com a eleição de Juscelino Kubitschek (JK) em 1955. Como ele próprio afirmou em discurso proferido pelo rádio em 1956, no qual faz um balanço dos primeiros seis meses de sua gestão: “Os ventos começam a ser propícios; o Brasil é uma nação que nasceu para ser poderosa. Nada deterá a nossa marcha” (apud CARDOSO, 1978, p. 194).

Após o fim do governo Kubitschek, que durou de 1956 a 1961, o par desenvolvimento/modernização ainda se manteve presente no cenário brasileiro até o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), período em que o então presidente da República lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND),² considerado o último grande programa econômico do ciclo desenvolvimentista. O plano tinha como objetivo fortalecer o parque industrial brasileiro, “tornando-o mais autônomo e dotado de uma sólida indústria de insumos básicos e de bens de capital” (MANTEGA, 1997, p. 5).

Dessa forma, entende-se que a teoria do desenvolvimento e a ideologia desenvolvimentista foram fundamentais para orientar os projetos de crescimento econômico e social no Brasil no período que vai do governo de JK até o fim do governo Geisel (1956-1979). A possibilidade de aspectos desse ideário permanecerem de forma ressignificada no Brasil na vigência de políticas de ajuste neoliberal torna o estudo dessa teoria e ideologia importante para a compreensão adequada da história econômica de um período de nosso país. Nesse sentido, entende-se que tratar da teoria cepalina sobre o desenvolvimento é indispensável para tentar compreender a força que ela obteve no campo acadêmico, e também a sua projeção no projeto desenvolvimentista brasileiro.

² É importante ressaltar que após a década de 1950 houve diversos programas que visavam fomentar o desenvolvimento capitalista no Brasil. Essa não foi uma particularidade do PND.



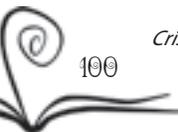
A PERSPECTIVA CEPALINA

Em 1948, o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) cria a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com o objetivo de estimular a cooperação econômica entre os países-membros, sob a liderança estadunidense. Esse órgão deveria tratar de assuntos referentes à paz mundial, à educação e à alimentação, facilitando, por meio de órgãos específicos, o desenvolvimento dos países mais atrasados e afetados pela guerra. A Cepal logo se tornaria um importante centro de reflexão sobre as causas do subdesenvolvimento latino-americano e sobre como atingir o desenvolvimento. A sua influência no Brasil atingiu o auge durante os anos 1950 e 1960, período em que tanto as ideias cepalinas quanto os intelectuais que faziam parte da instituição, como Raúl Prebisch e Celso Furtado, estiveram presentes em muitos debates no Brasil sobre a futura trajetória econômica do país para ultrapassar o subdesenvolvimento (COLISTETE, 2001).

Guardadas as diferenças entre os seus vários autores, percebe-se no pensamento cepalino um núcleo comum: o de que a especialização primário-exportadora aliada à baixa dinamicidade e à pouca diversificação das estruturas industriais seriam responsáveis pelo baixo progresso técnico, e, portanto, pelo subdesenvolvimento (COLISTETE, 2001).

Outro ponto comum aos pensadores cepalinos é a relação entre o progresso técnico e o aumento de produtividade. Essa relação positiva seria responsável nas economias do capitalismo central pelo desenvolvimento da manufatura e posteriormente da indústria, colocando-as em uma posição mais favorável do que as economias baseadas em produtos que não sofreram modificações do trabalho humano. Isso geraria a deterioração dos termos de troca, “que afetaria negativamente os países latino-americanos através da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados” (COLISTETE, 2001, p. 23).

A Cepal propunha um modelo de desenvolvimento via industrialização – considerada o elemento que articularia o progresso econômico, a civilização, a modernização e a democracia política dos países subdesen-



volvidos. Além disso, o modelo via industrialização permitiria a superação da deterioração dos termos de troca que desfavorecia os países periféricos em relação aos centrais. O Estado deveria intervir diretamente, no sentido de garantir a infraestrutura necessária ao incremento da industrialização, sobretudo das indústrias de bens de capital,³ consideradas aquelas que de fato seriam capazes de acelerar o processo de substituição de importações e, assim, tirar a América Latina da condição de continente subdesenvolvido. Enfim, o fato de o pensamento cepalino fincar suas bases na história e nas características reconhecidas como específicas da realidade latino-americana explica seus importantes impactos no pensamento econômico do Brasil e nas políticas públicas de outros países do continente (COLISTETE, 2001).

O PENSAMENTO ISEBIANO

O principal centro de repercussão e de reflexão sobre as ideias da Cepal no Brasil dos anos 1950 foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que começou a funcionar efetivamente durante o governo JK, para o qual contribuiu de forma decisiva na formulação de propostas que tinham como intuito mobilizar a população na defesa de projetos sociais e econômicos que viabilizassem um Brasil forte e que caminhasse rumo ao desenvolvimento. O esforço teórico de inspiração cepalina, realizado pelo grupo de intelectuais que compunham o instituto,⁴ para explicar as causas do subdesenvolvimento brasileiro e de apresentar a industrialização como a única via capaz de conduzir ao desenvolvimento, configurando uma nova visão de mundo que apelava para a identidade nacional, acabou por servir de base para a construção da ideologia nacional-desenvolvimentista, na tentativa de conquistar o apoio de todas as classes sociais (CARDOSO, 1978).

³ Bens de capital é um conceito econômico que se refere à capacidade de produtos ou organismos tecnológicos produzirem progresso econômico. Sendo assim, são exemplos de bens de capital as máquinas, as fábricas, os equipamentos técnicos, entre outros (COLISTETE, 2001).

⁴ Além de Raúl Prebisch e Celso Furtado, como já citado, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Antonio Candido, Cândido Mendes, Ignácio Rangel, Álvaro Vieira Pinto e Carlos Estevão Martins, entre outros, também fizeram parte do Isebi.

Conforme Vieira (2007), é pela ideologia que uma classe exerce poder hegemônico sobre as outras, garantindo o consentimento das grandes massas. Trazendo essa percepção teórica ao tema do desenvolvimentismo, essa autora revela que a pretensão de desenvolver o Brasil era basicamente uma ambição da burguesia nacional. Para tanto, era necessário difundir no conjunto da sociedade brasileira a ideia de que o desenvolvimento era não apenas necessário, mas também aspiração de todos:

A burguesia, ao longo de toda a segunda metade do século XX, investiu em inculcar, no conjunto da sociedade brasileira, a ideia de que o desenvolvimento nacional era necessário e desejado. Tanto nas suas versões mais democráticas (o governo JK com a construção de Brasília, os 50 anos em 5 e o Plano de Metas é o exemplo mais bem acabado), quanto nas duas ditaduras (Estado Novo e depois os militares), o governo burguês trabalhou no imaginário social brasileiro a ideia do “nacional-desenvolvimentismo”. (VIEIRA, 2007, p. 245)

Cabe observar que o nacional-desenvolvimentismo não constituiu um projeto unitário: ele apresenta diferenças significativas não só entre os isebianos, como também conforme as medidas econômicas implantadas por diferentes governos (JAGUARIBE, 2005). De fato, segundo Chaves, esses pensadores “não chegaram a formular uma sólida teoria sobre as classes sociais e sequer havia uma homogeneidade conceitual em torno dessa questão”, embora tenham logrado “estruturar uma categorização social com base na posição que as próprias classes sociais estabeleceriam no processo de industrialização” (2006, p. 713). Ainda conforme a autora, para alguns desses pensadores, “a burguesia industrial é que deveria dirigir esse processo de autonomização nacional, enquanto outros atribuíam essa responsabilidade às massas populares, por acreditar que de seu ‘pensamento natural’ emanariam os princípios da mudança social” (2006, p. 713).



AS BASES DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO NA PERSPECTIVA ISEBIANA

○ Iseb foi formalmente constituído por diversos pensadores brasileiros que, desde o final do governo Vargas, vinham estudando a forma como o Brasil devia se inserir no contexto internacional. Como o pensamento isebiano compartilhava ideias e conceitos com o pensamento da Cepal, sendo, de certa forma, baseado nesses últimos, os autores do Iseb⁵ partiam também “do pressuposto de que o desenvolvimento deveria ser o produto de uma estratégia nacional de industrialização” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 204). Acrescenta Bresser-Pereira:

[...] a perspectiva política do Iseb, centrada na ideia de revolução nacional, e a perspectiva econômica da Cepal, fundada na crítica da teoria econômica neoclássica, somavam forças, e forneciam uma base sólida, no início da década de 50, para que um poderoso e inovador grupo de intelectuais pensasse o Brasil e a América Latina. (2004, p. 52)

A atuação da burguesia brasileira no projeto de crescimento econômico do país, considerando também a participação das outras classes sociais, era vista como fundamental. Hélio Jaguaribe, destacado isebiano, afirma que a solução que lhes parecia viável foi a de uma atribuição à burguesia nacional, articulada com a classe operária e a classe média moderna, de mobilizar a sociedade em um esforço de desenvolvimento industrial voltado para um projeto nacional (JAGUARIBE, 2005). Isso porque se acreditava que a burguesia nacional, do ponto de vista econômico, provocaria um aumento na acumulação de capital e nas inovações tecnológicas, o que

⁵ O Iseb dispunha de uma modesta verba, concedida pelo Ministério da Educação, com a qual dava atendimento as suas principais necessidades: aluguel da sede, na rua das Palmeiras, em Botafogo; honorários do diretor e salários de um pequeno número de funcionários; despesas correntes; e um fundo para publicações. Os professores trabalhavam gratuitamente. Além das publicações, o Iseb promovia cursos, conferências e outros eventos, que abordavam os problemas econômicos e sociais brasileiros, fortalecendo assim uma corrente nacionalista que buscava defender projetos capitalistas nacionais, a fim de alcançar o desenvolvimento e promover a melhoria da qualidade de vida da população, que nesse período sofria com a precarização da saúde e com a insuficiência dos investimentos do Estado na infraestrutura brasileira (JAGUARIBE, 2005).



favoreceria a diminuição da desigualdade nos termos de troca e, do mesmo modo, a construção de um Brasil mais industrializado.

Para tanto, o Estado era considerado o responsável pelo planejamento econômico, devendo intervir de forma efetiva na economia, a fim de criar condições necessárias à aceleração e à consolidação da industrialização do país. Ao Estado caberia também articular a relação da burguesia nacional com a classe trabalhadora. Sendo assim, o pensamento isebiano apontava para a necessidade de construir um Estado-nação moderno, promotor da transição de um modelo comercial mercantil para um modelo industrial. Isso tornaria possível a revolução nacional promovida pela “associação em torno de um projeto de nação dos trabalhadores, da classe média, dos empresários e da burocracia detentora de conhecimento técnico e organizacional” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 58-59).

Essas ideias, conforme já se apontou, estão na base do projeto desenvolvimentista brasileiro implantado no governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), cujos principais contornos são apresentados a seguir.

O GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHKE E O DESENVOLVIMENTISMO À BRASILEIRA

Com o suicídio de Vargas, o vice-presidente João Fernandes Campos Café Filho assume a presidência temporariamente, a fim de que em 1956 fossem feitas eleições para a presidência do Brasil, apoiando-se, durante a sua curta gestão, em políticos e militares vinculados ao partido da União Democrática Nacional (UDN). Um de seus objetivos era a estabilização econômica. Eugênio Gudin, economista de visão liberal nomeado para o Ministério da Fazenda, seguia uma política antiestatizante e favorável à abertura do país ao capital estrangeiro, o que despertou várias críticas dos nacionalistas. Conforme destaca Rodrigues, “Gudin procurou controlar a inflação, contendo os salários, o que provocou inúmeras manifestações contra a carestia e greves, como a de setembro de 1954” (1992, p. 57).



O governo temporário de Café Filho deu lugar ao então ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, que estabeleceu um estilo de governo marcado pela perspectiva desenvolvimentista. Seu estilo político, de caráter, sobretudo, populista, capturou, da massa da população brasileira – e também dos estratos superiores dessa sociedade –, a expectativa de crescimento social, político e econômico, tendo como lema a célebre frase “Cinquenta anos em cinco”.

JK imprimiu ao seu governo uma perspectiva na qual “todos os esforços foram intencionalmente dirigidos à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada” (LESSA, 1975, p. 6), fincando no país a ideologia desenvolvimentista. É necessário ressaltar que o projeto nacional-desenvolvimentista do Iseb permitiu a JK estruturar sua plataforma política e econômica, com base nas ideias formuladas por seus intelectuais, embora com algumas “modificações” em relação ao pensamento original. Essas peculiaridades serão abordadas mais adiante.

Tendo em vista o anseio pelo desenvolvimento econômico e social do país, Juscelino elaborou um Plano de Metas – com orientação de Lucas Lopes⁶ e Roberto Campos⁷ – que deveria ser cumprido durante os cinco anos de seu mandato. Tratava-se de um programa que visava coordenar “a ação do Estado no estímulo a setores inteiros da economia, em geral na área industrial, mas com grande ênfase naqueles ‘pontos de estrangulamento’ já detectados em relação à infraestrutura” (ALMEIDA, 2004, p. 8). A esse respeito, Carlos Lessa afirma que:

Em fins de 1956, dando resposta ao quadro de tensões antes descrito, formulou o governo um ambicioso conjunto de objetivos setoriais, conhecido por Plano de Metas, que constitui a mais sólida

⁶ Engenheiro nomeado por JK presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e também secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento, órgão que centralizou e adequou o Plano de Metas. Juntamente com Roberto Campos dirigiu um grupo de economistas que defendia o desenvolvimento da economia e do processo de industrialização mediante o planejamento governamental econômico. Além disso, foi também ministro da Fazenda em 1958. Ver: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lucas_lopes.

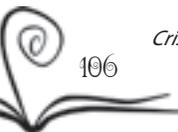
⁷ Diplomata promovido a ministro de segunda classe no início governo JK, passando posteriormente a ministro de primeira classe. Foi nomeado presidente do BNDE quando Lucas Lopes tornou-se ministro. Ver: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/roberto_campos.

decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país. Estes objetivos iriam servir durante os próximos cinco anos de norteio à política econômica e, em certos aspectos, ao longo de sua execução suas postulações iniciais foram superadas e seu caráter de política de desenvolvimento industrial confirmado. (1975, p. 14)

O plano desenvolvimentista de Kubitschek propôs um conjunto de trinta objetivos, que se dividiam em cinco setores: a) Energia: nuclear, elétrica, produção de petróleo, carvão mineral e refinamento de petróleo; b) Transportes: construção de rodovias e pavimentação, marinha mercante, construção de ferrovias e reaparelhamento, serviços de dragagens, serviços portuários e transportes aeroviários; c) Alimentação: matadouros industriais, frigoríficos, trigo, silos e armazéns, fertilizantes e mecanização da agricultura; d) Indústrias de base: indústrias automobilísticas, alumínio, siderurgia, álcalis, extração e exportação de minérios de ferro, construção naval, material elétrico, mecânica, cimento, celulose e papel, extração de borracha e metais não ferrosos; e) Educação: investimento na formação de técnicos (LESSA, 1975).

O que fica evidenciado no plano, pela ênfase nos setores prioritários para a recepção de investimentos, é que a indústria de bens de consumo duráveis foi a que mereceu maior atenção em relação aos demais setores. De qualquer forma, o plano priorizava o investimento naquelas áreas que dessem apoio e também se integrassem à indústria – nesse caso, às áreas de capital social básico (LESSA, 1975). A educação, por exemplo, mereceu destaque apenas no que se refere à formação de trabalhadores técnicos com o objetivo de fazer frente às necessidades derivadas do maior crescimento econômico – ou seja, do crescimento industrial – do país.

Deve-se ressaltar que o Estado juscelinista funcionou conforme o modelo desenvolvimentista, ou seja, como estimulador e copartícipe do desenvolvimento econômico. O Estado à época era principalmente planejador, pois o planejamento “racionaliza e orienta, permitindo à iniciativa privada mover-se mais facilmente no campo das decisões de investimentos” (CARDOSO, 1978, p. 207), cabendo-lhe estimular a economia, mediante o investimento



em áreas até consideradas não prioritárias, visando torná-las atraentes à iniciativa privada. Um exemplo dessa perspectiva são os investimentos pesados feitos na construção de rodovias com o objetivo de estimular a indústria automobilística, até então pouco significativa no contexto da economia brasileira.

Cabe, entretanto, observar que o governo JK não foi o primeiro a estimular e implantar políticas de desenvolvimento da indústria brasileira. Desde a década de 1930, Getúlio Vargas vinha promovendo políticas de substituição das importações, entendendo que as amarras que atrasavam o desenvolvimento econômico do país estavam relacionadas ao padrão de acumulação vigente à época, baseado em uma economia agrário-exportadora (MARANHÃO, 1981). Até então, haviam-se desenvolvido no Brasil indústrias leves, ou de bens de consumo não duráveis – por exemplo, têxteis e alimentos –, sustentadas no capital privado. Nos anos 1940, observam-se investimentos públicos na implantação de indústrias de base, como a siderurgia e indústrias metal-mecânicas (MARANHÃO, 1981).

Durante o período JK, a indústria de consumo de bens duráveis se encontrava quase sempre em mãos das empresas multinacionais, revelando que o desenvolvimento do país à época se deu, em grande parte, com base em vultosos investimentos externos. Como exemplo dessa intenção, nota-se que o chefe da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), Otávio Gouveia de Bulhões, permitiu a livre entrada de investimentos externos, em troca da importação pelo investidor de alguns equipamentos industriais aqui produzidos, conforme definido pelo governo brasileiro (MARANHÃO, 1981). Isso significa que o nacional-desenvolvimentismo de JK não seguia à risca o pensamento dos intelectuais nacional-desenvolvimentistas. O Iseb preconizava a atuação da burguesia nacional nos investimentos industriais, ao passo que JK inseriu na economia brasileira vultosos subsídios de capital externo, seja mediante aplicações feitas indiretamente ou por meio de instalações de empresas multinacionais no território brasileiro. O que se deve ressaltar é que, de forma alguma, o Iseb tinha como objetivo a rejeição do estrangeiro para que o Brasil pudesse se desenvolver. Assim é que Bresser-Pereira afirma:



Nesse contexto, o nacionalismo de países em desenvolvimento que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, pensam em reduzir seu atraso em relação aos países ricos, não significa rejeição do estrangeiro, nem mesmo correspondência da nação com o Estado-nação, mas a ideologia da formação do Estado-nação, essencial ao desenvolvimento nacional. (2005, p. 211)

De fato, o projeto de JK foi alvo de críticas em torno do fato de que a sua gestão geraria dependência do capital estrangeiro. Conforme Ricardo Maranhão, a prática de capitalização externa nos projetos de desenvolvimento nacional mostra “como este [JK] pode levar até o limite o equilíbrio contraditório entre o discurso nacionalista-desenvolvimentista e a realização de aberturas ao capital monopolista estrangeiro” (1981, p. 56), podendo-se observar que, para a própria execução do Plano de Metas, Juscelino deveria dispor de dois tipos de recursos, basicamente “emissões governamentais e financiamentos externos” (MARANHÃO, 1981, p. 58).

Isso significa que a perspectiva desenvolvimentista foi muito mais explorada por JK do que o próprio tema do nacionalismo, de grande relevância naqueles anos. A postura de Kubitschek é, então, contraditória com a sua estratégia nacional-desenvolvimentista, pois ele se utilizava do discurso nacionalista, ao mesmo tempo em que inseria o Brasil num processo de implantação da dinâmica monopolista, submetida aos centros externos.

Contudo, a necessidade de cortes nos gastos públicos defendida pela oposição para conter a onda inflacionária que se havia abatido sobre o país dificultava os investimentos necessários à implantação das políticas desenvolvimentistas de JK. Juscelino conseguiu contornar as resistências da oposição assegurando que a inflação permanecesse na média anual de 13,5%. Com relação ao capital externo, JK teve grande dificuldade para obter empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual afirmava que a política econômica brasileira divergia dos seus padrões. Entretanto, o presidente conseguiu obter investimentos de outras agências, como o Banco Import-Export de Washington, que concedeu um empréstimo de 125 milhões de dólares para a renovação ferroviária e à dragagem dos portos (MARANHÃO, 1981).

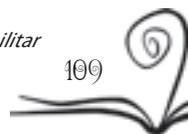


Por causa dos altos empréstimos que o Brasil contraiu nesse governo, criou-se uma dívida externa de valores absolutos desmedidos, o que provocou grande aumento da inflação do país. Para contrabalançar os seus efeitos, o governo lançou, em 1958-1959, um Plano de Estabilização Monetária, com o objetivo reduzir as despesas públicas. O plano, entretanto, mostrou-se insuficiente para conter a aceleração inflacionária, cuja crise daí derivada era considerada por Juscelino como “própria do crescimento” (ALMEIDA, 2004).

Grande parte da onda inflacionária foi consequência dos altos investimentos do governo na construção da nova capital do país. “A transferência da capital”, diz Coelho, “foi vista como a epopeia civilizatória, ato de conquista e posse da terra [...]. Foi símbolo da cidade do século XXI, e ao mesmo tempo evocação das bandeiras e realização de um projeto secular” (1991, p. 195). O monopólio industrial, tecnológico e também político que se localizava basicamente na região sudeste do Brasil é abalado com a mudança da capital para o centro do país. Juscelino tentava, ao centralizar o poder político no centro do país, facilitar a integração das regiões do território nacional.

O que pode se deprender dos efeitos da construção de Brasília é que o pacto populista entre a burguesia nacional e o proletariado não modificou as bases da estrutura social do país, não trazendo melhorias efetivas para a população. A classe proletária em geral percebia, no crescimento do Brasil, na construção de Brasília e na ascensão da ideologia desenvolvimentista, uma forma de alcançar vantagens econômicas imediatas. Isso, de fato, não ocorreu. Entretanto, é possível identificar as possibilidades “de elevação do padrão de vida numa perspectiva de mais longo prazo, que é de modo nenhum abstrata ou hipotética, mas se manifesta, na avaliação subjetiva e cotidiana de cada indivíduo, numa realidade de ascensão social” (COELHO, 1991, p. 205).

O ano de 1960 marca o fim do governo JK e das obras da nova capital. O período foi marcado por grandes manifestações populares, que festejavam não somente a construção de Brasília, mas também as mudanças deixadas por Juscelino no Brasil. As conquistas econômicas e a



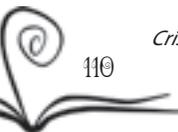
ampliação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento foram, de fato, substanciais, exemplificadas na construção das rodovias Régis Bittencourt e Fernão Dias e nos incentivos do governo às indústrias de bens de consumo duráveis, como a automobilística.

De fato, esses investimentos trouxeram desenvolvimento econômico, no entanto, conforme Maranhão, “JK havia esgotado as possibilidades de sucesso daquele estilo de desenvolvimento” (1981, p. 99). O Brasil cresceu nesse período; os investimentos privados foram cada vez mais incentivados pelo Estado, mas as altas taxas da inflação no final do governo JK mostravam outra face do Brasil, revelando as

[...] disparidades regionais, ligadas à coexistência orgânica de setores avançados da indústria de bens de consumo durável e de bens de capital, com bolsões de atraso e baixa produtividade, bem como a manutenção e o crescimento da miséria no campo e sua transferência para as grandes cidades. (MARANHÃO, 1981, p. 99-100)

“Mesmo que permanecesse a diferenciação social, não haveria mais nem regiões pobres, nem grupos pobres. Se o desenvolvimento é riqueza, conseguindo-se chegar até ele, não haverá mais pobreza”, aponta Miriam Limoeiro Cardoso (1978, p. 96-97); mas durante esse período, o país não conseguiu, com o desenvolvimentismo, alcançar de fato a erradicação da pobreza e da miséria. Ou como afirma Basbaum: “O país pode ter enriquecido, como enriqueceram os milionários, os banqueiros, os grandes industriais e financistas, mas o povo empobreceu” (1976, p. 225). O autor completa, destacando que “a política de penetração do capital estrangeiro na economia brasileira criou déficits permanentes nas trocas cambiais pela evasão contínua de dólares” (BASBAUM, 1976, p. 225). Enfim, o desenvolvimentismo de JK acabou por desvalorizar o preço do cruzeiro, moeda do período, o que provocou “a baixa do salário real e a miséria crescente das populações mais pobres” (BASBAUM, 1976, p. 225).

Apesar do reduzido efeito de suas políticas nas condições de vida da população brasileira, o presidente Juscelino Kubitschek deixou o seu cargo sustentado num “bom conceito de estadista, de construtor de Brasília, de



democrata com grande prestígio popular” (MARANHÃO, 1981, p. 101). Fica claro que os problemas econômicos provocados pela intensificação do padrão desenvolvimentista, como a alta inflação, que chegou a 30,9% ao ano, um percentual bem maior que os 13,6% previstos por JK, foram herdados por seus sucessores. Em resumo, o ideal desenvolvimentista elaborado pelos intelectuais isebianos não se configurou plenamente no governo JK. No entanto, é possível afirmar que durante o período da ditadura militar (1964-1985) os governantes deram continuidade a políticas desenvolvimentistas com forte viés nacionalista.

O DESENVOLVIMENTISMO NOS GOVERNOS MILITARES

Os governos que sucederam o período juscelinista tiveram grande dificuldade de dar continuidade ao projeto nacional-desenvolvimentista, por um lado pelo fato de esse projeto ter de certa forma se esgotado e, por outro, pelo avanço, no início da década de 1960, de ideias que contraditavam com um discurso que enfatizava a expansão de um capitalismo multinacional e associado. “Para Caio Navarro de Toledo, o nacional-desenvolvimentismo tem início e fim com o Governo Juscelino Kubitschek, mesmo que elaborado por uma instituição relativamente autônoma do governo” (DOMINGOS, 2009, p. 301). O ideário de desenvolvimento nacional nos governos militares sofre mudanças pelo fato de apresentar uma orientação conservadora, bastante diferente, portanto, da perspectiva isebiana (TOLEDO, 2005)

O pensamento isebiano “visaria à fabricação da nação por meio da formulação de uma ideologia do desenvolvimento nacional” (TOLEDO, 2005, p. 143). O projeto desenvolvimentista tinha como objetivo o crescimento da nação por meio da própria nação. Nota-se, entretanto, que no período que vai de 1961 a 1964, do pré-golpe militar, surgiram instituições que tinham perspectivas ideológicas distintas das primeiras bases do pensamento isebiano, surgimento esse também provocado pela acentuação mais à esquerda do discurso defendido pelo Iseb. Em sua fase final (1962-1964), o Iseb assume uma postura que enfatiza as reformas sociais



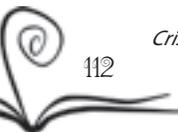
e políticas, o que determina também uma mudança do discurso nacional-desenvolvimentista para um discurso nacional-reformista (TOLEDO, 2005).

O nacional-reformismo, surgido no final da década de 1950, enfatizava que “não bastava mais apenas o país se desenvolver economicamente, se os resultados desse desenvolvimento não melhorassem as condições de vida do povo brasileiro” (DOMINGOS, 2009, p. 303). Essa era a tese central desse novo olhar sobre o desenvolvimento brasileiro. Na sua última fase (1962-1964), o Iseb, como também outros grupos de intelectuais – por exemplo, a Frente Parlamentar Nacionalista – defendiam o nacional-reformismo, por acreditarem que, por meio dele, o Brasil poderia de fato melhorar as condições de vida da população.

Contra essa sustentação de caráter puramente reformista e esquerdista, foram fundados o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). O Ibad surgiu em 1959 com o intuito de combater o comunismo e projetar o rumo do debate econômico e político do país. O Ipes, que passou a existir oficialmente em novembro de 1961, foi um centro que desenvolveu um pensamento de defesa de uma perspectiva do crescimento nacional com base no capitalismo autóctone. Políticos de origem liberal-conservadora, setores da imprensa brasileira e algumas entidades das classes empresariais apoiaram e saudaram a sua formação, visto que tinha por objetivo investir no desenvolvimento do país mediante a inserção no capitalismo internacional. O crescimento viria pelo capitalismo autóctone, porém, a longo prazo, deveria ser feita uma associação com o capital externo (TOLEDO, 2005).

O complexo Ibad/Ipes apostava na associação entre a burguesia e a massa da população, o que em muito se assemelha ao pensamento inicial dos isebianos acerca da união entre a burguesia nacional e a classe proletária. Entretanto, Toledo (2005), aponta quais eram de fato os pontos defendidos pelo complexo Ibad/Ipes, uma vez que esse último mascarava a sua real finalidade ideológica:

Ao contrário do Iseb, o Ipes, desde o início, desenvolveu uma dupla vida política: uma *face pública* e uma *clandestina*. Como objetivos oficiais (“públicos”) da instituição, eram postulados a promoção da



“educação cultural, moral e cívica dos indivíduos”, bem como o exercício da pesquisa objetiva e do livre debate, que deveriam implicar conclusões e propostas para o progresso econômico, o bem-estar social e o “fortalecimento do regime democrático” no Brasil. (TOLEDO, 2005, p. 145)

Contudo, a sua face “clandestina”

[...] encobria uma sofisticada e multifacética militância política, ideológica e militar [...] as operações *secretas* e *discretas* dessa burguesia insurrecional eram executadas por forças-tarefas especializadas e unidades de ação que, em autêntica linguagem militar, chegavam a adotar codinomes para suas atividades extra-legais. (TOLEDO, 2005, p. 145)

O que fica evidenciado é que a organização militar foi sem dúvida essencial para a execução das tarefas “clandestinas” ditadas pelo Ipes a setores da burguesia nacional. Ela serviria para conter os rumores de uma iniciativa política mais densa no campo do nacional-reformismo, mediante as “operações secretas e discretas” citadas anteriormente. Toledo define bem quais eram as etapas do processo de atuação político-ideológica do Ipes:

[...] foram definidas duas etapas para a ação político-ideológica do Ipes. A “elite orgânica” deveria assumir que – num primeiro estágio – caberia infundir nas classes dominantes e nas classes médias a ideia de *resistência* contra o governo Goulart e a convocação da necessidade de sua urgente derrocada. Para tal intento, os militares eram peças-chave na estratégia política do Ipes. Numa segunda etapa, colocavam-se problemas de doutrinação e organização de um “bloco de poder burguês” que, na direção do Estado, deveria impor o capitalismo multinacional e associado e alguma forma de legitimidade popular. (2005, p. 146)

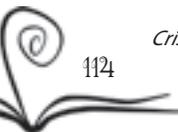
A implantação dessas estratégias se iniciou com o golpe que derrubou João Goulart da Presidência da República em 31 de março de 1964, ao qual se seguiu um longo período autoritário que, após vinte anos de resistência e lutas pela redemocratização do país, chegou ao fim em meados da década de 1980.

OS MILITARES E A BURGUESIA: SUAS ATUAÇÕES NO CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO

É notório que a atuação das Forças Armadas na história brasileira se deu de forma diferente nos diversos períodos da história do país (SILVA, 2005-2006). Na fase que vai de 1950 a 1964, o desempenho dos militares no cenário político foi canalizado para contribuir em projetos voltados para o desenvolvimento do país. O debate acerca do modelo econômico que deveria ser implantado no Brasil para que o país pudesse se desenvolver foi crucial para a atuação divergente de parcelas militares, o que evidencia que eles não podem ser vistos como um grupo monolítico no decorrer da história brasileira, mas sim como um grupo complexo e com opiniões e pensamentos divergentes (TOLEDO, 2005).

É possível identificar que a ascensão do modelo nacional-desenvolvimentista durante a década de 1950 foi apoiada por uma grande parcela dos militares que defendiam o desenvolvimento brasileiro por ver nele uma forma de “superar a pobreza ou reduzir a distância entre os países subdesenvolvidos e os países ricos, e de atingir a independência política e econômica através de um crescimento autossustentado” (SILVA, 2005-2006, p. 97). Os militares que sustentavam esse modelo eram vistos como nacionalistas da esquerda militar.

Entretanto, outra grande parcela das Forças Armadas com forte influência na vida política do país no período do pós-guerra tinha as suas bases ideológicas assentadas no liberalismo conservador ou no liberalismo pró-americano de direita. Na década de 1960, observa-se que o grupo que se manifestou de forma eficaz, atrelado ao pensamento do próprio núcleo Ibad/Ipes, foi o dos militares orientados para o liberalismo pró-americano. Eles defendiam a causa da segurança nacional na tentativa de conter o movimento pelas reformas sociais – agrária, tributária, financeira e administrativa – que cada vez mais se acentuava, sobretudo no governo Goulart. A mobilização entre setores da burguesia e os militares foi crucial para que o golpe acontecesse em 31 de março de 1964 (SILVA, 2005-2006).



A partir do momento em que a agenda dos militares incluiu o objetivo de criar as bases econômicas da defesa nacional através do desenvolvimento industrial, facções se organizaram dentro das Forças Armadas e se articularam a setores da sociedade civil, disputando a imposição de um modelo de desenvolvimento. “O resultado final, mas não necessariamente perseguido desse envolvimento, foi o movimento civil-militar de 1964 e a imposição de uma ditadura militar sem precedentes” (SILVA, 2005-2006, p. 93).

A derrubada do presidente João Belchior Marques Goulart, e que deu início a um longo período da história brasileira, caracterizou-se pelo autoritarismo sustentado na articulação entre uma junta militar conservadora e amplos setores da burguesia nacional. Durante esse período, viu-se a ascensão de diversos presidentes militares, eleitos por um colégio eleitoral composto pelos membros do Congresso Nacional.⁸ Isso significa que as Forças Armadas tinham como estratégia impor um militar ao Congresso, com o objetivo de realizar a “limpeza” política e ideológica tão desejada seja pelas forças conservadoras do próprio aparato militar, seja pelo empresariado brasileiro (SILVA, 2005-2006).

AS PROPOSTAS DO I E DO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O I Plano Nacional de Desenvolvimento foi proposto em 4 de novembro de 1971 para os anos de 1972 a 1974 pelo presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) juntamente com Alfredo Buzaid (ministro da Justiça), Adalberto de Barros Nunes (ministro da Marinha do Brasil), Orlando Geisel (ministro do Exército), entre outros, é o marco da expansão desenvolvimentista no período militar. É importante ratificar que esse plano é avaliado como desenvolvimentista por apoiar investimentos nas áreas que deveriam alavancar a economia no sentido da superação do

⁸ Em fevereiro de 1966 foi decretado o ato institucional nº 3, estabelecendo eleições indiretas para governador e para os municípios considerados de “segurança nacional”, incluindo todas as capitais. Em 1967, mediante o ato institucional nº 4, foi promulgada uma nova Constituição. Nela mantinha-se o princípio federativo e os princípios dos atos institucionais – eleições indiretas para presidente e governadores.

subdesenvolvimento. Isso significa que os investimentos eram feitos majoritariamente na área industrial. O nacional-desenvolvimentismo juscelinista havia terminado, mas a questão desenvolvimentista não; pelo contrário, ela continuava presente.

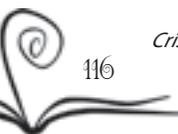
O desenvolvimentismo desse período, tanto como política econômica quanto como ideologia, tinha como justificativa elevar a economia brasileira aos patamares superiores da economia mundial e afastar as ideias esquerdistas de intelectuais e políticos da época. O controle do país por militares conservadores iria assegurar a segurança nacional, afastando o inimigo comum do bloco capitalista mundial: o comunismo (SILVA, 2005-2006).

Ao apresentar o I PND, o presidente Médici afirmou que o crescimento econômico permitiria ao Brasil ocupar a lista dos dez países do mundo ocidental com maior Produto Interno Bruto (PIB), e projetava para o futuro ocupar a oitava posição. O plano apresenta objetivos internos e externos, significando que as estratégias de desenvolvimento do país deveriam acompanhar também a dinâmica do mercado exterior.

Dos objetivos nacionais, o programa frisa alguns pontos que marcam total desacordo com o momento político vivido no Brasil, como pode ser visto na página 6 do documento:

Para conferir autossustentação e caráter integrado ao processo, o desenvolvimento pressupõe: – Ampla disseminação dos resultados do progresso econômico, alcançando todas as classes de renda e todas as regiões. – Transformação social, para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, distribuir melhor a renda e manter uma sociedade aberta. – Estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático. – Segurança nacional, interna e externa. (BRASIL, 1971, p. 8.969)

O regime militar foi caracterizado por extremo autoritarismo, repressão de manifestações contrárias ao regime e cerceamento da liberdade individual, em contradição explícita com o que era apresentado no texto do plano. A justificativa era que o desenvolvimento econômico e social ne-



cessitaria de estabilidade política sob regime democrático, o que naquele momento de fato não ocorria.

O texto do plano permite constatar a grande ênfase dada à preservação do setor privado e à sua articulação com o governo. Isso mostra como era forte a participação da burguesia nas orientações das políticas econômicas do período. Essa importância fica evidenciada quando se destaca a “atuação eficiente do governo, na administração direta, autarquias ou empresas governamentais, definindo suas tarefas com clareza e preservando a viabilidade e dinamismo do setor privado” (BRASIL, 1971, p. 8.969). O plano prevê ainda políticas de desenvolvimento de tecnologia nacional, também consideradas estratégicas para a segurança nacional, em um mundo então dividido em dois blocos em constante disputa: o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, sob o controle da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No I PND a participação das empresas estrangeiras no Brasil foi considerada como uma possibilidade de o país se desenvolver em termos tecnológicos e conquistar novos mercados externos. Sendo assim:

As empresas estrangeiras deverão orientar os seus investimentos, principalmente, para áreas de tecnologia mais refinada, onde se torne relevante a transferência, para o país, de nova tecnologia e métodos gerenciais modernos; é essencial que contribuam também para o balanço de pagamentos, promovendo exportações ou substituindo importações, atuando mais de modo complementar ao da empresa nacional. (BRASIL, 1971, p. p. 8.969)

Em linhas gerais, o I Plano Nacional de Desenvolvimento tinha por objetivo um crescimento econômico vertiginoso por meio de investimentos externos, do planejamento industrial e de políticas de modernização tecnológica. Com tais medidas, pretendia-se

[...] assegurar níveis internacionais de eficiência aos setores público e privado; e processo de integração, com articulação harmônica entre governo e setor privado, União e estados, entre regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, entre empresa e trabalhadores. (BRASIL, 1971, p. 8.969)

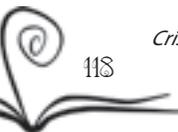


Uma avaliação do governo do general Emílio Garrastazu Médici permite afirmar que durante esse período a repressão aos opositores do regime autoritário e a tortura a eles chegaram a extremos, além de se ter instaurado a censura nos meios de comunicação. Porém, em relação às questões econômicas, o seu governo foi responsável pelo advento do chamado milagre econômico brasileiro.

Observa-se que o milagre de fato aconteceu como resultado do ingresso maciço de capital estrangeiro no Brasil e também da “estabilidade política” promovida pelos governos militares, firmemente comprometidos com o combate às esquerdas e com o desenvolvimento do país. Outro aspecto que também contribuiu para o crescimento econômico foi a baixa taxa de juros praticada no mercado internacional no início dos anos 1970. Isso pode ser compreendido como uma estratégia de atração de investimentos externos para o fortalecimento da economia e assim ampliar as possibilidades de competir no mercado internacional:

A economia brasileira internacionalizava-se, em associação com o capital estrangeiro. O Estado brasileiro agora era responsável por intermediar as relações entre burguesia nacional e estrangeira. [...] A expansão econômica foi realmente espetacular, com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mantendo-se elevada a cada ano, e o governo não demorou em tirar proveito disso. Surgia o mito do Brasil potência, alimentado pelos slogans divulgados pela propaganda oficial: “Ninguém mais segura este país”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Pra frente, Brasil”, “Até 1964 o Brasil era o país do futuro: agora o futuro chegou”. (VICENTINO e DORIGO, 2001, p. 606)

Cabe assinalar, contudo, que as políticas econômicas implantadas pelo governo Médici tornaram o Brasil fortemente dependente do capital estrangeiro. Como a história relata, em 1973 ocorreu uma grande crise do petróleo que revelou o esgotamento do milagre econômico, visto que o Brasil naquele momento era dependente “da importação de mais de 80% do total do petróleo que consumia” (VICENTINO e DORIGO, 2001, p. 607), e isso comprometeu seriamente o balanço de pagamentos e a produção industrial.



Em um contexto de crescentes dificuldades econômicas e políticas, e do crescimento de movimentos que lutavam pela redemocratização do país, Ernesto Geisel (1974-1979), que substituiu Garrastazu Médici, viu-se diante da necessidade de principiar a desmontagem do aparelho repressivo e iniciar a abertura política reclamada pela resistência de amplos setores da sociedade civil brasileira. Com relação ao planejamento econômico, Geisel promoveu, juntamente com outros gestores econômicos, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

O período que vai de 1974 a 1979 foi marcado por uma série de acontecimentos importantes na vida econômica e política brasileira. Na esfera política, iniciava-se a distensão e o relaxamento dos rigores do autoritarismo que marcaram os governos Médici e Costa e Silva (1967-1969), e despontava um novo movimento sindical. Na esfera econômica, empreendeu-se aquele que foi o último grande plano econômico do ciclo desenvolvimentista. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi, provavelmente, o mais amplo programa de intervenção estatal do Brasil, transformando significativamente o parque industrial brasileiro, com a implantação de um polo de insumos básicos e de bens de capital. Em meio aos problemas deixados pela ressaca do milagre brasileiro, João Paulo dos Reis Velloso,⁹ Mário Henrique Simonsen¹⁰ e Severo Gomes,¹¹ entre outros gestores econômicos, arquitetaram um programa de desenvolvimento extremamente ambicioso, que contrariava as expectativas de vários analistas, para enfrentar o primeiro choque de petróleo e as adversidades da crise internacional (MANTEGA, 1997).

O II PND pretendia implantar um conjunto ousado de projetos voltados para a produção de insumos básicos e de bens de capital, tendo, no entanto, alcançado taxas de crescimento inferiores às aquelas do I PND. O ajuste previsto nesse segundo plano derivava da crise do petróleo. Por isso mesmo, o governo apostou no setor de bens de capital e insumos básicos, a fim de evitar as importações e, se possível, gerar novas frentes de exportação. Também na tentativa de tentar diminuir a dependência do país no que se refere ao petróleo importado do exterior, o plano previu medidas

⁹ Economista brasileiro que presidiu o Ministério do Planejamento nos governos Médici e Geisel.

¹⁰ Engenheiro, economista e ministro da Fazenda durante o governo Geisel.

¹¹ Ministro da Indústria e do Comércio no governo Geisel.

que viabilizassem o aumento da produção interna do produto. Conforme consta no seu texto, “a perspectiva é de apreciável elevação da produção interna de petróleo nos próximos dois ou três anos, simplesmente a base dos campos já descobertos” (BRASIL, 1974, p. 13.869).

Além das medidas já citadas, o plano propunha outras que buscavam a consolidação de uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva para o país. Para tal intento, previa investimentos nos cinquenta anos subsequentes da ordem de Cr\$ 716 bilhões nas áreas de desenvolvimento científico e tecnológico, indústrias básicas e infraestrutura econômica (BRASIL, 1974, p. 13.869).

Em relação à integração na economia mundial, foram propostas medidas que visavam à “conquista de mercados externos, principalmente para manufaturados e produtos primários não tradicionais (agrícolas e minerais)” (BRASIL, 1974, p. 13.869). É possível observar que a relação de exportador de bens primários ainda se mantinha presente na realidade brasileira. Como já foi visto, as ideias cepalinas afirmavam que um dos grandes motivos da subordinação do Brasil aos países do capitalismo central era a deterioração dos termos de troca. Para que o país saísse de uma posição subalterna, era necessário quebrar essa posição de país exportador de produtos primários. Entretanto, conforme anteriormente apontado, o II Plano Nacional de Desenvolvimento não conseguiu atingir tal objetivo.

Por isso mesmo, pode-se afirmar que as diretrizes de crescimento e investimentos de longo prazo previstos no II PND durante o regime militar estavam em contradição com a perspectiva desenvolvimentista cepalina, que frisava a integração industrial como progresso econômico e social. Ao final do governo Geisel, o país enfrentava a segunda crise internacional do petróleo “que acarretou em um desequilíbrio nas contas externas e, principalmente, uma diminuição no fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil” (VICENTINO e DORIGO, 2001, p. 609). A partir disso, o Brasil começou a viver uma fase de estagflação, isto é estagnação econômica com inflação, que só fazia crescer com o passar dos anos. Tudo apontava para o fato de que durante o governo Geisel os graves problemas da economia brasileira tinham se aprofundado.



O intervencionismo estatal atingiu o seu auge, bem como a política das obras faraônicas. A combinação entre empresas estatais e autoritarismo político mostrou-se catastrófica, na medida em que, muitas vezes, os vastos recursos dirigidos a essas empresas acabavam em mãos de particulares, não existindo qualquer controle da sociedade civil sobre o setor público. [...] Assim, as empresas estatais começaram a combinar excessivos gastos com pessoal e ineficiência econômica, gerando mais tarde, a convicção de que, generalizadamente, empresas estatais são pouco eficientes e precisam ser privatizadas. Os custos públicos dessa ineficiência eram atendidos com emissões de papel-moeda ou então com bem remunerados empréstimos feitos ao governo, favorecendo instituições financeiras (bancos), que ganhavam com o processo. (VICENTINO e DORIGO, 2001, p. 610)

Diante da situação de colapso econômico e também político, o presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), que sucedeu Ernesto Geisel, estimulou por meio da proposta do economista Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda do governo anterior, as exportações com vistas à obtenção de divisas e com o objetivo de manter em dia o pagamento dos juros da dívida externa, que chegava a valores bastante altos. No entanto, a prática de reter dólares e pagar a dívida, associada às grandes remessas de divisas para o pagamento dos exportadores, não favorecia os brasileiros, crescendo cada vez mais o descontentamento com o regime. Primeiramente, porque se viam presos a uma dívida que não fora provocada por eles, mas sim pela forma como de há muito vinha sendo conduzida a economia brasileira. Em segundo lugar, porque a volumosa emissão de moeda para o pagamento dos exportadores fazia aumentar a inflação, que naquele momento era considerada um dos maiores “monstros” da economia brasileira.

Durante o governo Figueiredo, a crise econômica e social se aprofundou no Brasil. Greves, reivindicações políticas a favor da democracia e da reforma partidária estavam na ordem do dia. Entretanto, a sociedade brasileira alcançou de fato a sua liberdade política com as eleições diretas de 1989. Após a ascensão de Collor ao posto de presidente, a economia política brasi-



leira tomou um novo rumo, anunciando a adoção de um modelo econômico em moldes neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foi possível constatar a importância que a ideologia desenvolvimentista teve no país do governo JK até os anos 1980, baseando-nos na legitimidade alcançada pelas análises e propostas cepalinas com vistas à superação do subdesenvolvimento latino-americano.

Enquanto intelectuais e políticos de perfil nacional-desenvolvimentista defendiam transformações no campo econômico e social, organismos internacionais vinculavam-se a parcelas da burguesia nacional e das Forças Armadas que não concordavam com o rumo que os primeiros pretendiam dar ao país. A reação desses setores veio na forma do golpe civil-militar de 1964, que redefiniu os rumos do projeto desenvolvimentista no país, distanciando-o das ideias isebianas, que viam no avanço do capitalismo no país o meio fundamental para se atingir o desenvolvimento em moldes nacionais. Assim, para o Iseb,

[...] o desenvolvimento era um processo histórico que implica uma revolução capitalista através da industrialização e uma revolução nacional que permitisse ao país formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. Nele, a presença de uma burguesia nacional e não alienada era uma condição necessária à ideia de nação que reuniria as classes sociais independentemente dos naturais conflitos entre elas. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 42)

Na verdade, o desenvolvimentismo acabou por constituir no país uma nova forma de expansão do capitalismo, sob o lema de recuperação do atraso, sem mudar substancialmente a posição do país na divisão internacional do trabalho.

O projeto nacional-desenvolvimentista do Iseb, que preconizava relações entre a burguesia nacional e a massa da população, não se positivou



concretamente, e não possibilitou, de maneira significativa, mudanças para a melhoria do padrão de vida da população brasileira. No que se refere à estrutura econômica do país, os saldos de crescimento foram grandes, à custa, porém, da alta inflação e do grande aumento da dívida externa.

No período militar, ocorreram algumas mudanças no discurso e nas práticas desenvolvimentistas brasileiras. Essas mudanças, entretanto, não geraram melhorias na vida da maioria da sociedade brasileira. O governo Médici mostrou-se como um dos mais autoritários durante o regime militar, mesmo sendo aquele em que tenha ocorrido o advento do milagre econômico. Na verdade, Geisel, já no final da ditadura militar, pode ser considerado como um dos presidentes do período que mais buscou abrir as portas do Brasil para a democracia, regendo assim o fim do regime militar, que já se encontrava em acelerado processo de desgaste.

O fim do governo Geisel e do II Plano Nacional de Desenvolvimento mostra o enfraquecimento e o esgotamento do discurso desenvolvimentista no Brasil. A crise econômica em escala global que atingiu fortemente o país mostrou que os modelos econômicos orientados pelas práticas da ideologia desenvolvimentista não conseguiram corresponder à complexidade dos problemas sociais e econômicos então enfrentados pelo país, dando lugar, sobretudo a partir da década de 1990, após a gravíssima crise dos anos 1980, ao ideário neoliberal.

Entretanto, interpretações como a formulada por Bresser-Pereira afirmam que o Brasil, sob o comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), procurou enfrentar os problemas do país de uma perspectiva de caráter desenvolvimentista, que o autor denomina de neodesenvolvimentismo. Essa interpretação está longe de ser consensual. Em uma perspectiva crítica, Fiori (2011) destaca que o neodesenvolvimentismo brasileiro e também o latino-americano padecem dos mesmos erros teóricos e ideológicos do desenvolvimentismo da década de 1950:

Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o Estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes “campeões nacionais”;



o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E, finalmente, com relação ao papel do Estado, o “neodesenvolvimentismo” propõe que ele seja recuperado e fortalecido, mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações. (FIORI, 2011, p. 1)

Mesmo que baseado em contradições ideológicas e até mesmo em erros teóricos, o desenvolvimentismo ainda se faz presente na política nacional brasileira. Isso demonstra a força e a expressividade de uma teoria, ideologia e política de mais de meio século de formação, que a cada governo se transforma, mantendo o lema da superação econômica, e se adapta às novas realidades nacionais e externas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BRASIL. Lei ordinária nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974: Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, supl., p. 13.869, 6 dez. 1974. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=98488&norma=122546>. Acesso em: 22 ago. 2013.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971: Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 8.969, 8 nov. 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/>



lei-5727-4-novembro-1971-358078-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 22 ago. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito do Iseb discutido. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004.

_____. Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 201-232.

_____. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul.-dez. 2010.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento no Brasil: JK-JQ*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. Desenvolvimentismo e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 1950. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 705-725, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a1036129.pdf. Acesso em: 30 out. 2011.

COELHO, Marcelo. O lugar das ilusões: Brasília e os paradoxos do desenvolvimentismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 23, p. 195-210, mar. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a11n23.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2011.

COLISTETE, Renato. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-34, jan.-abr. 2001.

DOMINGOS, Charles. O nacionalismo na experiência democrática brasileira (1951-1964): um conceito em transformação. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 16, n. 29, p. 293-313, jul. 2009.

FIORI, José Luís. A miséria do “novo desenvolvimentismo”. *Carta Maior*, 30 nov. 2011. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5334. Acesso em: 20 ago. 2013.

JAGUARIBE, Hélio. O Iseb e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 12-42.



LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

MANTEGA, Guido. *O Governo Geisel, o II PND e os economistas*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas e Publicações, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1997. (Relatório de Pesquisa, 3). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2935>. Acesso em: 20 ago. 2013.

MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

SILVA, Lígia Osório. Desenvolvimentismo e intervencionismo militar. *Ideias*, Campinas, v. 12-13, p. 11-40, 2005-2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.07.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

SOUZA, Edson Rezende de. *O Iseb e o nacional-desenvolvimentismo: a intelligentsia brasileira nos anos 50*. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h563.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2011.

TOLEDO, Caio Navarro de. Iseb: ideologia e política na conjuntura do Golpe de 1964. In: _____ (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 137-164.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio: história geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2001.

VIEIRA, Flávia. América Latina, desenvolvimento e ideologia. *Libertas*, Juiz de Fora, ed. esp., p. 227-254, fev. 2007.



PRODUÇÃO DA IMAGEM FOTOGRÁFICA NO ÂMBITO DO CURSO TÉCNICO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO/FIOCRUZ

Cristopher Costa de Mattos *

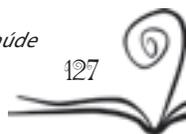
INTRODUÇÃO

Inovações técnicas do final do século XVIII e início do século XIX possibilitaram uma nova forma de representação da realidade. Um exemplo de inovação é a fotografia, que representava uma realidade modificada, pois dependia, além do olhar do fotógrafo, do olhar do leitor, olhar que estava condicionado por fatores culturais.

A fotografia está profundamente associada à necessidade cultural do modernismo, orientada pela racionalidade iluminista na busca pelos fatos através da imagem (HARVEY, 1992 apud CIAVATTA, 2002), ou seja, a busca de um real mediante a compreensão implícita na fotografia, associada à investigação do seu contexto de produção, apropriação e uso.

A fotografia é uma das diversas ferramentas utilizadas na pesquisa de campo das ciências da saúde e faz parte, inclusive, do processo

* Ex-aluno do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio com habilitação em Vigilância em Saúde (2009-2011). Atualmente cursa Administração na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação dos professores-pesquisadores Gregório Galvão de Albuquerque (mestrando em Educação), do Núcleo de Tecnologia Educacional em Saúde (Nuted), e Bianca Ramos Marins (doutora em Vigilância Sanitária de Produtos), do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (Lavsa). Contato: cristopherdemattos@gmail.com.



de trabalho do Laboratório de Vigilância em Saúde (Lavsa)¹ da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). O Lavsa possui grande produção de imagens que funcionam como elemento de discussão e demonstração das características e das irregularidades encontradas no território. Nesse sentido é que se objetiva provocar a discussão da produção de imagens fotográficas para a compreensão da relação existente entre a imagem e o território.

A produção de fotografia dos territórios tem como objetivos principais o registro, o diagnóstico e a elaboração de um plano de intervenção local. A fotografia, utilizada como ferramenta, proporciona uma melhor análise, reflexão e, em certos casos, denúncia sobre o território retratado. Sua utilização como ferramenta durante o processo investigativo do território mostra-se necessária na apreensão da realidade. É necessário, para além do domínio da técnica da fotografia, o estímulo à reflexão sobre a representação dessa imagem, sua relevância como ferramenta de denúncia e sua inserção no processo de trabalho da vigilância em saúde.

A produção de imagens no “trabalho de campo” realizado pelos alunos do Curso Técnico de Nível Médio de Vigilância em Saúde, do Lavsa, articula a relação entre passado e futuro da fotografia. A foto tem seu sentido de registro fragmentado da realidade, um registro que, segundo Ciavatta (2002), permite uma visão retrospectiva, enquanto o trabalho de campo teria um sentido de futuro, na medida em que permitiria a elaboração do plano de intervenção do território.

No “trabalho de campo”, os alunos recolhem informações do território nos dois primeiros anos, por meio de questionários aplicados à população e de pesquisas em instâncias governamentais. Concomitantemente, é realizada a produção de imagens, incluídas no processo de diagnóstico para posterior sintetização dos dados e elaboração de um plano de intervenção.

¹ O Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde tem como missão a promoção da educação dos técnicos dessa área através da coordenação de atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica. Seu objetivo é contribuir para a formulação de políticas de educação profissional, propostas curriculares e tecnologias em educação para atender às necessidades dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS).



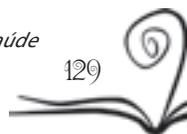
O presente trabalho utiliza-se da revisão bibliográfica no campo da fotografia e da vigilância em saúde. A metodologia desenvolvida é de aproximação com a produção e a guarda de fotografias no Lavsá, com o objetivo de compreender a imagem no contexto da vigilância em saúde.

A IMAGEM FOTOGRÁFICA

Na história da fotografia, Walter Benjamin (1994a) aborda a interação entre a técnica e a interlocução com o contexto de sua produção. Para o autor, a fotografia é uma relação entre imagem e pensamento, ou seja, está relacionada à retratação de determinado espaço-tempo, inserida em um momento histórico. Segundo o autor, apesar de historicamente a pintura ter sido considerada a principal maneira de representação da realidade, surgiu a necessidade de aproximar mais a representação das características do espaço natural em determinado contexto articulado com a realidade. Uma aproximação do real diretamente ligada à imagem, não só como essência do real, mas também como a própria realidade, conseqüentemente condicionada à relação de espaço, tempo e ideologia de quem a produz.

O apogeu da descoberta da fotografia se deu no primeiro decênio do século XIX, período pré-industrial da fotografia. Vale ressaltar que houve alguns que se apoderaram da técnica com fins lucrativos, mas tais atividades estavam mais próximas das feiras do que da indústria. A compreensão do que é a real essência da arte fotográfica estava fortemente ligada a juízos de valor, que buscavam criticar a invenção.

A névoa que recobre os primórdios da fotografia é menos espessa que a que obscurece as origens da imprensa: já se pressentia, no caso da fotografia, que a hora da sua invenção chegara, e vários pesquisadores, trabalhando independentemente, visavam ao mesmo objetivo: fixar as imagens da câmera obscura [...]. (BENJAMIN, 1994a, p. 91)



O *Leipziger Anzeiger*, um jornal da época citado por Benjamin (1994a, p. 92), afirmou ser um absurdo a tentativa de fixar o ser humano numa câmara escura, visto ter sido o homem feito à imagem de Deus, e nenhum invento humano poderia fixar a imagem Dele. No máximo, um artista poderia, num momento de suprema solenidade, sem a ajuda de artifícios mecânicos, representar traços ao mesmo tempo humanos e divinos.

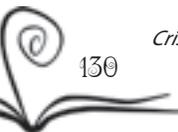
No período que se seguiu da invenção da fotografia muitos teóricos discutiram se a fotografia seria uma arte ou meramente uma técnica, sem interferência do artista, neste caso o fotógrafo. No decorrer do tempo, os quadros tornaram-se testemunho do talento artístico do pintor, e a fotografia passou a ser vista como a forma de representação que tinha maior proximidade com a realidade. Os primeiros fotógrafos acreditavam que a valorização da fotografia estava fundada na precisão da representação da realidade em detrimento do fantasioso. Diferentemente da pintura, que está ligada à representação e aos cuidados com os detalhes além da realidade, a imagem fotográfica era encarada como a representação pura do real.

O processo desenvolvido por Daguerre para a fixação da imagem, segundo Benjamin, dava-se da seguinte maneira:

Os clichês de Daguerre eram placas de pratas, iodadas e expostas na câmara obscura; elas precisavam ser manipuladas em vários sentidos, até que se pudesse reconhecer, sob uma luz favorável, uma imagem cinza-pálida. Eram peças únicas; em média, o preço de uma placa, em 1839, era de 25 francos-ouro. (BENJAMIN, 1994a, p. 93)

Com o passar do tempo, as técnicas de fixação da imagem fotográfica foram aprimoradas. A realidade retratada na câmara possui uma elaboração que, conseqüentemente, se distingue do olhar, porque além do espaço trabalhado conscientemente pelo homem, há o trabalho do inconsciente.

Percebemos, em geral, o movimento de um homem que caminha, ainda que em grandes traços, mas nada percebemos de sua atitude na exata fração de segundo em que ele dá um passo. A fotografia



mostra essa atitude, através dos seus recursos auxiliares: câmera lenta, ampliação. Só a fotografia revela esse inconsciente ótico, como só a psicanálise revela o inconsciente pulsional. (BENJAMIN, 1994a, p. 94)

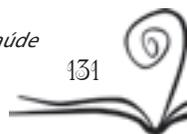
A fraca sensibilidade das placas obrigava o fotógrafo a se concentrar por várias horas, além de uma longa exposição ao ar livre. Isso era feito em um local afastado, a fim de que nada pudesse desviar seu foco ou atrapalhar o processo de elaboração da fotografia.

O próprio procedimento técnico levava o modelo a viver não ao sabor do instante, mas dentro dele; durante a longa duração da pose, eles por assim dizer cresciam dentro da imagem, diferentemente do instantâneo, correspondente àquele mundo transformado no qual [...] a questão de saber “se um esportista ficará tão célebre que os fotógrafos de revistas ilustradas queiram retratá-lo” vai ser decidida na mesma fração de segundo que a foto está sendo tirada. (BENJAMIN, 1994a, p. 96)

A principal característica do retrato nesse período era a naturalidade com que as pessoas eram retratadas. As primeiras pessoas entravam nas fotos e ao se olhar para a fotografia percebe-se a falta de informação sobre o passado ou qualquer forma de identificação da pessoa retratada. A fotografia ainda não tinha se tornado instrumento dos jornais, ou seja, não havia sido estabelecida uma relação entre atualidade e fotografia, pois, segundo Benjamin (1994a), ainda eram considerados artigos de luxo.

Diversos pintores em 1840 se tornaram técnicos de fotografia com o crescente interesse do público pelos retratos em miniatura. Os homens de negócios se instalaram, surgindo nessa época os álbuns fotográficos (representando as famílias) mesmo que as fotografias ainda dependessem de uma longa exposição para serem feitas.

Benjamin (1994a) aponta que no período inicial da fotografia a convergência entre o produtor da foto e o objeto fotografado era completa: os homens exibiam um olhar de plenitude e segurança. Pouco depois, com o avanço da ótica, em 1880, os instrumentos auxiliaram na eliminação das



partes escuras, registrando imagens com maior nitidez, devido às lentes objetivas de maior intensidade luminosa.

Essas imagens nasceram num espaço em que cada cliente via no fotógrafo, antes de tudo, um técnico da nova escola, e em que cada fotógrafo via no cliente o membro de uma classe ascendente, dotado de uma aura que se refugiava até nas dobras da sobrecasaca ou da gravata *lavallière*. (BENJAMIN, 1994a, p. 99)

O decisivo na fotografia continuou a ser a articulação entre o fotógrafo e a sua técnica. Os movimentos europeus de vanguarda do início do século XX, como o surrealismo e as fotografias de Eugène Atget, são exemplos dessa interação. Benjamin (1994a, p. 100) identifica nas fotos de Atget a forma como o fotógrafo limpa a atmosfera carregada de informação e poluição, purificando-a, e suga a aura² da realidade, além de romantizá-la e acrescentar-lhe um caráter exótico.

Observar, em repouso, numa tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre nós, até que o instante ou a hora participem de sua manifestação, significa respirar a aura dessa montanha, desse galho. Mas fazer as coisas se aproximarem de nós, ou antes, das massas, é uma tendência tão apaixonada do homem contemporâneo quanto a superação do caráter único das coisas, em cada situação, através da sua reprodução. (BENJAMIN, 1994a, p. 101)

Os questionamentos da fotografia nesse momento giravam em torno da “fotografia como arte” e “arte como fotografia” pelo motivo de que na fotografia há um maior exercício de construção e/ou transformação da vivência no objeto que é apropriado pela câmera. A concepção de obras grandes se modificou com o aperfeiçoamento das técnicas. Os métodos de reprodução técnica que miniaturizam os objetos têm como fim estabelecer um grau de domínio do homem sobre o objeto.

² Aura no sentido de figura singular que é composta por aspectos espaciais e temporais.



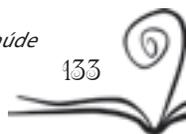
Mas as ênfases mudam completamente se abandonamos a fotografia como arte e nos concentramos na arte como fotografia. Cada um de nós pode observar que uma imagem, uma escultura e principalmente um edifício são mais facilmente visíveis na fotografia que na realidade. (BENJAMIN, 1994a, p. 105)

Os adeptos da fotografia advindos das artes plásticas compuseram uma vanguarda de especialistas contra a comercialização da fotografia. Porém, se a fotografia se libertasse/emancipasse de interesses políticos e científicos, os elementos individuais iriam se contrapor, refletindo o que é considerado “criatividade”. Contudo essa criatividade mostra-se capaz de realizar inúmeras montagens, entretanto, é incapaz de compreender os contextos humanos nos quais se insere. “Com efeito, diz Brecht, a situação ‘se complica pelo fato de que menos que nunca a simples reprodução da realidade consegue dizer algo sobre a realidade’” (BENJAMIN, 1994a, p. 106).

A necessidade do domínio da técnica no início da história da fotografia auxiliou na aproximação e na inserção no contexto no qual foi produzida a imagem. A relevância disso é que houve uma contribuição para a análise da imagem, dado que o conhecimento a respeito das relações que compõem o que foi retratado aprimoram a capacidade interpretativa do espaço e sua representatividade (CIAVATTA e CAMPELO, 2006).

Walter Benjamin (1994a) já havia afirmado em sua obra que o avançar da técnica traria a possibilidade de interesses lucrativos. Isso pode ser identificado hoje no que diz respeito à imagem digital e à manipulação. Além disso, a indústria cultural também tem um importante papel na (re)produtibilidade, com mero valor de troca dessas imagens, e inclusive na alienação do produtor do objeto fotográfico, uma consequência dos diversos mecanismos advindos da evolução.

É necessário estudar a fotografia considerando-a como instrumento de mediação que se introduz entre o homem e a natureza, e que participa de uma construção do mundo muitas vezes ao dispor de lentes ideológicas. Esse poder de aprisionar a imagem fotográfica refletiu-se no questionamento da credibilidade que a fotografia adquiriu, principalmente no que diz respeito à atualidade. Esse questionamento advém da capacidade que as ino-



vações técnicas possibilitam de corroborar o real – e, em paralelo a isso, do senso comum, que ainda crê na máxima de que se pode depositar confiança naquilo que se pode ver.

Em face dessas novas tecnologias, foram criadas estratégias como marcos reguladores, a fim de impedir a inserção de insidiosas técnicas de persuasão do senso comum. Esse patamar aborda os meios jurídicos e vai além do consumismo, apresentando, como dito anteriormente, forte ligação com a atual configuração da indústria cultural contemporânea, além de interferências de ideologias relacionadas com o sistema econômico e os meios de comunicação.

Entretanto, este trabalho não tem como foco o estudo da imagem fotográfica no âmbito da publicidade. Vale ressaltar que, ao abordar os aspectos que a fotografia foi incorporando ao longo da história, explicita-se o papel fundamental de credibilidade que a imagem tem para o campo da pesquisa científica.

CONCEPÇÕES DO CAMPO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Vigilância em saúde compreende a articulação entre as subáreas da vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, saúde do trabalhador e gestão, política e planejamento. Entendida como um campo que integra diversas áreas de qualidade de vida da população. Nesse sentido, a vigilância em saúde aborda tema como política e planejamento; territorialização; epidemiologia; processo saúde-doença; condições de vida e situação de saúde das populações; ambiente e saúde e processo de trabalho.

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

A construção da vigilância em saúde é decorrente de debates ocorridos em meados da década de 1990 visando aprimorar e criar práticas em saúde que buscassem integrar a epidemiologia, o planejamento e a organização da assistência à população (TEIXEIRA e COSTA, 2003; TEIXEIRA,



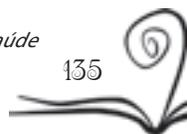
2002). A preocupação inicial era a identificação das necessidades da população em determinadas áreas de abrangência das unidades de saúde.

A oferta dos serviços de saúde é o espaço da articulação entre o campo epidemiológico e execução das ações para resolver os problemas do território. Entretanto, o processo de construção da vigilância da saúde até adquirir essa denominação ocorreu após a articulação de conhecimentos técnicos a respeito da epidemiologia, do conhecimento no âmbito das ciências da saúde e do planejamento, apresentando uma concepção ampliada de modelo assistencial (TEIXEIRA, PAIM e VILASBOAS, 1998).

No IV Congresso Brasileiro de Epidemiologia, os acadêmicos e profissionais identificaram e debateram, segundo Teixeira, Paim e Vilasboas (1998), com base em três vertentes. A primeira vertente era a da vigilância da saúde como análise das situações de risco e tinha como característica a restrição ao monitoramento das condições de saúde da população e a não incorporação do planejamento e da intervenção. A segunda vertente entendia a vigilância da saúde como proposta de “integração” institucional entre vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, ou seja, a criação de instituições dentro do SUS, responsáveis por administrar organizações criando superintendências, laboratórios de saúde pública e programas especiais, como campanhas antitabagismo. Já a terceira vertente abordava a vigilância da saúde como uma redefinição das propostas sanitárias que se fundamenta no debate do princípio da integralidade das ações de saúde, dos serviços de saúde, da promoção da saúde e das estratégias da vigilância sanitária. Vale ressaltar que a construção da vigilância da saúde como modelo de atenção integral está relacionada também a fatores econômicos, sociais, demográficos e epidemiológicos da população.

Com base na terceira perspectiva, é possível notar a atuação da vigilância da saúde em diversos campos, da organização à prevenção, buscando integrar também políticas intersetoriais e ações da população.

A implementação da vigilância da saúde, por tanto, é um processo complexo, que “articula o enfoque populacional” (promoção), o “enfoque de risco” (proteção) e o “enfoque



clínico”, constituindo-se de fato como uma forma de pensar e agir em saúde, ou seja, uma referência para formulação de propostas e uma estratégia de organização de um conjunto heterogêneo de políticas e práticas que assumem configurações específicas de acordo com a situação de saúde da população em cada país, estado ou município (território). (TEIXEIRA e COSTA, 2003, p. 7)

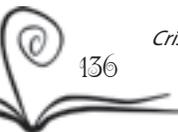
A vigilância em saúde vai além da relação profissional entre saúde e território, pois busca incorporar a população organizada que é objeto empírico das características do território. Essa ampliação incorpora médicos e a população, além de incluir a tecnologia de planejamento e de comunicação, estimulando a mobilização e a organização dos atores na condição de vida e saúde encontradas no território.

Os âmbitos da vigilância em saúde englobam ações governamentais, de instituições e entidades, e não governamentais, como associações de moradores, líderes religiosos e representantes de projetos sociais, constituindo uma prática que não é monopólio dos profissionais de saúde.

Atualmente, os debates no campo da vigilância em saúde ocorrem em torno da elaboração de propostas. A vigilância implica mudanças na forma de organização de trabalho dos profissionais de saúde e a revisão do processo saúde-doença-cuidado. Destacam-se as participações coletivas tanto dos profissionais, na forma de pensar a saúde, quanto da prática social, ou seja, da população como organismo engajado nas práticas de saúde, serviços e ações (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2005).

O aprendizado deve desenvolver a visão crítica dos conhecimentos e práticas no âmbito profissional e social, além de ser adequado às necessidades que surgem para aqueles que fazem parte do processo de construção e manutenção da saúde da população.

Além do conhecimento teórico relacionado ao âmbito das vigilâncias, a articulação entre áreas do conhecimento permite a interação com diferentes formas de expressão e de representação da população, potencializando suas singularidades socioculturais, favorecendo, assim, a rela-



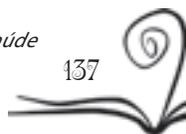
ção entre o conhecimento técnico e os temas e problemas que a ampla área da vigilância em saúde aborda: sanitários, epidemiológicos, saúde do trabalhador, ambientais, dentre outros.

No curso técnico de Vigilância em Saúde, os alunos são distribuídos em três territórios. São quatro os módulos, que são distribuídos em três anos e divididos em quatro vigilâncias: epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador, que constituem uma única vigilância em saúde, mediante a qual são realizadas tarefas previamente estabelecidas no território, como marcação de pontos de *Global Position System* (GPS), mapeamento, entrevista com os moradores e estabelecimentos (comerciais, saúde etc.) e produção de imagens. No último ano, é elaborado o diagnóstico e um planejamento estratégico situacional capaz de retratar a situação de saúde e doença no território com base nos dados recolhidos no decorrer do curso para elaboração de um plano de intervenção.

Após a ida ao campo, os alunos elaboram um relatório individual contendo as impressões sobre a respectiva visita ao campo, com o objetivo de facilitar a elaboração do diagnóstico e aprimorar a percepção do campo. Ainda nesse momento, há a reserva de uma aula para seleção e legendamento das imagens produzidas. O critério de seleção e legendamento se dá de acordo com a identificação da relação estabelecida entre o conteúdo absorvido em sala de aula e a percepção do aluno como ator no campo, sem embasamento teórico específico. Esse acervo de imagens produzidas em campo, após a seleção e legendamento, têm o objetivo de denunciar irregularidades no território.

A questão pedagógica tem importante papel na educação profissional em saúde, pois aproveita oportunidades de mudança, buscando formar novos sujeitos-agentes ético-políticos. A relação entre população, equipe de saúde e atores políticos também permite compartilhar espaços institucionais fundamentais para ação/intervenção de práticas da vigilância em saúde.

A sistematização de ideias acumuladas no decorrer do processo permite o desenvolvimento de propostas que podem ser acionadas pelos profissionais de saúde.



Conforme observa Teixeira (2002), podemos destacar estudos feitos no Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo que abordam e problematizam a identificação de questões relacionadas à saúde da população e do território, ressaltando a necessidade de conhecer os problemas de saúde dos indivíduos em situações concretas. Essas propostas englobam o conceito de “vigilância em saúde”, incluindo suas subáreas de atuação, apontando para a reorganização das ações de saúde, cujo processo não leva em conta as características específicas das populações dos distintos territórios e as condições concretas da vida, que condicionam o modo de expressão dos problemas no processo saúde-doença.

No âmbito microrregional, onde é desenvolvido o trabalho de campo pelos alunos do curso técnico, o desafio consiste na interação entre as áreas do conhecimento da saúde e a capacidade de analisar e planejar ações que solucionem a demanda da população, visando à atenção à saúde e às melhorias das condições de vida.

A territorialização no âmbito da saúde se dá no conhecimento das relações das condições de vida e acesso às ações e serviços de saúde (TEIXEIRA, PAIM e VILASBOAS, 1998). Essa territorialização tem como objetivo a análise das condições de saúde e de vida da população, em todas as atividades humanas, ou seja, social, econômica, cultural etc.

Por meio das fotografias do território é possível notar especificidades da microrregião, permitindo recolocar o debate político acerca de estratégias que busquem solucionar problemas específicos do contexto abordado, visto que, além de questões políticas, o processo das ações em saúde envolve um modo de vida.

O OBJETO FOTOGRÁFICO NO CURSO TÉCNICO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA EPSJV

Com base na articulação dos referenciais teórico-metodológicos e no acesso ao acervo do Lavsap produzido pelos alunos do curso técnico no trabalho de campo, é possível identificar “aspectos mais críticos ou contraditórios



que os sujeitos sociais diretamente envolvidos nas atividades institucionais não logrem aprender” (CIAVATTA, 2002, p. 322).

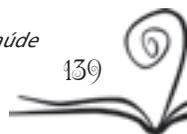
Segundo Ciavatta (2002), para estabelecer a relação de sentido entre o “falar” da imagem e o sujeito leitor é necessário recorrer a outros tipos de textos ligados ao mesmo tema da imagem fotográfica. Em sua pesquisa, nota-se a importância da intertextualidade como exigência, a fim de possibilitar a interpretação de um texto que desempenha um papel social mediante a contextualização da imagem. Essa contextualização depende da associação com outros textos que tenham características comuns a ele e possibilitem a criação de uma identidade por intermédio da sua representação em determinado contexto histórico-social.

O processo de pesquisa foi construído com base nas seguintes etapas: primeiramente, o contato com o acervo fotográfico para a percepção dos temas retratados no banco de dados do Lavsa. Foi necessário também consultar documentos escritos que possibilitassem a compreensão da metodologia de produção de imagem dentro do Lavsa e qual a relação entre a fotografia e o trabalho de campo.

Num segundo momento, foi feita a identificação dos temas, a elaboração dos códigos e a criação de critérios de identificação mediante uma categorização preliminar a fim de possibilitar uma visão geral do banco de imagens produzidas no trabalho de campo, como a divisão do acervo por ano e tema. Isso tem como fim permitir a articulação entre imagens produzidas no trabalho de campo e as transformações do território, bem como a relação das imagens produzidas com os conteúdos abordados em sala de aula.

Vale ressaltar que a consulta a materiais informativos sobre a história da vigilância em saúde e sua contextualização teve papel fundamental, pois enriqueceu a representação das fotografias. Utilizando a intertextualidade, foram pesquisados os relatórios dos alunos, as entrevistas, as sistematizações e o legendamento das fotos produzidas no trabalho de campo.

O banco de dados do Curso Técnico de Vigilância em Saúde conta com aproximadamente 1.600 imagens. Foram selecionadas duas fotografias



do banco de imagens cuja prioridade é a identificação da intertextualidade entre a fotografia do território e as áreas de atuação da vigilância em saúde.

A seleção das fotos foi feita com base no relatório de diagnóstico do território estudado por três anos (2009-2011), no qual foram identificadas as mudanças durante o desenvolvimento do trabalho e o olhar da produção da fotografia. O registro de imagens do processo saúde-doença e do território tem como objetivo principal o seu diagnóstico, havendo a necessidade da construção de legendas.

As duas fotos selecionadas foram utilizadas no diagnóstico apresentado aos profissionais de saúde locais pelos alunos no ano de 2011 e retratam o trabalho desenvolvido durante esse período de monitoramento e recolhimento de informações dos territórios, assim como as múltiplas representações de irregularidades contidas naquele contexto.

Nos registros, o processo de saúde-doença identificado nas irregularidades, unido à necessidade de utilização de legendamento das fotografias, legitima essa metodologia para o curso técnico, visto que a análise crítica contribui na interpretação, mediante a articulação entre as áreas de conhecimento.

A seleção das duas fotos oriundas dos projetos de intervenção dos territórios estudados nesse período foi realizada de forma aleatória. Contudo, as fotos selecionadas deveriam expressar de forma significativa uma situação de risco à saúde coletiva que expresse a necessidade de uma intervenção do poder público, da sociedade civil organizada e da população. Foram selecionadas fotos que abordavam situações do campo da vigilância epidemiológica.

O conjunto de discentes do curso técnico utilizou máquinas semiprofissionais, além de outros equipamentos disponibilizados pelo Laboratório Profissional de Vigilância em Saúde para as atividades de campo, como gravadores de áudio e aparelhos GPS.

Importante ressaltar também o papel da imagem como ferramenta dentro do campo da vigilância sanitária, pois auxilia na compreensão e na percepção de infrações sanitárias.

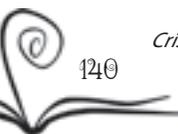


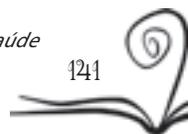


Figura 1. Rua longe do centro comercial de Cosmorama (Mesquita/RJ).
(Autoria desconhecida, 2009).

A falta de pavimentação nas ruas é comum em grande parte das ruas do território Jacutinga, localizado no município de Mesquita, estado do Rio de Janeiro. Podemos notar também uma infraestrutura carente das casas, que, com a consulta dos dados obtidos por meio das entrevistas, revela a condição socialmente precária dos moradores. A falta de pavimentação, associada às chuvas, tem como consequência os alagamentos frequentes. Esses alagamentos, além de danificarem as estruturas das casas que já são precárias, também apresentam riscos de doenças à população, como leptospirose, doença transmitida pela urina de ratos. Vale ressaltar também a poeira como causa de problemas respiratórios, reclamação que foi constatada nas entrevistas, exemplificando como o meio ambiente está relacionado com as condições de saúde da população.



Figura 2. Esgoto a céu aberto no bairro BNH (Mesquita/RJ).
(Autoria desconhecida, 2010).



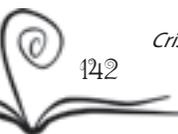
As questões relativas à infraestrutura sanitária e ambiental do local, módulo respectivo ao segundo ano do curso, são o contexto da figura 2. Nota-se a presença de esgoto a céu aberto; no entanto, algumas características, como as de onde o esgoto está localizado e quais os riscos que pode trazer – por exemplo, caso esteja próximo a uma praça onde pessoas, principalmente crianças, pratiquem atividades lúdicas, podendo oferecer riscos à saúde caso entrem em contato com esta água contaminada – poderiam ser mais exploradas pela projeção do olhar na produção da imagem.

Esse tipo de realidade é encontrado em grande parte dos territórios em que os alunos desenvolveram esse trabalho, e o recorte dessa realidade pela fotografia possibilitou aplicar a intertextualidade, abarcando a área de conhecimento da vigilância e a produção da imagem com cunho denunciativo. A desigualdade é notável, enquanto os centros dos bairros possuem saneamento básico, algumas ruas mais distantes são insalubres e permitem uma reflexão a partir da atenção que o governo tem oferecido aos moradores do bairro BNH, em Mesquita/RJ.

Destaca-se a necessidade de intervenção da vigilância ambiental em saúde, mais especificamente da Vigilância Ambiental em Saúde de Populações Expostas ou Sob Risco de Exposição a Solos Contaminados (Vigisolo). Essa área da vigilância tem como objetivo identificar áreas que ofereçam riscos, desenvolver ações locais, procurando articular âmbitos intra e intersetoriais, e programas de educação à população, além de avaliar riscos e capacitar profissionais para intervenção em áreas que necessitam do serviço.³

As entrevistas feitas pelos alunos, com o auxílio dos preceptores de campo, possibilitaram notar a visão da população do município de Mesquita, como a situação local de saúde, infraestrutura e condições educacionais. Os registros das observações diretas durante as visitas permitiu chegar a conclusões sobre os bairros de BNH, Cosmorama e Jacutinga. É importante notar que nenhum dos alunos do curso técnico vivia em algum dos territórios e, portanto, eles possuíam uma visão de observadores externos àquela realidade.

³ Ver: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/programa_vigisolo.pdf.



No terceiro ano de curso, após dois anos coletando informações, os alunos deveriam elaborar um plano de intervenção. Após a coleta de informações do território e o diagnóstico local, foi elaborado o plano de intervenção que consiste em um conjunto de ideias a fim de por em prática para a melhora da condição de vida e de saúde da população.

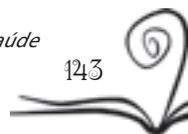
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta de dados inclui os dois campos abordados neste artigo, a fotografia e o campo das ciências da saúde, especificamente, o campo da vigilância em saúde. Saber o contexto no qual a representação da realidade por meio da fotografia surgiu e as questões que surgiram após, mostra ser um conhecimento indispensável para o entendimento das mediações que podem ser feitas, gerando conhecimento e aprimorando a visão crítica.

Os avanços da fotografia possibilitaram a inserção no âmbito da vigilância em saúde como ferramenta para a identificação e denúncia de irregularidades no território e na representação da realidade do território incluindo suas transformações e singularidades. Sendo assim, foi possível articular a fotografia e a área de conhecimentos da saúde, auxiliando na formação e atuação do profissional de vigilância em saúde.

A fim de aperfeiçoar o olhar do leitor, foi necessária a abordagem do campo da vigilância em saúde visto que o trabalhador desta área precisa ter a capacidade de identificar os problemas relacionados à saúde no território onde desenvolve o seu trabalho. Isso é importante, pois a saúde é definidora das condições de vida da população como um todo e as propostas devem estar relacionadas diretamente ao âmbito da saúde pública.

Portanto, o vínculo entre o conhecimento da teoria e sua aplicabilidade é fundamental para o desenvolvimento do trabalho do técnico de vigilância em saúde. Os conhecimentos teóricos no campo das ciências da saúde, em articulação com a importância da imagem fotográfica, ampliam a capacidade de diagnóstico do território, contribuindo para o processo de trabalho do técnico de vigilância em saúde, que é observar, identificar, planejar e agir.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. p. 91-107. (Obras escolhidas, v. 1).

_____. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b. p. 164-197. (Obras escolhidas, v. 1).

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 130-155.

_____. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____; CAMPELO, Ana Margarida. Do discurso à imagem – fragmentos da história fotográfica da reforma do ensino médio técnico no Cefetq. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 311-342.

COLLARES, Gabriel. Imagem digital e manipulação – a contribuição de Walter Benjamin para a era da reprodutibilidade de verossimilhanças. In: PERNISA JUNIOR, Carlos; FIORENSE, Fernando F.; ALVARENGA, Nilson Assunção (org.). *Walter Benjamin: imagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 7-26.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (EPSJV). *Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico de Vigilância em Saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2005. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=PPP>. Acesso em: 23 ago. 2013.

MARTINS, José de Souza. A fotografia e a vida cotidiana: ocultações e revelações. In: _____. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 33-63.

_____. Impressões de visita a uma exposição de Sebastião Salgado. In: _____. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 97-108.

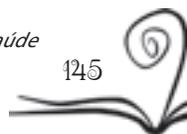
_____. O impressionismo na fotografia e a sociologia da imagem. In: _____. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008c. p. 149-174.

ROSA, Rosângela A.; LEITE, Signei Quezada Meireles; CIAVATTA, Maria. Resgate da memória mediado pela fotografia: ensino de ciência-tecnologia-sociedade para a formação integral do aluno do ensino profissional. *Revista Ensino, Saúde e Ambiente*, Niterói, v. 1, n. 1 p. 81-92, jul. 2008.

TEIXEIRA, Carmen Fontes. Promoção e vigilância da saúde no contexto da regionalização da assistência à saúde no SUS. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18 (supl.), p. 153-162, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000700015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: jun. 2010

_____; COSTA, Ediná A. *Vigilância da saúde e vigilância sanitária: concepções, estratégias e práticas*. Texto preliminar elaborado para debate no XX Seminário Temático da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, realizado em Brasília, em 26 de março de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/institucional/snvs/coprh/seminario/semin_20.pdf. Acesso em: jun. 2011.

_____; PAIM, Jairnilson Silva; VILASBOAS, Ana L. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. *Informe Epidemiológico do SUS*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 7-28, abr.-jun. 1998.



O TROPICALISMO NA CULTURA BRASILEIRA

Dayanna do Nascimento Bezerra Gonçalves*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto o tropicalismo, movimento cultural acontecido no Brasil no final da década de 1960. Embora tenha havido manifestações consideradas tropicalistas em outros campos da cultura, a vertente musical foi a que mais se desenvolveu, e será o foco deste trabalho. O objetivo é apontar o impacto que o movimento causou na música brasileira, dividindo opiniões em sua época, mas influenciando artistas que o seguem até os dias de hoje.

Sendo a incorporação de características de diversos outros movimentos culturais um atributo fundamental do tropicalismo, é necessário que seja compreendida a realidade cultural na qual ele surgiu, assim como as manifestações anteriores que o influenciaram. Nota-se que o movimento teve proximidade com outros, tanto de ordem musical, como a bossa nova, quanto do campo da literatura, como o modernismo e o concretismo. Outro fator que muito influenciou o curso do movimento foi o complexo quadro político vivido pelo Brasil durante a década de 1960. É preciso, portanto, compreendê-lo para se entenderem alguns aspectos do movimento.

* Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Gerência em Saúde (2009-2011). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação do professor-pesquisador Marco Antônio Carvalho Santos (doutor em Educação) do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform). Contato: goncalvesdayanna@gmail.com.

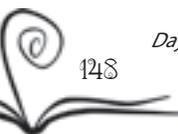


A chegada de João Goulart ao poder, em 1961, foi conturbada, uma vez que setores conservadores o apontavam como uma ameaça, relacionando a sua imagem ao comunismo, num período histórico marcado pela Guerra Fria. Sendo ele o vice-presidente, com a renúncia de Jânio Quadros, o posto de presidente deveria ser passado a ele. Porém, como Jango se encontrava na China, o presidente da Câmara, Ranieiri Mazzilli, assumiu temporariamente a Presidência da República, condição que os militares tentaram estender. Em oposição, outros políticos organizaram a Campanha da Legalidade, como forma de conseguir apoio para o vice-presidente.

Em resposta ao impasse criado por essa oposição de interesses, o Congresso Nacional determinou a mudança do regime de governo para parlamentar, como uma maneira de atender parcialmente aos dois grupos de interesse. Com isso Jango é empossado na presidência, mas tem poder de decisão limitado. Dois anos depois, em 1963, o povo optou, por meio de um plebiscito, pela volta do sistema presidencialista.

O presidente defendia a adoção das Reformas de Base, com uma distribuição mais igualitária de renda, o que novamente levou ao aumento da tensão política. Enquanto instituições como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as ligas camponesas apoiavam essas propostas, tais reformas se contrapunham diretamente aos interesses dos grandes proprietários. Essas diferentes manifestações culminaram na marcha das tropas de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro, tendo em vista a deposição de João Goulart. O presidente viajou para o Rio Grande do Sul, em uma tentativa de reunir forças contra o golpe, mas os militares conseguiram muitos aliados e foi impossível reagir. Em 31 de março de 1964, as forças militares deram o golpe de Estado. A partir de então o poder executivo passou para as mãos do marechal Castello Branco, tornando-se o regime uma ditadura militar.

Seu mandato durou até março de 1966 e durante esses anos foram emitidos os atos institucionais (AIs) 1, 2, 3 e 4. Dentre as principais determinações desses atos, estão: a permissão ao governo para modificar a Constituição e suspender os direitos políticos de quem se julgasse estar ameaçando o regime; a dissolução dos partidos políticos já existentes e a criação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)



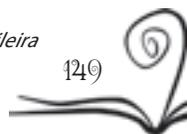
como únicos partidos; o estabelecimento de eleições indiretas; e a convocação extraordinária do Congresso Nacional para a discussão do projeto que viria concretizar a Constituição de 1967.

Foi um período de grande restrição política, com o bipartidarismo e a cassação de políticos de oposição. Não houve, porém, durante o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) grande intervenção direta na produção cultural do país, apenas atos de censura isolados.

Em 1967, entretanto, o general Artur da Costa e Silva subiu ao poder, como candidato único pela Arena. Diferentemente de seu antecessor, Costa e Silva era integrante do grupo de militares mais radicais, conhecidos como “linha dura”. Sob seu governo foi estabelecido, o AI-5, que decretava o recesso do Congresso por tempo indeterminado, dava poderes quase absolutos ao Executivo, proibia manifestações contrárias ao poder e institucionalizava a censura aos meios de comunicação de massa.

O Departamento de Ordem Política e Social (Dops), criado em 1924 com a função de assegurar a ordem política no país, teve intensa atuação durante a ditadura militar. Como forma de cumprir seu objetivo de manter a ordem política, o Dops investigava e reprimia atividades consideradas contrárias ao regime. Era usual a perseguição política, sendo a tortura e o assassinato algumas das ferramentas utilizadas para evitar qualquer tipo de movimentação contra o poder vigente, inclusive o que consideravam atentados à moral e aos bons costumes e algumas manifestações de ordem artística, como peças e músicas. A censura se generalizou, obrigando os artistas a fazerem uso de figuras de linguagem, como a metáfora, para mascarar seu discurso, em uma tentativa de contornar essa limitação.

No campo musical, a União Nacional dos Estudantes desenvolveu, desde 1961, o Centro Popular de Cultura (CPC), com uma produção cultural politicamente engajada. Buscava-se uma expressão da nacionalidade, uma representação do Brasil que não estivesse limitada nem geograficamente, como no regionalismo, nem socialmente, como na representação de uma classe. Nem todos os participantes eram defensores do comunismo, como afirmava a direita, mas eles trabalhavam em prol da cultura nacionalista



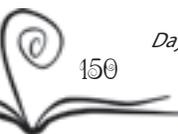
de esquerda e, por isso, eram apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro. Como resposta do governo a esse caráter supostamente comunista, a UNE foi oficialmente fechada logo no primeiro governo militar.

Os artistas, porém, continuavam a agir. No final do ano do golpe foi lançado o show *Opinião*, integrado por Nara Leão, Zé Ketí e João do Vale, que não tinha caráter explicitamente contestador, mas obteve apoio ideológico de diversos grupos sociais, que o viam como referência para a insatisfação com a situação social do país.

Em 1965 foi ao ar na TV Excelsior, o I Festival de Música Popular Brasileira, dando início à era dos festivais. Esses festivais se caracterizavam pela apresentação ao vivo de diversas músicas inéditas, dentre as quais seriam escolhidas finalistas para concorrer a prêmios, sendo o principal deles o de “melhor canção” (CALDAS, 2005).

Não havia um estilo específico que caracterizasse as músicas de festival. Os festivais contaram com a participação de artistas ligados à Jovem Guarda, como Roberto Carlos, ao tropicalismo, como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Os Mutantes, ao *Opinião*, como Nara Leão e Zé Ketí, e à bossa nova, como Jair Rodrigues e Wilson Simonal, além de outros não ligados a movimentos ou grupos específicos, como Chico Buarque, Elis Regina, Geraldo Vandré, Nana Caymmi, entre outros. Esses exemplos deixam claro o caráter multifacetado das apresentações em festivais (MELLO, 2003).

Alguns meses depois do primeiro festival, foi ao ar pela primeira vez o programa *Jovem Guarda*, veiculado pela TV Record de São Paulo e apresentado pelo cantor e compositor Roberto Carlos, na companhia de Erasmo Carlos e Wanderléa. O programa semanal, centrado na música influenciada por artistas britânicos e norte-americanos, principalmente Elvis Presley e The Beatles, rapidamente conquistou o público juvenil. Mesmo considerando que a televisão na época não era ainda acessível à maioria da população, o programa aos poucos se transformou em um dos maiores fenômenos da época. A *Jovem Guarda* foi responsável pela criação de uma cultura juvenil no Brasil, na medida em que teve suas gírias e estilos de roupas e cabelo adotados pelos telespectadores. Dessa forma, surgia o estilo jovem como forma de diferenciação entre a juventude e os mais velhos, preocupação que antes não existia.



A situação acima exposta foi o cenário no qual o movimento tropicalista se desenvolveu, sendo imensamente influenciado por ele, ao mesmo tempo em que o influenciou. Portanto, torna-se imprescindível compreender essas características do quadro político e dos demais grupos culturais da época para se entender o tropicalismo como um todo.

INFLUÊNCIAS

Algumas das principais influências do tropicalismo são a bossa nova, o movimento modernista e a poesia concreta. Em entrevista, Augusto de Campos perguntou por uma definição do movimento, e a resposta de Caetano Veloso foi: “O tropicalismo é um neoantropofagismo” (VELOSO apud CAMPOS, 1993, p. 207). Ao mesmo tempo, o tropicalismo pode ser encarado como o resultado do esforço de Caetano Veloso por retomar a linha evolutiva da música brasileira que, segundo o próprio, encontrava-se estagnada desde a obra de João Gilberto e a bossa nova. A seguir, serão destacadas as principais características de alguns dos movimentos que influenciaram de forma mais significativa o movimento tropicalista: o modernismo, o concretismo e a bossa nova.

Modernismo

De 13 a 17 de fevereiro de 1922, aconteceu em São Paulo a Semana de Arte Moderna, organizada por artistas como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Tarsila do Amaral e Villa-Lobos. O evento foi aberto com uma palestra de Graça Aranha, com posterior apresentação de músicas e exposição de pinturas e esculturas e deu projeção ao movimento modernista, que se dividiu em diversos grupos (WALDMAN, 2010).

Um dos grupos era o Pau-Brasil, surgido a partir do Manifesto da Poesia Pau-Brasil lançado por Oswald de Andrade em 1924, no qual o escritor se coloca contra a poesia “de importação”, afirmando ser necessário que a arte não fosse feita simplesmente por meio de técnicas, mas também



que se aplicassem características brasileiras às obras, levando à expressão de uma identidade nacional.

Outro grupo era o Verde-Amarelo, que contava com a participação de Plínio Salgado e defendia o rompimento completo com qualquer influência europeia. Posteriormente, o grupo viria a se ligar ao integralismo, doutrina conservadora, considerada uma espécie de nazifascismo. O integralismo tem sua base na instituição da família, é contra o comunismo e o liberalismo, e defende o nacionalismo, a moral religiosa, uma política completamente meritocrática e a integração nacional, com o fim dos regionalismos e a homogeneização cultural (FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA, 1932).

O grupo Verde-Amarelo teve como ramificação o Grupo da Anta e, em resposta ao surgimento desse, de caráter conservador, Oswald de Andrade escreve, em 1928, o Manifesto Antropofágico. Com esse manifesto, Oswald inicia o antropofagismo, cuja principal ideia é a de que a assimilação da cultura mundial é válida para a formação de uma cultura nacional, porém essa assimilação não deve se dar de forma passiva (ANDRADE, 1928).

O título diz respeito à prática canibalesca dos índios, que consistia em se alimentarem da carne de prisioneiros de guerra, mas limitando-se àqueles que demonstrassem maior coragem e sabedoria. Acreditavam que, ao ingerir a carne do outro, seria possível adquirir as suas qualidades. Fazendo um paralelo entre o ritual indígena e a arte modernista, percebe-se que, para ela, os adversários cujas características deveriam ser assimiladas eram as manifestações artísticas estrangeiras. A antropofagia, portanto, representava a absorção das ditas melhores características da arte mundial, unindo-as ao brasileiro, de forma a desenvolver uma nova arte nacional.

Concretismo

O concretismo se difundiu no Brasil em meados da década de 1950. Sua poesia se caracteriza pela importância dada à forma, de modo que já não há, necessariamente, a formação de versos. As palavras são organizadas com o objetivo de formar um desenho, ou de obter um formato que, de algum modo, relacione-se com o conteúdo escrito. Um exemplo desse aspecto



pode ser notado no poema “Infinito”, de Rodrigo Ferreira, no qual o infinito, tema da poesia, também aparece na organização das palavras, que se dá na forma do símbolo matemático que representa o infinito. Além disso, o formato e a ausência de pontuação deixam em aberto onde a poesia se inicia e onde ela termina, dando então a impressão de continuidade infinita.

encontrar o infinito em
olhos me sopros
faz

Em vez do uso de imagens, o poema também pode ser organizado para que seja lido de ângulos diferentes, ou pode-se relacionar o conteúdo do texto com a sonoridade das palavras nele contidas. É possível notar ambas essas características no poema de 1957 de Ronaldo Azeredo, que causa o mesmo efeito tanto ao ser lido da esquerda para a direita quanto de cima para baixo. Além disso, há o efeito sonoro causado pela repetição das letras “v”, remetendo ao som emitido por um carro em alta velocidade. O jogo vocal acompanha, dessa forma, a organização do texto que se encaminha à formação da palavra “velocidade”.

VVVVVVVVVV
VVVVVVVVVE
VVVVVVVVEL
VVVVVVVELO
VVVVVVELOC
VVVVVELOCI
VVVVELOCID
VVVELOCIDA
VVELOCIDAD
VELOCIDADE



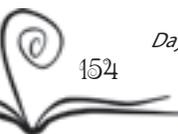
As características principais do movimento foram resumidas no adjetivo de James Joyce *verbivocovisual*, que une os radicais referentes a *verbal*, *vocal* e *visual*. Dessa forma, o termo reúne os fatores que compõem a poesia concreta: não uma relação semântica entre palavras apenas, mas uma relação entre o significado das palavras, o som emitido na leitura em voz alta das mesmas e a forma que elas assumem quando colocadas no papel (CAMPOS, 2006).

Bossa nova

No final da década de 1950, tornaram-se comuns os encontros no apartamento de Nara Leão, em que ela recebia artistas como Carlos Lyra e Roberto Menescal para ouvir e criar músicas. O grupo cresceu gradualmente, incluindo nomes como João Gilberto, Ronaldo Bôscoli e os irmãos Mário, Oscar, Iko e Léo Castro Neves. Aos poucos, formou-se o movimento da bossa nova, que teria Tom Jobim e João Gilberto como principais expoentes e Nara Leão como musa. Essa foi uma das primeiras expressões nacionais a se definir como um movimento, em contraste com os ritmos anteriores, nos quais havia grupos com aspectos comuns, mas não uma reunião em forma de movimento musical.

As principais características da bossa nova são a forte influência do jazz norte-americano, a abordagem de temas leves, traduzidos na expressão de Jobim e Mendonça “o amor, o sorriso e a flor”, e o uso do “canto-falado”, contrastando-se com a grande valorização da voz característica dos cantores da “Era do Rádio”. Essa menor preocupação com a imposição da voz teria permitido maior liberdade e sofisticação na criação da letra das músicas (MEDAGLIA, 1993, p. 72). A parte instrumental apresentava também maior elaboração, como afirma o maestro Júlio Medaglia:

A estrutura musical é mais rebuscada; as melodias são, em geral, mais longas e mais dificilmente cantáveis, as harmonias mais complicadas, plenas de acordes alterados e pequenas dissonâncias, os efeitos de interpretação são mais sutis e mais pessoais, permitindo pequenos artifícios, como silêncios ou pausas expressivas, assim como detalhes de execução instrumental mais sofisticada. (MEDAGLIA, 1993, p. 72)



A nova batida de violão, considerada a marca do movimento, foi criação de João Gilberto e o tornou mundialmente conhecido.

Na visão de Caetano Veloso (QUE CAMINHOS SEGUIR NA MPB, 1966), a bossa nova foi um momento de evolução na música brasileira que deveria ser tomado como ponto de partida, para dar continuidade àquela evolução. Dessa visão nasce o conceito de Caetano de *linha evolutiva*, a qual se caracterizaria pela valorização da tradição, ao mesmo tempo em que se incorporam características modernas, como o compositor afirma:

Se temos uma tradição e queremos fazer algo de novo dentro dela não só teremos de senti-la, mas conhecê-la. E é este conhecimento que vai nos dar a possibilidade de criar algo novo e coerente com ela. Só a retomada da linha evolutiva pode nos dar uma organicidade para selecionar e ter um julgamento de criação. [...] João Gilberto para mim é exatamente o *momento* em que isto aconteceu: a informação da modernidade musical utilizada na recriação, na renovação, no dar um passo à frente da música popular brasileira. (QUE CAMINHOS SEGUIR NA MPB, 1966)

O MOVIMENTO TROPICALISTA

Em abril de 1967, estava em exibição no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro a exposição Nova Objetividade Brasileira, de Hélio Oiticica. Segundo o próprio artista, a obra tinha como objetivo a caracterização de uma identidade brasileira, a criação de uma arte nacional, que não fosse pura importação (apud BALSUADO, 2007).

Inspirado por Oswald de Andrade, Oiticica acreditava na antropofagia como forma ideal para a absorção da cultura internacional. As influências externas deveriam ser “digeridas” pelas manifestações internas, como afirma no seguinte trecho:

Para a criação de uma verdadeira cultura brasileira, característica e forte, expressiva ao menos, essa herança maldita europeia e

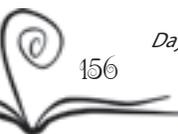


americana terá de ser absorvida, antropofagicamente, pela negra e índia da nossa terra, que na verdade são as únicas significativas, pois a maioria dos produtos da arte brasileira é híbrido, intelectualizado ao extremo, vazio de um significado próprio. (OITICICA apud BALSUADO, 2007, p. 240)

Na exposição Nova Objetividade Brasileira havia uma obra chamada *Tropicália*, com o formato de um labirinto, no qual era criado um ambiente tropical, com areia, plantas e araras, que, segundo o criador, ora dão a impressão de se estar caminhando entre as ruas estreitas de uma favela, ora de se estar “pisando a terra outra vez”. Ao fim do labirinto, havia uma televisão, que ficava constantemente ligada e se revelava como a fonte dos sons que podiam ser ouvidos enquanto o espectador participava da exposição. Oiticica define a obra como “a primeiríssima tentativa consciente objetiva, de impor uma imagem obviamente ‘brasileira’ ao contexto atual da vanguarda e das manifestações em geral da arte nacional” (OITICICA apud BALSUADO, 2007, p. 239).

Com a mesma intenção – a de absorver a cultura internacional na produção artística sem, entretanto, deixar sua expressão se sobrepor à nacional –, Veloso compôs sua icônica música, que posteriormente viria a receber o nome de *Tropicália*, o mesmo da obra-ambiência, sendo lançada no disco *Caetano Veloso*, de 1967. Em seguida, o nome foi utilizado também para se referir ao movimento cultural que, juntamente com Gilberto Gil, Caetano lideraria: o tropicalismo.

O tropicalismo foi um movimento que apresentou afinidades com diversos âmbitos artísticos. Em relação às artes plásticas, tem-se como exemplo a supracitada obra *Tropicália*, de Oiticica. No teatro, pode-se estabelecer uma relação com a peça *O rei da vela*, montada pelo Grupo Oficina, liderado por José Celso Martinez Corrêa. A peça, escrita em 1933 por Oswald de Andrade, foi encenada pela primeira vez em 1967. O espetáculo apresentava diálogos fortes e era esteticamente inovador, aspecto característico do Oficina, que priorizava o experimentalismo (FACINA, 2004). A ousadia da peça obteve resposta positiva do público e da crítica, mas foi perseguida pela censura. Já a



ramificação musical, liderada por Caetano Veloso e Gilberto Gil, ganhou destaque, e será o foco neste trabalho.

Apesar de se considerar que o início do movimento tropicalista tenha se dado em 1968, no ano anterior já podem ser percebidos seus sinais, pois, no III Festival de Música Popular Brasileira (MPB) da TV Record, ocorrido em 1967, foram apresentadas as músicas *Alegria, alegria* e *Domingo no parque*. A primeira, composição de Caetano Veloso, foi defendida por ele e pelo grupo argentino Beat Boys; a segunda, composta por Gilberto Gil, teve acompanhamento de Os Mutantes. As músicas conquistaram o público e o júri, alcançando, respectivamente, o quarto e o segundo lugar na competição de melhor canção (MELLO, 2003).

Considera-se que o movimento se iniciou a partir do manifesto Cruzada Tropicalista, publicado por Nelson Motta (1968) no jornal carioca *Última Hora*, artigo no qual o autor tece as características do movimento de forma bem humorada. Um dos artifícios utilizados é convidar seus leitores a uma suposta festa de lançamento a ser realizada no Copacabana Palace, em que se serviria “sanduíche de mortadela com queijo de minas”, sendo tocada música dos anos 1950, mas os trajes deveriam ser os mais modernos possíveis. Com essa abordagem, Motta caracteriza o próprio evento imaginário como a essência tropicalista, mesclando o novo e o antigo, o “requintado” e o popular.

É importante analisar o movimento tendo em vista também as diversas manifestações culturais com as quais conviveu ou com as quais de alguma forma se assemelhava. Na época em que a tropicália surgiu, como exposto anteriormente, o quadro musical brasileiro era caracterizado, entre outras coisas, por aqueles que tratavam de temas leves, incorporando características modernas internacionais, como a Jovem Guarda, e pelos nacionalistas de esquerda, representados pela MPB (NAPOLITANO, 2001).

Parte da ideia tropicalista é unir ambos esses aspectos, pois seus expoentes acreditavam no discurso político, de forma que muitas de suas músicas tinham caráter crítico, porém não acreditavam que esse deveria ser o único tema a ser tratado nas canções. Consideravam válido absorver as novas tendências estrangeiras, como o uso de guitarras elétricas, na medida



em que essa absorção não anulasse as características nacionais. Era também uma proposta tropicalista unir o antigo e o novo, colocando no mesmo patamar aquilo que era considerado mais moderno e o já deixado para trás, visto como antiquado (TINHORÃO, 1998).

Por causa desse seu aspecto, o tropicalismo teve recepção negativa tanto de setores da direita quanto da esquerda, pois ele se opunha à esquerda na medida em que apresentava características comuns às músicas ditas alienadas e se opunha à direita por se posicionar contra os valores tradicionais, seja no discurso, seja na forma de se apresentar – o que incluía as roupas e os penteados extravagantes.

No Festival Internacional da Canção da TV Globo ocorrido em setembro de 1968, Gil concorreu com a música *Questão de ordem*, acompanhado pelos Beat Boys, mas não foi classificado para a final. Já Caetano chegou à final com a música *É proibido proibir*, acompanhado por Os Mutantes, mas foi desclassificado, após interromper a música e fazer um discurso, em resposta às vaias contínuas da plateia.

Em outubro de 1968, foi ao ar pela primeira vez o programa *Divino Maravilhoso* pela TV Tupi, com direção de Fernando Faro e Antônio Abujamra, no qual Caetano Veloso e Gilberto Gil recebiam convidados diferentes a cada semana. O primeiro programa contou com a participação de Jorge Ben, Os Mutantes, Gal Costa e do grupo Os Bichos. Segundo a matéria “Baianos na TV: ‘divino, maravilhoso’”, publicada em 30 de outubro de 1968 na *Folha de S. Paulo*: “Quem ficou em casa para ver mais um programa de televisão, enganou-se e, diante do engano, ou aplaudiu com entusiasmo ou vaiou com ódio. Indiferente ao que acontecia no palco, todo decorado com quadros *pop* de um pintor japonês, é que não se ficou”. Segundo a matéria, o programa tinha clima anárquico e os músicos praticavam um “som livre”, apresentando músicas novas com improvisação, “gritos e movimentos de quadril”. Ao longo dos demais programas, receberam convidados como Tom Zé, Torquato Neto, Nara Leão, Juca Chaves e Paulinho da Viola.

Em novembro do mesmo ano, Tom Zé foi vencedor do IV Festival de MPB da TV Record com sua música *São São Paulo, meu amor*, enquanto



Gal Costa obteve o terceiro lugar com a canção *Divino maravilhoso*, de Caetano e Gil, e Os Mutantes ocuparam a quarta colocação, com *2001*, de Tom Zé e Rita Lee (MELLO, 2003).

Em dezembro de 1968, mesmo mês em que foi promulgado o AI-5, terminou o contrato de Caetano Veloso e Gilberto Gil com a TV Tupi, e ele não foi renovado, dando fim ao programa. Duas semanas após a promulgação do AI-5, ambos foram presos no Rio de Janeiro, onde ficariam até fevereiro de 1969; a partir disso, foram mantidos em regime de confinamento em Salvador. Em julho, após uma apresentação de despedida em sua terra natal, os dois artistas seguiram, em exílio, para a Europa, fixando-se em Londres. Gil e Caetano retornaram definitivamente ao Brasil apenas em janeiro de 1972.

O aspecto crítico não era característica única do tropicalismo, visto que o cenário musical da época era bastante rico e heterogêneo, e parte dos grupos, ou mesmo artistas individuais, criavam músicas com conteúdo crítico. Cada um, porém, apresentava-as de forma diferente. As posturas de Caetano e Gil são mais satíricas e diferem, por exemplo, da crítica de tom mais sério que pode ser notada em canções de Gonzaguinha ou Milton Nascimento.

Comportamento geral, de Gonzaguinha, é um exemplo de crítica mais direta ao regime, postura dificilmente encontrada nas músicas tropicalistas. O mais próximo, talvez, em termos de crítica é a música de Caetano Veloso *É proibido proibir*,¹ na qual o autor propõe uma rebelião – “Derrubar as prateleiras/ As estantes, as estátuas” – contra qualquer tipo de proibição. Ao contrário do que se poderia deduzir pelo título, a canção não trata da censura institucionalizada pelo Dops, mas das proibições definidas pela “mãe da virgem”, pelos “porteiros”, da imposição dos “anúncios da televisão”, ou seja, qualquer postura que impeça de alguma forma a liberdade.

Em oposição, a música de Gonzaguinha é mais direcionada à situação determinada pelo governo. Tal crítica pode ser notada em todas as estrofes, que, com exceção do refrão, contrastam o comportamento que

¹ Apesar de ter sido apresentada em 1968 no Festival Internacional da Canção da TV Globo, a música só foi lançada em disco em 2006, no CD de Caetano Veloso *Cinema Olympia – raro e inédito (1967-1974)*.

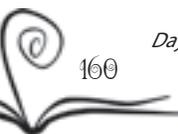


se exige da população e a condição de opressão na qual ela se encontra: “Você deve rezar pelo bem do patrão/ E esquecer que está desempregado”. Já a referência direta à censura pode ser notada, por exemplo, na estrofe: “Você deve aprender a baixar a cabeça/ E dizer sempre: muito obrigado/ São palavras que ainda te deixam dizer/ Por ser homem bem disciplinado”, cujo terceiro verso deixa bem clara a limitação do discurso existente na época. Pode-se também fazer um paralelo entre essa música e *Panis et circensis* (de 1968), uma vez que o refrão de *Comportamento geral* é: “Você merece, você merece/ Tudo vai bem, tudo legal/ Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé/ Se acabar em teu Carnaval”. Tanto esses versos quanto aquela música ironizam o fato de, apesar de todas as condições adversas às quais o povo estava submetido, o governo esperar que as pessoas se contentassem com distrações como o samba e o Carnaval.

Em *O que foi feito deverá* de Milton Nascimento, lançada em 1978, há trechos como: “O que foi feito, amigo/ De tudo o que a gente sonhou?/ O que foi feito da vida?/ O que foi feito do amor?”. A canção fala da esperança perdida, do futuro antes planejado que, por causa de influências externas, não foi possível alcançar. Já nestes versos: “E o que foi feito/ É preciso conhecer/ Para melhor prosseguir”, nota-se a importância dada ao não esquecimento do passado, de que o seu conhecimento é necessário para a compreensão da realidade atual e para encarar o futuro, uma vez que os mesmos erros podem ser evitados. A música se apresenta de forma não conformista, como fica claro nos versos finais “Nem vá dormir como pedra e esquecer/ O que foi feito de nós” que finalizam a música, um pedido de que o que se fez do Brasil não seja esquecido – um levante contra a aceitação muda do que é imposto.

Pode-se novamente estabelecer uma comparação com a música *Panis et circensis*, uma vez que apresenta um discurso de conteúdo semelhante, porém, com uma abordagem diferente. Enquanto a canção de Milton Nascimento trata da questão de forma mais sóbria, a de Caetano e Gil faz uso de suas metáforas para exprimir escárnio, criando imagens caricatas.

Nota-se clima semelhante ao de *O que foi feito deverá* em *Roda viva*, de Chico Buarque (1967), na qual o eu lírico lamenta o fato de a sua própria



vida não estar sob o seu controle. Exemplos são dados ao longo de cada uma das estrofes, sendo a segunda delas a mais geral: “A gente quer ter voz ativa/ No nosso destino mandar/ Mas eis que chega roda viva/ E carrega o destino pra lá”. A canção trata do modo como o tempo passa e a vida segue rumos inesperados. Considerando o contexto no qual o compositor estava inserido, é possível interpretar que a roda-viva não eram simplesmente os acasos do cotidiano, mas uma representação do governo militar. A canção apresentaria, nesse caso, o fato de a ditadura estar sempre influenciando a vida da população, e de ela ser deixada sem a possibilidade de escolha na definição de sua própria vida.

Com esses exemplos é possível perceber que a mensagem passada em grande parte das composições tropicalistas não era única. Ímpar, porém, era a forma dessa mensagem. Tal aspecto pode ser mais bem observado por meio das análises das músicas apresentadas a seguir.

ANÁLISE DAS MÚSICAS

Em julho de 1968, foi lançado o LP *Tropicália ou Panis et Circensis*, o disco mais representativo do movimento tropicalista. Segundo Marcos Napolitano (2001), o disco foi o grande acontecimento musical do movimento. Composto por músicas de grande variedade, tanto no que diz respeito aos temas tratados nas letras quando no ritmo e sonoridade, contou com as participações, além de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé e Gal Costa, de artistas ligados a diferentes tradições musicais. Rogério Duprat, responsável pelos arranjos, era maestro de formação em música erudita, enquanto Os Mutantes formavam uma banda de rock e Nara Leão era a musa da bossa nova. O disco contém doze faixas, das quais duas serão brevemente tratadas a seguir, *Panis et circensis* e *Geléia geral*.

A terceira faixa do disco, cujo título é compartilhado com o mesmo, *Panis et circensis*, é de grande significado para o movimento. A música, composta por Caetano Veloso e Gilberto Gil, teve arranjo de Rogério Duprat



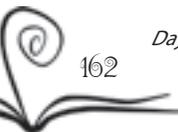
e foi gravada pelo grupo paulista Os Mutantes, formado por Rita Lee e os irmãos Sérgio Dias e Arnaldo Baptista.

A análise dessa canção começa pelo entendimento do significado do título da mesma. A expressão em latim, que em português significa “pão e circo”, refere-se a um artifício usado na Roma antiga para amenizar a reação do povo em relação às más condições de vida a que era submetido. O Estado procurava garantir que a população não passasse fome e promover meios de diversão como uma forma de evitar que se levantassem contra o poder e exigissem melhores condições de vida. A música sugere, então, que o mesmo tipo de tratamento estava sendo dado à população brasileira naquele momento.

A música faz também uma crítica à alienação e ao comodismo das classes mais altas em relação à realidade nacional. No momento de tensão política pelo qual o Brasil passava, soltavam-se “tigres e leões nos quintais”, ocorriam assassinatos em plena avenida Central. Como contraponto, temos os versos “As pessoas na sala de jantar/ São ocupadas em nascer e morrer”. As tais “pessoas das salas de jantar” podem ser identificadas no final da música como as que dialogam, pois se ouvem barulhos de talheres e há falas como “Passe a salada, por favor”. Elas seriam as de melhores condições sociais, e esse trecho da música pode ser encarado como uma representação caricaturesca das mesmas, pela forma como falam umas com as outras e pelo fato de estar sendo tocada uma valsa de Strauss ao fundo.

Geléia geral é a sexta faixa do disco *Tropicália ou Panis et Circensis*; composta por Gilberto Gil e Torquato Neto, é interpretada pelo primeiro. Essa é também uma música extremamente simbólica no que diz respeito à definição de tropicalismo. Como o próprio nome sugere, a música se constrói em cima da combinação de diversos ritmos e imagens.

Em relação à letra, a primeira estrofe anuncia o início de um novo dia e, ao longo das demais, vão sendo mencionadas diversas figuras que podem ser tomadas como uma representação do Brasil. É também um reflexo do tropicalismo e da forma como ele se propõe a unir o antigo e o novo, o nacional e o estrangeiro. O exemplo mais forte se dá no refrão: “Ê bumba iê-iê-boi/ Ano que vem, mês que foi/ Ê bumba iê-iê-iê/ É a mesma dança, meu boi”,



no qual se sugere a união do bumba meu boi, uma manifestação folclórica regional brasileira, com o iê-iê-iê, ritmo novo de origem estadunidense, em uma única dança.

Outra marca característica do tropicalismo presente na canção é a influência da arte modernista, notada não só pelo uso do verso livre e pela não linearidade das estrofes, mas pela citação direta de Oswald de Andrade em dois versos: “A alegria é a prova dos nove”, retirado do Manifesto Antropófago, e “Brutalidade, jardim”, do fragmento 52 da obra *Memórias sentimentais de João Miramar* (ANDRADE, 1971).

Outra menção da mistura do brasileiro com o estrangeiro pode ser notada, dessa vez de forma irônica, no trecho: “Não vê no meio da sala/ As relíquias do Brasil:/ Doce mulata malvada/ Um LP de Sinatra”. Nele, cita-se um disco do cantor norte-americano como uma “reliquia” brasileira. Do ponto de vista musical, nesse momento, interrompe-se o ritmo que estava sendo levado até então, e insere-se em seu lugar um trecho instrumental da música *When Somebody Loves You*, sucesso de Sinatra.

Tal recurso, de intermissão de ritmos com base na letra, é usado mais de uma vez, sendo outro exemplo os versos: “Três destaques da Portela/ Carne seca na janela/ Alguém que chora por mim/ Um carnaval de verdade”, nos quais o instrumental se assemelha à bateria de uma escola de samba.

Outras imagens são inseridas ao longo da canção, completando a “geleia geral”, como a menção aos povos indígenas, pelos versos “Tumbadora na selva-selvagem/ Pindorama, país do futuro”, a histórias de heróis, em “Superpoder de paisano” ou simplesmente “Maracujá, mês de abril”, “a folia” e o “céu de anil”.

Já a música *Tropicália* gravada em 1967, no LP *Caetano Veloso*, apesar de não ter feito parte do disco-manifesto de mesmo título, é um exemplo substancial da proposta do movimento. A canção se inicia com batidas de tambores, lembrando as populações indígenas, e sons de animais silvestres ao fundo, enquanto é recitado um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal. Esse princípio já denuncia o caráter de retomada, uma busca do nacional, ao invocar símbolos como o índio e a floresta; ao mesmo tempo podem-se notar, ao longo da música, arranjos orquestrais.



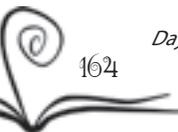
Em relação à letra, ela acompanha o clima da instrumentação, ora tensa, ora descontraída. Vale ressaltar que os dois momentos não se anulam, e sim se complementam, de modo que a descontração é também peça fundamental para a construção da crítica presente na ideia da música como um todo.

A mensagem a ser passada por essa canção pode ser interpretada de inúmeras maneiras. Uma delas seria que a música se refere à escultura presente em Brasília que representa a Justiça, e que havia sido esculpida poucos anos antes, em 1961. Essa leitura se mostra mais fundamentada nos versos “Eu inauguro o monumento/ No planalto Central do país”. Considerando-se que a escultura da justiça de fato encontra-se sentada, é criada uma imagem de fácil visualização e forte impacto. A criança, ao morrer pedindo ajuda, evidencia não só a própria figura de pessoa miserável, mas também a do seu oposto, que negou assistência. Assim, apresenta-se como uma ilustração real da injustiça sobre a representação simbólica da justiça, de certa forma anulando-a.

Outra interpretação é de que o monumento seria o Brasil em si, sendo a canção uma caracterização da realidade nacional. O início com a citação de Pero Vaz de Caminha pode ser encarado como uma introdução à descrição que viria adiante, uma visão positiva e cheia de oportunidades que o estrangeiro tinha do Brasil: “Tudo o que nela se planta, tudo cresce e floresce.” Em seguida, seria trazida uma reflexão do estado atual do país, do ponto de vista de um brasileiro.

Alternam-se estrofes, de certa forma descritivas, as quase têm parte instrumental mais tensa, e estrofes de simples exaltação de características diversas do país, nesse momento o acompanhamento se torna mais rápido e festivo. Pode-se encarar esse segundo momento como uma representação da posição passiva do povo, que, diante de toda a situação política a que é submetido, ainda se contenta em festejar “a bossa, a mulata e Carmem Miranda”.

Não apenas nesse embate entre as duas partes da música que se entrecortam, mas também na letra da mesma, é possível notar mais diretamente um caráter dualista e contrastante, como se destacará a seguir. No verso “O monumento é de papel crepom e prata” contrapõem-se a rique-



za e a simplicidade, representando as gritantes diferenças sociais presentes no Brasil. Os “olhos verdes da mulata” indicam uma dupla descendência, os olhos claros advindos dos europeus e a pele escura de herança africana, resumindo em uma personagem a miscigenação característica do povo brasileiro. Da mesma forma que versos como “Viva a bossa/ Viva a palhoça” se opõem a “Uma criança sorridente/ Feia e morta/ Estende a mão”, em mais de uma estrofe pode-se notar internamente a crítica à postura da população. A estrofe “Em suas veias corre muito pouco sangue/ Mas seu coração/ Balança a um samba de tamborim”, por exemplo, pode ser encarada da seguinte forma: o cidadão, mesmo sem ter condições dignas para viver, mostra-se satisfeito por poder comemorar o carnaval. Pode-se ver nisso, então, uma menção ao artifício romano do “pão e circo”, já aludido diretamente na música *Panis et circensis*, no qual o povo tinha apenas as condições mínimas de sobrevivência, mas lhe eram oferecidas distrações periódicas, como forma de evitar que se revoltassem contra o poder. Outra estrofe que pode ser vista com o mesmo valor é “Domingo é o fino-da-bossa/ Segunda-feira está na fossa”, na qual o “fino-da-bossa” se referia ao programa televisivo apresentado por Elis Regina e Jair Rodrigues na época, todos os domingos. Menções a outras manifestações culturais – outros “circos” – podem ser notadas nos versos finais da canção: “Que tudo mais vá pro inferno, meu bem”, refere-se à Jovem Guarda, ao passo que “Viva a banda” supõe-se ser uma menção a “A Banda” de Chico Buarque; já o verso final dispensa explicações, sendo ele simplesmente “Carmen Miranda”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de seu ciclo ter-se dado em um espaço curto de tempo, de 1968 a 1969, o movimento tropicalista causou grande impacto em sua época e influenciou artistas das gerações seguintes, até os dias atuais. Sua influência pode ser notada nas figuras ligadas ao que ficou conhecido, na primeira metade da década de 1980, como Vanguarda Paulista ou Vanguarda Paulistana, grupo de produção de música independente



que compartilhava com o tropicalismo características como a irreverência e a experimentação, numa tentativa de renovação da música jovem. Na mesma década, pode-se notar a influência do tropicalismo nos movimentos de rock que debatem a influência da música internacional na brasileira.

O uso característico do movimento tropicalista de mesclar o tipicamente nacional com as influências externas pode ser notado no movimento iniciado pela banda Nação Zumbi, que apresenta traços de ritmos brasileiros, como o maracatu, e internacionais, como o *rock* e o *rap*. O movimento, originado em Recife na década de 1990, intitula-se Manguebeat e teve a sua proposta lançada em dois manifestos, o Manifesto Mangue 1 – Caranguejo com Cérebro (1992) e o Manifesto Mangue 2 – Quanto Vale Uma Vida. Além da Nação Zumbi, o movimento conta com outras bandas, como Mombojó e Eddie.

A veia tropicalista pode ser notada também no álbum *Tribalistas*, não só pelo fato de ter sido criado por Carlinhos Brown, Marisa Monte e Arnaldo Antunes, três artistas de origens e estilos diferentes unidos em um disco coletivo, mas também porque, mesmo individualmente, esses músicos têm características tropicalistas: Carlinhos Brown mistura regional e internacional; Arnaldo Antunes é um experimentalista e está ligado ao concretismo; e Marisa Monte, que interpreta músicas dos mais variados gêneros.

Além dos limites nacionais, cantores estrangeiros afirmaram ter sido influenciados pelos tropicalistas, como a banda inglesa High Llamas, o escocês David Byrne e os americanos Sean Lennon e Beck, que escreveu uma canção intitulada *Tropicalia*. Esse último e David Byrne fizeram parte do disco *Red Hot + Rio 2*, lançado por uma organização filantrópica em tributo ao tropicalismo com o objetivo de arrecadar fundos para a luta contra a síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS, do inglês *acquired immunodeficiency syndrome*). O projeto contou com diversas participações nacionais e internacionais, entre elas, artistas ligados ao movimento, como Caetano Veloso e Tom Zé, além de Marisa Monte, a Orquestra Contemporânea de Olinda, o *rapper* Emicida, John



Legend e as bandas *folk* Beirut, Of Montreal, Cults and Superhuman Happiness, entre outros.

Por fim, a exposição das características do movimento tropicalista, exemplificadas na análise das canções, juntamente com a panoramização do contexto no qual ele aconteceu possibilitam compreender a forma única como ele se inseriu na realidade sociopolítica da época. É possível perceber também de que modo interagiu e dialogou com manifestações culturais contemporâneas a ele, de quais sofreu influência e, ao mesmo tempo, quais influenciou. Com esses dados, obtém-se uma visão do ciclo principal do tropicalismo. No entanto, a apresentação breve de alguns exemplos do legado tropicalista torna perceptível o fato de que, na prática, o movimento não acabou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7, 1928.

_____. Manifesto da poesia pau-brasil. *O Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1924. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2012.

_____. *Memórias sentimentais de João Miramar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

BAIANOS na TV: “divino, maravilhoso”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 1968. Disponível em: <http://tropicalia.com.br/en/eubioticamente-atraidos/reportagens-historicas/baianos-na-tv-divino-maravilhoso>. Acesso em: 23 ago. 2013.

BALSUADO, Carlos. *Tropicália: uma revolução na cultura brasileira (1967-1972)*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

CALDAS, Waldenyr. *A cultura político-musical brasileira*. São Paulo: Musa, 2005.

CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.



_____. *Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos (1950-1960)*. São Paulo: Ateliê, 2006.

FACINA, Adriana. *Santos e canalthas: uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA. *Manifesto de 7 de outubro de 1932*. Rio de Janeiro, 1932. Disponível em: <http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2>. Acesso em: 26 ago. 2013.

MEDAGLIA, Júlio. Balanço da bossa nova. In: CAMPOS, Augusto de. *Balanço da Bossa e outras bossas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. p. 67-123.

MELLO, Zuzi Homem de. *A era dos festivais: uma parábola*. São Paulo: Editora 34, 2003.

MOTTA, Nelson. Cruzada tropicalista. *Última Hora*, São Paulo, p. 7, maio 1968.

NAPOLITANO, Marcos. *“Seguindo a canção”*: engajamento político e indústria cultural na MPB, 1959-1969. São Paulo: Annablume, 2001.

QUE CAMINHOS seguir na MPB. Mesa-redonda com Flávio Macedo Soares, Caetano Veloso, Nelson Lins e Barros, José Carlos Capinan, Gustavo Dahal, Nara Leão e Ferreira Gullar, coordenada por Airton Lima Barbosa. *Revista Civilização Brasileira*, São Paulo, v. 1, n. 7, maio 1966.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.

WALDMAN, Thaís. À “frente” da Semana de Arte Moderna: a presença de Graça Aranha e Paulo Prado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan.-jun. 2010.

REFERÊNCIAS FONOGRAFICAS

BUARQUE, Chico. *Chico Buarque*. São Paulo: Arlequim, 1967. 1 LP.

VELOSO, Caetano. *Caetano Veloso*. São Paulo: Philips, 1967. 1 LP.



_____. *Cinema Olympia – raro e inédito (1967-1974)*. Rio de Janeiro: Universal Music Brasil, 2006. 1 CD.

_____; GIL, Gilberto. *Tropicália ou Panis et Circensis*. São Paulo: Philips, 1968. 1 LP.



PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE: O CASO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA EM MANGUINHOS*

Diana Carolina dos Santos Teva**

INTRODUÇÃO

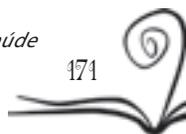
Na década de 1990, são formulados no Brasil, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), programas que buscam equacionar problemas de acesso aos serviços de saúde principalmente de segmentos empobrecidos da população ou de população localizada em meio menos urbanizado e com baixa cobertura de serviços de saúde.

Baseado em experiências desenvolvidas no Nordeste, o Ministério da Saúde propôs, em 1991, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs),¹ que trabalha com agentes de saúde recrutados entre os moradores das comunidades assistidas, agentes que desenvolvem, principalmente, ativi-

* O projeto de pesquisa que deu origem a este artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), sob o seguinte número de protocolo: 0016.0.408.000-11.b.

** Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Gestão de Serviços de Saúde (2009-2011). Atualmente cursa Medicina na Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação das professoras-pesquisadoras Márcia Valéria Guimarães Cardoso Morosini (mestre em Saúde Coletiva), do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (Lateps), e Ana Lúcia de Moura Pontes (doutora em Saúde Pública), do Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde (Laborat). Contato: dianateva@gmail.com.

¹ Inicialmente, o programa se chamava Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde (Pnacs), passando a ser chamado Pacs a partir de 1992.



dades educativas e de informação em saúde, sob a supervisão de um enfermeiro. Em 1994, o Ministério da Saúde criou o Programa Saúde da Família (PSF), também integrado por agentes comunitários de saúde (ACSs) e enfermeiros, mas inseridos numa equipe de saúde formada por médico e auxiliar ou técnico de enfermagem, tendo uma unidade básica de saúde (UBS) como referência.

O objetivo inicial desses programas é ampliar a cobertura da atenção à saúde por meio da atenção básica, visando populações específicas. A partir de 1997, esses programas são reunidos na Estratégia Saúde da Família (ESF), passando à condição de modelo de reorganização da atenção à saúde no âmbito do SUS. A ESF funciona em unidades básicas de saúde, com equipes que assumem a responsabilidade pela população de um determinado território, onde desenvolvem ações de promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação de agravos.

O agente comunitário de saúde faz parte da história dessa estratégia como elemento central para a realização de seus objetivos, sendo apresentado de forma muito valorizada no discurso das políticas de saúde. Entretanto, nesse percurso, o ACS de modo geral tem vivido uma série de situações que apontam em sentido contrário ao desse discurso: o reconhecimento tardio como profissão em 2002, a formação, prevista no formato inicial e continuado, os vínculos precarizados de trabalho e a baixa remuneração salarial.

Este artigo busca refletir sobre a precarização do trabalho dos ACSs na Estratégia Saúde da Família, tomando os vínculos, a formação, o reconhecimento social e o salário desse trabalhador como dimensões inter-relacionadas dessa precarização. As discussões apresentadas aqui foram produzidas com base nos resultados obtidos na investigação realizada para o trabalho de conclusão de curso do ensino médio técnico em saúde em 2011.

A análise desenvolvida baseou-se na revisão da literatura referente ao trabalho em saúde, à Estratégia Saúde da Família e aos agentes comunitários de saúde, debruçando-se também sobre as falas de agentes comunitários de saúde da ESF do território de Manguinhos, mais especificamente das equipes ligadas ao Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (CSEGSF) da



Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz).

Foram selecionados três ACSs, um de cada equipe – Parque Carlos Chagas, Vila Turismo e Parque Amorim/Monsenhor Brito –, dentre as sete equipes que contemplam o território de Manguinhos e suas áreas delimitadas. Um dos critérios para a seleção dos agentes foi o maior tempo de trabalho no grupo, tendo em vista a análise das formas de vinculação.

A escolha por focar o ACS advém do fato de se identificar nesse trabalhador funções importantes e singulares no processo de cuidado em saúde, que dependem de certas características que lhe são específicas, principalmente por ele fazer parte da comunidade, trabalhando e vivendo no mesmo território em que busca promover a saúde da população local.

Para desenvolver essa discussão, este artigo percorrerá os temas trabalho e trabalho em saúde, caracterizando o trabalho e a formação do ACS na Estratégia Saúde da Família, buscando configurar os aspectos de sua precarização, para, em seguida, considerá-los em relação às falas dos ACSs entrevistados.

COMPREENSÃO ONTOLÓGICA E HISTÓRICA DO TRABALHO

Segundo a definição dada por Liedke (1997), o trabalho é a energia posta em movimento que tem por finalidade “a transformação dos elementos em estado de natureza ou, ainda, a produção, manutenção e modificação de bens ou serviços, necessários à sobrevivência humana” (LIEDKE, 1997, p. 268 apud RAMOS, 2007, p. 29). O processo de satisfação das condições necessárias à existência da vida humana pode ser considerado um processo de transformação tanto da natureza quanto do próprio ser humano. É por meio do trabalho que o homem se distingue do animal, ao ser capaz de projetar uma intenção no seu trabalho, criar alternativas e tomar decisões (FRIGOTTO, 2009).



Ramos (2007) e Frigotto (2009) entendem o trabalho como condição necessária à existência humana em qualquer tempo histórico, mas que assume formas distintas nos diferentes modos de produção dessa existência. Portanto, o trabalho tem uma dimensão ontológica e uma dimensão histórica, o que o caracteriza como uma

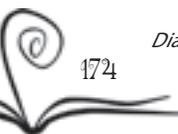
[...] atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos como seres ou animais evoluídos da natureza. Concomitantemente, porém, responde às necessidades de sua vida intelectual, cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Trata-se de necessidades que, por serem históricas, assumem especificidades no tempo e no espaço. (FRIGOTTO, 2009, p. 400)

Em outras palavras, o trabalho tem uma dimensão ontológica, que remete ao conhecimento do ser enquanto ser, qualquer que seja o modo de produção, mas que se realiza e se conforma historicamente, como resultado das características de um modo de produção específico – por exemplo, trabalho primitivo, servil, escravo e assalariado (no qual o ACS se insere).

Com base no entendimento acerca do sentido ontológico e histórico do trabalho, faz-se necessário compreender, nessa mesma perspectiva, o trabalho em saúde, especificamente, o trabalho do ACS inserido na ESF.

O TRABALHO EM SAÚDE NA ESF

Compreendendo que as necessidades de saúde de uma determinada população são histórica e socialmente construídas nas relações que se estabelecem entre os indivíduos, entende-se também que essas necessidades são atendidas por meio de políticas que “expressam os princípios, os valores e as normas de sociabilidade próprias de determinadas fases de desenvolvimento do modo de produção capitalista” (RAMOS, 2007, p. 53). Com isso, as ações para o atendimento dessas necessidades são realizadas de acordo com o sistema produtivo no qual se inserem os serviços de saúde.



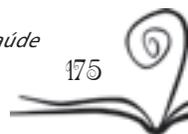
O trabalho em saúde é compreendido como uma prática exercida por sujeitos que, além de construir, transformam e intervêm coletivamente, operando resultados nas condições de vida da população e da sociedade como um todo. Desse modo, compreende-se a importância depositada no trabalho em equipe, principalmente na atuação em saúde da família, que, por sua vez, é operacionalizada através de equipes multiprofissionais² que atuam em comunidades particularmente carentes de um serviço público de saúde que possa suprir a demanda e as necessidades de saúde da população e que têm a família como objeto da intervenção em saúde.

O trabalho em equipe na Estratégia Saúde da Família, de acordo com Peduzzi (2006), é pressuposto e diretriz fundamental para a reorganização do processo de trabalho em saúde. Entretanto, a autora, assim como Oliveira e Spiri (2006) e Silva e Dalmaso (2002), considera que ele está associado à realização de tarefas relacionadas também à divisão social do trabalho, à desigualdade no trabalho e aos diferentes graus de autonomia profissional. Essa divisão tem se expressado também como restrição de algumas atividades, dentre elas a promoção da saúde, que deveria ser realizada por todos os profissionais inseridos na ESF, assim como o requisito do vínculo com a comunidade, mas que acabam restritos à figura do ACS, por ele residir na comunidade em que atua. Segundo essas mesmas autoras, na Estratégia Saúde da Família, é essencial o estabelecimento de vínculo entre toda a equipe, e não apenas do ACS, e a comunidade.

O TRABALHO DO ACS

Na Estratégia Saúde da Família, o agente comunitário de saúde é o trabalhador recrutado na própria comunidade em que deve atuar e cujos

² Essas equipes são compostas por médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Cada equipe de Saúde da Família deve ser responsável por, no máximo, 4 mil pessoas, sendo a média recomendada de 3 mil. O número de ACSs deve ser suficiente para cobrir 100% da população cadastrada, com um máximo de 750 pessoas por ACS e de 12 ACSs por equipe de Saúde da Família (BRASIL, 2012).



requisitos para o trabalho foram, durante mais de uma década, saber ler e escrever, ser maior de 18 anos, ter disponibilidade de 40 horas semanais de trabalho e espírito de liderança e solidariedade.

Após anos de luta, o ACS teve sua profissão reconhecida em 2002, por meio da lei nº 10.507. Esse dispositivo legal definiu o SUS como o âmbito exclusivo da atividade profissional do ACS, que se caracteriza “pelo exercício de atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor local” (BRASIL, 2002). Tanto a lei nº 10.507, de 2002, quanto a lei nº 11.350, de 2006 (BRASIL, 2006b), que a substituiu, apresentam os mesmos requisitos para o exercício da profissão de ACS, a saber: residir na comunidade, haver concluído o ensino fundamental e um curso de formação inicial e continuada.

Atualmente, as atribuições dos ACSs descritas na Política Nacional de Atenção Básica são:

- I. Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;
- II. Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;
- III. Orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- IV. Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- V. Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de uma visita/família/mês;
- VI. Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características



e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

VII. Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, por exemplo, combate à dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito das situações de risco; e

VIII. Estar em contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde, bem como ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família ou de qualquer outro programa similar de transferência de renda e enfrentamento de vulnerabilidades implantado pelo governo federal, estadual e municipal, de acordo com o planejamento da equipe. (BRASIL, 2012)

Diversos autores e documentos institucionais conferem, como principal característica do ACS, ser o “elo” ou a “ponte” entre o serviço/Estado e a comunidade. O ACS atua, portanto, como um “mediador”, direcionando-se ao cuidado para com os usuários e englobando ações que transitam entre a prevenção, a promoção, a recuperação e a manutenção da saúde da população adstrita. E, se tomarmos essa dimensão criticamente, esse trabalho

[...] requer pensar criticamente situações vividas e desenvolver ações mediante essas reflexões; assumir a concepção de educação como um processo que possibilite a população ver-se como construtora da sociedade, podendo alterá-la; compreender a saúde como expressão das condições objetivas de vida, isto é, entender a saúde na concepção ampliada e crítica. (MOROSINI, FONSECA e PEREIRA, 2007, p. 22)

A construção do ACS como um sujeito social trabalhador da saúde é realizada por meio de sua atuação na comunidade e na equipe de saúde da



família na qual está inserido. Portanto, o seu perfil é construído na sua vivência, no processo de trabalho e no seu papel junto à comunidade e ao serviço de saúde.

Entretanto, é importante lembrar que, de acordo com Gomes et al. (2009), alguns ACSs têm encontrado dificuldades em cumprir com suas atribuições, por diversos motivos, mas especialmente pelo leque de exigências às quais estão submetidos, sendo convocados para atuarem em diversas necessidades dos programas de saúde e dos serviços, como também pelas condições econômico-sociais das famílias acompanhadas, que remetem a problemas cujas soluções transcendem o setor saúde, como a questão da violência, que acomete a maior parte das comunidades assistidas.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ACS

Durante a instituição da Estratégia Saúde da Família na década de 1990, cresce no país a flexibilização e a terceirização do trabalho em diversas áreas, entre elas, as da saúde e da educação. Na perspectiva do Estado gerencial, tem-se a formulação de um modelo político visando ao desenvolvimento econômico e à manutenção dos níveis de acumulação do capital, associados à promoção de políticas compensatórias. A flexibilização dos contratos de trabalho como forma de reduzir os gastos públicos, a terceirização e a precarização das condições de trabalho, aí incluído o vínculo empregatício, desmontam conquistas obtidas pela luta organizada dos trabalhadores. Especificamente na área da saúde, Pires ressalta que se verifica, desde a década de 1990,

[...] o crescimento do número de trabalhadores sem garantias trabalhistas de que gozam os demais trabalhadores assalariados da instituição. Encontra-se: contratos temporários; trabalhadores contratados para realizar atividades especiais (plantonistas em hospitais, por exemplo); flexibilização na contratação de agentes comunitários de saúde e equipes de



saúde da família pelo governo brasileiro; e o trabalho temporário previsto no Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde. (2006, p. 198)

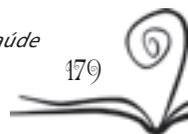
De acordo com Morosini (2010), a maioria dos ACSs inseridos nas equipes de saúde da família pesquisadas pelo Ministério da Saúde no início dos anos 2000 estava caracterizada como trabalhadores precarizados, tendo contratos de trabalho que não lhes asseguravam os direitos prescritos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e, muito menos, aqueles garantidos aos servidores públicos.

De acordo com Pires (2006), o trabalho precário também é caracterizado por algumas entidades sindicais, dentre elas o Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde (Sindacs) e a Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs),³ como a ausência de concurso público ou de processo seletivo público para cargo permanente ou emprego público no SUS. No caso do ACS, tem-se um trabalhador integrante de programas do SUS, o Pacs e a ESF, contraposto ao fato de poucos serem servidores públicos e de a maioria se encontrar em modalidades diversas de contratação.

Ao longo do processo de construção da Estratégia Saúde da Família, foram sendo discutidas as formas de vinculação institucional dos ACSs, vinculação vista como um desafio, pois um dos requisitos para o exercício de suas atividades é morar na comunidade em que atua. O ACS foi, inclusive, considerado um trabalhador *sui generis*, visto que sua gênese estaria exclusivamente na sua origem comunitária, o que determinaria o seu pendor para a solidariedade. Essa concepção serviu para justificar a não vinculação direta do ACS com o Estado, visto que as exigências de ele residir na comunidade e ter forte vínculo com a mesma constituem critérios que não podem ser exigidos em concurso público.

Segundo Morosini (2010), a precarização do trabalho em saúde não é algo novo no cenário da saúde pública brasileira, nem restrito aos ACSs.

³ Tereza Ramos, ex-presidente da Conacs, defendeu em uma aula inaugural que proferiu na EPSJV, em 2011, a necessidade de concurso público para os ACSs como forma de segurança, estabilidade e desprecarização do trabalho realizado por esses sujeitos.



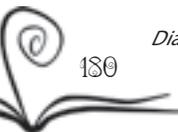
Contudo, a precarização do trabalho do ACS deve ser compreendida para além de sua precária vinculação institucional, relacionando-se também com a simplificação e o aligeiramento de sua formação profissional e com a baixa remuneração salarial, que em média ainda está muito próxima do salário mínimo.

A FORMAÇÃO DO ACS

Observa-se nas leis e portarias apresentadas ou aprovadas durante o processo de construção da Estratégia Saúde da Família a ausência da exigência de uma formação profissional para os agentes comunitários de saúde. O que se produziu inicialmente como requisito para o exercício das atividades da categoria ACS, como já visto, foi saber ler e escrever, residir na comunidade e ser maior de idade, não se exigindo, portanto, uma formação prévia para o exercício da profissão (MOROSINI, 2010). Na lei nº 11.350 (BRASIL, 2006b), que hoje serve de referência para a profissão de ACS, o requisito escolar e formativo manteve-se o ensino fundamental e um curso de formação inicial e continuada, seguindo o que já havia sido preconizado na lei nº 10.507 (BRASIL, 2002), que criou a profissão. Essa situação reforça a tendência ao aligeiramento e à fragmentação da formação desses trabalhadores, conforme menciona Morosini (2010).

Entretanto, deve-se registrar que a formação do ACS tornou-se objeto de formulação de uma política específica que resultou na publicação, em 2004, do Referencial Curricular para o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, que estabelece a formação técnica dos ACSs composta de três etapas formativas de 400, 600 e 200 horas (BRASIL, 2004). A formação técnica desses trabalhadores é uma reivindicação da categoria e abre a possibilidade de sua profissionalização, mas tem encontrado forte resistência, principalmente dos gestores municipais, que temem demandas de aumento salarial e a descaracterização do chamado perfil social do ACS.

Dessa forma, o Referencial Curricular para o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde continua valendo como diretriz política,

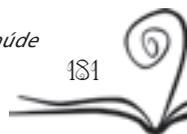


mas permanece inviabilizado. O Ministério da Saúde, em acordo com os demais gestores do SUS, financia somente a primeira etapa formativa, o que garante o cumprimento do que é exigido pela lei nº 11.350 (BRASIL, 2006b). Representam exceção os municípios que prescindem dos recursos federais e nos quais o projeto político de formação técnica para os ACSs tem se desenvolvido, a exemplo do município do Rio de Janeiro. Esse município formou, em 2011, a primeira turma de técnicos em ACS, em curso realizado com base num projeto-piloto de formação técnica para ACS na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz).⁴

AsituaçãoformativadosACSsconfigura-secomo inadequada diante da complexidade do trabalho por eles realizado, principalmente quando se verifica que ele se realiza no enfrentamento cotidiano de condições adversas. Tais condições exigem não somente a identificação e a definição de estratégias para suprir as demandas e necessidades sociais dos indivíduos, mas também a compreensão dessas condições, sejam elas econômicas, sociais e/ou culturais, para a viabilização do cuidado em saúde da população assistida.

Considerando a complexidade do trabalho desempenhado pelo ACSs, compreende-se que ele deveria estar baseado em uma formação que lhe possibilitasse refletir sobre as diversas questões da educação em saúde, como também compreender as características do trabalho que realiza como uma atividade que remete à concepção crítica do trabalho, segundo a qual a capacidade de pensar/refletir e agir devem estar sempre atuando juntas para a construção e a transformação da sociedade.

⁴ É válido ressaltar que a formação dos ACSs na EPSJV/Fiocruz tem o compromisso político com um projeto de sociedade e de saúde no qual os trabalhadores de nível médio, entre eles os ACSs, têm um papel fundamental, como sujeitos políticos e técnicos, para a superação das contradições presentes no SUS.



LOCALIZANDO O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA: O ACS NO TERRITÓRIO DA ESF EM MANGUINHOS

A referência espacial da investigação que gerou o presente artigo é o território de Manguinhos, localizado na Zona Norte do município do Rio de Janeiro e que integra, com os bairros de Ramos, Olaria e Bonsucesso, a XX Região Administrativa do município. Manguinhos está geopoliticamente localizado na Área de Planejamento (AP) 3.1 da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Essa divisão tem por finalidade auxiliar no gerenciamento local da prefeitura.

Localiza-se no bairro o chamado Complexo de Manguinhos, formado por cerca de quinze comunidades situadas no entorno da Fiocruz, entre as quais: Parque Oswaldo Cruz, Parque Carlos Chagas, Parque João Goulart, Vila Turismo, Conjunto Habitacional Provisório 2, Vila União, Vila São Pedro, Conjunto Nelson Mandela, Conjunto Samora Machel, Comunidade Agrícola de Higienópolis e Mandela de Pedra, além de outras que se constituíram a partir de ocupações em terrenos de empresas⁵ que deixaram de funcionar na região.

Os agentes comunitários de saúde entrevistados são moradores e atuam em comunidades do Complexo de Manguinhos, integrando as sete equipes de saúde da família vinculadas ao Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria, da Ensp/Fiocruz. São também egressos do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde (Ctacs) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, integrando a experiência-piloto de formação técnica de ACSs no município do Rio de Janeiro.

Inicialmente, seria entrevistado um ACS de cada equipe, preferencialmente aquele com maior tempo de trabalho do grupo, de forma a que os trabalhadores selecionados para a entrevista possuíam de 6 a 7 anos de atuação na equipe de saúde da família em Manguinhos. Esses critérios buscavam atender a dois requisitos: que toda equipe do território de

⁵ Antigamente, no território de Manguinhos, havia empresas de grande produção, como a Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL), que, ao longo dos anos, ou foram sendo compradas por outras empresas, ou faliram. Com isso, as famílias passaram a ocupar os espaços que não eram utilizados ou que estavam abandonados.



Manguinhos estivesse representada na pesquisa e que o maior tempo de inserção permitisse investigar outras formas de vinculação já praticadas, além da atual.

Entretanto, nem todos os ACSs selecionados para a realização da pesquisa puderam contribuir com a participação nas entrevistas, que acabaram por se restringir a três ACSs das seguintes equipes: Parque Carlos Chagas, Vila Turismo e Parque Amorim/Monsenhor Brito. O principal motivo da não participação dos ACSs de outras equipes na pesquisa está relacionado à reduzida disponibilidade dos entrevistados, por causa do trabalho, e da entrevistadora, em decorrência dos compromissos do último ano do ensino médio técnico.

Para preservar a identidade desses trabalhadores, eles serão chamados de ACS 1, ACS 2 e ACS 3.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Para a investigação proposta neste estudo, foram definidas quatro categorias *a priori*: formação, reconhecimento, vínculo e salário; essas categorias foram selecionadas com base na revisão bibliográfica sobre o tema do trabalho e da educação dos ACSs, em particular nos textos sobre a qualificação profissional desses trabalhadores. Tais categorias, apesar de tratadas separadamente – ou seja, servindo de base para a produção de grupos de questões distintas no roteiro de entrevistas –, mostraram-se indissociáveis, levantando elementos comuns no diálogo com os ACSs entrevistados. As categorias formação e vínculo foram discutidas anteriormente neste artigo, cabendo aqui caracterizar o que se compreende em relação ao reconhecimento social e o salário dos ACSs no âmbito do estudo empreendido.

O reconhecimento social do ACS é compreendido na interação com os demais membros da equipe de saúde da família e com a comunidade, mas também em relação à sociedade em geral e, particularmente, aos gestores do Sistema Único de Saúde. Na interação da equipe, são consideradas a autonomia do ACS para a realização do seu trabalho e a atenção que ele recebe



dos demais profissionais no encaminhamento das questões do trabalho na equipe de saúde da família.

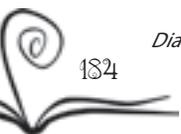
Na interação com a comunidade, o reconhecimento refere-se, em geral, à resposta das pessoas atendidas ao trabalho do ACS, seja pela adesão aos encaminhamentos propostos, ou pela mudança de comportamento ou atitude da população diante dos problemas de saúde, ou ainda por manifestações pessoais de valor e consideração pelo trabalho realizado pelo ACS.

Em relação à sociedade, especialmente aos gestores do SUS, esse reconhecimento está relacionado diretamente ao salário percebido pelos ACSs. Note-se que, em 2011, ano em que se deu esse estudo, o piso salarial nacional desses trabalhadores era de R\$ 750,00 mensais, valor que sofreria um reajuste em agosto do ano de 2012, passando para R\$ 866,89, e que, a partir de janeiro do ano de 2013, sofreria reajustes sucessivos, até atingir, em 2016, o valor de dois salários mínimos, conforme reivindicado pela categoria.

As entrevistas realizadas foram organizadas com base em algumas perguntas geradoras, a saber: Qual a percepção dos ACSs sobre o seu reconhecimento profissional? Como eles percebem e avaliam seu vínculo trabalhista e sua remuneração salarial? Como são os processos formativos para os ACSs? Será que, na realidade dos serviços, o ACS é reconhecido como profissional peça-chave na atenção em saúde? Seu salário equivale à complexa função que desempenha e é capaz de suprir suas necessidades sociais?

Formação

Quanto à categoria formação, os entrevistados destacaram que sua formação se deu primeiramente mediante uma capacitação inicial, conhecida como Introdutório, que se direcionava a um trabalho prático, como o cadastramento de famílias, primeira atividade realizada pelos ACSs nas comunidades. Percebe-se, além disso, a pouca atenção por parte do serviço ao processo de inserção dos ACSs no exercício de suas atividades, como é revelado na seguinte fala:



[...] quando eu entrei como ACS, a gente teve uma capacitação, uma coisa rápida, aquela situação assim: “Toma a sua trouxa e vai pra comunidade resolver os seus problemas!” E acabou. (ACS 1)

De acordo com Correia (2008), no final da década de 1990, com o processo de inserção da Estratégia Saúde da Família no território de Manguinhos, somente os profissionais de nível superior passavam por um curso introdutório para atuação no novo programa. Nesse sentido, os ACSs não participaram dessa capacitação, sendo treinados posteriormente, em serviço, por esses profissionais (mais especificamente, pelos médicos e enfermeiros)⁶ capacitados no Curso Introdutório. Para a atuação dos ACSs, não se exigia nenhuma formação prévia anterior ao seu ingresso no trabalho, conforme menciona um dos entrevistados:

Eu costumo dizer que o médico, ele já entra médico, formado. O enfermeiro, também passa por um curso, já entra formado. O técnico, idem. Todos os profissionais. O agente não, o agente, eu costumo dizer que ele entra sem formação e se forma no processo de trabalho [...]. Então, a gente entra basicamente cru, a gente começa a ter um conhecimento para poder ser qualificado como os olhos [...] dos médicos [...] e a gente também fica [...] entre o médico e quem está lá na ponta, que são os moradores. Então, a gente passa a ser a representação dos moradores dentro do posto, e acaba sendo também o olhar [...] dos médicos, dos enfermeiros, em relação à avaliação daquela população. [...] Porque nós somos, assim, o elo [...] da comunidade com o centro de saúde [...]. A gente teve uma capacitação para não entrar totalmente cru. Ainda que a gente entrasse com essa capacitação técnica, falta muita coisa, mas como é trabalho em comunidade, e quem mora na comunidade socialmente é discriminado, principalmente pelo poder paralelo... [...] é uma gama de pessoas que [...] está à margem da sociedade. Pobre, né? Então, hoje, a gente está vendo o que é comunidade. (ACS 2)

⁶ Os ACSs entrevistados nesta pesquisa participaram do Curso Introdutório, pois sua inserção na ESF de Manguinhos é mais recente.



Ao se referir à equipe técnica sem se incluir nela, parece que o próprio ACS não se considera um profissional, mesmo que a sua profissão seja reconhecida desde 2002. Ou seja, de certa forma o entrevistado reproduz um pensamento comum que é a maior valorização profissional dos trabalhadores de nível superior – no caso da saúde, principalmente o médico e o enfermeiro.

Ainda no que tange à categoria formação, destaca-se a valorização do processo formativo no curso técnico de ACS como uma formação de base ética e política que se distingue não apenas dos demais processos de treinamento e capacitação, focados em questões específicas do trabalho, como também do treinamento introdutório. Tal forma de compreender a formação técnica se expressa na seguinte fala:

[...] depois que eu fiz o curso técnico de agente comunitário de saúde, reforçou bastante, aí que deu força mesmo para brigar. E agora a gente já faz o trabalho com mais segurança. A gente já atua na comunidade com mais segurança [...], muitas das coisas que eu aprendi foi no curso técnico. [...] e agora eu falo, eu sou técnica de agente comunitário de saúde, eu sou técnica... Aí, quando eu pego um prontuário, eu escrevo lá: “técnico em ACS”. (ACS 1)

O sentimento de segurança manifestado pela entrevistada quanto à sua formação é expresso principalmente pelo fato de ter se tornado técnica em ACS, por meio do Ctacs. E com isso, essa formação fortaleceu a sua crítica e capacidade de lutar pelos seus direitos. Portando, vincula sua formação técnica ao seu reconhecimento profissional e social.

Além desses aspectos que o Ctacs proporcionou aos ACSs, percebe-se por meio de algumas falas, que o curso é visto como uma conquista da categoria, além do reconhecimento da profissão desde 2002 e de outras conquistas que fortaleceram ainda mais a luta dos ACSs por melhores condições de trabalho. Do mesmo modo, percebe-se que a experiência formativa muito contribuiu para a organização do processo de trabalho e planejamento de suas atividades. Tais questões se mostram presentes nas seguintes falas:



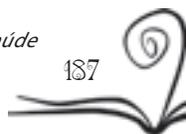
[...] tudo o que acontece na categoria de agente comunitário, na classe, é conquista, sabe? [...] Então, a gente está aí para poder discutir, para reivindicar, para ir a Brasília. [...] esse curso mesmo, foi um desses fatores. (ACS 2)

Eu acho que essa formação é importante para os ACSs, porque eu aprendi a lutar pelos meus direitos, direitos da comunidade. Aprendi a respeitar os meus colegas. E, aí, a ser respeitado também, porque é muito importante [...] fazer um grupo na comunidade, a organização do trabalho. Isso é muito importante: ser organizado. Porque antes a gente não se organizava, não fazia um planejamento, essas coisas todas. Era tudo no “vamos lá e acabou!” Agora não, a gente já planeja, se organiza. (ACS 1)

Ainda sobre a formação técnica, constata-se a semelhança na fala dos entrevistados quanto à expectativa frustrada de que a sua formação técnica possa reverter em aumento salarial. Um dos entrevistados mencionou que promessas políticas foram feitas durante o processo de conquista do curso para os ACSs e que, com essa formação técnica, haveria investimentos financeiros no salário desses profissionais.⁷ Entretanto, até o momento da realização desta pesquisa, essa questão não fora resolvida e afligia os ACSs já formados, como se pode notar na fala deste entrevistado:

[...] a maioria de nós aqui, do Rio de Janeiro, já passou por uma capacitação de técnico em agente de saúde e até agora não aconteceu nada, não houve um investimento em cima da nossa capacitação profissional. A gente, basicamente, não está sendo reconhecido, valorizado. E isso é fundamental para que a gente se sinta mais seguro, mais tranquilo, para poder dar mais de si. (ACS 2)

⁷ Na aula inaugural proferida por Tereza Ramos, presidente da Conacs de 2004 a 2009, no dia 31 de outubro de 2011, na EPSJV/Fiocruz, o subsecretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Soranz, compondo a mesa de abertura do evento, mencionou a equiparação do salário dos ACSs que se formassem no Ctacs com o valor salarial dos técnicos, a partir de janeiro de 2012.



Reconhecimento social e profissional

Quanto ao reconhecimento social e profissional, os entrevistados destacam que ele depende do bom funcionamento do trabalho em equipe. Ou seja, na medida em que a equipe trabalha a partir do território, das famílias, isso contribui para que o trabalho do ACS seja valorizado. Tais perspectivas podem ser percebidas em algumas falas:

Eu não acho que seja muito [reconhecido]. Não tem aquela visão de que cada um faz o seu pedaço para todo mundo ajudar. [...] Não é que você seja importante, é que nós não somos os únicos, não somos primordiais. [...] cada um tem a sua importância, ninguém é menor nem maior do que ninguém. (ACS 3)

[...] eles estão desprezando o trabalho do ACS. (ACS 1)

[...] o olhar do médico que trabalha em ESF é fundamental para manter a equipe unida [...] Mas quando você não tem um médico que trabalha com esse olhar da saúde da família, todo agente vai começar a perceber que não é reconhecido. Agora, monetariamente, profissionalmente, na realidade, os ACSs vão dizer basicamente o que eu vou te responder: não é reconhecido. Por quê? Porque é uma gama muito grande de problemas e responsabilidades [...]. Então, você ganha pouco, você tem pouco suporte, agora você até está tendo, porque o ESF está investindo, mas não é o suficiente. (ACS 2)

Segundo Merhy e Franco (2006), parte-se do pressuposto de que o trabalho em saúde é sempre coletivo, pois se trabalha coletivamente, na direção de uma mesma finalidade, que é o cuidar do usuário, ou seja, a construção do cuidado em saúde. Sendo assim, partindo da análise do trabalho desempenhado pelo ACS na comunidade e no serviço de saúde, observa-se a dependência mútua do ACS dos outros profissionais de saúde do serviço prestado (OLIVEIRA e SPIRI, 2006).

Há, contudo, uma contradição evidenciada pela análise das falas, uma vez que o ACS, apesar de ser considerado fundamental na viabilização da atenção e do cuidado em saúde, por estar na posição de elo no serviço de saúde, sofre pelo não reconhecimento social e profissional den-



tro de sua própria equipe. Assim, observa-se o sentimento de “desprezo” referido por um entrevistado, evidenciando seu não reconhecimento social e profissional.

Os conflitos internos referidos na fala dos agentes dizem respeito às diferentes concepções sobre o trabalho na saúde da família e, no caso do ACS, sobre o trabalho em saúde a ser realizado diretamente nas comunidades. Trata-se da representação das diferentes concepções em disputa presentes na sociedade atual e, no que se refere à saúde, principalmente no âmbito do SUS.

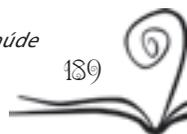
Em relação ao insuficiente reconhecimento profissional do ACS por parte da equipe de saúde da família, os entrevistados temem que esse seja um obstáculo a ser ultrapassado a longo prazo, e o associam à percepção da equipe sobre a necessidade de emprego que motiva a busca dos trabalhadores por essa atividade:

Acho que falta muito ainda. Aqui, não somos tão reconhecidos como deveria. Vai levar muitas décadas para isso. (ACS 3)

“O agente de saúde aqui dentro é um cabide de emprego! Não tem nenhuma importância!” Ele [o médico] chegou a falar isso na frente deles. (ACS 1)

Essa situação é reforçada também pela visão que alguns profissionais têm do trabalho em saúde como médico-centrado, apesar do esforço contínuo de mudança do modelo de atenção, pela incorporação de outras lógicas além da biomédica. Segundo essa perspectiva, apenas o médico e o enfermeiro são considerados trabalhadores típicos da saúde, e o ACS, cuja principal condição para o trabalho é residir onde atua, não se configura um trabalhador propriamente dito. A sua importância para a viabilização da atenção e do cuidado em saúde não teria, assim, base para ser reconhecida.

Por outra parte, é consensual entre os entrevistados que eles são valorizados nas comunidades em que atuam:



[...] você sente no tratar das pessoas, algumas pessoas, que você até fez alguma coisa, ou então mostrou para ela que ela tivesse uma visão diferente em questão de algumas coisas, você vê que o tratar é diferente. Elas te tratam diferente. (ACS 3)

Aí a irmã dele veio, fez uma carta agradecendo, falando o meu nome. [...] Pela comunidade, eu sou valorizada. Não sou valorizada pela equipe técnica, mas na comunidade eu sou valorizada. (ACS 1)

O reconhecimento é expresso pelo modo como a população assistida trata o ACS. A ACS 3 explicita que seu trabalho é reconhecido e valorizado, o que é percebido pelo carinho diferenciado das pessoas com as atividades que desempenha. Entretanto, a ACS 1 considera que prestar atendimento e cuidar da comunidade não é um favor que ela faz, e sim uma obrigação; com isso, expressa a compreensão de que a saúde e o acesso aos serviços de saúde são direitos de todos e dever do Estado, como prescrito no artigo 196 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

No que tange ao reconhecimento por parte da sociedade (para além da comunidade, significando, sobretudo, os políticos), tem-se, consensualmente entre os entrevistados, que o ACS não recebe a valorização esperada:

[...] se for uma sociedade voltada para as autoridades constituídas, eu acho que não é valorizado não. [...] Eu acho que a gente, no Brasil inteiro, a gente funciona como cabide de voto. [...] os políticos, eles prometem, liberam pra gente algumas coisas que nos satisfaçam, mas não está à altura. Então eu acho que nós não somos reconhecidos, nós somos utilizados como um [...] objeto de manipulação, porque eles prometem uma série de coisas, e a gente corresponde com os nossos votos. E a gente meio que acaba acreditando [...].

A gente precisa sobreviver, a gente precisa trabalhar, a gente precisa ter um salário, a gente precisa ser reconhecido socialmente. [...] eu acho que existe certa discriminação em relação à nossa profissão. Tanto é que nós não somos reconhecidos como agentes comunitários. O agente comunitário, ele não passa em um concurso, é processo seletivo. Se bem que é [...] parte do programa do SUS,



o agente comunitário, mas não é reconhecido profissionalmente, não é reconhecido em nível de valores. (ACS 2)

Percebem-se vários elementos relacionados à percepção dos entrevistados quanto ao seu reconhecimento social, dentre eles, os ACSs sendo vistos como forma de os políticos conseguirem voto, explorando a confiança que os agentes conquistaram na comunidade, e as promessas que lhes são feitas, mas não são cumpridas, como o aumento do salário e a continuidade de sua formação, que geram frustração e insatisfação.

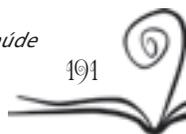
Finalizando a categoria reconhecimento, os entrevistados têm mencionado alguns aspectos importantes para o maior reconhecimento e valorização do ACS, tanto na perspectiva profissional quanto social:

Que toda equipe estivesse mais na comunidade, para poder ver o funcionamento desse trabalho [...]. Que a gente tivesse mais liberdade para estar na comunidade também [...], [que a gente] pudesse atender dentro da comunidade. Tivesse espaço. Tivesse apoio dos gestores para fazer isso, essa aproximação maior da equipe, porque independe da equipe. A médica e a enfermeira não podem atender a comunidade se não tem os recursos necessários, os materiais necessários... (ACS 3)

Apenas assim, dar mais autonomia para nós. Não botar empecilho naquilo que a gente quer fazer pelo bem da comunidade. (ACS 1)

Eu acho que, para o profissional se sentir bem, ele tem de ser valorizado financeiramente, profissionalmente, que, a partir daí, ele pode se sentir mais à vontade para poder expressar o seu desempenho profissional. Ao mesmo tempo, eu também não acho que apenas só o dinheiro vai ser o suficiente, mas já é um pontapé inicial para você pensar e, assim, ter um retorno, e existir essa reciprocidade. E eu acho que é meio utópico você falar de reconhecimento, de valor, se não existe o “faz-me rir”, o dinheiro. (ACS 2)

Nesse sentido, o reconhecimento do trabalho do ACS é relacionado pelos entrevistados com a autonomia do processo de trabalho, a necessidade de atuação da equipe dentro da comunidade, pois essa atuação



ainda se restringe ao atendimento ambulatorial e a viabilização das condições materiais para o exercício das atividades, bem como com a valorização salarial. Quanto à categoria remuneração salarial, é consensual entre os entrevistados a insatisfação quanto ao salário que recebem, como pode ser visto a seguir:

A gente não é uma parte tão importante da estratégia? Ainda não vi essa importância toda, mas tudo bem, porque o médico estudou pra isso, a gente não, como eles dizem. [...] Não é que você queira ganhar milhões, mas, assim, você tinha que ter certo reconhecimento, porque ninguém vive só de gratificações [...]. Nós estamos no aguardo até hoje. (ACS 3)

[...] a responsabilidade aumenta, o compromisso aumenta, a dedicação aumenta, mas a reposição daquilo que você perde, em relação ao salário, em relação à inflação, você não tem uma reparação. Então isso já é motivo de insatisfação. (ACS 2)

Nesse sentido, diversos autores, dentre eles Gomes et al. (2009), consideram que:

A inclusão do ACS no PSF representa um aumento significativo de trabalho e de responsabilidade, sem que isso seja acompanhado de aumento salarial correspondente. Além disso, a posição do ACS no interior da equipe de saúde da família revela-se ainda mais crítica quando se compara o seu salário com o de outros membros da equipe, de forma que o sentimento de desvalorização do seu trabalho torna-se particularmente evidente se considerarmos a hipótese de que o ACS é tido como personagem-chave do PSF. (GOMES et al., 2009, p. 753)

Tem-se aí, portanto, a já apontada contradição entre o fato de o ACS ser considerado a parte mais importante da ESF e, ao mesmo tempo, ser-lhe exigida apenas uma formação simplificada, sendo-lhe pago um salário que não condiz com a complexidade e a extensão de seu trabalho, uma vez que os ACSs “têm encontrado muitas dificuldades para cumprir com suas atribuições, tanto pelo amplo leque de exigências, quanto pelas limitadas condições socioeconômicas” (GOMES et al., 2009, p. 753).



Salário

A análise mais específica da categoria remuneração salarial revela a insatisfação quanto ao salário, que durante um período extenso esteve abaixo do mínimo. Revela também, conforme já se apontou anteriormente, a insatisfação quanto às promessas feitas por políticos de aumento salarial, em correspondência ao aumento da formação técnica:

[...] durante um bom tempo a gente andou recebendo um salário abaixo do mínimo [...]. No início, a gente ganhava até razoavelmente bem. A gente ganhava acima do salário mínimo. [...] eu sei que houve uma época em que nós, até na época em que estávamos fazendo a segunda etapa do curso, que [nós falamos]: “Gente, o salário mínimo é quinhentos e pouco e a gente ganha ainda quatrocentos e não sei quanto?” Aí eu falei assim: “Gente, a gente tá ganhando menos que um...”. Aí foi criando aquela coisa, aquela coisa, aquela confusão, aí foi que eles reajustaram para esse [salário] agora, que é de 700 e pouco, alguma coisa assim. E depois do curso disseram que ia aumentar esse salário. [...] A gente está esperando. Pode ser que algum dia isso aconteça. Brasileiro não desiste nunca, não é? (ACS 3)

Na fala da entrevistada, é perceptível a insatisfação e o sentimento de inquietação com o baixo salário, que tem motivado a atuação da categoria por melhoria salarial e definição de um piso nacional. A história dessa luta revela que no município do Rio de Janeiro o valor do salário ainda não corresponde à ampliação e à complexificação das atribuições específicas dos agentes comunitários de saúde. No caso dos ACSs entrevistados, eles recebiam, à época, um salário de R\$ 740,00. Hoje, o salário dos ACSs do município do Rio de Janeiro é de R\$ 810,00 (CARNEIRO, 2013).

Vínculo

Na categoria vínculo, algumas questões já foram apresentadas anteriormente, como a compreensão de que os ACSs, pelo fato de exercerem atividades-fim e de, por isso mesmo, serem essenciais ao funcionamento



do SUS, deveriam ter o direito de se inserir como servidores públicos, por meio de concurso público, conforme apontado por Morosini, Corbo e Guimarães (2007). Entretanto, apesar das estratégias que o Ministério Público do Trabalho (MPT) encontrou para pressionar em relação à situação de ilegalidade à que os ACSs estavam submetidos, a resposta que se tinha para a não vinculação do ACS como servidor público estava baseada no caráter universal conferido pela Constituição ao concurso público, o que impedia a exigência de que o candidato deveria necessariamente residir no seu lugar de atuação. Segundo as autoras:

[...] a interpretação mais recorrente era que contratar os ACSs por concurso público significaria ter de abrir mão da exigência de que eles morassem na comunidade em que atuam, característica até então considerada fundamental para o sucesso do PSF, por facilitar o vínculo desses trabalhadores com a comunidade. (MOROSINI, CORBO e GUIMARÃES, 2007, p. 274)

A alternativa encontrada vem com a emenda constitucional nº 51, de 2006 (BRASIL, 2006a), que acrescenta três parágrafos ao artigo 198 da Constituição brasileira, num dos quais prevê o processo seletivo público como meio de os gestores locais do SUS admitirem os ACSs (e os agentes de endemias).⁸ Já a emenda constitucional nº 63, de 2010 (BRASIL, 2010), altera o § 5º do artigo 198 da Constituição, acrescido anteriormente pela emenda constitucional nº 51, que passa a indicar que lei federal disporá não somente sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades, mas também sobre o piso salarial e as diretrizes para os planos de carreira dos ACSs e dos agentes de endemias. Esse artigo modificado prevê ainda que a União deverá garantir aporte de recursos aos estados, distrito federal e municípios para cumprirem o piso salarial dessas categorias.

Nas falas dos entrevistados, confirma-se que os ACSs de Manguinhos estão vinculados à Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnoló-

⁸ A emenda constitucional nº 51, entretanto, não discorre sobre o tipo de vínculo que esses profissionais devem ter com o município (BRASIL, 2006a).



gico em Saúde (Fiotec). É preciso ressaltar a mudança que a Fiotec teve de sofrer para se enquadrar nas formas de contratação e financiamento estabelecidas pelo município do Rio de Janeiro para as equipes de saúde da família, bem como para outros serviços de saúde. Para cumprir tais exigências, a fundação teve de acrescentar à sua identidade como fundação de apoio a condição jurídica de organização social (OS).

Nas entrevistas, ao se perguntar sobre os benefícios trabalhistas que os ACSs recebem, foi possível perceber um estranhamento quanto à palavra benefício na fala e na expressão de alguns dos entrevistados, por não compreenderem o que recebem como benefícios, mas sim como direitos instituídos em lei. Como pode ser encontrado na fala de uma entrevistada:

Isso é direito, não é benefício, todos são direitos: carteira assinada, férias, fundo de garantia... Benefícios, [não recebemos] nenhum. [...] Tem nada de benefício. Tudo é obrigatório por lei. Dizer assim "ah, você tem um plano de saúde, tem uma ajuda de custo", nada. Nada é benefício, todos são direitos. (ACS 3)

Outra questão que surgiu quanto à categoria vínculo empregatício foi a percepção, por parte de alguns entrevistados, do descumprimento de certos direitos que lhes são conferidos por lei, o que foi relacionado ao reconhecimento profissional e social dos ACSs, conforme se verifica abaixo:

Esse vínculo não respeita, não. [...] É, esquecem às vezes de pagar, tem muita coisa que a gente tem direito aí e às vezes a gente vê que não vem. Por exemplo, proteção do trabalho, segurança no trabalho, [porque] a gente andava na chuva... Agora não, eles deram uma capa pra gente fazer cadastramento na chuva; [a gente] andava de qualquer jeito, não tem um boné para proteger do sol, a gente não tem um protetor solar, eles não dão. (ACS 1)

Porque até mesmo o respeito de um profissional para o outro é diferente. Eu tive algumas experiências não muito agradáveis, em que eu vi que a coisa não funciona de igual para igual: se você é ACS, você é ACS; [...] e médico é o médico. Abaixo de Deus vem o médico. (ACS 3)



Há também referência ao desrespeito de um profissional para com outro que parece derivar da forte hierarquização que se estabelece nas equipes de saúde da família, baseada na formação e no prestígio profissional, o que acarreta grandes diferenças salariais, sendo o ACS o mais prejudicado com estas condições.

Em geral, os entrevistados não veem o seu vínculo empregatício com a Fiotec como precarizado, pois consideram que seus direitos trabalhistas são assegurados por lei, mostrando certa dúvida, no entanto, em relação à garantia da continuidade desses, isto é, entendendo que o vínculo pode, em determinado momento, não assegurar mais o que lhes é garantido por lei, o que pode ser visto na seguinte fala:

Não, porque até então tudo o que é direito nosso eles dão. Eles dão tudo direitinho. Pelo menos até ontem, não sei a partir de hoje... (ACS 3)

Entretanto, mesmo que os entrevistados considerem não ser o seu vínculo precarizado, eles questionam, ao longo das entrevistas, que as condições materiais de realização do seu trabalho não favorecem o exercício de suas atividades, pois equipamentos que deveriam ser garantidos pelo vínculo empregatício não lhes são assegurados. São comuns as reclamações relacionadas à falta de atendimento em saúde para os próprios ACSs e quanto às condições em que o trabalho se realiza, como a exposição à violência, enquanto os demais profissionais da equipe não se submetem a tais situações:

[...] a gente não tem um tempo para ser assistido por um profissional. [...] as condições precárias em que a gente trabalha na comunidade, a violência... E se tem polícia, a gente tem que ir para área de qualquer jeito. E se a polícia entra, está na área, a gente não pode fazer nada. A gente deita no chão, ou então entra na casa do morador [...], por que o médico não vai para a comunidade quando tem polícia, só os agentes têm de ir [...]. Eles veem a polícia e voltam... (ACS 1)



Em suma, as insatisfações trazidas pelas atividades, bem como as contradições existentes na realização do trabalho desempenhado pelos ACSs podem se integrar a uma perspectiva ampla de compreensão dos enfrentamentos, conflitos e disputas que se fazem presentes na reorientação do modelo de atenção em saúde e no âmbito da reorganização do SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo empreendido reforça a avaliação de que a precarização do trabalho do ACS transcende em muito a dimensão dos vínculos, e pode ser mais bem compreendida se associada à discussão da configuração do trabalho e da formação do ACS, que, por sua vez, desdobram-se em questões quanto ao reconhecimento social desse trabalhador, expresso, entre outros aspectos, pelo salário que lhe é atribuído.

No que diz respeito ao reconhecimento, percebe-se que o ACS identifica problemas em relação à equipe e aos gestores do SUS, mas não em relação à comunidade, apesar de se existir uma estreita relação entre o bom funcionamento da equipe e a possibilidade de o ACS realizar um trabalho que venha a ser valorizado pela população. O baixo reconhecimento está diretamente associado à desvalorização salarial. Apesar das conquistas da categoria, como é o caso da instituição do piso salarial nacional, o salário ainda se mostra insuficiente, considerando-se a complexidade do trabalho e as necessidades dos trabalhadores.

A luta dos ACSs inclui também a questão da sua formação. Assim, um objeto de mobilização constante dos ACSs é uma qualificação profissional que contemple todos os aspectos necessários para a sua atuação na Estratégia Saúde da Família. Especificamente quanto à formação técnica desses trabalhadores, o que se percebe na fala dos sujeitos entrevistados é que ela foi uma importante contribuição no que diz respeito ao planejamento e à organização do seu processo de trabalho. É possível também perceber que o processo de formação técnica dos ACSs promovido pela EPSJV/Fiocruz contribuiu para a construção de um sujeito crítico, que pode fortalecer a luta por melhores con-



dições de trabalho da categoria. Entretanto, há de se ressaltar que, na maior parte do país, a formação dos ACSs ainda se configura como simplificada e aligeirada, estando restrita à primeira etapa formativa (MOROSINI, 2010).

Quanto ao vínculo trabalhista, não se percebe insatisfação entre os ACSs entrevistados, que não se reconhecem como precarizados, uma vez que seus direitos legais estão sendo cumpridos. Entretanto, em alguns momentos, percebe-se uma insegurança quanto à continuidade da garantia desses direitos, assim como a compreensão de que o ACS não possui as mesmas condições e garantias características do vínculo de servidor público. Por isso, nota-se a necessidade de se colocar em questão os vínculos que caracterizam a gestão do trabalho dos ACSs que geram forte contradição, ou seja, o fato de o ACS ser um trabalhador integrante de uma estratégia do SUS, mas de esses trabalhadores não terem, em sua maioria, vínculo direto com o Estado.

A questão que se coloca em seguida é como uma política de Estado que se apresenta como algo perene, que busca a transformação do modelo de atenção, como é o caso da Estratégia Saúde da Família, pode ser construída em bases precárias de gestão do trabalho? Com isso, retorna-se ao ponto de partida, isto é, à contradição percebida, e agora verificada, entre, de um lado, o discurso instituído no campo das políticas de saúde que apresenta o ACS como elemento-chave e fundamental na viabilização da transformação do modelo de atenção e na ampliação de cobertura em saúde e, de outro, os dados obtidos quanto à situação de formação, salário, vínculo e reconhecimento social desse trabalhador.

O horizonte que se desenha é ainda um longo caminho de luta e construção de propostas e projetos que representem o interesse desses trabalhadores e portem um projeto coletivo de transformação das possibilidades, hoje limitadas, de atendimento dos direitos da população brasileira à saúde pública de qualidade para todos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Emenda constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006. Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 fev. 2006a.

_____. Emenda constitucional nº 63, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o § 5º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre piso salarial profissional nacional e diretrizes para os Planos de Carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 1, 5 fev. 2010.

_____. Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002. Cria a profissão de agente comunitário de saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 1, 11 jul. 2002.

_____. Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da emenda constitucional nº 51, de 14 fev. 2006, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 out. 2006b.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. _____.; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referencial curricular para curso técnico de agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CARNEIRO, Carla Cabral Gomes. *A inserção do agente comunitário de saúde no município do Rio de Janeiro*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Área da Saúde) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

CORREIA, Emília Maria de Andrade. *Agente comunitário de saúde: a construção de um poder capturado*. 2008. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.



FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França (org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. p. 399-404.

GOMES, Karine de O. et al. A práxis do agente comunitário de saúde no contexto do Programa Saúde da Família: reflexões estratégicas. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 744-755, 2009.

MERHY, Emerson Elias; FRANCO, Túlio Batista. Trabalho em saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França (org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2006. p. 427-432.

MOROSINI, Márcia Valéria G. C. *Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos agentes comunitários de saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010.

_____; CORBO, Anamaria D'Andrea; GUIMARÃES, Cátia. O agente comunitário de saúde no âmbito das políticas voltadas para a atenção básica: concepções do trabalho e da formação profissional. In: FONSECA, Angélica Ferreira; STAUFFER, Anakeila de Barros. *O processo histórico do trabalho em saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007. p. 189-211. (*Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde*, 5).

_____; FONSECA, Angélica F.; PEREIRA, Isabel B. Educação e saúde na prática do agente comunitário. In: MARTINS, Carla M.; STAUFFER, Anakeila de B. *Educação e saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007. p. 13-34. (*Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde*, 6).

OLIVEIRA, Elaine Machado de; SPIRI, Wilza Carla. Programa Saúde da Família: a experiência da equipe multiprofissional. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 727-733, 2006.

PEDUZZI, Marina. Trabalho em equipe. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França (org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2006. p. 419-426.



PIRES, Denise Elvira. Precarização do Trabalho em Saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França (org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2006. p. 317-320.

RAMOS, Marise Nogueira. Conceitos básicos sobre trabalho. In: FONSECA, Angélica Ferreira; STAUFFER, Anakeila de Barros. *O processo histórico do trabalho em saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007. p. 27-56. (Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde, 5).

SILVA, Joana Azevedo; DALMASO, Ana S. *Agente comunitário de saúde: o ser, o saber, o fazer*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.



O NEOLIBERALISMO E A CRISE NO MUNDO DO TRABALHO A PARTIR DOS ANOS 1990

Fabio Mathias da Silva Junior*

O desemprego, certamente, foi uma das marcas da economia brasileira a partir década de 1990. O projeto neoliberal adotado pelos governos da época tem grande responsabilidade nesse fenômeno, que ganhou contornos mundiais. Países de todos os continentes sofreram as consequências perversas do projeto neoliberal. Além do desemprego, o enfraquecimento do poder dos sindicatos e a reestruturação produtiva também deixaram sequelas, sobretudo na indústria brasileira. A seguir, busco traçar um painel explicativo desse cenário, relacionando as reformas neoliberais ao crescimento do desemprego e enfraquecimento dos sindicatos no Brasil. Nesse sentido, baseei-me no exame das obras de relevantes pesquisadores e estudiosos sobre o tema.

O NEOLIBERALISMO

O século XX ficou marcado por mudanças político-econômicas que tiveram consequências em todo o mundo. E foi no período entre as décadas de 1970 e 1980 que aconteceu uma mudança brusca no contexto socioeconômico do mundo, com a implantação, primeiramente no Chile, depois nos Estados Unidos e na Inglaterra, do neoliberalismo. Essa teoria econômico-

* Ex-aluno do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio com habilitação em Vigilância em Saúde (2009-2011). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação do professor-pesquisador José Victor Regadas Luiz (doutorando em Ciência Política), do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform). Contato: jrfla2009@hotmail.com.



política tem por características principais a mínima intervenção do Estado na economia, de forma a abrir espaço para os investimentos privados, levando, por exemplo, à privatização de empresas estatais, amplamente explorada nesse período. Além dessa característica, o neoliberalismo propõe que o Estado seja forte o bastante para quebrar o poder dos sindicatos e dos movimentos operários; garantir a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais; e deixar que o próprio mercado se regule, implantando, assim, uma desregulação do mercado. Em outras palavras, o Estado não deve mais ter o controle do fluxo financeiro (HARVEY, 2005).

É importante ressaltar o contexto histórico em que essa teoria surgiu. O neoliberalismo tem como mentores um grupo de economistas e cientistas políticos, entre os quais se destacam o austríaco Friedrich Hayek e o norte-americano Milton Friedman. Esse grupo de economistas, que se reuniu na cidade de Mont Pélerin na Suíça, em 1947, numa conferência organizada por Hayek, opunha-se ao Estado de bem-estar social (*welfare state*), alegando que esse tipo de Estado limitava a liberdade do cidadão, impedindo a sua prosperidade (ANDERSON, 2003). A teoria neoliberal permaneceu marginal até a “crise fiscal do Estado” nos anos 1970, quando o Estado de bem-estar social entrou num processo de dívida pública. Esse fato, aliado ao processo de estagflação, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação, abriu espaço para a difusão da teoria neoliberal no mundo capitalista (BRUNHOFF, 1991).

O Chile foi o primeiro país a servir de experimento para o neoliberalismo, que foi implantado em 1973, logo após o golpe de Augusto Pinochet contra o governo de Salvador Allende, golpe apoiado pela elite empresarial chilena, que se via ameaçada pela tendência socialista de Allende. O golpe também foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela Agência Central de Inteligência americana (CIA, do inglês Central Intelligence Agency) e pelo secretário de Estado Henry Kissinger (HARVEY, 2005). No ano de 1975, Pinochet levou um grupo de economistas, conhecidos como The Chicago Boys – nome que receberam por sua adesão às teorias neoliberais de Milton Friedman, professor da Universidade de Chicago –, para o governo, com o objetivo de reestruturar a economia chilena.



Feito isso, a primeira ação de Pinochet foi trabalhar em parceria com o Fundo Monetário Internacional (FMI), negociando empréstimos, de acordo com as imposições feitas pelo próprio FMI (FIORI, 1996; HARVEY, 2005). Com o mercado de trabalho desregulado e os ativos públicos privatizados, o Chile rapidamente recuperou seu crescimento econômico, mas por pouco tempo, visto que, em 1982, os países latino-americanos entraram em grande crise, decorrente da elevada dívida externa. Esse fato resultou na aplicação mais pragmática de políticas neoliberais nos anos seguintes, quando o próprio Pinochet se viu obrigado a recuar e a adotar medidas de caráter keynesiano¹ (HARVEY, 2005).

Na América Latina, essa crise, que levou à chamada “década perdida” dos anos 1980, tem relação direta com o abandono das regulamentações financeiras pelos Estados Unidos no final dos anos 1970. Em 1979, Paul Volcker tornou-se presidente do Banco Central dos Estados Unidos, o Fed, e rapidamente mudou a política monetária do país, a fim de lutar contra a inflação, mesmo que isso significasse um aumento na taxa de desemprego. Nesse mesmo ano, Margaret Thatcher foi eleita primeira-ministra da Grã-Bretanha, com o propósito de pôr fim à estagnação inflacionária que envolvera o país na década precedente, adotando, nesse sentido, restrições ao poder dos sindicatos (HARVEY, 2005). No ano seguinte, em 1980, Ronald Reagan – que apoiava as decisões de Volcker de “políticas destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente, como no cenário mundial” (HARVEY, 2005, p. 4) – foi eleito presidente dos Estados Unidos. Assim se deu o processo histórico-político da ascensão de uma nova doutrina político-econômico, o neoliberalismo, termo que foi primeiramente usado por Volcker e Thatcher, que logo transformaram essa doutrina na principal diretriz do pensamento e da administração econômicos (HARVEY, 2005).

Diferentemente do ocorrido na Europa e nos Estados Unidos, que viveram, entre 1950 e 1973, a era de ouro do capitalismo, em cujo período

¹ Intervenção estatal na economia, complementando o mercado para garantir a eficiência geral na economia; políticas sociais com o objetivo de se garantir um mínimo padrão de vida (seguro-desemprego, assistência médica gratuita, salário mínimo). São baseadas no modelo econômico do economista inglês John Maynard Keynes.

houve aumento da produtividade, dos salários e da produção, a América Latina passou por uma fase chamada de era do desenvolvimentismo, em que houve um aumento da industrialização como base da economia. No Brasil, esse período ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro” (FIORI, 1996).

Porém, a era do desenvolvimentismo foi abalada por fatores internacionais no final da década de 1970 e início da década de 1980, entre os quais estão o aumento do preço do petróleo, os aumentos das taxas de juros norte-americanas e a queda dos preços das *commodities* no mercado internacional. Todos esses fatores, aliados à recessão econômica mundial, elevaram a dívida externa dos países latino-americanos a níveis estratosféricos (FIORI, 1996).

Com isso, as políticas econômicas latino-americanas a partir de 1982 ficaram voltadas exclusivamente para a renegociação da dívida externa. No caso do Brasil, o modelo econômico era altamente dependente do financiamento do capital externo, e isso fez que o sistema financeiro internacional só fizesse empréstimos em condições específicas, por causa da elevada dívida externa acumulada (PETRAS, 1999; FIORI, 1996).

Para que as medidas político-econômicas neoliberais fossem implantadas na América Latina, com o objetivo de “salvar” a economia desses países, reuniram-se em Washington, em 1989, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal e funcionários do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro, *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* (“Ajuste latino-americano: quanto já foi feito”), visava avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina (CHOSSUDOVSKY, 1998). Essa reunião ficou conhecida pelo nome de Consenso de Washington, termo cunhado pelo economista inglês John Williamson, na época diretor do instituto promotor do encontro. Após o final do encontro, foram decretadas regras mundiais a serem implantadas pelas medidas neoliberais. São elas:



Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura; reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento **direto estrangeiro**; privatização, com a venda de empresas estatais; desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas. (NEGRÃO, 1998, p. 41)

O neoliberalismo teve seu início no Brasil em 1990, por meio do Plano Collor, que conjugou política monetária intervencionista, privatização ao estilo FMI, liberalização do comércio e taxa de câmbio flutuante. Havia uma dívida no orçamento do governo de 31 bilhões de dólares a ser eliminada, e 360 mil funcionários públicos federais a serem demitidos, que só não perderam o seu emprego porque o Congresso não aprovou uma emenda constitucional. Numa tentativa monetarista ingênua de controlar a inflação, a então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, congelou as contas da poupança. Essas medidas foram catastróficas: o desemprego alcançou índices recordes e as pequenas empresas tiveram de fechar suas portas por causa do congelamento dos depósitos bancários, acarretando 200 mil demissões só em 1990 (CHOSSUDOVSKY, 1998).

Podemos considerar o Plano Real, implantado em 1994, durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), como o auge das reformas neoliberais no Brasil. O programa de privatização dos serviços públicos, como os de telecomunicações e energia elétrica, ocorreu em ritmo acelerado, sendo vendidos a preços de barganha ao capital estrangeiro (CHOSSUDOVSKY, 1998). Uma das consequências do Plano Real foi a consolidação da informalização no mercado de trabalho brasileiro. Até 1995, quanto maior o número de traba-



lhadores no mercado formal de trabalho, menor o número deles no mercado informal. Contudo, a lógica mudou. Por volta de 1997, essa tendência se inverteu, fazendo que a criação de novos empregos com carteira assinada não alterasse o ritmo de crescimento acelerado da informalidade no mercado de trabalho brasileiro (POCHMANN, 2001).

Além do aumento do mercado de trabalho informal no Brasil, o Plano Real contribuiu para o aumento da flexibilização das relações de trabalho. A terceirização e a subcontratação são exemplos da flexibilização das relações de trabalho, contribuindo para uma relação de complementaridade entre grandes empresas e pequenas empresas, de forma que as pequenas empresas fornecem para as grandes empresas vários tipos de produtos, incluindo força de trabalho.

Segundo um levantamento feito pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), dos 6,9 milhões de postos de trabalhos abertos pelo setor privado no período 1995-2005, 2,3 milhões foram ocupados por trabalhadores terceirizados. Em 1995, havia 1,8 milhão de terceirizados formais; em dez anos, esse número cresceu 127%, atingindo a marca de 4,1 milhões de terceirizados formais (ROLLI e FERNANDES, 2006).

Essa mudança nas relações de trabalho tornou a classe trabalhadora brasileira mais vulnerável às regras do mercado, sobretudo no que diz respeito à retirada dos direitos sociais e trabalhistas (PETRAS, 1999), diminuindo o potencial de negociação do trabalhador com as empresas, sobretudo pelo enfraquecimento dos sindicatos, principalmente os filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que certa vez teve de negociar a redução de salário dos trabalhadores de uma empresa em troca da garantia de manutenção por um ano no emprego (CARDOSO, 2003).

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A partir da década de 1970, houve uma modificação substancial na divisão internacional do trabalho, da qual podemos destacar dois vetores



do centro capitalista mundial que influenciaram nesse processo. Segundo Pochmann, o primeiro vetor “está associado ao processo de reestruturação empresarial, acompanhado da maturação de uma nova revolução tecnológica”; e o segundo vetor “está relacionado à expansão dos investimentos diretos no exterior” (2001, p. 27).

Com o fortalecimento da concorrência intercapitalista, houve e tem havido uma maior concentração e centralização dos capitais, tanto no setor bancário quanto no financeiro, levando às grandes corporações transnacionais a um papel mais importante nesse processo. Na verdade, a maior parte da produção mundial fica concentrada em tais corporações, como exemplifica Pochmann:

Na realidade, conformam-se oligopólios mundiais, responsáveis pela dominação nos principais mercados, como é o caso no setor de computadores com apenas dez empresas controlando 70% da produção mundial, ou de dez empresas que respondem por 82% da produção de automóveis. (2001, p. 27)

Dessa forma, as corporações transnacionais assumem papel maior nos sistemas produtivos nacionais e ganham maior dimensão no comércio internacional. Nas últimas décadas, o comércio entre matrizes e filiais das grandes corporações tem superado o comércio entre nações, dado que, “com a crescente internacionalização do capital, um mesmo grupo econômico atua em diversas nações simultaneamente”, o que indica “que o comércio internacional tende a ser mais entre empresas do que entre nações” (POCHMANN, 2001, p. 28).

Com a expansão de empresas multinacionais durante a década de 1970, devido ao aumento do preço do petróleo e das matérias-primas, houve uma ampliação dos investimentos na construção de filiais nas economias periféricas, que proporcionou um reforço no processo de industrialização desses países. Além disso, para Pochmann, esse processo:

[...] constituiu uma nova alternativa de multicolonialismo renovado, como forma de construção de vantagem competitiva por parte das grandes empresas. Assim, as chamadas empresas



multinacionais transformaram-se em corporações transnacionais ainda maiores e mais poderosas, com capacidade de considerar o mundo inteiro como espaço relevante para suas decisões de investimento e produção, provocando, por consequência, a reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais, sobrepondo-se, inclusive, a jurisdições nacionais. (2001, p. 29)

Por causa do crescimento das grandes corporações transnacionais em todo o mundo, houve uma reformulação dos processos de acumulação de capitais a partir da década de 1980, de forma que as corporações buscaram explorar as oportunidades mais lucrativas de investimento, apoiando-se em governos que lhes concedem facilidades, como rebaixamento de custos e de financiamentos domésticos subsidiados (POCHMANN, 2001). Pochmann ressalta que, durante a década de 1990,

[...] a estratégia marcante das corporações transnacionais foi a de procurar permanecer o mais livre possível dos investimentos de longa duração, com o intuito de explorar rapidamente as oportunidades lucrativas de investimento, abrindo e fechando quantas plantas produtivas fossem necessárias. (2001, p. 30)

Como forma de atrair as grandes corporações transnacionais, os países periféricos acabam oferecendo condições mais satisfatórias para a instalação das mesmas em seus países. Geralmente, são condições impostas por agências como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e que provocam, nesses países, o rebaixamento do custo do trabalho – criação de contratos especiais de trabalho, ampliação da jornada de trabalho, entre outros –, a desregulamentação do mercado de trabalho e a piora na distribuição de renda (POCHMANN, 2001). Com isso, os países periféricos tiveram a sua composição de emprego alterada. Vale ressaltar que em alguns países latino-americanos essas condições foram impostas após o Consenso de Washington.

O deslocamento das indústrias pertencentes às corporações transnacionais tem favorecido a produção de bens que são quase *commodities*,



com alta escala de produção, preço unitário reduzido, simplificação tecnológica e rotinização das tarefas dos trabalhadores (POCHMANN, 2001).

A mão de obra presente no processo de produção tem menor custo de trabalho e possui condições de trabalho mais flexíveis e precárias, impostas pelo seu empregador (POCHMANN, 2001). Com isso, as empresas ampliam os seus lucros, aumentam a sua capacidade de produção e diminuem os custos dela.

Como consequência da nova divisão internacional do trabalho nos países periféricos, temos que, em 1997, de dez ocupações sem qualificação, oito eram de países de baixa renda. Em contrapartida, de cada dez ocupações com qualificação no mundo, somente três pertenciam a países de baixa renda. Além disso, a nova divisão do trabalho no mundo gerou também uma elevação no grau de desigualdade entre os países: assim, na década de 1990, a diferença entre a renda dos 10% mais ricos em relação aos 20% mais pobres foi de quase seis vezes (5,8 vezes, de acordo com o Bird) (POCHMANN, 2001).

Como já foi dito anteriormente, o Brasil viveu a sua “era de ouro” entre os anos 1950 e 1980, anos em que o país teve um impulso para a industrialização, com taxa média anual de expansão de quase 7% (FIORI, 1996). E foi através dessa ascensão econômica brasileira, por meio da combinação de um projeto de industrialização com forte expansão estatal e da ampla internacionalização do mercado interno, que o país participou significativamente da economia mundial, sendo responsável por 3,5% dela em 1980. Se o Brasil continuasse nesse ritmo de crescimento, sua produção representaria, em 1999, 5,1% da economia mundial (POCHMANN, 2001).

Esse ritmo, no entanto, não se manteve, pois, a partir da década de 1980, a economia brasileira começou a declinar, com expansão anual média de 2,1%, “abaixo do comportamento da economia mundial, das nações periféricas e do centro do capitalismo mundial” (POCHMANN, 2001, p. 36). Desde a década de 1990, o Brasil conta com um novo modelo econômico, voltado para uma maior integração internacional, o que levou o país a representar 2,8% da economia mundial, em 1999, regredindo às décadas anteriores.

Em relação à renda *per capita*, o Brasil apresentou forte elevação durante o seu período de industrialização, sendo ela equivalente a 36,1% da renda *per capita* do centro capitalista em 1980. Se o país mantivesse a média de crescimento, essa renda seria equivalente a 42% dos países ricos em 2000. Porém, com a crise pós-1980, o crescimento da renda *per capita* do Brasil estagnou, o que fez a renda média do brasileiro ser, em 2000, 27% da renda média dos países ricos (POCHMANN, 2001).

Sobre a questão do emprego, até 1980, o Brasil representava 4,1% do volume mundial de postos de trabalho na indústria. Contudo, a partir de 1980, essa taxa veio retroagindo e, em 1999, o Brasil possuía 3,1% da quantidade de empregos industriais no mundo, o que representa, para Pochmann, “uma situação próxima à de 1940, logo no início do processo de industrialização nacional” (2001, p. 39).

Sobre a geração de postos de trabalho qualificado, o Brasil apresentou, entre 1990 e 1998, uma redução de 12% nesse tipo de emprego, enquanto os postos de trabalho não qualificado apresentaram um crescimento de 14,2% no mesmo período, o que aponta para a forte precarização das condições de vida. Com relação ao setor de pesquisa e tecnologia, o Brasil apresentou uma leve elevação de 0,66% nos postos de trabalho na área, entre 1980 e 1996, ficando esse crescimento bem abaixo de países como Cingapura (6,8%), Hong Kong (7,2%), Coreia (8,3%) e Venezuela (1,4%) (POCHMANN, 2001).

Pochmann resume a participação do Brasil na nova divisão internacional do trabalho da seguinte forma:

Diante da difusão de uma nova divisão internacional do trabalho nas duas últimas décadas, o Brasil experimenta uma situação de retrocesso. A economia nacional perdeu sua tradicional dinâmica de alto crescimento econômico sustentado na ampla geração de vagas, restando atualmente a medíocre variação da renda nacional, com a insuficiente criação de postos de trabalho – na maioria das vezes, de baixa qualificação – para todos que desejam trabalhar. Os empregos qualificados foram reduzidos, em parte, pela ampliação das importações, pela ausência de novos investimentos



e pela reformulação do setor público, além de pelas baixas taxas de expansão do produto.

Esse cenário de aprofundamento da globalização dificulta ainda mais a situação dos empregos para os brasileiros. Diante da nova divisão internacional do trabalho, o Brasil precisa rever urgentemente sua estratégia de integração passiva e subordinada à economia mundial, sob pena de continuar regredindo ainda mais nas posições anteriormente conquistadas pelo trabalho. (2001, p. 40)

Ou seja, o projeto neoliberal, visto por grandes economistas, empresários e políticos como o “salvador” de toda a crise pela qual países como o Brasil estavam passando, não os ajudou a superá-la. Na verdade, o neoliberalismo aumentou a concentração de renda, enriquecendo grandes corporações transnacionais, à custa da desregulamentação do mercado de trabalho, gerando desemprego e precarização nas relações trabalhistas. Tudo isso contribuiu para que os sindicatos enfraquecessem, de tal forma que os trabalhadores ficaram submetidos às condições impostas por essas empresas, uma vez que não podiam negociar com elas da mesma forma que negociavam quando os sindicatos estavam fortes. Apesar de a Constituição brasileira de 1988 ter um caráter socialdemocrata que apoiava a formação de sindicatos, eles foram perdendo força por causa das reformas neoliberais feitas no Brasil, que geraram desemprego e ajudaram a aumentar o exército industrial de reserva. E, com o aumento do exército industrial de reserva, diminui a capacidade de negociação dos sindicatos, pois um trabalhador pode ser demitido, porque há outro que aceita as condições dos empresários para ocupar a mesma vaga.

NEOLIBERALISMO, DESEMPREGO E CRISE DOS SINDICATOS

Na década de 1990, o desemprego se tornou uma das principais características da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira. Com

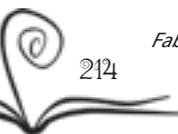


a implantação das reformas neoliberais feitas por Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, como a privatização de indústrias e a desregulamentação do mercado de trabalho, as empresas tiveram maior liberdade de atuação, e o desemprego nessa década atingiu taxas altíssimas, superiores às da década de 1980. Vale lembrar também que a revolução tecnológica nas indústrias, aliada às novas formas de organização do trabalho, leva à demissão de um grande número de trabalhadores sem que haja possibilidade de reintegração na mesma função, além de diminuir a criação de mais postos de trabalho.

Há, então, um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora: por um lado, cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. [...] No outro lado do pêndulo, cada vez *mais* homens e mulheres trabalhadores encontram *menos trabalho*, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência da precarização do trabalho em escala global [...]. (ANTUNES, 2010, p. 103)

Dessa forma, temos que, entre 1989 e 1998, “a população ocupada cresceu 14,6%, enquanto a PEA total aumentou 22,6%, o que influenciou diretamente o aumento do desemprego no conjunto do país, estimado em 280,3%” (POCHMANN, 2001, p. 103). Em outras palavras, podemos dizer que a epidemia de desemprego na década de 1990 ocorreu por conta da menor evolução dos postos de trabalho diante da expansão da PEA.

Apenas 62,5% das pessoas que se inseriram no mercado de trabalho, na década de 1990, conseguiram um emprego ou posto de trabalho. Em números absolutos, temos que, dos 13,6 milhões de pessoas que se inseriram no mercado de trabalho no período já citado, somente 8,5 milhões obtiveram acesso a uma vaga de emprego, o que gerou 5,1 milhões de desempregados no país (POCHMANN, 2001).



Comparando com a década de 1980, temos que, nos anos 1990, 96,1% das pessoas que ingressaram no mercado de trabalho conseguiram um emprego. Durante a década de 1990, Pochmann ainda ressalta que:

Na média, a cada ano, 1,5 milhão de pessoas foram adicionalmente incorporadas ao mercado de trabalho, mas apenas 943 mil pessoas tiveram acesso à ocupação. Ainda em termos anuais, nota-se que a década de 1990 contribui para o registro adicional de 567 mil desempregados (média anual). (2001, p. 103)

Essa taxa de desemprego foi mais expressiva em pessoas que possuíam escolaridade entre 4 e 7 anos do que em pessoas que tinham menos de 1 ano de escolaridade. Pochmann esclarece:

Essa situação possivelmente esteja revelando a natureza das ocupações que têm sido criadas mais recentemente no país, muito mais vinculadas às formas de produção e reprodução de estratégias de sobrevivência do que a postos de trabalho de qualidade associados ao novo paradigma tecnológico. Por serem mais associadas ao baixo rendimento e a formas precárias de trabalho, tendem a ser justamente os trabalhadores com menor escolaridade os principais exploradores dessas oportunidades ocupacionais ou, de maneira mais precisa, categorias disfarçadas de desemprego. (2001, p. 105)

Ainda sobre a questão da escolaridade, verifica-se que trabalhadores com 8 anos ou mais de escolaridade, em 1998, possuíam taxa de desemprego 2,2 vezes maior do que a de trabalhadores com baixa escolaridade. Assim, o desemprego da década de 1990 caracterizava-se mais por estar vinculado à maior escolaridade e à capacitação técnica do que à empregabilidade da mão de obra com baixa qualificação. Segundo Pochmann (2001, p. 106): “Para as pessoas com menos de um ano de escolaridade, a taxa de desemprego foi, em 1998, 49% inferior à taxa nacional, enquanto para aqueles com mais escolaridade foi 13,8% superior” (2001, p. 106). Talvez isso se deva ao fato de que



um grande número de pessoas com baixa escolaridade recorre ao mercado informal de trabalho como forma de sobrevivência.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), no período de 1989 e 1998, a variação do desemprego para os trabalhadores que possuíam escolaridade de 8 anos ou mais foi de 620%, e para os que possuíam de 4 a 7 anos de escolaridade foi de 268,7%, enquanto para os trabalhadores de 1 a 3 anos de escolaridade essa variação alcançou 39,7%. A variação do desemprego total do período supracitado foi de 166,7%.

Não é possível atribuir o quadro de desemprego vivido pelos trabalhadores brasileiros na década de 1990 a uma única causa ou motivo. Na verdade, existem dois pontos que ajudam a explicar essa expansão do desemprego: “as baixas taxas de expansão da economia brasileira nas duas últimas décadas e a condução do novo modelo econômico desde 1990” (POCHMANN, 2001, p. 111).

Dessa forma, desde que o Brasil interrompeu o seu projeto de industrialização dos anos de 1930 a 1970, o Brasil perdeu seu dinamismo, do ponto de vista econômico. Pochmann afirma serem três os fatores que influenciaram nessa perda de dinamismo econômico nas décadas de 1980 e 1990: “a estabilidade da renda *per capita* em torno do valor de 1980; a redução de emprego assalariado formal (desassalariamento); e a permanência de baixas taxas de investimento” (2001, p. 112).

Nos anos de 1980 e 1990, a economia do Brasil registrou grandes instabilidades, com oscilações de produção a cada momento, “que podem ser constatadas tanto nos três períodos de recessão (1981-83, 1990-92 e 1998-99) nas duas fases de recuperação da produção (1984-86 e 1993-97), em como nos anos de estagnação (1987-89)” (POCHMANN, 2001, p. 114). Com isso, tem-se que, em 1998, segundo o IBGE, o número de pessoas desempregadas chegou a 7 milhões, enquanto na década de 1980 esse número não passou de 2 milhões (POCHMANN, 2001).

A partir da década de 1990, as reformas econômicas de cunho neoliberal passaram a ganhar força no Brasil (ANTUNES, 2010). Esse novo



caminho tomado pela economia brasileira foi marcado pela implantação de um novo projeto econômico de inserção competitiva no mercado mundial que, segundo Pochmann, pode ser identificado nas seguintes ações governamentais, direcionadas

[...] à menor diferenciação possível entre mercados interno e externo; à modernização de grandes empresas com fortes ligações no comércio internacional; à crescente dependência econômica e financeira do exterior; e à passagem do Estado empreendedor para o estágio de regulador e focalizador das ações sociais, sendo a privatização uma oportunidade de formação de grandes grupos econômicos nacionais ou associados ao capital estrangeiro. (2001, p. 114)

Ainda para Pochmann, as principais evidências do modelo econômico atuante desde 1990 são “a nova composição da demanda agregada; a reinserção externa; a reestruturação das grandes empresas; e a reformulação do setor público” (2001, p. 114).

A nova composição da demanda agregada foi formada pela revisão do papel do Estado na economia, de forma que o Estado passou a racionalizar os gastos públicos e a privatizar empresas estatais (tendência que ganha força com o governo Fernando Henrique Cardoso); pela desregulação financeira, que gerou endividamento externo e maior dependência de investimentos financeiros de outros países; pela desregulação econômica, causada pela fusão de grandes empresas produtivas e financeiras; e, por fim, pela estabilização monetária (POCHMANN, 2001). Essas modificações feitas na economia brasileira não se mostraram suficientes para permitir um desenvolvimento socioeconômico maior durante a década de 1990, assim como também não possibilitaram uma geração maior de novos empregos.

As importações de produtos passaram a ser, a partir de 1992, uma tendência forte na economia brasileira, de tal forma que nossa produção industrial foi sendo substituída pela importação de produtos. Esse fato, aliado à estabilidade monetária pós-1994 e ao ingresso de recursos externos, fez o Produto Interno Bruto (PIB) sofrer nova recomposição, sendo



que, ao mesmo tempo em que o setor secundário da economia foi perdendo a sua participação relativa na economia, o setor terciário obteve um aumento na participação na produção nacional (POCHMANN, 2001).

Como o Brasil passou a década de 1980 fechado economicamente para o pagamento da dívida externa, na década de 1990 o Brasil iniciou uma fase de reinserção externa na economia, marcada pela desregulamentação econômica, pela abertura comercial e pela formação do bloco econômico do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Para que isso ocorresse, o Brasil iniciou um programa de inserção no mercado mundial. Porém, nesse momento, havia um cenário de câmbio, juros e abertura comercial desfavorável. Isso fez que o crescimento econômico esperado não fosse alcançado.

Com relação à reestruturação das grandes empresas, temos que ela foi marcada por novos programas de gestão de produção, de reorganização do trabalho e de inovação tecnológica (ANTUNES, 2010). E como havia uma tendência à substituição da produção doméstica pelas importações, ocorreu a substituição de produtos intermediários e de bens de capital produzidos no Brasil por bens e componentes importados. Com isso, há um comprometimento da produção nacional, de forma que o aumento da produção interna ajudou a elevar o nível de importações e não o de empregos. Ainda sobre esse assunto, Pochmann afirma:

Entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, somente as empresas com menos de 10 empregados aumentaram continuamente a sua participação relativa no total de empregos formais, pois as demais empresas terminaram por adotar, de maneira mais generalizada, os processos de terceirização, redução de hierarquias funcionais, diminuição do núcleo duro de empregados, entre outros. (2001, p. 118)

Na década de 1990, era intenção governamental “enxugar” a máquina pública, mediante programas de demissão voluntária, fechamento de organismos estatais, privatizações e aprovações de reformas administrativas. Estima-se que 250 mil postos de trabalho do estado de São Paulo tenham sido extintos (POCHMANN, 2001). Assim, Pochmann conclui que:



Apesar da elevação das receitas públicas como proporção do PIB, o desajuste das finanças públicas se manteve grave, especialmente a partir de 1994, com estabilização monetária. As altas taxas de juros e o endividamento público se transformaram nos principais motivos geradores da desorganização recente das finanças públicas no Brasil. A dívida pública, por exemplo, passou de 155 bilhões de reais em 1994 para além de 500 bilhões de reais, em 1999. (2001, p. 120)

Outro fator que agravou a situação do emprego no Brasil foi o processo de flexibilização das relações trabalhistas que acompanhou as reformas neoliberais aqui implantadas. Isso fez aumentar o número de subempregos e de trabalhadores no mercado informal, e precarizou as relações de trabalho.

Desde a década de 1980, a revolução tecnológica, que abriu espaço para a rápida automação das indústrias, e a crise das finanças estatais, fez que a formação acadêmica não fosse garantia de emprego, proporcionando ainda a rápida perda de valor das qualificações do trabalhador. A partir daí, o trabalhador que objetivasse um bom emprego deveria ser “superqualificado”, aprender diversas funções ao mesmo tempo (KURZ, 1999):

Nesse processo social, uma parte crescente da intelectualidade acadêmica foi degradada. O “eterno estudante”, o estudante de matrícula trancada que tira seu sustento fazendo bicos em atividades menores, a estudante de literatura inglesa aos 30 anos desempregada, com seu inútil diploma de doutora, esses casos não são mais raridade. Em todo o mundo ocidental, o taxista graduado em filosofia tornou-se o emblema de uma carreira social negativa. Formou-se um novo círculo, bem mais abrangente do que a antiga boêmia. Historiadores diplomados trabalham em fábricas de pão de mel, professoras desempregadas tentam a vida como *babysitter*, juristas supérfluos vendem produtos culturais indianos. Muitas pessoas com passado intelectual arrastam-se vida afora, com seus 30, 40 anos de idade, em projetos intelectuais difusos, semiestudantis, e flutuam em suas atividades entre o emprego de entregador de mercadorias, o jornalismo de ocasião e experiências artísticas improdutivas. (KURZ, 1999, p. 1)



Em outras palavras, o trabalhador, no dito popular, “se vira como pode”. A flexibilização é um instrumento para reduzir os custos de produção das empresas a qualquer preço. Dessa forma, as jornadas de trabalho padronizadas são suprimidas, não no interesse dos trabalhadores, e sim conforme o volume de encomendas feitas à empresa, em turnos diferentes (KURZ, 1999). Com isso, os trabalhadores passam a ser “superexplorados” pelo grande capital, visto que necessitam do emprego para sobreviverem. Kurz conclui que:

[...] os indivíduos flexibilizados pelo capitalismo não são pessoas conscientes e universais, mas pessoas universalmente exploradas e solitárias. [...] Pessoas sem assistência e espoliadas ficam doentes e perdem a motivação. E tornam-se cada vez mais superficiais, dispersas e incompetentes. Isso porque a verdadeira qualificação exige tempo, tempo de que o mercado não dispõe mais. Quanto mais rapidamente mudam as exigências, mais irreal torna-se a qualificação, mais o aprendizado transforma-se num puro consumo de conhecimentos, num mero aterro de dados. (1999, p. 2)

Assim, os novos postos de trabalho que eram criados tendiam a se dar por meio de contratos com menos garantias para o trabalhador, como contratos temporários, ou em trabalhos informais. Com isso, temos que, mesmo em lugares onde a taxa de desemprego diminuía, os salários dos trabalhadores eram reduzidos rapidamente, aumentando a concentração de renda (MATTOS, 2003).

Nos anos de 1990, a área do Brasil mais afetada pelo desemprego estrutural foi a região Centro-Sul, mais especificamente São Paulo, a área mais industrializada do país. De acordo com Mattos, “em janeiro de 1998, a taxa de desemprego da grande São Paulo foi de 16,6% da População Economicamente Ativa (contra 13,9% em janeiro do ano anterior), segundo a Fundação Seade-Dieese” (1998, p. 4). E foi nessa região do Brasil onde aconteceram os principais entraves políticos entre sindicatos, trabalhadores e empresas.

Podemos destacar duas centrais sindicais que atuaram significativamente na década de 1990, ainda que sem a mesma força de “barganha”



que possuíam na década anterior. São elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical (FS). Vale destacar que a FS afirmava seu apoio às reformas neoliberais, enquanto a CUT possuía uma tendência mais à esquerda (CARDOSO, 2003).

Se compararmos a década de 1980 com a década de 1990, temos que os anos 1980 foram “anos de ouro” para o sindicalismo brasileiro, posto que, com taxas de emprego próximas ao pleno emprego, o poder de “barganha” dos sindicatos aumentara, e seu número de filiados também, tanto que, em 1989, a CUT chegou a ter 2 mil sindicatos filiados, representando 8 milhões de trabalhadores de diversas áreas de setores produtivos. Porém, esse quadro mudou a partir de 1990, especialmente em 1994 (CARDOSO, 2003).

A partir de 1990, com o aumento nas taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho, os sindicatos foram se enfraquecendo, principalmente no que diz respeito às condições financeiras e às taxas de filiação. Como a maioria dos sindicatos era financiada pelos próprios filiados, o aumento do desemprego e a redução dos salários levaram à diminuição das contribuições e dificultaram a filiação de trabalhadores a esses sindicatos. O estado de São Paulo foi o único estado que teve aumento na taxa de filiação sindical durante a década de 1990 (CARDOSO, 2003).

Com o aumento nas taxas de desemprego, as empresas aumentaram o seu poder de “barganha”, baseado em ameaças de demissão de funcionários, ou até mesmo de mudança de local de suas plantas produtivas. Cardoso ressalta que:

As condições favoráveis de alta inflação e baixo desemprego foram substituídas por baixa inflação com alto desemprego e informalização, introduzindo um componente de insegurança no trabalho, no emprego e na renda que reduz severamente a propensão dos trabalhadores à ação coletiva. (2003, p. 43)

Um exemplo de acordo entre um sindicato e os empresários foi quando, no final do ano 1997, o sindicato que representava os trabalhadores da indústria de autopeças de São Paulo, chamado Sindipeças,



anunciou que a manutenção do emprego de 8 mil empregados de uma fábrica estava vinculada à redução da jornada de trabalho com redução de salário. A partir daí, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Força Sindical também entraram em negociações com os empresários do setor industrial. O acordo fechado previa redução de salários e da jornada de trabalho, mas sem garantias de que não haveria funcionários demitidos, e, segundo Mattos, “demissões foram anunciadas na Cofap [Companhia Fabricadora de Peças] na mesma noite em que o acordo era fechado e um mês após o acordo, apenas três empresas haviam aderido” (2003, p. 7). Mesmo assim, o presidente da Força Sindical considerou o acordo uma vitória dos trabalhadores.

Outro caso parecido com o anterior aconteceu em 1997, na região do ABC paulista, quando a Volkswagen anunciou que demitiria 10 mil funcionários caso eles não aceitassem redução da jornada de trabalho com redução de salários. Diferentemente das medidas tomadas pela Força Sindical no caso anterior, os metalúrgicos do ABC fizeram assembleias e grandes passeatas pela região, mostrando-se contrários à proposta da Volkswagen. Os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à Central Única dos Trabalhadores, negociaram com a empresa um acordo que previa:

[...] estabilidade no emprego por 12 meses, um plano de demissões voluntárias (que acabou por atrair 4 mil empregados), redução nos adicionais pagos por trabalho noturno, taxas maiores por alimentação e transporte, e ampliação do “banco de horas”, um mecanismo pelo qual os trabalhadores trabalham menos nas épocas de queda de produção, sem redução salarial, e repõem as horas não trabalhadas no momento de aquecimento de vendas, sem adicionais de horas-extras. (MATTOS, 2003, p. 7)

A criação de um “banco de horas” mostra como o trabalhador sofria cada vez mais com o processo de flexibilização do trabalho. Com as altas taxas de desemprego no Brasil, o principal objetivo dos sindicatos naquele momento era garantir o emprego a seus filiados, mesmo que para isso eles fossem “superexplorados”, com a criação de um “banco de horas”.



Ainda assim, em dezembro de 1998, a Volkswagen anunciou a demissão de 7,5 mil funcionários da empresa; para barrar as demissões, o sindicato negociou a redução de 15% do salário dos trabalhadores e da jornada de trabalho em troca de 12 meses de estabilidade no emprego (CARDOSO, 2003).

Como último exemplo, citarei o caso da Ford, que, em 1998, anunciou a demissão, de uma só vez, de aproximadamente 47% dos trabalhadores de sua fábrica de São Bernardo do Campo. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC foi contra a proposta, mas a empresa não se estava disposta a nenhuma negociação. Com isso, organizaram-se muitos protestos durante alguns dias e, como medida final do sindicato, em janeiro de 1999 todos os trabalhadores foram à fábrica para trabalhar, inclusive os demitidos. Contudo, a Ford impediu que o trabalho tivesse início, uma prática chamada *lockout* induzido, proibida por lei no Brasil. Finalmente, em fevereiro de 1999, a empresa voltou atrás e anunciou um programa de demissões voluntárias.

Com essas “vitórias”, houve efetivo ganho em legitimidade dos sindicatos diante dos trabalhadores e, conseqüentemente, um aumento de 80% na taxa de filiados. Entretanto, os trabalhadores que garantiram seus empregos foram obrigados a aceitar condições desfavoráveis para a manutenção de seus postos de trabalho:

Em termos puramente econômicos, os empregos foram garantidos num momento de crise e crescimento do desemprego. Tudo isso, porém, deu-se às custas de salários e benefícios subsidiários, e de promessas de paz nas relações de trabalho. (CARDOSO, 2003, p. 56)

CONCLUSÃO

Desde o início de sua formulação, o projeto de reforma neoliberal sempre se mostrou contra a política do *welfare state*, afirmando que ela



limitava a liberdade do indivíduo de prosperar na sociedade, e procurou combatê-la a todo custo. A oportunidade de “experimentar” novas políticas econômicas chegou com a crise que assolou o mundo na década de 1970. Assim, o projeto neoliberal teve como seu primeiro laboratório o Chile após 1973, durante a ditadura de Pinochet. Em 1979, o neoliberalismo chegou à Inglaterra, com a eleição da “dama de ferro”, Margaret Thatcher. Logo depois chega aos Estados Unidos, com a eleição de Ronald Reagan em 1981, e daí se espalha para quase todo o resto do mundo.

No restante da América Latina, ele seria implantado com vigor só após o Consenso de Washington, chegando ao Brasil em 1990, com o Plano Collor, e teria seu auge com o Plano Real, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Na década de 1990, o processo de globalização gerado pelas reformas neoliberais foi considerado o início de um novo tempo na sociedade mundial, uma vez que as novas tecnologias e os ganhos em produtividade eram vistos como fatores determinantes para a redução das desigualdades sociais. Contudo, as marcas registradas do neoliberalismo foram a concentração de renda e o aumento das desigualdades sociais. A onda neoliberal que propunha acabar com a estagnação econômica do Estado keynesiano produziu, na verdade, um crescimento econômico e da qualidade de vida bem inferior ao que o *welfare state* proporcionara em seu período de ouro.

O projeto neoliberal marcou a década de 1990 no Brasil, com a privatização das empresas estatais em larga escala, desregulamentação do mercado de trabalho, precarização das relações de trabalho, flexibilização de contratos trabalhistas, crise nos sindicatos e, sobretudo, aumento das taxas de desemprego e de informalidade no trabalho.

Com isso, o desemprego acabou sendo uma marca do projeto neoliberal no mundo, assim como no Brasil. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999, um em cada três trabalhadores estava desempregado ou exercendo uma atividade de sobrevivência, em empregos informais ou trabalhos eventuais. O trabalhador era submetido a um jogo econômico perverso: via-se obrigado a aceitar condições de



trabalho piores, com maior carga horária de trabalho e menores salários, visto que, caso recusasse a “oferta”, acabaria demitido e substituído por um trabalhador desempregado. Isso explica o elevado lucro de algumas empresas e, ao mesmo tempo, o aumento do número de desempregados.

É de se notar também o alto índice de concentração de renda da sociedade brasileira, que se acentuou com as políticas neoliberais. Segundo Pochmann: “a cada 1 dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8” (2004, p. 62). Ou seja, os mais ricos tem uma renda 66 vezes maior do que a dos mais pobres.

Vale ressaltar uma melhora no mercado de trabalho brasileiro no início dos anos 2000, com uma maior formalização do emprego no Brasil. Porém, essa recuperação da economia brasileira não melhorou os índices da precariedade do mercado de trabalho. Na primeira metade dos anos 2000, a taxa de desemprego caiu de 12,7% para 11,5%, mas a população desempregada continuava sendo a maior parcela da PEA, tendo o seu contingente aumentado em 1,3 milhões de desempregados entre 1999 e 2006 (SANTOS, 2008).

Essa “melhora” no quadro do mercado de trabalho brasileiro não foi capaz de reverter a extrema exclusão da população desempregada do país. “Logo faz-se necessária uma avaliação mais rigorosa do desenvolvimento das diversas políticas públicas em curso [...] e avançar nos acertos com relação a uma efetiva recomposição do mercado de trabalho” (SANTOS, 2008, p. 160).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: un balance provisorio. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *La trama del neoliberalismo*. Buenos Aires: Clacso, 2003. p. 25-38.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.



CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*. São Paulo: Moderna, 1998.

FIORI, José Luis. *O consenso de Washington*. Palestra proferida no Centro Cultural Banco do Brasil, em 4 de setembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996. (Mimeo.).

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

HARVEY, David. *O neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército–Instituto Liberal, 1994.

KURZ, Robert. O homem flexível. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1999. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz11.htm>. Acesso em: 9 set. 2013.

MATTOS, Marcelo Badarós. *Os sindicatos e o desemprego no Brasil*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22. Caxambu: Anpocs, 1998. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1eHyVSsbl6fMxA-mDolqw_2rxGZawTiFS0_jlLzhxVXY/edit. Acesso em: 4 set. 2013.

NEGRÃO, João José. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

PETRAS, James. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: Edifurb, 1999.

POCHMANN, Marcio. *Atlas da exclusão social*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

ROLLI, Claudia; FERNANDES, Fátima. Empregos terceirizados crescem 127% em dez anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2006. Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2808200602.htm>. Acesso em: 9 set. 2013.

SANTOS, Geórgia Patrícia. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. *Pró-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 151-161, maio-ago. 2008.



IDENTIFICAÇÃO DOS ASPECTOS BIOQUÍMICOS DO VENENO DAS SERPENTES DO GÊNERO *MICRURUS* E SEUS EFEITOS NO CORPO HUMANO

Gabriel Gaspar Garcia*

INTRODUÇÃO

A classe Reptilia é formada por animais chamados répteis, distribuídos em quatro ordens distintas: Crocodylia (crocodilos e jacarés), Rhynchocephalia (tuataras), Chelonia (tartarugas, cágados e jabutis) e Squamata (lagartos e serpentes). Essa última ordem está separada em duas subordens: Ophidia e Lacertilia (AMABIS e MARTHO, 2004). O gênero *Micrurus* está dentro da subordem Ophidia e é, portanto, uma serpente.

Neste trabalho foram analisadas as características bioquímicas de um dos gêneros de serpentes peçonhentas do Brasil, o *Micrurus*, no corpo humano. Seus objetivos específicos foram identificar as características bioquímicas da peçonha desse gênero, localizar seus efeitos no corpo humano e descrever as especificidades taxonômicas e a epidemiologia de acidentes de cobras-coral, como representante do gênero *Micrurus*, no Brasil.

A importância da realização desse tipo de trabalho reside no fato de que, apesar dos inúmeros acidentes relatados envolvendo ataques de

* Ex-aluno do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Vigilância em Saúde (2009-2011). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação dos professores-pesquisadores Ray Luiza Soares Salgado Müller (mestre em Educação Profissional em Saúde), do Laboratório de Formação Geral em Educação Profissional em Saúde (Labform), e Danielle Ribeiro de Moraes (doutoranda em Saúde Pública), do Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde (Laborat). Contato: gabriel.gasp@yahoo.com.br.



serpentes, ainda faltam informações sobre os soros e a sua especificidade, assim como não há um levantamento detalhado que inclua a caracterização tanto do animal quanto de sua peçonha.

O gênero *Micrurus* apresenta o menor número de acidentes com serpentes peçonhentas; por isso, existem poucos estudos e trabalhos sobre os efeitos do veneno da cobra-coral. Esse fato não deve ser ignorado, mas os estudos devem ser incentivados, pois existem muitas espécies de *Micrurus* no Brasil, com ações bioquímicas que variam por espécie.

Quando uma pessoa é mordida por uma serpente peçonhenta, o tempo é crucial, dado que a ação das toxinas é rápida. O médico ou qualquer funcionário precisa identificar em pouco tempo e de forma correta a sintomatologia e causa dela – ou seja, a família ou gênero da serpente –, para que seja aplicado o soro antiofídico certo. A parte mais importante da determinação da sintomatologia é o fato de certos sintomas estarem ligados a um gênero específico de serpentes. Por exemplo, se um paciente apresenta edema e equimose, podemos supor que o acidente foi botrópico, uma vez que esse gênero de serpentes origina esses sintomas. Entretanto, se um paciente sofre de ptose palpebral¹ e insuficiência respiratória, entendemos que ele foi mordido por uma serpente do gênero *Micrurus* ou *Caudisona* (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2001).

Dessa forma, é importante o estudo sobre a *Micrurus*, pois, apesar de representar o menor número de casos de picadas, esses existem e afetam uma parcela da população – sendo que, nas regiões em que há o maior número de espécies, como a Amazônia, são maiores as dificuldades para a notificação.

Por essas razões, é necessário que os estudos sobre o mecanismo de ação da peçonha no corpo se tornem mais frequentes e didáticos, para que o tratamento adequado possa ser providenciado.

Para cumprir os objetivos propostos, foram analisados artigos, estudos ofídicos e periódicos sobre a peçonha do gênero *Micrurus*, com base em um levantamento bibliográfico. Para complementar as informações, foi realizada uma visita ao Instituto Vital Brazil, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro,

¹ Estado no qual uma das pálpebras fica caída, cobrindo parte do olho.



onde contamos com a colaboração do professor Aníbal Melgarejo, biólogo, especializado em ofídios, na sugestão de artigos relevantes para o tema.

CARACTERIZAÇÃO DAS SERPENTES E ASPECTOS ANATÔMICOS

As serpentes se encontram na subordem Ophidia. É preciso ressaltar que existe uma distinção entre os termos “serpente” e “cobra”: o primeiro é utilizado ao mencionarmos qualquer animal da subordem Ophidia; já “cobra” é um termo referente a alguns gêneros de serpentes pertencentes à família Elapidae: *Naja*, *Boulengerina*, *Wellsus* e *Spracklandus*. Esses gêneros, classificados como cobras verdadeiras, são encontrados no continente asiático e africano – ou seja, não existem espécies de cobras na América do Sul (HOSER, 2009). No Brasil, “cobra” é uma palavra utilizada coloquialmente para se referir a qualquer serpente, o que, na classificação biológica, é inadequado.

É necessário fazer também uma distinção entre “animais venenosos” e “animais peçonhentos”. Alguns animais possuem mecanismos de defesa, formados por toxinas, cujo objetivo é afastar predadores e se defender em um momento de grande risco: esses animais são chamados venenosos, e entre eles estão algumas espécies de sapos e peixes. Os animais ditos peçonhentos possuem dentes e outras formas inoculadoras de veneno, e esses aparelhos inoculadores de veneno, chamados presas, são usados para envenenar, matando ou imobilizando o outro animal, para que, então, esses animais possam se alimentar. Os animais peçonhentos são algumas espécies de serpentes e aranhas. Esses animais também inoculam o seu veneno, por meio das presas, para se defenderem de possíveis ameaças (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2001).

Desse modo, podemos identificar dois tipos de serpentes: as peçonhentas e as não peçonhentas. As serpentes peçonhentas possuem cabeça achatada, triangular e com pequenas escamas, que também recobrem o resto do corpo; olhos pequenos e com fendas; cauda que se afina bruscamente em seu corpo; presas inoculadoras de peçonha; e fosseta loreal, um órgão termorre-



ceptor situado entre o olho e a narina que possibilita às serpentes perceber a quantidade de calor em um ser vivo (fig. 1). Isso é importante, pois a maioria das serpentes peçonhentas possui hábitos noturnos e não tem boa visão. As serpentes não peçonhentas têm cabeças arredondadas, com placas e não escamas; olhos redondos, assim como as pupilas; hábitos diurnos; sua cauda se afina esporadicamente ao longo do corpo da serpente; e não possuem fosseta loreal (quadro 1).

Quadro 1. Características das serpentes peçonhentas e não peçonhentas.

Peçonhentas	Não Peçonhentas
 <p>Cabeça chata, triangular, bem destacada.</p>	 <p>Cabeça estreita, alongada, mal destacada.</p>
 <p>Olhos pequenos, com pupila em fenda vertical e fosseta loreal entre os olhos e as narinas</p>	 <p>Olhos grandes, com pupila circular, fosseta lacrimal ausente.</p>
 <p>Escamas do corpo alongadas, pontudas, imbricadas, com carena mediana, dando ao tato uma impressão de aspereza.</p>	 <p>Escamas achatadas, sem carena, dando ao tato uma impressão de liso, escorregadio.</p>
 <p>Cabeça com escamas pequenas semelhantes às do corpo.</p>	 <p>Cabeça com placas em vez de escamas.</p>
 <p>Cauda curta, afinada bruscamente.</p>	 <p>Cauda longa, afinada gradualmente.</p>
 <p>Quando perseguida, toma atitude de ataque, enroscando-se.</p>	 <p>Quando perseguida, foge.</p>

Fonte: Böhm, 2010.

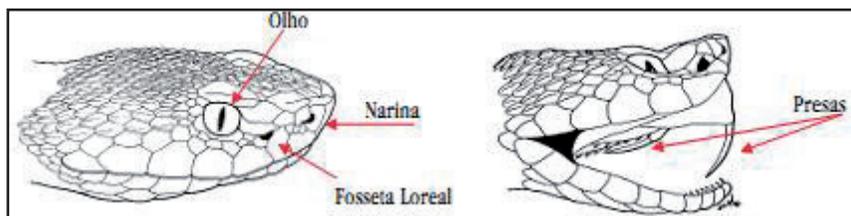


Figura 1. Características anatômicas de serpentes peçonhentas.

Fonte: Fundação Nacional de Saúde, 2001.

As serpentes peçonhentas podem ser diferenciadas pelo seu aparelho inoculador de veneno, porém essa não é a única diferença entre as famílias de serpentes peçonhentas, pois cada família possui diferentes tipos de peçonha, com características bioquímicas distintas. As espécies de viperídeos, por exemplo, possuem muitas proteases na composição de sua peçonha, enquanto as de elapídeos, entre as quais se encontram as serpentes do gênero *Micrurus*, apresentam principalmente neurotoxinas em sua peçonha (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2001).

SERPENTES PEÇONHENTAS BRASILEIRAS

No manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) (2001), foi descrito que, além de várias famílias e gêneros diferentes de serpentes não peçonhentas, existem no Brasil duas famílias de serpentes peçonhentas: Viperidae e Elapidae. A primeira apresenta o maior número de gêneros de serpentes peçonhentas do Brasil e se caracteriza pela presença da fossa loreal. Todos os viperídeos brasileiros fazem parte dessa subfamília e possuem as características clássicas de serpentes peçonhentas (quadro 1). A família Viperidae compreende sete gêneros – *Bothrops*, *Bothriopsis*, *Bothrocophias*, *Bothropoides*, *Rhinocerophis*, *Caudisona* (antigo gênero *Crotalus*) e *Lachesis* –, os quais somam aproximadamente 28 espécies (BERNARDE, 2011). Os cinco primeiros representam a maior

parte das espécies de serpentes peçonhentas do Brasil e dos acidentes, e, por isso, é importante a sua descrição (MELGAREJO, 2003). Além disso, os mesmos estão enquadrados em acidentes brotópicos, por isso esse termo é usado para esses gêneros. A diferença entre os viperídeos brasileiros pode ser identificada na cauda das serpentes (fig. 2).



Figura 2. Diferença morfológica nas caudas de diferentes gêneros de viperídeos.
Fonte: Fundação Nacional de Saúde, 2001.

As serpentes botrópicas produzem a maior parte dos acidentes no Brasil, e as mais conhecidas dentre elas são as jararacas e jararacuços. Esse grupo possui tanto espécies que se espalham por grande parte do território nacional, como a jararaca-pintada (*Bothropoides neuwiedi*), quanto espécies isoladas geograficamente, como a jararaca-ilhoa (*Bothropoides insularis*), sofrendo uma evolução independente e se adaptando ao ambiente e tornando-se exclusiva da ilha da Queimada Grande, na microrregião de Itanhaém, no litoral de São Paulo.

Existem aproximadamente vinte e quatro espécies botrópicas no Brasil. As que constituem o maior foco da saúde pública, porque geram mais acidentes com humanos e estão distribuídas em maior número pelo território nacional, são, segundo Melgarejo (2003): *Rhinocerophis alternatus* (urutu-cruzeiro, localizada no Sul e centro-sul do Brasil), *Bothrops atrox* (jararaca-do-norte, no vale amazônico e Norte do país), *Bothropoides erythomelas* (jararaca-da-seca, no Nordeste), *Bothropoides jarlaraca* (jararaca, no Sudeste, do sul da Bahia ao Rio Grande do Sul), *Bothrops jararacussu* (jararacuçu, no Sul e Sudeste), *Bothrops leucurus* (jararaca, na faixa atlântica nordestina da Paraíba até o norte do Espírito Santo) e *Bothrops moojeni* (caiçaca, do Paraná ao Maranhão). A espécie *Bothrops neuwiedi* (jararaca-pintada, jararaca-de-

rabo-branco) se distribui por quase todo o Brasil, com exceção da Floresta Amazônica, chegando até outros países, como Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai (MELGAREJO, 2003).

A peçonha do gênero causa no homem desde necroses e bolhas – por causa das proteases, hialuronidases e fosfolipases –, a hemorragias que ocorrem no tecido, além de inibir o mecanismo de coagulação. Esse último fator é um dos principais, ativando o fator X e unindo-se à ação da protrombina, uma enzima do veneno, que causa a degradação e a redução da fibrina e do fibrinogênio. O mecanismo de coagulação e a plaquetopenia² dão origem a hemorragias. O quadro clínico se caracteriza por dor no local da picada, edema e equimose, presentes na maioria dos acidentes. Em casos mais graves, podemos citar hemorragias em diversos locais do corpo, como gengivorragia, um edema maior e mais grave que cobre uma área maior do que o local da picada (se a picada ocorrer na mão, o braço inteiro, por exemplo), bolhas e isquemia, levando à necrose dos tecidos. Assim, podem existir diversas consequências para esses sintomas, um paciente pode vir a morrer, por choque ou insuficiência renal aguda, ou sofrer amputação decorrente de necrose, abscessos e síndrome compartimental (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2001).

O gênero *Caudisona* possui menos diversidade no Brasil e está representado pelas cascavéis, com chocalhos no final de suas caudas, que apresentam cores variadas e figuras losangulares pelo corpo. Esse gênero possui apenas a espécie *Caudisona durissus*, presente na maior parte do território nacional (BERNARDE, 2011).

Os acidentes com esse gênero de serpentes representam a maior porcentagem de mortes, segundo a Fundação Nacional de Saúde (2001), pelas características de sua peçonha. Dentre essas características, a que leva a maiores complicações é a miotóxica, que faz o quadro do paciente evoluir rapidamente para a insuficiência renal, em consequência da rabdomiólise,³ que libera na corrente sanguínea a pro-

² Diminuição do número de plaquetas no sangue.

³ Quebra, destruição do tecido muscular.

teína mioglobina, tóxica para os rins, razão do elevado número de óbitos. Além disso, existem aspectos relacionados à ação coagulante do veneno, como os botrópicos. No entanto, esses aspectos não são tão sérios, pois não se evidenciam plaquetopenia e hemorragias; apenas a incoagulabilidade do sangue. A última é a atividade causada pelas neurotoxinas pré-sinápticas, ocasionando dormência na face, ptose palpebral e dificuldade de movimentação – efeitos parecidos com os apresentados pelos acidentes com indivíduos do gênero *Micrurus*. Diferentemente do acidente botrópico, não há dor no local da picada, nem edemas, mas vômitos, náuseas, dor muscular e urina escura.

O gênero *Lachesis* compreende a maior serpente peçonhenta da América, com uma espécie: *Lachesis muta* (surucucu-pico-de-jaca), que alcança 3,5 metros de comprimento e está presente na Amazônia e na Mata Atlântica (BERNARDE, 2011).

A peçonha laquéica se caracteriza por efeitos coagulantes e proteolíticos muito parecidos aos das espécies botrópicas, com atividade similar à trombina e com diversas proteases, que causam necroses, dor e edemas. A ação neurotóxica, bem como a hemorrágica, não foram descritas e nem profundamente estudadas. Os acidentes podem levar o paciente a sentir, não só pela ação neurotóxica, como por todas as outras, tontura, diarreia, cólica abdominal, hipotensão arterial e bradicardia, e, em casos mais graves, síndrome compartimental, infecções e abscessos (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2001).

A família Elapidae faz parte da subordem Ophidia, possuindo, aproximadamente, 250 espécies, entre as quais se encontram as mambas e as najas. No Brasil, a família é representada por dois gêneros: *Micrurus*, que compreende aproximadamente 24 espécies diferentes (quadro 2), espalhadas por todas as regiões, e que é o principal gênero da família Elapidae nas Américas, conhecido como cobra-coral. O segundo gênero dessa família é chamado *Leptomicrurus*, formado por três espécies de porte pequeno que ocorrem no oeste da Amazônia. Nesse gênero, encontramos serpentes roliças com manchas amarelas ou vermelhas no ventre e dorso negro (BERNARDE, 2011).



Quadro 2. Espécies brasileiras de serpentes da família Elapidae.

Gênero <i>Micrurus</i>	Gênero <i>Leptomicrurus</i>
<i>Micrurus albicinctus</i>	<i>Leptomicrurus collaris</i>
<i>Micrurus altirostris</i>	<i>Leptomicrurus narduccii</i>
<i>Micrurus anneladus</i>	<i>Leptomicrurus scutiventris</i>
<i>Micrurus averyi</i>	
<i>Micrurus brasiliensis</i>	
<i>Micrurus corallinus</i>	
<i>Micrurus decoratus</i>	
<i>Micrurus filiformis</i>	
<i>Micrurus frontalis</i>	
<i>Micrurus hemprichii</i>	
<i>Micrurus ibiboboca</i>	
<i>Micrurus langsdorffii</i>	
<i>Micrurus lemniscatus</i>	
<i>Micrurus nattereri</i>	
<i>Micrurus paraimae</i>	
<i>Micrurus paraensis</i>	
<i>Micrurus psyches</i>	
<i>Micrurus putumayensis</i>	
<i>Micrurus pyrrhocryptus</i>	
<i>Micrurus remotus</i>	
<i>Micrurus silviae</i>	
<i>Micrurus spixii</i>	
<i>Micrurus surinamensis</i>	
<i>Micrurus tricolor</i>	

Fonte: Dados extraídos de Bernarde, 2011.

O gênero *Micrurus* possui todas as características de serpentes não peçonhentas (MELGAREJO, 2003), mas as cobras-coral, integrantes desse gênero, são peçonhentas, o que dificulta a sua identificação. Além disso, o tipo



de dentição da *Micrurus*, assim como o de toda a família, é proteróglifo, ou seja, apresenta um aparelho inoculador de veneno não muito desenvolvido.

Outra dificuldade na identificação das cobras-coral peçonhentas é a existência de cobras-corais-falsas que pertencem a várias famílias, como *Erythrolamprus*, *Oxyrhopus* e *Anilius*. Essas serpentes mimetizam os anéis e as cores das escamas da cobra-coral, assim não é possível distingui-las apenas observando as cores que apresentam na parte de cima de seus corpos. Podemos distingui-las observando os dentes dos animais – uma vez que as cobras-corais-falsas não possuem dentes inoculadores de veneno do tipo proteróglifo –, ou conferindo a parte de baixo de seus corpos – pois algumas espécies de falsas corais apresentam coloração branca nessa região e não os anéis das corais verdadeiras (STAHNKE, 2005). Essa característica das cobras-corais-falsas claramente pode ser encarada como uma vantagem adaptativa dessas espécies de serpentes não peçonhentas em relação às outras, pois, ao imitarem uma serpente peçonhenta, enganam o seu predador e, assim, são menos ameaçadas. É importante citar que algumas espécies de falsas corais possuem o anel por todo o corpo, sendo as presas o único aspecto pelo qual é possível diferenciá-las das corais verdadeiras.

Como mencionado anteriormente, esse gênero possui diversas características semelhantes às das serpentes não peçonhentas, o que também pode ser entendido como uma vantagem adaptativa para que as presas confundam a cobra-coral com uma serpente não peçonhenta. A cauda é curta e cilíndrica, e a *Micrurus* apresenta escamas lisas pelo corpo, além da coloração característica, vermelho, amarelo, branco e preto, em anéis que percorrem o corpo. Essas cores estão distribuídas de duas formas nas espécies brasileiras: anéis pretos isolados ou em tríades. Por esse motivo, não há como distinguir as corais verdadeiras das falsas observando apenas os anéis e a sequência dos mesmos.

A cobra-coral habita a camada superficial do solo e não é de natureza agressiva, não é ágil e tampouco é grande em comprimento. Essas qualidades, associadas à sua pequena abertura bucal, de aproximadamente 30 graus, fazem que ela não seja capaz, ou tenha dificuldades, de morder uma presa ou um humano facilmente (MELGAREJO, 2003), o que resulta na



baixa estatística de acidentes com humanos dessas serpentes no Brasil. No entanto, isso propicia uma característica típica da cobra-coral: quando consegue morder uma presa ou pessoa, não solta facilmente, com o objetivo de injetar a maior quantidade de peçonha possível. Os acidentes com a cobra-coral geralmente se localizam nas mãos, pelo manuseio inadequado, sem técnica, das serpentes, ou pela confusão dela com as falsas corais (ABREU, 2008).

As corais se localizam na camada superficial do solo e possuem pescoço pouco desenvolvido, cauda curta e corpo cilíndrico, adaptações ao hábito fossorial de escavação do solo. Outra adaptação ao hábito já citado é a pouca abertura bucal, que surgiu da rigidez do crânio da cobra-coral. As serpentes do gênero são ovíparas e colocam geralmente de 2 a 10 ovos no chão, em formigueiros, ou em troncos em decomposição. Os filhotes nascem após dois meses aproximadamente, com 17 cm de comprimento e prontos para inocular a peçonha (MELGAREJO, 2003).

Existem diversas espécies de *Micrurus* no Brasil (ver anexo) e algumas delas são extremamente raras e se localizam, por exemplo, em altas montanhas e em locais menos povoados da Floresta Amazônica; outras, vistas frequentemente, são as mais importantes para serem descritas, pois causam maior número de acidentes. São elas:

- *M. corallinus*, uma das corais mais comuns nas regiões Sul e Sudeste – grande quantidade de estudos científicos enfoca essa espécie;
- *M. frontalis*, um complexo formado por corais com tríades de anéis pretos entre os vermelhos e focinho com manchas irregulares pretas e amarelas. Nesse complexo, existem quatro espécies brasileiras, *M. frontalis* (Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), *M. altirostris* (Região Sul), *M. brasiliensis* (Goiás, norte de Minas Gerais e sul e sudoeste baiano) e *M. tricolor* (sul e sudoeste do Mato Grosso do Sul);
- *M. ibiboca*, espécie que apresenta focinho branco com poucas manchas escuras; presente no Nordeste, do Maranhão à Bahia;
- *M. lemniscatus*, muito maior que outras corais, chega a 1,5 metro de comprimento; habita várias áreas do território brasileiro e de outros



países, e está presente na Floresta Amazônica, no cerrado do Centro-Oeste e no litoral, na Mata Atlântica; e

- *M. spixii*, também uma espécie de grande porte, com anéis amarelos largos (MELGAREJO, 2003).

IDENTIFICAÇÃO DOS COMPONENTES BIOQUÍMICOS DO VENENO DO GÊNERO *MICRURUS*

A grande quantidade de proteínas que compõe a essência dos venenos – não só o de serpentes, mas também o de outros animais – possui propriedades que variam conforme a espécie estudada (MOREIRA, 2010). Sua ação pode ocorrer de forma rápida ou não, dependendo de diversos fatores. A composição do mesmo pode ser afetada por sexo, idade, sazonalidade, território, presa e espécie de serpente, mas, em geral, ele é formado por cerca de 25% de sólidos totais, dos quais 70% a 90% são proteínas e polipeptídeos com elevada massa molecular, sendo o restante, de 10% a 30%, composto por substâncias de baixo peso molecular, como carboidratos, lipídeos, aminoácidos, nucleotídeos e peptídeos (MOREIRA, 2010).

Após dissertar sobre as outras serpentes brasileiras, é importante descrever o efeito do veneno do gênero *Micrurus*. O veneno da *Micrurus* se caracteriza principalmente por efeitos neurotóxicos que provocam no homem e na presa da serpente a imobilização do corpo, levando, em casos graves, ao óbito por insuficiência respiratória, causada pela paralisação do diafragma. O veneno das corais é considerado o veneno mais tóxico das serpentes brasileiras. Provavelmente, o veneno da cobra-coral possui essas características para que ela se alimente mais facilmente, visto que a presa se encontra paralisada. Esses efeitos são manifestados pela quantidade de neurotoxinas presentes no veneno, como as α -neurotoxinas (ABREU, 2008).



Além do efeito neurotóxico, existe o miotóxico,⁴ que alguns autores acreditam estar ligado ao neurotóxico, ou mascarado por ele, ou seja, algumas ações de neurotoxinas podem causar mionecrose,⁵ como as fosfolipases A2. Podemos dizer, então, que as fosfolipases A2 causam o efeito mionecrótico nos humanos. A maioria dos venenos de corais causam efeitos miotóxicos e mionecrose; nos envenenamentos em humanos, uma mialgia pode se instalar sem indicar a mionecrose. Esse fato não pode ser comprovado, pois efeitos macroscópicos não são observados, e testes para medir os efeitos miotóxicos não são feitos quando um acidente ocorre.

Podem ser descritos cinco tipos de enzima nos venenos de serpentes: oxirredutases, hidrolases, glicosidases, proteases e lipases, sendo parte dessa última constituída por fosfolipases e acetilcolinesterases, presentes no veneno do gênero *Micrurus*. Em relação à família Elapidae – e, conseqüentemente, ao gênero *Micrurus* –, podemos citar na composição de sua peçonha diversas toxinas, como proteases, inibidores de proteases, serinoproteases, metaloproteases, proteínas ricas em cisteínas, lectinas e waprinas, além das fosfolipases A2 e de toxinas em forma de três dígitos (MOREIRA, 2010). Descreveremos adiante cada uma dessas toxinas.

Segundo diversos estudos, o veneno do gênero *Micrurus* não se restringe à atividade neurotóxica: também foi constatada atividade miotóxica, hemorrágica e cardiovascular. No entanto, apenas os efeitos neurotóxicos e miotóxicos foram identificados em acidentes com humanos.

Toxinas de três dígitos

São polipeptídeos que possuem de 60 a 74 resíduos de aminoácidos que não possuem atividade enzimática. Resistentes a variações do ambiente, termoestáveis e facilmente absorvidas pela corrente sanguínea, distribuem-se rapidamente pelos tecidos (MOREIRA, 2010), sendo esse um dos motivos pelos quais não há como extrair o veneno quando ocorre um acidente com uma serpente peçonhenta, algo que parte da população acredita ser possível, por isso, há tentativas de espremer, sugar ou imobilizar o local para que o veneno não atinja todo o corpo.

⁴ Efeito tóxico para as células musculares.

⁵ Necrose muscular.



As toxinas de três dígitos têm quatro ligações dissulfeto, das quais partem as estruturas secundárias. Os polipeptídeos são estruturados na forma β -pregueada, com formato discoidal e achatado, apresentando um lado côncavo e outro convexo. As toxinas recebem esse nome, pois possuem três alças nas quais estão situados os aminoácidos (MOREIRA, 2010).

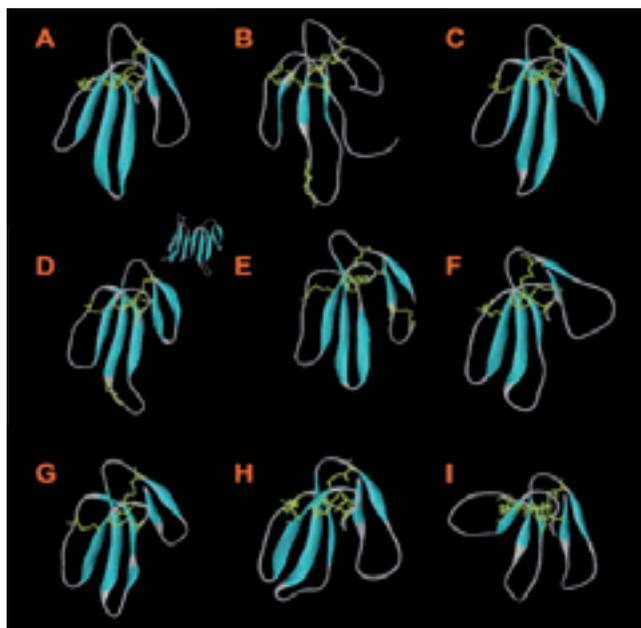


Figura 3. Estrutura das toxinas de três dígitos.
Fonte: Reproduzido de Moreira, 2010.

Existem diversos tipos de toxinas de três dígitos, com estrutura semelhante entre si, mas que promovem efeitos bioquímicos diferentes. Podemos citar, então, como toxinas de três dígitos: α -neurotoxinas (fig. 3A e 3B), que agem sobre os receptores nicotínicos; κ -bungarotoxinas (fig. 3D), que reconhecem os receptores nicotínicos neurais; toxinas muscarínicas (fig. 3G), que atuam nos receptores muscarínicos;⁶ fasciculinas (fig. 3F), que inibem acetilcolinesterases; calciseptinas, que bloqueiam canais de cálcio tipo L; cardiotoxinas ou citotoxinas (fig. 3C), que formam poros na membrana celular; dendroaspinas (fig. 3I), que participam dos processos de adesão celular; toxina FS2 (fig. 3H);

⁶ Receptores de neurotransmissores estimulados pela acetilcolina.

e candoxina (fig. 3E) (MOREIRA, 2010). Em relação às dendroaspinas, há divergências quanto a seus efeitos: Kini (2002 apud MOREIRA, 2010) afirma que elas agem na adesão celular, enquanto Prieto da Silva (2002 apud MOREIRA, 2010) sustenta que elas formam poros na membrana celular.

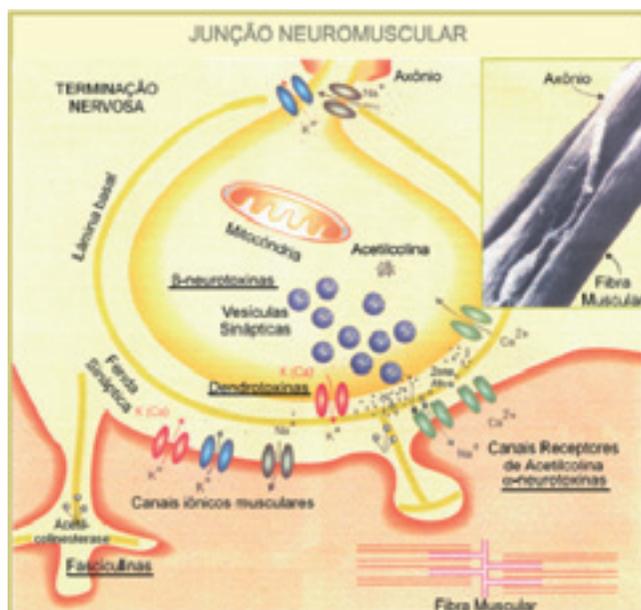


Figura 4. Ação das toxinas do veneno do gênero *Micrurus* na célula humana.
Fonte: Reproduzido de Moreira, 2010.

Como podemos ver na figura 4, existem três principais toxinas de três dígitos no veneno do gênero *Micrurus* que agem na placa terminal – reunião de encontro entre o neurônio e a célula muscular, local onde agem os neurotransmissores –, intervindo na sinapse química: α -neurotoxinas, fasciculinas e dendroaspinas. As primeiras se encarregam de interceptar os receptores colinérgicos; as fasciculinas agem inibindo a acetilcolinesterase, uma enzima que catalisa a acetilcolina; já as dendroaspinas formam poros na membrana celular (MOREIRA, 2010). O veneno do gênero *Micrurus* age somente no sistema nervoso periférico e, portanto, somente na sinapse química, provavelmente porque as toxinas não conseguem atravessar a barreira hematoencefálica.⁷

⁷ A barreira hematoencefálica é uma estrutura cerebral formada por células; ela garante a proteção do sistema nervoso central, por meio da restrição da passagem de substâncias do corpo.

A sinapse nervosa ocorre a partir da acetilcolina, o neurotransmissor principal, que fica armazenado nas terminações nervosas. Aproximadamente 20% da acetilcolina são liberados, em vesículas sinápticas, na membrana celular do axônio, mais especificamente, na placa terminal da membrana pré-sináptica. As vesículas se fundem à membrana pré-sináptica e geram uma leve diferença de cargas na membrana pós-sináptica. Entretanto, essa despolarização não é bastante para gerar uma ação no músculo; ela causa outro efeito, o de liberação dos 80% de acetilcolina restante nas terminações nervosas, a qual, ao passar pela fenda sináptica, chega à membrana pós-sináptica e gera uma despolarização forte o suficiente para contrair o músculo. A acetilcolina se liga então a receptores nicotínicos, que são receptores de neurotransmissores na membrana pós-sináptica, e depois é degradada pela enzima acetilcolinesterase.

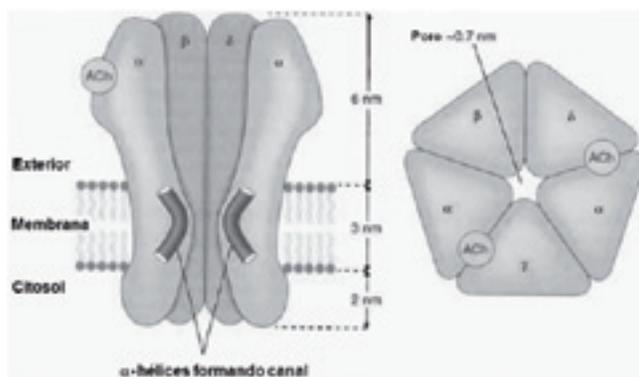


Figura 5. Estrutura do receptor nicotínico.

Fonte: Moreira, 2010.

O receptor nicotínico é uma proteína heteropentamétrica presente no músculo, e, portanto, na membrana pós-sináptica. A acetilcolina pode se ligar a esse receptor em dois sítios de ligação: entre as cadeias $\alpha 1$ e γ e $\alpha 1$ e δ (fig. 5). As α -neurotoxinas ligam-se, então, nesses sítios dos receptores na placa terminal, causando um bloqueio na transmissão da sinapse química e, assim, impedindo o movimento. Como o mecanismo de ação das α -neurotoxinas se dá na membrana pós-sináptica, são conhecidas como toxinas pós-sinápticas e causam esse efeito no homem (MOREIRA, 2010).

Essas neurotoxinas afetam principalmente os receptores nicotínicos de acetilcolina muscular, mas, segundo Nirthan e Gwee (2004), algumas ainda afetam os receptores neuronais, e existe a possibilidade de agirem em outras moléculas e células também. Isso ocorre, pois as α -neurotoxinas não são um grupo homogêneo, existindo diversos tipos delas (MOREIRA, 2010).

As α -neurotoxinas de cadeia curta são formadas por 60 a 62 aminoácidos e 4 ligações dissulfeto conservadas; elas se ligam com os receptores da musculatura esquelética dos mamíferos ou do peixe-elétrico *Torpedo marmorata*. Já as α -neurotoxinas de cadeia longa têm de 66 a 75 aminoácidos e 5 ligações dissulfeto, das quais quatro são conservadas; a quinta se localiza na segunda alça, e a primeira ligação é mais curta do que as das α -neurotoxinas de cadeia curta. Esse tipo de α -neurotoxinas se liga não só aos receptores nicotínicos de acetilcolina musculares, mas também aos receptores neuronais do tipo homopentaméricos, sendo a quinta ligação dissulfeto o principal motivo pelo qual essas neurotoxinas apresentam essas características.

Por fim, temos as neurotoxinas não convencionais, homólogas às de cadeia longa (MOREIRA, 2010), que contam com 62 a 68 aminoácidos. Elas apresentam estrutura parecida com as α -neurotoxinas de cadeia longa, diferenciando-se pela localização da quinta ligação dissulfeto, que se dá na primeira alça. Elas são chamadas fracas, pois a quinta ligação proporciona baixa afinidade com os receptores musculares, e por isso são menos tóxicas. Existem autores que acreditam que essas neurotoxinas podem afetar outras estruturas moleculares (MOREIRA, 2010).

Fosfolipases A2

Fosfolipases são enzimas catalisadoras de hidrólises de glicerofosfolípidos; estão divididas em A1, A2, B, C e D, e são encontradas não apenas no veneno de animais, mas também no pâncreas de mamíferos (MOREIRA, 2010).

As fosfolipases A2 elapídicas apresentam grande similaridade com as de mamíferos: possuem 120 aminoácidos e de 6 a 7 ligações dissulfeto,



com 5 formadas por α -hélices e as outras duas por β -pregueadas. Essas fosfolipases são mais tóxicas que as dos mamíferos; produzem efeitos neurotóxicos, miotóxicos, cardiotoxicos, coagulantes, hemolíticos, convulsionantes, edematogênicos e hipotensores (MOREIRA, 2010).

Os efeitos tóxicos das fosfolipases não estão relacionados à catálise de fosfolipídios, mas à sua capacidade de se ligar a diversos sítios de proteínas que atuam como receptores de neurotransmissores; isso ocorre porque essas toxinas possuem um sítio diferente do catalítico que se liga mediante a complementaridade de cargas, a hidrofobicidade e as forças de van der Waals (MOREIRA, 2010). Podemos dizer, então, que as fosfolipases A2 possuem efeitos diferentes dos catalíticos, tanto que algumas toxinas dessa classe não apresentam atividade enzimática (MOREIRA, 2010).

As fosfolipases A2 presentes no veneno do gênero *Micrurus* são chamadas de β -neurotoxinas, e também estão presentes nas famílias Hydrophilidae e Viperae, inibindo a liberação de neuromediadores (MOREIRA, 2010).

A atividade neurotóxica acontece porque as β -neurotoxinas se ligam à membrana plasmática pré-sináptica e catalisam a hidrólise fosfolipídica. Elas também agem dentro do citoplasma da célula pré-sináptica, nas vesículas sinápticas, produzindo o mesmo efeito. Com essas ações na célula, aumenta a quantidade de lisofosfolipídeos e ácidos graxos, resultados da catálise, tornando a membrana mais permeável ao cátion Ca^{+2} , e aumentando a sua quantidade na célula – e esse excesso causa a degeneração de organelas celulares e da terminação nervosa (MOREIRA, 2010). É justamente essa característica que ocasiona o efeito miotóxico, como descrito anteriormente. O excesso de cálcio na célula afeta o sarcolema e, consequentemente, o retículo endoplasmático, aumentando o número de Ca^{2+} no citoplasma. Esse aumento causa danos mitocondriais e fosfolipases dependentes do Ca^{2+} . Esses fatores resultam em necrose da célula muscular, caracterizando a atividade miotóxica do veneno.

A atividade pré-sináptica se dá em três fases: redução na liberação de acetilcolina, seguida do aumento na liberação e bloqueio completo e irreversível na transmissão sináptica química (MOREIRA, 2010).



Proteases

São enzimas catalisadoras de proteínas, com alto peso molecular, que intervêm diretamente na cascata de coagulação sanguínea, produzindo um efeito de coagulação para auxiliar na digestão. Esse grupo está mais presente na família Viperidae, sendo pouco presente na família Elapidae (MOREIRA, 2010). No entanto as serpentes elapídicas australianas apresentam efeitos proteolíticos em seus venenos, da mesma forma que algumas espécies de *Micrurus*. As proteases são divididas em serinoproteases e metaloproteases (MOREIRA, 2010).

L-aminoácido oxidases

São flavoenzimas⁸ que convertem os L-aminoácidos em cetoácidos,⁹ liberando peróxido de oxigênio e amônia. Grupo mais estudado nos venenos, responsável por sua coloração amarela (MOREIRA, 2010). *In vitro*, essas toxinas apresentam diversos efeitos e reações bioquímicas: atividade citotóxica, antitumoral, apoptótica, hemorrágica, inibição da agregação plaquetária e antimicrobiana. Apesar de todos os efeitos, seu quadro de envenenamento ainda é desconhecido (MOREIRA, 2010).

Fator de crescimento neural (NGF)

É uma proteína formada por complexos homodiméricos, associados por ligações não covalentes, que age no desenvolvimento de neurônios colinérgicos. As proteínas NGF regulam e mantêm o desenvolvimento de neurônios provenientes de neurônios sensoriais embrionários e células nervosas. Além disso, promovem o extravasamento plasmático e a liberação de histamina das células sanguíneas. Nos venenos, as proteínas NGF deixam o local onde ocorreu o acidente mais suscetível a substâncias que não interviriam nos tecidos afetados (MOREIRA, 2010).

Peptídeos natriuréticos

Classe de peptídeos estruturada em anéis e composta por 17 aminoácidos e uma ligação dissulfeto conservada. Atuam sobre a pressão arterial e

⁸ Enzimas que possuem como cofator um derivado de um nucleotídeo da riboflavina.

⁹ Moléculas orgânicas que contêm um grupo funcional carbonila e ácido carboxílico.

a homeostase do volume plasmático, por causa da sua ação na regulação do balanço entre eletrólito e água. Os peptídeos natriuréticos nos venenos de serpentes do gênero *Micrurus* afetam a vasodilatação, relaxam a musculatura lisa (MOREIRA, 2010) e aumentam a permeabilidade no local da picada, o que também auxilia no rápido alastramento das toxinas no corpo da presa, um efeito identificado na espécie *M. corallinus* (MOREIRA, 2010).

Snacles

Eram chamadas de lectinas do tipo C. São proteínas que não apresentam atividade enzimática, homodiméricas ou heterodiméricas, com cadeias de aminoácidos alfa e beta, relacionadas estruturalmente, e possuem ligações dissulfeto.

Existem dois tipos de lectinas. As lectinas do tipo C (CTL, do inglês *C-type lectin*) ligam-se a carboidratos quando ocorre a presença de Ca^{2+} , iniciando um grande número de processos, como os de adesão, aglutinação, endocitose, neutralização do patógeno e agregação de plaquetas (MOREIRA, 2010). O outro tipo de lectina ocorre quando as primeiras perdem a capacidade de se ligarem aos carboidratos, tornando-se lectinas do tipo CLRP (do inglês *C-type lectin-related protein*), mantendo características estruturais com as do primeiro tipo. Esse último grupo promove atividade anticoagulante e agregação plaquetária, por se ligar com o receptor de membrana das plaquetas (MOREIRA, 2010).

As CLT causam uma atividade anticoagulante por se ligarem com a trombina ou com os fatores IX e X da cascata de coagulação. Já as CLRP induzem a agregação de plaquetas, produzindo um efeito coagulante, pelo fato de se ligarem ao receptor de membrana das plaquetas (MOREIRA, 2010).

Waprinas

Waprinas (WAP, do inglês *whey acid protein*) são estruturadas por cerca de cinquenta aminoácidos, com oito resíduos de cisteínas¹⁰ conservados, que formam quatro ligações dissulfeto. As waprinas constituem um grupo com diferentes ações biológicas por causa das mudanças em cada tipo de waprina das regiões entre as cisteínas. Dentre as suas ações, podemos citar

¹⁰ Aminoácido que compõe as proteínas.



inibição de $\text{Na}^+\text{K}^+\text{ATPases}$, proteases, inibição do crescimento e atividades bactericidas (MOREIRA, 2010). Em mamíferos, as waprinas agem na maturação espermiática no epidídimo (MOREIRA, 2010). No veneno de serpentes, a atividade bioquímica das waprinas foi pouco estudada, mas alguns autores acreditam que elas atuam na inibição do crescimento de bactérias Gram-positivas, uma ação antimicrobiana (MOREIRA, 2010).

ATIVIDADES ESPECÍFICAS DE VENENOS DE DIFERENTES ESPÉCIES DE MICRURUS

O gênero *Micrurus* possui grande número de espécies no Brasil, e os efeitos do veneno de cada uma dessas espécies são diferentes. Como alguns deles ainda não foram estudados, não se sabe se existem outros efeitos relacionados ao veneno das corais. Mencionarei, então, alguns desses casos específicos, restringindo-os apenas às espécies de *Micrurus* brasileiras.

O veneno de *M. altirostris* é caracterizado pelo bloqueio neuromuscular irreversível de ação subsináptica, sem envolvimento de enzimas (ABREU, 2008). A atividade neurotóxica pré-sináptica foi descrita na espécie *M. corallinus*, e no veneno de *M. lemniscatus* foram identificadas quatro fosfolipases com atividade pré-sináptica capazes de induzir efeitos comportamentais e eletroencefalográficos, e degeneração neuronal em camundongos. Foi identificada atividade convulsionante, mas baixa atividade epileptogênica (MOREIRA, 2010).

A ação miotóxica foi experimentalmente identificada nos venenos de *M. frontalis*, *M. surinamesis*, *M. altirostris*, *M. spixii*, *M. corallinus*, *M. albicinctus*, *M. iboboca*, *M. averyi* e *M. lemniscatus* (MOREIRA, 2010).

Atividade edematogênica não se evidencia na maioria das espécies brasileiras em quase todas as regiões; entretanto, todas as espécies amazônicas apresentaram formação de edema e atividade miotóxica (MOREIRA, 2010).

As espécies *M. brasiliensis*, *M. lemniscatus*, *M. corallinus* e *M. frontalis* causam hemorragia visceral e subendocárdica em ratos, e o veneno de *M. averyi* causa uma hemorragia discreta (MOREIRA, 2010).

A espécie *M. altirostris* apresenta ainda atividade hemolítica nos leucócitos, provavelmente causada pelas fosfolipases A2. Essas toxinas também



promovem a ruptura de lisossomos na célula, fato observado nas espécies *M. lemnicaustus*, *M. surinamensis* e *M. frontalis* (MOREIRA, 2010).

Alguns autores, como mencionado, acreditam que citocinas e cardiotoxinas são sinônimas, mas outros autores acreditam que certas corais apresentam efeitos cardiovasculares porque essas toxinas, ao se ligarem a receptores na membrana das fibras musculares cardíacas, causam paralisia irreversível e parada cardíaca. Isso é observado na espécie *M. fluvius*, que não existe no Brasil, mas acredita-se que espécies brasileiras possam apresentar o mesmo efeito. O veneno da espécie *M. frontalis* tem esse efeito, causado por fosfolipases A2 com atividade hipotensora e hemorrágica, enzima que ainda não teve a sua estrutura determinada (MOREIRA, 2010).

ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS SOBRE OS CASOS DE ACIDENTES COM O GÊNERO MICRURUS

Segundo a Funasa (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2001), foram notificados 81.611 acidentes com serpentes peçonhentas entre 1990 e 1993, e 0,3% deles foram com *Micrurus* (ver quadro 3).

Quadro 3. Distribuição dos acidentes ofídicos, segundo o gênero da serpente, no Brasil (1990-1993).

Distribuição	Número de acidentes	%
<i>Bothrops</i>	59.619	73,1
<i>Caudisona</i>	5.072	6,2
<i>Lachesis</i>	939	1,1
<i>Micrurus</i>	281	0,3
Não informados	13.339	16,3
Não peçonhentos	2.361	3.0

Fonte: Fundação Nacional de Saúde, 2001.

Como podemos ver no quadro 3, a maioria dos acidentes ofídicos é causado pelo gênero *Bothrops* e o menor número, pelo gênero *Micrurus*, provavelmente por causa das características das serpentes desse gênero,

anteriormente descritas, de serem dóceis, possuírem hábitos fossoriais e subfossoriais e apresentarem pouca abertura bucal.

Dessa forma, é natural que o gênero também possua o menor número de óbitos, como mostra o quadro 4. É importante ressaltar que o quadro mostra a letalidade do gênero *Caudisona* como a maior no Brasil, por causa das características do veneno desse gênero, expostas anteriormente.

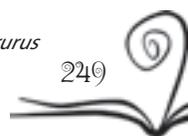
Quadro 4. Letalidade dos acidentes ofídicos por gênero de serpente no Brasil (1990-1993).

Gênero	Número de casos	Número de óbitos	Letalidade (%)
<i>Bothrops</i>	59.619	185	0,31
<i>Caudisona</i>	5.072	95	1,87
<i>Lachesis</i>	939	9	0,95
<i>Micrurus</i>	281	1	0,36
Não informado	13.339	69	0,52
Total	79.250	359	0,45

Fonte: Fundação Nacional de Saúde, 2001.

Nos acidentes registrados pelo Centro de Informações Toxicológicas de Santa Catarina (CIT/SC), entre maio de 1984 e dezembro de 2005, houve 88 pacientes que sofreram acidentes com *Micrurus* (gráfico 1).

Com base nesses dados específicos, podemos notar certas características dos acidentes com o gênero, identificando um aspecto sazonal neles, visto que o maior número dos acidentes aconteceu nos meses de março, abril e novembro, meses não apenas de temperaturas altas, mas que também podem ser diretamente relacionados às épocas de plantio e colheita agrícolas. Além disso, nos meses mais quentes aumenta a vegetação (o que dificulta a visualização das serpentes), o número de serpentes na área rural e o número de trabalhadores, que, por causa da alta temperatura, estão menos protegidos não apenas em termos de vestuário, mas também de equipamentos de proteção individual (EPIs), com o que ficam expostas as extremidades do corpo (RODRIGUES, 2006). Além disso, os meses mais quentes estão relacionados à época de reprodução das serpentes, que ficam mais ativas e irritadas.



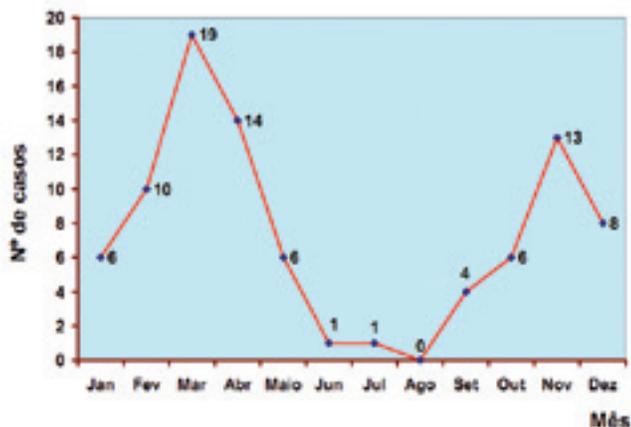


Gráfico 1. Acidentes com o gênero *Micrurus* registrados pelo CIT/SC, entre maio de 1984 e dezembro de 2005, divididos por sazonalidade.
 Fonte: Reproduzido de Rodrigues, 2006.

Quando se analisam os acidentes segundo a ocupação da população afetada, podemos ver que em Santa Catarina, no período 1984-2005, a população mais afetada foi a dos trabalhadores rurais, seguidos por crianças menores de 7 anos e donas de casa (gráfico 2).

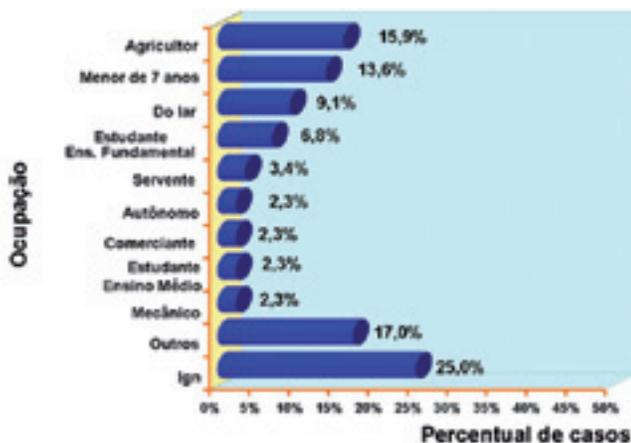


Gráfico 2. Percentual de casos de acidentes com *Micrurus* por ocupação dos pacientes, entre maio de 1984 e dezembro de 2005.
 Fonte: Rodrigues, 2006.

Com base no gráfico 2, podemos entender a razão pela qual a maioria dos acidentes com *Micrurus* se localiza nas mãos e por que os mais afetados têm uma relação direta com o solo – e, assim, tendem a sofrer acidentes nas extremidades do corpo. Outro motivo para os acidentes com *Micrurus* é o manuseio inadequado de serpentes por pesquisadores (gráfico 3).

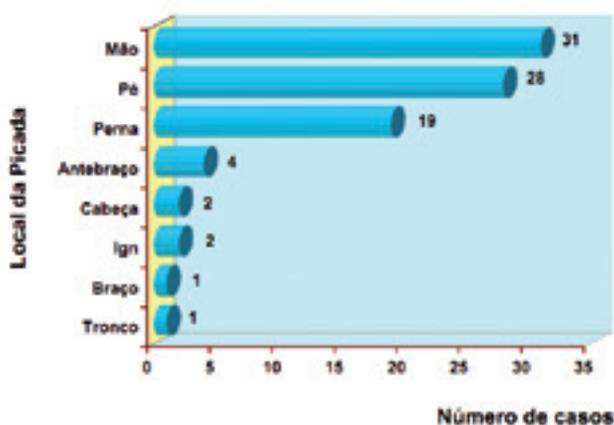


Gráfico 3. Número de pacientes atendidos em relação ao local do acidente no corpo.

Fonte: Rodrigues, 2006.

Para evitar esses acidentes é importante que o sistema de saúde promova ações de conscientização para os trabalhadores sobre o motivo e a importância do uso de EPIs: evitar, entre outros acidentes de trabalho, aqueles com serpentes peçonhentas – algo que não ocorre, visto que os trabalhadores rurais representam o maior número de acidentes. O mais grave é que o sistema de saúde não reconhece os acidentes ofídicos como acidentes ocupacionais ou doenças ocupacionais tanto para os agricultores quanto para as donas de casa, resultando na negativa de concessão de benefícios ao trabalhador que sofre um acidente com serpentes peçonhentas, o que representa um encaminhamento errôneo, pois o trabalhador fica incapacitado de trabalhar por um período de tempo em que não recebe remuneração alguma (RODRIGUES, 2006).



No estudo de Nascimento (2000) sobre os acidentes com *Micrurus* em Roraima, a desestruturação da saúde pública novamente se revela, pois o autor afirma que, apesar dos acidentes ofídicos representarem um grande problema da saúde pública, as notificações desses casos são escassas. Dos 309 casos estudados em Roraima, a maioria (49%) se localizou no município de Alto Alegre, caracterizado por áreas vegetais de florestas e campos abertos. Nesse local, ocorreu o maior número de acidentes ofídicos dos poucos registrados com serpentes do gênero *Micrurus* e da espécie *Lachesis muta*. Esse grande número de acidentes se deve à localização, no município, da Terra Indígena Yanomami, onde ocorre a maior porcentagem desses acidentes (74%), provavelmente pela proximidade dos índios aos locais com maior número de espécies de serpente, e também pelo fato de áreas florestais possuírem maior número de serpentes peçonhentas do que áreas urbanas (NASCIMENTO, 2000).

Dessa forma, podemos identificar tanto em Santa Catarina quanto em Roraima as áreas rurais como locais em que ocorrem a maior parte dos acidentes, e as pessoas com alguma relação com ambientes de vegetação como as mais propícias a envenenamentos. Assim, é importante ressaltar a possibilidade de ocorrência de diversos acidentes em áreas indígenas no norte do Brasil não registrados pela falta de notificação apropriada, decorrente do isolamento geográfico dessas áreas, justamente as que possuem mais espécies de corais com venenos ainda não estudados completamente.

Com base no gráfico 4, vemos que o período de ação do veneno nos pacientes em Santa Catarina foi irregular, pois 17 pacientes chegaram ao hospital em menos de uma hora; 39, entre uma e três horas; 20, entre três e seis horas; e 13 em mais de seis horas (RODRIGUES, 2006). Assim, podemos entender que o tempo para o aparecimento de sintomas é variável, o que também talvez confunda o paciente, que termina por achar que o acidente não ocorreu, quando, na verdade, os sintomas ainda vão se manifestar.



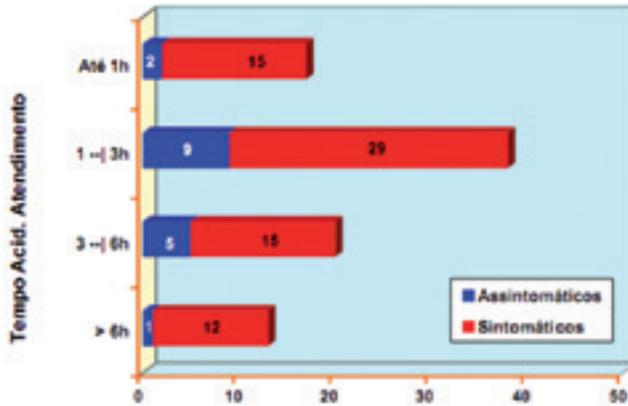
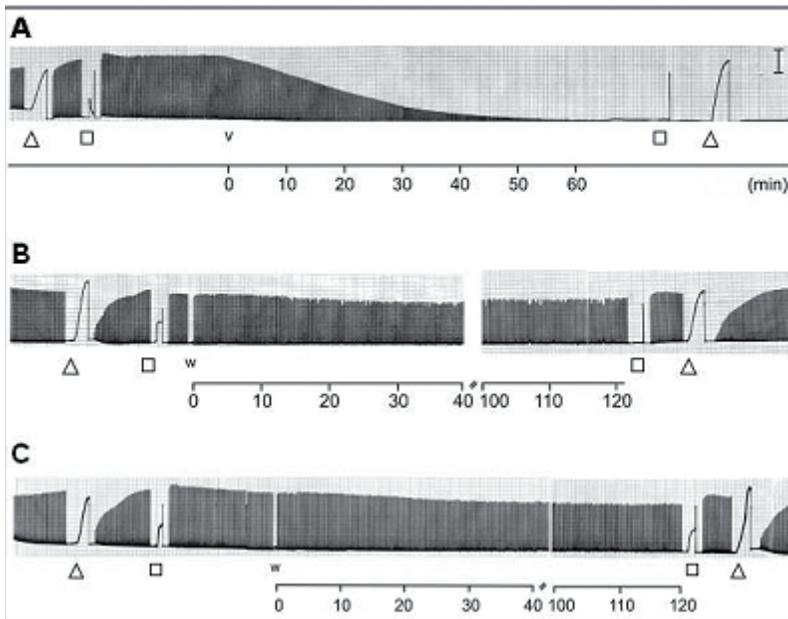


Gráfico 4. Número de horas para a procura de assistência médica e de casos sintomáticos e assintomáticos nos pacientes.
Fonte: Rodrigues, 2006.

Um problema na saúde pública diz respeito ao antiveneno produzido no Brasil para combater o efeito causado nos acidentes com *Micrurus*. O soro mais utilizado é o soro antielapídico, genérico para toda a família Elapidae, sendo pouco satisfatório para bloquear ações como a neurotóxica. Abreu (2008) afirma que o antiveneno comercial não é tão eficaz como deveria ser, e que ele foi incapaz de impedir o efeito bloqueio neuromuscular causado pelo veneno de *M. altirostris* no músculo biventer cervicis de pintainhos. Constatou-se também que o antiveneno foi apenas eficiente quando a proporção dele foi aumentada em relação à recomendação do fabricante. O antiveneno foi obtido do Instituto Butantan, elaborado em cavalos com os venenos das espécies *M. frontalis* e *M. corallinus*. O instituto afirma que o antiveneno neutraliza 1,5 mg do veneno do gênero *Micrurus* com 1,0 ml de antiveneno, algo que não é constatado no estudo de Abreu (2008) (ver gráfico 5).



Registro miográfico representativo da resposta contrátil ao estímulo indireto em preparações biventer cervicis de pintainho. A- bloqueio tempo-dependente produzido pelo veneno de *Micrurus altirostris* (1 $\mu\text{g}/\text{mL}$). B e C- neutralização, pelo antiveneno comercial, do bloqueio induzido pelo veneno. Em B, foi efetuado um aumento de 10 vezes na proporção do antiveneno, indicada pelo fabricante (1 mL de antiveneno neutraliza 1,5 mg do veneno de *Micrurus* spp.). Em C, uma elevada concentração do antiveneno (aumento de 20 vezes na proporção indicada na ampola pelo fabricante) foi requerida para neutralizar a ação neuromuscular do veneno. As respostas à ACh exógena (\square , 110 μM) e ao KCl (Δ , 20 mM) foram obtidas antes e após a adição do veneno ou da mistura veneno:antiveneno. Os registros mostrados aqui são representativos de 6 experimentos. V - veneno. Barra vertical = 1 g.

Gráfico 5. Ação do antiveneno comercial em aves.
Fonte: Abreu, 2008.

Além de ser necessário providenciar um antiveneno ou soro antiofídico que abranja todo o gênero *Micrurus* e evite o bloqueio neuromuscular de forma eficiente para todas as espécies do mesmo, é importante a pre-

sença de neostigmina na composição – algo que não ocorre atualmente –, pois ela pode reverter o efeito pós-sináptico de diversas espécies de serpentes, como a *M. frontalis*, pelas suas características acetilcolinesterásticas (ABREU, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as características das serpentes peçonhentas, suas características bioquímicas e a estatística dos acidentes relacionados à cobra-coral, revelou uma complexidade impressionante, visto que vários aspectos da saúde pública podem ser relacionados com o tema.

Outro fato foi a pouca disponibilidade de informações, sendo muito difícil reunir características do veneno, explicitando que o ofidismo, um tema de extrema importância para a saúde pública brasileira, é pouco estudado.

Apesar das características principais terem sido descritas, é importante ressaltar que ainda existem várias lacunas e efeitos ainda não descobertos que ajudariam a criar melhores mecanismos para evitar acidentes com serpentes do gênero *Micrurus*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Valdemir Francisco de. *Estudo da ação do veneno bruto de Micrurus altirostris (cobra coral uruguaiana) sobre a junção neuromuscular e da capacidade de neutralização do antiveneno comercial e do antissoro específico*. 2008. Tese (Doutorado em Farmacologia) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. *Biologia dos organismos: a diversidade dos seres vivos, anatomia e fisiologia de plantas e animais*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.



BERNARDE, Paulo Sérgio. Mudanças na classificação de serpentes peçonhentas brasileiras e suas implicações na literatura médica. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, v. 81, n. 1, p. 55-63, jan.-jun. 2011.

BÖHM, György Miklós. Cobras: reconhecimento das cobras venenosas. In: SAÚDE TOTAL. *Animais venenosos*. 2010. Disponível em: <http://saude-total.com.br/artigos/meioambiente/animais/cobras/reconhecimento.asp>. Acesso em: 29 nov. 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). *Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos*. 2. ed. Brasília: Funasa, 2001.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES TÓXICO-FARMACOLÓGICAS (SINITOX). *Animais peçonhentos e venenosos*. Rio de Janeiro: Sinitox. 2001. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/sinitox/serpentes.htm>. Acesso em: 15 nov. 2010.

HOSER, Raymond. A Reclassification of the True Cobras; Species Formerly Referred to the Genera *Naja*, *Boulengerina* and *Paranaja*. *Australasian Journal of Herpetology*, Victoria, n. 7, p. 1-15, March 2009.

MELGAREJO, Aníbal Rafael. Serpentes peçonhentas do Brasil. In: CARDOSO, João Luiz Costa et al. *Animais peçonhentos no Brasil: biologia, clínica e terapêutica dos acidentes*. São Paulo: Sarvier, 2003. p. 45-70.

MOREIRA, Karla Graziella. *Estudo dos componentes proteicos da peçonha da serpente Micrurus frontalis (Serpentes: Elapidae)*. 2010. Tese (Doutorado em Biologia Animal) – Instituto de Biologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

NASCIMENTO, Sebastião Pereira do. Aspectos epidemiológicos dos acidentes ofídicos ocorridos no estado de Roraima, Brasil, entre 1992 e 1998. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 271-276, jan.-mar. 2000.

RODRIGUES, Cinthia Kunze. *Aspectos clínicos e epidemiológicos dos acidentes por Micrurus registrados no Centro de Informações Toxicológicas de Santa Catarina – CIT/SC*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.



SILVA, Vinícius Xavier da. *Revisão sistemática do complexo Bothrops neuwiedi*. 2000. Tese (Doutorado em Zoologia) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

STAHNKE, Leonardo Francisco. *Curiosidades sobre serpentes*. 2005. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAoB0AG/texto-curiosidades-sobre-serpentes>. Acesso em: 5 dez. 2010.



ANEXO – ESPÉCIES PRINCIPAIS DE SERPENTES
BRASILEIRAS E SUA DISTRIBUIÇÃO NO BRASIL

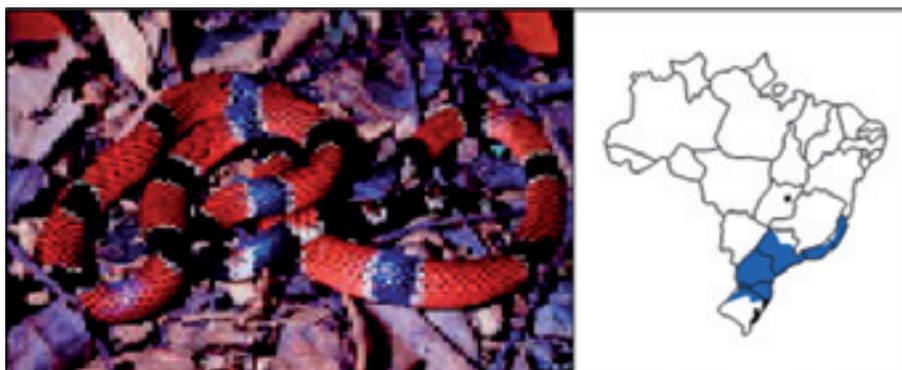


Figura 1. *Micrurus corallinus*.
Fonte: Fundação Nacional de Saúde, 2001.

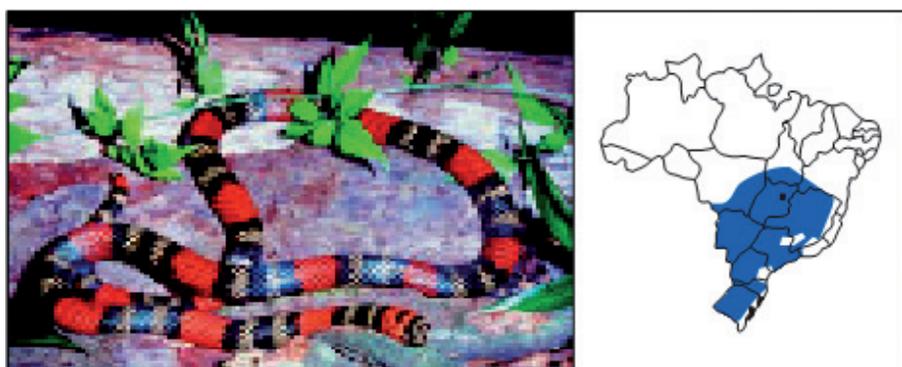


Figura 2. *Micrurus frontalis*.
Fonte: Fundação Nacional de Saúde, 2001.



Figura 3. *Micrurus lemniscatus*.
Fonte: Fundação Nacional de Saúde, 2001.



OS NOVOS CONSUMIDORES: A INFLUÊNCIA DA PROPAGANDA DE ALIMENTOS DIRECIONADA AO PÚBLICO INFANTIL*

Gabriela Fernandes Flauzino Santos*

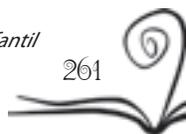
INTRODUÇÃO

A população brasileira vem passando, nos últimos trinta anos, por um processo de transição nutricional, juntamente com uma mudança no estilo de vida. Essa transição pode estar relacionada a questões estruturais próprias do capitalismo, cujas mudanças econômicas, culturais e sociais decorrentes do avanço tecnológico culminaram em novos hábitos de consumo, trabalho e produção. Assim, observa-se que há uma preferência por alimentos mais fáceis e rápidos de serem consumidos ou preparados, por causa da correria do dia a dia.

Esse novo perfil de consumo da população pode trazer consigo agravos à saúde decorrentes do tipo de alimentação consumida. Entre eles, destaca-se a obesidade, atualmente considerada por muitos uma epidemia, pois tem sido observada em idades cada vez mais precoces (RONQUE et al., 2005), o que é preocupante, posto que a obesidade e o sobrepeso podem acarretar o desenvolvimento de diversas doenças, como diabetes, hipertensão arterial e câncer, além de distúrbios alimentares e dermatológicos.

* O projeto de pesquisa que deu origem a este artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV, sob o seguinte número de protocolo: 0031.0.408.000-10.

** Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio com habilitação em Vigilância em Saúde (2008-2010). Atualmente cursa Nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação das professoras-pesquisadoras Marta Gomes da Fonseca Ribeiro (mestre em Ciências Pedagógicas) e Bianca Ramos Marins (doutora em Vigilância Sanitária de Produtos), ambas do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (Lavsa). Contato: gabiflauzino@yahoo.com.br.



O aumento da obesidade infantil também está relacionado diretamente com o aumento da obesidade entre adultos, pois estima-se que o risco de se permanecer obeso quando adulto se a obesidade se apresenta na infância é de 25%, e esse risco chega a 80% quando a obesidade continua na adolescência (VIUNISKI, 2005).

A publicidade é um instrumento importante utilizado pelas empresas, incluindo as alimentícias, pois contribui para divulgar e incentivar as pessoas a comprarem e consumirem os produtos veiculados. Para alcançar os seus objetivos e conquistar o consumidor, as empresas utilizam artifícios nas propagandas, como o uso de artistas da TV consumindo ou recomendando o produto, promoções para incentivar a compra etc. No caso da propaganda produtos dirigidos ao público infantil, são utilizados artifícios como personagens infantis, cores vibrantes, brinquedos, entre outros.

Nesse contexto, confere-se às crianças o *status* de clientes, ou seja, pessoas que gastam, compram e consomem de acordo com o seu próprio gosto, exigindo o que desejam (PEREIRA, 2002). E as empresas elaboram o tipo de publicidade específica para esses clientes. O preocupante é que, em relação ao restante do público, as crianças são as mais vulneráveis aos apelos da mídia. No caso das propagandas de alimentos, em que a grande maioria dos alimentos possui baixo valor nutricional e alto teor de gordura, isso pode fazer que essas crianças tenham uma concepção errada do que é um alimento saudável.

A tentativa da regulamentação do *marketing* de alimentos destinados ao público infantil pede cuidados especiais, tendo em vista a ameaça de uma epidemia de doenças não transmissíveis (DNTs) relacionadas à dieta, como doenças cardíacas, certos tipos de câncer, diabetes e obesidade (HAWKES, 2006). Ainda de acordo com essa autora, a Organização Mundial da Saúde (OMS) preparou um anteprojeto de estratégia global sobre alimentação saudável, atividade física e saúde que deverá ser objeto de análise pelos Estados-membros. E propostas para restringir a publicidade de alimentos destinados às crianças têm sido objeto de discussão em países como Alemanha, Austrália, Brasil, França, Irlanda, Itália, Malásia, Nova Zelândia, Polônia e Reino Unido. Contudo, esses países definiram critérios regulamentares para a publicidade



voltados apenas para a mídia televisiva (HAWKES, 2006), o que demonstra a necessidade de ampliar a discussão no que diz respeito ao direito do cidadão à informação e à liberdade de expressão.

No Brasil, a regulamentação destinada ao controle da publicidade de alimentos dirigidos ao público infantil ainda deixa espaço para as empresas alimentícias do país elaborarem propagandas muitas vezes abusivas. Há alguns projetos de leis para serem aprovados que visam um maior controle sobre a publicidade infantil ou a publicidade infantil de alimentos, como o projeto de lei nº 4.315/2008 que pretende dobrar o tempo de detenção para os que façam e promovam propagandas enganosas ou abusivas direcionadas às crianças. Outro exemplo é o projeto de lei nº 4.935/2009, que pretende proibir a entrega de brindes, brinquedos e prêmios na compra de alimentos ou bebidas, inclusive em lanchonetes *fast-food*. Até hoje, esses projetos não foram aprovados por muitos fatores, entre eles a pressão das grandes empresas de alimentos ou de produtos infantis.

Em relação à publicidade infantil de alimentos, pode-se observar que a maioria das regulamentações é voltada para a mídia televisiva, havendo assim menos controle sobre as propagandas presentes na mídia impressa, como em revistas destinadas ao público jovem.

Diante dessa situação, o objetivo do presente estudo foi identificar as estratégias de *marketing* utilizadas em peças publicitárias destinadas ao público infantil com base na literatura científica que trata de temas como propaganda, alimentos, obesidade infantil. Dessa forma, foi possível identificar quais as principais estratégias utilizadas em peças publicitárias de alimentos, como forma de influenciar a alimentação do público infantil.

O estudo de Henriques et al. (2012) revelou que todas as propagandas televisivas de alimentos dirigidas a crianças, no período de férias escolares, infringiam as determinações do Regulamento Técnico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em pelo menos três artigos relacionados aos alimentos com quantidade elevada de açúcar, de gorduras e de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional. Os autores ressaltam a urgência do setor público em regular o conteúdo das propagandas de alimentos infantis, cujo consumo pode ser prejudicial à saúde, por causa da influência que essas



propagandas exercem na decisão pela compra, tanto das próprias crianças quanto dos pais.

Para Francesco Branca (apud SANTOS, 2011), membro do comitê da OMS, a obesidade em crianças resulta da pouca atividade física, associada ao hábito de consumo de alimentos que superam as necessidades calóricas. E esse autor observa que nos países emergentes houve também um crescimento da oferta de alimentos industrializados, ricos em açúcares e gorduras.

O CONCEITO DE INFÂNCIA NO CONTEXTO DA PUBLICIDADE

No novo conceito de infância adotado pela indústria, a criança é vista como um cliente em potencial, ou seja, um “novo consumidor”, pois tem capacidade de comprar e, também, de influenciar as compras realizadas por seus pais. Segundo a pesquisa Kids Power (TNS Interscience, 2008), realizada com pais e crianças de cinco países latino-americanos, o percentual de influência da criança nas compras realizadas pelos pais é de 52%. Esse mesmo estudo aponta tendência no aumento desse percentual. Contudo, questiona-se de que maneira surgiu esse *status* de novo consumidor.

Transformações na economia e na cultura contribuíram para uma mudança no conceito da infância. A partir do século XVIII, começa a formar-se uma visão da criança como um ser incompleto, que deve ser educado de acordo com a lógica da necessidade de consumo (PEREIRA, 2002).

Atualmente, as crianças se deparam com um mundo fantástico, expostas a todo momento a informações provenientes de vários meios – televisão, *outdoors*, revistas, panfletos, *internet* etc. E é nesse mundo que o *marketing* para crianças se consolida, invadindo-as com um turbilhão de cores, sons e figuras, tentando tornar seus produtos atraentes e essenciais. As estratégias de *marketing* para capitanear o público são diversas: vão da publicidade nos meios de comunicação ao modo como os produtos são expostos nas gôndolas do mercado.



A propaganda caracteriza-se por ser uma forma de apresentar o produto ou a marca ao consumidor, estimulando a aquisição do mesmo. Segundo Linn (2006), as crianças americanas influenciam 600 milhões de dólares em gastos anuais, o que demonstra a potencialidade do mercado consumidor infantil. Ainda de acordo com essa autora, o *marketing* voltado para as crianças apoia-se em métodos científicos, sendo aperfeiçoado por psicólogos infantis. Percebendo isso, as empresas investem cada vez mais no *marketing* infantil, tentando estabelecer um vínculo com os indivíduos.

O *marketing* voltado para crianças é caracterizado pela comercialização de produtos para idades cada vez menores, buscando uma identificação do público infantil com a marca. Para Linn (2006), o *marketing* é formulado para influenciar mais do que preferências por comida ou escolhas de roupa. Seu sentido seria afetar valores essenciais, como as opções de vida – por exemplo, como definimos a felicidade e/ou como medimos o nosso valor próprio. As técnicas mercadológicas desenvolvidas por profissionais do *marketing* baseiam-se na manipulação das crianças, denegrindo e/ou enfraquecendo a autoridade dos pais. São observadas, mamadeiras, chupetas, lençóis e toalhas para bebês com personagens e logos licenciados, numa busca por uma lealdade à marca.

Apesar de não haver estudos que comprovem cientificamente o sucesso da publicidade para bebês, muitos acreditam que ela pode influenciar os pais e a escolha da criança no futuro. De acordo com Linn:

Se o bebê [...] for regularmente colocado em frente à televisão para assistir programas com os mesmos personagens que vê no berço, nas roupas, no móvel e nos brinquedos, a sua familiaridade com esses personagens significará (talvez antes que aprenda a falar plenamente) que viagens ao supermercado serão acompanhadas de gritos de alegria toda vez que os vir nas caixas de cereal e de desapontamento se o cereal não for parar no carrinho. (2006, p. 70)

Essa citação nos leva a refletir e a inferir que a formação de novos hábitos alimentares pode ser influenciada com base em critérios midiáticos, pelos quais são minimizadas questões culturais e sociais, bem como os anseios pessoais ou nutricionais.



PUBLICIDADE E MARKETING

Ao realizar a aquisição de um produto, não necessariamente esse ato é orientado por uma decisão consciente. Na maioria das vezes, adquirimos produtos sem necessidade, apenas para satisfazer nosso desejo de consumo. Situações como essas são muito comuns, e são fruto das estratégias de *marketing* adotadas pelas indústrias. O que é *marketing*, e como ele influencia o poder de compra dos indivíduos?

O estudo do *marketing*, que busca colher informações sobre o comportamento das pessoas em relação ao mercado e ao consumo, agrega diferentes áreas do conhecimento humano, tais como a sociologia, a psicologia e a filosofia (SHIMOYAMA e ZELA, 2006). As estratégias de *marketing* vêm sendo utilizadas por diferentes empresas, que buscam oferecer produtos e serviços a um determinado público, para fomentar o desejo de consumo. Kotler define *marketing* da seguinte forma:

Marketing é a função empresarial que identifica necessidades e desejos insatisfeitos, define e mede sua magnitude e seu potencial de rentabilidade, especifica que mercados-alvo serão mais bem atendidos pela empresa, decide sobre produtos, serviços e programas adequados para servir a esses mercados selecionados e convoca a todos na organização para pensar no cliente e atender ao cliente. (2003, p. 11)

Ainda de acordo com esse autor, existe um campo de estudo específico para a análise do comportamento do consumidor, de forma a entender os principais motivos que levam um determinado indivíduo ao ato de compra, entender o seu comportamento em relação ao consumo.

A propaganda é uma parte do *marketing* destinada à divulgação das ideias do comércio e à sedução de consumidores, estando presente, principalmente, nas grandes mídias de massa televisiva e impressa, podendo também aparecer – embora essa seja uma forma nova – na *internet*, com a divulgação de produtos em *blogs* ou sítios. Ela busca criar a necessidade de consumo dos produtos veiculados, ou seja, convencer o público de que precisa de determi-



nado produto para ser/estar feliz, para ter amigos, para ser/estar bonito, para possuir *status* (LINN, 2006).

Cada detalhe da publicidade é pensado a fim de tornar o produto mais atraente, convencendo os consumidores a comprá-lo. E isso também acontece com os alimentos, que, por serem produtos indispensáveis à sobrevivência, recebem grande atenção, e há um alto investimento nesse tipo de publicidade. Essa “necessidade de consumo” é estimulada pela utilização de cores vibrantes, músicas, associação do produto a personagens midiáticas, além da cortesia de brindes.

Observa-se com frequência a disponibilização pelos supermercados de produtos direcionados ao público infantil em prateleiras facilmente alcançadas pelas crianças. Desta forma, ao se depararem com desenhos e jogos preferidos por elas nas embalagens dos produtos que estão nas prateleiras do mercado ou nas vitrines das lojas, as crianças acabam fazendo uma junção entre o real e o imaginário, integrando a realidade à sua própria visão de mundo, tornando o mundo em que elas vivem “mais divertido” (RODRIGUES e BATISTA, 2007). Nessa dificuldade de distinção entre ficção e realidade, a propaganda se torna mais uma brincadeira.

Para exemplificar a constante vinculação de seus produtos a personagens do imaginário infantil, determinada empresa tem como garoto propaganda um palhaço que alia a diversão ao consumo de seus produtos *fast-food*. Em um dos seus famosos lanches, sempre é vendido um brinquedo ou alguma personagem de programas, filmes ou revistas infantis, como o *Shrek*, personagem fictício de uma animação infantil.

Sabe-se que a publicidade não tem o poder de “mandar” no consumidor, e por isso, adota técnicas, como descreve Silva (2008, p. 6-12): *formar, reformar, conformar*. De acordo com Linn (2006), essas técnicas se valem do fator convencimento, o chamado “fator amolação”, na medida em que as crianças incitam insistentemente seus responsáveis a adquirirem o produto em questão. Segundo a autora, o estudo sobre o “fator amolação” descobriu que o impacto da amolação das crianças sobre os seus responsáveis é significativo. Contudo, vale ressaltar que esse tipo de estratégia acaba



colocando a indústria entre pais e filhos, podendo desencadear conflitos familiares. Linn, ao dar exemplo do “fator amolação”, expõe em seu livro a fala de Kelly Stitt, gerente de uma empresa de molhos à base de tomate:

Toda a nossa propaganda é voltada para as crianças. Nós queremos o fator amolação para que a Sarah, de 7 anos, aborreça a mãe no supermercado para comprar Funky Purple. Não temos certeza se a mãe o compraria por vontade própria. (2006, p. 60)

O “fator amolação” é uma estratégia muito eficiente para estimular a aquisição de um determinado produto pelos pais. Contudo, o critério de decisão pelos responsáveis é a confiança no produto. Assim, as empresas alimentícias utilizam em suas propagandas o chamado “marketing nutricional”, ou seja, elas destacam os aspectos nutricionais positivos em detrimento dos aspectos negativos, caso existam. Essa estratégia de *marketing* é utilizada atualmente em virtude do comportamento da população, que vem se mostrando mais preocupada com a qualidade da alimentação e com a necessidade de ter um estilo de vida mais equilibrado e saudável, além da valorização da boa forma física.

Dessa forma, a indústria alimentícia constantemente utiliza estratégias de diferenciação do produto, ou seja, pelo oferecimento de atributos adicionais de seus produtos se comparados com as marcas concorrentes. Essa diferenciação pode ocorrer em relação ao sabor, consistência ou enriquecimento nutricional. Dentre as formas de diferenciação, a mais comum é a fortificação nutricional, que possibilita a incorporação de nutrientes aos produtos alimentícios (SCAGLIUSI, MACHADO e TORRES, 2005).

O *marketing* adotado por empresas alimentícias pode ser aplicado à rotulagem ou à propaganda nutricional. Na rotulagem, busca-se um *design* nas embalagens de acordo com o segmento de mercado que a empresa deseja atingir. Cores, ilustrações, tamanho, material e informações fornecidas são os elementos das embalagens, sendo a cor o mais importante, pois é o mais eficaz na influência de decisão de compra pelos consumidores (ISHIMOTO e NACIF, 2001). Já a propaganda nutricional,



segundo Scagliusi, Machado e Torres (2003), está relacionada especificamente com as informações expressas nos rótulos dos alimentos.

De acordo com a American Dietetic Association (ISHIMOTO e NACIF, 2001), as informações sobre saúde ou de conteúdo nutricional apresentadas em propagandas ou rótulos devem estar baseadas em estudos científicos e ser obrigatoriamente verdadeiras, claras e objetivas.

As propagandas de alimentos são muito comuns, seja na mídia televisiva ou na mídia impressa, e entre elas estão as que são direcionadas às crianças. Segundo um estudo do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília ("Setenta e dois por cento das propagandas de alimentos vendem más opções à saúde", 2008), do total de propagandas veiculadas na TV, 44% são de alimentos; nas revistas infantis, 15% das propagandas são de alimentos. Segundo dados publicados no sítio do Canal Ciência em 2000 (CRIVELARO et al., 2006), 57,8% dos alimentos veiculados são ricos em sal, gordura e açúcares que podem trazer danos à saúde de quem os consome se comidos de maneira excessiva; 21,2% estão no grupo de pães, massas e arroz; 11,7% estão no grupo de leites, queijos e iogurtes; e 9,3%, no grupo de carne, ovos e leguminosas. Em relação a frutas e verduras, o estudo constatou que nenhuma propaganda televisiva veiculava informações sobre esse grupo de alimentos.

OBESIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A sociedade ocidental atual é caracterizada, dentre muitas coisas, pela mudança de comportamento e no estilo de vida da população. Entre as mudanças ocorridas, está a transição dos hábitos alimentares. Isso pode ser explicado pelo fato de as pessoas não disporem do tempo necessário para fazerem as suas refeições adequadamente; assim, optam pelo consumo de alimentos industrializados e também dos chamados *fast-foods*, devido à praticidade que apresentam.

O novo comportamento alimentar não ocorre somente no Brasil, com o distanciamento do típico feijão com arroz, mas na sociedade con-



temporânea ocidental. Essa mudança também levou ao aumento na incidência de indivíduos com sobrepeso e obesidade, principalmente entre as crianças e adolescentes (RONQUE et al., 2005). Muitos estudiosos já concebem a obesidade como um problema de saúde pública capaz de merecer maiores esforços para se contornar a situação.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a obesidade é um agravo à saúde caracterizado por um acúmulo anormal ou excessivo de gordura no tecido adiposo, o que provoca um peso acima do normal nos indivíduos que apresentam a doença, além de acarretar problemas para a saúde do mesmo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2010).

A obesidade é considerada uma doença crônica não transmissível (DCNT) relacionada com a alimentação da população (HAWKES, 2006) e associada a fatores não só comportamentais, mas também genéticos e ambientais. Dessa forma, caracteriza-se como uma doença de etiologia multifatorial, pois apresenta múltiplos fatores de risco e pela interação de fatores causais desconhecidos.

Podem-se destacar entre os agravos da obesidade a diabetes tipo 2, o câncer, a hipertensão arterial, a hipercolesterolemia, a hiperlipidemia, além de distúrbios psicológicos advindos (SANTOS, 2007). Os distúrbios psicológicos advêm, principalmente, do preconceito, da discriminação e da exclusão social, produzidos pela estigmatização da obesidade, fazendo que o indivíduo busque consolo na própria comida, ingressando em um ciclo vicioso (FELIPPE, 2001). Essa forma de analisar a obesidade está relacionada com o novo conceito de saúde, que acredita ser ela não somente ausência de doença, mas também qualidade de vida.

Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004, 40% do total da população adulta brasileira está com o peso acima do normal. Além disso, verifica-se um aumento significativo de sobrepeso e obesidade entre crianças e adolescentes (FISBERG, 2005).

Em estudo realizado com crianças de 7 a 10 anos em Florianópolis/SC, 23,6% das crianças apresentavam sobrepeso e obesidade (FIATES, AMBONI e TEIXEIRA, 2008). Em outro estudo, realizado com crianças de Londrina/PR,



19% das crianças apresentavam sobrepeso e 14% apresentavam obesidade (RONQUE et al., 2005). Esses estudos afirmam que o crescimento da obesidade entre jovens aumenta a probabilidade dos mesmos se tornarem adultos obesos. O risco de uma criança obesa se tornar um adulto obeso é de 25%, e pode chegar a 80% se a obesidade persistir depois dos 10 anos de idade.

Sabe-se que não é possível inferir apenas uma única causa para a prevalência da obesidade entre crianças, porém a publicidade de alimentos passa a ser um dos fatores que influenciam a obesidade infantil, na medida em que os alimentos veiculados pela mídia são ricos em sódio e gordura, que, se consumidos em excesso, podem acarretar danos à saúde. Henriques et al. (2012) ressaltam que as crianças têm sido expostas cada vez mais cedo a esse tipo de alimentação, seja pelo aumento da jornada de trabalho dos pais, seja pela falta de opções saudáveis nas escolas, ou, ainda, pelo bombardeio de propagandas de produtos alimentícios que influenciam negativamente suas escolhas alimentares.

De acordo com o que foi discutido até o presente momento sobre alimentação, nutrição, saúde, publicidade, ressaltamos a necessidade de se ampliarem as discussões, e englobar nessas temáticas, e na relação com a infância, profissionais de saúde, movimentos sociais e escolas. Assim, torna-se patente o dever de o Estado regulamentar e fiscalizar as práticas comerciais que envolvam alimentos e/ou crianças.

Mediante a consolidação de um novo contexto de infância no mundo contemporâneo, a criança tem recebido uma autonomia muito grande, sobretudo em relação ao consumo, ficando livre para escolher o que deseja. Contudo, essa autonomia não atinge as famílias pobres e ricas da mesma maneira. A autonomia na aquisição dos alimentos e a conformação de uma dieta equilibrada nutricionalmente podem estar condicionadas ao poder aquisitivo das famílias e à necessidade de se desenvolver hábitos alimentares saudáveis. Juntamente com essa autonomia, há uma maior dificuldade de se imporem limites em relação ao consumismo precoce, que se agrava com a grande publicidade voltada para esse público-alvo. Assim, observa-se a necessidade da apresentação de informações acessíveis, corretas e que não sejam abusivas. O cidadão tem direito à informação capaz de subsidiá-lo a exercer seu direito



de escolha. E o Estado deve contar com políticas públicas que previnam os riscos à saúde, coibindo práticas abusivas da publicidade.

A infância é um período de descobertas e construção da personalidade. Nessa etapa da vida, os indivíduos estão mais vulneráveis às influências, que podem vir tanto dos pais quanto da escola, de amigos, da televisão, da *internet*, de revistas etc. A publicidade está incluída nessas influências, e dessa forma é preciso analisar que tipos de valores são passados às crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento crescente do consumo de alimentos, como balas, biscoitos e frituras, está relacionado ao aumento da obesidade infantil, e também no número de casos de doenças decorrentes da obesidade.

Uma alimentação saudável na infância é de vital importância para o desenvolvimento físico e mental, contribuindo para o seu metabolismo e crescimento. Além disso, os nutricionistas indicam a necessidade de uma alimentação rica em cálcio, ferro e vitaminas A, C e D, e de um consumo menor de sódio, açúcar e gordura. Dessa forma, é importante a fiscalização dos alimentos consumidos pelas crianças e um monitoramento do tipo de alimento veiculado em propagandas, de forma a proteger a saúde delas.

São diversas as formas de influência das propagandas de alimentos para crianças, assim é de extrema importância uma junção de forças na proteção integral à saúde da criança, como a oferta de uma alimentação saudável para o seu desenvolvimento.

É também de responsabilidade do Estado a proteção às crianças, implantando regulamentações específicas para a publicidade de alimentos, e também para a publicidade infantil. É importante a fiscalização do Estado para que as empresas não se julguem livres para escolher o conteúdo para as crianças, pois sabe-se que a escolha do que irá ou não ser veiculado está baseada principalmente no lucro, e não no bem-estar e na saúde das crianças. É preciso que as propagandas deem maiores informações, explicitando,



por exemplo, os danos que podem ser causados pelo consumo do produto veiculado. E é dever do Estado programar esse tipo de controle, e fiscalizar o cumprimento das normas.

Porém, para que essas atitudes sejam tomadas, é preciso que toda a sociedade esteja informada sobre os riscos da grande influência da publicidade de alimentos direcionada às crianças, para que cobrem das autoridades competentes rigor na fiscalização. Com o conhecimento de todos, será mais fácil mudarmos essa situação, até conseguirmos que a publicidade não se utilize da vulnerabilidade das crianças, e que a sua proteção de fato seja observada.

Os benefícios de uma alimentação equilibrada nutricionalmente já são conhecidos e durante a infância ela é de vital importância para o desenvolvimento físico e mental da criança. Garantir o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade deve fazer parte do desenvolvimento de políticas públicas visando minimizar a ocorrência de doenças decorrentes da carência ou excesso do consumo de alimentos.

Nesse contexto, a propaganda de alimentos também deve fazer parte do rol de discussões públicas. Não se trata de proibir a propaganda de alimentos, mas de pensá-la de forma crítica e cautelosa, e que a legislação sanitária seja capaz de definir critérios seguros para a publicização dos produtos alimentícios.

A questão central da propaganda deve ser pauta de discussões em vários fóruns da sociedade, para que não se comprometa a formação dos hábitos alimentares na população mais jovem, além de se possibilitar a reflexão sobre a lógica consumista que hoje vivenciamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRIVELARO, Lana Paula et al. A publicidade na TV e sua influência na obesidade infantil. *Unirevista*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-7, jul. 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Crivelaro.PDF. Acesso em: 13 set. 2013.



FELIPPE, Flávia Maria Lacerda. *O peso social da obesidade*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

FIATES, Giovanna Medeiros Rataichesk; AMBONI, Renata Dias de Mello Castanho; TEIXEIRA, Evanilda. Comportamento consumidor, hábitos alimentares e consumo de televisão por escolares de Florianópolis. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 105-114, jan.-fev. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v21n1/a11v21n1.pdf>. Acesso em: 313 set. 2013.

FISBERG, Mauro. Sedentarismo e hábitos alimentares inadequados aumentam o risco de obesidade infantil em São Paulo. *Nutrição em Pauta*, [on-line], n. 74, set.-out. 2005. Disponível em: http://www.nutricaoempauta.com.br/lista_artigo.php?cod=453. Acesso em: 13 set. 2013.

HAWKES, Corinna. *Marketing de alimentos para crianças: o cenário global das regulamentações*. Brasília: Organização Panamericana da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2006. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/propaganda/marketing_alimentos_criancas.pdf. Acesso em: 13 set. 2013.

HENRIQUES, Patrícia et al. Regulamentação da propaganda de alimentos infantis como estratégia para a promoção da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 481-490, fev. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000200021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003: primeiros resultados: Brasil e grandes regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

ISHIMOTO, Emília; NACIF, Marcia de Araujo Leite. Propaganda e *marketing* na informação nutricional. *Brasil Alimentos*, São Paulo, n. 11, p. 28-33, nov.-dez. 2001.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. *Administração de marketing*. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2003.

LINN, Susan. *Crianças do consumo: a infância roubada*. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PEREIRA, Rita Marisa Ribes. Infância, televisão e publicidade: uma metodologia de pesquisa e construção. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 115, p. 235-264, mar. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14400.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.

RODRIGUES, Carla Daniela Rabelo; BATISTA, Leandro Leonardo. *Propaganda e crianças*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30. Santos: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em: <http://jornalescolar.org.br/wp-content/uploads/2010/04/propaganda-e-criancas.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.

RONQUE, Enio Ricardo Vaz et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares de alto nível socioeconômico em Londrina, Paraná, Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 18, n. 6, p. 709-717, nov.-dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n6/a01v18n6.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.

SANTOS, Andréia Mendes dos. *Sociedade do consumo: criança e propaganda, uma relação que dá peso*. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Beth. Obesidade infantil aumenta em países pobres. São Paulo: Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso), 2011. Disponível em: <http://www.abeso.org.br/lenoticia/686/obesidade+infantil+aumenta+em+pa%C3%ADses+pobres.shtml>. Acesso em: 13 set. 2013.

SCAGLIUSI, Fernanda Baeza; MACHADO, Flávia Mori Sarti; TORRES, Elizabeth Aparecida Ferraz da Silva. *Marketing aplicado à indústria de alimentos*. *Nutrire*, São Paulo, v. 30, p. 79-96, dez. 2005. Disponível em: <http://www.revistanutrire.org.br/articles/view/id/4f9850741ef1fa4b47000002>. Acesso em: 13 set. 2013.



SETENTA e dois por cento das propagandas de alimentos vendem más opções à saúde. *Carta Maior*, [on-line], 7 jul. 2008. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15101. Acesso em: 13 set. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIMOYAMA, Claudio; ZELA, Douglas Ricardo. *Administração de marketing: manual de gestão empresarial*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Leila Patrícia. *O discurso persuasivo como ferramenta da ideologia nas propagandas da Coca-Cola*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Habilitação em Publicidade e Propaganda) – Curso de Comunicação Social, Faculdade Pitágoras, Londrina, 2008. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/22319180/discurso-persuasivo-1>. Acesso em: 13 set. 2013.

TNS INTERSCIENCE. *Pesquisa Kids Power: estudo institucional*. São Paulo: TNS Interscience, 2008. Disponível em: <http://www.tnsglobal.com.br/site2006/download/estudosInstitucionais/KIDSPower.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.

VIUNISKI, Nataniel. *Obesidade em adultos, um desafio pediátrico?* *Nutrição Brasil*, São Paulo, v. 12, n. 74, p. 9-10, set.-out. 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Obesity and overweight. Fact sheet*, Genebra, n. 311, March 2013. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/index.html>. Acesso em: 13 set. 2013.



UMA HISTÓRIA DO CARNAVAL: O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA FOLIA*

Guilherme Estevão de Lima Maciel**

INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma análise sobre os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro, utilizando como objeto de estudo as agremiações que integram o Grupo Especial.¹ Identifica a cadeia produtiva atrelada ao evento e discute a maneira como as relações de trabalho e as tradições se encontram em meio à atual conjuntura da festa. Sinaliza a apropriação desses valores culturais a favor de uma lógica comercial e identifica tal fenômeno como o processo de *mercantilização* do Carnaval.

O trabalho se deu pela leitura crítica da produção acadêmica a respeito do tema e por uma investigação prática, por meio de entrevistas com trabalhadores das escolas de samba. Para realizar as discussões propostas, faz um resgate histórico do Carnaval, enfocando o início do desenvolvimento dos desfiles carnavalescos e identificando marcos para o processo de mercantilização. Além disso, apresenta os relatos dos tra-

* O projeto de pesquisa que deu origem a este artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV, sob o seguinte número de protocolo: 0050.0.408.000-11.

** Ex-aluno do Curso Técnico de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, com habilitação em Gerência em Saúde, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (2009-2011). Atualmente, cursa Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação da professora-pesquisadora Muza Clara Chaves Velasques, do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (Lateps) da EPSJV/FIOCRUZ. Contato: guilhermestevao@ufrj.br.

¹ Principal grupo de disputa entre agremiações do Carnaval do Rio de Janeiro.



balhadores a respeito do processo produtivo e a forma como enxergam o panorama atual da festa.

A importância desta investigação se deve ao intenso fortalecimento do processo de mercantilização dos desfiles carnavalescos nos últimos anos, o que vem proporcionando questionamentos por parte dos sambistas, além de não haver produção acadêmica aprofundada sobre o assunto.

O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CARNAVAL

O Carnaval é uma festividade antiga que tem inúmeras teorias no que concerne à sua origem. Apesar de os primeiros relatos sobre a festa datarem do século VII, período de institucionalização da Quaresma,² pesquisadores como José Carlos Sebe (1986) relacionam o evento a outras celebrações ainda mais antigas.

Esses festejos apresentam semelhanças fundamentais em seus ritos, como a presença de música e dança, além da utilização de adereços, e as atitudes extrovertidas, livre de repressões, por parte dos foliões. O que as distingue são as divindades cultuadas em cada evento, como Ísis,³ para os egípcios, e Baco,⁴ para os romanos.

O Carnaval da Idade Média era um momento de consumo intenso de carne vermelha por conta do início da Quaresma, que se dava logo após o término do festejo. *Carne vale* é uma expressão italiana cujo significado é “adeus à carne” (SEBE, 1986). A festa representava, também, um momento de inversão das estruturas sociais, de alegria coletiva e dos exageros. Esse fenômeno da cultura popular foi, por muito tempo, excluído do âmbito acadêmico até ser analisado por Bakhtin (1999), que elaborou o conceito de *carnavalização*.

² Período de quarenta dias, do ano litúrgico, celebrado por igrejas cristãs, que sucede ao Carnaval e antecede a Páscoa.

³ Deusa da mitologia egípcia, que simboliza a fertilidade e a maternidade.

⁴ Deus romano, cultuado pelos gregos com o nome de Dionísio. Divindade do vinho e dos excessos.



O estudioso sinalizou que a festa representa um diálogo entre a ordem e a visão carnavalesca do mundo, quando a seriedade da cultura oficial é “destruída” pelo riso, que possibilita também a criação de uma nova dimensão. Tal “dualidade de mundo” justifica as ações livres de pudores dos foliões, transformando o Carnaval em uma válvula de escape das pressões cotidianas.

A estrutura da festa permaneceu inalterada, em tese, até fins do século XVII, como sinaliza Felipe Ferreira (2004), quando as classes dominantes passaram a atuar no evento e o transformaram em atrativo turístico para as cidades, estabelecendo características estéticas que vão perdurar até os dias atuais e que se manifestam claramente nos desfiles carnavalescos. Tais aspectos são trazidos ao Brasil pelos colonos portugueses no século XVIII.

A primeira brincadeira carnavalesca a se enraizar no país foi o entrudo,⁵ praticado até fins do século XIX. Apresentou duas vertentes, o familiar e o popular, cuja diferença principal era a classe de seus foliões. Por mais que fosse praticado por cidadãos das mais variadas ordens sociais, o entrudo passou a ser reprimido em meados do século XIX, devido a mudanças de valores das classes dominantes, influenciadas pelas concepções de progresso e civilidade da Europa.

Aos poucos, a prática do entrudo perdeu força. Em contrapartida, bailes e sociedades carnavalescas⁶ passaram a se fortalecer no evento, vencendo, dessa forma, o ideal carnavalesco das elites. A eclosão maciça das grandes sociedades se deu em fins do século XIX e proporcionou, principalmente no Rio de Janeiro, uma disputa pelo controle das ruas, além de fomentar atividades econômicas nos locais de desfile. A festa das elites passou, aos poucos, a ser apropriada pelas classes populares; com isso, foram concebidas novas categorias de brincadeiras, como pequenas sociedades, ranchos, cordões, blocos carnavalescos e zés-pereiras.⁷

⁵ Antiga celebração carnavalesca, de origem europeia, que tinha como configuração principal o lançamento de líquidos e pós nos participantes.

⁶ Agremiações carnavalescas que possuíam adesão da elite e da grande imprensa e realizavam os principais desfiles carnavalescos até o início do século XX.

⁷ Organizações carnavalescas que desfilavam pelas ruas com bumbos, zabumbas e tambores.



Instalou-se, assim, uma crise no “grande Carnaval”, mas se promoveu um amplo desenvolvimento da festa, principalmente a carioca, que ganhou notoriedade no país e no mundo. Ao mesmo tempo, brotava nos guetos da cidade um novo gênero musical que, em meados do século XX, tornar-se-ia símbolo da identidade musical nacional: o samba.

Os primeiros relatos sobre o samba datam de 1838. A palavra vem de “semba”, ritmo angolano cuja dança é marcada por passos como a umbigada, que era considerada uma afronta à moral religiosa do século XIX (AUGRAS, 1998). Há discordâncias em relação ao primeiro local de prática do samba, mas em fins do século XIX eram organizadas rodas de samba no bairro da Cidade Nova, com destaque para os eventos no terreiro de Tia Ciata, frequentado por músicos da periferia carioca (FERREIRA, 2004).

O Carnaval das primeiras décadas do século XX foi marcado por uma fusão de categorias carnavalescas, que passaram a incluir o gênero musical dos terreiros da Cidade Nova – a Pequena África de Tia Ciata e Heitor dos Prazeres – em seus ritos, criando uma nova estrutura foliã: as escolas de samba. Reuniu-se a organização dos ranchos, a desordem dos blocos e o samba, que ganhava legitimidade aos poucos.

Perdura até os dias atuais a discussão sobre a criação da primeira escola de samba. Segundo Monique Augras (1998), Ismael Silva, um dos principais nomes da história do Carnaval, seria o responsável por conceber o termo “escola de samba”. Entretanto, sua agremiação, a Deixa Falar, seria, na verdade, um rancho-escola, fomentando os questionamentos de Portela e Mangueira, que se autointitulam as primeiras escolas de samba. Outra discussão sem conclusão diz respeito à gravação do primeiro samba. O que há de concreto é que o gênero ganha reconhecimento e respeito no final da década de 1920, assim como as escolas de samba.

Passando a ser legitimadas pela sociedade, mas ainda de maneira “não oficial” perante o governo, as agremiações organizaram a primeira disputa de escolas de samba, que ocorreu em 1932, com 19 agremiações. Segundo Sérgio Cabral (1996, p. 52), a ideia foi do jornalista Mário Filho, e a disputa foi patrocinada pelo jornal *Mundo Esportivo*. Naquele ano, a Estação Primeira de Mangueira se sagrou campeã.



O concurso das agremiações carnavalescas foi impulsionado a partir da parceria firmada com o jornal *O Globo*.

O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO

Percebe-se que desde a concepção do concurso de escolas de samba houve a necessidade de investimentos financeiros de entidades externas ao “mundo do Carnaval”. Portanto, ao analisar o processo de mercantilização da festa, seria infundado buscar uma pureza dos desfiles, assim como menciona Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, ao dizer que “o acesso a uma ‘tradição popular pura’ é humanamente impossível [...] as ideias de autenticidade e pureza comportam problemas. Sugerem a homogeneidade, e a cultura popular é, e sempre foi, essencialmente diversa” (2006, p. 24-25).

É possível também chegar a essa compreensão com base no conceito de circularidade⁸ entre as culturas, de Ginzburg (1998). Isto é, as manifestações da cultura popular e da cultura dita oficial se relacionam nas experiências de sua materialização no cotidiano social. Não existem, assim, formas puras de manifestação cultural, tanto oficial quanto popular, apesar de suas respectivas representações darem significados ao lugar das classes sociais nas sociedades.

O concurso das agremiações carnavalescas ganhou destaque com a parceria firmada com o jornal *O Globo*, sinalizando, assim, a presença da empresa no evento desde os seus primórdios. O jornal, além de proporcionar a ampliação da visibilidade do concurso, foi responsável, já em 1933, pela organização da festa, estabelecendo quesitos de julgamento e se encarregando da constituição do corpo julgador.

O concurso passou por alterações no regulamento até meados da década de 1940, quando consolidou o padrão de avaliação, estabelecendo o samba de enredo como quesito de julgamento. Os sambas se tornaram importante ferramenta de difusão da singularidade das escolas de samba perante as demais formas de celebração do Carnaval. Posterior-

⁸ Conceito presente na obra, originalmente publicada em 1976, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, de Carlo Ginzburg, historiador italiano.

mente, configuram-se como peças fundamentais de promoção ideológica, construindo em suas letras o Brasil que os governos buscavam mostrar, até serem utilizadas, mais à frente, como instrumentos publicitários.

É em meados do século XX que os desfiles se consolidam definitivamente como uma das principais práticas carnavalescas; nesse período se fortalece a concepção de que as agremiações deveriam desfilar com enredos de finalidade pedagógica, com temas nacionais e ufanistas. Alguns pesquisadores do Carnaval, como Monique Augras (1998), tentam minimizar a influência política na escolha dos enredos, afirmando que essa prática seria, na verdade, um segmento da corrente intelectual vigente no período. Entretanto, há de se convir que o governo não atribuiria recursos a políticas culturais que não estivessem de acordo com a sua ideologia, e os desfiles das escolas de samba já faziam parte do Programa Oficial do Rio de Janeiro, com alocação de verbas, desde os governos de Pedro Ernesto (1931-1934 e 1935-1936).

A estreita relação entre o governo e a organização do concurso, tanto no que se refere ao arranjo dos critérios de julgamento quanto na subvenção do espetáculo, foi fundamental para uma primeira adequação da festa a interesses “externos” a ela, mesmo que essa adequação não fosse tão agressiva quanto viria a ser três décadas depois. Em favor da obtenção de reconhecimento e da manutenção da subvenção estatal, a ordem passa a se sobrepor à desordem, com o que se configura, portanto, o início do processo de dissolução do princípio básico do Carnaval como sinalizado por Bakhtin (1999), ao definir esse período de festa como o momento em que os foliões estão submetidos apenas às leis da liberdade.

A legalização das escolas de samba perante o governo, a concessão de subsídios financeiros estatais e a “liberdade vigiada” ofertada pelo Estado às agremiações no tocante a escolha das temáticas de desfile podem ser consideradas “instrumentos utilizados pelas camadas superiores, no sentido de reforçar sua preeminência sobre a população suburbana” (QUEIROZ, 1992, p. 86). Entretanto, é inegável que o afunilamento das relações entre escolas de samba e Estado foi fundamental em dois aspectos principais: na construção de um caráter pedagógico dos desfiles carnavalescos e na formação do samba como símbolo da identidade nacional.



Os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) foram de essencial importância para a ascensão do samba perante os demais gêneros musicais brasileiros. Citando Hermano Vianna, Nelson da Nóbrega Fernandes afirma que “o samba foi uma resposta criativa, de gênios populares, estimulados por uma demanda de intelectuais de elite, interessados em organizar normas, valores, o imaginário social e a identidade nacional” (2001, p. xii). Dentro do contexto ideológico desses governos, os sambas de enredo foram vistos como possibilidade de se construir um signo original para a identidade brasileira, valendo-se de seu caráter pedagógico, ao apresentarem figuras nacionais como enredo.

Entretanto, o caráter pedagógico das escolas de samba não se limitou ao ufanismo. As agremiações tornaram-se fontes de descobertas históricas. Esse aspecto se transformou em uma importante singularidade das escolas e se configurou como mais uma forma de valorização dos carnavalescos, que transcenderam o âmbito das artes e se tornaram “historiadores informais”. É por meio do Carnaval que figuras como Xica da Silva e Chico Rei, enredos da Acadêmicos do Salgueiro em 1963 e 1965 respectivamente, ganharam evidência no cenário histórico nacional, assim como os nomes dos carnavalescos Fernando Pamplona⁹ e Arlindo Rodrigues.¹⁰

É mediante esse aspecto pedagógico das escolas de samba que é possível, enfim, introduzir com maior clareza a discussão sobre o início do processo de mercantilização dos desfiles carnavalescos do Rio de Janeiro. Esses dois enredos do Salgueiro ilustram um momento marcante do Carnaval que é denominado pelos amantes e teóricos da festa como o período “romântico” da folia carioca.

Até o início da década de 1970, as escolas de samba eram subsidiadas, principalmente, pelas verbas injetadas pelo poder público. Porém,

⁹ Nascido em 1926, Fernando Pamplona é carnavalesco, cenógrafo e professor da Escola de Belas Artes. Um grande expoente do Carnaval carioca, promoveu uma revolução estética e na abordagem dos enredos das agremiações, desfilando temas nunca antes visto, como enredos afro-brasileiros. Assinou trabalhos no Salgueiro e Em Cima da Hora.

¹⁰ Arlindo Rodrigues (1931-1987) foi cenógrafo, figurinista e carnavalesco. Quando trabalhava no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, foi convidado por Fernando Pamplona para fazer os figurinos da Acadêmicos do Salgueiro em 1960 e tornou-se carnavalesco, fazendo trabalhos em outras agremiações, como Mocidade Independente, Vila Isabel, Imperatriz Leopoldinense e União da Ilha do Governador, e vencendo oito vezes.

nessa mesma década, fortaleceu-se a colaboração da contravenção¹¹ (que dividia espaço com outros patrocinadores) nas escolas de samba, quando os bicheiros passam, inclusive, a estar presentes na gestão das agremiações e na organização dos desfiles.

Monique Augras (1998) justifica a presença dos mecenas da contravenção nas agremiações como uma forma vista por eles de conquistar prestígio diante das comunidades nas quais as escolas de samba estavam inseridas. Ao mesmo tempo, poderiam galgar o respeito de outras parcelas da sociedade, com o crescimento da visibilidade dos desfiles.

A presença de bicheiros no controle das escolas de samba é um marco no processo de engrandecimento das agremiações carnavalescas e, conseqüentemente, dos concursos de Carnaval. As escolas de samba passam a ter maior independência financeira dos recursos estatais e começam a caminhar “pelas próprias pernas”, inaugurando um novo estágio dos desfiles.

As escolas se afastaram da “liberdade vigiada” do governo e adquiriram o livre-arbítrio em suas opções de enredo. Entretanto, passam a estar atreladas ao controle dos contraventores, situação que perdura até os dias atuais. Esse novo período marca o início do processo de mercantilização dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro, que terá seu conteúdo aprofundado mais adiante, quando uma lógica de mercado passa a atuar na manifestação cultural, em seu momento “brando”.

O principal marco do início do processo de mercantilização do Carnaval é o desfile de 1976 da Beija-Flor de Nilópolis. A escola, administrada pelo bicheiro Anísio Abraão David,¹² desfilou com o enredo “Sonhar com rei dá leão”, desenvolvido pelo carnavalesco Joãozinho Trinta,¹³ que fazia uma homenagem ao jogo do bicho, a partir do sonho de um menino,

¹¹ Ou jogo do bicho, um jogo de apostas ilegal, criado no fim do século XIX, no qual o participante aposta em um número que tem um animal de referência.

¹² Empresário e contraventor do jogo do bicho, assumiu a presidência da Beija-Flor de Nilópolis em 1976 e promoveu uma mudança radical nos padrões de desfile da agremiação e, conseqüentemente, no Carnaval carioca.

¹³ Nascido em 1933 e falecido em 2011, Joãozinho Trinta foi um dos principais nomes do Carnaval brasileiro, sendo o maior vencedor, até os dias atuais, dos desfiles das escolas de samba e revolucionando o padrão estético das agremiações.



e apresentava a listagem dos animais com os quais se poderia vencer no jogo do bicho, com base nas imagens visualizadas nos sonhos. Com isso, Joãozinho Trinta não apenas quebrava com uma padronização de enredos, mas evidenciava e inaugurava a participação da contravenção no Carnaval e a desvinculação com a obrigatoriedade do ufanismo nos enredos.

A partir desse momento, os desfiles das escolas de samba tiveram um grande avanço do ponto de vista estético, mas isso criou, ao mesmo tempo, uma desigualdade de forças, visto que apenas as escolas com a presença de bicheiros tinham condições de financiar a materialização de criações grandiosas. Sendo assim, abriu-se espaço para que essas agremiações buscassem captar recursos por outros meios, para terem condições de disputa, e se iniciou, mesmo que de forma lenta e gradual, a transformação da manifestação cultural em celebração da indústria cultural.

Com base na leitura de Costa et al. (2003) e de Durão, Zuin e Vaz (2008) é possível afirmar que o conceito de indústria cultural foi desenvolvido pelos filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer no livro *Dialética do esclarecimento*. Ambos os teóricos fizeram parte da Escola de Frankfurt¹⁴ e, ao desenvolverem o conceito de indústria cultural, acreditavam que não era possível realizar análises a respeito das ideologias limitando-se, apenas, ao estudo das doutrinas políticas vigentes.

Para eles, era necessário ampliar a reflexão, passando a observar também as formas simbólicas presentes no mundo social, tendo em vista a importância das relações nas sociedades e as maneiras pelas quais se produz e se intensifica a massificação dos indivíduos. O desenvolvimento da comunicação de massa teve, para os teóricos, um impacto fundamental nas ideologias das sociedades modernas.

A concepção do conceito de indústria cultural está inserida em um contexto histórico em que ocorriam várias transformações na sociedade, com destaque para os aspectos econômicos e políticos. Nos Estados Unidos, Adorno e Horkheimer perceberam que a presença da indústria

¹⁴ Escola de teoria social interdisciplinar formada por diversos pensadores que tinham como fim realizar uma leitura crítica dos conceitos marxistas, uma vez que visualizavam as correntes de pensadores que seguiam os conceitos de Karl Marx como meros perpetuadores de teorias.



cultural se dava nas ferramentas de entretenimento, tendo, portanto, grande produtividade no âmbito cultural.

Os avanços tecnológicos da Segunda Revolução Industrial (1860-1945) permitiram a criação de novos meios de comunicação, como o cinema e a televisão, que, aliados às estratégias ideológicas dos governos, possibilitaram um importante avanço no controle social dos cidadãos. Entretanto, a indústria cultural não se restringe ao âmbito político, configurando-se também como um poderoso sistema de produção de lucros para os grandes capitais, que são os responsáveis por subsidiar o desenvolvimento do aparato tecnológico. A indústria cultural é produto da formação das sociedades industriais, ou seja, “a sociedade industrial é um desdobramento social das transformações promovidas pelas Revoluções Industriais” (COSTA et al., 2003, p. 35).

Adorno observou que a sociedade industrial deixou de apenas atuar no âmbito produtivo e passou a reinventar modos de subjetivação dos indivíduos, mediante a concepção de produtos culturais que não apresentam a participação do povo em sua elaboração; são criados apenas para serem consumidos em larga escala. Esse estágio da produção cultural na sociedade ultrapassa os limites do conceito de cultura de massa, que se refere à existência de uma cultura de elite e uma feita para o povo. Tal momento é a representação da transformação da cultura em ferramenta de mercado e, ao mesmo tempo, quando se alavanca o movimento global de produção industrial de bens culturais.

Portanto, a indústria cultural consegue aliar cultura à economia, tendo como ação principal a desconstrução da autonomia subjetiva dos indivíduos. É responsável, também, por condicionar os aspectos mais subjetivos da estrutura social, enquadrando o homem como massa. Dessa forma, ele passa a ser identificado como um indivíduo de subjetividade neutra, que tem como função principal assimilar o que é reproduzido pelo capital. A indústria cultural é responsável por levar à coisificação do indivíduo.

Marilena Chauí (1995) salienta, com base em discussões sobre indústria cultural e massificação dos consumos culturais, que a arte corre o risco de perder três características principais: a sua expressividade, o trabalho de criação e a experimentação do novo. Segundo a filósofa, a expressividade das



obras de arte é perdida por causa da excessiva reprodução e repetição das obras. Já o trabalho de criação se desgasta quando as criações se tornam eventos para o consumo. E, no que se refere à experimentação do novo, as obras tornam-se apenas consagrações do que já foi aprovado pela moda e pelo consumo – em suma, passam a ser repetitivas.

A indústria cultural, valendo-se de seu aparato tecnológico e controle dos meios de comunicação, poderia ser responsável por democratizar a cultura. Entretanto, realiza processo contrário, levando à separação de bens culturais por supostos valores de mercado; criando a ilusão dessa democratização, por meio da seleção prévia dos bens culturais que cada estrato social terá acesso; e transformando a cultura em meio de lazer e distração, e não como forma de reflexão da sensibilidade, inteligência e imaginação dos indivíduos. Portanto, é responsável por banalizar a arte e os conhecimentos agregados a ela.

Com base nos conceitos referentes à indústria cultural, é possível fazer uma análise do processo de mercantilização dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro. Como mencionado anteriormente, a inserção da contravenção nas agremiações resultou na ratificação da disputa entre as escolas, no fortalecimento da desigualdade nas condições de desfile e no estreitamento da relação entre organizações patrocinadoras e escolas sem a presença de contraventores em sua administração.

Ao mesmo tempo, fortalece-se a participação de celebridades nos desfiles, que dão maior visibilidade ao evento, mas tinham mais destaque que as comunidades nos organismos de comunicação. A ampliação do espaço dos desfiles nos meios de comunicação terá um papel fundamental para o acirramento do processo de mercantilização.

Esse panorama da festa foi criticado no Carnaval de 1982, pela agremiação Império Serrano, com o enredo “Bum Bum Paticumbum Prururundum”. É possível perceber essa crítica em seu samba:



Super escolas de samba S/A
Super-alegorias
Escondendo gente bamba
Que covardia!

Bum, bum paticumbum prugurundum
O nosso samba minha gente é isso aí.

*(Bum Bum Paticumbum Prucurundum,
de Beto sem Braço e Aluísio Machado, 1982)*

Naquele ano, a Império Serrano, tradicional escola de Madureira, sagrou-se campeã. Entretanto, a escola que criticou esse “progresso” da festa é responsável por inaugurar, três anos depois, a segunda fase do processo de mercantilização, a etapa “agressiva”, desenvolvendo o enredo “Samba, suor e cerveja, o combustível da ilusão”, pois esse enredo, de 1985, é o primeiro a ser patrocinado por uma empresa – a cervejaria Brahma, no caso.

Apesar de o primeiro enredo patrocinado ter sido concebido em 1985, pode-se inferir que no ano anterior, com a criação da Passarela Darcy Ribeiro, o Sambódromo, na avenida Marquês de Sapucaí, inaugurou-se a base que serviria para o avanço do processo de mercantilização dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro. Projetado em 1983 com o objetivo de ordenar o espaço de realização do espetáculo, o Sambódromo era uma exigência dos sambistas desde 1972, tendo sido idealizado por Amaury Jório,¹⁵ então presidente da Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

A construção da Passarela do Samba marcou uma cisão profunda no contato das agremiações com as camadas populares. Isso se dá pelo fato de que, a partir desse momento, a visualização do espetáculo pelo público presente passou a se restringir a um pequeno contingente capaz de arcar com os ingressos dos desfiles, que têm valores relativamente altos para o padrão financeiro do “povão”, além de sinalizar o nível de organização e importância do evento, dando segurança a possíveis investimentos e retorno financeiro aos grandes capitais.

¹⁵ Escritor, pesquisador e carnavalesco. Nasceu em 1925 e faleceu em 1980. Foi um dos fundadores da Imperatriz Leopoldinense e presidente da Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro a partir de 1968.



Em 1984 também é criada a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa). A criação da liga representa a consolidação da participação dos bicheiros no Carnaval, visto ter sido idealizada e dirigida pelos contraventores Anísio Abraão David, Castor de Andrade¹⁶ e Luiz Pacheco Drumond,¹⁷ o que mais uma vez evidencia a força da contravenção na festa, com a ordenação do espetáculo pautada na administração dos que se encontravam em condições ilegais perante o governo. Ela retira, definitivamente, o controle da organização do evento das mãos do poder público, representado pela Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (Riotur)¹⁸ e passa a gerir os recursos destinados às agremiações, além de estabelecer os contratos de televisão. Portanto, a Liesa também será determinante na evolução do processo de mercantilização da folia.

Como mencionado, a presença da Rede Globo está vinculada aos desfiles desde os primeiros anos, por intermédio do jornal *O Globo*: apesar da participação de outras empresas no patrocínio da festa, *O Globo* foi fundamental, por muito tempo, para a promoção do evento – e posteriormente a TV Globo. No primeiro ano dos desfiles no Sambódromo, a Rede Globo se recusou a transmitir os desfiles por causa da divisão dos mesmos em dois dias, e foi derrotada pela Rede Manchete, encarregada de televisionar a festa. A partir do ano seguinte, a Rede Globo voltou a transmitir a festa, o que acontece até os dias atuais.

Se por um período a parceria com a Globo foi importante, tornou-se degradante a partir do momento em que a emissora passou a enxergar o espetáculo apenas como forma de conquistar expectadores e anunciantes, abrindo mais espaço para publicidades dentro do desfile e reduzindo o tempo das vinhetas de Carnaval, tirando o “grito de guerra” das transmissões, dando fim aos debates carnavalescos. Dessa forma, a concepção, o planejamento e organização da festa, que ocorrem durante todo o ano, são

¹⁶ Um dos principais contraventores do jogo do bicho, patrono da Mocidade Independente de Padre Miguel, falecido em 1997.

¹⁷ Relevante nome da cúpula do jogo do bicho, patrono da Imperatriz Leopoldinense. Presidiu a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro do fim da década de 1990 até o início da década de 2000.

¹⁸ Organismo da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro responsável por administrar as políticas de turismo na cidade e que exerceu por anos a função de organizar os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro.



ocultados cada vez mais para o grande público, e o que é transmitido pela emissora são, apenas, dois dias de espetáculo marcados pelo luxo e pela presença de celebridades. A Rede Globo também atuou na organização do evento, fazendo exigências para que o número de escolas por dia de desfile fosse diminuído, não alterando a sua grade de programação.

A emissora disponibiliza pequenos espaços entre os anunciantes para apresentar aos telespectadores os sambas de enredo. As vinhetas carnavalescas são responsáveis por “ensinar” os sambas de enredo a outros setores da sociedade que não frequentam as escolas de samba; no entanto, a cada ano tornam-se mais curtas, não apresentando sequer uma passagem inteira dos sambas de enredo atualmente, quando as vinhetas têm em torno de 30 segundos, ao passo que, até fins dos anos 1990, uma passada inteira do samba era exibida, em média, dois minutos.

Dessa forma, portanto, a atuação da Rede Globo e de todo um conjunto de empresas – valendo ressaltar a participação de cervejarias, bancos e editoras – no Carnaval vai ao encontro do que Marilena Chauí (1995) chama de consequência da indústria cultural. Se os desfiles carnavalescos, que são obras de arte, possuem, em princípio, um valor de exposição, devendo ser contemplados e desfrutados, com o controle ideológico e econômico das empresas de produção artística, transformam-se em “eventos para tornar invisível a realidade e o próprio trabalho do criador das obras” (CHAUÍ, 1995, p. 17). A sociedade desconhece a verdadeira realidade das comunidades onde as escolas de samba estão inseridas e as peculiaridades do processo de criação de um desfile, e a Rede Globo faz questão de transformar a festa em um momento restrito ao lazer e não um evento símbolo da cultura brasileira. O trabalho de criação se desgasta quando as criações se tornam exemplo para o consumo.

Se os conhecimentos transmitidos pelas escolas de samba são pouco divulgados pelos principais meios de comunicação, os quais teriam a maior possibilidade de democratizá-los, o caráter pedagógico das agremiações, construído, sobretudo, a partir da década 1940, não de uma maneira pura e inocente, mas para consolidar o evento como uma rica manifestação cultural, vai se diluindo, ao passo que avançam as relações entre as corporações



de grande capital e as agremiações. Isso se dá pelo fato de as escolas de samba, para conquistarem recursos financeiros das empresas privadas, criarem enredos com temas superficiais e sem grande relevância cultural, para promoverem produtos ou ideias de empresas.

Outro aspecto que vem atingindo os desfiles carnavalescos e está diretamente ligado à indústria cultural é a padronização dos desfiles. Por causa da transmissão do evento para mais de 200 países pela TV Globo, o Carnaval deve se adequar aos padrões dos grandes eventos realizados nos países centrais, enquadrando-se nos modelos estabelecidos pela indústria cultural, segundo o presidente da Liesa Jorge Castanheira.¹⁹ A festa brasileira perde seu caráter artesanal e popular, e a sua singularidade, passando, dessa forma, a se assemelhar a qualquer outro evento.

Também é possível analisar o “progresso” das escolas de samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro por meio de outro membro da Escola de Frankfurt: Walter Benjamin, responsável pelo desenvolvimento da teoria “aurática”, que é a mais relevante tese materialista da arte.

No ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (BENJAMIN, 1983), o autor nos mostra que as imagens sempre foram passíveis de serem reproduzidas. Com o surgimento de técnicas para a reprodução em série, esse processo passou a ser feito com maior exatidão e precisão, dando origem à era da “reprodutibilidade técnica”, anunciada pelo surgimento da fotografia e do cinema.

A reprodutibilidade técnica é mais autonomia do que a manual. Com ela, é possível multiplicar as obras, conseguindo-se, inclusive, destacar ângulos e detalhes que escapam à percepção da ótica natural, além de ela possibilitar o “deslocamento” das obras, como fotografias e imagens filmadas.

Entretanto, há uma característica da obra que não pode ser reproduzida, que é a sua autenticidade. A autenticidade refere-se ao que o filósofo define como “o aqui e agora da obra de arte”, as transformações

¹⁹ Dados apresentados no seminário “Carnaval – que festa é essa?”, organizado pelo jornalista Aydano André Motta, no dia 20 de setembro de 2011, e realizado no Centro Cultural Banco do Brasil, do Rio de Janeiro.



físicas sofridas por ela ao longo do tempo e suas modificações em suas relações de propriedade (contidas no domínio da tradição). À medida que vai sendo multiplicada, a obra perde a sua “aura”. Conforme as obras são reproduzidas, deixam de possuir uma existência única e passam a ter uma existência em série. Desse modo, sua aura vai sendo diluída. Esse processo é acirrado com a massificação dos bens culturais, que promove a reprodução em larga escala.

Valendo-nos da teoria “aurática” de Benjamin e dos conceitos de indústria cultural, é possível estabelecer uma correlação com o processo de mercantilização dos desfiles carnavalescos, tendo em vista as perdas que o Carnaval sofre com a inclusão de organismos externos à festa. Uma das principais características das escolas de samba é a grande valorização das tradições, da sua história. A cultura das agremiações é marcada pela passagem da memória e pelo conhecimento dos sambistas por gerações, seja pelos sambas e enredos da escola, pelas festas ou pelos núcleos que as compõem, tendo como grande exemplo a ala das baianas. A valorização das tradições é um elemento singular das agremiações e uma das principais formas de conquista de respeito perante a sociedade. Logo, essa é a aura das escolas de samba.

A partir do momento em que os patrocinadores determinam as temáticas dos enredos, os meios de comunicação passam a desvalorizar os trabalhadores do Carnaval e as comunidades em benefício da promoção de celebridades. A necessidade de acumular títulos torna-se mais importante que a própria manifestação cultural. Pode-se afirmar que as escolas de samba passam a ter a sua aura diluída. As tradições são perdidas em favor de uma padronização da festa, com o estabelecimento de um patamar plástico que necessita de investimentos de patrocinadores e a ratificação da competitividade entre as escolas de samba.

Apesar da determinação de dois marcos fundamentais no processo de mercantilização (o período “brando” e o “agressivo”), é possível sinalizar outros dois momentos dentro do último período. A etapa “agressiva” da mercantilização dos desfiles viveu um período inicial caracterizado, sobretudo, pela grande interferência da mídia e o afastamento das massas, com a cobrança e o encarecimento dos ingressos, e pelo fortalecimento do



mercado entre os profissionais do Carnaval. O outro período é marcado pela intensificação da participação de governos e empresas de grandes capitais na escolha dos enredos carnavalescos e, conseqüentemente, na elaboração dos desfiles, como será aprofundado adiante.

A criação de um “mercado” de profissionais é um dos pontos fundamentais da primeira etapa do período “agressivo”. Com o crescimento das escolas e a intensa profissionalização dos desfiles, fez-se necessária a contratação dos melhores profissionais, o que supostamente garantiria notas altas nos quesitos em julgamento. Dessa maneira, formou-se um grande fluxo de profissionais entre as agremiações, e se acirraram ainda mais as desigualdades de forças entre as escolas, visto que aquelas com maiores recursos podem contar com os melhores profissionais.

A prática do patrocínio de enredos iniciada em 1985 não se expandiu entre as agremiações por mais de uma década. Nesse período, outras ações, surgidas ainda na primeira fase do processo de mercantilização, fortaleceram-se, como a supervalorização das celebridades nas escolas de samba e a intensificação do afastamento das massas do local de realização dos desfiles.²⁰

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, algumas escolas também realizaram críticas a essa realidade do Carnaval, entre elas a Caprichosos de Pilares, em 1985, com o enredo “E por falar em saudade”; e a São Clemente, em 1990, cujo samba sintetiza com perfeição a conjuntura das escolas de samba no fim da década de 1980:

²⁰ Como forma de minimizar o afastamento das classes pobres dos desfiles, a Liesa destina as arquibancadas dos setores 1, 12 e 13 para essa camada da população, oferecendo ingressos bem mais baratos. No entanto, esses locais são os piores do Sambódromo, pois se localizam onde ocorre a armação dos desfiles (setor 1) e após as cabines de julgamento (setores 12 e 13). Sendo assim, os espectadores não conseguem ver o desfile totalmente montado ou no momento de avaliação. Outro fato que mostra esse distanciamento é a construção do setor conhecido como “0800”, que são arquibancadas de ferro montadas às margens do canal do Mangue, para que os “populares” observem a “armação” das escolas ainda na concentração.



Vejam só
O jeito que o samba ficou (e sambou)
Nosso povão ficou fora da jogada
Nem lugar na arquibancada
Ele tem mais pra ficar
Abram espaço nesta pista
E por favor não insistam
Em saber quem vem aí
O mestre-sala foi parar em outra escola
Carregado por cartolas
Do poder de quem dá mais
E o puxador vendeu seu passe novamente
Quem diria, minha gente
Vejam o que o dinheiro faz

É fantástico
Virou Hollywood isso aqui (isso aqui)
Luzes, câmeras e som
Mil artistas na Sapucaí

Mas o show tem que continuar
E muita gente ainda pode faturar
“Rambo-sitores”, mente artificial
Hoje o samba é dirigido com sabor comercial
Carnavalescos e destaques vaidosos
Dirigentes poderosos criam tanta confusão

E o samba vai perdendo a tradição

Que saudade
Da praça Onze e dos grandes carnavais
Antigo reduto de bambas
Onde todos curtiam o verdadeiro samba.

*(E o samba sambou,
de Helinho 107, Mais Velho, Chocolate e Nino, 1990)*

Durante a década de 1990, o Grupo Especial do Rio de Janeiro vivenciou um aumento nas relações entre agremiações e entidades patrocinadoras. Nesse período, as empresas ainda não tinham o papel de protagonistas no patrocínio; essa posição era ocupada pelos governos estaduais e prefeituras, que financiavam as escolas e utilizam-se dos desfiles para

fazerem “panfletagens” turísticas de seus estados ou cidades. Podemos afirmar isso com base no número de enredos que homenageiam cidades, estados ou países principalmente a partir de 1995 e comparar com os enredos patrocinados por empresas, que não existiam até o final da década de 1990.

Esse tipo de parceria ocorreu de forma pontual na década de 1990, mas adquiriu evidência em 1995 (momento em que considerarei o marco da segunda fase do período “agressivo” da mercantilização do Carnaval), com o título da Imperatriz Leopoldinense. O enredo não tinha como função principal apresentar opções turísticas no estado do Ceará; pelo contrário, expunha um fato curioso relacionado a expedições científicas no Nordeste do país, tendo o jéque como fio condutor do enredo. Contudo, foi considerado o primeiro enredo com patrocínio de um governo estadual para uma escola localizada em outro estado.

Com o sucesso dessa parceria entre agremiações e financiamento de governos locais, ocorre uma explosão desse tipo de enredo, popularmente conhecido como “enredo CEP” – alusão ao código de endereçamento postal de cidades, e estados utilizado pelos Correios para envio de correspondência –, no Grupo Especial, principalmente após 1998, que consagrou de vez tal prática, como resultado do título obtido pela Beija-Flor de Nilópolis com o enredo “Pará: o mundo místico dos caruanas nas águas do Patu-anu”, um enredo marcado pela grande exaltação das variedades turísticas do estado do Pará. Essa estrutura de construção do desfile tornou-se característica dos “enredos CEP” desenvolvidos nos anos seguintes.

No decorrer dos anos, o patrocínio local deixou de estar restrito aos governos e passou a ser oferecido, também, por empresários e corporações. Além disso, empresas e governos estrangeiros passaram a conceder patrocínios para que seus países fossem temáticas de enredos, e algumas agremiações resolvem conceber enredos sobre cidades, estados ou países visando um possível patrocínio, que nem é sempre obtido.



Ao se realizar um levantamento sobre os enredos desenvolvidos entre os anos de 1995 e 2011, é possível constatar que, dos 223 enredos desenvolvidos no Grupo Especial – desconsiderando-se o ano 2000, visto que o tema dos enredos foi pré-definido, sendo um Carnaval temático em comemoração aos 500 anos de descobrimento do Brasil –, 33 deles (aproximadamente 15%) se enquadram na categoria CEP (gráfico 1).

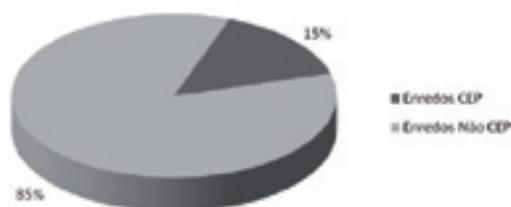


Gráfico 1. Enredos desenvolvidos entre 1995 a 2011 na categoria “CEP”.

No mesmo levantamento é possível perceber que, a partir de 2004 e até 2011, as agremiações apresentaram enredos da categoria CEP. Destaca-se também o ano de 2002, com a presença de seis enredos desse tipo, cerca de 43% dos enredos do ano. Esse foi o Carnaval com o maior número de “enredos CEP” já visto. Sendo assim, é possível observar como essa prática se consolidou na atual conjuntura do Carnaval.

Na segunda etapa da fase “agressiva” do processo de mercantilização, outro tipo de enredo, mais crítico para a manutenção das tradições carnavalescas, se fortaleceu: o de temáticas escolhidas por empresas. Enredos nessa categoria passaram a ser desenvolvidos com maior frequência a partir dos anos 2000, tendo também 2002 como grande marco do patrocínio por empresas concorrentes de enredos com temáticas iguais: Varig e TAM patrocinaram Beija-Flor e Salgueiro, respectivamente, para desfilarem com o tema da aviação.

Entre 2002 e 2012, dos 144 enredos desenvolvidos no Grupo Especial, 36 (equivalente a 24%) enquadram-se na categoria de enredos patrocinados – englobando patrocínio de empresas e de governos (ver gráfico 2). Entretanto, vale ressaltar que, em diversos casos, não há di-

vulgação do patrocínio, podendo haver, portanto, um número maior de enredos patrocinados. Esse levantamento leva em consideração apenas as parcerias divulgadas.

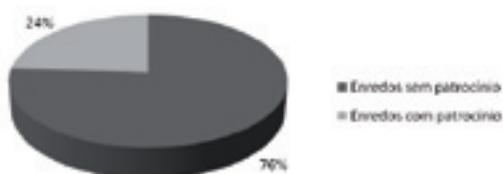


Gráfico 2. Enredos desenvolvidos entre 2002 e 2012 na categoria “patrocinados”.

Se compararmos estes números com o panorama do Carnaval de 2013 percebe-se que houve um avanço considerável de enredos patrocinados. Para o Carnaval de 2013, teremos nove entre os doze enredos do Grupo Especial, 75% dos enredos que desfilarão. Entre os temas de desfile encontramos Rock in Rio, cavalo manga larga marchador, defesa dos *royalties* do estado do Rio de Janeiro, além de quatro enredos CEP.

Pode-se considerar que os enredos de temática escolhida por empresas são os mais críticos no que diz respeito à manutenção das tradições carnavalescas e para o caráter pedagógico da festa, pela irrelevância cultural de produtos ou ideias veiculados, além das dificuldades que os temas apresentam para a criação plástica e/ou musical. Tornando o panorama ainda mais complexo, por diversas vezes os patrocinadores fazem exigências na construção dos enredos, apresentando aspectos que consideram fundamentais nos desfiles e nos sambas para evidenciar suas mercadorias.

Em consequência dessa intensificação da parceria entre capital e desfiles, já desfilaram no Sambódromo enredos sobre mineração, cana-de-açúcar, gás natural, camarote de cervejaria, moda, tecnologias, cabelo e iogurte. Diante dessa realidade, apenas cabe aos carnavalescos, compositores e outros atores envolvidos na organização e materialização da festa se adequar às exigências dos patrocinadores. Movimentos de



resistência a essa realidade não são bem vistos pelos patrocinadores, como o caso de 2002 envolvendo a Imperatriz Leopoldinense.²¹

A submissão das agremiações aos patrocinadores está diretamente relacionada à necessidade de conquista de subsídios financeiros para a execução do desfile. Entretanto, inúmeras vezes, os recursos oferecidos pelo patrocinador à agremiação não são pagos, mas, ainda assim, as agremiações precisam prosseguir com o enredo, visto que é complexo o cancelamento dos trabalhos e a produção de um novo enredo, por causa do tempo de materialização do projeto.

Em uma das entrevistas²² realizadas com os profissionais das escolas de samba, um entrevistado afirmou:

Na maioria das vezes, esse dinheiro não é recebido, é uma grande enganação. Fica na promessa e não rola nada. Eu ainda não tive a experiência de receber dinheiro de patrocínio, mesmo em escolas com o enredo já definido. Mesmo não entrando o dinheiro você tem que dar continuidade à história, não tem como você criar um novo enredo no meio do caminho. Então é complicado, porque a gente tem de entender que a escola precisa de recursos para arcar com as despesas, pois o Carnaval é muito caro. Logo a parceria é válida. O problema é que você tem que dar conta de contar uma história difícil, e é mais chato quando você quebra a cabeça, não consegue fazer uma coisa bacana e a escola ainda não recebe o dinheiro. (Carnavalesco, União da Ilha do Governador, 3 out. 2011)

²¹ O enredo “Goytacazes...Tupi or not Tupi, in a South American Way!”, criado pela Imperatriz Leopoldinense em 2002, deveria, a princípio, apresentar a história de Campos dos Goytacazes, tendo, para isso, recebido um patrocínio de 1,8 milhões de reais, segundo o jornal *O Globo*, de 15 de janeiro de 2002. Entretanto, a carnavalesca da agremiação, Rosa Magalhães, utilizou a cidade como forma de estabelecer uma articulação entre a prática antropofágica dos índios goitacazes com o indianismo do romantismo e o antropofagismo do modernismo brasileiro. Com isso, conseguiu transformar um tema meramente turístico em um enredo de profunda relevância cultural. Porém, tal modo de desenvolvimento do enredo não agradou o patrocinador, que ameaçou entrar com uma ação judicial contra a agremiação para reaver os recursos.

²² Foram realizadas oito entrevistas, sendo quatro entrevistados profissionais de planejamento e concepção do desfile – dois carnavalescos, um diretor artístico e um diretor de harmonia; três profissionais de materialização do projeto de Carnaval – um escultor, um chefe de empreiteira e uma costureira; e um profissional da administração da agremiação responsável por gerir a organização das jornadas de trabalho, a contratação de profissionais e o pagamento dos salários.



Com base nessa afirmação, pode-se inferir, portanto, que a interferência dos patrocinadores é uma barreira encontrada pelos profissionais que elaboram os desfiles. Ao mesmo tempo, o acordo entre agremiações e empresas não é garantia do recebimento de recursos para a elaboração do desfile, o que prejudica ainda mais o trabalho dos profissionais, que se desgastam excessivamente para concretizar as exigências dos patrocinadores e responder aos critérios de avaliação dos desfiles.

Apesar das barreiras mencionadas por alguns trabalhadores, foi possível ao mesmo tempo identificar em algumas falas que a parceria com empresas é fundamental para o atual formato do Carnaval, visto que o evento apresenta um constante crescimento e, conseqüentemente, maior necessidade de recursos. Alguns não conseguiram identificar a interferência dos grandes capitais na confecção do Carnaval, afirmando que a parceria entre empresas e agremiações só poderiam render “bons frutos” para ambas as partes. Pode-se perceber isso na fala a seguir:

Eu acho que a parceria entre as escolas e as empresas só traz benefícios. O dia em que houver um acordo entre a televisão e as empresas – porque tem uma cota boa de televisão, então existe a exclusividade da Globo, no caso – que se possa colocar o patrocínio em qualquer lugar do desfile, as escolas vão ser mais beneficiadas, porque vai aumentar o patrocínio. Eu acho fundamental para o país, porque as escolas passam para o mundo, então é preciso que elas venham bonitas. (Diretor de Carnaval, Imperatriz Leopoldinense, 11 out. 2011)

RELAÇÕES DE TRABALHO NO CARNAVAL

Tornou-se comum caracterizar as escolas de samba como grandes “indústrias da cultura”. Essa expressão pode estar relacionada à organização de trabalho e produção das agremiações, que se assemelha a uma fábrica, por causa do alto número de funcionários que atuam diretamente nas escolas de samba e dos empregos e profissionais criados indiretamen-



te pela festa. Hoje as escolas de samba são no centro de uma enorme cadeia produtiva.

A produção de um desfile de escola de samba envolve diversos setores, mas pode ser dividida, de forma sintética, em duas áreas: o setor de criação do desfile, responsável por elaborar o enredo da agremiação e todos os desenhos de fantasias e alegorias que serão utilizadas no desfile; e o de materialização do projeto de Carnaval, que executa os projetos do setor de criação, dividido em duas áreas principais: reprodução de fantasias (ateliê) e criação alegórica. Tal divisão é semelhante à de uma indústria, na qual há profissionais de chão de fábrica e outros de planejamento e criação.

Atualmente, as escolas do Grupo Especial, por causa do crescimento de suas produções, executam seus trabalhos na Cidade do Samba, o grande complexo com 14 galpões, 2.700 metros quadrados de área e quatro andares. A criação do espaço é resultado de exigências por melhores condições de trabalho e por segurança, visto que, anteriormente, as escolas elaboravam seus desfiles em galpões insalubres (barracões), localizados, sobretudo, na região portuária do Rio de Janeiro e às margens da avenida Brasil.

Em dados de 2006 (PRESTES FILHO et al., 2008), o Carnaval movimentou cerca de 685 milhões de reais e, no tocante apenas às escolas de samba, criou 470,3 mil postos de trabalho. As agremiações carnavalescas encontram-se no centro de uma grande cadeia produtiva, composta, sobretudo, pelas indústrias que fornecem matéria-prima para a execução dos desfiles e pelos profissionais que transformam os materiais em fantasias e alegorias, além daqueles que trabalham na divulgação do evento.

Os desfiles das escolas de samba são responsáveis, atualmente, por suprir boa parte da demanda de produção das indústrias têxtil, de plástico (plástico, isopor, borracha sintética), borracha natural, vidro, couro, madeira, papel e metalurgia. Todos esses materiais são fundamentais para a execução das fantasias e alegorias, que utilizam, normalmente, 21 e 41 tipos diferentes de materiais, respectivamente.

O setor de transformação das matérias-primas em alegorias e fantasias é o que apresenta a maior quantidade de funcionários. Nele atuam escultores, aderecistas, laminadores, moldadores, ferreiros, serralheiros,



marceneiros, vidraceiros, pintores, eletricitas, iluminadores, mecânicos, costureiras e cortadores. Não existe um salário estipulado para essas funções, mas há uma média para algumas funções, como menciona um dos entrevistados:

Um cortador ganha em torno de 1.200 a 1.500 reais; um aderecista ganha em torno de 800 a 900 reais, embora eles também coloquem aprendizes, pessoas que estão aprendendo a função, que ganham em torno de 500 a 700 reais. Tem a costureira, que eu estou pagando – estou falando do valor mensal, embora eu pague semanal – 1.200 reais por mês e a chefe de costura, [que recebe] em torno de 3.000 reais por mês. (Empreiteira, União da Ilha do Governador, 3 out. 2011)

Outra grande parcela de profissionais faz a divulgação dos desfiles; eles não atuam diretamente nas agremiações, mas em emissoras de televisão, rádio, jornais, revistas, folhetos e na internet. A indústria audiovisual movimentou, segundo números de 2006, uma renda de 11,6 milhões de reais para as escolas de samba e a Liesa, renda que inclui a produção e a comercialização dos CDs de sambas de enredo e a transmissão dos desfiles pelos meios de comunicação (PRESTES FILHO et al., 2008).

Os números da arrecadação para as agremiações e para a Liga Independente das Escolas de Samba são expressivos, evidenciando a grandiosidade do evento. Entretanto, ao mesmo tempo, quando comparada com os valores arrecadados pelo estado (que estão diretamente ligados ao potencial turístico dos desfiles das escolas de samba), a renda obtida pelas agremiações é bastante inferior.

Apesar do constante crescimento do espetáculo, seja no que diz respeito ao caráter artístico, ou na importância do evento para a economia da cidade do Rio de Janeiro, o âmbito das relações de trabalho não acompanhou tal avanço: as relações de trabalho nas agremiações ainda são, majoritariamente, precárias.

O primeiro aspecto dessa precariedade refere-se ao não estabelecimento de vínculos trabalhistas. A profissionalização do espetáculo é um processo recente, e os trabalhadores estabelecem acordos verbais com os



mandatários das agremiações. Isso pode ser observado no relato de um dos entrevistados, que afirmou: “A minha relação de trabalho é verbal. Bicheiro, traficante, essas coisas, não faz contrato, é com as palavras, mas são pessoas honrosas, que honram as palavras, respeitam mais do que um papel” (Diretor artístico, Imperatriz Leopoldinense, 11 out. 2011).

Há um avanço em relação à contratação de funcionários com registro na carteira de trabalho, o que assegura ao trabalhador o recebimento dos seus benefícios trabalhistas. Entretanto, esses funcionários não estão diretamente vinculados à concepção do desfile, como é possível perceber na fala de um entrevistado, afirmando que “existem pessoas que têm vínculo empregatício, mas o número é pequeno, porque o trabalho é sazonal. Esses funcionários normalmente são fixos, como secretária, serviços gerais e almoxarife” (Administradora de barracão, Imperatriz Leopoldinense, 11 out. 2011).

O caráter de sazonalidade fortalece o estabelecimento de contratos sem carteira assinada nas agremiações. Hoje esse tipo de vínculo é bastante frequente, visto que as escolas de samba passaram a terceirizar as suas atividades, por meio de empreiteiras, a fim de conquistar maior qualidade na materialização do desfile, otimizar o tempo e não estabelecer vínculos formais de trabalho. As empreiteiras definem o valor de seus trabalhos de acordo com a quantidade de itens a serem reproduzidos e com o tempo estabelecido pelas agremiações para a entrega dos serviços, utilizando o espaço e a matéria-prima das agremiações, matérias-primas que muitas vezes, segundo relatos, não chegam no prazo estipulado e comprometem o serviço.

Mesmo com o estabelecimento de alguns contratos com profissionais do Carnaval, na maioria dos casos esses vínculos não correspondem à realidade do trabalho. Atualmente, a legislação que rege a modalidade do trabalho temporário (lei nº 6.012/1974) estabelece que esse tipo de contrato possui a duração máxima de três meses e que só pode ser prorrogado uma só vez, com a mesma duração.

Entretanto, a realidade nas escolas de samba é diferente. Por ser um trabalho sazonal, é atribuído aos trabalhadores um contrato de trabalho temporário, sendo que, na verdade, a grande maioria dos profissionais não pode estar nesse tipo de vínculo, uma vez que a reprodu-



ção de fantasias e alegorias dura no mínimo quatro meses, segundo os trabalhadores entrevistados.

Além disso, diversos profissionais trabalham há anos nas agremiações com o mesmo tipo de contrato de trabalho, e não há um efetivo cumprimento da determinação da jornada de trabalho de oito horas por dia, visto que, quando está próxima a data dos desfiles, os trabalhadores viram noites para finalizar os serviços solicitados. Todos esses aspectos, portanto, são considerados irregulares perante a lei nº 6.012/1974.

A insatisfação dos profissionais do Carnaval e a necessidade de uma política voltada para a festa é evidenciada na fala de um dos entrevistados:

Não existe uma política voltada para o Carnaval, porque é um serviço temporário. Mas em um serviço temporário, se você passa de três meses, existe um novo vínculo. Porém, automaticamente, no Carnaval você trabalha, em nível de produção, em torno de 5 ou 4 meses – eu trabalho bem antes, porque faço protótipo, então começo bem antes: em junho, julho, eu já tenho uma equipe fechada. Então, essa questão do vínculo é uma coisa complicada, porque deveria existir uma política voltada para o Carnaval. Porque é um serviço temporário no qual as pessoas vão passar de três meses, mas não existe vínculo. E, automaticamente, os contratos são limitados e você tem de trabalhar com eles mesmo assim. (Empreiteira, União da Ilha do Governador, 3 out. 2011)

Um último aspecto do atual contexto do âmbito do trabalho no Carnaval é a sobrecarga de funções para os profissionais das agremiações. Como destacado nos capítulos anteriores, os desfiles das escolas de samba são manifestações culturais que envolvem diversos âmbitos, como a música, as artes plásticas, a história, a arquitetura, a engenharia e outros setores. À frente de todo esse projeto, encontram-se os carnavalescos, que atuam como capitães do trabalho. Apesar dos diversos ofícios presentes no setor de organização e planejamento de desfile – como a direção artística, a direção de harmonia e a direção de Carnaval –, é responsabilidade do carnavalesco deter o conhecimento de todos os setores do desfile. O carnavalesco deve ser um artista completo, concebendo um desfile inovador,



capaz de seduzir os jurados e o público, e atuar como líder na execução dos trabalhos no barracão.

O acúmulo de funções resulta no excessivo desgaste físico e mental dos profissionais – além de que, na opinião dos trabalhadores que atuam nesse cargo, o salário recebido por esses profissionais não corresponde totalmente ao nível de trabalho executado. Pelas informações colhidas nas entrevistas, foi possível constatar que os salários dos carnavalescos das escolas de samba do Grupo Especial estão entre 8 mil e 30 mil reais mensais, sendo extremamente reduzido o número de profissionais que recebem valores da faixa máxima salarial.

Na fala dos entrevistados, é presente a afirmação de que, se comparados os salários dos carnavalescos com os valores recebidos pelos trabalhadores “comuns”, os ordenados dos artistas são satisfatórios. Contudo, analisando um dos relatos, é possível notar com clareza a insatisfação do carnavalesco e o sentimento de que deveria ser mais valorizado financeiramente:

Se você for comparar o valor de salário do carnavalesco, que seria o “craque” do Carnaval, com os “craques” do futebol, os salários dos profissionais das escolas de samba são irrisórios. Em relação ao salário mínimo, pode ser bom ganhar 10 mil por mês, mas se comparar com outra área artística [...] é mínimo. Compara também esse valor recebido por quem faz a festa em relação ao que as escolas de samba gastam e com o retorno financeiro do Estado. (Carnavalesco, União da Ilha do Governador, 3 out. 2011)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de mercantilização do Carnaval é complexo. Existirão, sempre, opiniões a favor ou contra esse fenômeno, mas é impossível negá-lo ou minimizar a sua relevância na atual conjuntura da festa. Ele é o grande responsável pelas principais mudanças ocorridas nos desfiles carnavalescos,



desde o estabelecimento de valores mínimos para uma escola disputar o campeonato (entre as campeãs dos últimos cinco carnavais, o valor mínimo, entre as que divulgaram seus gastos, foi de 8 milhões de reais) até o encerramento das atividades de escolas de samba tradicionais que não conseguiram se adaptar a essa nova realidade, como a Praça da Bandeira e a Canários de Laranjeiras.

Esse processo é degradante no que diz respeito às tradições culturais das agremiações, principal pilar para que os desfiles carnavalescos tenham adquirido a grande relevância que têm entre as manifestações populares do país. Por mais que ele proporcione a deturpação de valores tão fundamentais, não é possível desmerecer as parcerias entre escolas de samba e patrocinadores para uma maior projeção da festa e ampliação da importância das escolas de samba no aspecto financeiro.

A transformação das agremiações em núcleos econômicos relevantes para a cidade do Rio de Janeiro está diretamente atrelada a essas novas parcerias, que exigem um grau de profissionalismo das agremiações, a fim de que haja segurança e certeza de retorno para os patrocinadores (mesmo que, muitas vezes, o patrocínio não se concretize). Houve avanços na organização das agremiações, dando uma dinâmica mais profissional ao processo de produção do desfile e à forma como as direções das escolas de samba traçam as suas parcerias.

Entretanto, como foi visto, o profissionalismo das agremiações ainda não se manifestou com força no âmbito dos vínculos empregatícios, por causa dos acordos verbais e contratos irregulares com os profissionais do samba. Faz-se necessária a institucionalização de uma lei específica para os trabalhadores das agremiações carnavalescas. A nova política trabalhista deve respeitar as peculiaridades do trabalho nas agremiações, como o tempo de materialização dos projetos carnavalescos, permitindo, desta forma, a possibilidade de ampliação do vínculo trabalhista entre profissionais e agremiações, que, no entanto, não estariam incluídos na categoria de trabalhadores temporários.

É preciso, também, que as diretorias das agremiações carnavalescas percebam que não são reféns dos patrocinadores, e que o lucro das



grandes empresas é maior do que o valor oferecido às agremiações, visto que sua marca/ideia desfilará por 82 minutos para centenas de países, pagando-se valores inferiores aos que seriam pagos caso os acordos fossem feitos com as emissoras televisivas, por exemplo.

Para que as escolas de samba tenham condições de enfrentar os patrocinadores de forma mais segura, é preciso que as esferas governamentais, e principalmente a prefeitura do Rio de Janeiro, ampliem os recursos destinados às agremiações, pois as verbas alocadas são irrisórias quando comparadas com os lucros obtidos com o evento. É preciso enxergar as agremiações não apenas como entidades recreativas, mas também como pilares fundamentais da cultura popular brasileira e que promovem retornos financeiros a todas as entidades que se aliam a elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AUGRAS, Monique. *O Brasil do samba-enredo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UNB, 1999.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores). p. 4-28.

CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.



- COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- COSTA, Alda Cristina da Silva et al. Indústria cultural: revisando Adorno e Horkheimer. *Revista Movendo Ideias*, Belém, v. 8, n. 13, p. 13-22, abr.-jun. 2003.
- DUARTE, André Luis Bertelli. Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: revistando um clássico. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 1-7, 2008.
- DURÃO, Fabio A.; ZUIN, Antônia; VAZ, Alexandre F. *A indústria cultural hoje*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FERNANDES, Néelson da Nóbrega. *Escolas de samba: sujeitos celebrados e objetos celebrantes – Rio de Janeiro (1928-1949)*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do Carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PRESTES FILHO, Luiz Carlos et al. *Cadeia produtiva da economia do Carnaval*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- SEBE, José Carlos. *Carnaval, carnavais*. São Paulo: Ática, 1986.
- VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.



A RELAÇÃO DO SURDO COM A MÚSICA*

Isabel Cristina Lopes Barbosa**

INTRODUÇÃO

Para assegurar a homogeneidade nos grupos sociais, padrões de normalidade foram estabelecidos pela sociedade, uniformizando as pessoas e deixando de lado características próprias de cada um. Essas características, ou diferenças, muitas vezes, passam a ter um valor pejorativo. Denari (2006), trazendo essa discussão para o contexto educacional, escreve que:

[...] a diferença não é vista como sinônimo de diversidade: diferença tem o peso do entendimento negativo, em que ao aluno são atribuídas características que o transformam em deficiente. Dadas às peculiaridades, cada aluno deveria receber atendimentos diferenciados, sem que isso se constituísse de mérito e desencadeasse um processo de marginalização. Ao contrário, tais entendimentos justificar-se-iam à medida que se reconhecesse que todas as pessoas diferenciam-se umas das outras e podem conviver harmonicamente, a partir dessa diferenciação. Essa convivência não deveria ser interpretada como uma con-

* O projeto de pesquisa que deu origem a este artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV, sob o seguinte número de protocolo: 0043.0.408.000-11.b.

** Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Vigilância em Saúde (2009-2011). Atualmente cursa Serviço Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação da professora-pesquisadora Jeanine Bogaerts (mestranda em Música), do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform). Contato: isabelpcristina@hotmail.com.



cessão de determinado grupo a outros, mas sim como um direito que a sociedade reconhece que todos têm, sem discriminação. (DENARI, 2006, p. 39)

Muito se discute sobre a forma com que vemos o outro e as diferenças encontradas ao nos relacionarmos com o outro (SKLIAR, 2006). A distinção entre os diferentes e as diferenças é extremamente importante para entendermos esse processo. As diferenças são apenas distinções entre um ser e outro, mas não devem classificá-lo como melhor ou pior. São apenas diferenças. O problema aparece quando transformamos a diferença na principal característica do indivíduo, enxergando-o como um ser diferente, transferindo a ele uma identidade inferior e separando-o e a suas características do todo (SKLIAR, 2006).

Os “diferentes” respondem a uma construção, uma invenção, quer dizer, são reflexo de um largo processo que poderíamos chamar de “diferencialismo”, isto é, uma atitude – sem dúvida do tipo racista – de categorização, separação e diminuição de alguns traços, de algumas marcas, de algumas identidades, de alguns sujeitos, em relação ao vasto e por demais caótico conjunto de diferenças humanas. (RODRIGUES, 2006, p. 23)

Apesar das lutas, conquistas, insistência de movimentos sociais e de uma legislação recente que assegura a igualdade de direitos, ainda hoje podemos presenciar situações de preconceito, exclusão e estigma social. O estigma representa um olhar diferenciado da sociedade sobre determinado indivíduo por uma característica que ele apresenta, característica essa que se sobressai às demais. A consequência desse olhar preconceituoso é a desaprovação social e a não aceitação daqueles que fogem às normas impostas pela sociedade (RODRIGUES, 2006). Podemos citar alguns grupos que normalmente são estigmatizados pela sociedade: homossexuais, alcoólatras, negros, mulheres e deficientes físicos, entre outros. Todos os que não se encaixam nos “padrões de normalidade” ditados pela sociedade são estigmatizados por ela.



Neste trabalho, focaremos num grupo que sente com intensidade as consequências desse problema: os surdos. O diagnóstico da surdez não é apenas a comprovação de uma deficiência auditiva; junto com ele vêm as limitações que nós, como sociedade, acreditamos serem próprias do surdo: a impossibilidade de se comunicar, de conseguir um emprego, de aprender, de obter um bom grau de instrução por não ter acesso à linguagem etc. Essa única característica pode determinar todas as possibilidades de vida desse indivíduo (SANTANA, 2007).

De acordo com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) (2005), indivíduos com o padrão da audição normal podem ouvir até 25 decibéis¹ em todas as frequências sonoras. O deficiente auditivo é aquele que possui uma diminuição da capacidade auditiva em diferentes níveis e se encontra dificultado ou até mesmo impedido de adquirir alguma linguagem oral por conta dessa perda.

Muitas vezes, quando percebem que seus filhos são surdos, os familiares e pessoas próximas deixam de falar com a criança, o que contribui para um afastamento cada vez maior do “mundo dos ouvintes” e acaba dificultando a comunicação. Isso é extremamente grave, pois é por meio da linguagem que conhecemos o mundo à nossa volta, que compartilhamos informações, que entramos em contato com a cultura humana e conhecemos a nós mesmos. Sem a linguagem, haveria um isolamento total, e o indivíduo não se desenvolveria intelectualmente (SACKS, 1998).

Em relação à aquisição da linguagem para os surdos, historicamente nasceram dois métodos educacionais principais: a oralização e a língua de sinais. Na primeira, o objetivo é uma aproximação dos surdos com o universo ouvinte, procurando ensiná-los a falar mediante um treinamento intensivo e, por vezes, aliado a isso, utilizando também a leitura labial. No método da linguagem de sinais, os surdos aprendem uma linguagem própria, baseada no visual, por meio de gestos (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003).

Adeptos da corrente que prega o uso da língua de sinais e baseados nessa diferença linguística, a comunidade surda norte-americana iniciou, na década de 1980, um movimento conhecido como *Deaf Power*. Entre as

¹ Decibéis (dB): unidade de medida que serve para definir uma escala de intensidade sonora.



reivindicações desse movimento, estão a luta pela legitimação de uma língua e cultura próprias e pela troca do uso do termo “deficiente auditivos” por “Surdos” escrito com letra maiúscula, por representar a comunidade surda. Essa comunidade queria ser reconhecida como “diferente” e não mais como “deficiente” (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003).

No Brasil, a instituição de referência para os surdos é a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), uma instituição filantrópica filiada à Federação Mundial dos Surdos e que tem por objetivo a defesa dos direitos da comunidade surda brasileira. Para isso, desenvolve atividades políticas, como palestras e debates, além de festas e eventos culturais que promovem a legitimação da comunidade surda, sua cultura e o direito a uma língua própria – no Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) (FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS, 2013). Muitos desses ideais defendem uma separação entre o que é próprio da cultura surda e a cultura dos ouvintes. Uma das características que alguns deles apontam como sendo da “cultura dos ouvintes” é a música, que, por conta disso, não é aceita por grande parte da comunidade surda. Porém, podemos questionar:

É justo privar as pessoas surdas da música como lazer/prazer?
[...] A adoção de uma concepção que assume a surdez como diferença implica no apagamento da música da vida do surdo, e da dança como expressão da musicalidade? (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003, p. 10)

A música, inerente ao homem, está tão presente na vida como a linguagem. Quando se expressa musicalmente, o ser humano entra em contato, de uma maneira prazerosa, com suas possibilidades e dificuldades e encontra uma maneira de promover o desenvolvimento harmônico de suas potencialidades (GAINZA, 1988). Não se trata de um simples prazer sensorial, a música é capaz de enriquecer nossa compreensão sobre o mundo e sobre nós mesmos (SWANWICK, 2003).

Apesar de a música ser considerada por muitos surdos algo exclusivo da cultura ouvinte, podemos observar que a relação surdo/música já



aconteceu anteriormente, e muitos surdos puderam se beneficiar desse contato. Um exemplo é Hellen Keller, uma cega surda que descreve como, através do tato, podia sentir a música pelas ondas sonoras (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003). Esse exemplo nos mostra como os surdos podem “ouvir” ou, mais especificamente, “sentir” a música através das vibrações sonoras que, ao entrarem em contato com a nossa pele, são percebidas pelo nosso sistema nervoso. Além disso, quando se compara a música com a fala, constata-se que muitos instrumentos musicais têm altura e duração maiores que ela, ampliando a possibilidade de serem ouvidos. O uso de aparelhos auditivos ou a realização do implante coclear² também melhora a percepção sonora. Vale salientar que apenas 10% dos surdos têm surdez total, ou seja, não ouvem nenhum tipo de som. Isso significa que os outros 90% podem ouvir em diferentes níveis (ROBBINS e ROBBINS, 1980).

Diante de tudo isso, podemos compreender que a música não é algo restrito ao “mundo dos ouvintes”. Ela é própria de todo ser humano, e se entendemos que respeitar a diversidade é exatamente compreender a forma diferente com que cada um sente a música, o que mais nos impede de trabalhar música com surdos e permitir que eles expressem sua musicalidade?

Procuramos compreender a relação entre o surdo e a música, objetivando mostrar que o surdo pode se beneficiar tanto da educação musical quanto da musicoterapia. Para isso, estudamos a história do sujeito surdo, pesquisamos as diferentes filosofias educacionais utilizadas na educação do surdo, observamos a relação dos surdos com a música, diferenciamos a educação musical da musicoterapia e buscamos entender como e por que o surdo pode se beneficiar de ambas.

Acreditamos na relevância de um trabalho que tente mostrar que o surdo pode e deve ter contato com o universo musical, para que, a partir de sua experiência, possa escolher se quer continuar ou não explorando os elementos da música. Entendemos que “ser musical não é privilégio de seres especiais e bem dotados, mas possibilidade do homem como ser” (FINCK, 2007, p. 6).

² O implante coclear é uma intervenção cirúrgica feita em deficientes auditivos neurosensoriais, cujo problema auditivo está relacionado com as células que captam o som. Próteses computadorizadas substituem a função da cóclea, órgão que capta os estímulos sonoros (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003).



É importante salientar que existem diferenças entre musicoterapia e educação musical, pois ainda existe muita confusão por parte das pessoas em geral e inclusive dos educadores, principalmente quando o aluno é deficiente. Isso porque, devido à deficiência do indivíduo, associamos a ele atividades de caráter terapêutico. Os objetivos e procedimentos de um musicoterapeuta não são os mesmos de um educador musical, embora ambas as áreas sejam muito importantes para a sociedade. A relação terapeuta/paciente é diferente da relação professor/aluno. A diferenciação entre as duas áreas acontecerá de forma mais completa no decorrer deste trabalho.

Ao defendermos a inserção da música na vida do surdo, não queremos impor a adequação do surdo ao mundo dos ouvintes, mas possibilitar o acesso dele aos benefícios que a música pode oferecer. Não é normalizá-lo, mas promover o seu bem-estar, a autoaceitação e autovalorização, para que transponha as suas limitações e explore as suas possibilidades.

Por causa da ideia ainda presente em grande parte da sociedade de que apenas os ouvintes podem experimentar a música, é importante a elaboração de trabalhos que mostrem que a musicalidade do surdo não é um paradoxo. Pensar na possibilidade de se trabalhar música com o indivíduo surdo é pensar também sobre os dogmas presentes na sociedade, é rever e discutir verdades preestabelecidas socialmente.

O QUE SIGNIFICA SER SURDO?

Segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2012), são 9.717.318 pessoas com algum tipo de deficiência auditiva residentes no Brasil. E, apesar disso, pouco se sabe e se divulga sobre surdez (REDONDO e CARVALHO, 2001). Junto com a deficiência auditiva vêm implicações sociais e culturais, além das questões biológicas. O termo “surdo” é tão abrangente que chega a ser vago (SACKS, 1998). Essa simples palavra carrega consigo significados biológicos, sociais e culturais. Usamos uma mesma palavra para uma heterogeneidade imensa de conceitos. Até mesmo dentro do campo biológico, existem diferentes tipos de surdez (ROBBINS e ROBBINS, 1980).



As perdas auditivas podem ser classificadas de três maneiras: pelos diferentes graus de surdez; de acordo com a parte do ouvido lesada; e pelo momento da vida do indivíduo que começou a ocorrer problemas relacionados à surdez (PEREIRA, 1995).

Os graus de surdez são classificados de acordo com a diminuição do nível de audição considerado normal, dependendo da perda auditiva do indivíduo (INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS, 2005; BRASIL, 1999). Para melhor entendermos o que cada grau de surdez significa na prática, fizemos um quadro exemplificando essa perda auditiva.

Quadro 1. Graus de surdez e perda auditiva.

Grau de surdez	Decibéis	Exemplo
Nível normal de audição	0 a 25 dB	Padrão normal de audição.
Deficiência auditiva suave ou perda suave de audição	26 a 40 dB	É possível captar uma conversa normal.
Deficiência auditiva moderada ou perda moderada de audição	41 a 70 dB	As conversas normais começam a ficar pouco audíveis.
Deficiência auditiva severa ou perda severa de audição	71 a 90 dB	Uma conversa normal é inaudível, dificultando o desenvolvimento espontâneo da linguagem oral. Com aparelhos auditivos, é possível restaurar parte da audição.
Deficiência auditiva profunda ou perda profunda de audição	91 a 120 dB	Nem aparelhos auditivos conseguem restaurar completamente a audição.

Fonte: Robins e Robins, 1980; Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2005.



Os limites e a denominação de cada nível variam de acordo com o autor. O decreto nº 3.298/1999 e alguns autores ainda acrescentam aos quatro níveis mencionados acima a deficiência auditiva leve (de 26 a 40 dB) e a deficiência auditiva moderadamente severa ou acentuada (de 56 a 70 dB), mas a maioria adota apenas os quatro níveis (REDONDO e CARVALHO, 2001).

Quanto à parte do ouvido prejudicada que levou à perda auditiva, existem quatro tipos principais de classificação:

- Deficiência auditiva condutiva, quando há problemas na transmissão do som dentro do ouvido;
- Deficiência auditiva neurossensorial, quando o problema está nas células que ficam responsáveis pela recepção do som;
- Deficiência auditiva central, quando ocorrem problemas na compreensão das informações sonoras no tronco cerebral; e
- Deficiência auditiva mista, quando há mais de uma causa para a surdez, associando-se mais de uma causa das citadas acima.

A surdez também pode ser hereditária, quando tem origem genética, ou adquirida, quando ocorre por outro motivo não hereditário, como alguma doença ou malformação, por exemplo.

Um detalhe importante quando se estuda surdez é que o indivíduo pode ficar surdo antes ou depois de já ter tido contato com a linguagem oral. Isso porque nem todos nascem surdos: em alguns casos, a surdez se instala no decorrer da vida. Assim, podemos dizer que a surdez pode ser pré-linguística ou pós-linguística (SACKS, 1998).

Há uma relação íntima entre o desenvolvimento da linguagem e o desenvolvimento do pensamento. Pois, embora pensamento e linguagem não tenham as mesmas origens biológicas – e, de certa forma, nossa mente funcione mesmo que não tenhamos contato com a linguagem –, sem a língua ficamos confinados a um mundo imediato e pequeno, pois não nos comunicamos com o exterior. As ideias abstratas, como a passagem do tempo e ideias imaginárias, tornam-se mais difíceis de serem entendidas (SACKS, 1998). Limitamo-nos ao imediato, ao presente, pois estamos fechados em nós mesmos, e o mundo criativo e imaginativo não nos é apresentado.



A questão da linguagem e de sua importância para o desenvolvimento e sobrevivência social do homem é algo que sempre esteve presente durante toda a história da surdez. Nesse sentido, rever a história da surdez é extremamente importante, pois o papel do surdo na sociedade variou muito nos diferentes contextos históricos. Segundo Bloch (1987), a ignorância do passado resulta na incompreensão do presente.

Até a Idade Média, pouco se conhecia e estudava sobre a surdez. Os surdos eram tidos como incapazes e classificados como pessoas irracionais (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003). Eram privados de direitos e excluídos pela sociedade e suas leis. O fato de não ouvirem, e, por isso, não adquirirem uma linguagem oral com tanta facilidade, fez que fossem rejeitados e abandonados em praças públicas (SACKS, 1998). O próprio Aristóteles afirmava que um indivíduo sem linguagem, e portanto sem pensamento, é insensato e incapaz da razão. Na Igreja Católica, não podiam receber a comunhão (FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS, 2013).

Com o Renascimento, a surdez passa, por volta do ano de 1450, a ser analisada sob a ótica médica e começa-se a diferenciá-la do mutismo, algo extremamente importante, pois ser surdo sempre foi relacionado com ser mudo. Aproximadamente em 1560, o médico italiano Girolamo Cardano mostrou que os surdos podiam compreender ideias abstratas, podiam ser ensinados, ler e escrever, rompendo assim com o dogma de que os surdos eram seres ineducáveis (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003).

Após o Renascimento, correntes de filósofos e pensadores questionaram sobre a condição do surdo naquela época, tratados como doentes mentais (FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS, 2013). Dentre os educadores de surdos que surgiram o que mais se destacou foi o abade De L'Épée,³ que, para possibilitar a conversão dos surdos pobres de Paris à Igreja Católica, estudou os sinais com os quais eles se comunicavam, aprendeu-os e começou a ensinar os surdos a ler. Ao estudar a

³ De L'Épée, um abade francês da segunda metade do século XVIII, tornou-se um importante personagem na história da educação de surdos: foi o primeiro a observar e estudar os poucos gestos que os surdos faziam para se comunicar entre si e, com isso, desenvolveu um método pedagógico baseado na comunicação por meio de sinais (CÂMARA, 2012).



língua dos surdos e fazer relações com a gramática francesa, ensinou-os também a escrever. Assim, os sinais isolados com que os surdos inicialmente se comunicavam começaram a ser combinados para transmitir ideias em uma língua própria. O abade fundou em Paris o Institut National des Jeunes Sourds (Instituto Nacional de Jovens Surdos), primeira escola pública para surdos e treinou muitos professores para trabalharem com os surdos (SACKS, 1998).

Assim nasceu a língua dos sinais, que, ao contrário do que se pensava, era tão completa e eficaz quanto a linguagem oral. A possibilidade de uma linguagem própria abriu caminhos culturais e sociais para os surdos. O sucesso dessa filosofia educacional para com os surdos foi tanto que, em 1816, ela se expandiu para os Estados Unidos e, depois, para outras partes do mundo. A língua dos sinais foi se incorporando às línguas de sinais nativas, formando a Língua Americana de Sinais (ASL, do inglês *American Sign Language*), a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e assim sucessivamente. Em 1864, foi fundada nos Estados Unidos a primeira faculdade para surdos e cegos: a Columbia Institution for the Instruction of the Deaf and Dumb and Blind (Instituição de Columbia para a Educação de Surdos, Mudos e Cegos).

Porém, na segunda metade do século XIX, durante a era vitoriana,⁴ houve um movimento político de intolerância para com as minorias, quer do âmbito religioso, linguístico ou étnico; havia uma opressão para que essas minorias se incorporassem aos valores e padrões hegemônicos. Isso contribuiu para que ganhasse força uma corrente preexistente que era contra a língua dos sinais, defendendo que o objetivo da educação dos surdos deveria ser ensiná-los a falar. O método educacional oralista já existia há mais ou menos dois séculos, simultaneamente à corrente que defendia a língua de sinais. Baseada nos casos de educadores que dedicaram sua vida a ensinar os surdos a falar, essa corrente foi crescendo cada vez mais nesse período (SACKS, 1998).

⁴ Período do governo da rainha Vitória I, na Inglaterra, de 1837 a 1901. Esse período é considerado importante na história inglesa pelo grande desenvolvimento industrial e conquistas imperialistas, mas é marcado também pela implantação de rígidos valores morais e opressão daqueles que os criticassem.



E, assim, notamos o conflito entre essas duas filosofias educacionais. Uma, que pregava que os surdos deveriam aprender a linguagem oral para se integrarem à sociedade; e outra que defendia o uso de uma língua própria, em que a comunicação era realizada de forma gesto-visual. Até hoje existe uma grande discussão sobre qual dessas correntes é a mais adequada para a educação do surdo:

De que valia, indagava-se, o uso dos sinais sem a fala? Isso não restringiria os surdos, na vida cotidiana, ao relacionamento com outros surdos? Não se deveria, em vez disso, ensiná-los a falar (e ler os lábios), permitindo a eles plena integração com a população em geral? A comunicação por sinais não deveria ser proibida, para não interferir na fala?

Mas existe o outro lado da discussão. Se o ensino da fala é árduo e ocupa dezenas de horas por semana, suas vantagens não seriam contrabalanceadas por aquelas milhares de horas retiradas da educação geral? O resultado não acabaria sendo um analfabeto funcional que, na melhor das hipóteses, disporia de uma pobre imitação da fala? O que é “melhor”, integração ou educação? Seria possível os dois, combinando a fala e a língua dos sinais? Ou qualquer tentativa de uma combinação assim faria emergir não o melhor, mas o pior de ambos os mundos? (SACKS, 1998, p. 34)

Existiam aqueles que defendiam o uso de ambos os métodos, quando a capacidade de articulação da linguagem oral não era base da instrução, mas também era explorada. Finalmente, em 1880, o jogo virou a favor de um dos lados no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão. Alexander Graham Bell, um prestigiado inventor, cujas mãe e esposa eram surdas oralizadas, defendeu o ensino oral no congresso, e a sua autoridade, aliada ao fato de os professores de surdos não terem direito a voto, fez que o uso da língua de sinais nas escolas fosse proibido, estabelecendo-se o oralismo como método exclusivo na educação dos surdos (SACKS, 1998; HAGUIARA-CERVellini, 2003).

Porém, os problemas da metodologia oralista logo foram percebidos: a priorização dada à aquisição da linguagem oral – que leva em média de cinco



a oito anos de tratamento individual, intensivo e imprevisível, pois muitos não conseguem falar mesmo após o longo treinamento –, para só depois haver preocupação com a escrita e a transmissão dos conteúdos, levou os surdos a apresentarem um prejuízo educacional muito grande quando comparados aos ouvintes ou àqueles que utilizavam a língua de sinais (SACKS, 1998).

Somente na década de 1960 historiadores, psicólogos, pais e professores de surdos começaram a questionar essa realidade. E nesse conflito de métodos de aprendizagem, muitos defendiam a mistura dos sinais e do ensino da fala, combinando as duas no bilinguismo.

Os avanços da medicina ao longo do século XX possibilitaram que os resíduos auditivos dos surdos fossem aproveitados mediante aparelhos de amplificação sonora cada vez mais desenvolvidos. Além desses aparelhos, surgiu a possibilidade de intervenção cirúrgica por meio do implante coclear.

É no século XX também que a ciência, com suas medições e diagnósticos, denominou e delimitou o que conhecemos hoje como “deficientes auditivos”: indivíduos com diferentes tipos e graus de perdas auditivas. Porém, como dissemos na introdução, na década de 1980, surge o movimento social chamado *Deaf Power*, enfatizando o direito por uma língua própria – a linguagem dos sinais –, e pelo direito a ser tratado como “diferente”, em vez de como “deficiente”.

Com esses movimentos, os surdos lutam para que a sociedade os enxergue de outra maneira: não mais como deficientes, mas como um grupo que apenas se comunica de forma diferente. Essa mudança de olhar nos faz questionar legitimidade do que consideramos normal ou anormal. “Há por acaso, alguma coisa que possa ser chamada, pensada e definida como normal? Existe, então, aquilo que deve continuar sendo o modelo de normalidade?” (SKLIAR, 2006, p. 18). Esse olhar deixa de vigiar os desvios anormais e a pôr em pauta os parâmetros da normalidade como a origem do problema.

O homem é um “animal social” e, como tal, para não viver só, se adapta às regras sociais e à identidade legitimada como normal. Na cultura estão prescritos os papéis de cada indivíduo, como ele deve agir e ser. A comunicação verbal é a forma de comunicação hegemônica. O problema



aparece quando há uma desvalorização social daqueles que não se comunicam dessa forma, por serem diferentes.

A MÚSICA E O SURDO

A música é um fenômeno acústico para o prosaico; um problema de melodia, harmonia e ritmo para o teórico; e o desdobrar das asas da alma, o despertar e a realização de todos os sonhos e anseios de quem verdadeiramente a ama.

Kurt Pahlen

A palavra “música” originalmente estava relacionada às musas gregas, que alegravam os deuses com cantos e coros poéticos. Na Grécia antiga, a palavra música significava não somente a harmonia dos fenômenos sonoros, mas também compreendia a dança, a ginástica, a filosofia e a poesia (TOMÁS, 2002).

A definição de música mudou bastante ao longo dos anos, e muitos acreditam ser impossível limitá-la a uma definição. Dentre as várias definições existentes, Schafer (1991) nos diz que a música é uma organização de sons – com ritmos e melodia – com a intenção de ser ouvida. Já em outra publicação, quando discute as mudanças na definição do que entendemos por música, Schafer (2001) diz que música é todo tipo de som a nossa volta, independentemente de estarmos num concerto ou não. Isso se deve principalmente à mudança do fazer musical no decorrer dos anos, com a criação de cada vez mais instrumentos, a própria utilização de objetos cotidianos em concertos e o fato de cada vez mais o universo sonoro como um todo se tornar uma grande orquestra.

Porém, em todas essas definições, a música está estreitamente relacionada ao som. E o que vem a ser o som? O som é resultado da transmissão de movimentos vibratórios pelo ar. É tudo que soa e é percebido pelos nossos ouvidos e/ou pelo nosso tato, mediante as vibrações das ondas sonoras (WISNIK, 1989). O som tem propriedades próprias, como altura, duração, intensidade e timbre. Tudo isso é explorado no fazer musical.



O som é percebido principalmente pela audição. Dentro do que conhecemos como audição, existem alguns aspectos relativos ao processo do “ouvir”, que são, basicamente, sensibilidade, discriminação, reconhecimento e compreensão – esses são os principais aspectos para se entender a audição. A sensibilidade auditiva é a percepção que temos do som no meio externo. A discriminação é a diferenciação, é o processo no qual, como a palavra mesmo diz, diferenciamos um som do outro. Já pelo reconhecimento, nossa memória interpreta o som, relacionando-o com nossa experiência. Assim, compreendemos o que é aquele som pelas categorias que organizam as informações obtidas por meio de nossos sentidos. Quando a pessoa é surda e utiliza pela primeira vez o aparelho auditivo, ela passa a ter a sensibilidade, pois começa a conseguir ouvir, mas tem dificuldades de compreender o som (ROBBINS e ROBBINS, 1980).

A música produz no homem efeitos para além da consciência; ela perpassa pontos mentais, corporais e afetivos, despertando variadas emoções e sentimentos. Está tão presente nas expressões artísticas do ser humano que, nos mais diversos momentos, dos mais felizes aos mais tristes, das manifestações religiosas à disseminação de ideologias por grupos sociais, o ser humano utiliza-se desse meio sonoro para expressar emoções e pensamentos internos para além da linguagem verbal. Percebemos que diferentes tipos de música podem nos fazer lembrar fatos do passado, podem identificar um determinado grupo social, uma determinada ideologia. Enfim, o estudo da música abrange os aspectos físicos do som e as teorias musicais, mas principalmente as características culturais e individuais do fazer musical no que se refere à forma com que cada um reage e constrói a música. Isso justifica o fato de cada cultura ter características, ritmos e melodias próprios que são diferentes das demais (HAGUIARA-CERVellini, 2003; SCHAFER, 1991).

Com a acústica e a psicoacústica aprendemos a respeito das propriedades físicas do som e do modo pelo qual este é interpretado pelo cérebro humano. Com a sociedade aprendemos como o homem se comporta com os sons e de que maneira estes afetam e modificam seu comportamento. Com as artes, e



particularmente com a música, aprendemos de que modo o homem cria paisagens sonoras ideais para aquela outra vida que é a da imaginação e da reflexão psíquica. (SCHAFER, 2001, p. 18)

Apesar disso tudo, o universo musical exposto ao surdo muitas vezes se limita a formas de oralizá-lo. Quando, por exemplo, ocorre uma aula de canto com um surdo, o objetivo é melhorar o ritmo ou a entonação da fala, não propiciar experiências musicais (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003). O resultado disso é que o próprio surdo se afasta do fazer musical, considerando a música como algo imposto pelos ouvintes, algo que não leva em consideração suas características biológicas e culturais.

É muito importante que sejam questionados os objetivos pedagógicos a serem perseguidos com as atividades musicais para surdos: o que se pretende é oferecer aos surdos o direito de conhecer este elemento cultural humano tão importante, ou o que se pretende é obrigar os surdos a participarem de algo que não faz sentido para eles? Estamos tratando de uma oferta ou de uma obrigatoriedade? De uma troca ou de um pacote depositado? (SÁ, 2008, p. 2)

Nesse sentido, a música tem sido tratada como um meio e não como um fim. Não estamos explorando com isso toda a gama de benefícios que a música pode proporcionar. Não queremos desvalorizar a utilização da música no método oralista, mas não podemos limitar o seu uso apenas a essa forma de trabalho. Não é só o fator ouvir que está em pauta. A música é sensibilidade. E essa sensibilidade não está apenas associada à capacidade auditiva do indivíduo. Todos nós podemos perceber a música de diversas maneiras. Quem nunca sentiu no peito a batida grave de alguma música? Até as mais baixas frequências de sons audíveis, em torno dos 20 hertz,⁵ são facilmente percebidas pelo tato (SCHAFER, 2001). E quando se trata da surdez, encontramos indivíduos que potencializam tanto a visão quanto o tato por conta de sua perda auditiva, aumentando a percepção das vibrações, habilidade que os ouvintes não desenvolveriam tanto por terem uma audição melhor (SÁ, 2008).

⁵ Unidade de medida de frequência das ondas sonoras, equivalente a ciclos por segundo.



É claro que existem as limitações por conta da audição reduzida, mas isso não impede que a pessoa participe de uma vivência musical e possa usufruir de seus benefícios. Todos nós temos nossas limitações, nossas dificuldades. Infelizmente, o que mais tem impedido essa experiência não é o fator biológico, mas a descrença por parte das pessoas. A perda auditiva é uma questão primária, mas os limites e as possibilidades de desenvolvimento do indivíduo dependem muito mais do meio social que o cerca, das vivências e dos estímulos que recebe ao longo da vida.

Associamos ser músico com ter grandes habilidades inatas ou um “bom ouvido”. Todo ser humano, desde um cozinheiro até grandes nomes como Beethoven, possui musicalidade, que é, entre suas muitas definições, a possibilidade de expressar seu mundo interno pela música. Isso pode ocorrer de diversas formas: tocando um instrumento, cantando, movimentando o corpo, ou simplesmente ouvindo/sentindo uma música. Embora a definição de música tenha mudado, ela ainda se relaciona com a dança e a poesia, e não deixa de ser uma forma de linguagem pela qual o ser humano pode se expressar (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003).

A musicalidade não está relacionada ao ouvido, mas ao cérebro. Como vimos, do caminho que o som faz até ser compreendido – sensibilidade, discriminação, reconhecimento e compreensão – o surdo só encontra uma dificuldade no que se refere à sensibilidade, e mesmo que a percepção do som não ocorra pelo ouvido, pode ocorrer pelo tato. Os outros aspectos – discriminação, reconhecimento e compreensão – ocorrem no cérebro, não no ouvido (ROBBINS e ROBBINS, 1980). Se o fazer musical dependesse totalmente e unicamente do ouvido, Beethoven, compositor que ficou surdo depois de adulto, não poderia fazer música depois disso.

A relação homem/música é algo tão natural ao ser humano que muitos veem na experiência musical algo que faz tanto sentido que eles se sentem completos ao expressarem a sua musicalidade. A música, como também outras expressões artísticas, é o meio termo entre as atividades externas e as experiências internas. Por conta da harmonia dessa relação, não podemos privar o surdo de experiências musicais.



Existe a ideia de que a música para pessoas com deficiência só pode ser usada para fins terapêuticos. Isso muitas vezes ocorre porque pensamos ser a deficiência um estado de saúde que, dependendo da atividade realizada pela pessoa deficiente, pode ser mudado. A deficiência nada mais é do que uma condição que pode, sim, ser tratada. Quando se trabalha música em instituições próprias para pessoas com surdez, na maioria das vezes existe um objetivo terapêutico e/ou social (LOURO, 2006). No caso da surdez, como já vimos, a música está muitas vezes associada ao ensino da fala no método oralista (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003).

É fato que a música pode trazer consigo diversos efeitos e benefícios à saúde humana – entendendo aqui saúde como qualidade de vida (BRASIL, 1990). O prazer que a música proporciona e suas propriedades são fonte de recreação, reabilitação e desenvolvimento de importantes aspectos emocionais, psíquicos, físicos e sociais do homem (LOURO, 2006). Para além disso, porém, a educação musical é um processo que traz o desenvolvimento de conceitos e de habilidades, e a sensibilização para o fenômeno sonoro. Como o próprio nome diz, “educação” é um processo pedagógico:

O que asseguramos é que no decorrer do processo de aprendizagem, o aluno tem a possibilidade de entrar em contato consigo mesmo, no momento em que se depara com os obstáculos e conquistas do fazer musical. Desta maneira, encontra-se diante da possibilidade de trabalhar de forma objetiva suas dificuldades e limitações; de descobrir nesse processo suas capacidades e talvez perceber que o limite pode ser a mola propulsora para sua realização pessoal, seja ela musical ou de outra natureza. (LOURO, 2006, p. 28)

O enfoque de ambos, educação musical e musicoterapia, pode ser educacional e terapêutico. Quando se trabalha música de forma eficaz, os efeitos prazerosos e terapêuticos podem vir conseqüentemente (LOURO, 2006). O objetivo da educação musical é explorar a musicalidade do indivíduo, torná-lo sensível aos fenômenos musicais sonoros, para que ele possa responder também musicalmente (GAINZA, 1988).



O trabalho com educação musical deve ocorrer de maneira flexível, seja ele dirigido ou não a pessoas com deficiência, adaptando-se às condições encontradas nas mais diversas turmas possíveis (ROBBINS e ROBBINS, 1980). O seu foco não é distinguir os alunos, mas encontrar formas de transmitir o conhecimento musical (LOURO, 2006). O professor de música deve utilizar diferentes procedimentos para transmitir e trabalhar os conteúdos.

Educadores musicais de alunos com necessidades especiais deparam-se com dúvidas frequentes a respeito de sua capacitação para incluir esses alunos (BERTONCEL, 2010). Quais são as estratégias para que a aprendizagem ocorra de maneira mais eficaz? Nesse sentido, diversos trabalhos estão sendo desenvolvidos para a educação musical do surdo. E principalmente quando se trata de pessoas com deficiência, questiona-se quanto o professor tem necessidade de conhecer as patologias de seus alunos (BOGAERTS e MAGALHÃES, 2011). É claro e evidente que todas as informações que o professor puder obter sobre seus alunos o ajudarão na elaboração de suas aulas e na pesquisa de diferentes metodologias de ensino. Não cabe ao professor, entretanto, buscar o diagnóstico dos alunos; independentemente de saber ou não o que os seus alunos têm, os objetivos das aulas devem ser buscados por todos. É nesse sentido que o conhecimento do diagnóstico pode não ter tanta importância – sendo que, em alguns casos, o diagnóstico impõe limitações que na verdade não sabemos se realmente existem. Isso é claro com os surdos: o senso comum diz que eles não podem fazer música porque não ouvem.

Embora a educação musical para surdos esteja atualmente em processo de descoberta e troca de informações, temos alguns exemplos de educadores que tiveram experiências musicais significativas com alunos surdos, além do relato de surdos que puderam usufruir de práticas musicais, inclusive tornando-se músicos profissionais. Podemos citar aqui o exemplo de Fábio Bonvenuto, maestro e professor de uma orquestra com mais de sessenta surdos, em uma escola municipal de educação especial no estado de São Paulo. Em sua experiência com a orquestra intitulada Música do Silêncio, o maestro relata que inicialmente tentou utilizar instrumentos de sopro e de cordas, mas não foram muito bem aceitos pelos alunos, que preferiram a percussão (COELHO, 2010). A princípio parecia que eles apenas repetiam os ritmos, mas com o passar do tempo foram criando e construindo novas



frases rítmicas. Os alunos tocavam com muita força, mas aos poucos foram compreendendo o universo sonoro e suas propriedades. No relato abaixo, o maestro Fábio Bonvenuto fala de uma de suas aulas, quando abordavam a propagação do som:

Um fato curioso foi a conversa de duas alunas que questionavam até onde o som que elas produziam com um pandeirão do Maranhão poderia chegar. Uma acreditava que daria para ser ouvido em outro estado, a outra dizia que chegaria até o bairro de Santana (a cerca de 6 km da escola), eu interfeiri e informei que o som chegava apenas do outro lado da rua, elas não tinham noção da propagação do som. (COELHO, 2010, p. 19)

Os pais confessaram que os filhos entusiasmados ficavam ensaiando em casa e melhoraram o desempenho escolar. As diversas apresentações que a orquestra realizou foram extremamente importantes para a autoestima dos alunos.

Outro exemplo, não de educação musical para surdos, mas de superação dos limites impostos socialmente ao surdo, é Helen Keller, uma surda cega que, apesar das barreiras educacionais e sociais, conseguiu desenvolver uma linguagem clara em três línguas diferentes, cursou filosofia, estudou teatro e cinema, viajou pelo mundo, e, enfim, viveu todas as experiências que uma pessoa sem deficiência também viveria. Apesar de sua deficiência, que foi descoberta aos 18 meses de vida, as experiências estéticas nunca deixaram de fazer parte da vida de Helen: a escultura percebida pelo tato, o teatro, pela descrição das cenas por alguém próximo, e a música. Como pode uma pessoa surda apreciar a música? Keller, com sua imensa sensibilidade musical, descreve como consegue perceber com o tato até mesmo a diferença entre os instrumentos tocados na rádio. Diferencia também o som da voz do cantor do som da música instrumental e explica como se sente emocionada ao sentir a vibração da voz de um determinado cantor colocando a mão em sua garganta (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003). Enfim, é um exemplo de como o ser humano tem em si um grande leque de possibilidades e que, quando permitimos que ele se expresse e se desenvolva plenamente, os limites são uma alavanca para a superação.



Poderia citar aqui também a experiência de Robbins e Robbins (1980) com estudantes surdos na New York State School for the Deaf (Escola do Estado de Nova York para os Surdos). A experiência desses educadores musicais resultou em um trabalho que reuniu os conhecimentos adquiridos ao longo de suas práticas musicais com os alunos surdos em sala de aula e com as pesquisas que realizaram sobre esse tema. Perceberam, no final de seu trabalho, que mesmo os surdos com perdas auditivas severas e profundas apresentavam musicalidade e uma disposição para realizar as práticas musicais propostas.

Antes de entrarmos na musicoterapia, gostaríamos de estabelecer uma pequena diferenciação entre terapia e experiências terapêuticas, algo extremamente importante para compreender a musicoterapia e diferenciá-la de outras práticas, entre elas a educação musical. Em uma experiência terapêutica, o indivíduo sente um efeito transformador que pode ter ocorrido por acaso, diferente da terapia, que é um processo planejado, em que se conhecem antes das sessões os possíveis efeitos terapêuticos que determinado procedimento pode proporcionar (LOURO, 2006).

Diferenciando da educação musical, na musicoterapia temos a relação terapeuta/paciente, na qual a música é utilizada estrategicamente para promover e reabilitar a saúde do indivíduo, entendendo que saúde não é apenas ausência de doenças, mas qualidade de vida (BRASIL, 1990). A musicoterapia é um processo sistemático e monitorado que utiliza as propriedades físicas do som com o objetivo de tratar o paciente. Por isso, existe uma preocupação com as condições patológicas em que ele se encontra e com o conhecimento dos elementos da música e seus efeitos no homem (LOURO, 2006).

A música utilizada como terapia não é a mesma coisa que a música utilizada na terapia. Quando utilizada como terapia, e a musicoterapia faz parte desse grupo, a música assume o papel principal e é usada de maneira controlada e organizada pelo desenvolvimento e cura do paciente. Já quando é utilizada na terapia, o terapeuta em questão, que não necessariamente precisa ser um musicoterapeuta, utiliza a música de maneira secundária, como um meio de alcançar outras formas de expressão. Isso ocorre quan-



do, por exemplo, um psicólogo utiliza a música para fazer que o paciente se acalme (LOURO, 2003).

Mais do que uma contribuição à reeducação auditiva, ao desenvolvimento da fala e à melhoria do equilíbrio emocional, a musicoterapia se constitui numa abordagem fundamental também para a evolução psíquica daqueles que têm o desenvolvimento da audição interrompido, em qualquer que seja o momento. (BARCELLOS, 1994, p. 33)

De acordo com os musicoterapeutas Barcellos (1994), Pereira (1995) e Ambrósio (1994), a musicoterapia para o deficiente auditivo deve objetivar a reconstrução da evolução da audição, que começa antes mesmo de virmos ao mundo, nos primeiros contatos estabelecidos no período de gestação.

Estudos nessa área mostram que, desde a sua formação, o aparelho auditivo do feto capta sons da fala da mãe. Depois do parto, aquela voz percebida no útero pela criança, é novamente reconhecida. Esse contato, pelo qual somos acariciados pela voz materna, é extremamente importante para a estruturação humana. À medida que vamos conhecendo a paisagem sonora e a possibilidade de se fazer som temos o nosso primeiro despertar da consciência, entre o aprendizado do agudo, grave, curto, forte, fracos – qualidades do som. Como Barcellos descreve, perfeitamente:

O jogo incessante, o vai e vem sônico, incoerente para o adulto, mas altamente significativo para o bebê, esse banho sonoro pelo qual somos envolvidos, esse mergulho no mundo barulhento, eis o nosso primeiro despertar para a vida, a nossa primeira marca de autonomia, de tomada de decisão. (1994, p. 37)

A vivência sonora é importante para o desenvolvimento pleno do surdo. A audição funciona como um “radar” para nos orientarmos sobre os possíveis perigos do meio externo e, diferente da visão e de outros sentidos, está atento a todo o momento as vibrações, até mesmo quando estamos dormindo. É a percepção auditiva que se busca desenvolver em sessões de musicoterapia com surdos para que ele utilize da melhor forma possível sua capacidade auditiva e/ou de perceber os sons pelo tato. Mesmo que sua sensibilidade



auditiva não muda, espera-se explorar seu reconhecimento e compreensão do universo sonoro.

Procura-se a identidade sonora, um conceito que em musicoterapia significa um conjunto de sons que fazem parte do psicofisiológico do homem, nossas vivências sonoras do período de gestação, uterinas, no nascimento e infantis. A musicoterapia pode auxiliar na evolução psíquica dos surdos, já que eles tiveram interrompido o desenvolvimento da audição, extremamente importante para formação psíquica do ser humano.

De acordo com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (2005), o aparelho auditivo além da audição, é também responsável pelo equilíbrio. Por isso, em sessões de musicoterapia, é importante associar, junto aos aspectos sonoros, atividades que promovam o desenvolvimento psicomotor do surdo. Pode ocorrer que o indivíduo tenha, junto com a deficiência auditiva, outras dificuldades físicas ou mentais, como dificuldade de andar, problemas respiratórios, lesões cerebrais e alterações na laringe, dependendo de como adquiriu a surdez e o tipo de grau de surdez (PEREIRA, 1995). Não vamos nos reter nessas dificuldades neste trabalho, pois elas não são o nosso foco principal.

No caso da surdez, a musicoterapia é trabalhada por meio dos sons e vibrações, aproveitando-se da sensibilidade do tato, além da audição residual do indivíduo. Junto com o som, também é explorado, pela dança, o trabalho corporal. Utilizam-se as qualidades do som – intensidade, altura e timbre – e os elementos da música – ritmo, melodia e harmonia – para desenvolver no indivíduo surdo noções rítmicas, compreensão do mundo sonoro e sensibilidade musical (PEREIRA, 1995). Buscam-se atividades criativas para introduzir o surdo no mundo sonoro.

Os efeitos da musicoterapia com o surdo compreendem aspectos físicos, mentais, emotivos e sociais. Em se tratando dos aspectos mentais, essa prática colabora com o desenvolvimento da observação, atenção memória e reflexão. Nos aspectos emotivos, como ocorre com qualquer pessoa que tenha uma experiência musical, é desenvolvido a sensibilidade e criatividade. No aspecto social, nota-se uma integração e comunicação do paciente, aumentando conseqüentemente sua autoestima e bem-estar.



Como vimos, educação musical e musicoterapia são formas diferentes de se trabalhar a música com o surdo, cada um com seus objetivos, procedimentos e abordagens. Ambas podem contribuir de maneira significativa na musicalidade do surdo, nas suas relações sociais e em seu cotidiano.

PESQUISA DE CAMPO

Faz parte da construção deste trabalho o processo de realização da pesquisa de campo, baseada na aplicação de um questionário qualitativo. Tendo como referência Hagiara-Cervellini (2003), procuramos explorar questões que discutem a possível musicalidade do surdo, capturando a visão do objeto de estudo em questão sobre o tema. Pretende-se, com isso, estabelecer uma aproximação entre os conceitos teóricos encontrados no levantamento bibliográfico e a realidade prática. Claro que alguns indivíduos não representarão toda a visão da comunidade surda, mas são uma amostra de como o surdo vê o universo musical.

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (ESPJV/Fiocruz) tem no seu corpo de trabalhadores pessoas com deficiência auditiva que aceitaram participar da pesquisa. Quanto ao perfil, a escolha dos indivíduos se deu pelo fato de serem surdos. Nesta pesquisa não houve relevância no recorte da idade ou sexo do entrevistado.

O questionário foi dividido em duas partes principais: primeiramente, os dados gerais do respondente e informações sobre a sua deficiência auditiva; uma segunda parte procurou verificar qual a relação dessas pessoas com a música. Sendo semiestruturado, o questionário possui questões fechadas e abertas, deixando o respondente dissertar sobre o assunto em pauta. Entregamos o questionário e individualmente ele foi respondido de forma escrita pelos surdos. Para abordá-los não foi necessário um intérprete em Libras, pois os surdos eram oralizados e faziam leitura labial.

Com relação às respostas obtidas, percebemos que ambos os entrevistados descobriram a surdez na infância, quando a família notou que o filho não compreendia o que era dito. Foram levados então ao médico, que diagnosticou sua deficiência auditiva. Ao analisar a fala do entrevistado 1 –



“Descobriu-se [a surdez] com mais ou menos 1 ano e 6 meses porque eu não atendia aos chamados. Quando entendia, fazia tudo certo” – podemos supor que antes da descoberta da surdez, os pais do respondente passaram por certas dificuldades, pois não entendiam por que a criança não “fazia tudo certo” – algo que pode ter levado os pais a pensarem que a criança tinha algum tipo de déficit intelectual.

Outra semelhança aparece quando os respondentes afirmam se comunicar através da língua de sinais (no caso, a Libras) com os surdos e, com os ouvintes, utilizam a leitura labial e oral para se comunicar. Isso mostra que a filosofia educacional na qual foram educados foi o bilinguismo, que associa o uso da língua de sinais e da língua portuguesa como segunda língua, em sua modalidade escrita ou oral.

Ambos os entrevistados não utilizam prótese auditiva ou implante coclear. Um fato interessante sobre isso é que quando questionados sobre o que poderia ter contribuído para que eles tivessem uma experiência musical, obtivemos como resposta, nos dois questionários, o aparelho auditivo. Por um descuido, não questionamos o porquê da não utilização do aparelho auditivo, que, de maneira geral, pode ter alguns motivos: falta de interesse por parte do surdo, lembrando que a comunidade surda não acredita que esse tipo de aparelho faça parte da identidade e da cultura surdas; ou falta de recursos financeiros, uma vez que o aparelho auditivo não é algo que custe pouco, além de precisar ser trocado periodicamente, porque com o tempo ele deixa de se ajustar ao indivíduo que cresce. Existe uma dificuldade de conseguir uma prótese auditiva quando solicitada ao Sistema Único de Saúde (SUS) e, muitas vezes, quando o aparelho finalmente chega ao surdo, já não tem o tamanho ideal. Além disso, quando se trata de crianças, o aparelho sofre quedas e torna-se um incômodo.

Uma diferença entre as respostas foi que apenas um dos entrevistados sabe qual o seu grau de surdez. O entrevistado 1 possui deficiência auditiva severa – com perda entre 71 e 90 dB; já o entrevistado 2, embora não saiba o seu grau de surdez, provavelmente está entre a deficiência auditiva moderada e a deficiência auditiva profunda, pois relatou que só ouve sons mais graves, como a bateria. O teste auditivo, um exame extremamente simples, não é algo realizado com frequência nas escolas. Isso dificulta também o diagnóstico da surdez,



fazendo que as crianças muitas vezes sejam confundidas com crianças que têm comprometimento intelectual, por causa da não compreensão das falas.

No segundo momento do questionário, notamos que os entrevistados enxergavam o contato com a música de maneiras diferentes. O entrevistado 1 afirma que já teve contato com a música, embora não tenha estudado um instrumento. Isso mostra que considera ouvir música uma forma de se estabelecer essa relação com a música. Ele diz gostar de ouvir música, embora ouça apenas os instrumentos tocados bem alto e não consiga perceber as vozes. Chama atenção ainda para o gênero que mais gosta: o *rock* – talvez pela batida forte que a guitarra e a bateria desse estilo musical.

O entrevistado 2, num primeiro momento, descreve nunca ter tido contato com a música. Porém, no decorrer das questões, afirma que gosta de músicas tocadas nas igrejas e festas, e que percebe principalmente os sons mais graves que vêm da bateria. Provavelmente, “ter contato com a música” para o entrevistado 2 signifique tocar algum instrumento ou fazer música. A apreciação musical, o ouvir e sentir, não parecem ser considerados – uma visão extremamente normal, até mesmo entre os ouvintes.

Ambos relataram que ouvem música em casa em estilos variados, por causa da família, constituída por ouvintes. Isso é extremamente interessante, pois, em alguns casos, a família evita ouvir música perto do surdo, por achar que ele, por não ouvir, não pode apreciar a música.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, a surdez, como outras deficiências, sempre trouxe consigo diversas implicações para a vida dos indivíduos. A sociedade, que tem em sua estrutura padrões de normalidade, estigmatiza os que fogem do que consideramos normal.

As questões patológicas, como reações psicomotoras, por exemplo, são consequência direta da deficiência; porém questões sociais, como desenvolvimento da linguagem, memória, raciocínio ou pensamento, são questões secundárias, que dependem mais da maneira



como o meio lidará com essas pessoas. Assim, a interação do surdo com o meio é que vai determinar seu desenvolvimento e aprendizado. No âmbito educacional, deve-se tirar o enfoque na deficiência e passar a problematizar e discutir meios de se ajustar às dificuldades desses indivíduos, principalmente quando se trata da surdez, no qual há condições para desenvolvimento mental (FINCK, 2009).

Como qualquer outro aluno, o surdo e a sua cultura devem ser respeitados nas aulas. E esse aspecto vai além de ter apenas um intérprete de Libras em sala de aula: é respeitar o fato de os surdos não serem ouvintes e não ver isso de forma negativa, e sim somente como uma diferença (SÁ, 2008). Quando se trabalha em sala de aula, seja em música ou qualquer outra matéria, deve haver uma sensibilidade e troca entre os dois lados, do professor e do aluno. Cabe à escola e aos professores acreditar nas potencialidades destas pessoas, se desprendendo da visão de que exista um “aluno normal”, mas que todos somos seres humanos, independente de nossa condição física, social, financeira, etc. Como Rodrigues relata:

Diria que [o professor] não se transforme em um típico *funcionário da alfândega*, que apenas está aí para vigiar aquela perversa fronteira entre exclusão e inclusão. Que mude seu próprio corpo, sua própria aprendizagem, sua própria conversação, suas próprias experiências. Que não faça metástase, que faça metamorfose. Finalmente lembraria a esse (a) professor (a) aquilo que Nietzsche [...] entendia por educação: *a arte de rebatizarmos e/ou de nos ensinarmos a sentir de outro modo*. (2006, p. 33)

É importante entender que ao fazer e/ou estudar música, não é necessário ter nenhum talento ou tocar algum instrumento. O universo musical é muito mais amplo que isso. Para que esse contato possa ocorrer de maneira eficaz e produtiva, não temos que adaptar o aluno à música, mas a música ao aluno. Procurar estratégias para que o universo musical possa ser explorado da melhor maneira possível pelo surdo, assim como com todos os alunos. Deve ser flexível o suficiente e adaptável, para acompanhar as diferentes habilidades e características de cada grupo. Outra possibilidade de estimular o interesse dos estudantes surdos pela música é trabalhar áreas separadas, como o ritmo, a apreciação musical, a dança, a teoria,



mesmo porque o surdo tem maior facilidade com o ritmo e batidas fortes, que podem ser facilmente percebidas pelo tato.

Embora não seja objetivo da educação musical alcançar efeitos terapêuticos, se os objetivos próprios do programa são atingidos, as contribuições em outras áreas já serão privilegiadas. E o interessante de se trabalhar com arte é exatamente isso: explorando e se expressando pela música, o surdo tem a possibilidade de ter contato com a dança, de convívio social, noções de ritmo e equilíbrio, ampliação de percepção, memória, raciocínio, consciência, afetividade e muitos outros aspectos que podem nascer dessa relação (LOURO, 2006).

Não cabe a ninguém determinar quem pode ou não ter contato com a música, nem limitar o acesso a essa arte, independente de qualquer coisa. A música, a dança, o cinema, o desenho e a arte em geral são formas de linguagem exclusivas do homem. Formas de expressão criadas por ele para fazer vir à tona aquilo que faz e determina a nossa humanidade: a sensibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

AMBROSIO, Maria das Graças Khede. *Um caso de deficiência auditiva: musicoterapia ou aprendizagem de um instrumento musical?* Rio de Janeiro: Conservatório Brasileiro de Música, 1994.

BARCELLOS, Lia Rejane Mendes. *Musicoterapia: abordagem fundamental no tratamento do deficiente auditivo*. Rio de Janeiro: Enelivros, 1994. (Cadernos de Musicoterapia, 4).

BERTONCEL, Juliana. *Motivação + percepção: aprenda a incluir o aluno na dinâmica de ensino*. *Revista No Tom*, São Paulo, v. 4, n. 24, p. 20-21, nov.-dez. 2010.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 5. ed. Lisboa: Europa-América, 1987.

BOGAERTS, Jeanine; MAGALHÃES, Liana. *Possíveis estratégias para a educação musical de crianças com deficiência auditiva*. 2011. Dissertação (Mestrado

em Educação Musical) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 dez. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>. Acesso em: 19 set. 2013.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, p. 18.055, 20 set. 1990. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>. Acesso em: 19 set. 2013.

BRITO, Teca Alencar de. *Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

CÂMARA, Leandro Calbente. *Abade De L'Épée: escolarização, linguagem e governo dos surdos*. 2012. Monografia (Especialização em Educação Especial com Ênfase em Surdez) – Centro de Educação, Filosofia e Teologia, Programa de Pós-graduação *Lato Sensu*, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

COELHO, Vanessa. Entrevista com o maestro do silêncio. *Revista No Tom*, São Paulo, v. 4, n. 24, p. 18-19, nov.-dez. 2010.

DENARI, Fátima. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, David (org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006. p. 35-63.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS (FENEIS). *Nosso trabalho*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.feneis.org.br/page/feneis.asp>. Acesso em: 20 set. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



FINCK, Regina. *Ensinando música ao aluno surdo: perspectivas para a ação pedagógica inclusiva*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. *Surdez e música: será este um paradoxo?* In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL (ABEM), 16. Mato Grosso do Sul: Abem, 2007.

GAINZA, Violeta. *Estudos de psicopedagogia musical*. Tradução de Beatriz A. Cannabrava. São Paulo: Summus, 1988.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. *A musicalidade do surdo: representação e estigma*. São Paulo: Plexus, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 20 set. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES). *Série Audiologia*. Ed. rev. Rio de Janeiro: Ines, 2005.

LOURO, Viviane dos Santos. *Educação musical e deficiência: propostas pedagógicas*. São José dos Campos: Editora do Autor, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PEREIRA, Veruska Oliveira Bonete. *Análise crítica de um trabalho musicoterápico desenvolvido em crianças deficientes auditivas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 1995.

PASSOS, Daniela Magalhães. *Musicoterapia com deficientes auditivos: relato de uma experiência*. Salvador: UCSAL, 1999.

REDONDO, Maria Cristina da F.; CARVALHO, Josefina Martins. *Deficiência auditiva*. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação, 2001. (Caderno da TV Escola).



ROBBINS, Carol; ROBBINS, Clive. *Music for the Hearing Impaired & Other Special Groups: A Resource Manual and Curriculum Guide*. Saint-Louis: MMB Music, 1980.

RODRIGUES, Davis (org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Os surdos, a música e a educação. *Dialógica*, Manaus, v. 2, n. 5, p. 1-11, 2008. Disponível em: <http://dialogica.ufam.edu.br/dialogicaV2-N5/Os%20surdos,%20a%20m%C3%BAsica%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurológicas*. São Paulo: Plexus, 2007.

SCHAFER, R. Murray. *A afinação do mundo*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

_____. *O ouvido pensante*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

SILVA, Cristina Soares da. *Atividades musicais para surdos: como isso é possível*. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL (ABEM), 17. São Paulo: Abem, 8 a 11 de outubro de 2008. p. 8.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, David (org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006. p. 15-34.

STROBEL, Karin (org.). *Cronograma história de surdos*. Pesquisas feitas por alunos da Licenciatura em Letras/Libras. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: http://www.feneis.org.br/page/artigos/cronograma_historia_karin_strobel.pdf. Acesso em: 20 set. 2013.

SWANWICK, Keith. *Ensinando música musicalmente*. São Paulo: Moderna, 2003.

TOMÁS, Lia. *Ouvir o lógos: música e filosofia*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



TRABALHO E PROPRIEDADE NO SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO CIVIL, DE JOHN LOCKE

João Paulo Rodrigues dos Santos*

A construção do Estado liberal burguês encontra no pensamento de John Locke (1632-1704) uma etapa fundamental. Em seus *Dois tratados sobre o governo civil*, encontramos os princípios fundantes do individualismo moderno, do liberalismo e do *direito natural* à propriedade privada, concepção que cotidianamente nos parece tão natural que mal suspeitamos que tenha propriamente uma história e que se enraíze em artifícios e pressupostos tão peculiares que, mesmo quando se pretenda discutir a propriedade privada, permanecem ocultos à investigação e à margem da discussão. Mais adiante veremos de que forma a concepção de propriedade privada como um direito natural do indivíduo funda-se na noção de trabalho enquanto desdobramento natural do que é mais próprio ao indivíduo, sua vida. Para tal, é necessário entender que a própria noção de direito natural do indivíduo deriva da anterioridade ontológica dada ao indivíduo em relação ao Estado, tese essa consolidada no pensamento moderno ao longo de um incessante conflito entre os ideais burgueses e a tradição aristotélica. Desanuvia-se, portanto, o campo em que se desdobram os mais intensos combates ao liberalismo burguês, a saber: o conceito de trabalho.

John Locke é herdeiro de uma tradição da filosofia política que se inicia com Nicolau Maquiavel (1469-1527) em sua obra *O príncipe*, escrita em

* Ex-aluno do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Análises Clínicas (2008-2011). Atualmente cursa História da Arte na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação do professor-pesquisador Felipe Gonçalves Pinto (mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFRJ), do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform – EPSJV/Fiocruz). Contato: joaopaulo_rsantos@hotmail.com.



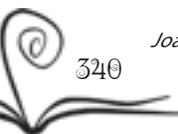
1513. Esse autor rejeita a tradição idealista de Platão (428 a.C.-327 a.C.), Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) e Tomás de Aquino (1225-1274), vendo a origem do Estado não na boa natureza do homem, mas na luta entre oprimidos e opressores, e a ver seu fim não na felicidade, mas no equilíbrio – e, portanto, na manutenção – desse conflito. Para Maquiavel, os homens “são ingratos, volúveis, simuladores, covardes ante os perigos e ávidos de lucro” (MAQUIAVEL, 1987, p. 70). Sendo assim, para evitar o caos e a desordem, o Príncipe deveria ter poderes absolutos. Desse modo, esse legítimo renascentista abre caminho para a teoria moderna do poder político, doravante um domínio autônomo e de todo distinto dos âmbitos teológico e moral. Com isso, as ações do governante não poderiam ser questionadas e analisadas do ponto de vista da moral e sim primando pela manutenção da ordem e, conseqüentemente, do Estado.

Se o florentino Maquiavel abre as portas do pensamento político moderno, podemos dizer que com o inglês Thomas Hobbes (1588-1679) encontramos-nos já em seu interior. Vemos no *Leviatã*, de Hobbes, a fundação racional das teorias que servirão de linhas mestras para a concretização do Estado burguês: o contratualismo e o jusnaturalismo. Segundo Hobbes, o direito de natureza consiste na

[...] liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, a vida; e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim. (HOBBS, 1979, p. 78)

A partir disso, configura-se um grave problema, pois os homens entrariam naturalmente num estado de guerra que Hobbes chama de “*bellum omnia contra omnes*” (“guerra de todos contra todos”). Preocupado em se defender ou atacar para proteger sua própria vida, cada homem veria na liberdade do outro a iminente ameaça à sua própria. Portanto, a origem das sociedades não foi a boa vontade de uns para com os outros, mas o medo recíproco.

Para que todos não acabem se matando e tenham segurança, é necessário que a razão institua a primeira lei natural: “todo homem deve esforçar-se



pela paz, na medida em que tenha esperança de consegui-la, e caso não consiga pode procurar e usar todas as ajudas e vantagens de guerra” (HOBBS, 1979, p. 78). E a segunda lei, um desdobramento da primeira, é a seguinte:

Que um homem concorde, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, em renunciar a seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que os outros homens permitem em relação a si. (HOBBS, 1979, p. 79)

Os direitos de cada homem seriam, então, transferidos a uma única entidade, o *Leviatã*, Estado soberano que deve assegurar a paz e a defesa da vida de cada cidadão, que só pode questionar as ordens dessa autoridade quando ela infringir o direito natural de preservação da vida. Assim, os homens, enquanto entes racionais, já sempre optaram por um *contrato social*, pelo qual abdicaram de certas liberdades em troca de uma convivência pacífica.

Desde o que dissemos, é evidente que, em Hobbes, o Estado, ainda que tenha origem na realidade natural (isto é, racional) do indivíduo, consiste em um Estado absolutista, absolutismo esse fundado na transferência do direito natural demandada pelo contrato. Locke, seguindo uma argumentação que conserva os elementos utilizados por Hobbes, articula de maneira diferente tais elementos, doando-lhes por vezes novos sentidos e acrescentando ao menos dois novos: a propriedade e o trabalho. Segundo Locke, como já apontamos no início desta introdução, minha vida, direito natural meu, desdobra-se como trabalho que, ao ser misturado a um ente natural, modifica seu estatuto, tornando-o não só um ente artificial, mas como que uma extensão da minha vida, portanto, naturalmente minha propriedade. Propriedade essa que, assim como os demais direitos naturais, não é, segundo Locke, transferida ao Estado pelo contrato, devendo antes o Estado, segundo essa nova concepção do contrato, conservar tais direitos do indivíduo. Trata-se, portanto, dos princípios do processo moderno de conquista enquanto privatização da natureza.



Esse processo deve ser garantido pelo poder político do Estado, que é liberal não no sentido de possuir liberdade para tomar e alterar as propriedades do indivíduo, e sim, ao contrário, no sentido de legislar para assegurar as propriedades do indivíduo, legítimas independentemente do Estado, o que fica claro no seguinte trecho da definição de poder político:

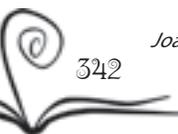
Considero, portanto, poder político o direito de fazer leis com pena de morte e, conseqüentemente, todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade. (LOCKE, 1991, p. 216)

Em seu *Primeiro tratado sobre o governo civil*, Locke combate a tese segundo a qual o poder político encontraria suas origens e, portanto, sua legitimação, no domínio privado e na jurisdição paterna de Adão. De acordo com Locke:

Adão não tinha, seja por direito natural de paternidade ou por doação positiva de Deus, autoridade de qualquer natureza ou domínio sobre o mundo, [...] se os tivesse, nenhum direito a eles, contudo, teriam seus herdeiros. (LOCKE, 1991, p. 215)

No primeiro capítulo do *Segundo tratado sobre o governo civil*, o autor expõe sua próxima tarefa: encontrar outra origem para o poder político. Assim como Hobbes, Locke inicia sua teoria descrevendo um estado de natureza, que, através do contrato social, se torna estado civil. Difere, contudo, em alguns aspectos como, por exemplo: o estado de natureza de Locke não ocorre num determinado período histórico, mas pode existir independentemente do tempo. Ele acontece quando uma comunidade se encontra sem uma autoridade superior e só guarda e administra os direitos naturais concedidos pelos seus cidadãos, em vez de tomar posse deles, como defendia Hobbes. Outra diferença nas teorias dos dois filósofos ingleses é que enquanto Hobbes propõe um Estado absolutista e inquestionável, Locke confere ao povo o direito de se revoltar e retirar o seu governante do poder, caso ele não garanta os direitos individuais.

Inicialmente, o homem se reuniria com outros formando o estado civil a fim de preservar sua vida, um direito natural, mas não somente para isso:



outro direito natural fundamental que os homens pretendem conservar ao formar o estado civil é a *propriedade*. Locke, típico burguês, defende a propriedade privada como sendo um direito anterior a qualquer organização civil e, sendo assim, existente independentemente do Estado. O estado civil surge então, segundo Locke, para conservar os direitos naturais, ou seja, a vida e a propriedade. E os cidadãos não renunciam aos seus direitos naturais, mas querem que eles sejam garantidos. O Estado deve proteger cada homem da ganância e possível invasão de sua propriedade por parte de outro homem. Resumindo: os direitos naturais existem no estado de natureza, mas não são garantidos. No estado civil, o homem concede temporariamente seus direitos ao Estado, a fim de conservá-los. E fazem essa transição de forma consensual e não através da submissão, como em Hobbes.

Uma vez que a noção de direito natural constitui peça-chave na discussão em torno da fundamentação (ideológica, diga-se) do Estado burguês, convém que nos debrucemos sobre ela e sobre o modo como esse artifício conceitual foi transmitido aos teóricos modernos do Estado.

DO DIREITO NATURAL

Na Antiguidade, Aristóteles faz uma distinção entre *physis* e *nomos* mediante a diferenciação entre o direito natural e o positivo. Para ele, o primeiro é válido em todos os lugares, ou seja, é universal e, por isso, natural. Esse caráter natural estabeleceria o que é justo ou injusto em si mesmo, logo não dependeria da opinião dos indivíduos. O direito positivo por sua vez estaria relacionado às leis e não seria oposto ao natural, mas ao contrário, funcionaria como uma extensão e atuariam integrados, com a devida ressalva que o direito positivo varia de lugar para lugar, tendo validade particular.

Aristóteles indica que apesar dos dois coexistirem, havendo um conflito, o direito natural deve ser priorizado, como se percebe nessa passagem da *Retórica*:



Se a lei escrita é contrária à nossa causa, torna-se necessário utilizar a lei comum e a equidade, que é mais justa [...]. Com efeito, a equidade sempre dura, e não está destinada a mudar: e até mesmo a lei comum (pelo fato de ser natural) não muda, enquanto as leis escritas mudam com frequência. (ARISTÓTELES apud BOBBIO, 1998, p. 35)

Assim, ele defende que, havendo conflito entre as leis, as não escritas devem ser seguidas, mas reforça que o direito positivo não invalida o natural, ocupando o espaço deixado pela lei comum, regendo e regulamentando as ações que, de acordo com o direito natural. São indiferentes e não obrigatórias.

Tomás de Aquino, na Idade Média, vai apropriar-se da concepção aristotélica de direito natural sob um ponto de vista cristão, onde a lei natural advém de uma ideia teológica do universo. Esse direito natural viria, portanto, de Deus, que teria determinado as leis fundamentais, as quais os homens devem seguir. Porém o homem, por ter livre-arbítrio, poderia violá-las, o que não significaria a invalidação de tais leis, que continuariam em vigor, sendo transmitidas aos homens direta ou indiretamente. A lei natural estaria então ligada aos Dez Mandamentos e se sobreporia aos costumes e à tradição, que, caso fossem contrários à lei natural, seriam considerados falsos.

Para Aristóteles, o direito natural se aplica na esfera das ações moralmente necessárias e o positivo na das moralmente indiferentes, funcionando assim como uma extensão ou desdobramento do primeiro. Para Tomás de Aquino, todas as esferas também estão sujeitas à lei natural como em Aristóteles, mas ele introduz o argumento teológico. Uma vez que a lei natural é determinada por Deus, a lei humana ou positiva nada mais seria que o desdobramento da lei divina em uma situação concreta, ou seja, uma verdade já implícita no conceito mais amplo do direito natural.

Para Tomás de Aquino, a lei natural passaria para a lei humana de duas maneiras:

1 - *per conclusionem*, ou seja, com base num princípio natural os homens deduziriam logicamente a lei, funcionando como um silogismo.



Por exemplo, a norma “não matar” deriva da regra geral e evidente “não se deve praticar o mal”;

2 - *per determinationem*, ou seja, a lei natural determina que o culpado deve ser punido, mas os homens devem estabelecer a pena. Ou seja, é uma especificação ou aplicação prática da lei natural.

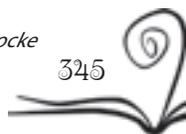
Uma diferença entre as leis derivadas *per conclusionem* e *per determinationem* é que as primeiras retiram sua validade da lei natural, enquanto as segundas têm origem na própria lei humana e, portanto, podem ser passíveis de equívocos, como se percebe nesta passagem da *Summa theologica*:

Qualquer lei estabelecida pelos homens é autêntica na medida em que deriva da lei da natureza; se discordar desta, já não será uma lei, mas corrupção de lei. (TOMÁS DE AQUINO apud BOBBIO, 1998, p. 40)

Embora siga a tradição jusnaturalista, Hobbes se debruça sobre a teoria do direito natural a partir de uma nova concepção de natureza para escrever toda sua obra política. Contudo, é considerado um precursor do positivismo jurídico, uma vez que se utiliza do direito natural, não como uma limitação do direito positivo, mas como um fundamento não excludente dele. Como se percebe nesse trecho do *De Cive* (Do cidadão):

Todas as leis podem ser divididas, em primeiro lugar, em leis divinas e humanas. As leis divinas são de duas espécies, conforme os dois modos como Deus pode manifestar sua vontade aos homens: natural (ou moral) e positiva. Natural é aquela que Deus manifestou a todos os homens por meio da sua palavra eterna, neles inata, isto é, por meio da razão natural. Positiva é aquela que Deus revelou mediante a palavra dos profetas [...]. Todas as leis humanas são leis civis. (HOBBS, 1979, p. 181)

Sendo assim, não parece que Hobbes inove em sua categorização dos direitos natural e positivo. O primeiro é aquele transmitido por Deus aos ho-



mens e vigente no estado de natureza, enquanto o segundo é vinculado à sociedade civil e designado pelo Estado. O que diferencia Hobbes da tradição jusnaturalista, além da nova noção de natureza dada pela ciência moderna, é sua interpretação da relação entre as leis naturais e civis.

Para Hobbes, as leis naturais não são válidas tanto no estado de natureza quanto no estado civil. No estado de natureza, uma vez que só existem as leis naturais, sua obediência deve respeitar a premissa de que os indivíduos só se sentirão seguros quando os outros também obedecerem. Dado que o estado de natureza tem como principal característica o caos e a insegurança contínua, não se tem garantia que os outros seguirão tais leis, portanto não se é obrigado a cumpri-las. Por isso, o respeito às leis naturais só é válido quando recíproco, de forma que em uma situação onde não há tal garantia, perde-se a validade dessas leis.

Exatamente por ser marcado pela insegurança – *bellum omnium contra omnes* –, os homens almejariam sair do estado de natureza, passando para o que conhecemos por estado civil. De forma que, para garantir a segurança indispensável, os homens se dispõem a renunciar os direitos que possuíam no estado de natureza, transferindo-os a um soberano criado, ou seja, não existente anteriormente, que teria o direito de punir os que não obedecessem às regras instituídas.

Com a segurança conquistada, todos os indivíduos participantes do pacto devem se submeter ao soberano e às suas ordens. Assim sendo, no estado civil os indivíduos devem obedecer às leis civis, o que significa que só existe um direito, ou seja, o direito positivo. Esse direito se sobrepõe às leis naturais que, por sua vez, não se fazem mais necessárias pois os indivíduos já respeitam as leis civis.

No entanto, as leis naturais serviriam ao menos para o soberano, que deve respeitá-las em relação a seus súditos, mas Hobbes concede ao soberano o direito de individualizar as leis naturais da forma que julgar mais adequada:

As leis da natureza proíbem o furto, o homicídio, o adultério e todas as várias espécies de crimes. No entanto, é preciso determinar, por meio da lei civil, e não da lei natural, o que se deve



entender por furto, homicídio, adultério, crime. Com efeito, nem toda subtração de algo possuído por outrem é furto, mas somente daquilo que é de sua propriedade. Portanto, determinar o que é o nosso e o que pertence a outrem é algo que depende justamente da lei civil. (HOBBS, 1979, p. 109)

Partindo dessa passagem, nem mesmo o direito à vida, teoricamente o único direito inalienável, estaria protegido. Se o soberano não considerasse a pena de morte como homicídio, o súdito não teria como escapar dela. De forma que os súditos não têm o direito de questionar as atitudes e ordens de seu soberano, assim como não podem julgar a moral dele porque “os reis legítimos, quando ordenam uma coisa, a tornam justa pelo simples fato de que a ordenaram” (HOBBS, 1979, p. 156). Ou seja, o que é justo ou não é definido pelo poder do soberano, sendo seu julgamento o único válido.

Se por um lado os soberanos devem respeitar a lei natural, a lei que obrigaria os súditos a obedecerem ao soberano é, por outro, uma lei natural, uma vez que a soberania foi instituída a partir de um pacto entre os indivíduos. Sendo assim, a única lei natural que vige no estado civil é a que obriga a obediência ao soberano. Com isso, Hobbes inverte o significado tradicional da lei natural: se anteriormente ela limitava os poderes do soberano, agora, ela dá poderes quase absolutos a ele.

Outro ponto modificado por Hobbes na tradição jusnaturalista é que os indivíduos tradicionalmente deveriam obedecer primeiro às leis naturais e depois às civis. Contudo, se a lei natural obriga os súditos a obedecerem às leis civis, sua obrigação passa a ser obedecer antes às leis civis em detrimento das leis naturais. Em suma, pode-se dizer que a lei natural é sotoposta justamente por seu principal fruto, o direito positivo.

O JUSNATURALISMO DE JOHN LOCKE

Pode-se dizer que a teoria jusnaturalista tem seu ápice com Locke, que estabelece as bases do Estado liberal moderno a partir do direito natural. Para



analisar o caminho percorrido por Locke, é essencial uma compreensão da vida do filósofo inglês que influenciou Hume (1711-1776), Voltaire (1694-1778), Kant (1724-1804), Berkeley (1685-1753), Adam Smith (1723-1790), entre outros. O cenário inglês favorecia a concepção de sua teoria com um Estado constitucional, poder soberano limitado e garantia dos direitos naturais do cidadão.

Historicamente, a monarquia inglesa nunca foi absoluta, porém, com a morte de Elizabeth I, a Rainha Virgem, em 1603, a coroa inglesa não teria sucessor direto. O rei da Escócia, Jaime VI, primo de Elizabeth, foi proclamado rei da Inglaterra – com o nome de Jaime I, mesmo sem ter seu direito de sucessão reconhecido. Jaime I, e posteriormente seu filho, Carlos I, deram início à dinastia dos Stuarts, marcada pela defesa do absolutismo baseado na tese do direito divino dos reis. Assim, muitas forças se alinharam contra esse absolutismo, culminando na Guerra Civil Inglesa (1642-1649), que acaba no regicídio e com a vitória do Parlamento pelas mãos de Oliver Cromwell.¹

Portanto, é nesse ambiente propício à criação de novas teorias liberais que nasce John Locke em 29 de agosto de 1632, em Somerset, pequena aldeia próxima a Bristol. Pertencia a uma família burguesa mercantil, seu avô era comerciante de tecidos e seu pai, juiz de paz. Aos 10 anos de idade viu o início da Guerra Civil Inglesa, na qual seu pai lutou como capitão do Exército Revolucionário (BOBBIO, 1998, p. 82).

Ingressou na Universidade de Oxford, onde teve o primeiro contato com obras de filósofos modernos, como René Descartes (1596-1650). Vivendo no ambiente da classe dominante inglesa, Locke dedica seu primeiro escrito a Cromwell, mas não obteve grande sucesso com sua primeira obra. Recém-graduado, hesita na escolha de seu caminho: a carreira eclesiástica, a academia ou a medicina. É nesse período que escreve seus dois primeiros ensaios políticos com caráter hobbesiano, autoritário e aristocrático. Por fim, escolhe a medicina, o que viria a ser fundamental para seu amadurecimento filosófico (BOBBIO, 1998, p. 83).

¹ Líder militar inglês, Cromwell se torna chefe de Estado em 1653, ao dissolver o Parlamento. Sob o seu governo, a Inglaterra se tornou uma grande potência, com apoio do exército e da burguesia puritana.



Em 1671, surgem os primeiros esboços do *Ensaio filosófico sobre o entendimento humano*, primeira grande obra de Locke. Em 1675, com problemas de saúde e passando por conflitos políticos intensos, Locke parte para a França, onde fica por cerca de cinco anos. Em 1683, volta para a Inglaterra, mas, vendo-se ameaçado, exila-se na Holanda, onde passaria seu maior período de estudos e que culminou em suas principais obras.²

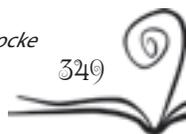
Essas obras lhe garantem um renome tão grande quanto tardio. Com quase 60 anos, Locke ainda exerce atividades políticas importantes e participa da reforma do sistema monetário e da criação do Banco da Inglaterra, além de participar da colonização inglesa, principalmente na América, como acionista da Royal Africa Company, que comercializava escravos. Escreve uma dezena de pequenos textos, que serão publicados após sua morte, e, reconhecido por toda a Europa, começa a se debilitar fisicamente. Morre no dia 28 de outubro de 1704.

O modelo de Locke é semelhante ao de Hobbes, mas difere em determinados pontos. Enquanto Hobbes usa os conceitos de estado de natureza e estado de guerra como sendo intercambiáveis, Locke defende a existência de um estado de natureza inicial que evoluiria para um estado de guerra e depois para o estado civil. Além disso, Locke admite o uso da razão dos homens mesmo no estado de natureza, o que garante paz e harmonia relativas, que não existem para Hobbes.

No estado de natureza de Locke, não havendo nenhum poder soberano, cada indivíduo é livre para julgar, e possivelmente se vingar, quando se sentir lesado. Isso transforma o estado de natureza, que deveria ser pacífico e harmônico, em um estado de guerra, onde os homens temem-se reciprocamente. É para sair do estado de guerra que os homens criam o estado civil:

Evitar o estado de guerra [...] é motivo decisivo e bastante para que homens se reúnam em sociedade abandonando o estado

² A redação definitiva dos *Dois tratados sobre o governo civil* será feita logo após sua volta à Inglaterra em 1689. Em 1690 suas obras mais importantes são publicadas quase simultaneamente: o *Ensaio sobre a inteligência humana* e os *Dois tratados sobre o governo civil*, ambos lançados anonimamente. Até o fim de sua vida, Locke não reconheceria a autoria. Apenas o *Ensaio filosófico sobre o entendimento humano* é publicado em seu nome.



de natureza; onde há autoridade, poder terreno que pode dar amparo mediante apelo, está banida a continuidade do estado de guerra, sendo a controvérsia dirimida por aquele poder. (LOCKE, 1991, p. 224)

Não só para conservar a vida o homem constitui o Estado, mas para garantir outro direito natural fundamental, que é a propriedade. Esse é um ponto específico da teoria de Locke, representante da burguesia, pois ele afirma que o direito à propriedade é anterior ao Estado e existe desde o estado de natureza. Portanto, para Locke, a propriedade não surge do Estado, como em Hobbes, mas de uma atividade do indivíduo baseada em outro direito natural: o trabalho.

Então, o estado civil surge da preocupação dos homens em preservar os direitos naturais fundamentais, como a vida e a propriedade. Porém, entrando no estado civil, diferente de como pensava Hobbes, os indivíduos não renunciam a esses direitos naturais, mas os garantem pela autoridade, superior aos próprios indivíduos, que preserva e protege tais direitos. Então, no estado de natureza, os homens têm os direitos naturais, mas esses não são garantidos. No estado civil, os homens não perdem seus direitos, mas os conservam pelo poder soberano. Sendo assim, os indivíduos criam o Estado para que ele possa preservar seus direitos naturais.

Se os homens criam o estado civil para evitar a violência e degradação do estado de guerra, é natural que não o façam pela força, mas baseado no consenso. Esse é o outro ponto em que Locke difere das teorias que o antecedem. Em suas palavras:

Pois o que leva qualquer comunidade a agir sendo somente o consentimento dos indivíduos que a formam, e sendo necessário ao que é um corpo para mover-se em um sentido, que se mova para o lado para o qual o leva a força maior, *que é o consentimento da maioria*, se assim não fosse, seria impossível que agisse ou continuasse a ser um corpo, uma comunidade, que a aquiescência de todos os indivíduos que se juntaram nela concordou em que fosse; dessa sorte todos ficam obrigados pelo acordo estabelecido pela maioria. (LOCKE, 1991, p. 253; grifos meus)



Sendo assim, ao contrário de Hobbes, o Estado de Locke não se estabelece por meio da força, e sim pelo consenso entre os indivíduos. Portanto, esse Estado é limitado. Primeiro, por não poder violar os direitos naturais que o precedem. E segundo, porque o consenso só existe se os limites para o poder do soberano estiverem estabelecidos.

DA PROPRIEDADE

Como vimos anteriormente, o estado civil de Locke tem por função primária garantir os direitos naturais, tais como a liberdade, a igualdade e a vida. No entanto, outro direito natural é peça fundamental na descrição de Locke: o direito à propriedade. Para isso, Locke demonstra que a propriedade é um direito natural, por ter sua origem no estado de natureza. E, sendo assim, os homens se reúnem no estado civil também para preservar a propriedade.

Vejamos como Locke admite diferentes sentidos para o termo “propriedade”. Ora o utiliza como sendo o direito de posse sobre as coisas, que pode ser perdido ou transferido a outrem, como nessa passagem:

Embora a terra e todos os seus frutos sejam propriedade comum a todos os homens, cada homem tem uma propriedade particular em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seus braços e a obra de suas mãos, pode-se afirmar, são propriamente dele. (LOCKE, 1991, p. 227)

Ora o caracteriza como o conjunto dos direitos naturais. Ou seja, nesse segundo sentido atribuído ao termo “propriedade”, ela é intrínseca ao indivíduo e, por isso, intransferível:

[...] não é sem razão que (o homem) procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de “propriedade”. (LOCKE, 1991, p. 264)



Hobbes em sua teoria nega que o direito à propriedade seja um direito natural, mas positivo. Ou seja, passa a existir a partir da instituição do Estado, que tem por função única e exclusivamente a conservação da vida – o único direito natural para Hobbes – e não da propriedade.

Locke, que desenvolveu sua teoria de forma a defender certos interesses da época, se opõe a essa concepção hobbesiana e defende a proteção e conservação da propriedade como função principal do Estado e, por conseguinte, esse garantiria os outros direitos naturais, como a vida.

Na origem da propriedade, a tradição jurídica apresenta duas possíveis alternativas para sua aquisição:

- 1 - pela *ocupação*, ou seja, a mera posse ou apropriação de um bem que não pertence a ninguém;
- 2 - pela *especificação*, a transformação de uma matéria-prima em um objeto, como por exemplo, da uva para o vinho (BOBBIO, 1998, p. 193).

Embora não admita nem refute nenhuma dessas teorias, Locke sugere uma nova, mais adequada às condições do contexto em que estava situado: uma burguesia com bases agrárias, em expansão e em luta com a aristocracia conservadora. Para ele, o fundamento da propriedade deve ser buscado no trabalho empregado na natureza. Uma definição é dada no capítulo sobre a propriedade:

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra de suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. (LOCKE, 1991, p. 227)

Portanto, Locke justifica a propriedade por uma atividade individual: a aplicação de energia por parte do homem para se apossar de algo. Então,



todas as coisas às quais o homem se esforça para conseguir, passam a ser sua propriedade. De acordo com essa teoria, a maçã que é colhida ou o peixe que é pescado passam a ser meus a partir do momento que deles tomo posse. Esses são alguns dos muitos exemplos utilizados por Locke para ilustrar o conceito.

A nova teoria da propriedade apresentada por Locke provocou diversas interpretações. Dentre elas algumas que atribuíam indevidamente uma tendência socialista na teoria lockiana. Uma vez que a propriedade é fruto do trabalho, os indivíduos que trabalharam na terra, por exemplo, não deveriam possuí-la mesmo sem ser de fato proprietários? Desse argumento, surgiram comentários que sugeriam uma intenção revolucionária nessa teoria (BOBBIO, 1998, p. 197). Porém como já vimos, Locke se insere num contexto de intenso embate político e claramente se posiciona a favor da sociedade burguesa. O mesmo Locke que defende a expansão colonial para as Américas e a acumulação ilimitada de capital. Logo, esses comentários são absolutamente infundados.

Por outro lado, ao exercer seu direito, o indivíduo não impossibilita o exercício do mesmo direito por parte dos demais. Uma vez que o homem apenas pode usufruir do que lhe é necessário e sendo abundante a terra disponível, a apropriação de uma parte por alguém não poderia causar desvantagem aos outros. Esse é o primeiro limite acerca da propriedade: quem possui a terra através de seu próprio trabalho deve deixar o suficiente para que outros também possam sobreviver:

[...] ousou afirmar corajosamente o seguinte: – a mesma regra da propriedade, isto é, que todo homem deve ter tanto quanto possa utilizar, valeria ainda no mundo sem prejudicar a ninguém, desde que existe terra bastante para o dobro dos habitantes. (LOCKE, 1991, p. 230)

O segundo limite baseia-se no fato de que cada um deve possuir o suficiente para seu sustento e de sua família. O que não lhe serve para isso,



excede seu direito. Ou seja, o indivíduo tem direito sobre tudo o que vai utilizar efetivamente, o excesso deve ser abandonado e pode ser tomado por outros.

Porém esse limite é relativo, por valer somente antes do surgimento da moeda. Desde então, o homem pode acumular moeda sem correr risco imposto pela perecibilidade dos produtos e sem que outros reivindicuem sua parte. Em outras palavras, acumulando mais grãos do que vou consumir, estou burlando o direito dos outros ao deixar o excedente estragar. Contudo, ao acumular moeda, não estou lesando ninguém. É o que diz Locke:

E assim originou-se o uso do dinheiro – algo de duradouro que os homens pudessem guardar sem estragar-se, e que por consentimento mútuo recebessem em troca de sustentáculos da vida, verdadeiramente úteis mais perecíveis. (LOCKE, 1991, p. 235)

Sendo assim, a criação da moeda concedeu ao homem a possibilidade de acumular de forma ilimitada, uma das características essenciais do capitalismo.

O terceiro limite se refere ao limite do trabalho em si. Se o trabalho gera a propriedade, a rigor, o homem só possuiria a terra em que trabalhou. Então, é legítima uma propriedade construída por outras mãos que não as do proprietário? Se sim, não existe limite.

Locke admite o trabalho alienado, ou seja, aquele que produz para outro e não para si mesmo. Sendo o trabalho uma propriedade do homem, ele pode utilizá-lo como bem entender e até mesmo oferecendo a outro em troca de algo.

[...] um homem livre faz-se servo de outrem vendendo-lhe, por certo tempo, o serviço que se encarrega de executar a troco do salário que recebe; e [...] dá-lhe, contudo, tão só poder temporário sobre si próprio, não maior do que o que se contém no contrato entre eles estabelecido. (LOCKE, 1991, p. 248)



Portanto, não existe diferença, no que diz respeito ao resultado, entre o trabalho de um homem e o de seus empregados. Como o trabalho pode ser comprado com dinheiro e como não há limite para a acumulação de dinheiro: quem tem mais dinheiro, tem mais empregados. Seguindo a mesma lógica, e superados os limites quanto à propriedade, quem tem mais empregados, tem mais propriedade.

Porém, por outro lado, Locke é contraditório ao tratar de um ponto crucial para os interesses da época: a escravidão. Ele afirma:

[...] uma vez que o homem não tem poder sobre a própria vida, não tem autoridade, por pacto ou consentimento, de escravizar-se a quem quer que seja, nem se colocar sob o poder arbitrário absoluto de outrem, que lhe tome a vida a seu bel-prazer. Ninguém pode dar mais poder do que possui; e quem não pode tirar de si a própria vida não pode conceder a outrem qualquer poder sobre ela. (LOCKE, 1991, p. 225)

Sendo assim, um homem, não tendo poder sobre sua própria vida – o qual Locke confere a Deus –, não pode transferir esse poder ou ainda, se tornar cativo ou ser subjugado por outro. Dessa forma, seu trabalho e, conseqüentemente, a propriedade derivada desse, são direitos garantidos a esse homem.

Já foi apresentada a resolução para o problema do limite da propriedade, mas apenas referente ao trabalho livre, assalariado ou alienado. E quanto ao trabalho escravo? Locke apresenta uma possível solução para esse dilema. Se um homem comete um crime de forma que a punição seja a perda do seu direito à vida, o prejudicado que passa a possuir o poder sobre ela, pode demorar em executar seu direito, de forma a usá-la em seu benefício.

Se pois, por ato culposos que mereça a morte, tiver perdido o direito à vida, aquele a quem a entregou pode, quando o tem cativo, demorar em tomá-la, empregando-o a seu próprio serviço, sem com isso causar-lhe dano. (LOCKE, 1991, p. 225)



Sendo assim, seria justificável, segundo Locke, que um homem pos- sua direito sobre a vida de outro e o escravize, uma vez que o ofensor perde o direito sobre a própria vida, sua vida, seu trabalho e, portanto, o fruto dele, passam a ser propriedade do lesado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, é necessário conhecer os alicerces do Estado para entendermos as teorias acerca dele. Sendo assim, uma visão geral das diferentes teorias sobre o direito natural é fundamental. Desde a Anti- guidade, filósofos teorizam sobre o direito natural e o diferenciam do direito positivo, relacionado ao homem. Essas duas ideias seriam essenciais séculos depois para a inauguração do Estado moderno.

Passando pela Idade Média com a inserção da teologia e chegando à Modernidade, a tradição jusnaturalista foi se afirmando como uma das principais teorias, senão a principal, sobre a fundamentação do Estado. E assim, teve seu auge na Inglaterra do século XVII, com Hobbes e, posterior- mente, com Locke.

Partindo de uma nova concepção para natureza, baseada na ciência moderna e influenciados pela ideologia de uma classe emergente que procu- rava justificar a posteriori uma nova configuração política e econômica, esses filósofos transformaram o sentido de direito natural anteriormente utilizado.

Locke inclui os conceitos de *trabalho* e *propriedade* como direitos natu- rais do homem e os justifica a partir e para os interesses de sua época, uma vez que se insere em uma classe burguesa revolucionária que reivindica seu protagonismo na nova organização social da época. Com isso, defende a escravidão e a acumulação ilimitada de capital. Usando bons argumentos e uma boa base teórica, entra para a história da filosofia política como o funda- dor de um Estado liberal sem precedentes.

O presente trabalho não teve por objetivo solucionar o problema, se- quer apresentar informações completamente inéditas acerca da questão da propriedade, e sim, por meio de uma releitura da obra de Locke, dos autores



que o influenciaram, de seus principais críticos e também a partir de uma contextualização histórica, levantar questões e apontar possíveis incongruências e ambiguidades que levem a uma maior reflexão sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no pensamento de Emmanuel Kant*. Brasília: Editora UNB, 1984.

_____. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Locke e o direito natural*. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MACPHERSON, Crawford B. *Teoria política do individualismo possessivo*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MELLO, Leonel. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2006. V. 1, p. 81-89.



AS AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA INDUÇÃO AO CONSUMO DE AGROTÓXICOS*

Jorge Luis da Costa Silva**

INTRODUÇÃO

Por considerar que a expansão do agronegócio nacional é o que determina o crescimento no consumo e na produção de agrotóxicos no Brasil, levando, inclusive, o país a ocupar o primeiro lugar no *ranking* mundial de consumo dessas substâncias (BOTELHO, 2009), este estudo objetiva apresentar a relação entre as ações do Estado brasileiro e a expansão do agronegócio. Nesse sentido, a hipótese que sustenta esta pesquisa está pautada na ideia de que o Estado brasileiro funciona como promotor de políticas públicas, além de outras ações, comprometidas com o objetivo de criar as condições favoráveis à expansão do modo de produção agrícola hegemônico no país.

Nesse sentido, várias pesquisas têm se dedicado a compreender os impactos dos agrotóxicos na saúde humana e na de todo o ambiente. Um estudo recente (SOARES, 2010), que investigou a relação entre produtividade agrícola de soja e milho de 1985 a 2005, e intoxicação por agrotóxicos, mostrou que o aumento da produtividade dessas culturas agrícolas,

* O projeto de pesquisa que deu origem a este artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV, sob o seguinte número de protocolo: 0042.0.408.000-11.

** Ex-aluno do Curso de Educação Profissional Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Gestão em Serviços de Saúde (2009-2011). Atualmente cursa Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atua como bolsista na Coordenadoria de Cooperação Social da Presidência da Fiocruz. No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação do professor-pesquisador André Campos Búrigo (mestre em Educação Profissional em Saúde), do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (Lavs), da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Contato: jorgecslv@fiocruz.br.



principalmente a partir de 1990, guarda tendência muito similar com um aumento das intoxicações por venenos agrícolas.

Nesse mesmo estudo, Soares (2010) analisa alguns dos efeitos do uso do DDT:¹ a) penetra na cadeia alimentar e se acumula nos tecidos adiposos dos animais, inclusive No ser humano, aumentando o risco de câncer e podendo causar danos genéticos; b) não só atinge as pragas, mas um número incalculável de outras espécies; c) permanece tóxico no ambiente mesmo com sua diluição pela chuva, sendo que as espécies contaminadas podem migrar para outros ambientes, levando os possíveis riscos de contaminação para alvos bem mais distantes que a sua origem.

A utilização desses produtos em sistemas abertos² impossibilita qualquer medida efetiva de controle, pois não há como enclausurar ou isolar a fonte de contaminação e proteger os ecossistemas. Trabalhadores das fazendas, que aplicam os agrotóxicos, seus familiares, que vivem nas áreas pulverizadas, a população das cidades vizinhas e os consumidores de alimentos cultivados com o uso dessas substâncias são os principais prejudicados pela utilização de venenos, uma vez que estão expostos de forma inespecífica e indeterminada (AUGUSTO et al., 2010).

Esse cenário de risco ambiental e sanitário se agrava com o descompasso entre a velocidade de introdução de agrotóxicos no mercado e a capacidade técnica de prover os meios de segurança para minimizar seus impactos. Não obstante, há ainda outra questão relevante para o estudo do tema proposto pela pesquisa: a política de ocultamento dos riscos e danos. Apesar da existência do Programa de Análise de Resíduos de

¹ O diclorodifeniltricloroetano (DDT) foi o precursor dos organoclorados. É um potente inseticida que teve sua retirada do mercado brasileiro em três etapas: em 1985, quando sua autorização foi cancelada para uso agrícola, e em 1998, quando foi proibido para uso em campanhas de saúde pública. Finalmente, em 2009, teve seu banimento definitivo: por meio da lei nº 11.936/2009, foram proibidas a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de DDT no país (AUGUSTO et al., 2012).

² Sistemas abertos são aqui entendidos como sistemas que estabelecem alguma relação de troca/ intercâmbio com elementos externos. Já os sistemas fechados são aqueles nos quais esse tipo de troca não ocorre, como em experiências laboratoriais, nas quais se torna possível isolar/controlar as variáveis envolvidas.



Agrotóxicos em Alimentos (Para),³ não há iniciativa estatal consistente que tenha em vista tornar públicos os resultados de pesquisas que analisam o contexto de vulnerabilidade e de nocividade do uso de agrotóxicos para o meio ambiente e a importância disso para a saúde humana; não existem investimentos expressivos na área de saúde pública para diagnosticar intoxicações agudas e os efeitos crônicos dos agrotóxicos; não são fortalecidos os sistemas de notificação dos casos de intoxicação⁴ a fim de diminuir o número de casos subnotificados. Há, também, um ocultamento dos impactos ambientais gerados pelo uso de agrotóxicos, uma vez que não se geram dados sobre contaminação ambiental, tampouco sobre as condições da água onde estes produtos são intensivamente utilizados.

Por fim, vale ressaltar que a história da agricultura é tão longa quanto a própria história da humanidade; já os agrotóxicos só foram incorporados a essa produção há menos de cem anos. A dependência do uso dessas substâncias revela algumas especificidades do agronegócio que merecem destaque: a) sua produção, baseada em monoculturas produtoras de *commodities*⁵ para exportação, gera desequilíbrio nos ecossistemas, criando condições favoráveis ao aparecimento de “pragas” – e isso, por sua vez, exige um aumento quantitativo e qualitativo na aplicação de agrotóxicos; e b) o processo de mecanização

³ Em 2001, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) iniciou o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), cujo objetivo é “monitorar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos que chegam à mesa do consumidor e adotar medidas de controle” (BRASIL, 2009).

⁴ Os dois sistemas de notificação mais importantes no Brasil são o Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas (Sinitox), gerenciado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), gerenciado pelo Ministério da Saúde. Mais recentemente, foi criado o Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária (Notivisa), gerenciado pela Anvisa, que pretende compilar dados bastante abrangentes envolvendo casos de intoxicação, mas que ainda não está operando plenamente. Existe ainda a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), da Previdência Social, gerida pelo INSS. Além dessas, outras fontes oficiais de registros de intoxicações por agrotóxicos são o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), o Sistema de Internação Hospitalar (SIH) e o Sistema de Informação da Atenção Básica (Siab), os três geridos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por intermédio da vigilância epidemiológica e das equipes de internação dos hospitais. Embora existam vários sistemas oficiais que podem registrar intoxicações por agrotóxicos, eles não estão integrados e nenhum deles o faz de maneira realmente abrangente. Na prática, somente os casos agudos e mais graves são registrados, e mesmo para os casos agudos o sub-registro é muito grande (LONDRES, 2011).

⁵ *Commodities* são gêneros agrícolas, produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. Além disso, também se caracterizam por não terem passado por processo industrial, ou seja, em geral são matérias-primas.



das lavouras representa também outro fator de risco socioambiental, uma vez que demanda menos força de trabalho e implica a intensificação do processo de êxodo rural, ao mesmo tempo em que compacta o solo e emite poluentes. Outros fatores de risco socioambiental decorrentes da expansão desse modelo são históricos e estão em curso hoje no cenário brasileiro, tais como: violência no campo, concentração fundiária, expansão da fronteira agrícola, desmatamento e queimadas, entre outros. Nesse sentido, esse modo de produção agrícola tem características que sugerem a propensão mercadológica e insustentável, do ponto de vista socioambiental, do agronegócio.

Diante dessa situação de vulnerabilidade socioambiental, a pesquisa teve como objetivo geral identificar, sistematizar e analisar os principais marcos da ação do Estado brasileiro na indução do uso de agrotóxicos na agropecuária, no período que vai da década de 1960 até os dias atuais. Para tanto, o estudo está organizado em dois momentos. No primeiro momento, propõe-se uma reflexão que delimite teoricamente, numa perspectiva histórica, aspectos centrais da questão agrária no Brasil desde o período da Revolução Verde, datado da década de 1960, até os dias de hoje, com vistas a contextualizar o momento em que os agrotóxicos foram introduzidos no campo brasileiro.

No segundo momento, é feita uma breve revisão teórica sobre o papel do Estado brasileiro, além de ser analisada sua relação com a expansão do mercado de agrotóxicos e de seu consumo. Dessa forma, apresenta-se rapidamente um debate conceitual sobre a concepção de Estado que assumimos neste trabalho e faz-se um resgate histórico dos marcos regulatórios sobre os agrotóxicos, além de se sistematizar as principais ações do Estado que estimularam, e estimulam, de forma direta ou indireta, o consumo de agrotóxicos no país.

Para subsidiar a elaboração deste estudo, foram realizadas pesquisas documental e bibliográfica, tendo como objetivo estudar o tema e conhecer melhor a problemática que o envolve.



ASPECTOS CENTRAIS DA QUESTÃO DOS AGROTÓXICOS: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA

Durante séculos, o aumento da produtividade agrícola com vistas a atender à demanda mundial de alimentos constituiu um dos maiores desafios da história da humanidade, sendo, inclusive, a fome a causa responsável pela morte de milhares de pessoas (HESPANHOL, R., 2008).

No decorrer da história, ficam evidentes os vários esforços do homem para controlar a natureza. No entanto, é somente com a Segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, que ocorrem mudanças significativas na agricultura. Descobertas científicas e tecnológicas, antes utilizadas apenas no setor industrial, expandiram-se e foram absorvidas pelo setor agrícola. Dentre elas, destacam-se: o melhoramento genético de espécies vegetais e dos rebanhos; a utilização de fertilizantes químicos; e a mecanização da atividade agrícola. Apesar disso, o uso agrícola dos agrotóxicos só ganhou expressividade após as duas guerras mundiais, momento em que a indústria química fabricante de venenos, então usados como tecnologia bélica – isto é, como armas químicas –, encontram na agricultura um novo mercado para os seus produtos (HESPANHOL, R., 2008).

Passadas algumas décadas, diversas políticas foram implantadas nos países centrais a fim de expandir esse pacote tecnológico para os países periféricos em desenvolvimento. Além de terem em vista a expansão desse modo de produção agrícola, a expansão do mercado de agrotóxicos foi um processo de transferência de riscos dos países desenvolvidos para os chamados países em desenvolvimento, decorrente da adoção, nos países centrais, de legislações mais rigorosas tanto ambientais quanto sanitárias (AUGUSTO et al., 2005).

Na produção agrícola nacional, o pacote tecnológico referente à invenção e à disseminação de novas sementes e práticas agrícolas começou a se difundir principalmente a partir da década de 1960, período em que foram introduzidas inovações na agricultura num processo conhecido como Revolução Verde que, segundo seus promotores, seria fundamental para resolver o problema da fome que assolava a população mundial (LONDRES, 2011).

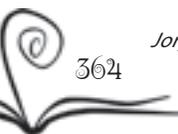


E a década de 1960 ficou marcada como o momento em que o Estado brasileiro criou um aparato institucional favorável à modernização da agricultura. A consolidação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, foi determinante no processo de modernização da agricultura. O governo federal construiu o arcabouço jurídico-institucional necessário à legitimação desse modelo de desenvolvimento, uma vez que criou facilidades para a instalação de indústrias químicas e mecânicas, estimulou a implantação e a expansão de indústrias processadoras de matérias-primas provenientes do campo, forneceu grande volume de crédito rural destinado ao investimento, à comercialização e ao custeio das safras, construiu e modernizou armazéns e incentivou, com isso, a expansão do cooperativismo empresarial no campo brasileiro (HESPANHOL, A. N., 2008).

Por meio do estabelecimento dessas políticas públicas, o Estado brasileiro passou a ser o grande regulamentador do processo de modernização da agricultura. Com isso, as vendas dos agrotóxicos aumentaram significativamente, passando de US\$ 40 milhões em 1939 para US\$ 300 milhões em 1959 e US\$ 2 bilhões em 1975 (SOARES, 2005).

Esse aumento se deve à política oficial de incentivo ao consumo de agrotóxicos, reforçada em 1975 pelo lançamento do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA). Com investimentos em torno de US\$ 200 milhões para implantar a indústria de síntese e formulação de agrotóxicos, o Estado brasileiro definiu metas para a agricultura em 1975 que propunham aumentar o consumo em 220% e a produção em 500% em relação ao ano anterior. Assim, o país que totalizava 14 fábricas de agrotóxicos aumentou esse número para 73 no ano de 1985, abastecendo, com isso, 80% do consumo nacional e passando a ser o maior produtor de agrotóxicos da América Latina. Na primeira metade da década de 1970, a produção de agrotóxicos no Brasil cresceu 19% ao ano e o consumo, 27% ao ano (AUGUSTO et al., 2005).

Com a criação do PNDA e com as políticas oficiais de incentivo, foram criadas as condições necessárias para a expansão do modelo químico-dependente. E a oferta de crédito rural estava diretamente relacionada com o consumo de agrotóxicos, como mostra o gráfico 1.



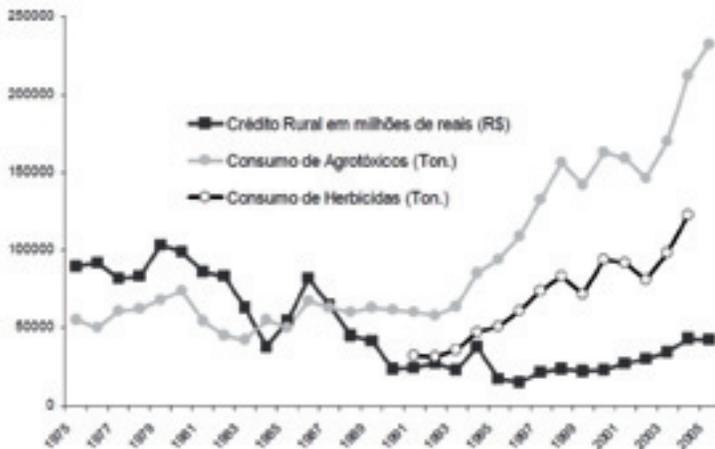


Gráfico 1. Oferta de crédito rural e consumo de agrotóxicos (ingredientes ativos), no Brasil (1975-2005).

Fonte: Soares, 2010, p. 14.

Embora os dados mostrem que as taxas de consumo de agrotóxicos no país, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, elevaram-se diante da oferta de crédito rural, o gráfico mostra ainda que, a partir da segunda metade da década de 1990, o consumo de agrotóxicos, em especial o consumo de herbicidas – substâncias utilizadas para o controle de ervas daninhas, caracterizadas como “plantas invasoras” –, aumentou, ao passo que o volume da oferta de crédito rural não condiz com esse aumento. Isso se deve à introdução na agricultura de outra tecnologia altamente demandante de venenos agrícolas: os organismos geneticamente modificados (OGMs).⁶ Além da expansão do plantio da soja transgênica, que amplia o consumo de glifosato (herbicida),⁷ o aumento no consumo de agrotóxicos está relacionado com vários outros fatores, como a crescente resistência de “ervas daninhas”, fungos e insetos, demandando maior consumo de agrotóxicos, e/ou o aumento de doenças

⁶ Tecnologia baseada na metodologia de transferência de genes por técnicas de laboratório, que ficou conhecida pelo nome de transformação genética ou transgenia (NODARI, 2007).

⁷ O glifosato é o herbicida mais vendido no Brasil e no mundo. Estima-se que a venda de glifosato formulado no Brasil alcance atualmente a marca de 250 milhões de litros anuais. A Monsanto, que o comercializa sob a marca Roundup (diz-se, em geral, “randape”), deteve a patente do glifosato até 2000. Desde então, o produto é formulado e comercializado por diversas empresas (LONDRES, 2011).

nas lavouras. Já o importante estímulo ao consumo advém da diminuição dos preços e da expressiva isenção de impostos sobre estas substâncias.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), várias plantações experimentais foram liberadas no país, liberação que estaria de acordo com a lei de biossegurança brasileira (BRASIL, 2005). Nesse sentido, Vigna (2001) apresenta dados reveladores de que a permissão de campos experimentais de cultivos transgênicos no país trouxe um grande problema de natureza técnica. O problema surgiu na medida em que o número de campos experimentais liberados não foi acompanhado da necessária quantidade de fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) disponíveis, órgão que havia sido designado como responsável pela vistoria dos campos experimentais.⁸ Tal processo facilitou a expansão das plantações para além da área estabelecida.

Ao mesmo tempo em que ocorriam liberações inadequadas, grande quantidade de soja transgênica já havia sido introduzida na agricultura nacional, pois estava sendo contrabandeada da Argentina através da fronteira com o Rio Grande do Sul. Em 2003, a Argentina já era um dos maiores produtores de soja transgênica do mundo, com cerca de 90% das plantações de soja do país sendo constituída de organismos geneticamente modificados. Esse processo de contrabando ocorreu, principalmente, por dois motivos: a) os agricultores obtinham as sementes transgênicas contrabandeadas a um preço razoavelmente inferior em relação às sementes convencionais oferecidas no mercado brasileiro; b) além disso, os agricultores apostaram na propaganda de que as sementes geneticamente modificadas eram mais produtivas que as convencionais, exigindo também menos agrotóxicos no seu cultivo, o que acarretaria menor custo de produção (BENTHIEN, 2003).

O principal argumento utilizado pelos fabricantes de sementes transgênicas para sustentar a sua disseminação é que, com elas, as lavouras demandam menores quantidades de agrotóxicos. Nesse cenário, destaca-se

⁸ A designação do Ibama como responsável pela fiscalização dos campos experimentais de transgênicos foi definida através da liminar nº 10329-01 (VIGNA, 2001).



a questão da soja transgênica, tolerante à aplicação do herbicida glifosato, e que representa mais da metade de todos os transgênicos plantados no mundo. Segundo estimativas de organizações ligadas às indústrias de biotecnologia, mais de 75% das lavouras transgênicas cultivadas no Brasil são de soja transgênica da Monsanto⁹ tolerante ao Roundup (herbicida à base de glifosato). E, ao contrário do que prometiam as empresas e as lideranças do agronegócio, a difusão da soja transgênica no Brasil foi a principal responsável pelo maciço aumento no uso de glifosato nos últimos anos, que saltou de 57,6 mil em 2003, ano de liberação e difusão das sementes transgênicas no mercado nacional, para 300 mil toneladas em 2009, segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (LONDRES, 2011).

A tecnologia dos transgênicos, baseada na crescente artificialização da natureza, é altamente demandante de insumos externos e agrotóxicos. O modo de produção desse modelo desequilibra o ambiente, gerando novas pragas que exigem a aplicação de novos agroquímicos, que tornam as pragas mais resistentes, que levam ao uso de substâncias tóxicas mais fortes, e assim sucessivamente. Esse processo é o que Fernando González, da Red de Acción sobre Plaguicidas y Alternativas en México (Rapam), chama de “espiral do veneno”.

Esses fatores associados – oferta de crédito rural e a introdução de organismos geneticamente modificados na agricultura nacional – contribuem para compreendermos o salto no consumo de agrotóxicos desde a década de 1970, tal como visto no gráfico 1.

A progressão desse cenário fez o Brasil assumir, a partir de 2008, a liderança no consumo mundial de agrotóxicos, posição antes ocupada pelos Estados Unidos, segundo informa Burkhard Kleffmann, presidente mundial do instituto internacional de pesquisa em agronegócios Kleffmann Group (BOTELHO, 2009).

⁹ Presente em 46 países, a Monsanto tornou-se líder mundial dos transgênicos, mas também uma das empresas mais controversas da história industrial com produtos como o PCB (piraleno), herbicidas devastadores (como o agente laranja, utilizado durante a Guerra do Vietnã) ou o hormônio do crescimento bovino (proibido na Europa) (LONDRES, 2011).



Esse modelo de agricultura altamente demandante do uso de agroquímicos busca sua consolidação com base na divulgação de sua produção agrícola – fundamentalmente constituída de *commodities* – e da sua suposta eficiência econômica. Dados organizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (apud BÚRIGO, 2010), que tem por missão “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira” (BRASIL, s.d.), revelam a importância das exportações agrícolas – que aparecem contabilizadas como de responsabilidade exclusiva do agronegócio¹⁰ – para o equilíbrio da balança comercial brasileira. Entre 1989 e 2009, o agronegócio foi apontado como responsável, em média, por 40,68% das exportações e 12,03% das importações brasileiras. Em 2009 e 2010, as exportações agrícolas do país tiveram como destino 217 países, com destaque para China, Estados Unidos, Países Baixos, Rússia e Alemanha, que juntos importaram 41,46% das exportações agrícolas brasileiras no primeiro semestre do ano de 2010.

Apesar desses números e da tão propalada eficiência, a pergunta que se faz é qual o custo público dessa contribuição? Embora sejam expressivas as taxas de importação e exportação de produtos agrícolas, elas não são capazes de abarcar a realidade relativa aos impactos econômicos, uma vez que não contabilizam os custos sociais decorrentes das práticas desse modelo de agricultura. Nesse sentido, Soares (2010) calculou o custo monetário de algumas das chamadas “externalidades negativas”¹¹ do uso de agrotóxicos na produção agrícola. Seu estudo faz uma análise das externalidades associadas às intoxicações agudas e, com base nelas, valora os custos sociais

¹⁰ Na tentativa de reafirmar a eficiência econômica do agronegócio e comprovar a sua relevância para a balança comercial, é desconsiderado o fato de que os dados de contribuição na balança comercial não são estratificados – e, portanto, não é feita qualquer referência à contribuição da agricultura familiar na produção agrícola nacional. No entanto, dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) revelam que o complexo da soja, principal item de exportação, é responsável por quase 19% do total de exportações do setor e, apesar de ser a cultura na qual a agricultura familiar tem a menor participação, essa forma de organização da produção ainda é responsável por 16% da produção nacional de soja, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contribuindo, assim, para a pauta de exportação agrícola brasileira (SAUER, 2010).

¹¹ Trata-se dos custos externos associados ao uso intensivo de agrotóxicos. Tais externalidades estão relacionadas, principalmente, aos danos ambientais e à saúde humana, cujos custos acabam sendo socializados (SOARES, 2010).



dessas intoxicações comparando-os aos benefícios dos agrotóxicos. Mediante esse estudo comparativo, o autor conclui que os custos com a intoxicação aguda podem representar em torno de 64% dos benefícios econômicos dos agrotóxicos, e na melhor das hipóteses, quando as características de risco dos estabelecimentos encontram-se todas ausentes, esses custos representam 8% dos benefícios.

Cabe ressaltar que o estudo em questão tratou apenas do custo monetário decorrente das intoxicações agudas; por isso, outras externalidades – como as intoxicações crônicas, intoxicação dos consumidores e contaminação ambiental – não foram avaliadas. Nesse sentido, Londres (2011) acredita que os resultados desse estudo representam apenas a “ponta do iceberg”, assinalando que o conjunto dos outros custos não contabilizados gerados por essas substâncias representa a parte do iceberg que está submersa e que, por isso, ainda são invisíveis aos olhos da comunidade científica.

Além dos impactos econômicos, que encobrem uma série de custos sociais não contabilizados, outro argumento que sustenta esse modelo e suas práticas é que a utilização de agrotóxicos gera aumento na produtividade de alimentos e, com isso, representa uma possibilidade para minimizar e/ou extinguir os efeitos da fome. Em contraposição a essa tese, um estudo realizado por Porto-Gonçalves e Alentejano (2009) afirma que há uma crise dos alimentos no Brasil e uma das causas dessa crise é a queda da área plantada de produtos que formam a base da alimentação do brasileiro – arroz, feijão e mandioca – em correlação com o aumento da área plantada de cultivos de interesse da agricultura empresarial – cana-de-açúcar, soja e milho – caracterizando uma agricultura voltada para a produção de agrocombustíveis (cana e soja) ou para a produção de ração animal – milho e soja (gráfico 2).



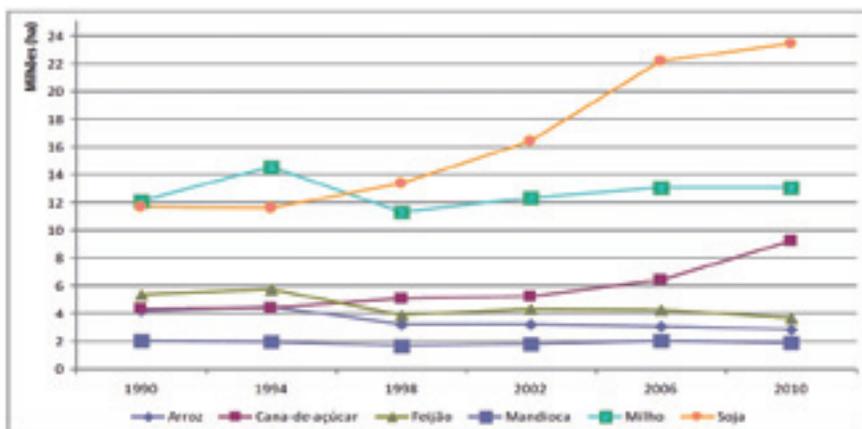


Gráfico 2. Evolução da área plantada de arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, milho e soja no Brasil (1990-2010).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010a, p. 19.

Com base na discussão promovida por esses autores, foi utilizado neste estudo um período de análise mais recente, a fim de demonstrar o fenômeno da crise dos alimentos no Brasil. Os dados obtidos indicam que a soma da área plantada das culturas apontadas como de interesse da agricultura empresarial evoluiu de 27.930.804 hectares, em 1990, para 45.491.428 hectares, em 2010, o que representa um aumento de 62,87%. Em contrapartida, dados do mesmo período referentes às culturas indicadas como base da alimentação do brasileiro mostram que a área plantada diminuiu de 11.438.457 hectares para 8.245.894 hectares, ou seja, uma queda de 27,91%. Cabe ainda ressaltar que nesse mesmo período, que abarca os últimos vinte anos, a população brasileira cresceu aproximadamente 25% – quase 44 milhões de habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010b).

Os resultados obtidos indicam o atual cenário de favorecimento das oligarquias agrárias, caracterizado por Búrigo (2010, p. 49) como um movimento de “antirreforma agrária”. Diante dessa realidade destoante com o discurso difundido pelos promotores do agronegócio, verifica-se que os recordes de produtividade alcançados pelo modelo não estão comprometidos com o enfrentamento da fome; ao contrário, estão associados aos

motivos que agravam o cenário da fome, uma vez que a produção em grandes propriedades concentra a renda em poucas famílias e os lucros em multinacionais que avançam no controle de setores estratégicos da cadeia produtiva (BÚRIGO, 2010).

O ESTADO BRASILEIRO E A QUESTÃO DOS AGROTÓXICOS

Antes de apresentar os resultados da pesquisa sobre a relação do Estado brasileiro com o consumo dos agrotóxicos, é importante apresentar a concepção de Estado assumida neste trabalho.

O conceito de Estado que fornece subsídio teórico a esta pesquisa toma como ponto de partida a crítica marxista à concepção hegeliana, a qual considera o caráter puramente formal da universalidade do Estado e descarta a tese de que esse Estado represente efetivamente uma vontade geral (COUTINHO, 1994).

Para Coutinho (1994), o Estado, como um Estado de classe, passa a ser visto como um organismo responsável por garantir a propriedade privada, de modo a assegurar e a reproduzir a divisão da sociedade em classes. Baseando-nos nessa concepção, é possível considerar que o Estado, em última instância, resulta do antagonismo inconciliável das classes e que ele é a expressão direta e imediata do domínio de classe, pois assume a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns. Decorre para Marx, dessa concepção, a ideia do Estado como “comitê executivo da burguesia”.

Esse conceito, embora “restrito”, é, certamente, necessário para a apreensão do debate sobre o papel do Estado. No entanto, ainda é insuficiente para compreender a complexidade de relações que se (re)produzem no seio da sociedade, visto que não consegue abarcar aquelas ações do Estado voltadas para a conservação do domínio de classe que não se expressam por meio da coerção e da violência. No entanto, é necessário dizer que a ampliação do conceito de Estado não resulta



somente da escolha de um ângulo de abordagem, ou seja, não é decorrente apenas de um movimento do pensamento. Resulta também, e principalmente, do próprio desenvolvimento objetivo tanto do modo de produção quanto da formação econômico-social.

Apesar de alguns pensadores terem começado a desenvolver uma abordagem mais ampliada do conceito de Estado – tal como os escritos tardios de Engels e as obras de Rosa Luxemburg –, foi certamente com o marxista italiano Antonio Gramsci que esse movimento de “ampliação” recebeu a sua formulação mais sistemática. Isso se deve ao fato de Gramsci, ao contrário de Marx, Engels e Lenin, ter operado num momento histórico no qual se efetivou uma maior concretização do fenômeno estatal, o que possibilitou o desenvolvimento da teoria do Estado (COUTINHO, 1994).

Gramsci ampliou a esfera do Estado para além do seu sentido restrito – seus aparelhos institucionais, executivos e repressivos – e passou a integrar a ela um aspecto ainda pouco trabalhado, entendendo que a sociedade civil é um momento ou uma esfera da superestrutura e se caracteriza por ter a sua materialidade expressa nos aparelhos privados de hegemonia (COUTINHO, 1994):

[...] os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. Gramsci registra assim o fato novo de que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas mais complexas, ganhou uma autonomia material (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido estrito. (COUTINHO, 2003, p. 129)

É essa a grande contribuição teórica do pensamento político gramsciano, dada pelo desenvolvimento da concepção de Estado ampliado que considera a formação do Estado, em seu sentido amplo, como duas esferas da superestrutura: sociedade política, também chamada por Gramsci de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”, que exerce a dominação fundada na coerção; e sociedade civil, âmbito no qual as classes buscam exercer sua hegemonia, isto é, praticar sua dominação pela direção e o consenso.



Ao estabelecer essas duas esferas da superestrutura do Estado ampliado, Gramsci as diferencia, desenvolvendo-as, entretanto, sempre de forma dialética. Dessa forma, ambas compõem o Estado e atuam para a conservação ou promoção das relações econômicas, a partir dos interesses de uma classe fundamental.

Amparada por essa perspectiva de Estado e de sociedade civil como instâncias distintas, porém indissociáveis, caracterizadas por disputas e conflitos, esta pesquisa teve especial interesse na identificação das principais políticas públicas ou demais ações do Estado brasileiro que induziram (ou induzem) o consumo de agrotóxicos – de forma direta e indireta – no período compreendido entre a década de 1960 e os dias atuais.

OS MARCOS REGULATÓRIOS NA ESFERA LEGISLATIVA

Aprovada e consolidada no início do processo de redemocratização do país, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 discorre sobre alguns princípios que devem ser operados no âmbito da questão dos agrotóxicos no que concerne à saúde da população e à preservação do meio ambiente equilibrado. No seu artigo 225, a Constituição determina que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

Além disso, no parágrafo 1º do inciso V do mesmo artigo, aparece como incumbência do poder público, para assegurar a efetividade desse direito, “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente” (BRASIL, 1988).

No que diz respeito à saúde da população, é importante destacar o artigo 196 da Constituição, que sintetiza uma conquista da Reforma Sanitária Brasileira e no qual se define a saúde como

[...] direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988)

A fim de que essas atribuições do Estado brasileiro fossem cumpridas, durante as décadas de 1970 e 1980 forças da saúde pública e do meio ambiente pressionaram o poder público para aprovar, no âmbito do Congresso Nacional, “uma nova lei sobre os agrotóxicos” que fosse “mais do que uma modernização do decreto de 1934” e que não fosse “mera sistematização de portarias” (BULL e HATHAWAY, 1986, p. 176 apud TERRA, 2008, p. 77).

Essa reivindicação se dá diante do fato de que, ao iniciaram sua produção no Brasil, as empresas multinacionais tinham como marco regulatório de suas atividades o decreto nº 24.114/1934, da Secretária de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura. Esse decreto tinha como uma das principais características a centralização decisória na esfera da União, cabendo a ela o poder de legislar sobre os agrotóxicos.¹² Desta forma, a União estabelecia os requisitos exigidos para o registro do produto e para a liberação da licença de comercialização do agrotóxico no mercado (TERRA, 2008).

Durante a vigência do decreto de 1934, seu texto sem estrutura de classificação toxicológica e de fiscalização favoreceu que vários agrotóxicos banidos pela legislação de alguns países passassem a ser livremente produzidos no país. As empresas estenderam, assim, o ciclo de vida de seus produtos, encontrando no campo brasileiro a oportunidade de um mercado consumidor (TERRA, 2008).

Apesar de não terem obtido sucesso em suas primeiras tentativas, os setores da saúde pública, organizados com os do meio ambiente, mantiveram as pressões sobre os órgãos públicos em busca de uma nova legislação. Em 1989, o decreto de 1934 perdeu vigor com a promulgação da lei nº 7.802, que ficou conhecida como Lei de Agrotóxicos.

¹² Estados e municípios apenas realizariam testes para fiscalizar se as características físico-químicas dos produtos eram equivalentes às registradas pela empresa para obtenção da licença de venda do produto (TERRA, 2008).



O avanço da nova legislação se deu com o estabelecimento de regras mais rigorosas para a concessão de registro aos agrotóxicos. Além disso, a nova estrutura de registro passou a ser compartilhada pelos ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente. Em decorrência da nova lei, a legislação brasileira se tornou uma das mais avançadas do mundo, porém isso ocorreu somente após ter sido instalada no país uma indústria produtora de agrotóxicos com elevado grau de internacionalização e conformadora de um mercado altamente oligopolizado (TERRA, 2008).

AS AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO QUE ESTIMULAM OU CONDICIONAM A UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Em contraposição aos avanços da legislação, a indústria de agrotóxicos continua crescendo: ampliou sua produção e, por conseguinte, intensificou o cenário de riscos socioambientais. Com base nisso, questiona-se sobre o que motiva a expansão do mercado de agrotóxicos no Brasil e de que forma se processa o incentivo à indústria de agrotóxicos.

No esforço de responder a esse questionamento, expõe-se, a seguir, uma sistematização das principais ações do Estado brasileiro que estimulam a utilização de agrotóxicos.

Sistema Nacional de Crédito Rural: a modernização da base técnico-produtiva da agricultura nacional

A modernização da agricultura nacional não se deu de forma espontânea; suas causas derivaram da intenção do Estado de alterar a estrutura produtiva do país. A dinâmica econômica nacional deixava de ter como principal determinante a produção agrícola e passava a ser alavancada pelo setor industrial. Nesse sentido, a modernização da agricultura é definida por Terra como a “mudança na base técnica de produção agrícola que buscou elevar a produtividade da terra e do trabalho por meio da utilização de insumos de origem industrial em oposição aos produtos naturais secularmente utilizados” (2008, p. 43).



No bojo do processo de modernização da agricultura, foi criado, pela lei nº 4.829/1965, o Sistema Nacional de Cadastro Rural. Pelo poder concedido pela lei, o Banco Central do Brasil instituiu que 10% de todos os recursos captados por depósitos à vista no sistema bancário nacional seriam destinados ao financiamento da agricultura. Outra resolução determinou que os bancos que não conseguissem emprestar os recursos captados deveriam repassá-los ao Banco Central, que os aplicaria na conta do Fundo Especial para o Desenvolvimento da Agricultura (Funagri),¹³ componente do SNCR, e destinada a aglutinar capital a fim de que fosse disponibilizado para aplicações em ramos específicos da agricultura (TERRA, 2008).

Com isso, os recursos do SNCR cresceram, em virtude da expansão da economia e do poder de captação do sistema financeiro nacional. Além de contar com prazos e carências elásticas e taxas de juros reais negativas, o SNCR foi, e continua a ser, separado em três categorias: crédito de custeio, crédito de investimento e crédito de comercialização (TERRA, 2008).

Quando os dados do SNCR são analisados segundo as suas modalidades (gráfico 5), nota-se que, em contraste com a retração no volume total de crédito,¹⁴ o crédito de custeio – responsável por fomentar o consumo corrente de insumos industriais modernos, entre eles os agrotóxicos – apresentou crescimento que possibilitou a manutenção da demanda corrente por insumos, cujas empresas produtoras estavam se instalando no país, viabilizando o processo de substituição de importações com capitais multinacionais.

¹³ Exemplos de aplicações específicas do Funagri são o Fundo para Desenvolvimento da Pecuária (Fundepe), o Fundo para Desenvolvimento Agrícola (Fundag) e o Fundo para Desenvolvimento do Alcool Combustível (ProÁlcool) (TERRA, 2008).

¹⁴ A decadência do volume total do crédito rural é decorrente de dois fatores: introdução, em 1976, da política econômica que buscava corrigir os desequilíbrios fiscais das contas públicas; e elevação da inflação, que estimulou o investimento em poupança em detrimento dos depósitos à vista. Ante esse cenário, o SNCR teve seus dois grandes credores subtraídos: o Estado e os depósitos à vista no sistema financeiro nacional (TERRA, 2008).



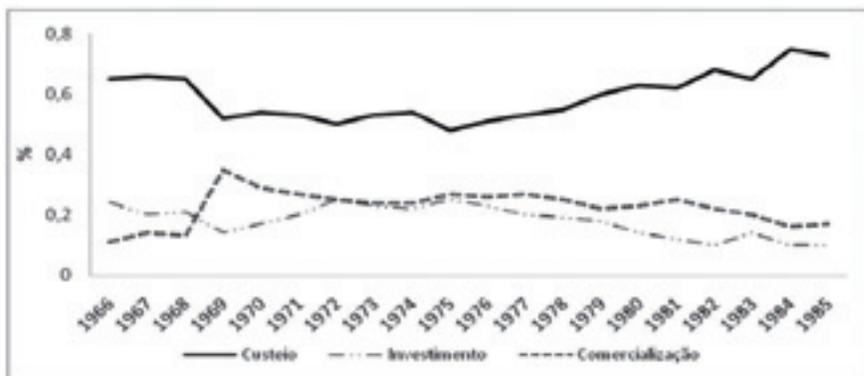


Gráfico 5. Evolução da participação relativa por modalidade no SNCR (1966-1985).

Fonte: Coelho, 2001 apud Terra, 2008.

Vale ressaltar que esse sistema se restringiu às médias e grandes propriedades rurais, como mostram as conclusões do projeto de formação de capital que investigou as modificações nas propriedades das regiões Sul e Sudeste a partir de 1970:

O tamanho das grandes fazendas aumentou substancialmente; [...] a taxa de adoção de novas tecnologias estava diretamente relacionada ao tamanho da propriedade; [...] houve uma rápida adoção de tecnologia biológica, e, especialmente, de fertilizantes químicos; esse processo de adoção aumentou significativamente os custos de operação. [...] Houve um dramático aumento no uso de crédito agrícola nos anos recentes; todos os aumentos da oferta de crédito foram canalizados através de instituições formais de crédito; [...] taxas reais negativas de juros geralmente prevaleceram e distorceram a alocação de capital e crédito; taxas reais negativas de juros também resultaram em substancial transferência de renda para os usuários de crédito. Uma pequena parcela de fazendeiros absorveu a maior parte dos aumentos da oferta de crédito; [...] os maiores beneficiários desses incentivos acumularam-se nas grandes fazendas, resultando num aumento das disparidades do nível de renda das propriedades. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 29)

Não obstante, esse sistema apresenta como requisito à obtenção do crédito a comprovação de que o produtor utiliza fertilizantes químicos e agrotóxicos, por considerar que isso constitui garantia de produtividade e, portanto, assegura baixos índices de inadimplência. Nesse sentido, o SNCR confirma sua caracterização como ferramenta auxiliadora do processo de modernização da agricultura nacional e, por conseguinte, reafirma sua proposta de incentivar o consumo de agrotóxicos.

Somente em 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf),¹⁵ os pequenos produtores, ou seja, aqueles com áreas não superiores a quatro módulos fiscais e que possuem até dois trabalhadores contratados apenas, passaram a ter acesso ao crédito oficial (HESPANHOL, A. N., 2008).

Plano Nacional de Defensivos Agrícolas: a industrialização por substituição de importações

No curso do desenvolvimento do processo de industrialização nacional cujo objetivo foi promover a industrialização do país por meio da estratégia de substituição das importações – alterando, assim, o eixo dinâmico da economia da agricultura para a indústria –, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1975-1979), que previu a substituição de importações dos ramos de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos (TERRA, 2008).

O Estado, em sua estratégia de incentivo à industrialização, construiu diversos planos setoriais: celulose e papel, fertilizantes, agrotóxicos e produtos petroquímicos, entre outros. Nesse sentido, incentivos fiscais, tributários e cambiais foram concedidos às empresas, com o objetivo de estimular a criação da indústria de síntese (NAIDIN, 1985 apud TERRA, 2008).

¹⁵ A lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define agricultura familiar com base nos seguintes critérios: a área do estabelecimento não pode exceder 4 módulos fiscais, a mão de obra deve ser predominantemente da própria família, a renda deve ser originada predominantemente nas atividades da propriedade e o estabelecimento tem de ser dirigido pela própria família.



Terra (2008) chama atenção para o fato de a economia brasileira ter crescido entre 1955 e 1962 – época do Plano de Metas¹⁶ – com médias anuais de 7,1%, acompanhada de um crescimento industrial de 9,8% ao ano. O período de contração (1962-1967) corresponde à conturbação política e à implantação do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg).¹⁷ Com o reequilíbrio econômico, os anos 1967 a 1973 presenciaram um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional da ordem de 11,2% ao ano, sendo que, entre 1967 e 1970, o PIB se expandiu em 10% ao ano. Entre 1970 e 1973, a elevação do PIB foi de 12,4% ao ano. Por fim, nos dois primeiros anos do II PND (1974-1975), a expansão da economia foi de 8,3% ao ano, reduzindo-se para 6,2% no período compreendido entre 1976 e 1980. A produção industrial, por sua vez, acompanhou essa tendência, elevando-se nos primeiros anos do II PND e reduzindo o seu ritmo após 1976 (gráfico 6).

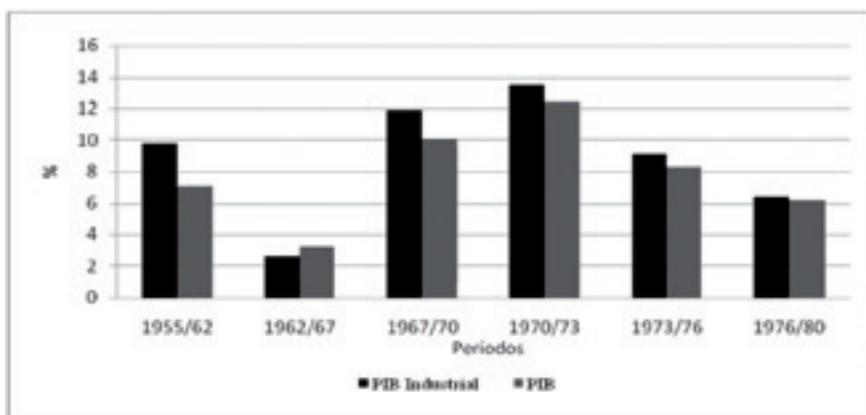


Gráfico 6. Taxas médias de crescimento: PIB industrial versus PIB nacional.
Fonte: Delgado, 1985 apud Terra, 2008.

Terra considera que “o sucesso do processo de industrialização da economia brasileira foi inegável” (2008, p. 43), visto que o objetivo traçado ainda na década de 1930, baseado na ideia de mudar o eixo dinâmico da economia brasileira do setor agrícola para o industrial, foi alcançado.

¹⁶ Plano elaborado e executado durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek e que tinha como objetivo promover a industrialização nacional.

¹⁷ Plano que visava conter a escalada inflacionária e equilibrar as contas públicas.

Nesse sentido, o setor agrícola foi induzido a transformar sua base técnica de produção, de modo a modernizá-la.

O impulso decisivo para o aumento do consumo e da produção de agrotóxicos no Brasil se deu com a criação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA). O programa, idealizado no âmbito do II PDN, previa que os projetos de fabricação de agrotóxicos passassem a deter incentivos fiscais e a receber financiamentos para a construção de plantas industriais e benefícios tarifários para a importação de máquinas e equipamentos. Os investimentos setoriais dirigiram-se à produção em território nacional dos produtos técnicos cujos derivados – produtos formulados – já eram produzidos no país, ou ainda, à produção interna de novos produtos técnicos. O programa previu, ainda, que as metas estabelecidas deveriam ser cumpridas num curto prazo, de dois a quatro anos, o que intensificou o volume dos investimentos (NAIDIN, 1985 apud TERRA, 2008).

Com a elevação dos investimentos durante a execução do PNDA, suas metas, as quais incluíam, inicialmente, a produção de 13 produtos técnicos no país e a expansão da capacidade de produção dos produtos formulados, foram alcançadas. Em 1983, já existiam no Brasil 40 empresas fabricantes de produtos técnicos e 33 empresas que apenas formulavam os agrotóxicos. Desse total de 73 empresas, 42 eram nacionais, 28 eram estrangeiras e 3 eram *joint-ventures*¹⁸ (TERRA, 2008).

No que se refere à capacidade de produção, sua expansão foi evidente. A produção brasileira de produtos técnicos cresceu, entre 1970 e 1984, a uma média anual de 2.172 toneladas (gráfico 7). Quando considerado o período anterior referente à execução do PNDA (1975-1979), o crescimento anual, em média, foi de 6.867 toneladas. Nesse sentido, o PNDA permitiu que a produção nacional de produtos técnicos aumentasse em 140% durante a sua vigência (TERRA, 2008).

¹⁸ Empreendimento conjunto, uma associação de empresas, que pode ser definitiva ou não, com fins lucrativos, para explorar determinado(s) negócio(s), sem a perda efetiva da personalidade jurídica de nenhuma delas.





Gráfico 7. Evolução da produção nacional de produtos técnicos de agrotóxicos (1970-1984).

Fonte: Naidin, 1985 apud Terra, 2008.

Em síntese, a política de substituição de importações no ramo dos agrotóxicos, sustentada principalmente pelo PNDA, teve como principais consequências a política oficial de incentivo à produção e ao consumo de agrotóxicos e a formação de um mercado controlado pelas subsidiárias das grandes corporações químicas multinacionais (NAIDIN, 1985 apud TERRA, 2008).

QUESTÕES RECENTES ACERCA DO SUBSÍDIO ESTATAL: AS DÍVIDAS DO SETOR AGRÍCOLA

O setor agrícola empresarial cresce à luz de benefícios estatais, visto que, desde meados dos anos 1990, o setor é motivo de constante processo de renegociação. Apesar dos sucessivos alongamentos de prazos, incluindo prazos de carência, da diminuição das taxas de juros e da oferta de novas condições de pagamento, essas dívidas não estão sendo amortizadas pelos seus devedores (SAUER, 2010).

De acordo com levantamento realizado por Sérgio Sauer (2010), o Orçamento Geral da União, projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional (lei nº 12.017/2009), estimou, para as contas públicas de 2010, um gasto anual em subsídios financeiros e creditícios em torno de R\$ 800 milhões.



Esse levantamento revela ainda que a União gastou quase R\$ 1,5 bilhão, em 2007 e 2008, com a securitização das dívidas agrícolas. Em 2009, foram utilizados outros R\$ 842 milhões com essa securitização. O Programa Especial de Securitização Agrícola permitiu a renegociação das dívidas agrícolas dos contratos acima de R\$ 200 mil na origem, que ficavam fora da securitização, exigindo dos cofres públicos um volume financeiro em torno de R\$ 248 milhões, por ano, desde 2007.

Dados disponibilizados pela Receita Federal demonstram que a União deixou de recolher R\$ 8,85 bilhões só em 2010. Apesar de estarrecedores, esses dados não são capazes de retratar fielmente a realidade brasileira no que diz respeito às renúncias fiscais. Nesses valores não estão contabilizados outros apoios públicos, como os incentivos à exportação e à isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), nem a prorrogação das dívidas das cooperativas com o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, com a contribuição social do setor patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Programa de Integração Social (PIS) etc., renegociadas a partir da medida provisória nº 303/2006 (SAUER, 2010).

Há, ainda, outros gastos públicos resultantes da realização de convênios entre diversos ministérios com entidades do setor patronal. Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal, revelam que foram disponibilizados, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), mais de R\$ 40 milhões a entidades patronais do setor agrícola (SAUER, 2010).

Para o professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (BRITO e NADER, 2008), esse histórico de renegociações da dívida agrícola revela que, na realidade, a agricultura capitalista, dentro do bojo das políticas neoliberais, não tem nenhuma possibilidade de se desenvolver e se realizar sem subsídio público ou governamental.

Além disso, Ariovaldo Umbelino de Oliveira ainda chama atenção para a forma como esses benefícios – concessão de prazo adicional, redução das taxas de juros das operações e concessões de desconto para liquidação de dívidas – são veiculados. Segundo o professor, os pequenos



produtores são utilizados como “bode expiatório”, pois o número de contratos renegociados com pequenos produtores é expressivo, no entanto, em valores, o montante não totaliza 5% do volume total renegociado: “o que de fato está em jogo é a enorme diferença entre os R\$ 73 bilhões de reais em dívida que pertencem aos grandes e médios produtores e os R\$ 3 bilhões que pertencem aos pequenos” (BRITO e NADER, 2008).

Além das questões apontadas anteriormente no que tange ao subsídio estatal ao setor agrícola empresarial, é necessário considerar a disparidade no que diz respeito aos incentivos dados pelo Estado à agricultura familiar e ao agronegócio. De acordo com números dos bancos oficiais, o agronegócio teve à sua disposição R\$ 65 bilhões na safra 2008/2009, quantia quase 500% superior aos R\$ 13 bilhões destinados à agricultura familiar para custear a safra do mesmo período. No período seguinte, isto é, na safra 2009/2010, essa disparidade aumentou: foram R\$ 92,5 bilhões para o agronegócio e R\$ 15 bilhões para a agricultura familiar, com a diferença chegando à ordem de 600% (gráfico 8).



Gráfico 8. Plano Safra (em R\$ bilhões): agricultura familiar versus agricultura empresarial (2002-2010).

Fonte: Brasil, 2011.



MODIFICAÇÕES NA LEI DOS AGROTÓXICOS

Apesar de a Lei dos Agrotóxicos ter representado uma importante conquista dos movimentos sociais e de setores ligados à questão do meio ambiente, à saúde pública e ao meio acadêmico, sua publicação não garante sua efetivação. Desde sua aprovação, um movimento de determinados segmentos agrícolas se constituiu no sentido de alterar a legislação, a fim de facilitar o registro dos produtos. Dessa forma, a flexibilização do processo de registro de agrotóxicos no Brasil tornou-se pauta de discussões (TERRA, 2008).

Isso se deve, basicamente, a dois motivos. Em primeiro lugar, o Brasil sofreu forte pressão internacional, pois o livre comércio de agrotóxicos no Mercado Comum do Sul (Mercosul) só poderia ser estabelecido se o sistema de registro dos países membros fosse equiparável. E o sistema brasileiro, com critérios mais rigorosos para a concessão de registro do que o dos países vizinhos, foi, por vezes, um empecilho à entrada dos produtos dos outros países do bloco.

Em segundo lugar, o sistema de registro por equivalência tornou-se um ponto de controvérsias entre as associações de grandes produtores rurais, as empresas fabricantes e os órgãos reguladores. De um lado, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (Aenda) alegavam que o marco regulatório vigente no momento favorecia as grandes empresas transnacionais, cuja capacidade de investimento em pesquisa e desenvolvimento permitia atender com maior facilidade às exigências dos órgãos de registro e fiscalização, o que contribuiria para a concentração maior do mercado. De outro lado, os órgãos reguladores, particularmente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), consideraram as exigências legais condição fundamental para minimizar os riscos e perigos ao meio ambiente e à saúde do consumidor e dos trabalhadores rurais (TERRA, 2008).

Diante das intensas pressões advindas das associações representativas dos interesses rurais brasileiros, da associação de empresas especializadas na produção de agrotóxicos sem proteção de patentes e do



Mercosul para promover alterações na Lei dos Agrotóxicos, dois decretos e uma instrução normativa interministerial determinaram as novas regulamentações da legislação (TERRA, 2008).

Diante desse cenário, foi criado, a partir da portaria interministerial nº 17 de 2000, um grupo responsável por elaborar um novo decreto regulamentador da Lei dos Agrotóxicos. E em 4 de janeiro de 2002 publicou-se o decreto nº 4.074, para regulamentar a Lei de Agrotóxicos, em substituição ao decreto nº 98.816/1990. O objetivo desse decreto era adequar a legislação brasileira relativa aos agrotóxicos ao Mercosul, conferindo maior velocidade ao processo de obtenção de registros, reduzindo o longo tempo e os elevados custos para a concessão dos mesmos (TERRA, 2008).

Apesar das regulamentações dos agrotóxicos pelo decreto nº 4.074 e pela instrução normativa interministerial nº 49, que estabeleceu os requisitos para as avaliações físico-químicas a serem seguidas para a obtenção do registro dos produtos técnicos por equivalência, os grupos de pressão continuaram atuando junto do Poder Executivo, o que levou à edição do decreto nº 5.981/2006, com vistas a uma maior agilidade no processo de registro dos agrotóxicos.

Esse decreto estabeleceu que o registro de produtos técnicos por equivalência será realizado em três fases. O produto técnico candidato a registro por equivalência que consiga se enquadrar em uma das três fases, nos intervalos de segurança aceitos, obtém o registro. Caso o produto candidato a registro não consiga comprovar a equivalência em nenhuma das três fases de testes, o produto pode ser candidatado ao registro de produto técnico tradicional, com a apresentação de todos os estudos. Com isso, o sistema de registro foi simplificado e facilitado (BRASIL, 2006).

O registro por equivalência, resultado da simplificação e da agilização requeridas por parte de alguns grupos de pressão, foi a grande inovação introduzida por essas modificações. A lógica desse tipo de registro é a de que, com padrões físico-químicos equivalentes, o perfil dos efeitos toxicológicos também seria equivalentes aos dos produtos já registrados. Com a redução dos estudos necessários, o custo e o tempo para obtenção do registro foram reduzidos (AENDA, 2007 apud TERRA, 2008).



Por causa do curto espaço de tempo de vigência do decreto nº 5.981/2006 e do número de novos produtos registrados, ainda não é possível avaliar os impactos dos atuais procedimentos no desempenho e na estrutura do mercado de agrotóxicos.

LIBERAÇÃO DAS LAVOURAS DE OGMs: UM INCENTIVO INDIRETO?

Como já mencionado anteriormente, a liberação das lavouras de transgênicos desempenhou um importante papel no processo que conduziu o Brasil ao topo do *ranking* mundial de consumo de agrotóxicos.

Dados apresentados por Almeida, Carneiro e Vilela (2009) revelam que os transgênicos são responsáveis por estimular o consumo de agrotóxicos. A cultura da soja transgênica teve uma variação negativa em sua área plantada de 2,55% e, paralelamente, uma variação positiva de 31,27% no consumo de agrotóxicos, entre os anos de 2004 e 2008. Além disso, dados reunidos por esses autores, com base em levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), revelam o crescimento de 4,59% da área cultivada no período entre 2004 e 2008, ao passo que a quantidade de agrotóxicos vendidos, no mesmo período, subiu aproximadamente 44,6%. Embora esses dados não retratem a realidade, visto que não contabilizam os agrotóxicos contrabandeados para o país,¹⁹ eles já são suficientes para dismantlar um dos argumentos mais difundidos por empresas e lideranças do agronegócio, de que os OGMs utilizam menos agrotóxicos do que as culturas convencionais.

A partir da década de 1990, momento em que os transgênicos começam a ser introduzidos na agricultura nacional, houve um crescimento expressivo no consumo de herbicidas, como mostrado no gráfico 1. Esse

¹⁹ Uma grande quantidade de soja transgênica foi contrabandeada da Argentina para o Brasil, através de sua fronteira com o Rio Grande do Sul (GUERREIRO, 2002).



fato sugere que a introdução da tecnologia transgênica no campo brasileiro surtiu um aumento no consumo de agrotóxicos, realidade já descrita por Londres:

O glifosato é um herbicida de “amplo espectro”, ou seja, “mata tudo”, e a soja transgênica foi desenvolvida justamente para tolerar aplicações do produto: pulverizando-se sobre a lavoura, o veneno mata todas as espécies de mato presentes, menos a soja. (2011, p. 70)

Não obstante, é importante ressaltar outro aspecto relativo aos transgênicos: além da maior quantidade de agrotóxicos utilizada em virtude das lavouras transgênicas, o glifosato é pulverizado diretamente sobre a soja, o que faz os grãos apresentarem, ao final, níveis de resíduos também muito maiores (LONDRES, 2011).

Nesse contexto, em 1998, quando a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), comissão responsável por avaliar e autorizar transgênicos, autorizou a realização de testes de campo com a soja transgênica e foi publicado o seu parecer técnico favorável à liberação da soja transgênica da Monsanto no Brasil, o limite permitido de resíduos de glifosato na soja foi alterado, passando de 0,2 ppm para 2,0 ppm – um aumento de 1.000% (BRASIL, 1998). No entanto, nesse mesmo ano, a liberação da soja transgênica foi contestada e suspensa pela Justiça. Em 2004, porém, a sua liberação foi oficializada, e o limite de resíduos de agrotóxicos na soja, que já havia sofrido um aumento, aumentou ainda mais, para 10 ppm, isto é, passou a ser cinquenta vezes maior do que o limite instituído inicialmente (LONDRES, 2011).

Nesse cenário, a CTNBio é a “grande influenciadora da implementação de transgênicos dentro do território nacional” (BENTHIEN, 2003, p. 62), visto que teve importante participação na aprovação de mais de trinta variedades de OGMs de soja, milho, algodão e, mais recentemente, feijão. Em paralelo a isso, deve-se observar que três dessas culturas (soja, milho e algodão) estão entre as quatro líderes no consumo de agrotóxicos no Brasil (gráfico 9), o que reforça a relação entre a liberação dos OGMs e o consumo de agrotóxicos.



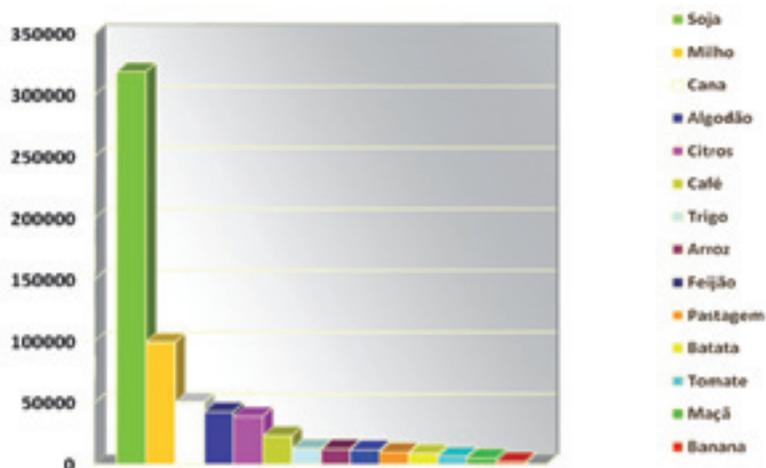


Gráfico 9. Consumo de agrotóxicos por cultura no Brasil em 2008.
 Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, 2008.

Fica, portanto, sugerido que, no caso dos transgênicos, bem como nas alterações na legislação dos agrotóxicos, há uma tendência a flexibilizar os critérios já estabelecidos, com vistas a facilitar a venda e o consumo desses venenos agrícolas.

ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS CONCEDIDAS AOS AGROTÓXICOS

Para finalizar esta sistematização, mas sem ter em vista esgotar o debate, trago, ainda, a questão referente às isenções tributárias. Sobre esse assunto, cabe ressaltar que, além do investimento maciço de capital público e do barateamento dos créditos, o agronegócio também se beneficia de legislações favoráveis, que o isentam do pagamento de diversos impostos, entre os quais se destacam os que concedem isenções tributárias referentes às operações e comercializações que envolvem agrotóxicos (RIGOTTO, 2010).



Em um levantamento realizado na Secretaria da Fazenda do estado do Ceará, obtiveram-se algumas informações referentes a reduções e isenções fiscais para os agrotóxicos, por meio dos seguintes instrumentos legais:

- a) Agrotóxicos isentos da cobrança de ICMS no estado do Ceará, por força do decreto nº 24.569, publicado em 31 de julho de 1997.
- b) Agrotóxicos com redução de 60% na alíquota de cobrança do ICMS nos demais estados da federação (à exceção daqueles que se manifestarem em sentido diverso), por força do decreto nº 100/1997, que teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2012.
- c) Agrotóxicos isentos da cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por força da tabela de incidência do IPI, apresentada no decreto federal nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.
- d) Agrotóxicos isentos da cobrança relativa ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), por força do decreto federal nº 5.630, de 22 de dezembro de 2005. (RIGOTTO, 2011, p. 592)

É possível compreender, com base na análise dessas isenções, o processo que conduziu o Brasil à posição de campeão mundial no consumo de agrotóxicos, tendo, em 2009, superado a quantia de um milhão de toneladas consumidas, movimentando cerca de R\$ 6,62 bilhões, sem qualquer repasse aos cofres públicos.

Ao provocar o barateamento dos custos desses produtos, o Estado, além de incentivar o seu consumo, cria as condições favoráveis para o aumento de sua utilização. Se o uso de substâncias químicas que têm seu caráter nocivo reconhecido é autorizado, e se sua fiscalização é, notoriamente, ineficiente, os recursos advindos de sua taxação deveriam servir, ao menos, para cobrir os gastos com a atenção à saúde das pessoas afetadas por elas e para a minimização dos impactos ambientais.

Não bastassem os efeitos materiais decorrentes das isenções tributárias, é possível comparar o caso dos agrotóxicos ao do álcool e do ci-



garro no Brasil. Se os agrotóxicos são reconhecidamente substâncias que provocam agravos à saúde humana, assim como o álcool e o cigarro, a cobrança de impostos, além de permitir o ressarcimento dos danos, também poderia servir como medida restritiva para o uso indiscriminado de produtos considerados perigosos.

Às isenções tributárias concedidas aos agrotóxicos somam-se ainda as carências estruturais e institucionais, provocando a externalização dos custos sociais, ambientais e sanitários que, não estando embutidos no preço do produto, acabam por ser coletivamente absorvidos pela sociedade e pelos sistemas públicos previdenciários e de saúde.

Por fim, a taxaço seria um meio importante de informação sobre a circulaço dessas mercadorias, tendo em vista que, com a isenço vigente, não é possível acompanhar o consumo de agrotóxicos nos estados e municípios, informaço que órgõs públicos responsáveis pela saúde, meio ambiente, agricultura, pesquisa, educaço, entre outros, necessitam como base para suas ações e planos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho corrobora a tese defendida por Graziano da Silva (1982) de que o campo brasileiro é palco de uma “modernizaço conservadora”²⁰ que privilegia apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (ou seja, as de médio e grande porte). Esse processo nunca conduziu o campo brasileiro a uma transformaço dinâmica, sustentável; pelo contrário, levou a uma modernizaço induzida mediante elevados custos sociais e que só se torna praticável com o amparo do Estado.

²⁰ Expressão que designa o processo de modernizaço da agricultura nacional, feito sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, o que gerou uma série de efeitos: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, a taxa de exploraço da força de trabalho nas atividades agrícolas aumentou, a taxa de autoexploraço da força de trabalho nas propriedades menores cresceu e piorou a qualidade de vida da populaço trabalhadora do campo (PALMEIRA, 1989).



Nesse contexto de modernização das bases técnicas da agricultura nacional, foi instituída a utilização intensiva de insumos industriais, entre eles os agrotóxicos. Dessa forma, depois de compreender algumas questões relativas à perspectiva histórica de formação do mercado brasileiro de agrotóxicos, esta pesquisa apresentou um panorama investigativo acerca da relação existente entre o aumento no consumo dessas substâncias, que conduziu o país à condição de maior consumidor de agrotóxicos no mundo, e a atuação do Estado brasileiro, notadamente, marcada pela sua opção de desenvolvimento.

Considerando, então, que a lógica de interesses privados é conflitante com os interesses públicos, baseados na defesa da saúde humana e do meio ambiente, a capacidade das grandes corporações de implantar estratégias voltadas para a redefinição do foco e das prioridades das políticas públicas, de forma a legitimar e legalizar seus interesses nos espaços de decisão do governo, é possível concluir que o Estado brasileiro se reafirma como o principal indutor no consumo de agrotóxicos no país, na medida em que cede às pressões das grandes empresas, em detrimento da saúde da população brasileira.

É necessário ressaltar ainda que a cumplicidade entre o Estado e o agronegócio ainda não teve fim. Esse movimento está em curso e sem sinais aparentes de enfraquecimento. Dessa forma, torna-se ainda mais difícil a realização de uma análise aprofundada sobre o fenômeno. Apesar do esforço feito, esta pesquisa não se propôs a construir uma sistematização de todas as ações do Estado brasileiro de incentivo à utilização de agrotóxicos, visto que a intervenção estatal se configura de diferentes formas. Além de o Estado induzir diretamente o incentivo dessas substâncias, ele também contribui para a expansão do consumo de agrotóxicos, na medida em que não estimula modelos de produção agrícola alternativos, que dispensem o uso de venenos agrícolas.

Deve-se considerar também que, pelo fato de a questão agrária ser um problema eminentemente político, ela revela a necessidade de mudança na estrutura de poder da sociedade; isso significa que não se trata de uma questão de prós e contras, nem de um problema técnico – mas, antes, de uma reivindicação de classes sociais muito bem definidas.



Em suma, mediante a consideração do papel do Estado como ali-
cerce para a expansão do agronegócio no Brasil, conclui-se que a inter-
venção do Estado é, certamente, um suporte para o processo de avanço
do capitalismo, demonstrando que, para além das falhas institucionais de
controle e fiscalização do uso de agrotóxicos, que podem ser vistas como
uma simples omissão do Estado, há uma opção claramente delineada de
incentivo que garante que o contexto de risco socioambiental se perpetue.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de; CARNEIRO, Fernando Ferreira;
VILELA, Nirlene Junqueira. Agrotóxicos em hortaliças: segurança alimen-
tar riscos socioambientais e políticas públicas para a promoção da saúde.
Tempus: Actas em Saúde Coletiva, Brasília, v. 3, n. 4, p. 84-99, 2009.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva et al. *Dossiê Abrasco: um alerta sobre
os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012.
Parte 2, p. 1-138.

_____ et al. Exposição ocupacional aos agrotóxicos e riscos socioambien-
tais: subsídio para ações integradas no estado de Pernambuco. In: _____;
FLORÊNCIO, Lourdinha; CARNEIRO, Rosa Maria (org.). *Pesquisa(ação)
em saúde ambiental: contexto, complexidade, compromisso social*. Recife:
Editora Universidade Federal de Pernambuco, 2005. p. 57-69.

_____ et al. Impactos dos agrotóxicos sobre a saúde e o meio ambiente.
PUC Viva, São Paulo, n. 36, p. 60-64, set.-dez. 2010.

BENTHIEN, Patrícia Faraco. As sementes transgênicas no Brasil: da proibição
à liberação. *Vernáculo*, Curitiba, n. 8-10, p. 61-76, 2003.

BOTELHO, Gilmar. Brasil supera EUA no uso de agroquímicos. *Gazeta
Mercantil*, São Paulo, 20 jan. 2009. *Finanças & Mercados*, p. 9. Disponível
em: http://www.sindag.com.br/noticia.php/noticia.php?News_ID=1399.
Acesso em: 24 set. 2013.



BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 5.981, de 6 de dezembro de 2006. Dá nova redação e inclui dispositivos ao decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 dez. 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5981.htm. Acesso em: out. 2013.

_____. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 1, 28 mar. 2005.

_____. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). *Nota técnica do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA*: nota técnica para divulgação dos resultados do PARA de 2008. Brasília: Anvisa, 2009. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2009/pdf/150409_para.pdf. Acesso em: out. 2013.

_____. COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA (CTNBIO). Comunicado nº 54. *Diário Oficial da União*, Brasília, nº 188, seção 3, p. 56, 1º out. 1998. Disponível em: http://www.ctnbio.gov.br/upd_blob/0000/324.doc. Acesso em: nov. 2013.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). *Missão*. Brasília: Mapa, [s.d.]. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/ministerio/missao>. Acesso em: nov. 2013.



_____. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. *Evolução do crédito rural: acompanhamento da safra brasileira*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2011.

BRITO, Gabriel; NADER, Valéria. Renegociação da dívida agrícola intensificará transferência de recursos ao agronegócio. Entrevista a Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *Correio da Cidadania*, São Paulo, 30 maio 2008. Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1877&Itemid=79. Acesso em 1º maio 2011.

BÚRIGO, André Campos. *Politecnicidade e pedagogia do MST: a construção coletiva de um currículo de saúde ambiental para a população do campo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUERREIRO, Gabriela. Entidades alertam para o contrabando de transgênicos. In: AGÊNCIA BRASIL: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Brasília, 8 maio 2002. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/node/618871>. Acesso em: nov. 2013.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 81-94.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 117-136.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produção Agrícola Municipal*, Rio de Janeiro, v. 37, p. 1-91, 2010a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/PAM2010_Publicacao_completa.pdf. Acesso em: nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *População presente e residente (1990-2010)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. (Séries Estatísticas e Históricas). Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD90&sv=32&t=populacao-presente-e-residente>. Acesso em: nov. 2013.

LONDRES, Flavia. *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*. – Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA, 2011.

NODARI, Rubens Onofre. Biossegurança, transgênicos e risco ambiental: os desafios da nova Lei de Biossegurança. In: LEITE, José Rubens Morato; FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila (org.). *Biossegurança e novas tecnologias na sociedade de risco: aspectos jurídicos, técnicos e sociais*. São José (SC): Conceito, 2007. V. 1, p. 17-44. Disponível em: <http://www.lfdgv.ufsc.br/Nodari%20BiossegurancaTransgenicosRisco.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, [online], v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-401419890003000006&script=sci_arttext. Acesso em: nov. 2013.

PELAEZ, Victor; TERRA, Fábio Henrique Bittes; SILVA, Letícia Rodrigues da. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 36, n. 1, p. 27-48, jan.-abr. 2010. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/economia/article/view/20523/13714>. Acesso em: 24 set. 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo. *Geografia agrária da crise dos alimentos no Brasil*. In: AMÉRICA LATINA EN MOVIMIENTO. Quito: Agencia Latinoamericana de Información, mar. 2009. Disponível em: <http://alainet.org/active/29607&lang=pt>. Acesso em out. 2013.



RIGOTTO, Raquel. *O uso seguro de agrotóxicos é um mito*. Entrevista a Leila Leal para o sítio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Entrevista&Num=17&Destques=1>. Acesso em: 24 set. 2013.

SAUER, Sérgio. Dinheiro público para o agronegócio. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, 1º abr. 2010. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=654>. Acesso em: 24 set. 2013.

SOARES, Wagner Lopes. *Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública e Meio Ambiente) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

_____ et al. Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis-RJ. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 685-701, out.-dez. 2005.

TERRA, Fábio Henrique Bittes. *A indústria de agrotóxicos no Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

VIGNA, Edélcio. *A farra dos transgênicos*. Brasília: Instituto de Estudos Econômicos, 2001.



O USO DA EQUOTERAPIA NO TRATAMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS*

Juliana Pereira do Nascimento**

INTRODUÇÃO

De acordo com Uyehara (2004), a relação homem–animal gera muitos benefícios para a saúde do ser humano, entre eles a diminuição de problemas cardiovasculares e do estresse e a melhora da interação social. A relação do ser humano com os animais vem sendo estudada pela medicina alternativa há muito tempo. No Brasil, o método terapêutico mais utilizado e conhecido é a equoterapia, um tratamento alternativo no qual o paciente, acompanhado de fisioterapeutas e psicólogos, é submetido a sessões de terapia com um cavalo, que visam proporcionar-lhe bem-estar psíquico, físico e social ao paciente.

O objetivo da equoterapia é estimular os pacientes a desenvolverem suas potencialidades para que possam integrar-se à sociedade com maior autonomia e, assim, obterem benefícios físicos e psicológicos. Ela pode ser utilizada, de forma terapêutica, no tratamento de vários tipos de doenças como síndrome de Down, paralisia cerebral, autismo, esquizofrenia, deficiência visual e distúrbio de atenção, e em pessoas com problemas de postura ou insônia. Essa modalidade terapêutica é realizada com a supervisão de uma equipe de profissionais de diversas áreas, como psicologia e fisioterapia, e de um instrutor

* O projeto de pesquisa que deu origem a este artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV, sob o seguinte número de protocolo: 0035.0.408.000-10.

** Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Vigilância em Saúde (2008-2010). Atualmente cursa Medicina Veterinária na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação da professora-pesquisadora Nina Isabel Soalheiro dos Santos Prata (doutora em Saúde Pública), do Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde (Laborat). Contato: jujunascimento2@gmail.com.



de equitação, entre outros. A equipe avalia o paciente e, então, elabora um programa específico para as necessidades da pessoa com a finalidade de alcançar os objetivos propostos (LEITÃO, 2008).

O autismo infantil, segundo a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID 10), da Organização Mundial de Saúde (OMS) (ARRUDA e MARQUES, 2007), é um transtorno invasivo do desenvolvimento, isto é, tem como principal característica problemas no desenvolvimento de funções básicas, como a comunicação e a socialização. Esse atraso causa dificuldades no aprendizado, na fala e no comportamento, entre outros.

A criança autista possui como algumas de suas principais características a agitação, o desinteresse, a dificuldade de exibir emoções e demonstrar afeto, além de apresentar problemas posturais e inflexibilidade.

AUTISMO INFANTIL

O autismo infantil é um transtorno que afeta o desenvolvimento social da criança, levando a mesma a ter grandes dificuldades de interagir com outras pessoas, inclusive com a família, além de apresentar problemas na comunicação e no comportamento. Atinge predominantemente crianças do sexo masculino (FREIRE, 1999).

É uma síndrome [o autismo] caracterizada por alterações presentes desde idades bastante precoces e que se manifesta, sempre, por desvios nas áreas da relação interpessoal, linguagem/comunicação e comportamento. (SCHWARTZMAN, 1995 apud FREIRE, 1999, p. 17)

Para melhor compreensão dos problemas causados por esse transtorno, é necessário entender o que a psicologia define como desenvolvimento. Dentre as diversas teorias psicológicas que buscam explicá-lo, uma das abordagens utilizadas para a compreensão do autismo adota a fórmula biossociológica: genótipo + ambiente = fenótipo (BALLONE, 2004). De acordo com



essa abordagem, o fenótipo é o conjunto de características biológicas e culturais que definem o ser humano, isto é, o que ele se tornou durante seu desenvolvimento, pois, como o homem é um ser social, ele sofre influências da sociedade (ambiente) e também possui características biológicas (genótipo). Então, deve-se entender por desenvolvimento as transformações pelas quais o ser humano passa devido às grandes interações com o meio (ambiente) que proporcionam ao homem estímulos ao longo dos anos, fazendo que o mesmo sofra mudanças em sua vida. Esses estímulos podem ser sensoriais, físicos, emocionais, cognitivos e alimentares.

Segundo Ballone (2004), os estímulos sensoriais, emocionais e cognitivos são fundamentais para o desenvolvimento neuropsicológico, que pode ficar comprometido na ausência dos mesmos. Além disso, é preciso que o ser humano possua um suporte biológico global, ou seja, é indispensável que as condições neuropsicológicas da pessoa sejam favoráveis ao aproveitamento dos estímulos. No caso do autismo, essas condições são completamente desfavoráveis.

O termo autismo faz menção ao isolamento das crianças estudadas por Kanner (1943 apud BALLONE, 2004), que acreditava que as mesmas possuíam uma espécie de esquizofrenia. Porém, existiam sintomas diferentes entre essas crianças e as que realmente eram esquizofrênicas. As onze crianças avaliadas por Kanner possuíam uma grande dificuldade de se relacionarem umas com as outras, muitas não falavam e realizavam atos repetitivamente, entre outras características. Ao longo do tempo, Kanner reconheceu que tais sintomas e a expressão autista não estavam relacionados com a esquizofrenia. Rutter (1968 apud BALLONE, 2004) identificou o autismo como um transtorno que possui como algumas de suas características os problemas de interação da pessoa com o meio e a incapacidade de se relacionar afetivamente.

Essa síndrome vem sendo estudada há muitos anos, porém, até os dias atuais, não existem muitas explicações para as causas desse transtorno. Alguns pesquisadores, incluindo Kanner, tentam relacioná-lo com o comportamento emocional dos pais. Durante a sua pesquisa, Kanner (1943 apud BALLONE, 2004) notou que grande parte dos pais de seus pacientes autistas tinha um comportamento pouco afetivo com os filhos.



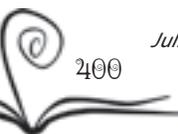
Apesar de algumas evidências, não foi comprovado que a causa do autismo está relacionada com as atitudes dos pais, existindo diversas teorias para tentar compreendê-lo.

De acordo com Duncan (1986 apud BOSA, 2001), diversas características do autismo podem ser justificadas pelo comprometimento do funcionamento do lobo cerebral frontal, área responsável pela captação das informações recebidas por estímulos e pela organização das mesmas, isto é, essa parte do cérebro é responsável pelo desenvolvimento e planejamento de certas ações que são realizadas com alguma finalidade. Para que o ser humano possa executar esses atos, é necessário que o mesmo adquira um comportamento flexível, atenção, controle e integração de diversas fontes de informações e possa utilizar os conhecimentos obtidos. Essa hipótese sugere que há uma disfunção no lobo central das crianças autistas, causando um déficit cognitivo.

Dos diferentes sintomas do transtorno autista, o déficit cognitivo é o mais importante. A cognição é um processo que está relacionado ao sistema de aprendizagem do ser humano e nela está envolvida a percepção, a atenção, o raciocínio, a imaginação, a memória, o pensamento, o juízo e a linguagem. Esse déficit faz que a criança autista tenha grandes dificuldades em seu desenvolvimento e causa problemas na fala, na comunicação e no interesse, entre outros. Os autistas não têm facilidade de se relacionar com outras pessoas e de demonstrar emoção, além de apresentarem agressividade, o que torna o convívio com as pessoas, principalmente com a família, muito complicado (BALLONE, 2004).

De acordo com Moraes (1998 apud FREIRE, 1999), existem outras síndromes associadas ao autismo que diferem quanto ao grau de severidade da doença. As mais comuns são:

- síndrome de Rett: neurodegenerativa, letal em meninos. Gera um desenvolvimento aparentemente normal na criança até que a mesma perde as habilidades manuais e da fala, além do desenvolvimento social e lúdico;



- transtorno desintegrativo da infância: até os 3 anos de idade a criança desenvolve-se normalmente; após essa idade, há perda das habilidades sociais, linguísticas e comportamentais já adquiridas. A criança também perde o interesse social e obtém estereotípias motoras, podendo tornar-se mais agitada e irritada;
- síndrome de Asperger: muito semelhante ao autismo clássico, porém de menor intensidade, ambas as síndromes provocam dificuldades na interação social, na comunicação e problemas comportamentais;
- retardo mental: acredita-se que crianças com alto grau de severidade do autismo podem estar associadas a essa síndrome, pois três quartos de crianças autistas possuem grande comprometimento do funcionamento intelectual global;
- epilepsia: diversas pesquisas relacionam essa síndrome ao autismo, pois a taxa de ocorrência de epilepsia em crianças autistas é maior do que em crianças com retardo mental, e há autores que afirmam que o autismo pode ser uma causa de crises epiléticas.

Existem outros fatores relacionados ao autismo, como o uso de cocaína e álcool pela mãe durante a gestação e o hipotireoidismo.

Autismo não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido de um ponto de vista comportamental, com etiologias múltiplas e graus variados de severidade. (GADIA, TUCHMAN e ROTTA, 2004, p. S83)

Segundo Freire (1999), as manifestações clínicas do autismo são muito importantes para o trabalho com o cavalo, pois, conhecendo os principais problemas da criança em tratamento, será mais fácil estabelecer os exercícios durante a sessão e perceber se está ocorrendo alguma evolução do paciente.

As crianças autistas podem apresentar como características o fato de serem indiferentes às pessoas e ao mundo em sua volta, não manifestando nenhum sentimento de abandono quando deixadas sozinhas, sendo muito comum a ausência de choro. Essas crianças também não costumam olhar diretamente para as pessoas, não há esse modo de comunicação, elas parecem olhar através daqueles que estão a sua volta.



A hipotonia¹ ocorre com muita frequência, tornando comum a falha na postura entre os portadores do autismo e podendo causar atrasos no desenvolvimento psicomotor. Também sofrem de fobias, sentindo medo de determinados objetos, situações ou barulhos.

Os autistas também podem apresentar alguns transtornos somáticos funcionais, isto é, sintomas físicos que possuem origem psicológica. São eles: transtornos alimentares, quando a criança pode demonstrar anorexia, regurgitação, recuso do seio, vômitos, entre outros; transtornos do sono, pois o autista possui insônia intensa e precoce, podendo ocorrer de duas maneiras: a criança dorme normalmente e logo se agita, realizando movimentos autoagressivo, ou a criança fica acordada, extremamente quieta; e transtornos esfinterianos, a criança apresenta constipações e transtornos na pele, urticária e irritações.

O autismo também tem como característica as estereotípias. As mais comuns são movimentos repetitivos, girar em torno do próprio corpo, levar objetos para perto do rosto e movimentar as mãos na frente dos olhos, entre outros. Esses estereótipos não desaparecem e podem tornar-se cada vez mais frequentes.

As crianças autistas não costumam possuir um objeto transicional, ou seja, um objeto que a criança carrega consigo, tendo prazer em possuí-lo (WINNICOTT, 1993 apud FREIRE, 1999). Os autistas ou não possuem esse objeto, ou os pais o tiraram, ou se tratava de algum objeto que se quebrou e não foi substituído. Essas crianças também têm prejudicada a capacidade de brincar.

Atualmente, não existe uma cura para essa síndrome, porém existem tratamentos para controlá-la. O mais recomendado é que seja feita uma avaliação individual da criança para que a mesma seja tratada de acordo com suas especificidades, pois, como o prognóstico do autismo pode variar em cada caso, é aconselhável que a criança seja tratada por uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, fisioterapeuta e pedagogo (ARRUDA e MARQUES, 2007).

¹ Flacidez muscular.



O tratamento mais comum para esse transtorno consiste em consultas sistemáticas a psicólogos, pedagogos e fisioterapeutas a fim de amenizar os problemas causados pelo autismo e proporcionar ao autista melhor qualidade de vida. Também podem ser usados medicamentos neurolépticos, remédios com fins sedativos e psicomotores que controlam os sintomas de agressividade e agitação.

EQUOTERAPIA

O cavalo é um animal utilizado pelo homem há milhares de anos para diversas funções, como no transporte, na agricultura, na montaria, na caça e em esportes, entre outras. Para cada atividade, é necessária uma espécie diferente de cavalo. Essa interação ocorreu pela primeira vez na pré-história, no período chamado paleolítico, que vai de cerca de 2,5 milhões a.C. a 10.000 a.C. (LEITÃO, 2008).

No “Livro das dietas”, Hipócrates (460 a.C.-370 a.C.) menciona a equitação como meio para o restabelecimento da saúde do homem, além de eficaz na prevenção de doenças. Também, durante a Idade Média, os árabes faziam referências aos benefícios obtidos com a equitação (FREIRE, 1999).

De acordo com Bréia e Leal (2010), para o ser humano interagir com o cavalo é necessário que se crie uma relação de confiança. Essa confiança é estabelecida mediante a comunicação entre esses dois seres de espécies distintas. A transmissão de informações entre o homem e o cavalo deve ser feita, principalmente, por meio da linguagem corporal, sendo fundamental conhecer a etologia do animal, isto é, o comportamento do mesmo, para que haja uma interação segura e saudável entre as duas espécies.

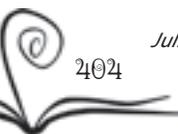
Em 1930, surgiram os primeiros estudos sobre equitação. Eles foram realizados pelos escandinavos e por pesquisadores dos países anglo-saxônicos. Esse tipo de estudos tornou-se mais comum nos países europeus durante a década de 1960. Na Alemanha, em 1970, nasceu a modalidade chamada hipoterapia:



As terapias utilizando cavalo podem ser consideradas como um conjunto de técnicas reeducativas que agem para superar danos sensoriais, motores, cognitivos e comportamentais, através de uma atividade lúdico-desportiva, que tem como meio o cavalo. (CITTERIO, 1991 apud FREIRE, 1999, p. 33)

A partir de 1974 passaram a ser realizados congressos internacionais sobre equitação terapêutica para divulgar esse modelo de terapia e, assim, conseguir adesão de um maior número de especialistas. Em 1976, os termos hipoterapia e equitação terapêutica apareceram pela primeira vez associados a problemas médicos de caráter neurológico, ortopédico e psiquiátrico. A partir do IV Congresso Internacional de Equitação Terapêutica, realizado em 1982, a equoterapia passou a compreender três disciplinas diferentes, de acordo com os possíveis modos de utilizar o cavalo de forma terapêutica: a hipoterapia, a equitação desportiva adaptada e a equitação psicoeducacional (LEITÃO, 2008). Ao longo da década de 1990, diversas áreas, como medicina, desporto, fisioterapia e psicomotricidade, começaram a demonstrar interesse na equitação terapêutica.

O reconhecimento da equoterapia como método terapêutico e educacional no Brasil aconteceu na sessão plenária no dia 9 de abril de 1997, na qual a equoterapia teve a aprovação do Conselho Federal de Medicina. A Associação Nacional de Equoterapia (Ande-Brasil) foi criada em 10 de maio de 1989 a fim de coordenar, normalizar, fiscalizar e controlar o uso desse modelo de terapia em âmbito nacional, além de promover estudos e pesquisas e realizar cursos de especialização. Também foi criado o termo equoterapia para todos os tratamentos que utilizem o cavalo e a equitação, tendo como áreas de aplicação a *reabilitação*, quando o paciente possui deficiência física e/ou psicológica, e a *educação*, para o praticante que possui necessidades educativas especiais e sociais e para pessoas com distúrbios comportamentais ou evolutivos. A Ande-Brasil estabeleceu princípios e fundamentos (BRÉIA e LEAL, 2010) que devem ser seguidos por todos que utilizarem a equitação terapêutica:



- as atividades terapêuticas só devem começar após avaliação e aprovação médica, psicológica e fisioterápica do paciente;
- para as atividades de equoterapia, é necessária uma equipe multiprofissional, envolvendo o maior número possível de profissionais das áreas da saúde, educação e equitação;
- as sessões de tratamento podem ser realizadas de forma conjunta, porém o planejamento e o acompanhamento de cada paciente devem ocorrer individualmente;
- são necessários registros periódicos de cada atividade realizada para melhor acompanhamento da evolução do paciente;
- deve ser observada a ética profissional e a preservação da imagem dos pacientes;
- a equoterapia deve ser de acesso a todos, independentemente de classe social – isto é, ela não pode ser elitizada;
- a segurança física do paciente é de extrema importância para toda a equipe.

○ tratamento baseia-se nas técnicas de equitação; os movimentos rítmicos do cavalo estimulam a todo o momento o corpo, a audição, a visão e o olfato do paciente, além de melhorarem a autoestima, a autoconfiança, a fala, a diminuição da agressividade, entre outros. Os movimentos – passo, trote e galope – enviam estímulos ao praticante, reorganizando o sistema nervoso do mesmo e gerando uma resposta adequada ao praticante. ○ trote e o galope possuem um tempo de suspensão em que o animal faz um esforço maior e seus movimentos são mais velozes e repentinos, sendo utilizados em pacientes mais avançados. ○ passo do cavalo é considerado a base da equoterapia, e possui como principal característica o fato de ser uma andadura ritmada, realizada sempre no mesmo ritmo e em quatro tempos (BRÉIA e LEAL, 2010).

Esses movimentos são responsáveis pela reabilitação do praticante de equoterapia, pois causam o seu deslocamento no dorso do animal, resultando na movimentação da bacia do paciente, movimento que simula o andar do ser humano, e levando os estímulos ao cérebro (WICKERT, 1999). Para que o movimento tridimensional do cavalo tenha efeito posi-



tivo no cavaleiro, os dois seres devem estar posicionados de forma correta, ou seja, alinhados no mesmo centro gravitacional. Assim, quando o cavalo estiver movimentando-se, os movimentos gerarão uma pequena torção na bacia do praticante, fazendo que o sistema nervoso central do mesmo seja ativado e, conseqüentemente, suas funções neuromotoras (DIAS e MEDEIROS, 2008).

A relação entre os movimentos do cavalo e do homem é feita pela descrição dos estímulos e dos movimentos do ser humano. Durante a marcha, o homem anda alternando suas pernas: enquanto uma perna está sendo sustentada, a outra serve de base de apoio e de impulsão. Conforme o homem move-se para frente, o peso do corpo é deslocado de acordo com o centro de gravidade e, para que o indivíduo mantenha-se equilibrado, ocorre o passo. Ao longo da marcha, há uma transferência de peso de um lado para o outro. Os movimentos do cavalo são análogos aos do homem; assim, o movimento tridimensional realizado pelo cavalo durante a equitação terapêutica simula os movimentos do praticante, levando o mesmo a obter a percepção de tais movimentos. Entre os benefícios recebidos pelo praticante, está a melhora em relação ao equilíbrio.

Outro benefício produzido pela equoterapia é o ajuste tônico, sendo que, segundo Dias e Medeiros, tônus muscular diz respeito a força com que o músculo resiste a seu alongamento (2008). Muitos pacientes que utilizam a equoterapia possuem problemas de tonicidade muscular. A criança autista, por exemplo, pode sofrer de hipotonia e, com a equitação terapêutica, o nível de flacidez muscular pode ser modificado, com as passadas do cavalo que ativarão os receptores musculares e articulares do praticante, estimulando o sistema vestibular e, assim, aumentando o tônus muscular. Além da dificuldade física, segundo Wallon (1975 apud DIAS e MEDEIROS, 2008), o tônus muscular tem relação com a condição emocional do ser humano, a sensação de prazer que o paciente experimenta ativa a formação reticular do mesmo, aumentando a atenção e o aprendizado.

A melhora do equilíbrio junto com o ajuste tônico também gera no praticante da equoterapia um alinhamento corporal, isto é, os estímulos



recebidos pelo sistema vestibular contribuem para o alinhamento da postura do paciente, porém, é importante enfatizar que, para isto ocorrer, a equipe responsável pela prática da equoterapia deve ensinar ao praticante a postura correta sobre o cavalo para que o mesmo não seja prejudicado. As atividades lúdicas realizadas com o cavalo favorecem a percepção do paciente em relação ao tempo e ao espaço, e estimulam a criatividade e o sistema motor do mesmo.

Durante a equoterapia, o praticante recebe muitos estímulos, desenvolvendo novas percepções sensório-motoras por meio do uso de jogos e objetos de diferentes formas, tamanhos e texturas que produzem diversos movimentos do corpo do praticante, enviando informações ao sistema motor. Além disso, de acordo com as atividades físicas propostas pela equipe, o paciente pode melhorar o desenvolvimento de sua força muscular como resultado dos movimentos corporais constantes causados pelas mudanças de posição em cima do cavalo.

A interação com o cavalo favorece que os pacientes vivenciem diversos acontecimentos, como sentir a textura do pelo do cavalo, ter uma visão de cima do animal, que é diferente de quando está no chão, entre outros, ao mesmo tempo fazendo que ele tenha consciência de suas capacidades e trabalhe tanto o corpo quanto a mente. Com o movimento tridimensional do cavalo, o praticante amplia o seu campo visual, recebendo informações que melhoram suas percepções relacionadas à identificação de objetos, de formas variadas, desenvolvendo noções de espaço, profundidade, distância e memória. Além desses benefícios, a relação com o cavalo gera afetividade entre os dois seres, somando isto a prática de atividades ao ar livre, que gera ao praticante um sentimento de prazer, fazendo que ocorram mudanças biológicas no cavaleiro e produzindo memórias agradáveis que fazem que o mesmo tenha vontade de praticar a equoterapia (DIAS e MEDEIROS, 2008).

Durante o tratamento com equoterapia, é importante ressaltar que existem fases pelas quais o praticante deve passar a fim de que a terapia seja eficiente. A primeira fase é a aproximação, quando o paciente tem o primeiro contato com o cavalo, sem montá-lo, a fim de conhecê-lo melhor e



começar a criar um vínculo afetivo com o mesmo. A segunda fase é a montaria, quando o praticante aprende a subir no cavalo, a equilibrar-se nele, a andar e a parar. A terceira e última fase é o desfecho: a equipe propõe ao paciente atividades lúdicas em cima do cavalo (DIAS e MEDEIROS, 2008).

Existe mais de um modelo de equoterapia, sendo os mais conhecidos os seguintes:

- Hipoterapia clássica: baseia-se no modelo alemão, e seu objetivo é fazer que o paciente recupere as competências que lhe permitam reintegrar-se no mercado de trabalho e na sua própria vida social. Costuma ser utilizada no tratamento de casos de problemas motores.
- Equitação psicoeducacional: tem por objetivo tratar as necessidades específicas de cada paciente, de natureza psicológica e/ou educacional, por meio do trote, do passo e do galope do cavalo. É realizada, principalmente, com pacientes que sofrem de doenças psicológicas.
- Equitação pré-esportiva: diferentemente das duas primeiras, esse modelo consiste na autonomia do paciente, e não tem como objetivo principal recuperar alguma deficiência, mas desenvolver a competência do cavaleiro.
- Desportivo: nesse modelo, o paciente precisa ter condições favoráveis para andar a cavalo, podendo participar de competições hípcas. Pode ser usado nas áreas de educação e reabilitação.
- Hipoterapia: voltado para a área de reabilitação, quando o paciente não tem condições físicas e/ou mentais para sustentar-se sozinho no cavalo, sendo indispensável à presença dos profissionais de saúde a todo momento. Ela se distingue da hipoterapia clássica por adotar um modo mais extensivo e uma metodologia mais ativa, contando com maior número de profissionais (LEITÃO, 2004).

Apesar de ser considerada muito eficiente, a equoterapia possui contraindicações, por isso é necessário a avaliação médica para que o indivíduo não experimente nenhum dano. Pessoas que sofrem de doenças como obesidade e deficiências graves são contraindicadas para esse modelo de tratamento. Além disso, também é muito importante ressaltar que a equoterapia deve ser feita em conjunto com outros modelos de tratamento, como



sessões com um psicólogo e, se necessário, o uso de medicamentos (BRÉIA e LEAL, 2010).

É essencial para a equoterapia saber a importância de uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar, pois o tratamento envolve diversas áreas, principalmente na terapia de crianças autistas. A equipe de equitação terapêutica é composta por fisioterapeuta e psicólogo, que irão avaliar o paciente e suas necessidades, planejando assim um programa específico; por instrutor de equitação, responsável pela doma e treinamento do cavalo e, também, por ensinar o resto da equipe sobre equitação; por auxiliar-guia, que controla o cavalo e sua andadura correta durante as sessões de equoterapia; por auxiliar lateral, que propões as atividades definidas de acordo com o planejamento e é responsável pelo praticante e sua segurança; e por veterinários responsáveis pela saúde do cavalo. Além desses profissionais, pedagogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais podem fazer parte da equipe (DIAS e MEDEIROS, 2008).

O cavalo usado na equoterapia deve ter determinadas características para que os objetivos do tratamento sejam alcançados, porém não é necessário que seja de uma raça específica. O animal que vai atuar na terapia deve ser castrado, domado, possuir idade superior a 10 anos e ser devidamente treinado. A princípio, o cavalo é domado e treinado para obedecer qualquer ordem, mas, com o tempo, é submetido a treinos específicos para a sua função. Para treinar o cavalo para equitação terapêutica, deve-se levar em conta o seu comportamento natural, sendo o treinamento contínuo, isto é, o cavalo sempre deve aprender algo novo. Do chão à cernelha,² o cavalo deve medir até 1,5 metro e o ângulo da quartela³ deve ser bem próximo a zero (BUCHENE e SAVINI, 1996 apud FREIRE, 1999).

Além do adestramento do cavalo, também é essencial o bem-estar e a saúde física e psicológica do animal, pois, apenas assim, o mesmo poderá desenvolver seu papel tão importante nessa modalidade de terapia. Para isso, é muito importante que se crie uma rotina para o cavalo. Ele deve

² Parte do corpo do cavalo onde se unem as espáduas.

³ Área entre o boleto do cavalo e a coroa do casco.



entender que tudo tem a sua hora: deve-se estabelecer um horário específico para o trabalho, a comida, o descanso, o repouso e a recreação.

As atividades lúdicas durante a sessão de equoterapia podem contar com alguns instrumentos que, nesse caso, são considerados terapêuticos, como jogos, bambolês, tecidos, bola e esponjas, entre outros. É importante, porém, ressaltar que todos esses materiais devem ser testados pela equipe e apresentados ao cavalo, antes de serem usados efetivamente durante a sessão para que não haja nenhum estranhamento por parte do animal, colocando em risco o praticante e a equipe. Esses equipamentos são muito importantes na equoterapia, pois com a utilização dos mesmos serão simuladas situações com o objetivo de estimular o praticante a realizar novos desafios a cada sessão do tratamento (BÉRIA e LEAL, 2010).

ENTREVISTAS SOBRE EQUOTERAPIA

A pesquisa de campo deste trabalho constituiu-se de cinco entrevistas realizadas com responsáveis por crianças autistas praticantes de equoterapia e com profissionais da área. As entrevistas foram realizadas no Centro de Equoterapia e Reabilitação da Vila Militar (Cervim) em setembro de 2010. O Cervim está localizado na Vila Militar em Deodoro, na cidade Rio de Janeiro, e surgiu em 1991, sendo um dos pioneiros na área da equoterapia. Possui convênio com a Escola de Equitação do Exército e sua equipe é multidisciplinar, contando com profissionais das áreas da fisioterapia, técnicas de equitação, psicologia, psicopedagogia e educação física. Além da equoterapia, o Cervim também tem programas de musicoterapia, hidroterapia, fonoaudiologia, psicopedagogia, natação adaptada, fisioterapia, terapia ocupacional, atendimento psicológico e esportes paraolímpicos. Para praticar a equoterapia no Cervim, a equipe realiza uma avaliação a fim de determinar as necessidades do paciente e, assim, planejar um programa adequado.

De acordo com um dos funcionários do centro, é preciso entender que o tratamento com equoterapia é apenas um complemento de outras terapias,



isto é, cada paciente possui as suas especificidades em relação à doença ou transtorno, então deve-se avaliá-lo para identificar as necessidades do mesmo e, assim, planejar o programa de tratamento adequado. O tratamento pode incluir mais de uma terapia oferecida pelo Cervim. As avaliações são feitas pela equipe do centro e, após o resultado da mesma, o paciente é encaminhado para os tratamentos necessários. Conforme o desenvolvimento do praticante, os programas podem ser adaptados e reorganizados para as novas necessidades do mesmo. Além disso, o Cervim preocupa-se em acompanhar a vida de cada paciente, acompanhando a vida escolar do mesmo, e também oferece acompanhamento psicológico para a família, orientando como deve ser o procedimento fora do centro.

Os objetivos do Cervim são: realizar o acompanhamento de vida dos praticantes; tratar e reeducar os praticantes por meio de modelos de terapia alternativos com a maior quantidade e diversidade de atividades possíveis, a fim de que os mesmos possam reintegrar-se na sociedade; proporcionar a melhora na qualidade de vida não apenas do paciente, mas também de sua família; e descobrir as capacidades, além de possibilitar prazer aos praticantes.

A equoterapia é utilizada no Cervim no tratamento de diversas doenças tanto físicas quanto psicológicas, e existem pacientes de diversas idades. Conforme o desenvolvimento do praticante e dependendo de sua deficiência, o mesmo poderá ter mudado o seu modelo de terapia, isto é, se o praticante possui habilidades com o cavalo mais evoluídas, poderá deixar de praticar a equoterapia apenas como uma forma de tratamento e passar para o programa pré-esportivo.

A terapia acontece durante a semana e as sessões de equoterapia são realizadas nos turnos da manhã e da tarde. Os atendimentos observados durante a pesquisa de campo foram realizados em grupo.

Durante a pesquisa de campo, foram realizadas cinco entrevistas no total, sendo três delas com responsáveis por crianças autistas em tratamento e duas com profissionais que trabalham com equoterapia. Para essas entrevistas, foram realizados dois questionários diferentes, de acordo com a característica do entrevistado.

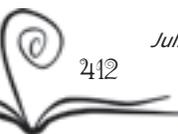


Dois dos três responsáveis por crianças autistas entrevistados contaram que o diagnóstico de autismo foi dado quando as crianças estavam com menos de 3 anos, e todos os três entrevistados, ao saberem que seus filhos tinham autismo, procuraram ajuda psicológica e fisioterapêutica; mais tarde, procuraram a equoterapia por indicação médica.

O entrevistado 1 ressaltou ainda o fato de ter tido dificuldade de encontrar um local para seu filho fazer equoterapia, mas depois que descobriu que havia essa atividade no Cervim e se informou sobre o assunto viu que havia outros lugares com essa proposta de terapia, constatando que o problema é a falta de divulgação, o que mostra que, apesar da eficiência do tratamento, ainda são poucas as pessoas que têm conhecimento sobre a existência da equitação terapêutica e seus benefícios para a saúde.

Além disso, há outro problema em relação à equoterapia. Segundo Bréia (2010), são poucas as instituições que oferecem tratamento de graça. No Rio de Janeiro, existe apenas uma instituição pública, o que torna a equoterapia uma prática elitizada, pois o custo para manter um cavalo saudável e apto para realizar a terapia é muito alto. Logo, o tratamento também é caro. No Cervim, a maioria dos praticantes paga pela terapia, porém existe um programa de bolsa em alguns casos especiais. Para que determinado praticante receba essa bolsa, é feito um estudo sobre as condições financeiras do mesmo e uma avaliação das mesmas a fim de decidir se o candidato receberá bolsa ou não. Esse benefício pode ser parcial ou total. No Cervim, 30% dos praticantes de equoterapia são beneficiados com a bolsa.

O primeiro entrevistado relata que seu filho de 13 anos de idade realiza o tratamento há três meses, e ele já percebe grandes melhoras, principalmente em relação ao afeto entre os dois, pois, antes da equoterapia, ele não tinha um vínculo muito afetivo com o filho. Após o início da terapia, afirmou que o filho tornou-se muito carinhoso: “a criança normal vai e te abraça e o autista, normalmente, ele não expressa isso, a gente sente muita falta disso e de uns dias para cá eu venho sentindo que ele tem me apertado, me abraçado, coisa que ele nunca fez” (Entrevistado 1). O relato desse entrevistado mostra que o tratamento com cavalo pode contribuir para que crianças autistas passem a ter melhor interação com a família, porém, baseando-se



nessa entrevista, não é possível afirmar que haja uma melhor interação com outras pessoas além do círculo familiar, pois, de acordo com o entrevistado 1, geralmente, a pessoa que acompanha o praticante em todo lugar é a mãe, não podendo responder sobre o que mudou na relação da criança com as pessoas que não são da família. Segundo o entrevistado 1, a criança também apresentou melhora no equilíbrio tanto físico quanto emocional e sua autoestima também aumentou consideravelmente após a equoterapia, por causa das atividades com o cavalo serem muito dinâmicas, isto é, a ação de subir no cavalo e movimentar-se em cima dele faz o paciente sentir-se confiante por estar realizando movimentos que, a princípio, parecem muito difíceis. O entrevistado 1 afirmou não saber explicar como o cavalo influencia no tratamento da criança, mas acredita que a interação com o animal contribui para o desenvolvimento da mesma.

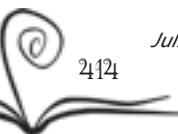
A entrevistada 2 declarou que seu filho, de 9 anos de idade, pratica equoterapia há mais de três anos, e que houve grande melhora relacionada à flexibilidade da criança. Segundo a entrevistada, antes da equoterapia o indivíduo apresentava hipotonismo, isto é, dificuldade em mexer os músculos. Com o tratamento, a criança ficou mais flexível. Ela também apresentou melhora na concentração, de acordo com a entrevistada 2, pois antes da terapia era uma criança muito ausente e agora é muito concentrada. Assim como na primeira entrevista, o maior progresso da criança foi na relação afetiva. Essa é uma questão muito importante, porque uma das principais características do autismo é a dificuldade de interação com as pessoas, sendo elas da família ou não. Então, com essa entrevista também é possível notar que a equitação terapêutica pode ser útil nessa característica do autismo, mostrando que a equoterapia ajuda a melhorar a interação da criança autista com sua família. É possível perceber essa evolução na fala da entrevistada 2: “ele ficou uma criança muito chameguenta. Quando o autista não tem esse trato, [...] o lance da afetividade posso te garantir que ficou uma coisa muito grande” (Entrevistada 2). Além de um melhor relacionamento com a família, essa entrevistada afirmou que a criança também se tornou muito sociável, frequentando normalmente lugares públicos como *shoppings* e parques. Além disso, a entrevistada destacou a relevância da equipe multidisciplinar, o que enfatiza que a equoterapia não deve ser o



único tratamento utilizado para a reabilitação da criança autista: “todos têm de participar, a psicóloga, a fisioterapeuta...” (Entrevistada 2).

O entrevistado 3 afirmou que sua filha de 11 anos de idade pratica equoterapia há nove meses e também obteve melhoras, porém, diferentemente dos dois outros entrevistados, não percebeu nenhuma evolução no seu relacionamento com a criança após a equoterapia. Esse entrevistado contou que a criança apresentava dificuldades de interação quando era mais nova, e como ela tem síndrome de Asperger, uma patologia menos severa do autismo, esse problema foi superado mais cedo apenas com o tratamento psicológico. Os progressos apresentados pelo entrevistado 3 foram em relação ao comportamento da filha, que, antes do tratamento, era uma criança hiperativa e possuía grandes dificuldades de concentração. Com a equoterapia, esses problemas vêm melhorando. Além desses progressos, o entrevistado 3 contou que atualmente a filha passou para o programa pré-esportivo no Cervim. Esse fato é algo muito importante para a criança, pois faz que a mesma vivencie maiores desafios, podendo superar-se a cada dia, aumentando a sua autoestima e a sua autoconfiança, e mostra que a equitação terapêutica permite o desenvolvimento das potencialidades da criança autista.

A quarta entrevista foi realizada com um profissional formado em fisioterapia que trabalha no Cervim há um ano e meio. O entrevistado contou que as atividades realizadas com crianças autistas devem ser de caráter lúdico, ou seja, os movimentos têm o intuito de divertir o paciente, a fim de que o mesmo sinta prazer na realização do tratamento. Para essas atividades, podem ser utilizados objetos diversos – bolas, bambolês, cordas, entre outros – que vão criar ambientes e situações que estimulam não apenas a criatividade e a imaginação da criança, como também a capacidade motora e de raciocínio, algo fundamental para o tratamento do autismo, pois contribui para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo autista. No Cervim, a terapia é realizada em conjunto, o que permite a interação do praticante não apenas com o cavalo, mas com outros pacientes autistas e/ou de outras patologias e também com os terapeutas.



O entrevistado 4 também enfatizou que o tratamento com equoterapia não ocorre apenas pelo estar montado no cavalo, mas há um processo de aproximação, isto é, ao chegar no Cervim, o paciente cumprimenta o terapeuta e o animal, acariciando o mesmo, para que haja uma primeira interação. De acordo com Bréia e Leal (2010), esse processo de aproximação entre o autista e o cavalo pode acontecer desde o momento em que o cavalo sai da baía até o retorno do mesmo. A criança pode, com o terapeuta, buscar o cavalo, escová-lo e, até mesmo, alimentá-lo. Porém, é essencial garantir que isso ocorra de forma segura. Assim, é recomendável que isso só aconteça com pacientes que não apresentem nenhum nível de agressividade.

Segundo o entrevistado 4, o comportamento dos autistas antes da terapia varia de criança para criança, mas, geralmente, eles chegam ao centro muito agitados e ansiosos. Por esse motivo, é recomendado que os pacientes não cheguem muito tempo antes do horário marcado para que a ansiedade não aumente. De acordo com o entrevistado, quando o praticante está começando a equoterapia, ele demonstra muito medo do cavalo, mas aos poucos esse sentimento vai desaparecendo.

O comportamento da criança ao longo da terapia também pode variar de acordo com as características da mesma, segundo o entrevistado 4. Há praticantes que ficam mais calmos e outros que ficam mais agitados. Além disso, o terapeuta deve estar preparado para qualquer reação do paciente durante a terapia, ou seja, é possível que o comportamento dele mude de forma inesperada e o terapeuta deve saber como agir em qualquer situação: “ele [o paciente autista] sempre foi muito tranquilo, [mas] um dia ele ficou agressivo, bateu na estagiária, quis se jogar do cavalo” (Entrevistado 4). Porém, a maioria das crianças autistas observadas por esse entrevistado obtiveram melhoras no comportamento. Ele contou que há um paciente no Cervim que era muito agressivo e batia tanto no cavalo quanto nos terapeutas, e agora está muito mais calmo. O entrevistado também relatou que sempre que esse paciente chega abraça a todos e fica ansioso para ver o cavalo. Isso mostra que a equoterapia ajuda na diminuição da agressividade da criança autista, contribuindo para a melhora do comportamento social da mesma. O entrevistado 4 disse ainda que havia um paciente extremamente agitado que não aceitava o que era proposto pela equipe, fazendo que a sessão



fosse interrompida. Ao longo do tratamento, ele foi se tornando mais calmo e conseguindo realizar a terapia até o fim.

A quinta entrevista foi feita com outro funcionário formado em fisioterapia, que trabalha há vinte anos com equoterapia. Esse entrevistado contou que o interesse pela equitação terapêutica surgiu com a proposta de uma terapia eficaz, porém não convencional, pois os modelos terapêuticos mais comuns são realizados em locais fechados e há grande resistência por parte das crianças em contribuir com o terapeuta. Isso mostra que o diferencial da equoterapia é que, além de existir um animal como principal contribuinte para o paciente, ela é um tratamento realizado ao ar livre no qual o praticante pode perceber diversas coisas acontecendo ao mesmo tempo, o que contribui para a sua reabilitação, ajudando também no desenvolvimento das potencialidades de cada paciente, motivando o mesmo a prosseguir com o tratamento e proporcionando-lhe prazer: “ela [a equoterapia] realça justamente o que a criança é capaz de fazer [...]; [esse] é um fator que traz bastante motivação para ela, para ela a equoterapia é um esporte, uma atividade de lazer, uma grande brincadeira [...]. É um tratamento bastante eficaz, isso eu posso garantir a você, e que temos um paciente participativo e motivado” (Entrevistado 5).

O entrevistado 5 também comentou que o Cervim não recebe nenhum incentivo público e, por isso, existe a dificuldade de integrar pacientes de classes sociais menos favorecidas. Disse que, em geral, na área de reabilitação no Brasil, não há serviços públicos eficientes, fazendo que a população que necessita desse modelo de atendimento, 30% da população do país, não conte com atendimento de qualidade, e, por isso, o problema pode se agravar. O entrevistado informou que, desde o começo do Cervim, trabalha com crianças autistas, porém teve grande dificuldade na época de encontrar na literatura referências sobre autismo e equoterapia. A equipe, então, realizou pesquisas com outros profissionais da área da equitação terapêutica para entender os efeitos produzidos pelo cavalo na criança autista. Também mencionou que, durante o período da pesquisa, fez um curso de formação em teoria da integração sensorial, que diz respeito à organização do cérebro em relação às informações recebidas, para que haja uma resposta adequada da criança, contribuindo para os sistemas do vestibulo



proprioceptivo, somatossensorial e praxia, que estão relacionados com o desenvolvimento motor e emocional, além de contribuírem para o sistema cognitivo. Essa teoria trata do uso de movimentos para que o paciente receba estímulos que contribuam para os sistemas citados acima. E como a equoterapia é um tratamento em que há movimentação, a criança recebe diversos estímulos, que são necessários para o tratamento do autismo, pois a síndrome é caracterizada pela falta de organização do cérebro em relação às informações. São esses estímulos que proporcionam a melhora e o desenvolvimento da criança autista. O entrevistado afirma: “o que o cavalo faz nada mais é do que dar ao nosso paciente, nosso praticante, um bombardeio sensorio motor, através do seu movimento ele estimula bastante o vestibulo somatossensorial” (Entrevistado 5). Além da questão do movimento do cavalo, ele também destacou que a criança autista possui uma sensibilidade muito profunda, e durante a equoterapia isso também é aproveitado, pois a criança toca o cavalo em diferentes partes, e cada uma delas apresenta textura diferente, fazendo o praticante receber mais estímulos sensoriais. Além disso, entrevistado também mencionou que a criança em tratamento recebe estímulos auditivos e visuais, que são mais informações que serão organizadas pelo cérebro, dado que o paciente está em movimento.

O entrevistado 5 afirmou, assim como o entrevistado 4, que o comportamento no início da terapia varia de acordo com a criança. Porém, explicou que, no geral, as crianças quando vão conhecer o cavalo pela primeira vez sentem medo da ação de subir no animal, fazendo que, no primeiro momento, haja uma rejeição por parte da criança: “essa insegurança de tirar o pé do chão e tentar ficar em cima do animal é que deixa ele [o autista] mais estressado” (Entrevistado 5). Conforme o tempo de tratamento do praticante, a equipe o ajuda a mudar esse comportamento, “mas isso é facilmente contornado e depois ele [o autista] evolui muito bem e normalmente a gente vê que eles gostam muito das atividades” (Entrevistado 5).

O entrevistado 5 enfatizou que muitos praticantes autistas em tratamento no Cervim avançam para o programa pré-esportivo da equoterapia, e explicou que, como o autismo é uma síndrome do comportamento e não uma deficiência física, de acordo com o desenvolvimento da criança ao longo do



tratamento, a mesma não possui dificuldade em fazer a equoterapia de forma esportiva, inclusive existem pacientes no centro que são atletas do hipismo. Isso mostra que a evolução da criança autista que pratica equoterapia é muito grande, e prova que esse modelo de tratamento destaca as potencialidades do praticante, aumentando assim a sua autoconfiança e autoestima.

Segundo esse entrevistado, a equoterapia contribui muito para o desenvolvimento da criança autista desde que haja um acompanhamento de vida e todas as terapias necessárias para a mesma. Para ele, o cavalo contribui das seguintes formas: o “bombardeio” de estímulos que proporciona contribui para o tratamento do autismo e para o relacionamento social, pois a criança desenvolve melhor interação, além de sentir prazer em realizar a equoterapia e de poder praticar um esporte. Com esses benefícios gerados pela equoterapia, a criança passa a ter uma vida mais saudável e segura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autismo infantil é um transtorno que afeta o desenvolvimento da criança, fazendo que a mesma tenha dificuldades na comunicação e na interação e apresente problemas em seu comportamento e no sistema cognitivo. O autismo também pode gerar disfunções motoras. As características do autismo são: agressividade, ausência de atenção, estereotípias, hipotonia, desinteresse, falta de comunicação e interação e dificuldades de memorização, raciocínio e linguagem.

Por ser uma doença invasiva do desenvolvimento, a criança autista pode apresentar atrasos no aprendizado e isso, somado aos problemas de comunicação, faz que o autista se torne um indivíduo não integrado à sociedade, diminuindo assim sua qualidade de vida. Não existem dados sobre as causas dessa doença, e também não há cura para o autismo, porém há diversos tratamentos que podem amenizar as características referentes ao autismo, proporcionando maior qualidade de vida ao paciente. Os tratamentos mais comuns são aqueles com medicamentos e com psicólogos e terapia



ocupacional. Atualmente, existem modelos terapêuticos alternativos que vêm se mostrando eficazes na busca de uma melhora para a criança autista.

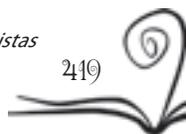
A equoterapia consiste na utilização do cavalo na produção de estímulos que fazem o praticante reorganizar as suas percepções, gerando benefícios físicos, psicológicos e sociais. Neste trabalho, tentamos compreender como a equoterapia contribui para o tratamento de crianças autistas, descrever seus benefícios, entender o papel do cavalo durante as sessões e conhecer a visão dos responsáveis por crianças autistas em tratamento.

Por meio de pesquisas bibliográficas e de campo, buscamos investigar as melhorias físicas e psicossociais determinadas pelo uso do cavalo de forma terapêutica. A pesquisa de campo aponta a satisfação dos entrevistados em relação ao desenvolvimento gerado pela equoterapia, principalmente nas áreas afetiva e social. As entrevistas mostram progressos, mas também alertam que a equitação terapêutica deve ser realizada em conjunto com outras modalidades, de acordo com as necessidades específicas de cada paciente.

O trabalho também mostrou as contraindicações da atividade, pois a equoterapia não é adequada para todas as pessoas. Outros pontos negativos apresentados são a falta de incentivo público para a equitação terapêutica e a carência de centros públicos de equoterapia, tornando-a elitizada, e, assim, diminuindo a qualidade de vida de crianças autistas que não podem realizar o tratamento.

Em suma, a equoterapia é um tratamento que pode beneficiar pacientes com diversas doenças, tanto físicas quanto psicológicas, quando realizada de acordo com os princípios e fundamentos estabelecidos pela Associação Brasileira de Equoterapia. Em relação às crianças autistas, pode-se notar que, mesmo com a limitação da amostra, existe um progresso significativo para aqueles que praticam a equitação terapêutica em conjunto com outros tratamentos específicos para suprir todas as suas necessidades.

Dessa forma, torna-se uma medida de grande importância que a equoterapia seja divulgada, para que mais pessoas busquem essa modalidade terapêutica. Também é essencial que sejam criados centros públicos para atender toda a população, independentemente de classe social, dan-



do uma melhor qualidade de vida não apenas às crianças, mas também às pessoas que possuem outras doenças que podem ser tratadas com a equitação terapêutica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Sérgio Luiz Saboya; MARQUES, Carla Fernandes Ferreira da Costa. Autismo infantil e vínculo terapêutico. *Estudo Psicológico*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 115-124, 2007.

BALLONE, Geraldo J. *Autismo infantil*. In: PSYQWEB: PSIQUIATRIA GERAL, 20 out. 2004. Disponível em: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?sec=19&art=20>. Acesso em: 1º out. 2013.

BALLONE, Geraldo J. *Estratégia de tratamento medicamentoso do autismo infantil*. In: REDE SACI, São Paulo, 26 fev. 2002. Disponível em: <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=510>. Acesso em: 1º out. 2013.

BENSEÑOR, Isabela M.; PILAN, Luís Augusto. Síndromes funcionais somáticas. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 87, n. 4, p. 238-244, out. 2008.

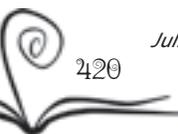
BOSA, Cleonice Alves. As relações entre autismo, comportamento social e função executiva. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 281-287, 2001.

BRÉIA, Vanessa; LEAL, Michelle. *Introdução à educação e terapia assistida por animais: equoterapia e cinoterapia*. São Gonçalo: CEC/Uerj, 2010.

DIAS, Emília; MEDEIROS, Mylena. *Equoterapia: noções elementares e aspectos neurocientíficos*. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

EQUOTERAPIA E EQUITACÃO ESPECIAL. *Biomecânica do cavalo na equoterapia*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://equitacaoespecial.blogspot.com/2009/08/biomecanica-do-cavalo-na-equoterapia-o.html>. Acesso em: 1º out. 2013.

FREIRE, Heloisa Bruna Grubits. *Equoterapia: teoria e técnica – uma experiência com crianças autistas*. São Paulo: Vetor, 1999.



GADIA, Carlos A.; TUCHMAN, Roberto; ROTTA, Newra T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 80, n. 2S, p. S83-S94, 2004.

LEITÃO, Leopoldo Gonçalves. Relações terapêuticas: um estudo exploratório sobre equitação psicoeducacional (EPE) e autismo. *Análise Psicológica*, Lisboa, v. 22, n. 2, p. 335-354, jun. 2004.

LEITÃO, Leopoldo Gonçalves. Sobre a equitação terapêutica: uma abordagem crítica. *Análise Psicológica*, Lisboa, v. 26, n. 1, p. 81-100, maio 2008.

MORAES, César de. *Autismo infantil*. In: PSYQWEB: PSIQUIATRIA GERAL, 31 jan. 2005. Disponível em: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=208&sec=39>. Acesso em: 1º out. 2013.

SILVA, Estera Muszkat; SILVA, Edna Lúcia da. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

UYEHARA, Ana Maya Goto. *Relação homem x animal*. In: PORTAL DO ENVELHECIMENTO, 25 ago. 2004. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.net/acervo/artieop/Geral/artigo20.htm>. Acesso em: 1º out. 2013.

WICKERT, Hugo. O cavalo como instrumento cinesioterapêutico. *Revista Equoterapia*, Brasília, n. 3, p. 3-7, dez. 1999.



O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO DA MARÉ NA METRÓPOLE CARIOCA

Laís Clemente de Oliveira*

INTRODUÇÃO

Durante o século XX, a cidade do Rio de Janeiro foi marcada por um intenso processo de urbanização. Nesse período, o território carioca contava com mais de meio milhão de habitantes, que sofriam com os problemas clássicos da cidade moderna: moradia e saneamento. Enquanto as elites deixavam o velho centro em busca de amenidades nos arrabaldes, um vasto contingente de população pobre ocupava cortiços insalubres situados nos centros urbanos (VAZ, 1994). Com o desenrolar desse processo, o Rio de Janeiro foi modificando o seu modo de vida e o seu espaço urbano, com uma crescente densidade populacional e a intensificação do comércio.

As intervenções do Estado na área central da cidade contribuíram para que as classes populares deixassem as suas moradias. Sem recursos para pagarem outras formas de habitação, elas foram construindo barracos nos morros próximos, onde já se erguiam casebres rústicos. O crescimento urbano progressivo, alimentado pelas fortes migrações, fez surgir as favelas.

Morar nessas áreas era talvez a única forma de inserção social dos novos moradores na cidade moderna. Era na favela onde os excluídos da

* Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Vigilância em Saúde (2009-2011). Atualmente cursa Psicologia na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e atua em uma organização não governamental no Complexo da Maré. No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação do professor-pesquisador Paulo Henrique Barbosa de Andrade (mestre em Educação), do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform). Contato: laisloliveirarj93@gmail.com.

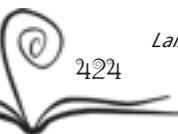


economia e da sociedade podiam construir um casebre, mesmo que frágil; era na favela onde os migrantes se encontravam e onde se formavam laços de vizinhança; era na favela onde redes sociais promoviam a inserção social, mesmo que de forma marginal, dos excluídos (VAZ, 1994). É nesse contexto da história da cidade que os morros com barracos e pequenas construções começaram a tecer seus locais no Rio de Janeiro, fazendo surgir assim as primeiras favelas, que ficaram conhecidas como um padrão de moradia das classes populares.

Segundo Vaz (2010), inúmeras favelas foram se consolidando no Rio de Janeiro em decorrência do processo de urbanização; uma delas foi o que hoje se conhece por Complexo da Maré. Esse território, que está situado às margens da baía da Guanabara, era a franja pantanosa da planície ao norte da cidade, onde, já no final do século XIX, alguns núcleos haviam se formado ao redor das pequenas estações ferroviárias, em um ambiente ainda rural. A partir dos anos 1930, a região de ocupação rarefeita foi saneada, designada como região industrial urbanizada e atravessada pelo mais importante eixo viário metropolitano, a avenida Brasil, inaugurada em 1946, como indicador da intensa expansão urbana da época.

O Complexo da Maré não pode ser caracterizado como uma favela apenas, e sim como um complexo de favelas, ou seja, várias comunidades diferentes juntas, como se fossem vários territórios distintos, ou então uma quase-cidade informal: complexa Maré. Na verdade, a Maré é um dos maiores conjuntos urbanos de habitação popular no país, no qual inúmeras modificações foram realizadas nas últimas décadas. Vale ressaltar que o território sofreu inúmeras alterações e, por isso, a própria Maré que deu nome ao complexo tornou-se inexistente: foram tantos aterros que o mar praticamente desapareceu.

Ao observar, nos dias de hoje, que o Rio de Janeiro está em constante processo de urbanização, é importante lembrar que o processo de favelização também vem se disseminando pelo espaço urbano, principalmente em áreas já consolidadas. Com isso, as favelas estão em crescimento constante, sendo vistas apenas como fonte de pobreza e insalubridade urbana.



Porém, é interessante mostrar que morar em favelas possui suas vantagens, podendo trazer benefícios para os seus moradores. Um exemplo é o Complexo da Maré, que, apesar de ser para muitos uma barreira física e social para o desenvolvimento urbano da cidade, é uma região que possui vantagens locacionais atraentes para uma população que encontra enorme dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal. Dentre essas vantagens, destacam-se a proximidade a importantes vias da cidade (avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha); a proximidade a ambientes onde há oferta de trabalho para pessoas com baixa qualificação, principalmente no setor de serviços; e o custo de transporte, fator que se torna cada vez mais importante no processo de aquisição de um emprego formal (VARELLA, 2002). Sendo assim, mesmo com baixos índices sociais, o Complexo da Maré ainda apresenta força de atração populacional e, portanto, pode ser considerado um importante território da cidade do Rio de Janeiro.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Derrubar cortiços, construir grandes avenidas, evitar a proliferação de doenças e, sobretudo, impedir que a classe proletária se instalasse na área central da cidade eram as idealizações da classe dominante durante o século XX. Segundo Santos (2002), a paisagem é o domínio do visível e não se forma apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. É o conjunto de objetos que o nosso corpo alcança e identifica. Na visão da elite, essa paisagem era desestruturada pela classe proletária, pois ela vivia em condições insalubres e apresentava altos índices de doenças.

Para manter a paisagem urbana da área central, a classe dominante carioca, ao lado do Estado, aumentava o custo de vida desse território, por meio de medidas como grandes investimentos em infraestrutura urbana; por essa razão, impediam a ocupação mais efetiva das classes populares. Conseqüentemente, a cidade passou a ser caracterizada por uma divisão espacial e econômica, na qual poucos eram beneficiados e muitos esquecidos. Para concretizar tais fatos, no período de governo do

presidente Rodrigues Alves (1902-1906), houve a destruição de cortiços e a construção de praças, jardins e avenidas. Com essas principais mudanças, nasce o Rio de Janeiro com uma nova face.

Maiolino (2008) afirma que o processo de urbanização do Rio de Janeiro despertou esperança e alívio na elite carioca. Isso porque tal projeto foi pensado como um modelo de cidade higiênica por meio do qual o Rio de Janeiro iniciava suas mudanças rumo à modernidade e ao progresso. Neste mesmo contexto, Backheuser afirma:

Hoje que a administração pública deixando o tempo teórico dos relatórios espalhafatosos envereda afinal pelo terreno da execução dos melhoramentos, hoje que se vai remodelando a velha metrópole rasgada por avenidas em todos os sentidos, demolindo-se e reconstruindo-se sofregamente, hoje que se sente, graças a isso, a esperança de se ver em breve um Rio de Janeiro formoso e higiênico, é hoje também ocasião de se voltarem as vistas para as lúgubres moradas onde vegeta a população indigente da cidade. (BACKHEUSER, 1905)

O Rio de Janeiro precisava tornar-se uma nova capital. Por essa razão, era primordial haver uma reformulação estrutural de toda a área central, a fim de que a cidade se transformasse em um espaço moderno e civilizatório, e conseqüentemente, um local de bem-estar e modelo urbanístico para diversas outras cidades atrasadas estruturalmente.

Em 30 de dezembro de 1902, Francisco Pereira Passos é diretamente nomeado, pelo então presidente Rodrigues Alves, prefeito do Distrito Federal, no período 1902 a 1906. O novo prefeito encontrava uma cidade com fortes características coloniais que, pela insalubridade, era campo fértil para inúmeras epidemias que atacavam toda a população, dentre as quais a febre amarela, a varíola, a malária e a tuberculose. Tal situação decorria, principalmente, do movimento portuário da cidade e da aguda crise de moradias por que passava, pois a maior parte de sua população vivia nos superlotados “cortiços”. Além disso, toda essa situação era agravada pela falta de abastecimento de água e a inexistência de uma rede de esgotos eficiente (VÉRAS, 1999).



De acordo com Vêras (1999), no período da administração de Pereira Passos, o Rio de Janeiro passou por grandes obras que vão mudar definitivamente o aspecto da cidade colonial, transformando-a em uma cidade *belle époque*, inspirada no modelo parisiense.

A reformulação da cidade se inicia com diversas intervenções do Estado, uma das quais foi a Reforma Pereira Passos (1903-1906). “Era preciso acabar com a ideia que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas; transformá-lo em um verdadeiro símbolo do ‘novo Brasil’” (ABREU, 1997, p. 42). A partir dessa ideia adotada por parte da população carioca, o projeto de reforma foi implantado entre os anos de 1903 a 1906 com o objetivo de sanear e urbanizar a cidade do Rio de Janeiro.

Com novas visões econômicas e ideológicas, a refuncionalização do espaço urbano da cidade não condizia com a existência da classe proletária em seu núcleo central. Por essa razão, a Reforma Pereira Passos deixa claro quem deve ou não estar/habitar nesse novo espaço urbano carioca.

No cortiço, a superpopulação e a precariedade dos serviços de infraestrutura (água, esgoto, lixo, energia e gás) somavam-se à precariedade higiênica e à ausência de conforto e privacidade. Obviamente, nele plasmaram-se padrões peculiares de cultura popular, bem como prosperaram traços de violência, como por exemplo, a capoeiragem. A República se propôs a cancelar os cortiços por razões urbanísticas e sanitárias explícitas, em busca de uma configuração de prestígio. A reforma urbanística nada propôs em relação aos quarteirões lindeiros à área reformada, tampouco sugeriu nenhum novo padrão de controle policial. Não realizou qualquer política habitacional para os pobres. Simplesmente não tomou considerações a moradia para o povo. Desconheceu o problema. Parecia que, para os homens da Reforma Passos, o povo era invisível. (LESSA, 2000, p. 296)

De acordo com França (2008), do período da Reforma Passos até os dias de hoje, várias remoções, intervenções e reconstruções foram implantadas pelo poder público na busca de soluções para o “problema favela”; porém, no decorrer desse processo urbanístico, ao contrário do que



se projetava para a Cidade Maravilhosa, as favelas se consolidaram, crescendo em espaço físico e demográfico. Não obstante a consolidação das favelas nos espaços urbanos do Rio de Janeiro, o grau de preconceito e a carga de intervenções do Estado, com apoio de algumas classes da sociedade carioca, com as favelas e os seus habitantes não diminuiu.

Com o surgimento de novas formas de moradias, a eliminação das contradições buscada por Pereira Passos trouxe outras inúmeras contradições, pois a classe proletária foi obrigada a deixar as suas moradias no centro e, com isso, os barracos passaram a ser construídos em terrenos próximos à metrópole. Vale ressaltar que esses locais não acomodavam toda a demanda. Logo, a única saída para as classes populares foi a sua instalação nas áreas próximas ao centro, onde houve um aumento da concentração populacional por causa da grande geração de empregos no setor terciário e na indústria (SANTOS, 2002).

Cabe assinalar que as intervenções executadas naquele momento da Primeira República (1889-1930) não se enquadravam ainda no que se concebe como uma reforma urbana, mas tinham como mote ações localizadas, que permitissem criar essa nova imagem da cidade, em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à nova condição. (CARDOSO e RIBEIRO, 1996, p. 59)

Antes de classificar a Reforma Pereira Passos como reforma urbana ou reforma urbanística, cabe assinalar a diferença entre elas: entende-se reforma urbana não como uma remodelação do espaço físico, e sim como uma reforma social estrutural, com forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente em sua parcela mais pobre e elevar o nível de justiça social. Em contrapartida, uma simples reforma urbanística costuma estar atrelada a um entendimento estreito do que seja o desenvolvimento urbano, ou seja, implica uma modernização da cidade cujo objetivo é promover o embelezamento da cidade sem focar na promoção da justiça (BENCHIMOL, 1953). Por isso, a Reforma Passos deve ser classificada como uma reforma urbanística, tendo sido autoritária



em seus métodos e conservadora em seus objetivos, e contribuindo para a instalação da população pobre nos subúrbios, diminuindo assim a qualidade de vida desse grupo social. Vale ressaltar que o projeto contribuiu também para o desenvolvimento da desigualdade e não da justiça social, pois apenas beneficiou uma parte da população, ou seja, teve um caráter excludente.

Por causa do aumento populacional na cidade, há crescente demanda de moradia para trabalhadores nas áreas centrais do Rio de Janeiro. Por essa razão, as novas formas de habitação designadas como favelas acabam se estendendo para outros locais, deixando de ser habitações provisórias e adquirindo caráter mais permanente. Essas novas formas de moradia cresceram acentuadamente, iniciando o processo conhecido como favelização.

O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

O acréscimo de favelas no Rio de Janeiro é uma resposta ao aumento populacional e à solidificação de aglomerados urbanos que nasceram ainda no século XIX. A crise de moradias para a população pobre do Rio de Janeiro foi uma das características marcantes da cidade, principalmente em suas áreas centrais. Tal situação tornava-se ainda mais grave por causa dos fluxos migratórios que a cidade recebia constantemente. Se a política de incentivo à imigração contribuía para alimentar esse fluxo, a liberação gradativa da mão de obra escrava, e a completa abolição da escravidão em 1888, foram fatores que, decididamente, favoreceram o crescimento populacional do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2000, p. 63-98).

O processo de favelização aconteceu, principalmente, porque grande parte da população pobre não podia mais se localizar em “áreas nobres” do território. Isso ocorreu porque a renda mensal dessa população não cobria os custos da moradia na cidade, como transportes, aluguéis abusivos e preços altos de produtos comercializados. Por essa razão, a classe proletária começou a se expandir para locais onde o custo de vida era menor, uma vez que grande parte era mal remunerada em seus



ofícios, por possuírem baixo índice de escolaridade (MARQUES, 2007). Assim surgem as conhecidas favelas, única alternativa de moradia para essa população, um novo espaço urbano no Rio de Janeiro, identificado como fonte de violência e pobreza.

Com os investimentos em áreas determinadas da cidade, o preço da terra começa a aumentar na restrita área urbana alimentada por uma boa infraestrutura. Em meio à carência generalizada, essa área concentra a pavimentação, os transportes, a água, os esgotos, a energia elétrica, as praças e os jardins. Por essa razão, os proprietários das áreas centrais ficam favorecidos e, como parte desse valor vem dos investimentos públicos aplicados nas obras urbanas, é fundamental para os proprietários de terra e para o nascente capital imobiliário o controle sobre os recursos públicos (MARICATO, 1997).

As favelas são modelos de moradia com configuração socioespacial extremamente desigual na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Queiroz (2003), elas se formaram ainda século XIX, ocupando áreas inutilizáveis, ao menos em um primeiro momento, pelo mercado imobiliário. Essas formas de ocupação difundiram-se pelo tecido urbano carioca a partir dos anos 1920, quando ganharam destaque na estrutura urbana e política da cidade. Como as favelas localizavam-se em locais próximos ao mercado de trabalho e como, além disso, o custo de vida nelas era relativamente baixo, essas novas formas de moradia se tornaram elementos importantes para o desenvolvimento econômico da cidade, pois permitiram a redução do peso dos fatores moradia e transporte no custo da mão de obra.

Entre as primeiras áreas a serem favelizadas, podemos citar o morro da Providência. Considerada oficialmente a primeira favela do Rio de Janeiro, localizada atrás do prédio da Central do Brasil, foi nomeada inicialmente no final do século XIX como morro da Favela (VAZ, 1994). Por volta de 1897, a área começa a ser habitada por ex-combatentes da Guerra de Canudos como resultado dos entraves políticos e burocráticos que impediam a construção dos alojamentos prometidos pelo governo para que esses soldados residissem. Por essa razão, os ex-combatentes ocuparam provisoriamente a área, mas acabaram permanecendo nela. Com a Reforma Pereira Passos, a população da área aumentou acentuadamente.



Valla (1985) afirma que, em quase todas as favelas do Rio de Janeiro, casas de alvenaria, ainda que mal-acabadas, dominavam a paisagem durante o período de 1903 a 1906, e a dotação de infraestrutura técnica variava bastante, de acordo com o tamanho, a localização, a antiguidade e o grau de consolidação do assentamento. A noção geral das favelas como espaços residenciais pobres e segregados permanece, sem dúvida, válida, se bem que algumas delas, dependendo de sua localização (como a Rocinha, na Zona Sul do município do Rio de Janeiro), passaram a ser alvo, a partir do ano 2000, de um afluxo de migrantes intraurbanos, constituído por elementos de uma classe média baixa empobrecida pela crise e em fuga de aluguéis altos e impostos.

Com o crescimento populacional do Rio de Janeiro, surge a necessidade de melhorias no território; por isso, são realizados alguns projetos de urbanização na cidade que serão tratados mais especificamente a seguir.

OS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Áreas favelizadas começam a crescer rapidamente no Rio de Janeiro, com isso a administração municipal passa a atuar ao lado do Poder Executivo Federal no processo urbanístico na cidade. Entre os anos 1928 e 1930, entra em ação o Plano Agache, solicitado pelo prefeito da cidade Antônio Prado Júnior, iniciando uma proposta de intervenção urbanística para alcançar uma cidade mais moderna. Tal plano de embelezamento urbano não atingiu todos os pontos do Rio de Janeiro; no entanto, abriu as portas para uma nova perspectiva de urbanismo no Brasil, pois o projeto, de fato, interviu em alguns locais da cidade. Por essa razão, esse projeto acabou por se tornar um exemplo de urbanização na cidade.

Com o intuito de resolver problemas funcionais da cidade, gerando um ideal de capital e de sociedade moderna, o arquiteto e urbanista Alfred Agache propôs algumas transformações que melhorassem a paisagem do Rio de Janeiro. Constrói-se então a avenida Presidente Vargas na década de 1940 e realiza-se o zoneamento da cidade, in-



cluindo áreas verdes reservadas. Ainda em relação às estruturas viárias, Agache planejou a construção de três linhas de trem e a unificação dos terminais ferroviários da Leopoldina e da Central do Brasil, na praça da Bandeira. O Plano Agache erradicou conjuntos habitacionais considerados impróprios para se habitar do centro da cidade do Rio de Janeiro e também realizou a separação das classes sociais entre o espaço urbano. Entretanto, são construídas habitações nos subúrbios que atendiam as demandas básicas para receber as pessoas retiradas das favelas erradicadas.

Com o aumento do processo de urbanização na cidade, o setor industrial cresceu acentuadamente. A crescente industrialização instigou, conseqüentemente, a aceleração do processo de urbanização. Assim, ambos os processos estão intimamente ligados, pois as unidades fabris eram instaladas em locais nos quais houvesse boa infraestrutura, mercado consumidor e mão de obra barata disponível. Com o crescimento do setor industrial, principalmente do setor têxtil e alimentício, no século XX, o Rio de Janeiro necessitava de muitos trabalhadores para as unidades fabris, na construção civil, o comércio e os serviços oferecidos. Por essa razão, milhares de migrantes se deslocavam do campo para a cidade (MIRANDA, 2006).

Com o crescimento do setor industrial durante a década de 1990, outras áreas industriais foram ganhando espaço na cidade, como o setor automobilístico (WOMACK, JONES e ROSS, 1992). Por causa do crescimento da cidade, o automóvel passou a ser um bem necessário e acessível à classe alta da população. Por essa razão, o Rio de Janeiro passou a encontrar, ainda nessa década, suas vias de acesso congestionadas, seja pelo grande aumento do número de veículos nas ruas, seja pelo aumento da concentração da população, que começava a habitar grande prédios ou trabalhar em edifícios comerciais. Para amenizar tal emblema, a cidade do Rio de Janeiro encontrou uma saída: o Plano Doxiádis.

Na década de 1960, o governador do Rio de Janeiro Carlos Lacerda (1960-1965) sugeriu ao arquiteto grego Constantínos Doxiádis que realizasse um projeto para solucionar os engarrafamentos no Rio de Janeiro. Doxiádis logo propôs a construção de cinco linhas de acesso para diferentes pontos da cidade: a Linha Vermelha (ligando São Cristovão à cidade de São



João de Meriti); a Linha Amarela (ligando a Barra da Tijuca à ilha do Fundão); a Linha Verde (ligando a via Dutra à Gávea); a Linha Marrom (ligando o centro a Santa Cruz) e a Linha Azul (ligando a Zona Sul à Barra da Tijuca). O Plano Doxiádis, também conhecido como Plano Policromático, foi concluído no ano de 1963; no entanto, só foi publicado em 1965, quando Carlos Lacerda deixava o seu cargo. O sucessor de Carlos Lacerda, governador Raphael de Almeida Guimarães (1966-1970), não colocou o Plano Doxiádis em prática (BORGES, 2009).

Ainda em 1975, quando o estado da Guanabara se fundiu com o estado do Rio de Janeiro, o Plano Doxiádis havia permanecido uma teoria. Em 2002, o então governador Leonel Brizola (1983-1987) iniciou a implantação de modificações na cidade previstas no Plano Doxiádis, construindo parte da Linha Vermelha, uma extensão de 7 km, entre São Cristovão e a ilha do Fundão. Dois anos depois, a Linha Vermelha foi completada, com a construção de 14 km de pista, ligando a ilha do Fundão à rodovia Presidente Dutra. Em 1995, o prefeito César Maia, em seu primeiro mandato (1993-1997) continuou com a implantação do Plano Doxiádis. Construiu-se então a Linha Amarela, dividida em três lotes: Lote 1, ligando a avenida Ayrton Senna, na Barra da Tijuca, à avenida Geremário Dantas, em Jacarepaguá; Lote 2, ligando a avenida Geremário Dantas à rua Pernambuco, no Encantado; e Lote 3, ligando a rua Pernambuco à avenida Novo Rio, em Bonsucesso. A Linha Verde planejada pelo arquiteto Doxiádis começou a ser construída com a avenida Pastor Luther King (antiga avenida Automóvel Clube) e o túnel Noel Rosa; no entanto, não foi finalizada (BORGES, 2009).

O Plano Doxiádis, embora não tenha sido concluído, ajudou a diminuir a retenção do trânsito, reduzindo o tempo de viagem para diferentes pontos do Rio de Janeiro. Até hoje a Linha Vermelha e a Linha Amarela são importantes vias de locomoção da cidade. Embora essas linhas tenham solucionado em parte o trânsito caótico do Rio, ainda existem problemas em relação a congestionamentos, pois há apenas a avenida Brasil para ligar a Zona Oeste ao centro e à Zona Sul (BORGES, 2009). Por esse motivo, qualquer imprevisto na via, seja uma chuva ou mesmo um acidente, faz o trajeto de trinta minutos se transformar num trajeto de horas.



A outra linha de acesso projetada por Doxiádis foi a Linha Azul, que facilitaria o acesso da Zona Oeste à Zona Sul. No entanto, essa linha não foi construída, e esse percurso é longo e demorado. A Linha Marrom, que ligaria o Centro a Santa Cruz, cortando a Zona Oeste, ajudaria a diminuir o congestionamento e o número de veículos na avenida Brasil, pela oferta de outra opção para os cariocas se deslocarem; também agilizaria e encurtaria o tempo de viagem da população (BORGES, 2009).

Segundo Márcio Piñon de Oliveira (2008), no final do século XX, o desenvolvimento industrial e o crescimento populacional se acentuou na cidade, e o Rio de Janeiro se depara com a necessidade de passar por um novo plano de remodelação. Por isso, no período 1995 a 2000 realiza-se o Projeto Rio Cidade, que integrava um dos projetos do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Esse projeto começou a ser realizado na administração municipal do prefeito César Maia, em seu primeiro mandato, e visava o embelezamento da paisagem urbana e a melhoria da infraestrutura da cidade do Rio de Janeiro por meio da recuperação e da transformação de locais já desgastados pelo tempo, transformando-os em ruas, praças e áreas de lazer que proporcionassem bem-estar e conforto aos seus usuários, revitalizando ainda as áreas do ponto de vista econômico.

Diferentemente dos projetos de urbanização ditos anteriormente, o Projeto Rio Cidade realizou diversas intervenções urbanas nos locais mais importantes dos principais bairros cariocas, ou seja, esse projeto de urbanização atuou em áreas que tinham irregularidades e, com isso, realizou intervenções em diferentes localidades. Por essa razão, o Projeto Rio Cidade não deve ser interpretado como um plano de reforma urbana que modificou os meios de circulação da cidade como o Plano Agache – com a construção da avenida Presidente Vargas – e o Plano Doxiádis – com a construção das principais vias de acesso do território. Assim, compreende-se o Projeto Rio Cidade não como um projeto que transformou toda a rotina urbana, e sim como um plano que solucionou problemas específicos de cada área da cidade.



De acordo com Márcio Piñon de Oliveira (2008), o Projeto Rio Cidade foi dividido em dois momentos: no primeiro momento, o Rio Cidade I, o projeto beneficiou 15 localidades diferentes: Bonsucesso, Penha, ilha do Governador, Tijuca, Méier, Centro, Copacabana, Leblon, Madureira, Catete, Botafogo, Pavuna, Vila Isabel, Campo Grande e Ipanema; no segundo momento, o Rio Cidade II, beneficiou também 14 bairros do Rio de Janeiro: Bangu, Irajá, Madureira, Santa Cruz, Realengo, praça Seca, Haddock Lobo, Ramos, Campo Grande, Marechal Hermes, Rocha Miranda, largo do Bicão, Grajaú e Santa Teresa. A realização desses projetos de urbanização mais importantes deu nova face ao Rio de Janeiro. Entretanto, tais projetos só foram implantados em bairros formais da cidade, não abrangendo as suas favelas.

É usual caracterizar as favelas como áreas marginalizadas e com grande índice de violência e tráfico de drogas. Entretanto, esse tipo de aglomerado é um mercado informal de habitação para aquelas pessoas que não possuem acesso a habitações formais nas áreas centrais da cidade. Apesar de ser um local de baixa renda, a favela e os territórios formais estão completamente interligados. Ambos têm grande proximidade territorial, mas, no que diz respeito às condições sociais e econômicas, há um grande desnível. As favelas são caracterizadas por péssima infraestrutura, insalubridade, irregularidade urbanística e grande índice de habitantes. Em relação à população abrangente nas favelas, segundo Vaz (2010), as estimativas estão oscilando entre 1,3 milhão e 2 milhões de habitantes para uma população total da cidade de 6.161.047 habitantes.

Infelizmente, o assunto da remoção e realocação dos habitantes das favelas para áreas distantes da cidade ainda continua em pauta, principalmente no governo do prefeito Eduardo Paes, que, em 2010, anunciou a remoção de oito favelas localizadas em áreas de risco. Apesar disso, o processo de urbanização das favelas transformou-se em um direito necessário, que abrange desde os campos social e político, até questões do âmbito cultural ou da estética.



O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS

As favelas são reconhecidas já como um problema secular na dinâmica da urbanização carioca. Ao longo desses cem anos de existência, foram glorificadas e criticadas, tendo sido objeto de algumas iniciativas do poder público no sentido de enfrentar o desafio que representavam para a sociedade carioca. Já nos anos 20 e 30 deste século [século XX], as favelas são criticadas e consideradas como “manchas” na paisagem urbana da cidade, sendo invariavelmente recomendada a sua extinção. Os planos e regulamentos urbanísticos (aí incluindo o plano Agache) as colocavam fora da legalidade urbana, recomendando a sua remoção, sob argumentos inspirados, principalmente, no sanitarismo, mas que também incluíam aspectos funcionais e estéticos.

Adauto Lúcio Cardoso

A esse respeito Valla (1985) afirma que a sociedade brasileira sempre teve dificuldades para aceitar os assentamentos precários – ocupações “irregulares”, loteamentos clandestinos e favelas – que surgem nas cidades. Para o senso comum, essas áreas são fruto da desordenação e da ausência do poder público nas cidades. Historicamente, o caos urbano era visto, em geral, como fruto do crescimento desordenado das metrópoles, mas o panorama encontrado pode ser explicado pela formação histórica e política do país.

Favelas, cortiços, palafitas são entendidos, na maioria das vezes, como áreas marginalizadas, e não como alternativas de moradia para aquelas famílias que não têm acesso ao mercado formal de habitação e aos serviços públicos.

Os programas de urbanização de assentamentos precários, como o Favela-Bairro, têm origem na atuação pontual do poder público nas áreas de baixa renda, com o objetivo de implantar uma infraestrutura de saneamento básico mínima, que, muitas vezes, não atende efetivamente às necessidades, nem da comunidade residente, nem dos moradores do entorno. Embora não seja uma prática consensual, a “urbanização de favelas” evo-



uiu no Rio de Janeiro de forma gradativa, acompanhando o processo de democratização do país (VALLA, 1985).

O processo de urbanização de favelas implica atender as demandas das populações que nela habitam, com a melhoria da infraestrutura e uma maior integração com a cidade considerada formal. Isso acarreta uma melhoria parcial nas condições de vida de seus moradores. Para que esse processo se concretizasse, foram realizados programas sociais, como o Favela-Bairro durante o governo do prefeito César Maia, que visava integrar os territórios informais com a cidade formal e também efetivar ações integradas físicas, econômicas e sociais. Na primeira fase desse programa, ocorrida no ano de 1994, a meta, embora não tenha sido concretizada integralmente, era solucionar os principais problemas na favela, contribuindo para a melhoria da infraestrutura, englobando a erradicação da insalubridade e a implantação de serviços sociais.

O Programa Favela-Bairro além de ser caracterizado como um grande projeto de urbanização, também é conhecido como um projeto de integração. Isso porque realizou intervenções físicas nas favelas e também contribuiu para o desenvolvimento urbano e social de algumas favelas do Rio de Janeiro, levando, assim, desenvolvimento econômico estrutural de diferentes pontos da cidade. Vale ressaltar que esse projeto realizou programas que integravam a cidade com a favela, contribuindo para que ela deixasse de ser vista como um local marginalizado e excluído da metrópole urbana.

Para que algumas favelas se tornassem locais com infraestrutura adequada, o Programa Favela-Bairro construiu serviços de abastecimento de água, esgoto sanitário, circulação viária, drenagem pluvial, contenção e estabilização de encostas, coleta de lixo, limpeza e iluminação públicas, e educação sanitária e ambiental. Além disso, para a implantação de lazer no local, foram construídos parques, praças e jardins. A intervenção realizada na primeira fase do programa atingiu 62 comunidades distintas. Na segunda fase do programa, o programa de intervenção contemplou 89 favelas e 17 loteamentos e visava à urbanização integrada, à atenção à criança e ao adolescente, à geração de trabalho e renda e



também ao desenvolvimento institucional (RANDOLPH, 2001). O Programa Favela-Bairro, no entanto, não teve continuidade, pois não apresentava condições à manutenção e conservação das melhorias.

Apesar dos benefícios trazidos por esse programa de urbanização, a pesquisa sobre mercado imobiliário e mobilidade residencial nas favelas da cidade do Rio de Janeiro (ABRAMO, 2003) indica que a intervenção urbanística também influenciou o perfil dos moradores da favela, que acabou por sofrer mudanças.

Segundo Abramo (2003), as intervenções do Programa Favela-Bairro, apesar de terem trazido melhorias, o que implicou melhores condições de vida do morador e valorização do local, acarretaram o aumento do valor dos imóveis na área abrangente. Em consequência, houve uma substituição gradual das pessoas residentes por outras com maior poder aquisitivo:

[...] os objetivos do programa (a integração) são tratados tão somente do ponto de vista físico-urbanístico. No entanto, enquanto política de integração social, essa iniciativa parece insuficiente e mesmo os programas sociais que são articulados à intervenção não têm a mesma primazia dos aspectos de infraestrutura, o que coloca um obstáculo à (difícil) questão da integração social das populações faveladas. Um aspecto relevante, nesse sentido, diz respeito à questão da valorização imobiliária que decorre do investimento público, gerando processos de “expulsão branca”. A postura da Prefeitura foi de saudar os processos de valorização como resultados positivos, desconsiderando o problema da saída de moradores e sua substituição por camadas de renda mais elevada. Esse tema é de fundamental importância do ponto de vista da integração social. (CARDOSO, 2002, p. 12)

Por essa razão, o Programa Favela-Bairro foi o carro-chefe para o processo de saída dos moradores que não tinham poder aquisitivo para continuar morando nas favelas atendidas pelo programa. Em consequência, houve a união e a luta dos moradores, que por sua vez conseguiram tirar o programa de remoções da pauta política, substituindo-o por intervenções urbanísticas juntamente com políticas sociais.



A CARACTERIZAÇÃO E A URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DA MARÉ

As intervenções urbanas ocorreram ao longo do processo histórico da cidade, inclusive em áreas favelizadas. Entretanto, no Complexo da Maré só ocorrerá um projeto de urbanização na final da década de 1990. É dentro desse contexto que apresentaremos o surgimento e o processo de urbanização do Complexo da Maré, o maior conjunto de favelas da América Latina (VAZ, 2010).

O Complexo da Maré viveu um intenso processo de crescimento e expansão de sua área original, crescimento que pode ser dividido em duas fases. A primeira fase foi a da consolidação dos núcleos de habitação construídos pelos primeiros moradores da região: Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Conjunto Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque Roquete Pinto (1955), Parque União (1965) e Praia de Ramos (1962). A segunda fase foi a fase de crescimento, com a intervenção do poder público, que construiu as comunidades de Nova Holanda (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila do Pinheiro (1983), Conjunto Pinheiro (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1989), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000).

Essas duas fases de expansão do território se distinguem também pelas relações estabelecidas entre o poder público e os moradores. Na fase de consolidação (1940-1980), havia ameaças frequentes de remoção dos moradores pelo Estado, caracterizando-se pelo conflito violento, no qual era consolidado o controle sobre os moradores, seja pelas forças policiais, pelo Exército ou por instituições do Estado. Assim, um dos principais problemas que assombrava todas as comunidades pioneiras da Maré era o medo de remoção. Desde o nascimento desse território, essa era a maior preocupação dos moradores: ninguém desejava deixar o local e morar em subúrbios distantes, por causa dos laços de afeto que se formavam e do menor custo de vida.

Na década de 1980, o poder federal substituiu a política repressiva de remoção por programas de urbanização. Essa ideia se consolidou, pois



o Estado chegou à conclusão de que era impossível remover as favelas da cidade, pois a retirada da população desses locais era um processo demorado e conturbado, uma vez que os moradores reagiam às remoções e pressionavam contra as políticas de Estado.

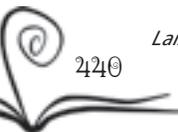
Um dos programas de urbanização que atou no Complexo da Maré foi o Projeto Rio, que tinha por objetivo retirar as palafitas do Complexo da Maré localizadas sobre as águas da baía da Guanabara e construir aterros para a implantação de conjuntos habitacionais, a fim de abrigar os moradores retirados das palafitas. Segundo Vaz (2010), esse momento foi marcado por um grande evento político e eleitoral do então presidente João Figueiredo, ao lado de artistas e personalidades, angariando intenções de votos para Moreira Franco, candidato ao governo do Rio de Janeiro pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e apoiado pelo Partido da Frente Liberal (PFL), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Liberal (PL), entre outros.

Após a realização do Projeto Rio, houve um decréscimo populacional no território da Maré, acarretado pela retirada das palafitas do local. Com a construção dos aterros, o movimento de expansão territorial se tornou mais controlado, isso porque não houve crescimento acentuado nas áreas inundáveis (VAZ, 2010).

Apesar dessa intervenção, a visibilidade decorrente da localização geográfica, o fato de sua paisagem ter sido durante muitos anos dominada por palafitas e a contrastante proximidade com o Aeroporto Internacional do Galeão e a Universidade Federal do Rio de Janeiro contribuíram, em geral, para a percepção da Maré como um espaço globalmente miserável, violento e destituído de condições dignas de vida.

No território da Maré é encontrada a maior diversidade de formas urbanas e arquitetônicas referentes a habitações populares nas suas diferentes comunidades. Esse conjunto de territórios abrange desde favela labiríntica até o mais complexo modelo habitacional cartesiano, resultado da transformação de áreas alagadas em áreas favelizadas (VAZ, 2010).

Segundo Silva (2002), o Complexo da Maré possui cerca de 138 mil habitantes. Essa população se divide de forma desigual entre as seguin-



tes comunidades: Baixa do Sapateiro, Mandacaru, Marcílio Dias, Morro do Timbau, Nova Holanda, Parque Maré, Parque União, Ramos, Roquete Pinto, Rubens Vaz, Nova Maré, Conjunto Pinheiros, Salsa e Merengue, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Esperança, Vila Pinheiros, Vila do João.

Como mencionado, a origem do território da Maré se dá a partir do desenvolvimento industrial da cidade, acelerado com a construção da avenida Brasil, em 1946. As primeiras ocupações desse local se iniciaram na década de 1930, quando portugueses e italianos donos de chácaras começaram a habitar esse território, onde só havia mangues e praias. Com a criação da avenida Brasil, surgem condições favoráveis para o crescimento do Complexo da Maré, entre elas a maior circulação de migrantes para esse local, até então desconhecido.

A grande maioria das favelas surgidas no Rio, no período 1948-1960, localizou-se nas proximidades da av. Brasil, que já eram em número de 47 em 1960, respondendo por uma população de 111.341 habitantes. A praia do Apicum, um antigo manguezal, já era agora um denso conjunto de casas de palafitas, denominadas favelas da Maré, adensadas a partir das diversas obras realizadas na região, entre as quais, os aterros da Cidade Universitária e do aeroporto do Galeão. Acompanhando o surto industrial e resistindo à política oficial de expulsão da população proletária para os subúrbios mais afastados e a Baixada, as favelas da Maré e seu vertiginoso crescimento refletiam a perversidade do mundo urbano industrial. Concorrendo em espaço com as indústrias, diversas favelas seriam erradicadas durante o período de governo Carlos Lacerda (1961-1965), operação que teria continuidade durante a ditadura militar. (AMADOR, 1997, p. 353)

A ocupação por parte dos migrantes vai ocorrendo em áreas cujos terrenos não tinham ainda sido objeto da especulação imobiliária, como os morros, encostas e pântanos da cidade, bem como em áreas cuja propriedade era duvidosa ou pertencente à União ou a outros órgãos governamentais. A área hoje ocupada pela Maré oferecia todas as condições para esse



tipo de ocupação: tratava-se de área cuja propriedade era desconhecida, em boa parte eram terras devolutas e terrenos da Marinha, em proximidade à área industrial, vizinha ainda de importante via de acesso (avenida Brasil), cujos terrenos de pedreiras, encostas e manguezais não tinham interesse para a especulação (VALLADARES, 2008). Com o crescimento da região, na década de 1970, surgem as primeiras habitações que eram de casas sobre palafitas localizadas nas águas da baía de Guanabara (VAZ, 2010).

As comunidades que formam o complexo têm características e processos espaciais bem distintos, que vão do mais planejado ao mais espontâneo, do mais regular ao mais irregular, do mais formal ao mais informal, do mais projetado ao mais livre. As diferenças entre as formas, que hoje constituem uma diversidade muito rica, se deram por vários fatores: a história de cada ocupação, as características do sítio, as questões de propriedade, as origens da população, a organização da comunidade, os contextos políticos e sociais. Uma grande gama de formas espaciais pode ser encontrada na Maré [...]. As diferentes comunidades são tão distintas como os diferentes bairros de uma cidade formal e chegam a ter identidades próprias, que constituem, todas juntas, a cultura multifacetada da Maré. (VARELLA, 2002, p. 22)

Segundo Cardoso (1996), o território da Maré sofreu diversas intervenções por parte dos moradores que realizaram diferentes implantações habitacionais nesse local, ou também por parte da iniciativa privada que implantou diversos programas sociais no território. Com isso, o Complexo da Maré é sinônimo de um local diversificado e marcado por uma profunda heterogeneidade. Apesar dessas observações gerais sobre o território, é possível perceber que, com base em uma visão panorâmica, há uma distribuição desigual da população entre seus bairros. Esse fator é decorrente de diferentes motivos: o papel da própria população, que construiu o seu espaço a partir de suas vivências e práticas sociais; a configuração física do espaço (características do terreno), proporcionando e limitando diferentes formas de ocupar esse lugar; as práticas do poder público, ora incentivando, ora limitando, ora induzindo a ocupação por meio de suas ações sobre o espaço.



A partir de todo esse processo, foi criada uma das organizações mais conhecidas da Maré: o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Criada no final da década de 1990, essa organização não governamental (ONG) foi formada por um conjunto de moradores com um histórico de inserção em movimentos sociais e que conseguiram atingir o nível universitário. Essa ONG tem como objetivo lutar pela melhoria de seu próprio local de moradia e também contribuir para o desenvolvimento cultural e educacional do território (SILVA, 2007). Além de ampliar as possibilidades para o exercício de cidadania, a primeira atividade desenvolvida pela organização foi o Curso Pré-Vestibular da Maré (CPV). A alta taxa de aprovação no vestibular de inúmeras universidades públicas mostrou a relevância social da ONG e deu visibilidade ao Ceasm. A Rede Sociopedagógica, criada pela união dos moradores da Maré, objetiva articular grupos sociais comprometidos com a qualidade de vida dos moradores. É nesse sentido que o Ceasm desenvolve, atualmente, um conjunto de ações voltadas para a educação, a cultura, a comunicação e a geração de trabalho/renda (VAZ, 2010).

Atualmente, o Complexo da Maré é vítima de uma apartação social devido às facções rivais existentes e à ausência das políticas públicas do Estado, além de ser refém do crime organizado do tráfico de drogas. Esse último possui cada vez maior presença, acarretando na difícil locomoção entre as comunidades da Maré, que são comandadas por grupos armados que cada vez mais se expandem para o resto da cidade.

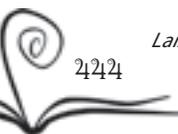
A população do Complexo da Maré compreende em torno de 2,26% da população do município do Rio de Janeiro e 0,97% do estado do Rio de Janeiro (SILVA, 2002). Esse dado coloca a Maré como o maior conjunto de favelas do Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do local é 0,722, enquanto a média da cidade do Rio de Janeiro é de 0,842. Esse índice indica que as condições de educação, a esperança de vida ao nascer e a renda *per capita* da população da cidade do Rio de Janeiro como um todo são melhores, quando comparadas às do Complexo da Maré. Entre os bairros da capital carioca, os moradores da Gávea apresentam o melhor IDH: 0,970. Segundo os dados do censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo do Brasil é 13,6%; no Complexo da Maré, é de 11,4%, ultrapassando o município do Rio de Janeiro (4,4%).

Assim, apesar de estar um pouco abaixo da taxa nacional, a taxa de analfabetos na Maré é quase o triplo do índice do município do Rio de Janeiro. Dentre as 31 regiões administrativas (RAs) existentes no município, a Maré tem o segundo maior índice de analfabetos (SILVA, 2002). No ano de 1994, o Complexo da Maré passou a ser classificado como bairro e se integrou à XXX Administração Regional da Prefeitura do Rio de Janeiro. Com isso, passou a ser mais fácil a atuação de políticas públicas que visavam administrar e controlar o território. Porém, de acordo com os resultados de Silva:

Os moradores não reconhecem o seu espaço de moradia como um bairro. Para eles seria necessária a melhoria das condições dos serviços urbanos e, principalmente, a conformidade entre as regras da cidade e as da favela; em particular no que diz respeito tanto às práticas e intervenção do poder público quanto às regras de sociabilidade da cidade e às da favela, no sentido do reconhecimento e da expansão dos direitos e deveres de cidadania política dos seus moradores, no campo cultural, jurídico e econômico. (2002, p. 26)

Recentemente, foi colocado em discussão o projeto “A Maré que queremos”, pelos próprios moradores do Complexo da Maré, um projeto que visa a melhorias na infraestrutura do local e diminuição na defasagem de qualidade de vida, como saneamento básico (água e esgoto), rede pluvial, pavimentação e melhoria no sistema de coleta de lixo. Embora as comunidades sejam diferentes, encontramos os mesmos problemas em todas elas: esgoto a céu aberto, falta de áreas de lazer, de água e de luz, postes caíndo, poucas árvores, má comunicação etc. Esse projeto está em discussão com a Prefeitura e a administração estadual, e também serve de base para mobilizar moradores nesse processo de transformação em um local com qualidade de vida (VAZ, 2010).

De acordo com Vaz (2010), existem dez creches comunitárias e municipais (para 21.036 crianças de 0 a 6 anos), dezesseis escolas municipais e estaduais (sendo apenas sete para o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries para uma população de 18.400 crianças de 7 a 14 anos), e, delas, apenas duas oferecem ensino médio. Esse dado é preocupante porque



a maior parte dessa população não tem condições de manter os filhos em escolas particulares, levando a entender os motivos da baixa escolaridade nesse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso realizado até o momento permite afirmar que o crescimento vertiginoso das cidades trouxe a conseqüente ocupação irregular e o surgimento de favelas, como o Complexo da Maré. O crescimento urbano, quando não acompanhado de um investimento em infraestrutura básica (água, esgoto, luz, pavimentação), é considerado um “inchaço”, ou seja, um crescimento não benéfico do ponto de vista da qualidade de vida da população. A cidade do Rio de Janeiro está em constante processo de urbanização, e ele alcança um crescimento populacional em diferentes pontos da cidade, juntamente com os avanços em infraestrutura.

O processo de favelização se instala no território de forma rápida e extensa, englobando conjuntos habitacionais, omitindo espaços livres, ocupando ambientes frágeis e por fim, tornando a paisagem periférica homogênea. Com a expansão e a consolidação das favelas, elas começaram a ser entendidas como verdadeiros problemas urbanos: como empecilho físico, que impede o escoamento do sistema viário; como fatores principais da degradação ambiental, devido à ausência de saneamento; como centros de insalubridade, dada as péssimas condições de moradia; como foco de marginais, caracterizando-se a favela como a sede da exclusão social. Por causa dessa situação, as políticas urbanas da década de 1970 se voltaram para a urbanização das favelas; no entanto, as políticas públicas não foram eficientes no sentido de integrar socialmente esses territórios ao restante da sociedade urbana. Nos dias de hoje, a sociedade urbana incorpora uma política de tolerância, apesar de possuir instrumentos jurídicos mais precisos para responder à informalidade das favelas (OLIVEIRA, 2010).

Essa política colaborou para que as favelas se transformassem em um território marginal e, ao mesmo tempo, estruturante da paisagem periférica

da cidade. Elas se consolidaram à margem da legislação, e não se de-
frontaram com um reconhecimento jurídico que as identificassem como
um território integrante da cidade. Com a fixação das favelas, e seu re-
conhecimento como parte integrante da cidade, surge ao mesmo tempo
um novo pacto sociopolítico que, conferindo particularidades às favelas,
investigue e pratique o modelo jurídico urbanístico exposto na Consti-
tuição de 1988, que tem por objetivo garantir o acesso da população
favelada à moradia e à cidade, de forma que o espaço urbano não se
torne apenas um mecanismo de reprodução do capital.

O poder público, as ONGs, as empresas, as associações de mo-
radores e o tráfico de drogas tornaram-se os principais atores das cons-
tantes disputas pelas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Na virada
do século XIX para o século XX, a mídia e a política, entre outros, im-
puseram à percepção pública uma visão das favelas que se consolidou
com o passar dos anos, caracterizando-as, de forma universal, como
territórios sedes da pobreza e da violência, que são características
intrínsecas, ou seja, uma decorrente da outra. Classificada como a úni-
ca realidade, essa imagem ficou caracterizada como uma barreira para
o surgimento de uma visão sem preconceitos das favelas, e dificultou
que elas fossem percebidas em toda a sua complexidade.

Assim, a livre associação entre pobreza e violência que contribuiu
para a iniciativa de investimentos com o objetivo de erradicar as fa-
velas também colaborou, com o passar dos anos, para a sua consoli-
dação e urbanização. Diante disso, as interferências de novas políticas
sociais contribuíram para o surgimento de caminhos diferentes que foram
incorporados em postos públicos e nas diversas ONGs, nos quais nas-
ceram novas redes de relações, englobando espaços até então impensá-
veis, como os gabinetes públicos estaduais, federais e municipais, sendo
reconhecidos até internacionalmente. Esses conjuntos de atores contribuíram
para um processo de diferenciação social mediante o qual alguns deles tive-
ram condições de criar suas próprias ONGs. Então, na mesma medida em
que começaram a receber recursos importantes, obtidos por meios diretos
do poder público, as associações de moradores, que são importantes lide-
ranças da favela, mesmo não perdendo a sua importância política, deixa-



ram de realizar suas duas importantes funções: mobilizar os moradores e pressionar as autoridades.

É dentro desse contexto que deve ser analisado o surgimento das favelas cariocas. A ausência de políticas públicas que visassem acabar com a crise habitacional, que até hoje é uma situação difícil de ser resolvida na cidade, pode ser interpretada como um dos fatores principais que favoreceram a formação e o crescimento das favelas.

Por causa do contexto histórico da cidade, a favela passou a ser caracterizada como um local onde as relações e práticas sociais não são voltadas para o crescimento social e político do indivíduo. Os moradores, que são circundados constantemente pelo tráfico, pela violência, pela miséria e por tantas outras “situações ruins”, são vítimas diárias do preconceito da população, pois são vistos muitas vezes como más pessoas. Não se pode reclamar e esperar do governo uma melhoria para a situação das favelas de braços cruzados. A iniciativa e o voluntariado são fatores essenciais para uma mudança total da visão panorâmica das favelas. Ao relatar sobre a consolidação delas, pôde-se perceber que a favela não é cercada apenas de más influências, voltadas a formar marginais; ela também envolve integrantes e programas sociais que possuem como objetivo transformar o futuro de quem vive ali. Aqui está apresentada outra visão da favela, na qual a maioria não tem interesse ou curiosidade em saber que existe.

A favela é uma cidade à parte e, por essa razão, necessita de uma atenção especial. Toda a sociedade merece dignidade onde quer que seja, juntamente com educação e saúde, o que contribui para a motivação por um ideal. É isso que diferencia esse território do restante da cidade. Se a favela se integrar à cidade, talvez surja um lugar melhor, com moradia para todos, com saúde e educação como fatores principais para o bem-estar das pessoas – um ambiente sadio, com boa infraestrutura que atenda as demandas de toda a sua população.

Por fim, é de extrema importância a criação de mecanismos de regulação social da administração pública, a fim de minimizar ou solucionar os problemas encontrados nas favelas, a fim de dar voz à comunidade e priorizar as demandas nesses territórios. Nesse sentido, o contexto



histórico da Maré apresenta um intenso confronto de lutas e de unificação das ações de seus moradores, associações e instituições a fim reivindicar transformações e garantir a melhoria da qualidade de vida ao longo do tempo. Isso indica que, atualmente, é possível unir forças para que novas mudanças e ações sejam realizadas, com o intuito de transformar a Maré em um bairro consolidado e integrá-la à cidade, assegurando os direitos de cada morador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. A dinâmica do mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres. *Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-17, mar. 2003. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/resulta_amz.asp?painel_final=2344. Acesso em: 7 out. 2013.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1997.

AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação, embelezamento*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1930.

AMADOR, Elmo S. *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza*. Rio de Janeiro: Instituto de Geociências/UFRJ, 1997.

BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os pobres. *Renascença*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 13, mar. 1905.

BENCHIMOL, Jaime Lerry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão e Editoração, 1992.

BORGES, Luan. *Plano Doxiádis: a melhor obra que nunca saiu do papel*. 2009. In: PONTO NOTÍCIA/DIRETO AO PONTO [online]. Disponível em: <http://bloginternacional.wordpress.com/2009/02/13/plano-doxiadis-a-melhor-obra-do-rio-que-nunca-saiu-do-papel/>. Acesso em: 7 out. 2013.



CARDOSO, Adauto Lucio. *O Programa Favela-Bairro: uma avaliação*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://habitare.infohab.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/44.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2011.

_____; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas/ Ippur–Fase, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão no território: uma nota. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 23-30, 1996. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/01_3_correa.pdf. Acesso em: 7 out. 2013.

FRANÇA, Bruno Alves de. *O Programa Favela-Bairro: entre a mercantilização da cidade e a redução das desigualdades sociais*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/monografias/104040087.pdf>. Acesso em: jul. 2011.

FRANCO, Bruno; RAMOS, Luciana. *Visões sobre o Favela-Bairro*. Rio de Janeiro, set. 2004. Disponível em: http://artigosereportagens.blogspot.com.br/2004/09/vises-sobre-o-favela-bairro_26.html. Acesso em: 7 out. 2013.

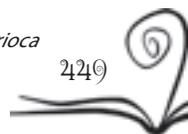
LESSA, Carlos. *O Rio de Janeiro de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LOPES, Marcelo. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves. *Espaço urbano: conflitos e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

MARQUES, Antonio Ricardo Castellar. *Educação e exclusão: o fenômeno da favelização*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 7. Anais... Curitiba, 5 a 8 de novembro de 2007. p. 3.361-3.372. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-413-07.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.



MIRANDA, Ângelo Tiago de. Urbanização do Brasil: consequências e características da cidade. In: UOL EDUCAÇÃO. *Pesquisa escolar*. [online]. São Paulo, 30 jun. 2000. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/urbanizacao-do-brasil-consequencias-e-caracteristicas-das-cidades.htm>. Acesso em: 7 out. 2013.

MOREIRA, Fernando. Urbanismo, modernidade e projeto nacional: reflexões em torno do Plano Agache. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 95-114, nov. 2007. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/184>. Acesso em: 7 out. 2013.

O PROCESSO de urbanização da cidade do Rio de Janeiro e as suas principais mudanças. 25 fev. 2010. Disponível em: <http://www.servicosocialweb.xpg.com.br/o-processo-de-urbanizacao-da-cidade-do-rio-de-janeiro-e-as-suas-principais-mudancas.html>. Acesso em: 8 out. 2013.

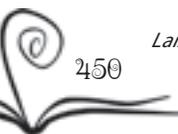
PIÑÓN, Márcio. Projeto Rio Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro. 2008. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 12, n. 270, p. 117, 1^{er} ago. 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/338.htm>. Acesso em: 8 out. 2013.

QUINHÕES, Trajano Garcia. O Rio de Janeiro visto na *Revista Renascença. Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 44-56, 1989.

RANDOLPH, Rainer. *Arenas políticas e agenciamentos governamentais: uma discussão de novos formatos a partir da experiência do Programa Favela-Bairro e do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/rural1/p5art3.pdf>. Acesso em: 28 set. 2011.

RIBEIRO, Claudia Pfeiffer. *Avaliação do planejamento dos projetos do Programa Favela-Bairro (primeira etapa): resultados e recomendações*. Rio de Janeiro: Ippur, 1996.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan–Ippur–Fase, 2000.



_____; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. *EURE*, Santiago do Chile, v. 29, n. 88, p. 79-95, dic. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612003008800004>. Acesso em: 3 dez. 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza e o espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (org.). *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ, 1999.

SILVA, Eliana S. Censo Maré 2000: uma experiência de coleta e geração de informações socioculturais e econômicas numa favela da cidade do Rio de Janeiro. *Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 3, 2002.

SILVA, Renata Souza. *O cidadão e o Complexo da Maré*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VALLA, Victor Vincent. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 282-296, 1985.

VARELLA, Drauzio; BERTAZZEO,IVALDO; JACQUES, Paola Berenstein. *Maré, vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia do Rio de Janeiro. *Análise Social*, Lisboa, v. 29, n. 127, p. 581-597, 1994. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337718716iYL2uw3Xe43QN7.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2013.

_____. *Um território híbrido na Maré, RJ: novo território cultural?* Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/26-LILIAN-FESSLER-VAZ.1.pdf>. Acesso em: 23 abr.2011.

WOMACK, James P.; JONES, Daniel T.; ROSS, Daniel. *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.



ESTUDOS DE ASPECTOS RELEVANTES DA CRIAÇÃO DE PRIMATAS NÃO HUMANOS USADOS NA PESQUISA CIENTÍFICA

Maysa Leandro de Assis*

INTRODUÇÃO

As relações entre homens e animais estão intrinsecamente conectadas à visão do âmbito homem–natureza, às suas relações de apropriação e às projeções nas diferentes formas de fazer ciência ao longo dos séculos (PAIXÃO, 2001). O pensamento e posicionamento do homem ante a utilização de animais em diferentes âmbitos transformaram-se de acordo com as teorias vigentes nas esferas política e social, e também de acordo com as concepções religiosas. O debate sempre se posicionou quanto ao caráter abrangente ou não da perspectiva antropologista,¹ nas formas de compreender e avaliar a técnica e a tecnociência em razão de uma teoria do homem na qual, segundo Protágoras (480 a.C.-410 a.C.) no diálogo platônico² homônimo, “O homem é a medida de todas as coisas”.

A experimentação animal é realizada há muitos séculos, sendo os primeiros estudos de dissecação³ animal, realizados em 500 a.C. por Alcmeon de Cróton (PAIXÃO, 2001). Considera-se que mesmo Hipócrates, pai da

* Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Análises Clínicas (2009-2011). Atualmente cursa Ciências Biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação da professora-pesquisadora Etelcia Moraes Molinaro (mestre em Biologia Animal), do Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde (Latec). Contato: maylessis@gmail.com.

¹ Refere-se à visão ou ideologia pela qual o homem serve-se para compreender a realidade.

² Protágoras de Platão: diálogo entre Protágoras e Sócrates, registrado por Platão.

³ Divisão em partes de uma planta ou de um animal morto.

medicina ocidental moderna, tenha realizado estudos comparativos entre a anatomia dos órgãos de animais e humanos doentes (GREIF e TRÉZ, 2000). Também Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) realizou estudos anatômicos em animais, dissecando mais de cinquenta espécies e sendo por isso considerado o pai da anatomia comparada (PAIXÃO, 2001).

As primeiras práticas de dissecação animal realizadas em público com objetivos didáticos são atribuídas a Herófilo (335 a.C.-280 a.C.), estudioso grego que, ao lado Erasítrato (310 a.C.-250 a.C.), fundou a Escola de Alexandria. Já as primeiras práticas vivissecionistas⁴ com fins experimentais são atribuídas a Erasítrato, porém a primeira vivissecção pública foi realizada por Galeno (129-199 d.C.), em Roma, para o estudo de alterações fisiológicas, sendo que ele se utilizou de porcos, macacos e outros animais (GREIF e TRÉZ, 2000).

Entre os séculos XV e XVII, cientistas realizavam práticas vivissecionistas. René Descartes (1596-1650), pai da filosofia moderna, considerava a experimentação animal como a base para o conhecimento do organismo humano, eliminando a necessidade da utilização de criminosos, prática repudiável. Através da física mecânica, a natureza era compreendida como uma série harmônica de engrenagens, e os animais, encarados como máquinas complexas, porém incapazes de expressar características associadas aos humanos, como alma e inteligência (NAVARRO, 2007). É uma expressão do pensamento cartesiano⁵ que concebe a ideia de automatização animal, que desconsidera a capacidade consciente dos animais e que passou a ser hegemônico e tornou a experimentação animal o principal elemento nas pesquisas científicas a partir do século XVIII e por todo o século XIX.

Pesquisadores como François Magendie (1783-1855), Claude Bernard (1813-1878) e Louis Pasteur (1827-1895) contribuíram para a validação da experimentação em animais como método científico indispensável, desenvolvendo suas pesquisas pela busca das bases fisiopatológicas das doenças dentro da lógica cartesiana: o organismo como máquina a ser desvendado (LIMA, 2008). As elucidações desses pesquisadores, que exaltavam a impor-

⁴ Vivissecção diz respeito à qualquer operação feita em animal vivo, com o objetivo de realizar estudo ou experimentação.

⁵ Cartesiano refere-se à corrente filosófica fundada por René Descartes.



tância biomédica acima do bem-estar animal, mais a invenção da anestesia, provocaram um aumento no número de animais utilizados em pesquisas. Apesar disso, foi na Inglaterra do século XIX que surgiram as primeiras correntes antivivisseccionistas, com o surgimento da Cruelty to Animal Act (Lei sobre a Crueldade contra os Animais) em 1876, juntamente com outros movimentos humanitários de abolição da escravidão e erradicação do trabalho infantil (FEIJÓ, 2005).

Após a Segunda Guerra Mundial, é criado o Código de Nuremberg (1947), o qual determinava a experimentação em animais como primeira etapa nas pesquisas científicas; o código foi reafirmado com a Declaração de Helsinque (1975), visando à preservação da condição humana após o assassinato de milhões de pessoas nos campos de concentração nazistas. Paralelamente, surgem no século XX as primeiras sociedades protetoras dos animais (PAIXÃO, 2001).

Em 1959, William Russel e Rex Burch criaram, em seu livro *The Principles of Humane Experimental Technique*, o conceito dos 3 R's – *replace, reduce, refine* (substituir, reduzir, aperfeiçoar) –, a partir de proposta feita em 1954 por Charles Hume, fundador da Universities Federation for Animal Welfare (UFAW), do Reino Unido. Tal publicação introduziu nos laboratórios uma preocupação relativa ao uso mais racional dos animais. Substituição (*replace*) refere-se à utilização de seres não sencientes,⁶ ao emprego de material sem sensibilidade ou de seres vivos menos evoluídos – como plantas e microrganismos –, de cálculos matemáticos ou de dados computadorizados ou epidemiológicos na substituição de vertebrados conscientes. Redução (*reduce*) refere-se à diminuição do número de animais utilizados nas pesquisas a fim de se obter uma amostra precisa, melhorando as condições de ensaio, minimizando variáveis que possam comprometer os resultados, e evitando-se repetições desnecessárias. Aperfeiçoamento (*refine*) refere-se à diminuição na incidência ou à redução da severidade dos procedimentos utilizados nos animais, por meio de técnicas de analgesia, sedação e eutanásia para a redução da dor e do desconforto, respeitando o bem-estar animal. Diz respeito também ao aperfeiçoamento do profissional que manipula o animal (CARDOSO, 2005).

⁶ Senciência é a capacidade de sofrer ou sentir prazer (SINGER, 2002).

A corrente dos movimentos antivivissecionistas dividiu-se principalmente em abolicionistas ou reducionistas, de argumentação científica ou ética. Os abolicionistas incluem em seu repertório a dessensibilização dos cientistas, a aplicabilidade dos resultados dos experimentos em animais devido às diferenças anatômicas, metabólicas, genéticas e psíquicas, diferenças nos fatores sociais, ambientais, dietéticos e psicológicos que afetam os seres humanos. Os reducionistas não são contrários à experimentação animal, mas se preocupam com a promoção do bem-estar animal e o respeito ao conceito dos 3 R's (GREIF e TRÉZ, 2000).

Com a crescente pressão dos movimentos antivivissecionistas contra a utilização dos animais na pesquisa biomédica, foram estabelecidas legislações e comissões de ética para a validação dos modelos animais usados em experimentações nas pesquisas científicas, avaliando se as propostas são “ética e cientificamente justificadas”. Atualmente, a utilização de animais está associada à pesquisa científica, à testagem de produtos nas indústrias química, cosmética e armamentista e à educação (FEIJÓ, 2005).

Nos dias de hoje, as instituições de ensino e pesquisa possuem comissões de ética para avaliar projetos de pesquisa que envolvam a experimentação animal (LIMA, 2008). A primeira comissão de que se tem registro foi criada em 1907, na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, a fim de solucionar um problema de escassez de animais, e não uma questão de ordem ética (MOLINARO, 2009).

Para prevenir o uso indevido de animais na experimentação, as instituições de ensino e pesquisa no Brasil contam hoje com suas próprias comissões de ética no uso de animais (CEUAs), formadas por cientistas que não podem apresentar nenhum tipo de vínculo com os projetos de pesquisas avaliados, membros não cientistas da sociedade civil e representantes de organizações protecionistas. As comissões têm como dever garantir o bem-estar animal durante e após a manipulação, seu atendimento veterinário e a inspeção dos biotérios⁷ e salas de experimentação (MOLINARO, 2009).

⁷ Locais onde são criados ou mantidos os animais destinados a fins científicos.

PRIMATAS NÃO HUMANOS

A utilização de primatas não humanos⁸ nas pesquisas tem desenvolvimento relativamente recente, adquirindo importância pela sua eficácia em estudos comparativos com doenças humanas, uma vez que, dentre os modelos animais, o primata não humano é aquele de maior proximidade filogenética ao homem (ANDRADE, 2010).

Atualmente existem 280 espécies de primatas no mundo (ANDRADE, 2010). Sua classificação taxonômica, de acordo com as novas descobertas e avanços no ramo da biologia molecular (com a proposta de domínios do cientista Carl Woese), é a seguinte: Domínio Eukarya, Reino Animalia, Filo Chordata, subfilo Vertebrata, superclasse Tetrapoda, classe Mammalia, subclasse Eutheria, ordem Primates. Os primatas apresentam ampla distribuição geográfica na faixa intertropical da Terra, sendo o Brasil o país que acolhe o maior número de espécies no mundo (MOLINARO, 2008).

A ordem Primates divide-se em duas grandes subordens: Strepsirrhini e Haplorrhini. A subordem Strepsirrhini agrupa primatas encontrados em Madagascar e no sudeste asiático que possuem características anatômicas comuns aos seus ancestrais, tais como caixa craniana reduzida, grandes órbitas oculares, focinho alongado, grande capacidade olfativa e visão noturna. Os Haplorrhini, por sua vez, apresentam maior caixa craniana, focinho curto, tamanho corporal maior e melhor desenvolvimento da visão (MITTERMEIER, RYLANDS e KONSTANT, 1999).

Na subordem Haplorrhini, agrupa-se a infraordem Simiiformes, também chamada Anthroipoidea (WILSON e REEDER, 2005). Os Simiiformes dividem-se em primatas do Novo Mundo (Platyrrhini), cuja distribuição geográfica é a região tropical compreendida entre o México e a América do Sul, e em primatas do Velho Mundo (Catarrhini), cuja distribuição geográfica compreende a África, o sudeste asiático e as ilhas da região, além do Japão e do estreito de Gibraltar (ANDRADE, PINTO e OLIVEIRA, 2002).

⁸ Primatas não humanos, também chamados infra-humanos: terminologia referente a todos os mamíferos da ordem Primates, com exceção do homem (LUCA et al., 1996).



Os platirrinos possuem o septo nasal largo, o polegar não completamente oponível⁹ e têm porte menor, havendo um grupo de espécies que possuem a cauda preênsil.¹⁰ São exclusivamente arborícolas, habitando terrenos florestados (ANDRADE, PINTO e OLIVEIRA, 2002). Muitos cientistas os classificam em duas famílias, Callitrichidae e Cebidae (LUCA et al., 1996), contudo Groves (2001), em sua recente revisão sobre a ordem Primates, divide os primatas do Novo Mundo nas famílias: Cebidae (Callitrichidae sendo reagrupada dentro dessa família, como a subfamília Callitrichinae), Atelidae, Aotidae e Pitheciidae (WILSON e REEDER, 2005).

Os catarrinos apresentam dois pré-molares e dentes cúspides¹¹ transversais, maior porte, polegar oponível, cauda muitas vezes longa ou ausente e locomoção quadrupal.¹² Dividem-se nas famílias Cercopithecidae, Hylobatidae e Hominidae (Pongo, Gorilla, Pan e Homo) (GROVES, 2001).

USO DE PRIMATAS NÃO HUMANOS EM PESQUISAS

Principais espécies

A expansão do uso de primatas não humanos em pesquisas está relacionada diretamente com o aumento do número de espécies utilizadas, o que só foi possível graças às melhorias nos métodos de aquisição e manutenção desses animais, com a obtenção de resultados mais seguros (ANDRADE, 2010).

Assim como as pesquisas realizadas em outros modelos experimentais animais, os estudos que utilizam primatas não humanos precisam de licenciamento prévio concedido por comissões de ética. A legislação nacional brasileira determina que só podem ser utilizados espécimes nascidos em cativeiro, fora de perigo populacional (Lei de Crimes Ambientais ou Lei da

⁹ Polegar oponível é aquele cuja última falange possui a capacidade de se dobrar e de opor-se, facilitando a utilização de instrumentos.

¹⁰ Cauda preênsil refere-se à capacidade de se agarrar a outras estruturas, como galhos de árvores etc.

¹¹ Cujas pontas são formadas na extremidade de atrito com outros dentes.

¹² Refere-se à locomoção dos animais "quadrúpedes", pertencentes à superclasse Tetrapoda, que se apoiam nos quatro membros, em oposição aos bípedes, animais que se apoiam em apenas dois membros.



Natureza – lei nº 9.605/1998) em pesquisas com fins científicos ou didáticos, realizadas por cientistas e profissionais qualificados, pertencentes a instituições credenciadas (MOLINARO, 2008).

As espécies mais comumente utilizadas em pesquisas no mundo correspondem às famílias Cebidae e Cercopithecidae. Os primatas mais filogeneticamente aproximados aos homens, a família Hominidae, só são utilizados em casos especiais (ANDRADE, 2010).

Da família Cercopithecidae destacam-se as espécies macaco Rhesus (*Macaca mulatta*), macaco cynomolgus (*Macaca fascicularis*) e o macaco verde africano (*Cercopithecus* sp.). Quanto aos primatas do Novo Mundo, destacam-se o macaco-de-cheiro (*Saimiri* sp.), o mico comum (*Callithrix* sp.), o macaco-prego (*Cebus* sp.), o sagui (*Sanguinus* sp.) (MOLINARO, 2008) e o macaco-da-noite (*Aotus* sp.) (LUCA et al., 1996) (quadro 1).

Quadro 1. Nome vulgar e científico das principais espécies primatas não humanas utilizadas em pesquisa.

Nome comum	Nome científico
Macaco Rhesus	<i>Macaca mulatta</i>
Macaco cynomolgus	<i>Macaca fascicularis</i>
Macaco verde africano	<i>Cercopithecus</i> sp.
Macaco-de-cheiro, macaco-esquilo, macaco-mão-de-ouro*	<i>Saimiri</i> sp.
Mico comum*	<i>Callithrix</i> sp.
Macaco-prego*	<i>Cebus</i> sp.
Sagui*	<i>Sanguinus</i> sp.
Macaco-da-noite, macaco-coruja*	<i>Aotus</i> sp.

*Conforme a região de distribuição geográfica, a espécie pode ser reconhecida com diferentes nomes comuns.

Fonte: Molinaro, 2008.



Os macacos Rhesus (*Macaca mulatta*) são originários da Índia e de outros países do sudeste asiático. Têm grande importância na área de pesquisas direcionadas a doenças infecciosas e metabólicas, constituindo peças-chave nas pesquisas do fator sanguíneo Rh, em estudos de neurofisiologia e em pesquisas referentes a agentes infecciosos relacionados à doença humana, como o vírus da imunodeficiência símia (SIV), *influenza*, doença de Chagas, leishmaniose e tuberculose (ANDRADE, 2010).

Os macacos cynomolgus (*Macaca fascicularis*) são provenientes da Malásia, Indonésia, Filipinas e Índia. São utilizados como modelos experimentais para doenças infecciosas como dengue, sarampo, tuberculose e febre amarela (ANDRADE, 2010).

Os micos-de-cheiro (*Saimiri* sp.) são os primatas neotropicais provenientes da região amazônica mais comumente utilizados nas pesquisas biomédicas (ANDRADE, 2010), principalmente por suas características físicas: porte pequeno e fácil manejo. Estão envolvidos nas pesquisas de arteriosclerose humana, malária, reprodução, genética, etologia, estudos neurológicos relacionados à farmacologia e toxicologia (LUCA et al., 1996).

O gênero *Aotus* é utilizado em pesquisas relacionadas às doenças infecciosas, principalmente por ser suscetível à malária humana, ao tracoma ocular infeccioso e a vários tipos de herpesvírus (LUCA et al., 1996).

Os macacos do gênero *Cebus* formam um grupo de primatas não humanos muito bem adaptados à vida em cativeiro, sendo bastante inteligentes, mas de difícil manejo. São utilizados para estudos nas áreas de farmacologia e toxicologia, além de pesquisas envolvendo *Herpesvirus hominis* tipo 2 e estudos sobre arteriosclerose e sobre o ácido úrico no sangue e na urina (LUCA et al., 1996).

Centros de primatologia no Brasil

O primeiro centro de primatas do Brasil foi estabelecido na Fundação Oswaldo Cruz pelo diretor e pesquisador Carlos Chagas, em 1932, e constitui em uma colônia de macacos Rhesus (*Macaca mulatta*) na ilha do



Pinheiro,¹³ no Rio de Janeiro. O objetivo inicial do centro foi o desenvolvimento da vacina antiamarilica por Carlos Chagas. A espécie foi estabelecida em uma colônia em regime seminatural¹⁴ na ilha do Pinheiro, onde permaneceu até setembro de 1980, quando foi transferida para o *campus* da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), localizado em Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, no sistema de criação em cativeiro em grupos haréns.¹⁵ Atualmente o Serviço de Criação de Primatas Não Humanos, vinculado ao Centro de Criação de Animais de Laboratório (Cecal), conta com cerca de mil exemplares, distribuídos entre *Macaca mulatta*, *M. fascicularis*, estabelecidos em 1986, *Saimiri sciureus* e *S. ustus*¹⁶ (ANDRADE, 2010).

A consulta do pesquisador Albert Sabin, em 1974, acerca da possibilidade de importação de macacos das espécies sagui-de-boca-grande (*Saguinus mystax*) e sagui-de-manto-negro (*Saguinus nigricollis*), para pesquisas sobre hepatite e certos tipos de câncer, ao presidente do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fez o Ministério da Saúde, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa) e o Instituto de Conservação da Natureza, além de representantes do National Institutes of Health (NIH), dos Estados Unidos, e do World Wildlife Life – United States, reunirem-se para a criação de um centro de primatologia no Brasil (ANDRADE, 2010). Com isso, foi criado o Centro Nacional de Primatas (Cenp) no município de Ananindeua, no Pará, em 1978, além da Estação Biológica de Marapendi, na cidade do Rio de Janeiro (que funcionou de 1961 a 1963), do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro (que funcionou de 1963 a 1971), do Instituto de Conservação da Natureza (ICN) e do Banco Biológico da Tijuca (BBT), também na cidade do Rio de Janeiro (que funcionou de 1971 a 1979), os quais deram

¹³ Ilha aterrada na década de 1980 pelo Projeto Rio, do governo federal, para a urbanização do Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁴ Criação em áreas abertas cercadas, como ilhas naturais ou artificiais, sem que haja quebra do meio, e com provisão de alimentos e água (ANDRADE, PINTO e OLIVEIRA, 2002).

¹⁵ O sistema de haréns consiste na criação de animais poligâmicos em grupo, em alojamentos coletivos, adotando-se o sistema de múltiplos machos ou de um único animal reprodutor (ANDRADE, PINTO e OLIVEIRA, 2002).

¹⁶ As espécies *Saimiri sciureus* e *S. ustus* foram adquiridas em resgates científicos em hidrelétricas brasileiras na região amazônica, e também alguns exemplares foram doados pelo Instituto Pasteur da Guiana Francesa (MOLINARO, 2008).

origem, em 1979, ao Centro de Primatologia do Rio de Janeiro, ligado à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) do Rio de Janeiro (ANDRADE, 2010).

O Centro Nacional de Primatas encontra-se atualmente entre os dez maiores centros primatológicos do mundo (ANDRADE, 2010). O Cenp tem por missão criar e reproduzir, em condições controladas, primatas não humanos, visando ao apoio às instituições biomédicas, dentro dos princípios éticos e de bem-estar animal, e assegurar a preservação de espécies ameaçadas de extinção. A instituição conta com primatas não humanos originários da região amazônica e da Mata Atlântica e com uma espécie exótica oriunda do continente africano (ANDRADE, 2010) (quadro 2).

Quadro 2. Espécies mantidas em cativeiro pelo Centro Nacional de Primatas (Belém/PA, Brasil).

Nome comum	Nome científico
Macaco-de-cheiro, macaco-mão-de-ouro	<i>Saimiri sciureus</i>
Macaco-de-cheiro, boca-preta, caipussu	<i>Saimiri boliviensis</i>
Sagui-de-mãos-amarelas, sagui-de-mãos-douradas	<i>Saguinus midas</i>
Sagui-imperador	<i>Saguinus imperator imperator</i>
Sagui-de-cara-suja, chuim	<i>Saguinus fuscicollis weddelli</i>
Paruacu, macaco-cabeludo, macaco-voador, saqui, acari	<i>Pithecia irrorata</i>
Macaco-barrigudo, macaco-peludo	<i>Lagothrix lagothricha</i>
Macaco-verde-africano	<i>Chlorocebus aethiops</i>
Cuxiú	<i>Chiropotes satanás utahaki</i>
Macaco-prateado	<i>Cebus nigrivittatus</i>
Macaco-prego	<i>Cebus apella</i>
Caiarara, caiarara-branco	<i>Cebus albifrons</i>



Mico-estrela, sagui-de-tufos-pretos	<i>Callithrix penicillata</i>
Sagui-de-tufos-brancos, sagui comum	<i>Callithrix jacchus</i>
Sagui-da-cara-branca	<i>Callithrix geofroy</i>
Sagui-da-serra	<i>Callithrix flaviceps</i>
Sagui-de-Goeldi	<i>Callimico goeldii</i>
Saá, sauá, zogue-zogue, uapuçá, orabassu	<i>Callicebus moloch</i>
Macaco-aranha	<i>Ateles paniscus paniscus</i>
Macaco-da-noite, macaco-coruja	<i>Aotus infulatus</i>
Guariba-vermelho	<i>Alouatta seniculus</i>
Bugio-preto	<i>Alouatta caraya</i>
Guariba	<i>Alouatta belzebul</i>

Fonte: Centro Nacional de Primatas, s.d.

O Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPRJ) foi fundado em 1979, na localidade de Paraíso, no município de Guapimirim, estado do Rio de Janeiro. Desde a sua criação, possui como alvo o estudo, a manutenção e a reprodução das formas mais ameaçadas de primatas não humanos da Mata Atlântica, em criterioso regime de cativeiro. O CPRJ está ligado a diversas instituições de pesquisa e universidades (quadro 3).



Quadro 3. Espécies mantidas em cativeiro pelo Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/RJ, Brasil).

Nome comum	Nome científico
Mico-leão-dourado	<i>Leontopithecus rosalia</i>
Mico-leão-de-cara-dourada	<i>Leontopithecus chrysomelas</i>
Mico-leão-preto	<i>Leontopithecus chrysopygus</i>
Muriqui	<i>Brachyteles hypoxanthus</i>
Sagui, mico	<i>Callithrix</i> sp. e <i>Saguinus</i> sp.

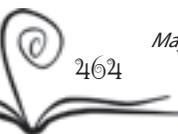
Fonte: Coimbra-Filho, 2004.

O Centro de Primatologia da Universidade de Brasília (CP-UnB), situado a 25 km da cidade de Brasília, na localidade de Fazenda Água Limpa, é um centro de pesquisa credenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para fins científicos. Seus objetivos são a criação de uma colônia de primatas neotropicais para o desenvolvimento de pesquisas comportamentais e biomédicas, além da reprodução de espécies de primatas neotropicais ameaçadas ou em extinção (quadro 4).

Quadro 4. Espécies mantidas em cativeiro pelo Centro de Primatologia da Universidade de Brasília (Brasília/Distrito Federal, Brasil).

Nome comum	Nome científico
Sagui-de-tufos-pretos	<i>Callithrix penicillata</i>
Sagui-de-tufos-brancos	<i>Callithrix jacchus</i>
Sagui-de-mãos-douradas	<i>Saguinus midas</i>
Mico-de-cheiro, macaco-mão-de-ouro	<i>Saimiri ustus</i>
Macaco-prego	<i>Cebus apella</i>

Fonte: Universidade de Brasília, 2008.



O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB) foi criado em 2001 pelo Ibama, e é o centro de pesquisa e conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio). Sua sede nacional localiza-se em João Pessoa, na Paraíba. Suas principais atividades estão voltadas para as áreas de conservação de espécies ameaçadas de extinção e para o manejo de populações selvagens envolvidas em ciclos epidemiológicos. Dentre os trabalhos de pesquisas, o CPB desenvolve inventários e mapeamentos das áreas de ocorrência de populações selvagens de quatro espécies de primatas: o guigó (*Callicebus coimbrai* e *Callicebus barbarabrownae*), o guariba-de-mãos-ruivas do Maranhão (*Alouatta belzebul ululata*) e o caiarara (*Cebus kaapori*), consideradas espécies ameaçadas de extinção.

É importante ressaltar que muitas universidades brasileiras mantêm núcleos de pesquisas primatológicas, tais como a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (SP), a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ANDRADE, 2010).

Criação e manejo de primatas não humanos

Para o sucesso e a confiabilidade dos resultados obtidos em pesquisas biomédicas, é necessário respeitar as técnicas de criação e manutenção das espécies de primatas não humanos utilizadas as quais dizem respeito às exigências fisiológicas, genéticas, nutricionais e comportamentais de cada espécie, e ao controle sanitário das instalações e dos espécimes empregados (ANDRADE, PINTO e OLIVEIRA, 2002).

É importante o conhecimento da biologia da espécie empregada na pesquisa, uma vez que as diferentes variáveis biológicas, tais como porte físico e *habitat* natural determinam padrões sociais, reprodutivos e alimentares diferentes. Tais são razões pelas quais algumas espécies são arborícolas ou terrestres, monogâmicas¹⁷ ou poligâmicas¹⁸ e apresentam hábitos sociais

¹⁷ Grupos que se constituem por famílias com um casal e seus filhotes (MOLINARO, 2008).

¹⁸ Grupos no qual o macho dominante, reprodutor ou alfa possui *status* para dominar o grupo de fêmeas no acasalamento (MOLINARO, 2008).

noturnos ou diurnos e alimentação onívora ou vegetariana (MOLINARO, 2008).

O alojamento dos primatas deve fornecer espaço suficiente para que reproduzam seus hábitos normais de comportamento e locomoção, conservem boa saúde e tenham bem-estar psicológico, em um ambiente complexo e estimulante (ANDRADE, 2010). Os recintos devem ser identificados com símbolo de risco biológico, ter controle de umidade, ventilação e iluminação, e contar com tratamento de efluentes e com barreiras que impeçam a entrada de animais exóticos e/ou vetores, sendo, por isso, construídos em ambientes isolados, a fim de minimizar os riscos biológicos aos trabalhadores e à comunidade, além de assegurar a qualidade sanitária dos animais (MOLINARO, 2008).

Dependendo da necessidade do *status* sanitário, os primatas de laboratório podem ser alojados em gaiolas coletivas de reprodução, visto que o recinto individual pode ocasionar situações de estresse e depressão nesses animais (ANDRADE, 2010), por serem animais de intenso convívio social, apresentando relações localizadas em diferentes níveis hierárquicos entre os indivíduos. A criação em grupo é realizada em sistema de harém, na proporção de 1 macho para 3 a 12 fêmeas, obedecendo aos padrões da espécie estudada (ANDRADE, PINTO e OLIVEIRA, 2002), considerando somente os indivíduos de uma mesma espécie, socialmente compatíveis entre si (MOLINARO, 2008).

As gaiolas coletivas de reprodução devem ser construídas em locais abertos, respeitando os critérios já devidamente mencionados, sendo confeccionadas com materiais resistentes, de fácil higienização (de preferência em aço inoxidável), possibilitando contenção física dos animais e tendo a resistência necessária aos solavancos dos animais e às intempéries, a fim de evitar fugas. Para isso, as entradas e saídas devem ser protegidas por portas duplas, com sistema de travamento. É também necessária a criação de áreas contíguas para o isolamento de indivíduos do restante do grupo, tanto para descanso e privacidade quanto para facilitação da contenção individual por parte dos trabalhadores (MOLINARO, 2008).



○ controle reprodutivo de fêmeas, em isolamento ou em pequenos grupos separados dos machos (ANDRADE, 2002) pode exigir a criação individual, da mesma forma que a manutenção de indivíduos isolados em vias de experimentação ou em tratamento médico. O espaço deve ser suficiente para proporcionar liberdade de movimento e hábitos de posturas normais e de higiene individual, estando em conformidade com as características anatômicas de cada espécie (MOLINARO, 2008).

A gaiola deve contar com comedouro e bebedouro individual, de maneira a ser evitada a contaminação por urina ou fezes, havendo por isso bandejas com recolhimento de dejetos abaixo das gaiolas. Os comedouros e bebedouros devem ser confeccionados em material que permita fácil higienização e devem ser fixos, de forma que o primata não consiga deslocá-los. O piso deve ser liso, com sistema de escoamento de água pelas laterais do recinto (MOLINARO, 2008).

É imprescindível que os alojamentos tanto individuais quanto coletivos contem com dispositivos de enriquecimento ambiental, dependendo da idade, sexo, histórico, espécie e utilização dos animais. O enriquecimento ambiental diz respeito a um conjunto de atividades e aparatos empregados para fornecer estímulos ambientais que visem o bem-estar fisiológico e psicológico dos animais, proporcionando alterações nas rotinas diárias e aproximando esses animais de cativeiros dos comportamentos de animais de vida livre (ANDRADE, 2010).

○ enriquecimento ambiental envolve as categorias de enriquecimento físico, alimentar, cognitivo, sensorial e social. Trata-se da introdução de objetos de distração, tais como brinquedos, poleiros, ninhos, cordas, redes, pneus e mangueiras, da utilização de novos alimentos e de novas formas de distribuí-los, ou da introdução de estímulos sensoriais externos. Tais medidas funcionam como atividades lúdicas para evitar o estresse e o prejuízo do animal (ANDRADE, 2010).

○ manejo – conjunto de técnicas desenvolvidas para a manutenção do animal –, com finalidade de monitoramento de saúde ou experimental, deve obedecer aos critérios das rotinas padronizadas dos biotérios, assegurando a saúde dos trabalhadores e o bem-estar dos animais, por meio da dis-



posição de materiais e equipamentos apropriados, tais como puçás, gaiolas de contenção ou transporte, ganchos, garfos de contenção e luvas de couro, entre outros, considerando o tamanho e a espécie do primata no procedimento (MOLINARO, 2008; ANDRADE, 2010).

As gaiolas individuais devem oferecer um sistema de contenção, com parede móvel que desliza por corrediças dentadas, puxadas pelas alças e fixadas pelas catracas. Após a contenção física do animal, ele poderá ser manuseado de acordo com o protocolo experimental, recomendando-se a utilização de imobilizantes químicos (MOLINARO, 2008).

Nas gaiolas coletivas, recomenda-se a utilização de, no mínimo, uma dupla de trabalhadores para a contenção animal por puçá, que é feita por um dos trabalhadores, enquanto a vigilância dos demais animais é realizada pelo outro trabalhador. O puçá deve ser adequado ao tamanho e peso da espécie em questão. O animal é então direcionado, dentro do mesmo recinto, a uma gaiola individual, de transporte ou contenção. Tais gaiolas são confeccionadas da mesma forma que as de manutenção individual, com a diferença de serem mais leves e adequadas ao transporte por carrinhos, com mecanismos de travamento da porta e apoio no carrinho (ANDRADE, 2010; MOLINARO, 2008).

Outro ponto de fundamental importância é o corpo técnico responsável pela contenção dos animais, que deve ser qualificado, receber treinamento adequado e supervisão de profissionais mais experientes, realizar exames de saúde rotineiramente e trabalhar com equipamentos de proteção adequados (MOLINARO, 2008).

ALGUNS ASPECTOS COMPORTAMENTAIS E REPRODUTIVOS DO SERVIÇO DE CRIAÇÃO DE PRIMATAS NÃO HUMANOS DO CENTRO DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO DA FIOCRUZ

Para a análise desse aspecto deste trabalho, foram realizadas visitas às gaiolas coletivas de reprodução do centro de primatas da Fiocruz para o registro de exemplos de interação social dos macacos Rhesus. Na colônia,



são alojados 12 conjuntos de gaiolas, divididas em dois recintos distintos, separados por um corredor de serviço, utilizado pelos técnicos responsáveis pelo manejo dos primatas. Os recintos alojam grupos sociais de 15 a 20 macacos Rhesus, em uma área de 63 m², com uma área interna de refúgio de 7 m² (ANDRADE, 2010), utilizada pelos símios para condições de recolhimento a um ambiente de temperatura mais alta ou em casos em que um ou mais indivíduos desejem a separação temporária do grupo. Ademais, trata-se de local propício à captura de indivíduos isoladamente (MOLINARO, 2008).

No *Manual sobre cuidados e usos de animais de laboratório* (INSTITUTE OF LABORATORY ANIMAL RESOURCES, COMMISSION ON LIFE SCIENCES e NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2003), ressalta-se a importância dos alojamentos coletivos para animais sociais, que atenuam os efeitos do estresse e os comportamentos anormais, estimulando comportamentos típicos da espécie e a capacidade cognitiva. Desse modo, as acomodações coletivas não só asseguram maior bem-estar animal, como também propiciam a aprendizagem social e reprodutiva, mediante as interações sociais dispostas de acordo com a organização social¹⁹ da espécie.

Os macacos Rhesus vivem em grupos constituídos pelo macho dominante (alfa), por fêmeas e outros machos adultos e infantis (ANDRADE, 2010). Observaram-se dentro das gaiolas coletivas muitos indivíduos jovens que, mediante o contato com os indivíduos mais velhos, no exercício das tarefas de locomoção, alimentação e socialização (MOLINARO, 2008), estão aptos a aprender os comportamentos típicos da espécie, selecionados para a sobrevivência da espécie no *habitat* natural. O comportamento social da espécie primata, com a distribuição dos papéis sociais entre os indivíduos – ou seja, coleta de alimentos, cuidado dos filhotes e atividade sentinela –, capacita o grupo a sobreviver em situações de alerta ou de escassez de recursos (ANDRADE, 2010).

Os comportamentos típicos da espécie, tais como a catação (*grooming*) – remoção dos ectoparasitos de um indivíduo –, são importantes para a manutenção hierárquica e são transmitidos principalmente

¹⁹ Organização social diz respeito aos graus existentes nas relações dos indivíduos de um grupo (ANDRADE, 2010).



no cuidado da mãe com o filhote, e nas interações dele com outros filhotes e com os demais membros do grupo. Tal situação foi observada muitas vezes nas mães em relação aos seus filhotes. Os mais novos encontravam-se agarrados a elas, sendo as mães responsáveis por sua alimentação, transporte e proteção. À medida que crescem e aprendem certos comportamentos necessários à vida coletiva, os filhotes passam a ajudar os pais no cuidado dos filhotes mais novos (MOLINARO, 2008), havendo a permanência de filhotes mais velhos na companhia das mães junto com os filhotes mais novos.

A permanência de fêmeas mais jovens junto de fêmeas mais velhas, como foi observado nas visitas, também é importante para a aprendizagem dos cuidados necessários à maternidade e à manutenção dos filhotes, evitando-se os casos de rejeição de filhotes e sendo fator de alta relevância na sobrevivência deles e na perpetuação do grupo (MOLINARO, 2001).

A convivência do símio com seus coespecíficos é fundamental para a criação e a manutenção de indivíduos saudáveis, sendo essencial para o desenvolvimento normal dos filhotes (LUCA et al., 1996). A fim de melhor propiciar condições de bem-estar fisiológico e psicológico, as condições de cativeiro devem simular as condições físicas e de organização social do ambiente natural da espécie.

Outro fator muito importante relacionado à melhoria dos métodos de criação de símios em cativeiro diz respeito à correta alimentação, que atenda às exigências nutricionais da espécie, para a obtenção de resultados experimentais seguros sustentados pela boa saúde dos animais (ANDRADE, 2010). Além dos requerimentos nutricionais, que variam de acordo com o estágio no ciclo de vida – como crescimento, gestação e manutenção, (ANDRADE, PINTO e OLIVEIRA, 2002) –, **deve-se atentar para o melhoramento da dieta, com alimentos que fazem parte das preferências alimentares de vida livre, melhorando o bem-estar dos animais.**

Considera-se, pois, necessária a formulação de uma dieta balanceada por meio da mistura de vários alimentos para a obtenção de um produto nutricional adequado (ANDRADE, PINTO e OLIVEIRA, 2002), mas que também considere a palatabilidade e o estado fisiológico do animal (ANDRADE,



2010). Nesse sentido, as visitas acompanharam o momento da alimentação diária da colônia de macacos Rhesus, em que são adicionados alimentos *in natura* para o enriquecimento da dieta desses animais – no caso, legumes e frutas frescos higienizados em solução clorada (50 mg/L) por 15 minutos sem enxágue (ANDRADE, 2010).

A dieta dos animais é composta por ração²⁰ seca e úmida. A primeira é uma ração peletizada oferecida na colônia, por meio dos comedouros, nas primeiras horas do dia, na seguinte dosagem: 30 gramas de ração peletizada por quilo de peso vivo do animal para macacos Rhesus. O alimento não consumido em 24 horas é retirado a fim de ser oferecida nova ração (ANDRADE, 2010). A ração úmida constitui-se dos alimentos frescos, ofertados em quantidade controlada, a fim de não prejudicar o consumo da ração seca.

Além da vantagem de minimizar o estresse animal, a ração úmida é fonte de vitaminas, minerais e fibras, necessárias ao bom funcionamento gastrointestinal dos animais (ANDRADE, PINTO e OLIVEIRA, 2002). A oferta desses alimentos *in natura*, participando de um cardápio variado, constitui um tipo de enriquecimento alimentar, aproximando as condições de cativeiro das condições de vida livre. Enquanto a criação em cativeiro diminui a variedade de alimentos ofertados e fixa-os em um horário específico, a oferta de diferentes alimentos naturais traz consigo desafios cognitivos naturais (ANDRADE, 2010). Exemplos oferecidos durante as visitas ao centro de criação mostraram o oferecimento de ovos cozidos e bananas ainda em casca. O exercício de retirar o ovo e a banana da casca simula as condições naturais.

Outra preocupação é a apresentação e a dispersão dos alimentos, atentando para que todos os indivíduos de diferentes graus hierárquicos na organização social tenham acesso à alimentação (ANDRADE, PINTO e OLIVEIRA, 2002). Os indivíduos dominantes, normalmente o macho alfa do grupo acompanhado de uma fêmea dominante, podem impedir o acesso aos alimentos dos outros indivíduos em estado de submissão. Assim, o que acontece é que esses indivíduos subordinados, geralmente

²⁰ Diz respeito à quantidade necessária de alimento para suprir às exigências nutricionais da espécie por um período de 24 horas (ANDRADE, 2010).

macacos jovens, rapidamente recolhem seus alimentos e deixam a área. Outra possibilidade para garantir o acesso a uma quantidade suficiente de alimentos é o uso da bolsa gular. Da parte dos técnicos responsáveis pela oferta dos alimentos, é fundamental o oferecimento em quantidade suficiente para todo o grupo, dividindo-os por toda a área do recinto (ANDRADE, 2010).

Os parâmetros de bem-estar animal, os quais, de acordo com a literatura, podem ser expressos nas condições do estado de saúde dos animais, no sucesso reprodutivo, na apresentação de comportamentos típicos da espécie e na diversidade de comportamentos individuais (ANDRADE, 2010), constituem atualmente o princípio norteador na criação de animais, fazendo parte da questão ambiental de conservação e proteção de espécies primatas, muitas delas em estado próximo à extinção, fragilizadas pela degradação ambiental.

CONCLUSÃO

O estudo dos centros de primatologia e das formas de manejo e criação do modelo animal primata não humano, aliado à análise dos apontamentos recolhidos durante as visitas técnicas à colônia de macacos Rhesus da Fundação Oswaldo Cruz, ratificaram a necessidade de constante aprimoramento e esforços conjugados para oferecer qualidade na criação de símios, como a espécie *Macaca mulatta*. O conhecimento das características fisiológicas, necessidades nutricionais e aspectos comportamentais são subsídios muito importantes na escolha das instalações, equipamentos, dieta e elementos ambientais.

A qualidade associada aos aspectos sanitários e biológicos deve ser empregada ao lado dos parâmetros de bem-estar animal, de forma a favorecer a qualidade e a confiabilidade dos experimentos científicos, e consequentemente dos resultados obtidos, mas também para levar em conta questões ambientais de conservação e proteção das espécies de primatas não humanas. Uma vez que a comunidade científica e a sociedade como um todo, em determinada conjuntura histórica, desenvolveram uma preocu-



pação em relação à questão ética do tratamento de animais de laboratório utilizados nas pesquisas científicas, é imprescindível a promoção da qualidade de vida desses animais, além da devida preocupação com o conceito dos 3 R's, substituição, redução e aperfeiçoamento dos estudos.

É inegável a proximidade filogenética do modelo primata não humano com a espécie humana, e a sua eficácia e relevância nos estudos comparativos com doenças humanas, constituindo tal modelo animal, portanto, a preferência dos cientistas para aproximações aplicadas à saúde e à tecnologia humanas. Estabelecida e reconhecida essa necessidade ainda pertinente na ciência, a análise quanto ao teor do regime de criação transforma-se em questão fundamental, devendo atentar sempre para o respeito quanto aos parâmetros ambientais e características sociais e comportamentais da vida livre. A alimentação no *habitat* natural, o sistema reprodutivo, as condições climático-ambientais, o controle sanitário, são todos aspectos cruciais no desenvolvimento de primatas não humanos aptos para a contribuição científica.

O conhecimento dos métodos de criação e manutenção de primatas não humanos em cativeiro é fundamental não somente para a investigação científica, mas para a conservação de papéis essenciais desempenhados por esses animais nos ecossistemas tropicais, que, no Brasil, sendo o país que recolhe a fauna primata mais rica do mundo, assume especial relevância. O estudo da primatologia no cenário brasileiro é relativamente recente, alcançando notoriedade a partir da década de 1950, enquanto já existiam, desde os anos 1930, muitos trabalhos científicos publicados nessa área em outros países.

Mesmo com a consciência da importância desses animais, muitas espécies primatas encontram-se ameaçadas de extinção devido a fatores como a destruição de *habitats*, a caça, a alimentação ou a biopirataria. Nesse sentido, o papel das instituições de pesquisa no país deverá encaminhar-se sempre na direção da conservação e estudo de espécies, contribuindo para a manutenção de um recurso vital nas investigações biomédicas, o modelo animal primata não humano.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Antenor. *Biologia, manejo e medicina de primatas não humanos na pesquisa biomédica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

_____; PINTO, Sergio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de. *Animais de laboratório: criação e experimentação*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.794 de 8 de outubro de 2008. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 1, 9 out. 2008.

CALIFORNIA NATIONAL PRIMATE RESEARCH CENTER. *California National Primate Research Center*. Davis (Califórnia), 2005. Disponível em: <http://www.cnprc.ucdavis.edu>. Acesso em: 9 out. 2013.

CARDOSO, Celia Virginia Pereira. Leis referentes à experimentação animal no Brasil. In: CARDOSO, Thelma. *A ciência entre bichos e grilos: reflexões e ações da biossegurança com animais*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARIBBEAN PRIMATE RESEARCH CENTER. *Caribbean Primate Research Center*. Cayo Santiago (Porto Rico), [s.d.]. Disponível em: <http://cprc.rcm.upr.edu/about>. Acesso em: 20 maio 2011.

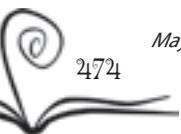
CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP). *Centro Nacional de Primatas*. Ananindeua (Pará), [s.d.]. Disponível em: <http://www.cenp.org.br>. Acesso em: 9 out. 2013.

CLORET, Joaquim; FEIJÓ, Anamaria. *Bioética: uma visão panorâmica*. Porto Alegre: Edipucris, 2005.

COIMBRA-FILHO, Ademar F. Os primórdios da primatologia no Brasil. In: MENDES, Sérgio; CHIARELLO, Adriano. *A primatologia no Brasil*. Vitória: Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica–Sociedade Brasileira de Primatologia, 2004. V. 8, p. 11-35.

FEIJÓ, Ana Maria G. Ensino e pesquisa em modelo animal. In: CLORET, Joaquim; FEIJÓ, Anamaria. *Bioética: uma visão panorâmica*. Porto Alegre: Edipucris, 2005. p. 21-36.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CENTRO DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (CECAL). SERVIÇO DE CRIAÇÃO DE PRIMATAS NÃO



HUMANOS (SCPRIM). *Serviço de criação de primatas não humanos*. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cecal.fiocruz.br/content/servi%C3%A7o-de-cria%C3%A7%C3%A3o-de-primatas-n%C3%A3o-humanos>. Acesso em: 8 out. 2013.

GREIF, Sérgio; TRÉZ, Thales. *A verdadeira face da experimentação animal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Educacional Fala Bicho, 2000.

GROVES, Colin P. *Primate Taxonomy*. Washington (D.C.): Smithsonian Institution Press, 2001.

HOSSNE, William Saad. Comissão de Ética Animal. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 37-40, 2008.

INSTITUTE OF LABORATORY ANIMALS RESOURCES; COMMISSION ON LIFE SCIENCES; NATIONAL RESEARCH COUNCIL. *Manual sobre cuidados e usos de animais de laboratório*. Trad. Guillermo Rivera. Goiânia: AAALAC-COBEA, 2003. Disponível em: <http://ceua.ufabc.edu.br/downloads/GuideForTheCareAndUse.pdf>. Acesso em: 9 out. 2013.

INSTITUTE OF PRIMATE RESEARCH (IPR). *Institute of Primate Research*. Nairóbi, 2013. Disponível em: <http://www.primateresearch.org>. Acesso em: 9 out. 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE PRIMATAS BRASILEIROS (CPB). *Primatas*. João Pessoa, [2011]. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/centros-de-pesquisa/primatas.html>. Acesso em: 9 out. 2013.

LIMA, Wothan Tavares de. Entendimento humano da experimentação animal. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 26-27, 2008.

LUCA, Rosalina Regina de (org.). *Manual para técnicos em bioterismo*. 2. ed. São Paulo: Winner Graph, 1996.

MITTERMEIER, Russel A.; RYLANDS, Anthony B.; KONSTANT, William R. *Primates of the World: An Introduction*. In: NOWAK, Ronald M. (org.). *Walker's Primates of the World*. 6. ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

MOLINARO, Etelcia Moraes. Criação, manejo e experimentação de primatas não humanos. In: MAJEROWICZ, Joel (org.). *Biossegurança em biotérios*. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.

_____. Ética no uso de animais na experimentação. In: COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo. *Biossegurança geral para cursos técnicos da área de saúde*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

_____; CAPUTO, Luzia Fátima; AMENDOEIRA, Maria Regina (org.). *Conceitos e métodos para formação de profissionais em laboratórios de saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio–Instituto Oswaldo Cruz, 2009. V. 1.

NATIONAL CENTER FOR RESEARCH RESOURCES. NATIONAL PRIMATE RESEARCH CENTERS. *Primate Resources for Researchers*. Washington (D.C.), April 2013. Disponível em: http://dpcpsi.nih.gov/orip/cm/primate_resources_researchers.aspx#centers. Acesso em: 9 out. 2013.

NATIONAL PRIMATE RESEARCH CENTER. *Primate Info Net*. Madison (Wisconsin), 2011. Disponível em: <http://pin.primate.wisc.edu/idp/idp/org/cen>. Acesso em: 9 out. 2013.

NAVARRO, Marli B. M. de Albuquerque. A construção dos valores do mundo animal. In: CARDOSO, Thelma (org.). *A ciência entre bichos e grilos: reflexões e ações da biossegurança com animais*. São Paulo: Hucitec, 2007. V. 1, p. 17-42.

NEW ENGLAND PRIMATE RESEARCH CENTER. *Primate Resources*. Cambridge (Massachusetts), [s.d.]. Disponível em: <http://www.hms.harvard.edu/NEPRC/resources.html>. Acesso em: 9 out. 2013.

PAIXÃO, Rita Leal. Bioética e bem-estar animal: um encontro necessário. *Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária*, Brasília, v. 7, n. 23, p. 20-26, 2001.

RIO DE JANEIRO. INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). *Centro de Primatologia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/fma/centro-primatologia.asp>. Acesso em: 9 out. 2013.



SINGER, Peter. *Vida ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SOUTHWEST NATIONAL PRIMATE RESEARCH CENTER. *Southwest National Primate Research Center*. San Antonio (Texas), 2013. Disponível em: <http://txbiomed.org/primate-research-center>. Acesso em: 9 out. 2013.

TULANE NATIONAL PRIMATE RESEARCH CENTER. *Tulane National Primate Research Center*. New Orleans, 2013. Disponível em: <http://www.tnprc.tulane.edu/index.shtml>. Acesso em: 9 out. 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS. CENTRO DE PRIMATOLOGIA. *Centro de pesquisa*. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.unb.br/idades_academicas/centro_de_pesquisa. Acesso em: 8 out. 2013.

WASHINGTON NATIONAL PRIMATE RESEARCH CENTER. *Washington National Primate Research Center*. Washington (D.C.), 2013. Disponível em: <http://www.wanprc.org>. Acesso em: 9 out. 2013.

WILSON, Don E.; REEDER, DeeAnn M. (org.). *Mammal Species of the World: A Taxonomic and Geographic Reference*. 3. ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

WISCONSIN NATIONAL PRIMATE RESEARCH CENTER. *Primate Center Research*. Madison (Wisconsin), April 2013. Disponível em: <http://pin.primate.wisc.edu/idp/idp/entry/204>. Acesso em: 9 out. 2013.

YERKES NATIONAL PRIMATE RESEARCH CENTER. *Yerkes National Primate Research Center*. Atlanta (Georgia), 2013. Disponível em: <http://www.yerkes.emory.edu>. Acesso em: 9 out. 2013.



SERTÃO BRASILEIRO: PARA PROGREDIR E EDUCAR É PRECISO SANEAR

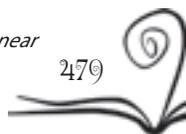
Mônica Santos da Silva*

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende recuperar a atuação dos intelectuais partidários do Movimento Sanitarista e da Liga Pró-Saneamento (médicos, sanitaristas, cientistas, professores etc.) no período inicial da república brasileira que pretendiam agir com a perspectiva política de formar a nação. E, para isso acontecer, voltavam-se para o enfrentamento dos problemas de saneamento e saúde que atingiam, principalmente, o sertão brasileiro.

Um dos aspectos mais importantes a ser tratado refere-se àquilo que os intelectuais entendiam quando falavam do atraso brasileiro, que impedia o progresso econômico e o projeto de nação brasileiro. Há uma importante divergência entre eles no que se refere a esse atraso. Uma das correntes da época vai se basear na ciência “racialista” do período, considerando que o grande problema era a mestiçagem. Nesse caso, a solução seria o embranquecimento do Brasil. Enquanto isso, muitos outros intelectuais não se baseavam no olhar sobre a raça como atraso ou empecilho para o progresso brasileiro, e sim pesquisavam uma gama de outros problemas para identificar e analisar os obstáculos ao progresso econômico e ao projeto de nação, para, depois, propor as soluções a fim de que esses obstáculos fossem superados.

* Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio com habilitação em Vigilância em Saúde (2009-2011). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação do professor-pesquisador José Roberto Franco Reis (doutor em História Social do Trabalho), do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform). Contato: monica.santosds@hotmail.com.



E o diagnóstico desses intelectuais foi que, por causa do abandono de algumas regiões brasileiras pelo governo, as endemias surgiam e se espalhavam, afetando em escala significativa a população.

Dessa forma, o grande problema e o principal obstáculo para o progresso econômico e social do país, impedindo que a nação se afirmasse, eram as políticas públicas de saúde, mais exatamente a ausência delas, ou seja, as péssimas condições sanitárias e a falta de saúde e educação da população, sobretudo a do interior. É a partir dessa compreensão que surgiu, por volta de 1910, o chamado Movimento Sanitarista, formado por médicos-sanitaristas como Carlos Chagas, Miguel Pereira, Belisário Penna, Arthur Neiva, entre outros. O objetivo era, por meio das descobertas da ciência médica, reformar o campo da saúde e sanear o país. Esse movimento detectou que os sertões brasileiros,¹ por causa da falta de saneamento e das condições insalubres de vida, tendo em vista o seu secular abandono, eram as principais áreas de ocorrência das mais graves doenças e pestilências, o que tornava vulnerável a população da região.

Sendo assim, reservavam para si a missão de identificar as causas desse quadro e, sobretudo, os meios para superá-lo, criando movimentos e instituições, como a Liga Pró-Saneamento (1918) e o Departamento Nacional de Saúde Pública (1922), e exigindo do Estado um efetivo compromisso com o enfrentamento desta questão.

PROGRESSO BRASILEIRO: QUESTÕES DE SAÚDE, NAÇÃO E RAÇA

A Primeira República, também conhecida como República Velha, vigorou desde a proclamação da República, em 1889, até 1930. O contexto político do país era bastante complexo: houve mudanças políticas e a ascensão ao poder das oligarquias cafeeiras paulistas, com o domínio do café sobre a economia.

¹ Norte e Nordeste do Brasil.



Saúde e nação eram os principais temas de debate entre intelectuais e sanitaristas nesse momento. Havia um grande descontentamento por parte desses sobre a precariedade e descentralização da estrutura de saúde no Brasil. Os médicos-sanitaristas preocupavam-se com as enfermidades que atingiam os brasileiros em escala nacional e criticavam as políticas de saúde. A insatisfação era grande e buscavam-se formas de mudar esse quadro.

Em 1904, no Rio de Janeiro, o então presidente Rodrigues Alves concedeu ao prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, amplos poderes para realizar uma reforma na então capital do país. O objetivo era transformar a paisagem urbana da cidade de forma a melhorar a imagem do Rio de Janeiro no exterior e, assim, atrair investimentos, imigrantes e eventos internacionais. Com efeito, dentre os objetivos da chamada Reforma Passos, estavam limpar e civilizar a cidade, buscando modernizar algumas áreas; “higienizar” certos hábitos da população; afastar doenças; e deslocar moradias populares da região central – e, por extensão, seus habitantes.

Enquanto isso, os principais médicos-sanitaristas da época, liderados por Oswaldo Cruz, por intermédio do Instituto de Manguinhos, atual Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), atuavam combatendo as doenças tropicais que atingiam a cidade – como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica. Dentre o conjunto de medidas saneadoras, realizou-se, no caso do combate à varíola, uma campanha que tinha como objetivo vacinar compulsoriamente a população.

O ato de vacinação obrigatória gerou insatisfação na população, que protestou nas ruas. A revolta geral da população travada com o governo e com os sanitaristas transformou a capital do Brasil num verdadeiro cenário de guerra. Esse “capítulo” da história ficou conhecido como Revolta da Vacina (DIWAN, 2007, p. 92).

Apesar de não obterem o resultado positivo esperado, começava por parte desses intelectuais uma sinalização do “imenso hospital que era o Brasil”² e da urgente necessidade de o governo investir em políticas de saúde para mudar esse quadro.

² Analogia a uma das frases mais conhecidas da época, dita por Miguel Pereira em seu discurso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1916: “O Brasil é um imenso hospital”.



Como citado anteriormente, a necessidade de formar a nação era um dos principais temas e preocupações dos intelectuais. O que ocorria era que a instituição da República não prometia apenas mudanças políticas e econômicas: criava um anseio de formação da nação brasileira e do progresso que com ela ocorreria. E é então o momento em que se evidencia um aspecto, de vital relevância, que permeia o debate sobre saúde e nação e progresso do país: a raça.

A questão e o conceito de raças humanas são elementos que fundamentaram muitas teorias nacionalistas dos intelectuais na Primeira República. Há grandes avanços nos campos biológico, antropológico e sociológico e uma forte influência das teorias científicas europeias. Com efeito, a ciência europeia (ou “ciência racialista”), no que diz respeito à raça, designa como superior a raça branca. Transferindo essa ideia para a sociedade brasileira, tem-se um paradoxo inimaginável: os intelectuais do Brasil, país que tem origem indígena, colonizado por brancos europeus e habitado por escravos negros africanos, nação feita de mestiços, com grande miscigenação, aderem ao ideal de raça branca formulado na Europa.

Assim, algumas perguntas podem ser feitas: qual seria a influência da raça na construção da nação brasileira? Quanto essa questão interfere no problema de saúde pública do país?

Essas perguntas vão obter diversas respostas, diferentes caminhos e olhares. Uma perspectiva fundamental que direciona a ação de grande parte dos intelectuais da época é a designada eugenia, cujo objetivo era, pretensamente, a melhoria da raça humana e sua reprodução, seu aperfeiçoamento físico e moral. Nesse caso, a suposta “raça brasileira” seria um problema, pois se considerava a raça branca superior não apenas à raça negra, mas também aos mestiços. Essas teorias embasavam-se em Lamarck, Darwin, Mendel, Galton, entre outros estudiosos, definindo a lei da hereditariedade determinante, em que os caracteres são passados de geração para geração, condicionando a perpetuação da espécie. Além desses, os fatores ambientais, em muitos casos, podem interferir e influenciar as características hereditárias, degenerando ou regenerando uma espécie, analisando-se então qual seria o melhor “meio” para geração das raças futuras. Vale



ressaltar que a hibridização (que resulta na permanência do gene mais fraco, menos apto e na potencialização de seus defeitos e imperfeições) era tida como antievolutiva e degenerante (DIWAN, 2007, p. 90-92).

A genialidade de um ser e a imbecilidade de outro são também definidas de acordo com os caracteres adquiridos hereditariamente. As raças humanas são consideradas espécies em que a branca é possuidora da genialidade, das características ideais que todo indivíduo deveria ter, colocando a miscigenação brasileira, o povo mestiço, como inferiores e degenerados.

Dentre o que podem ser chamadas de propostas eugenistas, havia políticas diversas, como a esterilização, o segregacionismo racial, o controle de imigração e a regulação dos casamentos. No entanto, a mais importante política observada no Brasil seria a do “embranquecimento” da raça, resultado do cruzamento dos indivíduos de raças diferentes com a afirmação da preferência dos caracteres brancos, e definindo a questão da migração como central. Tudo isso que é proposto segundo a eugenia está diretamente ligado à saúde. O que se chama higienismo (que seria de fato atenção à saúde, cuidados e adoção de bons hábitos, assim como um bom ambiente) era tido também como uma forma de melhoria racial, no sentido de que isso teria interferência e influência nas questões ambientais e, por conseguinte, nos processos de reprodução da população na perspectiva de uma composição racial hígida e saudável.

Com base na teoria eugenista (fortemente ligada à teoria higienista), as questões de saúde, nação e raça são vistas como indissociáveis. No novo cenário brasileiro, o novo governo republicano, que remete a uma maior igualdade, a alguma democracia e a um ideário de progresso e civilização muito forte, irá reforçar o desejo de formação da nacionalidade brasileira. Sendo assim, algumas barreiras deveriam ser enfrentadas. Para alguns, o principal problema era a mestiçagem, a mistura racial da população, que a tornava em boa medida degenerada, inviabilizando a afirmação de uma autêntica nacionalidade. No entanto, o dilema desses intelectuais é que, para que ocorresse o embranquecimento da população, era necessária a ocorrência da miscigenação que, ao longo do tempo e como resultado dos intensos cruzamentos raciais, levaria ao seu branqueamento. Vale ressaltar que,



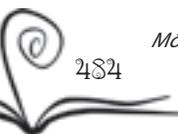
nesse momento, o estímulo à imigração branca principalmente europeia é muito forte e cada vez mais reforçado, dado que esse seria o melhor caminho para embranquecer o país. Além disso, deveria haver também um combate a certas doenças, como tuberculose, sífilis e doenças tropicais, pois se acreditava que elas eram hereditárias.

Nomes de referência na questão da eugenia são Renato Kehl, Raimundo Nina Rodrigues (e do grupo de médicos da Faculdade de Medicina da Bahia que se baseavam nesse autor), Monteiro Lobato (inicialmente), Oliveira Vianna, Roquette-Pinto, entre outros. O primeiro é tido como o grande defensor da eugenia no país, tendo obras com títulos como *A cura da fealdade* e *Lições de eugenia* que revelam exatamente o olhar eugenista e racista sobre a sociedade brasileira.

É de extrema importância mencionar dois aspectos sobre a eugenia. O primeiro é como analisar o seu significado e o que ela representa. Hoje, ao olhar para trás e ver como essas pessoas pensavam, ser eugenista parece algo terrível e incabível. Entretanto, a história não pode ser vista separadamente do contexto em que ela ocorre. Nessa época, o modelo de vida europeu e a ciência europeia eram referência e influenciavam todo o mundo. Como adverte Pietra Diwan, “ser eugenista não é uma condenação, mas sim a constatação de que muitos intelectuais do período compartilhavam e defendiam essas ideias” (2007, p. 92).

Dessa forma, não há como simplesmente censurar o que aconteceu ou quem era adepto sem antes analisar o processo em que os fatos aconteceram. O segundo aspecto é do rumo tomado pelo conceito de eugenia. Após a Segunda Guerra Mundial e por causa das políticas de higiene racial do nazismo, a eugenia passou a ser associada à violência contra a humanidade, à intransigência dos governos e a um método de extinção de seres humanos. Isso fez o termo ser esquecido ou ser pouco citado em livros e documentos (DIWAN, 2007, p. 88).

Apesar de a eugenia ser uma corrente forte que influenciou grande parte dos intelectuais da saúde, ela não é a única. O início do século XX no Brasil foi marcado pela descoberta de novas doenças que atingiram a população em escala nacional e pela preocupação dos médicos-



sanitaristas com o que vinha acontecendo em termos sanitários no país. Assim, interpretações que no debate dos problemas do país priorizavam a questão racial vão perdendo destaque, ao passo que certos intelectuais passam a se debruçar em suas pesquisas sobre outros temas, notadamente os que envolviam a saúde e a educação. Há grande preocupação com as condições de vida do povo brasileiro e um questionamento sobre o que de fato impedia o progresso do país. Como bem observa Nísia Trindade Lima:

Parece-me correto afirmar que tanto os médicos como engenheiros, como os advogados preocupados com o Brasil real, além daqueles poucos que conseguiam ter na literatura a atividade praticamente exclusiva, intentavam construir uma teoria interpretativa do Brasil. Nesse movimento, as missões civilizatórias ao interior, que marcaram os primeiros anos da República, desempenhariam um importante papel. (1999, p. 53)

Assim, os olhares passam a se voltar para a saúde, sendo necessária então uma intensa investigação por parte dos intelectuais para descobrirem por que a necessidade da melhoria no setor da saúde pública do país é fundamental.

INTELECTUAIS DA SAÚDE, IDEIA DO SERTÃO E MOVIMENTO SANITARISTA

O papel dos intelectuais da saúde das décadas de 1910 e 1920 no contexto histórico brasileiro não é apenas de extrema importância. É um papel vital para que ocorram as descobertas nos campos da saúde e vai além da função que obtiveram em suas respectivas graduações, desempenhando um papel de atores que detectam, com base em viagens e caminhos percorridos, que o problema do Brasil como um todo é a precariedade da vida e a ausência de saúde. Eles vão identificar que algumas regiões são mais atingidas pelas doenças que outras, além de sofrerem com a pobreza, a miséria e a falta de muitos recursos pela ausência do Esta-



do. Essas regiões são aquelas que não são parte integrante da capital (Rio de Janeiro), ou que não têm seu representante no governo republicano do país durante a política do café com leite³ (São Paulo e Minas Gerais), ou os litorais, regiões que têm riquezas ou algo a se explorar. São os interiores do Brasil, as partes abandonadas e esquecidas por todos, posteriormente conhecidas como “sertões”. Serão elas que esses intelectuais redescobrirão, trazendo à tona o quadro grave do país e a urgência da saúde e da educação para todos.

As viagens ou “missões civilizatórias” são o caminho encontrado e percorrido pelos intelectuais para interpretar e definir a realidade brasileira, quando se observa a questão de saúde e endemias que atingiam o país (além de legitimar ideias e práticas sociais). É necessária assim uma análise do território brasileiro, suas regiões e seus espaços. Definir que o litoral e o interior do país, apesar de suas distinções, não eram tão distantes, como a elite brasileira imaginava, são fundamentais para a compreensão e a análise da situação nacional de saúde.

Sertão: seus significados e contrastes com o litoral

O que é denominado sertão brasileiro (parte territorial correspondente às regiões Norte e Nordeste do Brasil), antes da sua “(re)descoberta – sua abordagem pelas expedições/missões científicas das duas primeiras décadas do século” (LIMA, 1999, p. 57), pode ser mostrado em faces distintas, quando se analisa aquilo que é imaginado e se identifica de fato a realidade, passando da imaginação para o real.

Primeiramente, é importante destacar o significado que o termo tem. Há várias designações para ele. Frequentemente, acredita-se que se originou de deserto, região pouco povoada, agreste, distante de povoações e terras cultivadas (como é descrito em sua forma dicionarizada).

³ A política do café com leite foi uma política de revezamento do poder nacional, que teve lugar durante a Primeira República, entre presidentes civis fortemente influenciados pelos interesses do setor agrário dos estados de São Paulo (mais poderoso economicamente devido à produção de café) e Minas Gerais (maior polo eleitoral do país da época e produtor de leite). Revezavam-se no poder representantes do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM), os quais controlavam as eleições e gozavam do apoio da elite agrária de outros estados do Brasil.



A literatura, que exerce grande influência sobre a sociedade, principalmente sobre a elite brasileira (parcela da população que tem maior acesso às obras literárias), exemplifica o sertão como uma população rural muito ligada à natureza, e considerada incivilizada e atrasada. Obras de grande destaque, como *O sertanejo*, de José de Alencar, e *Os sertões*, de Euclides da Cunha, retratam bem a imagem que é criada e mostrada para a população. Na literatura romântica e naturalista, houve uma tentativa de tornar o índio o símbolo da nacionalidade, assim como também uma tentativa de transferir a figura do indígena para o homem do sertão. *A retirada da Laguna*, de Alfredo Taunay, “enaltece as virtudes do sertanejo – seus valores autênticos e honradez – mas aponta seu comportamento pouco civilizado e próximo ao do indígena” (LIMA, 1999, p. 64).

O sertão é bastante visto como lugar da barbárie, isolado geograficamente, atrasado e não civilizado, além de muitas vezes ser considerado inferior culturalmente e racialmente (grande presença de mestiços). É feita uma comparação com o litoral como ideal. Esse seria o modelo em que a raça branca e civilizada aparece como superior e mais evoluída. Isso acontece mesmo no pensamento daqueles intelectuais que se desprendiam das questões raciais e evolutivas. Era a adoção de um padrão europeu para explicar a realidade brasileira.

Tinha-se, então, como solução dos problemas antagônicos de civilização e barbárie, sertão e litoral, a constatação da dura realidade dos sertões. Vale lembrar que não se deixava de lado totalmente o paradigma do atraso e da inferioridade do sertão, até então concebido por certa corrente literária e grande parte da elite brasileira. Essa busca pelo que de fato ocorria na região estava totalmente ligada ao “ideal missionário de civilizar os sertões” (LIMA, 1999, p. 57). Afinal, é com base nesse pensamento, que acontecerão as viagens científicas realizadas pelos intelectuais por todo o Brasil no início do século XX.



Missões e viagens científicas aos sertões

Sertão e viagens, estas vistas como expedições civilizatórias, são termos que se interpenetram. O desbravamento do sertão pode ser visto como um movimento de forte conteúdo simbólico, que acompanhou os projetos oficiais de delimitação de fronteiras, saneamento, utilização de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política. Este movimento missionário, fortemente associado à expansão da presença do Estado, encontrou como atores sociais agentes informados pelo cientificismo.

Lima, 1999, p. 67

A passagem acima exemplifica bem o papel das “expedições” intelectuais. Elas visavam à construção da nação, “forjando sua unidade territorial e moral” e “sendo portadoras de uma cultura heroica” (CARVALHO, 1996 apud LIMA, 1999, p. 67). Era necessária a integração dessas áreas com o resto do país, com a inserção de um projeto nacional para reunir litoral e sertão.

A ênfase que damos aqui é nas viagens e esforços dos intelectuais e pesquisadores, por meio do Instituto Oswaldo Cruz, para observação e análise da situação dessas áreas. As pesquisas realizadas por essa instituição ligadas ao tema sertão tinham por objetivo o combate às endemias e o controle delas mediante a adoção de profilaxias. Estavam diretamente relacionadas às atividades exportadoras que eram a base da economia brasileira, assim como ao saneamento de ferrovias, à construção de portos etc.

A fiscalização da malária, assim como da leishmaniose e da febre amarela, realizada por esses pesquisadores, principalmente nas áreas em que havia a construção de linhas férreas,⁴ é um dos mais importantes objetivos. Vai além quando há uma grande preocupação e identificação dos hábitos locais, da natureza regional e de quais as medidas compulsórias que deverão ser tomadas.

⁴ A construção dessas linhas férreas ia da região Norte, passando pelo Nordeste e alcançando o estado de Goiás.

É assim que, em 1908, numa dessas viagens pelo país, quando Carlos Chagas e Belisário Penna percorriam o norte de Minas Gerais,⁵ que o primeiro

[...] realizou várias observações sobre um inseto hematófago, comum na região, popularmente conhecido como barbeiro. Verificou que o inseto era o vetor de uma doença até então desconhecida, que associou a uma série de manifestações mór-bidas, especialmente cardiopatia, cretinismo e hipertireoidismo. Causada por um protozoário denominado por Carlos Chagas *Trypanossoma cruzi*, a doença recebeu o nome científico de tripanossomíase americana, ficando conhecida como doença de Chagas. (LIMA, 1999, p. 80)

Com a descoberta da tripanossomíase americana, novas medidas de controle passam a ser necessárias, assim como pesquisas para o seu combate. Algum tempo depois do ocorrido, mais especificamente no ano de 1912, são organizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz três expedições. Uma delas, realizada por Belisário Penna e Artur Neiva, gerou o conhecido Relatório Neiva–Penna (NEIVA e PENNA, 1999), que mostra a questão da ausência de saneamento do Brasil e a necessidade de preocupar-se com o interior. É nesse momento que o papel dos intelectuais, seus discursos e visibilidade nos meios de divulgação da época irão fomentar o debate sobre nação, saúde pública e as proximidades até então ignoradas entre litoral e sertão. É a força do Movimento Sanitarista na Primeira República.

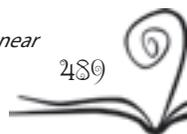
Relatórios, discursos e movimentos: a precariedade do sertão brasileiro

[...] não nos iludamos, o nosso sertão começa para os lados da avenida Central.

Afrânio Peixoto

Essa frase, dita por Afrânio Peixoto (apud HOCHMAN, 1998, p. 218), professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, exempli-

⁵ Estavam em Lassance, lugarejo do norte de Minas Gerais, por exigência da Estrada de Ferro Central do Brasil.



fica bem o fato de que a distância e o contraste entre sertão e litoral, definidos pela oposição entre civilização e atraso, não era exatamente assim. A proximidade entre essas regiões era maior do que se imaginava. A questão de saneamento e de saúde que afetava o sertão era reflexo do que terminava na avenida Central (atual Rio Branco) na então capital Rio de Janeiro. É dessa forma que o governo e a elite brasileira começam a despertar para a gravidade dos problemas sertanejos, que não atingiam somente o sertão, estavam também no litoral.

O relatório Neiva–Penna foi o meio utilizado para interpretação da realidade sertaneja e de sua proximidade com as demais regiões, inclusive a capital. Esse documento apresentou várias características e problemas do interior até então desconhecidas.

Tal relatório, assim como outros que resultaram de missões realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, era constituído por informações sobre flora, fauna, endemias e precariedade das condições de vida da população do Norte e Nordeste brasileiro, principalmente.⁶ O que eles haviam não só enxergado, mas também analisado: a questão da raça não era o problema do sertão brasileiro, muito menos o que impedia a construção da nacionalidade. A ausência de saúde, de saneamento, o abandono secular dessas regiões pelo governo, o seu isolamento e a exclusão do resto do país, a pobreza e a miséria que eram mais evidenciados pela falta de saneamento que gerava um ambiente propício para agravamento das endemias rurais é que eram o problema. E eram as doenças resultantes desse descaso, que, atravessando as barreiras delimitadas geograficamente e territorialmente, atingiam o Brasil por inteiro. Esclarecia-se assim o empecilho para o progresso, o que de fato era o atraso do país: “O Brasil é um vasto hospital”, frase de Miguel Pereira (apud HOCHMAN, 1998, p. 218).

Talvez essa seja a frase que mais marcou a década de 1910 no Brasil, que melhor tenha expressado o cenário do país, atravessando barreiras culturais, raciais e sociais. Exemplifica que o problema é nacional, não se restringe a uma área. Foi dita durante um discurso público do médico-sanitarista e

⁶ É importante destacar que, mesmo estando no Norte e no Nordeste a maior área daquelas identificadas como sertão, as áreas centrais do país, região Centro-Oeste, e até mesmo o Sul também faziam parte dele.



professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Miguel Pereira, em outubro de 1916.

É de extrema relevância apontar que essas viagens tinham um caráter civilizatório e preconizavam a necessidade de que as regiões fossem salvas da doença, do analfabetismo, da miséria. Assim, os registros relatados e fotografados,⁷ como também os discursos pronunciados, e a visibilidade em conferências nacionais e mundiais desses intelectuais tiveram grande destaque, como forma de exposição e publicação, nos anos iniciais do Brasil republicano. Era uma forma de mostrar para o Brasil e para o mundo a precariedade do seu quadro de saúde.

Movimento Sanitarista – propostas e adesões dos sanitaristas e intelectuais

O Movimento Sanitarista se formou nos anos iniciais da década de 1910 e, cronologicamente, antecedeu os acontecimentos relatados até aqui. Entretanto, como força de mobilização e atuação, ele vai crescendo, ao mesmo tempo em que expõe a realidade pelos meios de divulgação e de disseminação de informações. E isso acontece conforme os relatórios são lidos e analisados, e os discursos, conhecidos.

O principal objetivo do movimento era a reforma do setor da saúde, com o combate às endemias, principalmente as rurais, e a instituição de políticas de saúde eficazes. Dessa forma, o ideal de nação poderia tornar-se realidade. As propostas previam primariamente uma maior atuação do Estado no saneamento e na saúde, com papel fundamental e imprescindível para as mudanças ocorrerem. Enquanto o governo permanecesse ausente e voltado para o federalismo,⁸ elas não aconteceriam. O foco de suas propostas consistia numa maciça campanha rural em busca do saneamento. O combate à malária, à ancilostomíase e à doença de Chagas era essencial. O movimento acreditava no poder da ciência como

⁷ A fotografia foi um recurso bastante utilizado pelas “missões civilizatórias”. Era um meio de registrar aquela realidade, causando, pela imagem, grande impacto.

⁸ A perspectiva dos sanitaristas era de que o *federalismo*, característica da política brasileira no período, punha limites à intervenção do poder central no âmbito estadual e municipal, afetando as possibilidades de uma atuação mais efetiva (interventora e centralizada) do governo federal na saúde pública.



base da ação para a profilaxia e o controle das endemias. A educação também era fundamental para resolver problemas como analfabetismo e alcoolismo, e para favorecer uma população mais saudável física e mentalmente.

Ainda nesse contexto, era necessário chamar a atenção das elites nacionais para com o que acontecia, mostrando que tudo só seria possível se o governo atuasse. O movimento sanitaria foi fundamental para sinalizar ao Estado a necessidade de transformar o sistema de saúde. E não apenas isso: objetivava ir além de entregar a responsabilidade nas mãos das autoridades republicanas. Desejava agir e tomar suas próprias ações para a melhoria das condições de vida do povo. É essa vontade que transformará muitas pretensões em ações concretas.

REALIZAÇÕES, CAMPANHAS E INSTITUIÇÕES

Em fins da década de 1910 e durante toda a década de 1920, as questões envolvendo saneamento nacional iam além dos debates e propostas dos intelectuais. Visava-se implantar medidas para garantir a saúde e condições de vida adequadas para a população. A dura realidade sertaneja era, de forma geral, o espelho do que acontecia em todo o país. Obviamente, essas regiões sofriam mais por conta do total abandono e isolamento do resto do Brasil. Contudo, as questões referentes ao sanitaria não tinham que ser idealizadas e instituídas somente nessas áreas, até porque, quando o tema é saúde e a (possível) ocorrência de endemias, sabe-se que não existem barreiras geográficas.

Liga Pró-Saneamento do Brasil

A Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada em fevereiro de 1918, reunia cientistas, médicos, sanitaria, sociólogos, escritores e intelectuais em geral, assim como parte da elite brasileira. O seu objetivo, como parte do movimento sanitaria, era a reforma no setor da saúde do país, promovendo uma maciça campanha de higienização e saneamento de todo o território.



Essa campanha teria que ser feita tanto no sertão, onde as endemias rurais arrebatavam grande parte da população, quanto na capital e no litoral, onde a gripe espanhola⁹ dizimava as pessoas. Como as doenças não se limitam a um determinado espaço e vão do sertão para o litoral e vice-versa, é necessário um combate em todos os campos.

Além disso, outra questão proposta pela Liga seria a uniformização dos serviços e ações de saúde, de forma que houvesse uma centralização do poder público. Era necessário romper com a ordem política do país, o federalismo (em que os Estados eram autônomos e cada um seria responsável por suas obrigações e seus problemas individualmente). Isso deveria ocorrer de forma que houvesse a garantia de saúde e de educação válida para todos os estados brasileiros.

Enfatizava-se novamente então, uma maior atuação do Governo Federal para garantir saúde ao povo brasileiro. A ciência e a medicina deveriam ser superiores a qualquer forma de política (e os interesses que nela contêm) do país.

Vale ressaltar que ideias eugenistas e higienistas ainda estarão muito presentes neste contexto. Estes conceitos não são abandonados e ainda influenciarão boa parte das correntes da época. Entretanto, há uma mudança de foco e o pensamento se transforma junto com a visão sobre a saúde. Monteiro Lobato pode ser um exemplo desta mudança.

Monteiro Lobato: de eugenista à sanitarista – Jeca Tatu como referência do homem sertanejo

É de extrema importância expor o papel de Monteiro Lobato neste contexto. Um escritor bastante famoso e que é exemplo da corrente de pensamento influenciada pelo modelo europeu e sua ciência. Ele exemplifica suas convicções criando seu célebre personagem, o Jeca Tatu, que representa o homem do interior, o homem sertanejo. As transformações do personagem e sua vida ocorrem simultaneamente à perspectiva que Lobato passa a ter com a influência dos ideais de saneamento e saúde.

⁹ A gripe espanhola (ou gripe de 1918), causada pelo recém-descoberto vírus *influenza*, foi considerada pandêmica, uma vez que atingiu quase todo o mundo, após a Primeira Guerra Mundial. No Brasil, ela fez milhares de vítimas, e isso também alertou o governo brasileiro sobre a necessidade de adoção de políticas de saúde para combater e controlar doenças que atingiam todo o país.



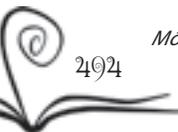
Este funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças, à medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, o pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. (LOBATO, 1918, p. 271 apud LIMA, 1999, p. 137)

Essa passagem está presente no conto “Velha praga” de Monteiro Lobato. Com base nela, pode-se perceber como é a imagem do caboclo que o autor formula. Ele atém-se à questão da raça, da figura do caboclo (resultante da miscigenação) como incivilizado e atrasado, inferiorizando-a. Assim, esse trecho exemplifica o conceito negativo que o autor tem sobre o caboclo.

Além dessa imagem do caboclo, Lobato representa o homem do interior, rural, como primitivo, isolado, ocioso, ignorante, preguiçoso, indolente e parasita, dentre outros adjetivos. Esse tipo de indivíduo é encontrado somente nas áreas rurais do Brasil, e é resultado dos fatores ambientais e das características de tais regiões. Dessa forma, fica claro como o escritor interpreta o sertão e o sujeito sertanejo. É dessa visão que surge o Jeca Tatu, o famoso personagem de sua obra *Urupês*: “Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade”¹⁰ (LOBATO, 1918, p. 281 apud LIMA, 1999, p. 137). Aqui Lobato elabora uma análise crítica acerca do protagonista do livro, fazendo uma analogia com a literatura romântica, que enaltece as qualidades do indígena e do caboclo sertanejo (LIMA, 1999, p. 137): “todo o inconsciente filosofar do caboclo grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada paga a pena. Nem culturas nem comodidades. De qualquer jeito se vive” (LOBATO, 1918, p. 284 apud LIMA, 1999, p. 138).

Monteiro Lobato defendeu essa ideia a respeito do caboclo caipira por bastante tempo. Expôs isso em seus personagens, sustentando a

¹⁰ Os contos de *Urupês*, publicado em 1918 e que contém essas passagens, inicialmente foram publicados em *O Estado de S. Paulo* em 1914.



interpretação de que o sertanejo é um degenerado, primitivo e devastador da natureza e do ambiente em que vive. Contudo, redefiniu a sua percepção sobre a questão do “piraquara do Paraíba”¹¹ a partir da mobilização o Movimento Sanitarista, afirmando: “Jeca Tatu não é assim, ele está assim”. Essa frase, bastante conhecida, está diretamente relacionada à mudança do ponto de vista do autor, e à adesão de Lobato à campanha do saneamento rural e passa então a propor a regeneração do Jeca (LIMA, 1999).

O cenário de vida ociosa, preguiçosa e parasitária do Jeca acaba por tomar então um rumo diferente quando Lobato enfatiza que essas questões ocorrem por cauda das péssimas condições de vida do sertanejo, da miséria em que ele vive: são sintomas das doenças que o atingem. Isso é, o foco que antes era o caboclo como raça degenerada que assolava o meio ambiente vem a ser agora a ausência de educação e saúde.

O autor se junta à Liga Pró-Saneamento e passa a lutar pela implantação de políticas de saúde que atendam aos enfermos, como é o caso do Jeca Tatu. Propõe, ainda, em seus contos, que a melhora nas condições de vida do caipira, com saneamento, higiene, educação e saúde, podem levar ao progresso brasileiro. Monteiro Lobato vem a defender, então, uma posição nacionalista, lutando junto com outros intelectuais por ações sanitárias para todo o Brasil.

Criação do Departamento Nacional de Saúde Pública

Após a forte campanha em favor de políticas sanitárias no Brasil realizada pela Liga Pró-Saneamento, surgiu o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Foi criado em dezembro de 1919, após sua aprovação na Câmara e no Senado, e regulamentado por decretos que estabeleciam um fundo para o financiamento de obras de saneamento e a renda dos laboratórios e institutos de pesquisa federais, entre outros. Como bem observa Hochman:

¹¹ Termo com que Monteiro Lobato designa o Jeca Tatu.



Esse novo departamento inaugurava uma nova etapa no desenvolvimento de políticas de saúde pública e saneamento no Brasil e significava a ampliação das atribuições do governo federal no campo de saúde pública. A profilaxia rural foi incluída no DNSP através da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural (DSPR) que, sob comando inicial de Belisário Penna, foi o serviço de saúde mais ativo e de maior impacto, em especial, no que dizia respeito à presença do governo federal nos estados. (1998, p. 226)

Assim, o DNSP ampliava os serviços sanitários de combate às endemias em todo o país, dando ênfase às áreas rurais (ao sertão) que sofria mais com essas doenças. O departamento conseguiu levar o Estado a ter maior atuação na saúde do que tinha tido até então,¹² resultando em maior centralização do poder, o que, gradativamente, enfraqueceu o sistema oligárquico.

Vale enfatizar que havia um grande desejo de criação de um ministério da saúde por parte dos intelectuais, principalmente aqueles que haviam se engajado na Liga Pró-Saneamento. Essa vontade se apoiava na necessidade de uma ação mais efetiva que administrasse e introduzisse os negócios do Estado relacionados à saúde (no caso, um ministro), estendendo ainda mais, assim, a atuação do Estado nesse âmbito.

O DNSP correspondeu, de certa forma, a esse ministério; entretanto, agia mais em situações de emergência e urgência, e não era suficiente para atender à demanda da população brasileira. Por isso, o anseio por algo maior. Essa meta, no entanto, tardou a ser realizada: o Ministério da Saúde só foi instituído no Brasil na década de 1930, com Getúlio Vargas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período final do século XIX e início do século XX, a “ciência racista” era a principal corrente de pensamento, e grande parte dos intelectuais concordava que a raça era o problema fundamental a ser

¹² É importante ressaltar que o estado de São Paulo era uma exceção, pois o governo estadual, separadamente, promovera mudanças no setor da saúde, garantindo esse direito à população local.



resolvido para que a nação pudesse se desenvolver. Como contraponto a essas ideias, de forma gradativa, muitas vezes associando-as ao tema racial, médicos, sanitaristas e higienistas, entre outros, passaram a interpretar a realidade sem dar tanta ênfase à questão racial, focando-se na medicina como meio de investigação e identificação dos problemas de saúde que, de fato, assolavam o país.

Assim, a interpretação de intelectuais que viviam numa mesma sociedade e assumiam para si tarefas comuns apresentava distinções importantes, colocando em jogo a grande questão a respeito do que impedia a construção da nação brasileira: fatores biológicos ou ausência de educação e saúde e, sobretudo, as doenças que atingiam todo o país. As questões em torno da raça paulatinamente perderam importância, tendo em vista que a doença não escolhe a quem atingir. Então, todos os brasileiros se tornam vulneráveis. O discurso e o desejo de uma nação autêntica se formulam de outro modo e com outro viés: o combate às endemias via ações de saneamento, incorporando a questão educacional e da saúde como principais problemas a se enfrentar. Aplicando essa visão a todo o país (e principalmente, às regiões sem nenhuma assistência governamental, o sertão), não seriam necessárias políticas determinadas por distinções e critérios raciais para criar uma nação, uma vez que ela seria formada pelo esforço dos brasileiros de todos os matizes, com a condição de serem tratados em termos da sua saúde e educados adequadamente.

Entretanto, é importante ressaltar que muito do que foi dito aqui, neste trabalho, sobre a realidade brasileira, principalmente a do sertão no início do século XX, apesar de se referir a determinado período histórico, ocorrido há um século, ainda é um problema vivenciado por inúmeros brasileiros atualmente.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado no fim do século XX com base na garantia de saúde a todos. Porém, apesar dos inegáveis avanços atuais, quando se possui um ministério da saúde e um sistema de saúde que visa implantar políticas públicas universais, porquanto se reconhece a saúde como um direito de todo cidadão brasileiro, esse sistema ainda não é eficaz o suficiente para atender as necessidades da população. As diretrizes de universalidade e equidade do SUS, por exemplo, ainda são falhas em todo o Brasil.



A educação, que é um direito também do cidadão, mesmo com a criação de instituições, escolas públicas e planos nacionais de educação, com a finalidade de atender a todas as classes, também ainda é um sistema bastante deficiente e, para muitos, o acesso é bem restrito, sobretudo em termos de educação de qualidade.

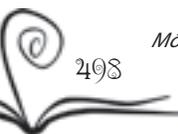
E quando se percebem as fragilidades no campo da saúde e da educação, em um mundo “globalizado”, com a presença de uma tecnologia maciça (que está inserida em uma parte considerável do Brasil), ainda é possível observar, em pleno século XXI, que o Nordeste brasileiro, muitas vezes associado ao sertão, ainda é a região brasileira em que são identificados os índices mais precários de saúde e onde existe o acesso mais difícil e restrito à educação.

Com isso, ao parar para refletir sobre a nação brasileira e se há o sentimento de se sentir parte dela, pergunta-se novamente sobre o sertão e, sem muita dificuldade, conclui-se que a realidade da “nação” não é a mesma para todos, que os direitos não são iguais por você ser “cidadão” perante a lei. A miséria, a pobreza, a falta de saneamento, não são apenas passado e história da sociedade. São, ainda, presente e realidade, assim como o significado de nação. Isso mostra que a luta pela saúde, pela educação e por direitos em geral é uma luta contínua, exigindo atenção constante para a superação de muitas barreiras com vistas ao enfrentamento e à melhoria das condições de vida do povo brasileiro e ao efetivo progresso do país, sem distinções de classe, raça e região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DÁVILA, Jerry. Construindo o “homem brasileiro”. In: _____. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 47-65.

DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.



FARIA, Lina. A intervenção federal na saúde pública: da Primeira República ao final do Estado Novo. In: _____. *Saúde e política: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 47-61.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo Movimento Sanitarista na Primeira República. *História, Ciências, Saúde—Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 217-235, jul. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400012&script=sci_arttext. Acesso em: 17 jun. 2011.

_____; LIMA, Nísia Trindade. “Pouca saúde e muita saúde”: sanitarianismo, interpretação do país e ciências sociais. In: _____ (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre a saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 493-567.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais, sertanejos e imaginação social*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1999.

_____ et al. (org.). *Saúde e democracia: história e perspectiva do SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

_____; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: CCBB—Editora Fiocruz, 1996. p. 23-40.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. *Viagem científica: pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Ed. fac-sím. Brasília: Senado Federal, 1999.

PONTE, Carlos Fidélis; KROPF, Simone Petraglia; LIMA, Nísia Trindade. O sanitarianismo (re)descobre o Brasil. In: _____ (org.). *Na corda-bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. p. 1-37.

SILVEIRA, Éder. Sanear para integrar: a cruzada higienista de Monteiro Lobato. *Estudos Ibero-Americanos*, Rio Grande do Sul, v. 31, n. 1, p. 181-200, jun. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/1332/1037>. Acesso em: 10 jun. 2011.



OS EFEITOS DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NO SISTEMA IMUNE EM IDOSOS*

Raquel Pinto Nunes**

INTRODUÇÃO

Uma série de benefícios decorrentes da prescrição e realização de exercícios físicos para o corpo humano tem sido objeto de diversos estudos, por autores de todo o mundo, tendo por objetivo uma discussão sobre o papel dessa prática na saúde e na boa qualidade de vida.

O exercício físico pode retardar ou mesmo atenuar o processo de perda das funções orgânicas observado no envelhecimento biológico, promovendo melhorias no condicionamento físico e na aptidão social. Dessa forma, a prática de exercícios físicos é um fator primordial para um bom condicionamento físico e uma boa qualidade de vida, sendo frequente a prescrição da mesma por médicos tanto no tratamento de diversos casos clínicos quanto no acompanhamento da saúde do paciente, inclusive em quadros de depressão e ansiedade. Os benefícios da prática de exercícios físicos são não apenas físicos – metabólicos, antropométricos e neuromus-

* O projeto de pesquisa que deu origem a este artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV, sob o seguinte número de protocolo: 0025.0.0408.000-11.

** Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Análises Clínicas (2009-2011). Atualmente cursa Farmácia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação dos professores-pesquisadores Flávia Coelho Ribeiro (doutora em Ciências), do Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais de Saúde (Latec), e Paulo Roberto Soares Stephens (mestre em Ciências-Microbiologia), do Laboratório de Imunologia Clínica do Instituto Oswaldo Cruz (IOC)/Fiocruz. Contato: raquelpnunes@hotmail.com.

culares – mas também sociais e psicológicos – melhoria do autoconceito, da autoestima e da imagem corporal e socialização. Inclusive, resultados positivos no controle, tratamento e prevenção de doenças como diabetes, enfermidade cardíaca, hipertensão, arteriosclerose, varizes, enfermidades respiratórias, artrose, artrite e dor crônica têm sido observados (MATSUDO e MATSUDO, 1992).

O próprio conceito de envelhecimento tem sido foco de diversos estudos e pesquisas, assim como todos os campos de estudo que estão envolvidos nele, que pode ser considerado um processo multifatorial e com inúmeras características. O conceito de idoso sofre diferenciação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento; no Brasil, o Estatuto do Idoso, substanciado na lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, afirma, em seu artigo 1º, que ele se destina a indivíduos com idade superior ou igual a 60 anos de idade (BRASIL, 2003). O presente trabalho se baseará nessa mesma definição, tendo por idoso o indivíduo com 60 anos ou mais.

A velhice é, muitas vezes, vista sob o aspecto da decadência e da improdutividade, por causa do observado declínio biológico normal ao envelhecimento, que resulta em manifestações de patologias diversas e dificuldades funcionais variadas (PEREIRA et al., 2004). É estruturada, então, uma visão negativista de estigmatização do idoso, em virtude da degradação geral observada nas funções do corpo, a qual termina por atingir o indivíduo, refletindo psicológica e socialmente no mesmo.

E, à medida que a pessoa envelhece, exercita-se menos e sua capacidade física diminui; assim, surge o sentimento de velhice aliado ao da incapacidade, que podem levar a um quadro de depressão e estresse. Esses, por sua vez, têm como consequência a diminuição dos níveis de atividade física, que podem levar ao aparecimento de quadros de doenças crônicas, que por fim aceleram o processo de envelhecimento (MATSUDO e MATSUDO, 1992).

Biologicamente, o processo de envelhecimento é resultado de gradativas danificações em células, tecidos e órgãos do corpo, que ocorrem com o avanço da idade, sendo caracterizado como um processo de deterioração progressiva e irreversível (ESBÉRARD, 1999 apud



GAVA e ZANONI, 2005). Tal processo natural, que se caracteriza pela perda e diminuição gradual das funções orgânicas e no qual o indivíduo limita suas capacidades intelectuais e físicas a níveis aceitáveis, é denominado senescência (PERES, NARDI e CHIES, 2003).

Com o decorrer da idade, ocorre uma progressiva diminuição de diversas funções celulares, dentre as quais a fosforilação oxidativa mitocondrial, a síntese de ácidos nucleicos e de proteínas estruturais e enzimáticas, de receptores celulares e fatores de transcrição. Tal diminuição progressiva se relaciona a alterações moleculares diversas também associadas ao envelhecimento e que se apresentam como fatores determinantes da incidência de neoplasias em idosos, como os mecanismos regulatórios da proliferação e apoptose celular, expressão de genes supressores tumorais, entre outros (SILVA e SILVA, 2005).

Pode ser observada, com o envelhecimento, uma série de alterações morfológicas e funcionais em todo o corpo relacionadas às alterações celulares já mencionadas, referentes ao avanço da idade. Essas manifestações do fenômeno de envelhecimento podem se apresentar de formas diferentes, inclusive entre indivíduos da mesma espécie, e até mesmo em diferentes velocidades, uma vez que o ritmo do processo de envelhecimento é definido por uma série de interações entre o genoma e fatores externos (MOTA, FIGUEIREDO e DUARTE, 2004). De modo geral, o processo de envelhecimento pode ser biologicamente descrito como o resultado de gradativos e irreversíveis danos a células e moléculas do organismo, que dessa forma perdem a sua capacidade de restaurar determinados danos (GAVA e ZANONI, 2005).

Dentre essas diversas alterações, são observadas também consequências do fenômeno de envelhecimento, principalmente no sistema imunológico do organismo. O sistema imunológico, formado por diversos órgãos e células específicas, atua na eliminação de patógenos do organismo, bem como no controle interno, evitando o desenvolvimento de imunopatologias. Os diferentes mecanismos de defesa do corpo que o sistema imune comporta são divididos em imunidade inata e imunidade adaptativa (MOTA et al., 2009).

A imunossenescência é o envelhecimento funcional do sistema imune, associado a alterações na função efetora desse sistema de proteção do or-



ganismo, o que leva a uma maior suscetibilidade a doenças autoimunes, infecções e neoplasias, e, conseqüentemente, a um maior índice de fenômenos dessa natureza (MOTA et al., 2009). É a diminuição das respostas humoral e celular que evidencia o processo de imunossenescência (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008; MOTA et al., 2009), processo esse que não está necessariamente associado a alguma doença, sendo fenômeno normal decorrente de uma série de alterações morfológicas e funcionais das células imunes (PERES, NARDI e CHIES, 2003).

Muitas dessas alterações podem ter correlação, inclusive, com o estresse, que se caracteriza como o grau de desgaste total sobre os diversos aspectos do organismo e do indivíduo, causado pela vida. As alterações imunes decorrentes do estresse podem ser justificadas pela secreção do hormônio cortisol pelo córtex da adrenal, que além de exercer efeitos sobre o metabolismo da glicose, funciona como um inibidor do sistema imune (PEREIRA et al., 2004). Além disso, outro mecanismo de resposta ao estresse consiste na secreção de adrenalina e noradrenalina, que aumentam a pressão sanguínea, o que representa um alto risco principalmente para idosos hipertensos (PEREIRA et al., 2004).

Diversos autores destacam, também, a relação existente entre o envelhecimento e a intensificação de processos inflamatórios com os quais diversas doenças crônicas estão relacionadas. Essa predisposição para processos inflamatórios se dá pelo aumento da liberação de determinadas citocinas pró-inflamatórias, o que consiste numa das conseqüências do processo de envelhecimento. O aumento dessas citocinas, assim, vem sendo relacionado com um aumento no risco de doenças cardíacas em geral, de diabetes tipo II e de aterosclerose, além de doença de Alzheimer, doença de Parkinson e artrite reumatoide. Assim, as altas concentrações de citocinas pró-inflamatórias no soro poderiam estar associadas a um marcador potencial de doenças crônicas (SANTOS e SANTOS, 2010).

Uma série de autores afirma que muitos dos benefícios da prática de exercícios físicos estariam associados a uma integração empiricamente comprovada entre essa prática e o funcionamento do sistema imune. Essa



integração é observada pela indução de alterações transitórias no sistema imunológico mediante o exercício físico, regulando uma série de mecanismos do sistema imune e neuroendócrino por meio de diversos sinais, como neurotransmissores, hormônios e citocinas, e pode ter sua base explicada pela inter-relação existente entre o sistema nervoso, o sistema endócrino e o sistema imunológico (LEANDRO et al., 2002).

Dessa forma, torna-se viável estabelecer uma relação entre algumas características do declínio da função imune observadas no processo de envelhecimento com características estimuladoras dessa função imunológica observadas na prática de exercícios físicos. Assim, vários estudos avaliam possíveis combinações dessas características no sentido de analisar os possíveis benefícios dessa prática num organismo que sofre com a queda gradual de suas funções imunes, num processo de imunossenescência.

ENVELHECIMENTO CELULAR E BIOLÓGICO

O envelhecimento é um processo natural do desenvolvimento que envolve diversas alterações em âmbitos tanto biológicos quanto psíquicos ou sociais do indivíduo, uma vez que se desenvolve de maneira simultânea a fatores endógenos e exógenos. Por essa simultaneidade de aspectos envolvidos no processo, ele é caracterizado como multifatorial (SANTOS, ANDRADE e BUENO, 2009), pode se desenvolver de maneiras diferentes entre indivíduos da mesma espécie (MOTA, FIGUEIREDO e DUARTE, 2004), manifestando-se de maneira mais evidente na velhice (SANTOS, 2010).

O declínio biológico normal pelo qual diversos autores caracterizam esse processo gera uma associação do conceito de velhice com uma ideia de decadência e improdutividade. Esse envelhecimento natural, que compromete progressivamente aspectos físicos e cognitivos, é denominado senescência (PEREIRA et al., 2004), e é resultado da danificação de moléculas, células e tecidos, os quais perdem gradativamente a capacidade de reparar esse dano (GAVA e ZANONI, 2005). Assim, ele se caracteriza como um processo de deterioração progressiva irreversível (GAVA e ZANONI, 2005).



Biologicamente, existem diversas teorias que tentam explicar os aspectos do envelhecimento humano, sendo que as principais se baseiam em fatores relacionados à genética, à imunologia e aos radicais livres. Tem-se, porém, uma grande dificuldade de obtenção de uma definição exata e uma teoria concreta e absoluta acerca do processo de envelhecimento, visto que todas as células, tecidos e órgãos do organismo não se comportam da mesma maneira em relação a esse processo (GAVA e ZANONI, 2005).

Alterações celulares evidenciadas no envelhecimento

Com o envelhecimento, diversas funções celulares diminuem progressivamente, e algumas alterações funcionais nas células consideradas normais são observadas. De acordo com Silva e Silva (2005), destacam-se, entre elas, redução da fosforilação mitocondrial, redução da síntese de ácidos nucleicos e de proteínas estruturais e enzimáticas, redução de receptores enzimáticos e fatores de transcrição, diminuição da capacidade de captação de nutrientes, diminuição da capacidade de reparo de lesões cromossômicas e acúmulo do pigmento de lipofuscina, o que evidencia lesão oxidativa.

Essas alterações funcionais estariam relacionadas com alterações morfológicas nas células – núcleos irregulares com lobos anormais, mitocôndrias pleomórficas, retículo endoplasmático reduzido, aparelho de Golgi distorcido e encurtamento telomérico – que ocorrem no processo de envelhecimento.

Alterações morfológicas evidenciadas no envelhecimento

Todas as modificações celulares acima resultam numa série de alterações funcionais e anatômicas no organismo e que constituem o reflexo mais perceptível dessas modificações celulares. As alterações morfológicas, uma vez que o envelhecimento é um processo que afeta todo o organismo, podem ser observadas em diversos sistemas e em todo o indivíduo, e são as responsáveis pela construção da visão negativista que a sociedade carrega acerca do envelhecimento e dos idosos.



Matsudo e Matsudo (1992) destacam, dessa gama de alterações funcionais e fisiológicas evidenciadas no decorrer do envelhecimento, determinadas alterações observadas em nível antropométrico, muscular, neural, pulmonar e cardiovascular (quadro 1).

Quadro 1. Alterações funcionais e fisiológicas evidenciadas no envelhecimento.

Nível antropométrico	ganho de peso
	diminuição da altura
	incremento de gordura corporal
	diminuição da massa muscular
	diminuição da densidade óssea
Nível muscular	perda de 10 a 20% da massa muscular
	diminuição na habilidade para manter força estática
	maior índice de fadiga muscular
	diminuição do tamanho e número de fibras musculares
	diminuição dos estoques de ATP, creatina-fosfato, glicogênio e proteína mitocondrial
	diminuição de enzimas glicolíticas e oxidativas
	diminuição da capacidade de regeneração
Nível neural	diminuição do número e tamanho dos neurônios
	menor velocidade de movimento dos neurônios
	diminuição do fluxo sanguíneo cerebral
Nível pulmonar	diminuição da capacidade vital
	menor mobilidade da parede torácica



Nível cardiovascular	diminuição da frequência cardíaca
	diminuição do gasto cardíaco
	diminuição da utilização de O ₂ pelos tecidos
	aumento da pressão arterial
	aumento da concentração de ácido lático
	aumento do débito de O ₂
	menor capacidade de adaptação e recuperação do exercício físico
Outros	diminuição da agilidade
	diminuição da coordenação
	diminuição do equilíbrio
	diminuição da flexibilidade
	diminuição da mobilidade articular
	aumento da rigidez de cartilagens, tendões e ligamentos

Fonte: Adaptado de Matsudo e Matsudo, 1992.

Destaca-se, por fim, o caráter multissistêmico do envelhecimento biológico, evidenciado em todo o funcionamento do organismo, com alterações que explicitam a deterioração geral de funções orgânicas e fisiológicas. Dessa forma, também é afetado o sistema imunológico do indivíduo idoso, acarretando maior susceptibilidade a quadros de doenças crônicas e diversas patologias.

O SISTEMA IMUNOLÓGICO E A IMUNOSSENESCÊNCIA

Dentre os diversos fenômenos biológicos envolvidos no processo de envelhecimento humano, estão as alterações que se manifestam no sistema imunológico. O sistema imunológico constitui o sistema responsável pela defesa do organismo, na eliminação não apenas de agentes patogênicos – como vírus, fungos, bactérias, protozoários e parasitas multicelulares –, mas

também de células tumorais. Os variados mecanismos desse sistema atuam também no controle interno do organismo contra o desenvolvimento de imunopatologias (MOTA et al., 2009). Tais mecanismos são didaticamente divididos em imunidade inata e imunidade adaptativa, apesar de, efetivamente, estarem ambas intimamente interligadas no organismo.

Em indivíduos idosos, o sistema imune normalmente se apresenta deprimido e limitado, e diversos estudos atribuem a isso a explicação para a maior incidência de doenças crônico-degenerativas e neoplasias nessa fase, além da maior suscetibilidade a infecções diversas. Da mesma forma, essa falha no funcionamento do sistema imune afeta o reconhecimento de estruturas do próprio organismo, levando o sistema imune a reconhecê-las como um organismo estranho, o que explica a maior incidência de quadros de doenças autoimunes (SILVA e SILVA, 2005). Tem-se, assim, por imunossenescência o envelhecimento normal – não necessariamente associado a doenças (PERES, NARDI e CHIES, 2003) – do sistema imunológico com o decorrer da idade (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008).

Esse processo de envelhecimento imunológico evidencia-se por uma diminuição tanto na resposta imune celular quanto na resposta imune humoral (MOTA et al., 2009), uma vez que as alterações relacionadas ao processo podem ocorrer em qualquer etapa do desenvolvimento da resposta imune – por se tratar de um processo multifatorial e que envolve reorganizações e mudanças no desenvolvimento regulatório (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008).

As alterações celulares e moleculares que podem resultar na diminuição da função imunológica do idoso podem ser classificadas, segundo Silva e Silva (2005), em três tipos: diminuição do número absoluto de células; diminuição do número relativo de células; e diminuição da eficiência funcional das células. Essas mudanças estão relacionadas com as alterações normais das funções celulares e fisiológicas observadas em todo o organismo, como discutido no item “Envelhecimento celular e biológico”.



Alterações observadas na medula óssea e no timo

As células do sistema imune possuem curto período de vida; logo, necessitam ser constantemente renovadas, e essa reposição ocorre por meio do *pool* de células-tronco hematopoiéticas (MOTA et al., 2009). Com o envelhecimento, porém, esse *pool* sofre uma diminuição na capacidade de autorrenovação (PERES, NARDI e CHIES, 2003), o que pode comprometer todos os eventos que dependem de sua integridade, incluindo a produção de células imunes e, conseqüentemente, a geração de resposta imunológica (MOTA et al., 2009).

A comparação do perfil de expressão de células-tronco hematopoiéticas jovens e idosas revelou que os genes que medeiam o destino e função linfóide eram sistematicamente inibidos com o envelhecimento, enquanto os genes de especificidade mieloide eram ativados (MOTA et al., 2009).

Durante o envelhecimento, o timo sofre diversas alterações que afetarão diretamente a produção de células T (PERES, NARDI e CHIES, 2003). O timo senil perde a capacidade de influenciar funções como a de repovoamento de áreas de linfonodos dependentes de linfócitos T (SILVA e SILVA, 2005).

A redução do tamanho e a substituição de tecido tímico por tecido adiposo – involução tímica – é a principal alteração anatômico-histológica observada no envelhecimento, e se inicia já antes da fase adulta (MOTA et al., 2009; PERES, NARDI e CHIES, 2003). Possíveis mecanismos que levariam a essa atrofia tímica são a exaustão clonal – relacionada ao encurtamento dos telômeros das células tímicas –, alterações no DNA dessas células e alterações da estabilidade molecular na estrutura das células (SILVA e SILVA, 2005).

A atrofia tímica está relacionada a alterações na quantidade de células T ativas – a qual não é compensada pelos linfócitos dos órgãos linfóides periféricos – e a deficiências de citocinas e hormônios tímicos (MOTA et al., 2009). Porém, Peres, Nardi e Chies (2003) destacam que, mesmo com a queda na taxa de saída de células ao longo do processo de involução tímica, o número de células T na periferia de um indivíduo idoso saudável permanece praticamente constante, enquanto Silva e Silva (2005) dizem que, na verdade,



ocorre uma diminuição no número absoluto de linfócitos T circulantes, com a manutenção no número de linfócitos B.

É importante destacar, ainda, que as células epiteliais tímicas produzem número significativo de fatores estimulantes de colônias – envolvidos na maturação de linfócitos – e de citocinas hematopoiéticas, como IL-1, IL-3, IL-6 e IL-7. Observa-se, inclusive, que no envelhecimento fica inibida a secreção de IL-7, essencial na manutenção e desenvolvimento dos linfócitos, pelas células da medula óssea, sendo estimulada a produção de IL-6 (MOTA et al., 2009).

Alterações observadas na imunidade inata

A imunidade inata é a primeira linha de defesa do organismo e é constituída por barreiras físicas e por mecanismos celulares e moleculares. Quando comparada com a imunidade adaptativa, ela é menos específica: é a imunidade que nasce com o próprio organismo – seus mecanismos existem mesmo antes da exposição dele ao patógeno – e estimula as respostas imunológicas adquiridas, podendo influenciar sua natureza e otimizá-la (ABBAS, LICHTMAN e PILLAI, 2008).

Tem-se como uma característica normal do envelhecimento o desarranjo das barreiras epiteliais da pele, pulmão e área gastrointestinal, o que permite a invasão de microrganismos patogênicos às mucosas. Essa invasão tem consequências ainda mais desafiadoras para a imunidade do indivíduo idoso (MALAFAIA, 2008).

Os neutrófilos são células fagocíticas descritas como os elementos celulares mais importantes e numerosos da imunidade inata (ABBAS, LICHTMAN e PILLAI, 2008). Mesmo que não tenha sido observada alteração no seu número em indivíduos idosos, seus neutrófilos apresentam significativas alterações funcionais e nos sinais de transdução que emitem (MALAFAIA, 2008). Funções como a quimiotaxia, produção de ânion superóxido e apoptose mostram-se alteradas, o que pode ser explicado por modificações de sinalização de receptores (MOTA et al., 2009).

Mudanças na capacidade fagocítica e bactericida dos neutrófilos também são observadas com o envelhecimento, com o declínio dessas atividades



celulares. Os neutrófilos senis são incapazes de permanecer vivos no sítio de infecção por tempo suficiente para desempenhar a atividade fagocitária, o que se explica pela menor resposta a citocinas que normalmente prolongam essa atividade. Tal redução fagocítica no idoso sofre influência, ainda, da apoptose prematura que caracteriza tais células senis (MOTA et al., 2009).

Os macrófagos são células fagocíticas presentes em diversos tecidos, e persistem nos locais de infecção por mais tempo de que os neutrófilos (ABBAS, LICHTMAN e PILLAI, 2008). Observa-se na imunossenescência um declínio geral das suas atividades, o que pode ser relacionado com uma queda na sua capacidade de responder à ativação ou com um declínio nos sinais de ativação provenientes de outras células (SANTOS e SANTOS, 2010).

Em relação aos macrófagos de um indivíduo idoso, destacam-se, além de alterações semelhantes às observadas nos neutrófilos, uma diminuição na quantidade de precursores macrófagos – monócitos – da medula óssea e uma redução na produção de moléculas de sinalização (MOTA et al., 2009). Pode-se ressaltar, inclusive, a ineficiência dessas células num indivíduo idoso na regulação da expressão de moléculas do complexo de histocompatibilidade da classe II (MHC-II), o que prejudica a apresentação de antígenos e a ativação das células TCD4⁺ diretamente (MALAFAIA, 2008).

As células dendríticas – principal ponte entre as imunidades inata e adaptativa – são semelhantes tanto em idosos quanto em jovens no que diz respeito à produção de citocinas, embora as células senis secretem mais IL-6 e TNF- α . Já em relação à fagocitose do corpo apoptótico, essa se apresenta anormal em indivíduos envelhecidos, além de observar-se uma falha na geração de respostas anti-inflamatórias, o que poderia explicar o aumento dos processos inflamatórios vinculado ao envelhecimento (MOTA et al., 2009). Pode-se destacar, também, que a densidade dessas células na pele, bem como a expressão de moléculas MHC-II e a capacidade de apresentação de antígenos apresentam-se alteradas em animais envelhecidos (MALAFAIA, 2008). Ewers, Rizzo e Kalil Filho (2008) destacam não haver diminuição generalizada no número de células dendríticas no organismo, mas uma diminuição numérica em alguns órgãos ou tecidos em particular – como os linfonodos e a mucosa oral. Porém, Ewers, Rizzo e Kalil Filho (2008) também afirmam



que alguns estudos descrevem diminuições no número de células dendríticas de origem mieloide e células dendríticas imaturas no sangue de indivíduos idosos, o que também explicaria o aumento na incidência de fenômenos autoimunes nessa faixa etária.

As células *natural-killer* (NK) são populações de linfócitos grandes e granulados presentes no sangue, e, principalmente, no baço (MOTA et al., 2009), que reconhecem células do corpo infectadas ou expostas a altas cargas de estresse, destruindo-as diretamente e secretando citocinas inflamatórias. As células NK constituem, também, importante fonte de IFN- γ , citocina de ativação dos macrófagos (ABBAS, LICHTMAN e PILLAI, 2008).

Em relação às células NK no envelhecimento, observa-se um aumento no número de células circulantes, ao passo que a atividade dessas células encontra-se diminuída. A diminuição na resposta a citocinas, por exemplo, resulta em declínios na citotoxicidade celular e na síntese de citocinas e quimiocinas (MOTA et al., 2009; MALAFAIA, 2008).

Existem, porém, controvérsias quanto a esse aumento, visto que alguns autores indicam que, na verdade, ocorre uma diminuição ou uma manutenção desse número (SILVA e SILVA, 2005). Sabe-se, ainda, que a atividade das células NK está relacionada a níveis séricos de vitamina D ingerida (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008), sendo esse um possível interferente nos diferentes resultados publicados.

Relacionam-se, ainda, as células NKs ao controle de células neoplásicas; assim, a diminuição da sua capacidade de lise contribuiria para o desenvolvimento de neoplasias em indivíduos idosos (PERES, NARDI e CHIES, 2003). Malafaia (2008) considera, ainda, aspectos moleculares da imunossenescência, explicitando que defeitos tanto no nível da expressão quanto da função de receptores *toll-like* são observados durante o envelhecimento, o que pode aumentar a susceptibilidade a infecções bacterianas, micóticas e virais na população idosa, além da severidade das mesmas.

As citocinas são os grandes mediadores da resposta imune e controlam diferentes funções celulares (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008). O envelhecimento, por sua vez, tem sido associado a alterações na produção



dessas citocinas (SANTOS e SANTOS, 2010), o que se reflete em alterações em diversos mecanismos celulares.

De modo geral, observa-se um aumento na produção de citocinas pró-inflamatórias em indivíduos idosos, frente a uma diminuição na produção de citocinas anti-inflamatórias (SANTOS e SANTOS, 2010). Essa tendência estaria associada ao maior índice de quadros inflamatórios em idosos, o que pode relacionar-se com o desenvolvimento comum de algumas doenças crônicas nessa faixa etária, como aterosclerose, artrite, demência e outras.

Diversos estudos se contrapõem em relação aos níveis de produção de determinadas citocinas, como evidenciado no quadro 2.

Quadro 2. Alterações dos níveis de produção de citocinas no envelhecimento.

Citocina	Principais alvos celulares e efeitos biológicos	Comportamento no envelhecimento	Referências
IL-1	Células endoteliais: ativação (inflamação, coagulação)	Aumento	Ewers, Rizzo e Kalil Filho, 2008
IL-2	Células T: proliferação, síntese aumentada de citocinas; potencializa apoptose mediada por Fas; promove desenvolvimento de células T reguladoras, sobrevivência Células NK: proliferação, ativação Células B: proliferação, síntese de anticorpos	Diminuição	Peres, Nardi e Chies, 2003
IL-3	Fator estimulante de colônia, envolvida na maturação de linfócitos	Aumento	Peres, Nardi e Chies, 2003



IL-4	<p>Células B: troca de isótopo para IgE</p> <p>Células T: diferenciação de TH2, proliferação</p> <p>Macrófagos: inibição mediada por IFN-γ</p> <p>Mastócitos: proliferação (<i>in vitro</i>)</p>	<p>Peres, Nardi e Chies (2003) mencionam, em seu trabalho, diferentes autores que afirmam a ocorrência de diminuição, manutenção ou aumento na produção de IL-4, o que impossibilita a elaboração de uma conclusão objetiva.</p>	<p>Peres, Nardi e Chies, 2003</p>
IL-5	<p>Eosinófilos: ativação produção aumentada</p> <p>Células B: proliferação, produção de IgA (<i>in vitro</i>)</p>	<p>Manutenção</p>	<p>Peres, Nardi e Chies, 2003</p>
IL-6	<p>Fígado: síntese de proteínas de fase aguda</p>	<p>Aumento</p>	<p>Ewers, Rizzo e Kalil Filho, 2008</p> <p>Peres, Nardi e Chies, 2003</p> <p>Mota et al., 2009</p>
IL-7	<p>Linfócitos: maturação e desenvolvimento</p>	<p>Inibição</p>	<p>Mota et al., 2009</p>



IL-10	Macrófagos, células dendríticas: inibição de produção de IL-12 e expressão de coestimuladores e moléculas MHC classe II	Aumento	Peres, Nardi e Chies, 2003
TNF- α	Células endoteliais: ativação (inflamação, coagulação) Neutrófilos: ativação Hipotálamo: febre Fígado: síntese de proteínas de fase aguda Músculo, gordura: catabolismo (caquexia) Muitos tipos de células: apoptose	Aumento	Ewers, Rizzo e Kalil Filho, 2008 Santos e Santos, 2010 Peres, Nardi e Chies, 2003
IFN- γ	Macrófagos: ativação (funções microbidas aumentadas) Células B: troca de isótopo para subclasses de Ig de opsonização e fixação do complemento Células T: diferenciação de TH1 Outras: expressão aumentada de moléculas MHC de classe I e classe II, processamento de antígeno e apresentação às células T aumentadas.	Aumento	Peres, Nardi e Chies, 2003



Alterações observadas na imunidade adaptativa

Diferentemente da resposta imune inata, as respostas da imunidade adaptativa são estimuladas pela exposição a agentes infecciosos e, dessa forma, sua magnitude e capacidade defensiva aumentam a cada exposição a determinado microrganismo. Assim, atribuem-se a essa imunidade algumas características fundamentais, como especificidade, diversidade, memória, expansão clonal, especialização e homeostasia, além da tolerância a antígenos do próprio organismo (ABBAS, LICHTMAN e PILLAI, 2008).

Em idosos saudáveis, observa-se, de maneira geral, um decréscimo de 10 a 15% no número de linfócitos totais – podendo chegar a 30%, segundo alguns estudos (SILVA e SILVA, 2005) –, decréscimo que é responsável pela diminuição da capacidade do idoso em responder a estímulos antigênicos (MALAFAIA, 2008). Outro dado importante é a diminuição da resposta imune mediada por células, o que traz como consequência uma diminuição da hipersensibilidade tardia, comprometendo a vigilância imunológica para o câncer, por exemplo (SILVA e SILVA, 2005).

Enquanto alguns estudos apontam para a não alteração no número de linfócitos T com o envelhecimento (PERES, NARDI e CHIES, 2003; MOTA et al., 2009), outros autores defendem o declínio no número dessas células no indivíduo idoso (SANTOS e SANTOS, 2010; SILVA e SILVA, 2005). O que se sabe, porém, é que as células T periféricas, em idosos, apresentam algumas alterações fenotípicas e funcionais (PERES, NARDI e CHIES, 2003). Entre elas, destacam-se a diminuição na expressão de moléculas de superfície, alterações na sinalização intracelular, aumento na razão de apoptose e diminuição na capacidade proliferativa (SANTOS e SANTOS, 2010). Algumas das possíveis explicações para essas alterações envolvem interações regulatórias e a formação de células T de memória (PERES, NARDI e CHIES, 2003).

A diminuição na capacidade de ativação e proliferação das células T com o envelhecimento não é consenso. Enquanto alguns estudos apontam para uma diminuição dessa capacidade (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008), outros defendem a manutenção da mesma (PERES, NARDI e CHIES, 2003).



Estudos que defendem a ocorrência de alteração na capacidade de ativação e proliferação de células T associam esse fenômeno a defeitos nos eventos precoces da cascata de sinalização. Esses defeitos poderiam ser na fosforilação da tirosina, na mobilização do cálcio, na translocação do núcleo e na produção de IL-2 (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008). A diminuição na produção de IL-2 estaria relacionada com um decréscimo de células T *helper* 1, responsáveis pela produção da mesma (MOTA et al., 2009).

Num indivíduo jovem, existe uma superioridade numérica de células T virgens em relação às células T maduras. Com a imunossenescência, porém, observa-se uma inversão dessa proporcionalidade de subpopulações celulares (PERES, NARDI e CHIES, 2003; MOTA et al., 2009). Isso é resultado do contato do organismo com diferentes patógenos ao longo da vida, que resulta numa maior produção de células de defesa especializadas (PERES, NARDI e CHIES, 2003).

Não se sabe, porém, se essas células mantêm a sua eficiência na resposta imune com o envelhecimento do indivíduo (PERES, NARDI e CHIES, 2003), mas estudos defendem que elas tendem a se multiplicar menos diante da exposição ao antígeno em relação às células mais jovens (MOTA et al., 2009). Isso seria explicado pelo fato de as células T de memória normalmente possuírem a molécula CD28 – proteína responsável pelo estímulo à divisão celular ante a presença do antígeno – em sua superfície, e, com o envelhecimento, essas células tendem a perder essa molécula de superfície (MOTA et al., 2009).

Em relação também a essa eficiência de atuação dos linfócitos T senis, observa-se o aumento do número de linfócitos T autorreativos – linfócitos que respondem a componentes moleculares do próprio hospedeiro – com o envelhecimento (SILVA e SILVA, 2005).

Alterações qualitativas e quantitativas na imunidade humoral são associadas ao envelhecimento, como um declínio numérico e funcional de dos linfócitos B com o envelhecimento (SANTOS e SANTOS, 2010; PERES, NARDI e CHIES, 2003). Essa diminuição do número de linfócitos B no organismo, por exemplo, pode desencadear uma leucemia crônica B, quadro muito comum em idosos (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008).



Alguns mecanismos que explicam essas alterações funcionais são a diminuição na capacidade de diferenciação e alterações na sinalização intracelular (SANTOS e SANTOS, 2010). Em linfócitos B senis, sua afinidade, idiotipo e isotipo encontram-se diferenciados em relação a células jovens (PERES, NARDI e CHIES, 2003; MALAFAIA, 2008). Outros estudos, porém, defendem que essas mudanças na funcionalidade de linfócitos B não se devem a mudanças nessas próprias células, mas em seu ambiente – como a estimulação incompleta de outras células ou alterações nas citocinas circulantes (SANTOS e SANTOS, 2010).

Outra alteração qualitativa na atuação dos linfócitos B de indivíduos idosos encontra-se na própria produção de anticorpos. Os anticorpos produzidos por essas células senis não atuam de forma adequada – não opsonizam adequadamente antígenos, por exemplo, mesmo com elevada concentração e alta especificidade (MOTA et al., 2009).

Na imunossenescência, a imunoglobulina IgG, responsável pelas ações de opsonização, ativação do complemento, mediação de citotoxicidade e inibição por *feedback* das células B, e a imunoglobulina IgA, envolvida na imunidade de mucosas, estão normalmente aumentadas, enquanto os níveis de IgM, receptor de antígeno de células B *naïve* e responsável pela ativação do complemento, permanecem inalterados (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008; MOTA et al., 2009; SILVA e SILVA, 2005). Os níveis de IgG1, IgG2 e IgG3, por sua vez, mostram-se significativamente alterados, enquanto os níveis de IgG4 não (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008). Há, porém, uma perda de anticorpos IgG de alta afinidade durante o envelhecimento, o que contribui para o aumento da susceptibilidade e da gravidade de doenças infecciosas em idosos, assim como uma menor eficiência na vacinação dos mesmos (MOTA et al., 2009; MALAFAIA, 2008).

É importante destacar que IgG1 e IgG3 estão relacionadas com a resposta humoral contra vírus e bactérias; IgG2 e IgM – esta, uma imunoglobulina de fase aguda –, estão relacionadas com respostas contra polissacarídeos; e IgG4 e IgE estão relacionadas com respostas contra parasitas e envolvida nas reações de hipersensibilidade (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008).



Morte celular na imunossenescência

No sistema imune, o papel principal da apoptose celular está na seleção do repertório de linfócitos T no timo, além da seleção de linfócitos T e B autorreativos e da regulação da memória imunológica e das células NK (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008).

No envelhecimento, observa-se uma linfopenia progressiva de células T tanto CD4⁺ quanto CD8⁺, o que se dá pelo decréscimo de precursores na medula óssea, pela redução do potencial proliferativo e/ou pelo aumento da apoptose.

Parece contraintuitivo que um aumento na apoptose seja temporalmente associado a um aumento nas doenças autoimunes, entretanto, há duas hipóteses. A primeira seria um aumento preferencial na morte de células T reguladoras; a segunda, a perda progressiva de linfócitos T que respondem contra antígenos nominais e que permitiria o desenvolvimento de clones autorreativos, pois abriria “espaço” na periferia para o desenvolvimento dessas células. (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008, p. S19)

Autoimunidade na imunossenescência

Na autoimunidade, pode ocorrer uma falha nos mecanismos de controle do sistema imune no que diz respeito à sua propriedade de tolerância a componentes próprios do organismo, levando a uma resposta imunológica contra esses componentes e também à criação de autoanticorpos naturais (MALAFAIA, 2008).

A progressiva ativação de macrófagos e células relacionadas parece ser a principal consequência da exposição crônica a antígenos, porém a contínua mudança antigênica seria a responsável pelo progressivo estado pró-inflamatório existente na imunossenescência. A indução e a manutenção de tolerância antígeno específica pelo sistema imune é, desse modo, primordial para a prevenção de doenças autoimunes, bem como na proteção contra microrganismos, levando à manutenção do equilíbrio imune. Tal tolerância é mediada, por exemplo, pela ação das células dendríticas, que realizam o reconhecimento



de estruturas próprias e não próprias do organismo (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008).

O funcionamento dessas células, porém, encontra-se alterado em indivíduos idosos, além de ser relatada a diminuição do número delas no sangue (EWERS, RIZZO e KALIL FILHO, 2008). Tais fatores poderiam contribuir para a ineficiência no reconhecimento de estruturas próprias ao organismo, acarretando maior incidência de fenômenos de natureza relativa tanto à autoimunidade quanto a processos inflamatórios em geral.

Silva e Silva (2005) destacam que a autoimunidade não deve ser associada apenas a uma deficiência imunológica, uma vez que ela contribui inclusive, no idoso, para um aumento da atividade dos anticorpos anti-idiotípicos.¹ Além disso, o aumento da incidência de autoanticorpos e de doenças autoimunes em indivíduos idosos também pode estar relacionado com alterações funcionais observadas em células T, especialmente células T supressoras (PERES, NARDI e CHIES, 2003). A redução da atividade tímica também tem se mostrado um fator contribuinte da geração de autoanticorpos em idosos.

Todo ser humano normal possui linfócitos potencialmente autorreativos circulantes e acredita-se que estes linfócitos não desenvolvem reações indesejáveis por estarem sob o controle de linfócitos supressores. No entanto, com a involução tímica e com a conseqüente migração reduzida de novas células a partir desse órgão, o repertório de células T periféricas deve se sustentar principalmente através da proliferação de linfócitos preexistentes. (PERES, NARDI e CHIES, 2003, p. 191)

Dessa forma, tem-se um delicado equilíbrio que pode ser quebrado caso ocorra ausência ou diminuição excessiva do número de células T supressoras capazes de impedir o desenvolvimento de uma resposta autoimune (PERES, NARDI e CHIES, 2003).

¹ Anticorpos dirigidos contra outros anticorpos, que têm sua produção aumentada em indivíduos idosos e modulada por linfócitos T periféricos, os quais possuem longa sobrevivência (SILVA e SILVA, 2005).



Neoplasias e imunossenescência

As neoplasias malignas, conhecidas popularmente como câncer, são resultado de alterações no processo apoptótico e/ou proliferativo de determinadas células, que leva a um desequilíbrio denominado heterostase. Tal desequilíbrio favorece um acúmulo desordenado de células, o qual dá origem a um neoplasma capaz de gerar sintomas e sinais que caracterizam o quadro (SILVA e SILVA, 2005).

Na imunossenescência, tem-se uma diminuição da atividade efetora das células NK, que são células fundamentais no controle das células tumorais (MOTA et al., 2009; MALAFAIA, 2008). Dessa forma, a imunossenescência se caracteriza como um favorecedor do desenvolvimento de neoplasias no organismo, visto que a diminuição da capacidade de lise da NK contribui para que não haja controle dessas células neoplásicas (PERES, NARDI e CHIES, 2003).

OS EFEITOS E A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS

Uma série de benefícios decorrentes da prescrição e da realização de exercícios físicos para o corpo humano tem sido tema recorrente em diversos estudos, realizados por autores de todo o mundo, tendo como objetivo uma discussão sobre o papel dessa prática na promoção da saúde e de uma boa qualidade de vida.

O exercício físico pode retardar ou mesmo atenuar o processo de perda das funções orgânicas observadas no envelhecimento biológico, promovendo melhorias não apenas no condicionamento físico, mas também na aptidão social do praticante (CHEIK et al., 2003). “O exercício físico leva o indivíduo a uma maior participação social, resultando em um bom nível de bem-estar biopsicofísico, fatores esses que contribuem para a melhoria de sua qualidade de vida” (CHEIK et al., 2003, p. 48).

Dentre os benefícios psicossociais oriundos da prática de exercícios físicos, destacam-se a melhoria do autoconceito, da autoestima, da imagem corporal e da socialização (MATSUDO e MATSUDO, 1992) e o combate



ao estresse (MADUREIRA e MADUREIRA, 2000). Dessa forma, a prática de exercícios físicos é um fator primordial para uma boa qualidade de vida, sendo frequente a prescrição da mesma por médicos tanto no tratamento de diversos casos clínicos quanto no acompanhamento da saúde do paciente, o que evidencia seu caráter preventivo – anterior ao aparecimento e manifestação clínica da doença (CHEIK et al., 2003). Estudos clínicos demonstram, inclusive, que a regularidade de tal prática, além de ter efeitos metabólicos, antropométricos ou neuromusculares (MATSUDO e MATSUDO, 1992), estaria associada à prevenção de doenças crônico-degenerativas (LEANDRO et al., 2007).

É importante, contudo, ressaltar a diferenciação feita entre os termos atividade física e exercício físico. O primeiro é utilizado de modo mais amplo, referindo-se a qualquer movimento muscular esquelético que resulte em gasto energético maior do que aquele dos níveis de repouso. O segundo, no entanto, é mais específico, referindo-se à prática planejada, estruturada e repetitiva de exercícios físicos, com o objetivo de aumentar ou manter a saúde e as condições físicas do praticante (CHEIK et al., 2003).

Os efeitos da prática de exercícios físicos em idosos

A relação entre prática de exercícios físicos, saúde e envelhecimento vem sendo amplamente discutida. Tal prática seria um fator determinante para um processo de envelhecimento saudável (MATSUDO, MATSUDO e BARROS NETO, 2001), e a relação entre esses dois fatores se baseia na atribuição de diversas das consequências deletérias do envelhecimento à ausência de prática de atividades físicas ao longo da vida (MATSUDO e MATSUDO, 1992).

Os exercícios físicos mais recomendados a idosos são os exercícios aeróbios de baixo impacto – como caminhada, natação, ciclismo e hidroginástica –, por estarem associados a um menor risco de lesões ao indivíduo. Tais exercícios propiciam múltiplos efeitos benéficos em nível antropométrico, metabólico, neuromuscular e psicológico, tendo importância tanto na prevenção quanto no tratamento de diversas doenças e quadros clínicos, inclusive neoplasias (MATSUDO e MATSUDO, 1992).



Por fim, o fato de a prática de exercícios físicos se apresentar como fator essencial no controle do peso e da gordura corporal traz para ela o benefício do controle de outras doenças e casos clínicos associados à idade, como doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão, acidente vascular cerebral, artrite, apneia do sono, prejuízo da mobilidade e aumento da mortalidade (MATSUDO, 2002).

Efeitos da prática de exercícios físicos no sistema imunológico

O exercício físico, ao gerar um desvio da homeostase orgânica, leva à reorganização das respostas de diversos sistemas do organismo (ROSA e VAISBERG, 2002), entre eles o sistema imune, no qual induz diversas alterações transitórias. As alterações ocorridas durante e depois do esforço são definidas pela intensidade, duração da prática e tipo de exercício realizado. Apesar de o exercício físico ser genericamente classificado como um estímulo estressante, a resposta do organismo ao mesmo é dividida em dois componentes: a resposta aguda e a adaptação crônica (ROSA e VAISBERG, 2002). “Na resposta aguda ao exercício, os sistemas imunológico e neuroendócrino interagem através de sinais moleculares na forma de hormonas, citocinas e neurotransmissores” (LEANDRO et al., 2002, p. 80).

O funcionamento do sistema imune depende da relação estabelecida entre o eixo imunoneuroendócrino, o qual compreende os sistemas nervoso, endócrino e imunológico, relacionando-se de maneira intrínseca, por meio de substâncias peptídicas e neurotransmissores (KRINSKI et al., 2008). Os mecanismos que modulam a resposta imune ao exercício físico são divididos em três grupos: hormonais, metabólicos e mecânicos (ROSA e VAISBERG, 2002).

Dentre os hormônios que atuam no sistema imune durante o exercício físico se destacam as catecolaminas (LEANDRO et al., 2007), o cortisol, o hormônio do crescimento e peptídeos opioides (ROSA e VAISBERG, 2002). Já dentre os fatores metabólicos e mecânicos, destacam-se a glutamina – aminoácido de fundamental importância no metabolismo de células musculares e de células do sistema imunológico –, a hipóxia, a hipertemia e a



lesão muscular como gerador de um processo inflamatório localizado (ROSA e VAISBERG, 2002).

Relaciona-se o exercício físico moderado a um aumento na função de diversos componentes do sistema imune, como no caso dos leucócitos e macrófagos, entre outros. De maneira geral, é estabelecido que o exercício físico praticado moderadamente leva ao aumento da função imunológica e, conseqüentemente, à diminuição da susceptibilidade do indivíduo a doenças (LEANDRO et al., 2007).

O exercício físico intenso pode induzir uma inibição de muitos mecanismos de defesa do organismo, dentre os quais podem ser citados: a atividade das células NK, a resposta proliferativa dos linfócitos e a produção de anticorpos pelos plasmócitos. Tais alterações resultam num estado de imunodepressão, além de levarem a processos alérgicos e autoimunes (LEANDRO et al., 2007). Em resposta ao exercício físico intenso, observa-se a neutrofilia, a linfopenia e a monocitose, redistribuição de células essa que está ligada à liberação de adrenalina no organismo (LEANDRO et al., 2007).

No período de recuperação da prática de exercícios físicos, os exercícios moderados produzem um efeito benéfico ao sistema imune, ao aumentarem o tempo de circulação de leucócitos (KRINSKI et al., 2008). Conseqüentemente tem-se um aumento do potencial de defesa do sistema imunológico, contribuindo no combate a microrganismos patogênicos.

Em relação aos neutrófilos, tem-se, na resposta à prática de exercício físico moderado, um aumento da função quimiotática e fagocítica, além da capacidade microbicida dessas células imunológicas (ROSA e VAISBERG, 2002).

O estresse provocado pelo exercício físico – tanto na resposta aguda quanto na resposta crônica ao mesmo – também tem efeito estimulante na maioria das funções dos macrófagos. Esse estímulo estaria associado a hormônios como cortisol, prolactina e tiroxina, que têm sua secreção aumentada e se relacionam com o aumento observado na atividade metabólica, enzimática lisossomal e fagocítica (ROSA e VAISBERG, 2002). “Foi demonstrado também um aumento da capaci-



dade tumoricida dos macrófagos peritoneais, provavelmente decorrente da maior produção de TNF- α e de óxido nítrico” (ROSA e VAISBERG, 2002, p. 169).

Imediatamente após a prática de exercícios físicos, descreve-se, ainda, um aumento de 150 a 300% no número de células NK no sangue periférico, o que decorre do aumento da densidade de receptores β -alergênicos em sua superfície celular. Esse aumento transitório se deve à ação do cortisol (ROSA e VAISBERG, 2002).

A atividade funcional dessas células é evidente tanto em atletas idosos quanto em jovens, aumentando de 40 a 100% após o exercício de alta intensidade, o que está relacionado não aos níveis de cortisol e epinefrina – que atuam apenas na redistribuição das células –, mas aos níveis de endorfinas (ROSA e VAISBERG, 2002). Verifica-se também, em estado de repouso, uma maior atividade das células NK em indivíduos atletas (KRINSKI et al., 2008). No referente ao aumento do nível de atividade citotóxica das células NK, a liberação de alguns fatores do sistema complemento, como interferons, interleucinas (IL-2) e o hormônio b-endorfina, é apontada como coadjuvante desse processo (KRINSKI et al., 2008).

Rosa e Vaisberg (2002), em seu estudo experimental, demonstraram um aumento da resposta proliferativa das células T a mitógenos em indivíduos que praticam regularmente exercícios físicos moderados quando comparados com indivíduos que não se exercitam.

A concentração de imunoglobulinas séricas sofre um aumento após o exercício de alta ou média intensidades, haja vista a redução do volume plasmático que se segue ao exercício. Adicionalmente, também, tem-se um aumento de imunoglobulinas, decorrente do afluxo de proteínas do extra para o intravascular (ROSA e VAISBERG, 2002).

Após exercício muito intenso, observa-se um quadro de neutrofilia associada à ação das catecolaminas (ROSA e VAISBERG, 2002; KRINSKI et al., 2008). Horas após esse exercício, ocorre um novo pico de neutrofilia, que se deve à mobilização de células da medula óssea, em resposta ao aumento da concentração de cortisol no plasma (ROSA e VAISBERG, 2002).



Os mecanismos propostos na tentativa de explicar o decréscimo da atividade dos neutrófilos pós-exercício extenuante estariam associados a alterações na expressão de receptores da membrana celular, os quais iniciam uma cascata de eventos intracelulares que conduzem ao lançamento de enzimas e à produção de reativos intermediários de oxigênio, levando a um extravasamento de neutrófilos para os tecidos lesados (KRINSKI et al., 2008).

Em relação aos macrófagos, o exercício agudo leva a um quadro de monocitose transitória – decorrente da ação das catecolaminas – e, durante a inflamação, o exercício exaustivo diminui o número de macrófagos recrutados para o sítio inflamatório (ROSA e VAISBERG, 2002). É importante ressaltar também que o exercício exaustivo se apresenta como um fator associado à diminuição da expressão do MHC de classe II – estrutura fundamental na apresentação de antígenos – assim como à queda da função antiviral dos macrófagos alveolares (ROSA e VAISBERG, 2002).

Exercícios físicos de alta intensidade e longa duração induzem a uma linfocitose imediata, que ocorre de forma transitória e desaparece em um curto período após o esforço (KRINSKI et al., 2008). As taxas de linfócitos TCD8⁺ apresentam um aumento de 50 a 100% após o exercício agudo, ao passo que as de linfócitos TCD4⁺ e de linfócitos B apresentam poucas alterações frente ao exercício (ROSA e VAISBERG, 2002).

O quadro de linfopenia observado ao fim do exercício pode estar relacionado com a redução dos níveis de adrenalina, seguida do aumento na concentração de cortisol e hormônios de crescimento. Isso leva a uma redistribuição de leucócitos e linfócitos, gerando um efeito imunossupressor no organismo. Outra provável justificativa para esse quadro de linfocitopenia se encontra no processo apoptótico que se desencadeia por intermédio do estresse oxidativo e à redução dos níveis de substratos metabólicos, como o glicogênio e a glutamina (KRINSKI et al., 2008).

Funcionalmente, observa-se uma queda, que persiste por várias horas, da proliferação linfocitária após a realização de exercício físico intenso. Tal inibição se relaciona à ação da epinefrina e do cortisol. O cortisol inibe tal proliferação tanto por ação direta na célula quanto por inibição da produção de IL-2 (ROSA e VAISBERG, 2002).



Após o exercício intenso em indivíduos não treinados,⁴ tem-se uma supressão da produção de imunoglobulinas. Já em atletas bem condicionados, o exercício, mesmo de alta intensidade, não provoca qualquer alteração (ROSA e VAISBERG, 2002). Tem-se, porém, um comportamento diferenciado da IgA quando em comparação com as outras imunoglobulinas, pois ocorre uma diminuição de até 50% nos valores basais dessa imunoglobulina em atletas considerados de elite após o esforço intenso, o que está relacionado com a maior incidência de infecções de vias aéreas superiores observada em atletas submetidos a grandes esforços (ROSA e VAISBERG, 2002; KRINSKI et al., 2008).

Associa-se o exercício de alta intensidade à lesão de células musculares, o que conseqüentemente gera uma resposta de fase aguda, que envolve sistema complemento, neutrófilos, macrófagos, citocinas e proteínas de fase aguda (ROSA e VAISBERG, 2002). Não há consenso em relação aos achados referentes às alterações nos níveis de citocinas. Rosa e Vaisberg (2002) descreveram um aumento plasmático de IL-1 e IL-6, e do receptor solúvel de IL-2, IL-6, IFN- γ , TNF- α , dentre outras. Esses achados estariam relacionados com a intensidade do exercício realizado (ROSA e VAISBERG, 2002).

Quadro 3. Alterações no sistema imunológico em decorrência do exercício físico.

Fator	Exercício físico moderado	Exercício físico intenso
Leucócitos	Aumento do número de circulantes	Diminuição do número
Neutrófilos	Aumento da função quimiotática e fagocítica	Diminuição funcional, neutrofilia
Macrófagos	Estímulo à função de quimiotaxia, fagocitose e atividade citotóxica	Monocitose; diminuição da expressão de MHC-II e queda da função antiviral

⁴ Indivíduos que não realizam prática regular de exercícios físicos.



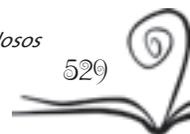
Linfócitos	Aumento da resposta proliferativa	Linfocitose imediata; inibição da proliferação linfocitária
Imunoglobulinas	O comportamento da produção de imunoglobulinas após a prática de exercícios físicos é variável em relação à condição do praticante de treinado ou não treinado	

CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA CORRELAÇÃO ENTRE O ENVELHECIMENTO E A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NO SISTEMA IMUNOLÓGICO

Foram descritas, anteriormente, uma série de influências que o processo de envelhecimento e a prática de exercícios físicos moderados exercem sobre o sistema imunológico. De modo geral, tem-se que seus efeitos são inversos, visto que, enquanto o primeiro – envelhecimento – influencia negativamente no funcionamento do sistema imune, o segundo – exercícios físicos – exerce influência no sentido de beneficiar tal sistema.

Tendo por objetos de análise indivíduos idosos que realizam a prática moderada de exercícios físicos, pode-se inferir que, simultaneamente às consequências depreciativas do processo de envelhecimento, tal prática influencia positivamente no funcionamento do sistema imune. Nesse sentido, torna-se viável o estabelecimento de uma relação de neutralização dos efeitos negativos de um fator – imunossenescência – pelos efeitos positivos do outro – prática moderada de exercícios físicos. Em consequência, promover-se-ia uma resultante positiva às defesas do organismo idoso.

Em relação à ação dos neutrófilos no processo de imunossenescência, além de outras alterações em sua atividade, podemos destacar uma queda



na função de quimiotaxia, na sua capacidade fagocítica e na sua capacidade bactericida (MOTA et al., 2009). Já no que diz respeito ao estímulo à prática moderada de exercícios físicos, observa-se um aumento dessas funções celulares (ROSA e VAISBERG, 2002). Desse modo, é possível inferir que, num indivíduo idoso que mantenha tal prática de exercício ao longo da vida, tais efeitos se neutralizam, promovendo uma resultante positiva às defesas do organismo idoso.

Na imunossenescência, a ação dos macrófagos encontra-se afetada, com um declínio geral de suas atividades – o que pode ser relacionado à queda na capacidade dos mesmos de responderem à ativação (SANTOS e SANTOS, 2010). Tem-se, na imunossenescência, uma menor capacidade de quimiotaxia por parte dessas células (MALAFAIA, 2008), capacidade que se observa estimulada em praticantes de exercícios físicos moderados (ROSA e VAISBERG, 2002).

Se em indivíduos senescentes, as atividades – principalmente citotóxicas – das células NK encontram-se diminuídas (MOTA et al., 2009; MALAFAIA, 2008), indivíduos que praticam exercícios físicos moderados apresentam uma elevação dessas atividades quando se comparam esses índices com os índices de repouso (KRINSKI et al., 2008).

Em resposta ao exercício físico moderado, ocorre um aumento na resposta proliferativa dos linfócitos T a mitógenos em indivíduos treinados quando comparados com indivíduos não treinados (ROSA e VAISBERG, 2002), o que se opõe à diminuição da capacidade proliferativa dessas células, observada na imunossenescência (SANTOS e SANTOS, 2010).

Quadro 4. Balanceamento de efeitos do envelhecimento e da prática de exercícios físicos no sistema imunológico.

Componentes	Envelhecimento	Exercício físico
Neutrófilos	<ul style="list-style-type: none"> • ↓ Quimiotaxia • ↓ Capacidade fagocítica • ↓ Capacidade bactericida 	<ul style="list-style-type: none"> • ↑ Quimiotaxia • ↑ Capacidade fagocítica • ↑ Capacidade bactericida



Macrófagos	• ↓ Quimiotaxia	• ↑ Quimiotaxia
Células NK	• ↓ Atividade citotóxica	• ↑ Atividade citotóxica
Linfócitos T	• ↓ Capacidade proliferativa	• ↑ Capacidade proliferativa
Imunoglobulinas	• ↓ Produção	• ↑ Produção

Em relação ao comportamento das imunoglobulinas nas duas variáveis estudadas, destaca-se que, em um indivíduo idoso, a quantidade de anticorpos produzidos diante de um antígeno estranho é menor quando comparada à quantidade produzida por um indivíduo mais jovem (MOTA et al., 2009). Porém, Rosa e Vaisberg (2002) mencionam um aumento de imunoglobulinas séricas após a prática de exercícios de alta ou média intensidade.

Fica claro, por fim, o caráter desse estímulo para o sistema imunológico, o qual, em diversos exemplos, estimula positivamente componentes que têm sua atividade prejudicada pelo processo de imunossenescência. Dessa forma, a prática de exercícios físicos, quando realizada moderadamente, é comprovadamente benéfica para todo o corpo. Assim, torna-se viável a hipótese proposta, da neutralização de alguns dos efeitos negativos do envelhecimento no sistema imune pela prática de exercícios físicos moderados e ao longo da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAS, Abdul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. *Imunologia celular e molecular*. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Estatuto do idoso*. 1. ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 725-733, maio-jun. 2003.

CHEIK, Nádia C. et al. Efeitos do exercício físico e da atividade física na depressão e na ansiedade em indivíduos idosos. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 11, n. 3, p. 45-52, 2003.



CANCELA, Diana Manuela Gomes. *O processo de envelhecimento*. 2007. Monografia (Estágio de Complemento ao Diploma de Licenciatura em Psicologia) – Instituto de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade Lusíada do Porto, Porto, 2007. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

EWERS, Irina; RIZZO, Luiz Vicente; KALIL FILHO, Jorge. Imunologia e envelhecimento. *Einstein*, São Paulo, v. 6, supl. 1, p. S13-S20, 2008.

FARINATTI, Paulo de Tarso Veras. Teorias biológicas do envelhecimento: do genético ao estocástico. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 8, n. 4, p. 129-138, 2002. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

FERNANDES, Maria das Graças Melo; GARCIA, Loreley Gomes. O sentido da velhice para homens e mulheres idosos. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 771-783, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/29701/31576>. Acesso em: 15 out. 2013.

GARRIDO, Regiane; MENEZES, Paulo R. O Brasil está envelhecendo: boas e más notícias por uma perspectiva epidemiológica. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 24, supl. 1, p. 3-6, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v24s1/8849.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

GAVA, Alessandra Aparecida; ZANONI, Jacqueline Nelisis. Envelhecimento celular. *Arquivos de Ciências da Saúde da Unipar, Umuarama*, v. 9, n. 1, p. 41-46, jan.-mar. 2005. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/saude/article/download/218/192>. Acesso em: 15 out. 2013.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 200-210, 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v21n3/05.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

KRINSKI, Kleverton et al. Efeitos do exercício físico no sistema imunológico. *Revista Brasileira de Medicina*, São Paulo, v. 67, n. 7, p. 228-233, jul. 2008.

LEANDRO, Carol et al. Exercício físico e sistema imunológico: mecanismos e integrações. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, Porto, v. 2, n. 5, p. 80-90, 2002.



_____ et al. Mecanismos adaptativos do sistema imunológico em resposta ao treinamento físico. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 13, n. 5, p. 343-348, set.-out. 2007.

MADUREIRA, Alberto S.; MADUREIRA, Janete M. Prescrição do exercício físico e combate ao estresse. *Caderno de Educação Física e Esporte*, Marechal Cândido Rondon (Paraná), v. 1, n. 2, p. 67-85, jun. 2000.

MALAFAIA, Guilherme. Implicações da imunossenescência na vacinação de idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 433-441, 2008.

MATSUDO, Sandra Mahecha. Envelhecimento, atividade física e saúde. *Revista Mineira de Educação Física*, Viçosa, v. 10, n. 1, p. 195-209, 2002.

_____; MATSUDO, Victor K. R. Prescrição e benefícios da atividade física na terceira idade. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 6, n. 4, p. 19-30, 1992.

_____; _____. Atividade física e envelhecimento: aspectos epidemiológicos. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 7, n. 1, p. 2-13, jan.-fev. 2001.

MOTA, M. Paula; FIGUEIREDO, Pedro A.; DUARTE, José A. Teorias biológicas do envelhecimento. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, Porto, v. 4, n. 1, p. 81-110, 2004.

MOTA, Sâmia Macedo Queiroz et al. Imunossenescência: alterações imunológicas no idoso. *Revista Brasileira de Medicina*, São Paulo, v. 67, n. 6, p. 183-188, jun. 2009.

NASRI, Fábio. O envelhecimento populacional no Brasil. *Einstein*, São Paulo, v. 6, supl. 1, p. S4-S6, 2008.

PEREIRA, A. et al. Envelhecimento, estresse e sociedade: uma visão psiconeuroendocrinológica. *Ciências e Cognição*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 34-53, 2004.

PERES, Alessandra; NARDI, Nance Beyer; CHIES, José Artur Bogo. Imunossenescência – o envolvimento das células T no envelhecimento. *Biociências*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 187-194, dez. 2003.

RAMOS, Luiz Roberto; KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 211-224, 1987.

ROSA, Luiz Fernando Pereira Bicudo Costa; VAISBERG, Mauro W. Influências do exercício na resposta imune. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 8, n. 4, p. 167-172, jul.-ago. 2002.

SANTOS, Flávia Heloísa dos; ANDRADE, Vivian Maria; BUENO, Orlando Francisco Amodeo. Envelhecimento: um processo multifatorial. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 3-10, 2009.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. Concepções teórico-filosóficas sobre envelhecimento, velhice, idoso e enfermagem gerontogerátrica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 63, n. 6, p. 1.035-1.039, nov.-dez. 2010.

SANTOS, Vinícius Coneglian; SANTOS, Anieli Coneglian. Exercício físico e seus efeitos sobre o sistema imune dos idosos. *Saúde e Pesquisa*, Maringá, v. 3, n. 2, p. 181-185, maio-ago. 2010.

SILVA, Marcos Mendes da; SILVA, Valquíria Helena da. Envelhecimento: importante fator de risco para o câncer. *Arquivos Médicos do ABC*, Santo André, v. 30, n. 1, p. 11-18, jan.-jul. 2005.

TEIXEIRA, Ilka Nicéia D'Aquino Oliveira; GUARIENTO, Maria Elena. Biologia do envelhecimento: teorias, mecanismos e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2.845-2.857, 2010.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 548-554, 2009.

WICK, George. Diseases of Aging. *Vaccine*, Guildford, v. 18, n. 16, p. 1.567, Feb. 2000.

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan.-jun. 2006.



A MÚSICA PUNK COMO EXPRESSÃO DE UM MOVIMENTO JOVEM

Steffi Lema Suárez Penetra*

A vida diz respeito ao concreto, ao fundo do poço, gente patética, aborrecida, e um índice de desemprego mais alto do que nunca. O *punk* está ajudando a garotada a pensar. É disto que todo mundo tem medo, porque existem muitos garotos pensando atualmente. O *punk* reflete a vida como ela é, nos apartamentos desconfortáveis dos bairros pobres, e não o mundo de fantasia e alienação que é o que a maioria dos artistas criam.

Antonio Bivar

Após a Segunda Guerra Mundial, estava instaurado um conflito ideológico entre a esquerda, associada à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e a direita capitalista, cuja principal representação era os Estados Unidos (EUA).

Em meados de 1950, consolidados como centro da ordem capitalista que surgiu no período pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos representavam a única potência industrial praticamente intacta, que pouco havia sofrido as consequências econômicas e territoriais devastadoras daquele conflito.

A fim de fortalecer o capitalismo mundial e de firmar sua hegemonia em meio a essa disputa de ideais que caracterizou a fase histórica denominada Guerra Fria, o governo estadunidense forjou uma série de acordos

* Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Vigilância em Saúde (2009-2011). Atualmente cursa História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Letras na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação das professoras-pesquisadoras Gladys Miyashiro Miyashiro (mestre em Saúde Pública), do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (Lavsá), e Jeanine Bogaerts (mestre em Música), do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform). Contato: steffilema@gmail.com.



internacionais que lhe conferiram estabilidade e tinham como propósito promover o crescimento econômico por intermédio de medidas que implicavam uma balança comercial favorável ao sistema capitalista.

Dentre as medidas inauguradas pelo governo norte-americano para consolidação da hegemonia capitalista, estava a implantação da Doutrina Truman, um conjunto de medidas que justificava a intervenção militar em qualquer país a fim de evitar a chegada de comunistas ao poder, e o Plano Marshall, um programa de ajuda econômica dos Estados Unidos aos países europeus que combatessem o avanço do comunismo. Além disso, em consequência da oposição de interesses entre os polos representativos dos modos de produção existentes, houve um amplo avanço na indústria bélica.

Diversos países capitalistas devastados pela guerra recuperavam-se economicamente, o que acarretou o desenvolvimento da tecnologia e, conseqüentemente, uma mudança de hábitos. Produtos como a geladeira, a televisão, a lavadora de roupas automática e os discos de vinil tornaram-se acessíveis a uma parcela da população que antes não tinha condição financeira para tê-los. Essa fase, na qual ocorre um grande e repentino crescimento econômico-industrial, ficou conhecida como os “anos de ouro do capitalismo”. Surgia, então, a sociedade de consumo de massa.

Em mais uma tentativa de conter a expansão da esquerda, os Estados Unidos, em 1964, mesmo desfrutando da posição privilegiada de centro capitalista na ordem mundial, intervieram diretamente no conflito conhecido como Guerra do Vietnã, que envolvia o Vietnã do Norte, apoiado pela URSS, e o Vietnã do Sul, capitalista (BALANCO e COSTA PINTO, 2007).

A participação dos Estados Unidos nesse confronto e a brutalidade dos bombardeios fizeram surgir em parte da sociedade americana, especialmente nos jovens, um sentimento de repulsa à guerra. Começaram a despontar os primeiros movimentos contraculturais do período, como o dos *hippies*.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o comportamento social da juventude tornou-se um fenômeno de inquestionável oposição aos valores defendidos pelas velhas gerações, pois a morte de centenas de jovens nos campos de batalha, enquanto as velhas



gerações ficavam na retaguarda, [...] gerou nos jovens um sentimento de repulsa contra tudo aquilo que representava o mundo dos adultos. (SOUSA, 2002, p. 32)

O movimento *hippie* foi um marco na história dos movimentos antiguerra e anticapitalismo e, apesar de muitos considerarem que seu início coincide com o início das correntes contestadoras integradas majoritariamente por jovens, vale ressaltar que anteriormente, por volta dos anos 1940-1950, já havia grupos de jovens guiados por ideologias exclusivas, como os adeptos da corrente existencialista, os *beatniks* e os *teddy boys*.

Os *beatniks* compuseram um grupo que começou a crescer em meados dos anos 1950 e cujas principais características ideológicas eram a oposição ao materialismo e a busca pela melhoria do “ser interior”. Já a corrente existencialista, influenciada por Sartre, ganhou maior destaque entre os intelectuais e universitários franceses durante a década de 1940.

Em relação aos anos 1950 e aos acontecimentos desse período que influenciaram as gerações posteriores, pode-se dizer que, nesse momento da história, o cinema, o teatro e a música apresentavam uma nova maneira de ser jovem. Impelidos pelos seus ídolos, os adolescentes criavam um jeito inovador de viver, desenvolvendo uma vida em grupo em oposição aos modos de vida preconcebidos pelo mundo dos adultos (SOUSA, 2002).

Enquanto nos Estados Unidos os *beatniks* fixavam ideias que tratavam da fuga aos rigores da família, à formalidade do trabalho e à disciplina da escola, configurando um sonho de liberdade que incluía o desejo de conhecer outras culturas e divulgá-las para o mundo, escrever poesia, ouvir *jazz* e viajar, os *teddy boys*, na Inglaterra, questionavam a ordem estabelecida e procuravam debochar da aristocracia inglesa por meio de suas roupas. Os *teddy boys* formavam um grupo de indivíduos envolvidos com o *rock*, estilo musical que se tornou tradução exata da insatisfação dos jovens em uma sociedade que os obrigava a seguir normas rígidas. O poder de aglutinação do *rock* fazia dele uma resposta juvenil às pressões do modelo hegemônico.

Segundo Sousa (2002), a insubordinação aos valores da cultura dominante foi uma das principais características dos jovens dos anos 1950,



que, lutando contra o tédio burocrático, forjaram o nascimento de novos símbolos, imagens e emoções para as suas vidas, criando, dessa maneira, as bases de sustentação da contracultura dos anos 1960 e 1970.

O *hippie* surge nos anos 1960 pela combinação de insatisfações já presentes nos grupos dos anos 1950 aliadas a questões mais recentes, como a Guerra do Vietnã. A filosofia do movimento *hippie* compreendia três grandes eixos de movimentação: a retirada da cidade para o campo, da família para a vida em comunidade e do racionalismo cientificista para os mistérios e descobertas do misticismo e do psicodelismo das drogas (PEREIRA apud TINTI, 2004). Os *hippies* se opunham a todas as guerras e defendiam o amor livre, quer no sentido de amor aos outros seres, quer no de praticar uma atividade sexual libertária – vide a famosa expressão “Faça amor, não guerra”.

Os *hippies* usavam roupagem colorida, túnicas, sandálias e cabelos compridos. A flor foi um dos seus emblemas e chegou-se a usar a expressão *flower power*, ou “poder da flor”, como designação do movimento. Houve até uma música, dentre as canções-hino do movimento, que dizia “Não se esqueça de usar algumas flores em seu cabelo” (SERRA, 2008).

Os Estados Unidos alimentaram a Guerra do Vietnã de 1964 até 1973, ano em que retiraram suas tropas da região vietnamita. Os soldados norte-americanos, mesmo usando tecnologia avançada e armamentos modernos, não foram capazes de vencer o exército dos vietcongues e saíram moralmente afligidos dessa derrota militar. Ademais, a guerra causou prejuízo financeiro de bilhões de dólares aos Estados Unidos, e quase 60 mil estadunidenses morreram.

No mesmo período em que os Estados Unidos enfrentavam o fracasso na Guerra do Vietnã, iniciou-se a crise mundial do petróleo. Os países árabes, principais fornecedores mundiais de petróleo, protestando contra o apoio do governo norte-americano a Israel na Guerra do Yom Kippur, uniram-se e diminuíram a oferta desse produto, elevando os preços. Logo, os Estados Unidos e a Europa encontraram-se num momento de estagnação econômica e inflação, entrando em prolongada recessão. Com a economia mundial desestabilizada, os anos de ouro do capitalismo chegavam ao fim.



Nesse contexto de guerra perdida e crise financeira mundial, o movimento *hippie* também perde parcela considerável de sua força. As vias pacíficas se mostravam ineficientes para resolver os problemas relacionados à ordem capitalista. Além disso, os tentáculos da indústria cultural incorporaram e difundiram, com fins comerciais, elementos do visual *hippie*.

O termo “indústria cultural” foi primeiramente empregado por Adorno e Horkheimer no livro *Dialética do esclarecimento*, publicado em 1947. No esboço apresentado aos colegas, os autores falavam em “cultura de massas”, porém a expressão foi substituída porque não se tratava de uma cultura que brota espontaneamente das próprias massas. Em todos os setores, são fabricados produtos orientados para o consumo de massas e esse consumo é determinado em grande medida por esses próprios produtos. O consumidor não é, como a indústria cultural gostaria de fazer acreditar, o sujeito da indústria cultural, e sim o seu objeto (ADORNO, 1963).

A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los abertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 60)

Assimiladas pela indústria cultural, as roupas coloridas, uma alusão à psicodelia, rasgadas e desbotadas, indício de desacordo com o consumismo, largas e confortáveis, e as calças boca de sino já não eram acessórios exclusivos do guarda-roupa *hippie*, fazendo com que seu uso perdesse o sentido contestador e sua capacidade de chocar os conservadores. No início dos anos 1970, então, o modelo de vida natural e distanciado de bens materiais exibiu sinais de esgotamento.

Embora o movimento *hippie* tenha parado de produzir o impacto do início, durante o seu percurso deixou legados, principalmente no que diz respeito às ações empreendidas contra a Guerra do Vietnã. Os acontecimentos da guerra exerceram significativa influência na produção musical da época, o que pode ser constatado na música *Feel Like I'm*



Fixing To Die Rag (Next Stop Vietnam),¹ de Country Joe McDonald, veterano da Guerra do Vietnã que se apresentou no Festival de Woodstock, em 1969.

Então, apesar dos “anos de ouro” e do potencial transformador que o movimento *hippie* um dia possa ter aparentado, tudo parecia decair. O movimento *hippie* já não estava mais no auge, e o sistema capitalista como um todo encontrava-se em uma conjuntura perigosa. Algumas nações ainda não haviam se reabilitado completamente da destruição causada pela Segunda Guerra Mundial e os Estados Unidos enfrentavam obstáculos difíceis.

Os anos 1970 começaram sinistros para o capitalismo. O desemprego, as desigualdades e a pobreza aumentavam e tornavam-se mais evidentes, criando a situação perfeita para o desencadeamento de rebeliões. As novas circunstâncias solicitavam novas respostas.

O JOVEM DOS ANOS 1960-1970

Há algum tempo, os jovens vêm desempenhando papéis importantes na vida em sociedade, ganhando maior visibilidade em diversas áreas. No entanto, essa identificação do adolescente como uma categoria social que não faz parte do mundo infantil e tampouco do mundo adulto só se iniciou nas sociedades pós-industriais.

Na Idade Média, não havia uma denominação específica para o estrato social hoje em dia conhecido como “juventude”. A vida do sujeito era dividida em duas etapas, infância e fase adulta. Assim que a criança come-

¹ Tradução de partes da música citada: Venham todos vocês, grandes homens!/ Tio Sam precisa de sua ajuda novamente/ Ele se encontra numa situação ruim [...] Então solte seus livros e pegue uma arma/ Nós vamos nos divertir muito/ E é um! Dois! Três!/ Pelo que estamos lutando? / Não me pergunte, eu não me importo/ A próxima parada é o Vietnã/ [...] Não é hora de se perguntar por que/ Todos nós vamos morrer/ Vamos lá, Wall Street, não demore/ [...] Há muito do bom dinheiro para ser feito/ [...] Vamos confiar e rezar para que, caso eles soltem a bomba,/ Eles a soltem sobre o vietcongue/ Vamos lá, generais, mexam-se rápido/ [...] Agora vocês podem sair e pegar aqueles vermelhos/ Porque comunista bom é comunista morto/ E você sabe que a paz só pode ser conquistada/ Quando nós tivermos explodido todos eles/ Em nome do reino que está por vir/ Vamos lá, mães de toda parte da terra!/ Levem seus garotos para fora do Vietnã/ Vamos lá, pais, não hesitem!/ Enviem seus filhos para fora antes que seja tarde/ E vocês podem ser os primeiros em seu quarteirão/ A ter seu menino de volta em casa dentro de uma caixa.

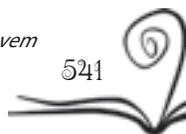
çava a demonstrar agilidade física e mínima capacidade de socialização, já partilhava as mesmas tarefas dos adultos (SOUSA, 2002).

Por volta do século XV, iniciou-se a construção de certos espaços que possibilitavam o encontro de jovens, como a escola. Somente no século seguinte, todavia, ocorreram as primeiras transformações nos centros educacionais que permitiriam maior contato entre jovens da mesma idade, como a ideia de classes escolares e, daí, a separação dos alunos por idade. A modificação das estruturas tradicionais de ensino foi uma das bases para a formação de uma camada intermediária, que representava o período de passagem da fase infantil para a fase adulta.

A partir do século XIX e mais fortemente no século XX, a escola deixou de ser um privilégio das camadas mais ricas da população e expandiu-se para outros segmentos sociais. A escola moderna, cada dia abrangendo mais pessoas de diferentes *status* e com uma organização que facilitava o distanciamento da criança e do jovem de sua respectiva família, possibilitou aos estudantes ficarem cada vez mais próximos de outras culturas, que lhes forneciam componentes para a formação de uma personalidade nova e própria, que não dependia só das ideias introduzidas no indivíduo pela família.

Além da expansão do acesso à escola, as cidades e o espaço urbano se desenvolveram, ocasionando a popularização e a dilatação dos espaços públicos de interação social, como praças e parques, o que levou o jovem a se distanciar de sua família, ir atrás de maneiras de viver mais flexíveis e construir novos valores longe da rigidez da hierarquia familiar. Iniciou-se a formação dos denominados grupos informais, representando o anseio dos jovens por liberdade e pela emancipação perante as pressões sociais.

Para além dos fatores já citados, a partir de 1950 ocorreu a difusão e a melhoria dos meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, e, após a Segunda Guerra Mundial, houve intensa popularização do cinema e da imprensa. Esse salto tecnológico forneceu à juventude novos veículos de manifestação e de disseminação de ideias particulares, que se mostravam coletivas, pois cada jovem identificava no outro, seja esse outro o ator de cinema ou o autor da música da rádio, os seus problemas. Logo, cada jovem começou a notar que não estava sozinho em suas insatisfações.



Nesse sentido, a expansão da tecnologia possibilitou à juventude passar de receptora a criadora (GUMES, 2004).

A juventude, então, começou a perceber que seu papel era de simples mantenedora; que sua inserção na sociedade se dava de maneira que ela era projetada para servir ao mesmo sistema que a mandava para as guerras e a mantinha em situações degradantes. Ao final da Guerra do Vietnã e com o advento da crise do petróleo, as condições de vida ficaram piores, sobretudo, como de costume, nas periferias. A juventude estava sem expectativas de futuro e desiludida.

Em meados dos anos 70 o jovem subitamente se vê órfão de ideais e perde o poder de ação. [...] quando tudo parecia estar acabado, ecoou na Inglaterra um novo grito de rebeldia: nasciam os *punks*. Os *punks* são, pois, filhos da desilusão expressa por John Lennon no fim dos anos 60 e da falta de perspectiva que a juventude vivia em meados dos anos 70. (SOUSA, 2002, p. 40)

O ambiente de pessimismo que permeou esse início de década forneceu as bases para outro movimento juvenil e para uma nova mentalidade de oposição. Os alvos privilegiados do terror começaram a despertar “a consciência da escravização na abundância e a consciência de que deve ser diferente” (MARCUSE, 1999, p. 76).

O SURGIMENTO DO PUNK

No início da década de 1970, John Lennon, um dos grandes ídolos do movimento *hippie*, declarou: “O sonho acabou”. A verdade, contudo, é que para muitos jovens, que se confrontavam com uma realidade dura e não se sentiam representados por nenhuma liderança ou movimento, o sonho nunca existira. A cultura da paz e do amor não fazia sentido para rapazes e moças que sofriam os efeitos diretos das influências sociais da sociedade de consumo. E, assim como acontecera com elementos visuais do movimento *hippie*, o *rock*, antes uma ferramenta de contestação social, havia se



tornado um produto do capitalismo vendido pela indústria cultural. Dessa forma, envolvendo motivos que tratavam desde a indignação contra a mercantilização de elementos culturais, que perdiam seu sentido original, até o intenso desânimo dos jovens moradores da periferia, surgia o movimento *punk*.

Ao longo do desenvolvimento do movimento *punk*, assim como acontece com outras mobilizações culturais e sociais, houve um momento de ápice de atenção invocada, como se uma situação fosse a responsável por causar a “explosão” do movimento. No caso do *punk*, se é que é possível fixar um momento específico, os responsáveis por isso foram os integrantes da banda Sex Pistols. Em razão disso, é válido, antes de tratar de questões mais gerais do movimento, contar um pouco a trajetória do conjunto Sex Pistols.

Por suas atitudes subversivas, os sex pistols² foram, aparentemente, os maiores propagadores do movimento *punk*. A banda Sex Pistols foi formada em 1975, em Londres, por frequentadores da loja Sex, de Malcolm McLaren, ponto de encontro de jovens apreciadores de rock (BIVAR, 1982).

Nesse lugar, dois jovens de estilo supostamente atrevido e violento convidaram um vendedor da loja, Glenn Matlock, para fazer parte da banda que eles queriam formar. Esses garotos eram Steve Jones e Paul Cook. Mais tarde, John Lydon, outro visitante assíduo do mesmo estabelecimento, ingressou no projeto musical. John Lydon acabaria ganhando o apelido de Johnny Rotten (Joãozinho Podre), uma alusão aos seus dentes podres. Em 1977, dois anos mais tarde, Matlock sairia da banda e Sid Vicious ocuparia seu lugar. A banda Sex Pistols estava formada e seu empresário era McLaren.

Malcolm McLaren já havia efetuado alguns empreendimentos artísticos antes e sua ideia para o Sex Pistols era criar uma imagem oposta ao bem, porque considerava o bem como uma condição do “normal”, e isso lhe parecia assustador (McCAIN e McNEIL, 2004). Como McLaren já tinha alguns contatos no meio artístico, conseguiu espaços para que o Sex Pistols se apresentasse em eventos em Londres. Uma dessas apresentações

² Denominação dada ao conjunto dos integrantes da banda Sex Pistols, como se cada rapaz que formava a banda fosse um “sex pistol”.

se deu em um concurso de travestis, que era um acontecimento importante na cidade. No dia seguinte, a banda já era notícia em vários jornais e revistas especializados. Especialmente na cena *underground*, entre os revoltados contra as autoridades e os indignados com a situação de miséria das periferias, o Sex Pistols estava obtendo algum reconhecimento. Seus integrantes compunham músicas cujo objetivo era expor as suas realidades cotidianas e, sendo eles moradores da periferia londrina e parte de um contexto acometido pelo analfabetismo, pelo desemprego e pela violência, demonstravam em suas músicas indignação contra o sistema, fazendo performances agressivas como meio de expor a raiva pelas dificuldades e as injustiças que viviam.

Em outubro de 1976, o Sex Pistols lançou a música *Anarchy in the U.K.*, que atacava o conservadorismo do Império Britânico. No final do mesmo ano, em dezembro, a banda foi convidada para uma entrevista em um programa de televisão. O programa ia ao ar às cinco da tarde, após a hora do chá, horário em que as famílias de uma Inglaterra extremamente conservadora normalmente se reúnem para ver televisão. Durante a apresentação do programa, Johnny Rotten, pela primeira vez na história da televisão, fala um palavrão diante das câmeras. O apresentador do programa foi suspenso por duas semanas. Houve até um cidadão que quebrou a própria televisão, sob a alegação de que não podia admitir uma coisa daquelas (BIVAR, 1982).

Foi nesse dia o salto do *punk*: da periferia para os recatados lares ingleses e para o mundo. “Para o mundo”, porque a imprensa sensacionalista produziu tanto alvoroço que as vendas de *Anarchy in the U.K.* alcançaram o marco de 10 mil cópias diárias.

Os Sex Pistols foram grandes divulgadores do *punk* no mundo todo através de seus atos [...]. Eles eram extremamente mordazes ao quebrar todos os protocolos dos bons costumes ingleses toda vez que apareciam publicamente. (MILANI, 2008, p. 4)

A fim de atribuir uma designação à maneira de pensar e de agir daqueles jovens que chocaram a sociedade na década de 1970, a mídia utilizou o vocábulo *punk*. Comumente utilizado em discussões entre rivais, queria dizer



“coisa podre”, “sem valor”. No caso do confronto entre o Sex Pistols e o conservadorismo britânico, esse termo, ao ser usado pela mídia, passou a indicar a irritação dos protetores do governo contra aquele grupo determinado. Para o sistema, aqueles insubmissos eram “lixo”, “podridão” (SOUSA, 2002).

Apesar de terem sido os “grandes divulgadores do *punk* no mundo”, como afirma Milani (2008) em *Dinâmicas ideológicas no movimento punk*, vale ressaltar que os Sex Pistols não formaram o primeiro conjunto com características *punks*. Antes deles, e também muito importantes no cenário *underground*, surgiram os Ramones, nos Estados Unidos, em 1974.

Após esse estouro dentro da Inglaterra, extremamente conservadora e defensora da sua estrutura social que ignorava os milhares de jovens dependentes do seguro-desemprego, o *punk* passou a chamar a atenção do mundo, e jovens de vários países começaram a se identificar com a situação social e, conseqüentemente, com as ideias e ações que configuravam uma crítica às condições de vida daqueles jovens londrinos. O movimento *punk* foi, portanto, uma resposta em forma de ataque por parte dos jovens que não vislumbravam futuro em um mundo perpassado pelo pessimismo, sentimento que então prevalecia mais fortemente entre os indivíduos marginalizados.

O movimento *punk* tinha como combustíveis básicos, inicialmente, a vontade de destruir e a violência. Essa é a distinção mais expressiva entre os *punks* e os *hippies*. Os *punks* achavam impossível ter “paz e amor” como lema de atuação porque a sociedade era violenta com as pessoas e transpirava ódio e raiva em variadas formas; logo, a atitude mais sensata dos prejudicados era responder aos abusos que sofriam.

Um argumento comum entre pacifistas é que revolucionários não deveriam empregar a violência porque o Estado, depois, a utilizará para “justificar” repressões violentas. Bom, para quem estas repressões violentas são justificáveis, e por que aqueles que dizem ser contra a violência não estão tentando injustificá-las? Por que ativistas contra a violência buscam mudar a moralidade da sociedade, em como esta vê a opressão ou a guerra, mas aceitam a moralidade da opressão como natural e intocável?



Esta ideia de consequências repressivas inevitáveis na militância, frequentemente, vai além da hipocrisia que leva a culpar a vítima por completo e aprovar a violência repressiva. Os [...] que são cotidianamente oprimidos pela polícia e pela violência estrutural são aconselhados a não responder com violência porque isto poderia justificar a violência do Estado já mobilizada contra eles. (GELDERLOOS, 2011, p. 27-29).

Os *punks* se opuseram continuamente a todo tipo de regra social e aos códigos de ética que a ordem capitalista estabelecia. Para eles, os jovens na margem miserável da sociedade só eram lembrados pelo governo em casos de necessidade e sacrifício, como nas guerras; então, não fazia sentido agir como um membro socialmente normal se eles eram deixados de lado pela sociedade, como se não fizessem parte dela.

Para esses jovens, a desesperança repousa no horizonte e trabalhar, para essa sociedade, significa contribuir para a manutenção da miséria. Daí porque a ideia obsessiva de destruir todos os valores da ordem vigente, pois assim eles entendem que, ao eliminar essa estrutura social, estarão dando os primeiros passos para a construção de uma nova sociedade. (SOUSA, 2002, p. 87)

Por suas atitudes violentas e transgressoras, os adeptos do movimento *punk* ganharam a fama de rebeldes sem causa. No entanto, como afirma Milani (2008), seria hipocrisia acusá-los de “rebeldes sem causa”, dado que o movimento surgiu de um contexto socioeconômico carregado de desemprego, abismos sociais, violência e exploração.

O regime impõe sempre, e de modo inevitável, à classe operária, mesmo com a mais pacífica marcha dos acontecimentos, sacrifícios sem medida. Milhares e dezenas de milhares de homens que trabalham durante toda a sua vida para criar riquezas alheias perecem em virtude da fome e da inanição constantes, morrem prematuramente em consequência das enfermidades contraídas nas insuportáveis condições de trabalho, residências miseráveis e falta de descanso. Merece cem



vezes o nome de herói quem prefere sucumbir na luta aberta contra os defensores e guardiães desse regime abominável a perecer em morte lenta como uma besta de carga submersa no embrutecimento, extenuada e submissa. (LENIN, 1961)

Dentro desse contexto, é comum que haja explosões, e elas “despertam para a vida consciente camadas mais extensas de operários atormentados pela miséria e a ignorância, propagam entre eles o espírito de um nobre ódio aos opressores e aos inimigos da liberdade” (LENIN, 1961).

O *punk* foi resultado de uma convulsão social que estimulou a união de jovens ao redor de experiências em comum. Sobre esse movimento, seria irreal dizer que não houve uma intensa modificação de comportamentos por parte de seus partidários. Ao longo dos anos, pode-se perceber que a fixação unicamente pela ideia de destruição dissipou-se, dando abertura para a politização e a aproximação, principalmente, com os ideais anarquistas.

Na transição entre as décadas de 1970 e 1980, o significado do *ser-punk* passou a ser desfigurado por seus opositores e pela grande mídia burguesa, e os *punks* passaram a sofrer uma perseguição por parte das forças de segurança do Estado, legitimada pela população. Tentando minimizar esses momentos de tensão, os *punks* buscaram elaborar uma linguagem mais estruturada e politizada. Organizados ao redor dessa mudança de comportamento, passaram a investir mais em meios de contestação menos violentos, a fim de expor para a sociedade sua verdadeira identidade.

A tentativa de deturpar a imagem *punk* para a sociedade tinha nos meios de comunicação de massa um mecanismo de viabilização, afinal o discurso da grande mídia é pautado na ideologia burguesa que, por sua vez,

[...] tenta fazer-se passar por uma espécie de senso comum... de “opinião pública” [...]. Esse consenso manipulado que se visa impor é também a partilha de uma outra ideia que não precisa ser explicitada para ficar a pairar suspensa, ao nível subconsciente dos espectadores, mas sempre que necessário pronta a ser reativada, segundo a qual o capitalismo é a realidade, a ordem natural das coisas; e a realidade é um dado intransponível, imóvel e intransformável, contra o qual nada se pode fazer. (GUSMÃO, 2011)

De todo modo, apesar da contribuição dos meios de comunicação, as classes dominantes enfrentam obstáculos, afinal o conflito é inerente à ordem capitalista. E o *punk* foi um estorvo porque o capitalismo era o alvo central de críticas e de descarga de violência do discurso *punk*.

Certa perplexidade toma conta da sociedade, que, assustada com tanta revolta acumulada, pergunta: “O que vocês querem?” A resposta soa enfática, mas também enigmática. “Nada, só destruir”. “Mas por quê?”, insiste a ordem. A resposta [...] sepulta as utopias dos anos 60 e traz à tona as incertezas que circundavam o universo dos jovens dos anos 70 e 80: “Porque não há futuro nem para mim nem para você”. (SOUSA, 2002, p. 86-87)

Conforme dito anteriormente, porém, sabe-se que o *punk* sofreu uma transição e estabeleceu suas bases em torno de concepções e ideais sólidos, adotando uma postura mais ideologizada em relação à realidade social e construindo um estilo de atuação mais politizado, transformando-se em um movimento social, com causas e objetivos mais definidos e esclarecidos.

Um movimento social, basicamente, é constituído por um grupo de pessoas com interesses em comum, que se identificam em torno de um conjunto de ideias e de um objetivo e se mobilizam de forma organizada a fim de conquistar esse objetivo (GOHN, 1997). Mais especificamente, e segundo Manuel Castells (2003), os movimentos sociais são sistemas de práticas sociais contraditórias à ordem social urbana ou rural e tem como meta transformar a estrutura do sistema. Sendo assim, o *punk* pode ser caracterizado como um movimento social, por ser composto por um grupo de pessoas com o objetivo de acabar com as mazelas do capitalismo e de conscientizar a sociedade a respeito dos problemas sociais.

Nota-se, então, que o *punk* ganhou destaque no quadro revolucionário, engajou-se em conjunto com outros movimentos na luta por seus ideais e entrou na categoria de movimento social. Porém, antes disso, o *punk* já existia há cerca de dez anos. Foi durante esse tempo que antecedeu a politização do *punk*, marcado pela contestação e pelo protesto, que os elementos culturais do que viria a ser um movimento social tiveram maior notoriedade.



MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO PUNK

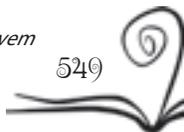
As manifestações culturais do movimento *punk* se mostram em variadas formas, entre elas a poesia, a música, os fanzines e o visual. Em todos esses tipos de expressão, é possível perceber um ataque aos valores vigentes e uma insatisfação com as imposições do sistema capitalista.

O fanzine – *fan* (fã) + *magazine* (revista) – é o veículo pelo qual se estabelecem os principais debates do movimento *punk*: drogas, violência, discriminação etc. Os fanzines nasceram da necessidade básica de tornar público tudo o que a grande imprensa desprezava em relação ao universo *punk* em um meio independente de comunicação.

Por intermédio dos fanzines, criou-se uma rede alternativa de informação que divulga para os jovens as notícias omitidas pelos meios de comunicação comerciais e que auxiliou na unificação do discurso e da linha de ação das comunidades *punks*.

No que concerne às poesias *punks*, pode-se afirmar que, assim como os *fanzines*, elas não obtiveram grande destaque fora do movimento; no entanto, esses textos expressavam com clareza os assuntos correspondentes à ideologia *punk*, como pode ser observado no poema a seguir:

Esconder?
Esconder o quê?
Esconder-se de quem?
Não nos escondemos.
Nos mostramos.
Demonstramos.
Aqui estamos!
Taqi a tatuagem
Que adora a minha pele,
O metal do cinto e da pulseira.
Um patch, e outro, e mais outro,
Minhas calças estão cheias deles.
Não me escondo, me mostro.
Pra quem quer ou não quer ver.
Você não quer? Não? Sabe por quê?
Eu te faço lembrar da sua apatia.
Eu te incomodo... ótimo!



Esconder?
Sim, a gente esconde sim.
Eu tenho um *piercing*
atravessado na língua
e ela também.
Eu o escondo em sua boca
e ela na minha.
Mas o nosso tesão
a gente não esconde nunca...
Tesão e indignação a gente mostra!

(Um poema punk, Latuff)

Além de se manifestarem por fanzines e pela poesia, normalmente publicada nos próprios fanzines, os *punks* fizeram uso intenso do visual e da música com o objetivo de chamar atenção, reclamar e expor sua revolta.

O visual constituiu um elemento de destaque, especialmente no início do movimento, contribuindo para o aparecimento cênico do punk, que vinha tentando resgatar os traços de insubordinação que estiveram presentes nos movimentos contraculturais que o antecederam. A estética punk é uma combinação de alguns elementos, como alfinetes, calças jeans rasgadas, jaquetas de couro com mensagens inscritas nas costas, coturnos, piercings, correntes, cortes de cabelo moicano, às vezes colorido, e, em alguns casos, lápis ou sombra no olho. Dessa forma, o corpo se transforma numa vitrine por meio da qual o jovem desfila, metaforicamente, sentimentos de discordância.

Os *punks*, em suas vestimentas, revelam sua luta contra a padronização dos indivíduos. Por isso, a utilização do visual diferente teve maior importância nos primórdios do movimento, por ser aquele o momento de fazer aparecer a nova contracultura. Essa fase inicial foi um choque para a sociedade, que via aquilo como sujo, desrespeitoso, um atentado ao que se convencionou como boa moral e bons costumes (MELÃO, 2010).

[...] o *punk* evoluiu além da tática de choque dos cabelos coloridos e coleiras de cachorro para ter uma filosofia relativamente coesa, que tem pouco ou nada a ver com um estilo de moda em particular. Embora tenha sido útil na época – e ainda hoje seja



divertido – chocar as pessoas com a aparência é menos importante do que chocar com ideias. (O’HARA, 1992, p. 40)

E, assim como havia ocorrido com signos do movimento *hippie*, os meios de comunicação de massa tentaram apoderar-se de elementos estéticos do *punk* para transformá-los em mercadoria, ocasionando a perda de sentido da sua utilização. A partir de então, os coturnos, as roupas pretas e rasgadas e os alfinetes passaram a fazer parte do visual de pessoas que não estavam engajadas no movimento e perderam parte de seu conteúdo transgressivo.

Depois de ensejar uma das mais radicais transformações na música popular, o próprio *punk* foi transformado em argumento de consumo. O visual desleixado, as roupas rasgadas e sujas usadas pelos primeiros *punks* ganharam a sua versão para butiques luxuosas. Bandas recém-formadas e que tinham feito apenas algumas apresentações eram contratadas pelas gravadoras, ansiosas por descobrir os “novos” Sex Pistols. (VITECK, 2007, p. 54)

A indústria da moda, aliada à mídia, tentava criar um rebelde de galeria, descompromissado com os ideais *punks*. O visual *punk*, no entanto, não podia ser completamente vendido porque possuía características não comercializáveis, como a utilização de símbolos malvistas. A suástica era um dos símbolos usado indiscriminadamente por *punks* que, de certa forma, não podia ser vendido por ser alvo de estranhamento excessivo.

Quando a maioria das pessoas olha para uma suástica, a primeira coisa em que pensa é na Segunda Guerra Mundial, no nazismo e no Holocausto. [...] No entanto, [...] considera-se que é um dos mais antigos símbolos místicos da humanidade. A palavra “suástica” vem do sânscrito e significa “aquilo que traz boa sorte”. (NUNES, 2007)

A música, juntamente com o visual, configura o aspecto cultural mais evidente do *punk*, e pode-se afirmar que ela foi o principal veículo de transmissão dos ideais *punks*.



POR QUE A MÚSICA?

A música – e, mais especificamente, o *rock* – desempenhou um papel central nas culturas juvenis e na formação de novas identidades, principalmente após os anos 1950, no período pós-guerra, época em que se apresentou como definidora de padrões e gostos, e como aglutinadora de jovens em torno de seus estilos de vida.

O *rock* passou por um estágio de ruptura de padrões nos anos 1950 e adquiriu importante caráter contracultural com os *hippies*, nos anos 1960, época em que se tornou uma ferramenta de contestação social. No entanto, essa postura contestadora que o *rock* havia adotado começou a se perder, na medida em que se tornava mais um produto do capitalismo, vendido pela indústria cultural numa lógica de mercado (MELÃO, 2010).

Nessa fase de comercialização do *rock*, entrou em cena uma vertente desse estilo conhecida como *rock progressivo*. Surgido no final da década de 1960, representava uma nova maneira de trabalhar os instrumentos típicos do *rock*. Seus atributos principais eram músicas longas, sem refrão, ou até mesmo sem letra, somente instrumentais; uso de instrumentos alternativos e incomuns no *rock*, como flauta e violoncelo, realizando uma aproximação com a música erudita; utilização de equipamentos eletrônicos a fim de tornar o som mais complexo; longa duração das músicas, algumas chegando a ter mais de 30 minutos de duração etc. (PACIEVITCH, 2011). Além disso, o *rock progressivo* não estava vinculado a questões sociais: era uma música completamente comercial e suas letras tratavam de temas que não condiziam com a realidade das pessoas que sofriam com a crise econômica que assolava inclusive as grandes economias da época.

Criticando o “entreguismo” dos astros dos anos 1960 e sugerindo uma estética mais crua e violenta para salvar o *rock* e os jovens da alienação, os jovens *punks* dos anos 1970 deram um novo rumo ao *rock*. Os pioneiros do movimento *punk* emergiram com uma nova proposta:

Durante os anos 1960 e 1970, o *rock* era repleto das *rock stars*, celebridades ligadas à música que eram contratadas pelas grandes gravadoras, elas levavam uma vida extremamente luxuosa,



andavam de limusines e moravam em mansões. Os fãs raramente chegavam perto desses músicos... Tudo isso fazia com que o *rock* se distanciasse de seu público, e boa parte dos jovens já não se identificava mais com ele. (MILANI, 2008, p. 3)

Na década de 1950, o *rock* foi lançado com uma conotação sexual, fato que abriu caminho para as ideias *hippies* de amor livre nos anos 1960. No final dos anos 1960, o *rock* estava ligado às drogas, outro tabu. No início dos anos 1970, porém, as culturas do sexo e das drogas já haviam se tornado rotina e, então, o *rock* se fundamentou no último grande tabu, a violência, configurando uma nova forma de protesto social (SOUSA, 2002, p. 85-86).

O *punk* misturou anarquia, contestação e música, colocando em cena um *rock* sem sofisticação, uma música que qualquer pessoa poderia fazer. A estética do *punk* é bruta e feia, como a realidade dos subúrbios ingleses (GUMES, 2004, p. 8). O *punk rock* é a percepção da música como caminho consciente de expressão ideológica; o *punk* adquiriu caráter denunciativo. Nesse estilo, a rebeldia é manifestada pelo discurso, pelas letras das músicas. Nas composições, não existe preocupação com uma linguagem elaborada. As letras das músicas são, em geral, compostas em tom panfletário, com críticas às instituições sociais. O texto verbal foi a ferramenta de contestação mais eficiente encontrada por esse movimento para criticar a sociedade organizada e suas instituições (MELÃO, 2010, p. 89).

Para exemplificar a agressividade, a indignação e a crítica presentes na música *punk*, serão mostradas a seguir traduções de trechos das composições *God Save the Queen* (Deus Salve a Rainha), do conjunto inglês Sex Pistols, e *Aos fuzilados da CSN*, da banda de *punk rock* brasileira Garotos Podres.

Deus salve a rainha
Seu regime fascista
Fez de você um retardado
Uma bomba de hidrogênio em potencial
Deus salve a rainha
Ela não é um ser humano
Não há futuro
Nos sonhos da Inglaterra [...]



Deus salve a rainha
Porque turistas são dinheiro
E nossa representante
Não é o que parece.

(*God Save the Queen, Sex Pistols*)

Aos que habitam cortiços e favelas e,
mesmo que acordados pelas sirenes das fábricas,
não deixam de sonhar, de ter esperanças
pois o futuro vos pertence
Pois o futuro vos pertence!
Pois o futuro vos pertence!
Aos que carregam rosas sem temer machucar as mãos
pois seu sangue não é azul nem verde do dólar,
mas vermelho da fúria amordaçada
de um grito de liberdade preso na garganta
Pois o futuro vos pertence!
Pois o futuro vos pertence!
Fuzilados da CSN,
Assassinados no campo,
Torturados no Dops,
Espancados na greve
A cada passo desta marcha
Camponeses e operários
tombam homens fuzilados
Mas, por mais rosas que os poderosos matem,
nunca conseguirão deter a primavera!
Pois o futuro vos pertence!
Pois o futuro vos pertence!

(*Aos fuzilados da CSN, Garotos Podres*)

As músicas, além do discurso simples e objetivo da composição, possuem um som tosco, cru – uma resposta à mercantilização do *rock*. Os *punks* se reuniam para formar bandas de garagem que não priorizavam as habilidades apuradas em termos técnicos; queriam tocar à sua maneira, revelar as suas experiências e expor a realidade do subúrbio.

A música *punk* confrontou a maneira vigente de fazer música. O *rock* progressivo, estilo adaptado para a sociedade de consumo e mais preocupado com as técnicas musicais do que com as questões sociais, viu-se em choque com o *punk*, que era exatamente o seu contrário. A



música *punk*, assim, foi um estilo musical de contestação desde o princípio, tanto no que diz respeito à sua resposta aos rumos que o *rock* havia tomado quanto no que diz respeito à contestação exibida nas letras das músicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *punks* eram contra todos os tipos de instituições relacionadas ao sistema capitalista porque elas impõem grilhões, na forma de valores, que tiram a autonomia do indivíduo. Da frase-lema “Faça você mesmo” traduz-se que os *punks* eram a favor da ação direta: o indivíduo deveria lutar contra o que acha errado em vez de esperar que fizessem isso por ele.

Os *punks* foram vistos como adolescentes revoltados por grande parte da sociedade, e de fato o eram, porque vestiam roupas diferentes, coloriam os cabelos, tatuavam seus corpos e usavam *piercings*. Visualmente, eram aberrações. O visual foi mais que uma estratégia para chamar a atenção; foi uma crítica aos modelos estéticos impostos e tinha por objetivo difundir uma posição contrária.

Essas características, aliadas à cultura de violência fortemente presente, contribuíram para que os jovens desse grupo, então vistos como rebeldes sem causa, fossem perseguidos pela polícia e pela sociedade, que costumava legitimar apenas as lutas lideradas por ícones considerados pacifistas. O problema que se apresenta é que

[...] os proponentes da não violência que vêm de áreas privilegiadas, com as comodidades materiais e psicológicas garantidas e protegidas por uma ordem violenta, não crescem com complexos de inferioridade violentamente marcados no seu interior. A arrogância das afirmações dos pacifistas de que podem chegar a ditar quais formas de luta são morais e efetivas para as pessoas que vivem de forma muito diferente, e que encaram circunstâncias muito mais violentas, é espantosa. (GELDERLOOS, 2011, p. 31)



O *punk*, porém, não se organiza de forma independente para atingir seus objetivos, mas se integra a outros movimentos. Dessa forma, o *punk* não possui uma atuação regular e constante em uma área específica, mas sim opera de maneira pontual dentro de variados espaços. Provavelmente isso acontece porque os adeptos do movimento *punk* possuem um pensamento, de certa forma utópico, de mudar os valores da sociedade. “Utópico” porque é muito difícil modificar crenças e tradições enraizadas na sociedade somente com ações pontuais e sem um trabalho político permanente.

Não é uma tarefa simples mudar, por meio de manifestações que mais chocam do que realmente conscientizam, a maneira de pensar de uma pessoa, quiçá de uma sociedade, que se habituou a ser conformada, acomodada. Quando um *punk* se veste de maneira diferente, ele passa a mensagem de que é contra a moda, contra a imposição, no entanto seu visual não é capaz de mostrar aos indivíduos que o veem por que ele pensa e age assim.

Dentre as manifestações do *punk*, a mais famosa foi a música, que vinha contestando e demonstrando insatisfação em duas direções. Primeiro, a música *punk* era simples e objetiva, diferentemente da música que estava ganhando espaço na época; segundo, a mensagem passada por meio da composição exteriorizava a desordem e a raiva contra o sistema político.

No final da década de 1960, a tendência era o *rock* progressivo, uma maneira de fazer *rock* que trouxe grande complexidade técnica para esse estilo, mas que não possuía compromisso com as questões sociais; pelo contrário, o *rock* progressivo era um estilo que criava, em suas músicas longas e sem objetivos sociais, universos idealizados que não condiziam com a realidade das periferias.

Contrariando essas características, os pioneiros do movimento *punk* apresentaram à sociedade uma proposta de *rock* básico, com batidas simplificadas e pouca elaboração melódica. Resumidamente, sem requintes. Além disso, as letras das músicas *punks* normalmente tratavam de temas relacionados com a realidade dos subúrbios, subvertendo a ausência de compromisso social do *rock* progressivo. Eis, para exemplificar o aspecto contestador, a letra da música “Oi! Tudo bem?”, que consiste



em uma representação de uma ligação telefônica, da banda brasileira Garotos Podres, formada em 1982:

(O telefone toca)

- Oi, tudo bem?

- Tudo bem... fora o tédio que me consome todas as 24 horas do dia, fora a decepção de ontem, a decepção de hoje e a desesperança crônica no amanhã. Tenho vontade de chorar, raiva de não poder. Quero gritar até ficar rouco! Quero gritar até ficar louco! Isso sem contar com a ânsia de vômito, reação a tal pergunta idiota. Fora tudo isso, tudo bem.

A sonoridade da música *punk* é violenta, agressiva, utilizando batidas fortes que ajudam a enfatizar a questão do “aqui” e do “agora” (JANOTTI JUNIOR, 2004). O *punk* na música surgiu refletindo a “vida como ela é”, fora do mundo de fantasia e alienação criado pela maioria dos músicos da época. A música *punk* foi uma volta às raízes do *rock and roll*; ela trouxe o *rock* novamente para a esfera contestadora.

E agora, para suavizar um pouco todo esse discurso sobre violência, guerra e desilusão, a letra da música *Baby, I Love You* (Querida, eu te amo), da banda de *punk rock* norte-americana Ramones. Dessa vez, o tema da composição não é revolta ou indignação. É uma música sobre amor, porque os *punks* também amam.

Eu já alguma vez te falei
Como é bom te abraçar?
Não é algo fácil de explicar
Embora eu realmente esteja tentando
Eu acho que posso começar a chorar
Meu coração não pode esperar outro dia
Quando você me beija eu só consigo...
Me beija eu só consigo...
Me beija eu só consigo dizer:
Querida, eu amo você
Querida, eu amo você
Querida, eu amo você



Querida, eu amo somente você
Eu não posso viver sem você
Eu amo tudo a seu respeito
Eu não posso evitar se me sinto desse jeito
Oh, eu estou tão feliz por ter te encontrado
Eu quero meus braços ao seu redor
Eu amo ouvir você chamar meu nome
Me fale, querida, que você sente o mesmo
Querida, eu amo você
Eu amo somente você!

(*Baby, I Love You*, Ramones)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. *Résumé sobre indústria cultural*. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado do original alemão, cotejado com a tradução italiana, de “Résumé über Kulturindustrie” (conferência radiofônica pronunciada na Internationalen Rundfunkuniversität des Hessischen Rundfunk, de Frankfurt, de 28 de março a 4 de abril de 1963). Disponível em: http://nupese.fe.ufg.br/uploads/208/original_ADORNO_-_R%C3%A9sum%C3%A9_sobre_ind%C3%BAstria_cultural_-_Adorno.htm?1349567486. Acesso em: 17 out. 2013.

_____; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: _____. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 113-156.

BALANCO, Paulo; COSTA PINTO, Eduardo. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 18, n. 1 (31), p. 27-47, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/11814/8539>. Acesso em: 17 out. 2013.

BIVAR, Antonio. *O que é punk*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CABRAL, Ana Julia Cury de Brito. *Sociedade do espetáculo e resistência juvenil: estratégias midiáticas na formulação de uma contracultura*. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 5. Rio de Janeiro: Uerj, 5 a 9 de setembro de 2005.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FERNANDO. *Crítica e representação da Guerra do Vietnã no rock dos anos 1960*. In: ACERVO DO ROCK. 5 dez. 2009. Disponível em: <http://acervodorockroll.blogspot.com/2009/12/critica-e-representacao-da-guerra-do.html>. Acesso em: 12/dez/2011.

GELDERLOOS, Peter. Como a não violência protege o Estado. Porto Alegre: Deriva, 2011. Disponível em <https://we.riseup.net/assets/100006/Como%20a%20N%C3%A3o%20Viol%C3%AAncia%20Protege%20o%20Estado%20Peter%20Gelderloos.pdf>. Acesso em: 17 out. 2013.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GUMES, Nadja Vladi Cardoso. *Música: marcas sonoras juvenis*. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 4. Porto Alegre: Intercom, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/154695334944210728619242571716276375905.pdf>. Acesso em: 17 out. 2013.

GUSMÃO, Manuel. O anticomunismo, arma estratégica da ideologia burguesa. *O Militante*, Lisboa, n. 313, set.-out. 2011. Disponível em: <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/314/Tema/628/O-anticomunismo-arma-estrat%C3%A9gica-da-ideologia-burguesa.htm>. Acesso: 28 nov. 2013.

IANUSKIEWTZ, Darwin. *Em busca da imagem corporal: análise da representação que o jovem universitário tem sobre o seu corpo*. 2007. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2007. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030079P2/2007/ianuskiewtz_d_dr_arafcl_prot.pdf. Acesso em: 17 out. 2013.

JANOTTI JUNIOR, Jeder. *Gêneros musicais: performance, afeto e ritmo – uma proposta de análise midiática da música popular massiva*. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 4. Porto Alegre: Intercom, 2004.



LATUFF, Carlos. *Um poema punk*. In: CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. Rio de Janeiro, 20 nov. 2001. Disponível em: <http://www.midaiindependente.org/pt/red/2001/11/11243.shtml>. Acesso em: 17 out. 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Um novo massacre*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/lenin/1901/06/massacre.htm>. Acesso: 10 nov. 2013.

MARCUSE, Herbert. Pela frente única das esquerdas – entrevista. In: LOUREIRO, Isabel. *Herbert Marcuse: a grande recusa hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 109-124.

MARIUZZO, Patrícia. Quarenta anos do festival que marcou a música e as gerações. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 61, n. 4, p. 60-61, 2009. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n4/21.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.

McCAIN, Gillian; McNEIL, Legs. *Mate-me por favor*. Porto Alegre: LP&M, 2004.

MELÃO, César Augusto. O discurso da rebeldia: uma análise de um texto *punk*. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 86-93, 2010.

MILANI, Marco Antonio. *Dinâmicas ideológicas no movimento punk*. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: TRABALHADORE(A)S EM MOVIMENTO: CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO PROLETARIADO?, 3. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/marcoantonio.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.

NITSCH, T. *Significado verdadeiro do símbolo hippie*. In: SIMPLESMINHAMENTE, 29 maio 2010. Disponível em: <http://simples-minhamente.blogspot.com/2010/05/significado-verdadeiro-do-simbolo.html>. Acesso em: 18 out. 2013.

NUNES, Susana. *Suástica: símbolo e diferentes significados*. In: SHVOONG.COM: a fonte global de resumos e críticas. 2007. Disponível em: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/1680596-su%C3%A1stica-s%C3%ADmbolo-diferentes-significados/#ixzz1fypOZePD>. Acesso em: 17 out. 2013.

O'HARA, Craig. *A filosofia do punk – mais do que barulho*. São Paulo: Radical, 1992.



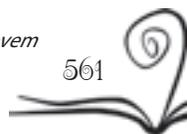
PACIEVITCH, Yuri. *Rock progressivo*. 2011. In: INFOESCOLA. Artes. Música. [s.d.]. Disponível em: <http://www.infoescola.com/musica/rock-progressivo>. Acesso em: 18 out. 2013.

SERRA. *História do movimento hippie...* Vale a pena conhecer. 2008. Disponível em <http://forum.outerspace.terra.com.br/showthread.php?t=161660>. Acesso em: 18 out. 2013.

SOUSA, Rafael Lopes. *Punk: cultura e protesto – as mutações ideológicas de uma comunidade juvenil subversiva, São Paulo, 1983/1996*. São Paulo: Pulsar, 2002.

TINTI, Dione Lorena. *O comércio da literatura esotérica: implicações de um fenômeno sociológico*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101550/210602.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

VITECK, Cristiano Marlon. *Punk: anarquia, neotribalismo e consumismo no rock'n'roll*. *Espaço Plural*, v. 8, n. 16, p. 53-58, 1º sem. 2007.



● PANORAMA HISTÓRICO DO HIP-HOP

Tais Almeida da Silva*

CONTEXTO HISTÓRICO ANTERIOR AO HIP-HOP NOS ESTADOS UNIDOS

Há aproximadamente cinquenta anos, o sul dos Estados Unidos viveu o ápice das segregações sociais entre negros e brancos. As leis segregacionistas eram tão fortes e presentes no cotidiano das pessoas que até mesmo para os hábitos mais rotineiros, como beber água, havia leis que determinavam locais específicos para cada cor de pele realizar esse ato. Essa espécie de separação legitimada por conta da quantidade de melanina de um indivíduo não apenas contribuiu para a naturalização do racismo nesse ambiente, como também oficializou a posição racista do Estado e da sociedade. As leis que legitimaram o racismo nos Estados Unidos nesse momento foram tão rigorosas que o sistema chegou a ser comparado com o regime opressor que vigorava na África do Sul e, com isso, a década de 1960 nos Estados Unidos ficou conhecida como *apartheid* estadunidense (PIMENTEL, 1997, p. 1).

Na tentativa de fugir desse modelo separatista rigoroso e na expectativa de alcançar melhores condições de vida, um grande número de americanos negros começou a migrar para o norte industrial do país, principalmente para Nova York. “O crescimento das redes multinacionais

* Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Vigilância em Saúde (2009-2011). Atualmente cursa Bacharelado em Dança na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação dos professores-pesquisadores Flávio Henrique Marcolino da Paixão (mestre em Biologia Parasitária), do Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais de Saúde (Latec) e Kelly Pereira de Carvalho (mestre em Linguística Aplicada), do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform). Contato: taisalmeida.t@gmail.com.

de telecomunicações, a competição da economia global, a grande revolução tecnológica, a formação de novas e internacionais divisões de trabalho” (ROSE, 1997, p. 195) foram alguns dos fatores que contribuíram para as novas políticas de Estado e para o grande fluxo migratório para Nova York. Assim, como a mão de obra negra era mais barata e, nesse momento, as reformulações do sistema econômico exigiam um maior contingente de trabalhadores de base, o Estado, juntamente com os setores econômicos, iniciou um processo de construção da imagem de um país de oportunidades, afim também de incentivar a imigração dos negros para o norte industrial.

De fato, o novo modelo econômico do país conseguiu atrair grande contingente de negros e outros estrangeiros (principalmente hispânicos) à região. Contudo, a terra prometida pelo *american way of life* (“estilo de vida americano”) tinha se tornado na verdade um local dividido em dois grandes blocos: os brancos administradores da movimentação financeira e comercial de Nova York, que enriqueciam progressivamente, e os negros e latinos, que constituíam o setor dos subempregados e que empobreciam progressivamente (ROSE, 1997, p. 197). Em consequência, a separação entre esses blocos não foi apenas social e econômica: ela também foi física.

Sendo assim, em pouco tempo os bairros pobres de Nova York ficaram conhecidos como guetos.² Estes mostraram também sua importância para a manutenção do Estado nesse período, isto porque expandia os lucros extraídos de um grupo social visto como desprezível além de evitar o contato com seus indivíduos, de forma que atenuasse a ameaça de contaminação simbólica dos quais essas pessoas seriam portadoras (WACQUANT, 2008, p. 76).

¹ Ideologia que se tornou o carro-chefe da mídia nas produções dos Estados Unidos. Tinha por objetivo construir a imagem de uma terra de oportunidades de trabalho, de consumo de diversos produtos e de ascensão social.

² Na Europa medieval, o *ghetto* (de onde se originou a palavra gueto) era usado para se referir a áreas específicas onde os judeus foram confinados e obrigados a viver. Inicialmente, esses locais foram vendidos para o povo judeu como um privilégio, isto é, um ambiente onde poderiam administrar e controlar seus próprios estabelecimentos. Contudo, em 1516, os *ghettos* venezianos passaram a ser locais de enclausuramento social. Isso porque, por meio de uma ordem direta do Estado, foi obrigatório o realojamento dos judeus em uma ilha isolada e cercada por muros (apelidada de *ghetto nuovo*), com a justificativa de que se estaria tentando “proteger seus habitantes cristãos do contato contaminador com corpos considerados sujos e perigosamente sensuais” (WACQUANT, 2008, p. 79).



Devido ao fenômeno econômico conhecido como imperialismo,³ houve um processo de desindustrialização coletiva nos guetos americanos, resultado do desemprego exacerbado da população descartável do sistema – no caso, os negros. Atrelado a isso, nota-se um recuo multifacetado do Estado em suas obrigações, ou seja, serviços básicos, como educação, saúde, cultura, lazer e segurança, passaram a ser, quando não inexistentes, de extrema precariedade. Assim, foram agregados outros valores à figura do gueto, tais como a imagem de um lugar inóspito, insalubre, um território de medo, de constante insegurança, povoado por selvagens e vetores de heresias.

Nessa celeuma de fatos que oprimiam massivamente uma única etnia, o gueto mostrou sua outra faceta. Ao mesmo tempo em que serve de instrumento de coerção e controle social de um povo, ele se mostra também uma “máquina de produzir identidades maculadas” (WACQUANT, 2008, p. 89). A discriminação racial, a falta de empregos, o descaso das autoridades, ou seja, a submissão a essas e outras experiências sociais são os motivos que levam à construção de uma identidade social tão distinta.

As semelhanças coletivas das pessoas do gueto são tão fortes e evidentes que se sobressaem às diferenças individuais de cada ser. A situação em comum vivida por eles refletiu-se, numa série de novos significados, sobre o seu cotidiano, conseqüentemente, gerando essa aproximação entre os indivíduos. Por esse mesmo motivo, o principal fator que estigmatiza e distingue o morador do gueto dos demais é também o fator em comum mais evidente entre seus componentes e, logo, o que promove essa identificação. Nesse sentido, a mesma arma que aponta para um lado, em outro momento se transforma em escudo, ou seja, a cor de um indivíduo, que por tanto tempo foi exclusivamente motivo de discriminação, torna-se também motivo de orgulho e de identidade de uma classe.

Podemos notar que esse processo se expandiu de tal forma que surgiram com ele algumas expressões que descrevem o orgulho da identi-

³ Segundo Bottomore: “O imperialismo refere-se ao processo de acumulação capitalista em escala mundial na fase do capitalismo monopolista e a teoria do imperialismo é a investigação da acumulação no contexto de um mercado mundial criado por essa acumulação. A teoria tem três elementos: 1) a análise da acumulação capitalista, 2) a periodização do capitalismo em fases ou estágios e 3) a localização do fenômeno no contexto da divisão política do mundo em países” (2001, p. 187).

dade negra dos afro-americanos. Não foi à toa que gritos como “*Black is Beautiful*” (preto é lindo), “*I’m Black and Proud!*” (Sou preto e me orgulho disso), ou ainda, “*Black Power*” (Poder dos negros) surgiam e rapidamente se tornavam lemas desse povo. O negro que por tanto tempo aceitou a imposição de aparência, costumes, vestimentas, entre outras coisas, oriundas do povo branco, passou a se orgulhar do seu próprio modo de ser. Desse modo, junto com os cabelos que se revoltavam contra os métodos de alisamento e progressivamente iam ganhando forma nos *Black Power*, a luta pelo reconhecimento do negro aos poucos ganha força e desenha figuras de representatividade internacional.

Na luta pelo reconhecimento, surgiram grandes líderes que serviram de identificação e representatividade da população negra. Martin Luther King e Malcolm X influenciaram gerações com seus ideais de restabelecer nos negros a “autoestima, a capacidade de organização comunitária e a solidariedade” (PIMENTEL, 1997, p. 2). Cabe aqui salientar que, apesar de ambos terem contribuído no processo de resistência dos negros e de seus discursos por vezes se assemelharem em diversos pontos, Luther King e Malcolm X eram pessoas diferentes e, logo, pensavam também de maneiras distintas.

Nascido em 19 de maio de 1925, Malcolm Little vivenciou o estado de penúria dos guetos durante toda a sua infância. Aos seis anos, viu seu próprio pai ser brutalmente assassinado pela Ku Klux Klan.⁴ Já na adolescência, tendo ido morar no Harlem, Malcolm entrou para o crime e foi preso em 1946 assaltando residências. A cadeia foi uma espécie de catarse para ele: ali ele se converteu ao islamismo e se filiou à seita Nação Islã, que defendia ter o homem surgido na África e que, portanto, o negro seria a civilização mais avançada. Outra importante mudança que a prisão trouxe a Malcolm Little foi justamente a troca de seu nome: ele resolveu substituir seu sobrenome pela incógnita “X” como forma de negar a dominação histórica do colonizador sobre os negros (PIMENTEL, 1997, p. 2).

⁴ A Klu Klux Klan é um grupo racista norte-americano que se baseia na supremacia da raça branca e que anda encapuzado com máscaras brancas, perseguindo os negros nos Estados Unidos. Surgiu em 1865 no sul desse país e ataca os negros por acreditar que são “preguiçosos, inconstantes e economicamente incapazes e, por natureza, destinados à escravidão” (SILVA JÚNIOR, s.d.).



Em 1952, ao sair do presídio, Malcolm X se tornou rapidamente um reconhecido líder dos negros de todo o país. Suas ideias defendiam “a separação das raças, a independência econômica e a criação de um Estado autônomo para os negros” (UOL EDUCAÇÃO, s.d.) e, para alcançar esses objetivos, os negros deveriam usar também a luta física se necessário. “Somos não violentos com os não violentos conosco. Deixamos de ser não violentos com os que forem violentos conosco” (PANTERA, 1995). Porém, as ideias pregadas por Malcolm, como defender a separação das raças e a defesa agressiva dos negros, não estavam de acordo com os parâmetros da Nação Islã. Por isso, após se desentender com integrantes do grupo, Malcolm abandona a Nação Islã para seguir carreira política. Em 1965, X é assassinado durante um discurso no Harlem, e suspeita-se da participação da própria Nação Islã no crime (PIMENTEL, 1997, p. 2).

Em 1929, nascia um líder negro que coatuaria com Malcolm X no cenário desse período. Martin Luther King Jr., pastor batista, nascido em Atlanta, seguidor do líder Mahatma Gandhi, defendia desde o início de sua militância a resistência pacífica dos negros. “Estou convencido de que a melhor arma contra o povo oprimido na luta pela liberdade e justiça é a arma da não violência” (PANTERA, 1995). Em 1964, Martin Luther King ganhou o Prêmio Nobel da Paz, sendo a sua atuação mundialmente reconhecida. Um pouco depois, em 1968, fez o seu discurso mais ilustre, “I Have a Dream” (Eu tenho um sonho), coincidentemente ou não, exatamente um dia antes de seu assassinato.

Durante muito tempo, esses dois líderes representavam duas alternativas quase opostas para a atuação dos negros na luta por seus direitos. Assim, enquanto Luther King buscava a solução para os problemas da população negra dentro das normas da lei americana, a posição de Malcolm X era mais radical e a favor de que os negros não medissem esforços para conseguir seus direitos civis. A divisão das ideias dos líderes também dividia o seu povo, encontrando-se no mesmo espaço aqueles que eram pacíficos veementes e os que eram mais radicais.

Oriundo da mistura dos ideais de Malcolm X e Martin Luther King Jr., no ano de 1966 é fundado, por Bobby Seale e Huey P. Newton, o Partido

Pantera Negra para a Autodefesa (Black Panther Party for Self-Defense), como foi originalmente chamado. Lutando contra os dois “I” (inércia e ignorância), os Panteras Negras buscavam utilizar instrumentos legais para diminuir a repressão contra o seu povo. Dessa forma, os Panteras respaldaram-se na lei que permitia o porte de armas por qualquer cidadão dos Estados Unidos a fim de conter a ação violenta dos policiais brancos nos bairros negros. Isto é, o intuito era usar armas apenas em legítima defesa (e de qualquer outro negro) diante de uma agressão policial, dado que era muito comum um negro sofrer violência e, até mesmo, morto por um policial e nada ser feito quanto a isso (PIMENTEL, 1997, p. 4).

O Partido Pantera Negra se organizou por meio de um manifesto chamado de Programa dos Dez Pontos, que reivindicava mudanças desejadas para a comunidade. À medida que o partido crescia e ganhava adeptos em todo o país, as coerções ao movimento também aumentavam. Dessa maneira, foi iniciado um conflito declarado entre a força legitimadora branca (principalmente por meio da atuação do Estado) e a resistência dos Panteras. Por causa dos grandes ataques, o partido chegou ao seu fim, porém, naquele momento, fora plantado o poder de uma luta nos Estados Unidos “não contra os brancos, mas contra a repressão” (PANTERA, 1995).

Juntamente com os rugidos dos Panteras e de toda uma sociedade negra que lutava por melhores condições de vida, ecoava das caixas de som um novo movimento musical que dava ritmo e compasso às reivindicações. Naquele momento, essa linguagem musical refletia e traduzia diversas aspirações de uma sociedade, e todo o contexto histórico no qual estava inserida, explícito ou não em seus versos. Assim, os estilos musicais devem ser encarados para além de um conjunto harmônico de compassos e arranjos, isto é, devem ser vistos também como discursos acerca da realidade dos negros norte-americanos (HINKEL e MAHEIRIE, 2007, p. 91).

Dessa forma, músicos negros, como Marvin Gaye, Ray Charles e James Brown, protagonizaram na década de 1960 o *soul* e o utilizaram como um modo de abordar na sociedade questões como orgulho racial, condições de vida dos negros e direitos civis, entre outros assuntos. Com a movimentação do *soul*, explodiram algumas músicas que se tornaram verdadeiros hinos de



batalha dessa geração, como a que trazia a frase “*Say it loud: I’m black and proud*”, de Steve Biko, famoso líder sul-africano, que ganhou arranjo com James Brown e se tornou conhecida para além das fronteiras dos guetos. Enquanto o *soul* se popularizava e conseguia difundir as causas da luta até às pessoas mais distantes, a indústria fonográfica começava a se apropriar desse ritmo, e o *soul* perdia com isso seu poder de denúncia social para simplesmente ser um entretenimento.

Em contrapartida, no final dos anos 1960, grandes músicos do *soul* inovavam em suas canções, dando origem ao que viria a ser conhecido como *funk*. O termo *funk*, que designa algo que tem odor forte, acrescentou ao *soul* uma roupagem mais dançante – foi justamente pela presença de mais *swing* em suas batidas que Earl Palmer nomeou *funk* pela primeira vez a esse novo ritmo. “O *funk* oferecia ritmos pesados e bruscos com arranjos agressivos, que vieram para radicalizar a proposta do *soul*” (SOUZA, 2010, p. 61). Como esperado, o *funk* explodiu nos Estados Unidos, sendo, posteriormente, apropriado pela indústria; antes, porém, transportou para os quatro cantos do mundo uma nova ideologia, uma nova forma de tocar, de vestir e de dançar.

Dos momentos de lazer até os cultos religiosos, a história do africano sempre foi permeada de manifestações corporais, ou seja, danças. Os escravos trouxeram para a América essa cultura, que perdura por gerações e se mostrou, nessa época, nas *funk styles* (danças do estilo *funk*). A primeira delas foi o *locking*, surgido no final da década de 1960 na cidade de Los Angeles. Don Campbell, inspirado pela febre nacional da série *Perdidos no espaço*, de Irwin Allen, começou a desenvolver uma dança que lembrava a movimentação dos robôs. Ao som das batidas dançantes do *funk*, e com os passos fortes dos robôs, surgia o *locking*, que, com o tempo, assumiu características próprias que justificavam até mesmo o seu nome – a palavra “*locking*”, que significa “travando”, simbolizou a maneira mais rígida de dançar lembrada pelo estilo dos robôs. Em meados dos anos 1970, a dança, já bem mais desenvolvida com um leque de movimentos específicos, explodiu pelo mundo após a aparição do grupo The Lockers (criado pelo próprio Don Campbell) num famoso programa da televisão, o *Soul Train*. A partir desse momento, o *locking* se transformou em uma febre mundial, estando presen-



te em apresentações de grandes artistas como James Brown, Jackson Five, Frank Sinatra, entre tantos outros artistas de sucesso (LEAL, 2007, p. 58).

Outro estilo de dança que também foi categorizado dentro das *funk styles* foi o *poping*. Em 1972 na cidade de Fresno, também na Califórnia, Boogaloo Sam, com seu grupo Eletric Boogaloo, criou uma nova forma de dançar que também derivava da febre robótica. O diferencial dessa dança em relação ao *locking* é que esse se preocupava mais em imitar completamente a movimentação dos robôs e a fazer movimentos que imitavam descargas elétricas nas batidas fortes da música.

Foi assim que o *swing* do *funk* desencadeou o aparecimento de algumas danças que irão complementar essa conjuntura de manifestações musicais que explode nos guetos. Entretanto, independentemente de sua origem específica, tanto o *locking* quanto o *poping* são expressões corporais diretamente anteriores à dança característica do movimento *hip-hop* (o *breakdance*), e que, por isso, nos ajudam a entender o contexto em que o *breakdance* surgirá e de que forma ele entra na lógica de um movimento social cultural que muda a rotina dos guetos americanos.

As danças apresentadas ao longo desse trabalho não devem ser encaradas como um processo de puro entretenimento e/ou alienadas do processo de reivindicação muito evidente nas músicas. Além da diversão que permeia também o cenário musical, o ato de dançar se mostrou crucial para os indivíduos daquela sociedade expressarem toda a revolta contida na subjetividade e lutarem contra a sua exclusão social (ALVES e DIAS, 2004, p. 1). Com a sua dança, os negros encontraram um modo de sentir sua existência na vida, de serem aplaudidos e reconhecidos por aquilo que sabiam fazer e de notar que eram sujeitos importantes e que não deviam ser excluídos da sociedade. “quando seus corpos dançavam, era o momento em que eles deixavam de ser pobres, trabalhadores, excluídos, desempregados para serem aplaudidos” (GUARATO, 2008, p. 81). Assim, a dança contribuiu para a tomada de consciência do negro de si mesmo e fez aumentarem suas mobilizações na luta por melhores condições de vida.



SURGIMENTO DO HIP-HOP

Como visto, os anos 1960 e 1970 foram o estopim para o aparecimento de modelos culturais próprios dos guetos que tinham um teor de reivindicação bastante evidente. Os guetos estadunidenses, principalmente os nova-iorquinos, foram como uma panela de pressão que teve como ingredientes o desemprego da América pós-industrial, o racismo, a pobreza, a luta pelos direitos civis, líderes negros conhecidos mundialmente, músicas e danças criadas pelos negros e, quando tudo isso explodiu, deixou nessa sociedade uma nova cultura, caracterizada pela mistura de todos esses elementos (ROSE, 1997, p. 192).

Foi nesse movimento que começaram a surgir os indícios dessa nova cultura dos guetos, com o aparecimento das festas de rua conhecidas como *block parties*. Em 1969, Kool Herc trouxe suas raízes da África para as ruas do Bronx, a música negra agora circulava através das *Herculoids* – carrocerias acopladas a grandes caixas de som (técnica dos famosos *sound systems* de Kingston). Em uma praça, em uma rua, qualquer que fosse o espaço público, a caminhonete do Herc parava e em pouquíssimo tempo uma multidão aparecia para “balançar o esqueleto” (LEAL, 2007, p. 24).

Juntamente com aquele som, começaram a aparecer pessoas que criavam rimas improvisadas em cima das batidas. Temas como violência, sexo, drogas e política passaram a ser desenvolvidos nesses versos, já delineando a função social que o *rap* assumiria, numa técnica importada da Jamaica, onde já existia uma tradição no *reggae* de improvisar em cima de instrumentos musicais. Esses artistas nos guetos dos Estados Unidos ficaram primeiramente conhecidos como *Toasters*, os quais além de rimar em cima das batidas se utilizavam de gírias particulares das periferias negras para dificultar a compreensão dos assuntos pelos brancos. Esse estilo de cantar falado em rimas originou posteriormente um dos elementos constituintes da cultura *hip-hop*, os MCs (mestres de cerimônia ou controladores do microfone) (LEAL, 2007, p. 26). Com o desenvolvimento do *hip-hop*, também foi criada a nomenclatura *rapper* para diferenciá-los dos MCs. Segundo Afrika Bambaataa, “O MC pode animar a plateia, apresentar,



rimar, fazer curadoria... É infinita a capacidade de *performance* do MC! Já *rapper*⁵ não precisa ter todas as facetas multifuncionais do MC".⁶

Kool Herc consagrou grande importância à cultura *hip-hop* em 1973, na festa de aniversário de 16 anos de sua irmã, quando criou, pela mixagem com dois discos iguais, uma repetição incessante de determinado trecho de música, que ficou conhecido como *break* ou "quebrada" da música (SOUZA, 2000, p. 77). A nova batida, apelidada por Herc de *breakbeat*, explodiu no sul do Bronx, levando novos disc-jockeys (DJs) – por exemplo, o DJ Hollywood – a trabalhar e a desenvolver esse ritmo. A segunda grande criação musical dos guetos nesse momento foi o *scratch*, inventado pelo DJ Grandmaster Flash. Chamava-se *scratch* ao movimento de "vai e vem" feito com o disco pelo DJ, de modo a produzir o som de arranhar ("scratch"). O *breakbeat* assumiu grande importância na história do *hip-hop*, pois serviu de base para os MCs cantarem e para o próprio *scratch* surgir, assim o DJ Kool Herc foi e é consagrado até hoje por muitos como o "pai" do *hip-hop*.

As funções de DJ e MC surgiram e se desenvolveram de forma autônoma, porém cabe destacar que elas são quase interdependentes, afinal as batidas criadas pelos DJs foram usadas pelos MCs para cantar e vice-versa. Por isso, após a criação de tantas músicas que utilizam a técnica do falar cantado junto com o *breakbeat*, foi criada a nomenclatura *rap* (de *rhythm and poetry*, ou ritmo e poesia) para definir esse estilo musical, fruto do trabalho conjunto entre MCs e DJs. Assim, o *rap* começa a se popularizar nos guetos por sua forma simples de fazer e acaba contribuindo para disseminar ideias que questionam a realidade desses lugares. "O *rap* surgia num meio de pobreza, mas de gente criativa que inventava mais uma vez a alternativa para continuar a ter momentos de alegria, diversão e arte. Falar é barato, já diziam os Steatsonics" (PIMENTEL, 1997, p. 7).

Com a criação do *rap*, surgem, nas *block parties*, jovens que "começaram a competir misturando passos de *soul*, *funk*, movimentos acrobáticos e outros" (SOUZA, 2010, p. 66). Da árvore do *locking* e do *popping* começava

⁵ *Rapper* é a nomeação dada aos cantores de *rap*; um *rapper* não precisa necessariamente fazer rimas improvisadas, como o MC.

⁶ Ver <http://acordahiphop.fazbarulho.com.br/search?q=bambaatta>. Acesso em: 27 set. 2010.

a surgir uma nova dança, um tanto mais acrobática, e que explorava bastante o estilo musical do *breakbeat*. Foi a partir daí que os passos *footworks*, *top rock* e *freezes* integraram a dança do *break* das músicas ou, como ficou conhecida, *breakdance*. Da mesma forma, os garotos e garotas que faziam seus movimentos nas quebradas das músicas ficaram conhecidos como *break boy*, ou *b-boy*, e *break girl*, ou *b-girl*.

Os muros que dividiam a cidade não ficaram de fora das manifestações artísticas que apresentavam a pobreza dos negros. Inicialmente, o grafite era expresso por *tags*,⁷ ou pichações, em trens e muros e que tinham por finalidade demarcar o território de gangues dentro das próprias periferias. Segundo Pimentel (1997, p. 9), Taki 183 foi o precursor do grafite, pois foi ele quem desencadeou uma disputa para ver quem pichava em mais lugares. Porém, é só com o artista Phase 2 que os *tags* começam a ganhar a forma do grafite que conhecemos hoje, uma vez que com ele os *tags* passaram a ser painéis coloridos a céu aberto, com a possibilidade de escreverem mensagens por meio de imagens em locais públicos. Num primeiro momento, seus desenhos mostravam apenas mensagens politicamente neutras, contudo, por causa da grande difusão e do aperfeiçoamento de sua técnica, ele e outros grafiteiros passaram a usufruir de sua particularidade para contestar a sociedade.

O grafite foi o primeiro elemento a ultrapassar as fronteiras dos guetos. Os trens e os muros grafitados levavam um estilo de vida marginalizado para quem não vivenciava aquela realidade. Com isso, mesmo que os brancos não fossem ver aquela cultura que estava surgindo nos guetos, o grafite levava a cultura *hip-hop* pelos trens que circulavam para toda a cidade (PIMENTEL, 1997).

MCs, DJs, *b-boys* e grafiteiros, um a um, foram aparecendo e se unindo. Todos nascidos nas periferias dos Estados Unidos, todos reclamantes das condições sociais em que viviam. Juntos, criaram uma movimentação que ia além do entretenimento para aqueles que não tinham tantas opções de lazer: plantavam também um ideal político, uma mobilização para os que foram por tanto tempo oprimidos e subordinados a uma classe etnicamente dominante.

⁷ Conhecidas como assinaturas.

Em 1978, Afrika Bambaataa, um dos principais DJs da época, viu o potencial surgindo desses elementos e nomeou a todos como pilares de uma cultura nascida nos guetos, a cultura *hip-hop*, a cultura que “balançava os quadris” (MACARI, Fábio, 1994, apud PIMENTEL, 1997, p. 10).

HIP-HOP À BRASILEIRA

Os meios de comunicação de massa rapidamente difundiram o *hip-hop* para os quatro cantos do mundo. Contudo no Brasil, antes mesmo de o *hip-hop* surgir nas telas da TV e nos rádios, as periferias das metrópoles brasileiras já tinham arquitetado um cenário que facilitaria a sua instalação e propagação pelas cidades (MENEZES e COSTA, 2010, p. 459).

Tudo começou aqui nos anos 1970, quando bailes *blacks* lotavam, principalmente nas periferias do Rio de Janeiro e São Paulo, e, com isso, já começavam a articular o movimento negro por meio da música e da dança, que se direcionavam para as camadas mais pobres da sociedade. O desenvolvimento da música *black* (*soul* e *funk*) se firmou principalmente na cidade carioca, quando se chegou a reunir “mais de 1 milhão de jovens [que] frequentam toda semana os mais de 500 bailes espalhados pela Grande Rio” (PIMENTEL, 1997, p. 15). O movimento conhecido como Black Rio, que ganhou caderno próprio no *Jornal do Brasil*, também foi responsável por anunciar nomes de grandes artistas, como Gerson King Combo, Jorge Ben e Tim Maia. Depois de tanta coerção da ditadura sobre as produções musicais negras, o movimento Black Rio foi se diluindo e dando espaço a uma nova mistura da *black music* com o *Miami bass*,⁸ dando origem posteriormente ao *funk* carioca.

Enquanto o Rio de Janeiro estava no ápice do movimento da música *black*, São Paulo, já não tendo tanta participação no cenário nacional desse estilo musical, começa a mostrar os primeiros sinais da cultura *hip-hop* por volta de 1982. O primeiro elemento a se evidenciar em São Paulo

⁸ *Miami bass*, ou som de Miami, é um estilo musical derivado do electro conhecido por suas batidas aceleradas e conteúdo sexual nas letras.



foi o *break*, com Nelson Triunfo e seu grupo Funk & Cia. apresentando-se diariamente na esquina das ruas 24 de Maio e Dom José de Barros. O lançamento mundial de filmes como *Beat Street* (ou *Na onda do break*, como lançado no Brasil), *Breaking 1* e *Breaking 2*, que contavam um pouco da história do *hip-hop* nos Estados Unidos, mas, principalmente do *break*, contribuíram diretamente para a difusão dessa dança no país. Assim, em São Paulo, sob influência da companhia de Nelson Triunfo e das produções cinematográficas que surgiram, começam a se formar diversos grupos de dançarinos, como Nação Zulu, Back Spin Break Dance, Street Warriors e Crazy Crew (PIMENTEL, 1997, p. 16).

Pouco tempo depois, os guardas que faziam policiamento na rua 24 de Maio começam a proibir os grupos de dançarem no local. Foi então que João Break, depois de tentar organizar as rodas de dança dentro da estação Tiradentes do metrô e de ter sido novamente expulso pelos guardas locais, fez migrarem as rodas de dança para a estação de metrô São Bento. A partir daí, a estação São Bento se torna o principal ponto de encontro de simpatizantes e integrantes da cultura *hip-hop* de São Paulo (HISTÓRIA DO HIP-HOP EM SÃO PAULO, 2009).

Mesmo com poucos recursos, além dos *b-boys*, que já dominavam o local, o *rap* também começava a aparecer e a se desenvolver na estação. Os tagarelas (nome dados aos primeiros MCs de São Paulo, por causa da forma rápida de cantar) se reuniam na São Bento para trocar rimas e fazer improvisações ao som de *beat box*⁹ ou mesmo através de batucques de latas e palmas. Também não foi diferente com o grafite, que, na década de 1980, tinha surgido primeiramente na forma de pichações, e já na estação São Bento começam a aparecer aqueles que trocavam desenhos e desenvolviam o grafite no entorno do local. A estação São Bento tinha se tornado um grande ponto de encontro irradiador da cultura *hip-hop* no Brasil (HERSCHMANN, 2000, p. 186).

Não demorou muito para que surgissem LPs com os *raps* de São Paulo. O primeiro deles foi o “Hip-hop cultura de rua”, lançado em 1988

⁹ *Beat box* (caixa de batida) consiste na imitação dos sons reproduzidos pelas caixas de *hip-hop* por meio apenas da percussão vocal e nasal.

pela Eldorado, que reunia produções dos principais MCs da São Bento; em seguida surgiram o “Ousadia do rap”, do grupo Kaskatas, “O som das ruas”, da equipe Chic Show, “Situation rap”, pela FAT Records, e “Consciência black”, da Zimbabwe (PIMENTEL, 1997, p. 18).

A partir dos anos 1990, o *hip-hop* em São Paulo começa a sofrer mudanças bruscas no seu perfil. A maioria dos *raps* que surgira em São Paulo até então não tinha o intuito de discutir questões da realidade social. A partir desse momento, começam a aparecer com maior força os *raps* chamados, a princípio, de “*rap* estorinha”, com a função de conscientizar a população. Os integrantes do *hip-hop* também foram renovados, alguns *b-boys* se distanciaram da cultura pelo avanço da idade e pelas impossibilidades que o corpo colocava e outros integrantes também se afastaram, à medida que a “febre” do *hip-hop* passava. A própria São Bento perdeu seu monopólio da cultura *hip-hop* paulista e se tornou concorrente da praça Roosevelt, de modo que a primeira se tornou um ponto de encontro apenas de *b-boys* e a segunda, de MCs. Outro ponto marcante foram as formações das posses,¹⁰ sendo a primeira delas a surgir o Sindicato Negro, em 1989, na própria praça Roosevelt (ANDRADE apud PIMENTEL, 1997, p. 20). O objetivo desses espaços era “tomar posse” do *hip-hop* para melhor organizá-lo e desenvolvê-lo, criando, para isso, espaços de discussão, seminários, festas, entre outros.

Segundo Herschmann (2000, p. 187), São Paulo começou a se tornar o principal centro irradiador do *hip-hop* no Brasil a partir dos anos 1990, período de surgimento expressivo na indústria fonográfica nacional de grupos como Racionais MCs, Sistema Negro, DMN (Defensores do Movimento Negro), Câmbio Negro, MRN (Movimento e Ritmo Negro) e Pavilhão 9, além da dupla Thaíde e DJ Hum. O principal ponto que marcou o divisor de águas do *hip-hop* em São Paulo foi a criação do MH2O (Movimento *Hip-Hop* Organizado) no início desse período, em 1989 (PIMENTEL, 1997, p. 19).

Desde então, essa nova fase do *hip-hop* em São Paulo não só mudou um pouco seu público-alvo, como também abriu novos canais de comunicação com a sociedade. Um deles foi o programa semanal “YO!

¹⁰ Conhecidas também como grupos ou organizações.



MTV RAPS!”, na TV a cabo, que falava um pouco sobre o cenário do *hip-hop* no Brasil, mas, principalmente, do que acontecia em São Paulo. Além disso, essa época também foi marcada pelo apoio do estado à cultura *hip-hop*, apoio esse que se deu pela implantação de projetos de *hip-hop* nas escolas, pela remuneração para alguns grafiteiros por suas pinturas e pela criação da lei municipal nº 13.924/2004, que dispõe sobre a instituição da Semana do *Hip-Hop* no calendário anual da cidade de São Paulo (VENTURA, 2009, p. 606-607).

Com a difusão do *hip-hop* na mídia nacional, outras regiões também começaram a aderir a ele, como o Nordeste, onde, apesar das fortes características culturais da região, o *hip-hop* teve grande aceitação por parte dos jovens negros das periferias. Assim, o ato de cantar, dançar, tocar e grafitar no *hip-hop* se transformava também, no Brasil, numa linguagem única para os moradores de periferia, que encontraram nele um meio de expressar as angústias vividas e suas indignações (MENEZES e COSTA, 2010, p. 3).

Apesar de toda a difusão em São Paulo, as primeiras façanhas do *hip-hop* no Rio de Janeiro demoraram a ganhar visibilidade nacional, embora já muito presentes as manifestações na cidade. Enquanto a longa estrada da *black music* deixava as calçadas cariocas, entrava em cena um novo ritmo oriundo das próprias comunidades e que também dialogava para o mesmo público do *hip-hop*: o *funk* carioca surgiu e sua enorme popularização contribuiu, de certa forma, para o ofuscamento do *hip-hop* no Rio, além, é claro, de todo o sucesso da *black music* na cidade, que levou ao crescimento tardio do *hip-hop* na mesma e ao pioneirismo do mesmo em São Paulo.

Assim, coatuando na cidade carioca, em 1993, o *hip-hop* carioca começou a mostrar suas primeiras façanhas. Na Cidade de Deus,¹¹ surgiu a primeira rádio que veicularia o *hip-hop* na cidade, sob o comando do DJ TR (Teste de Raça) e do *rapper* MV (Mensageiro da Verdade) Bill entrava em cena a rádio comunitária “SOS Comunidade” (VENTURA, 2009, p. 606). No mesmo ano foi lançado o CD “Tiro inicial”, um dos primeiros

¹¹ Comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro.



discos a serem lançados no Rio de Janeiro com produções dos grupos de *rap* de maior sucesso da época: Geração Futuro, as Damas do *Rap*, Consciência Urbana, os Filhos do Gueto e o *rapper* Gabriel o Pensador. Uma das composições mais marcantes da obra foi *Filhos do Brasil*, em que Gabriel o Pensador fala sobre o caso das mães de Acari que tiveram seus filhos sequestrados e mortos em um extermínio no interior do estado do Rio de Janeiro.¹² Esse CD foi uma produção do *hip-hop* que teve grande colaboração do movimento negro, nesse caso, especialmente, do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (Ceap), que tentava renovar sua discussão com a sociedade por meio do *hip-hop*.

O primeiro MC de grande sucesso nacional oriundo da Cidade Maravilhosa foi Gabriel o Pensador. Ele lançou seu primeiro CD em 1993 pela famosa gravadora Chaos (atual Sony Music) e, desde então, foi motivo de muitas polêmicas, a principal delas foi o fato do mesmo ser um cantor de *rap* branco e de classe média, fato que gerou um estranhamento e um enorme estigma, além da recorrente associação de que o *hip-hop* no Rio de Janeiro era feito por *playboys*¹³ (HERSCHMANN, 2000, p. 188). Outra grande polêmica foi a música desse cantor “Estou feliz, matei o presidente”, que foi proibida de tocar nas rádios FM por estabelecer analogia com o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello (LEAL, 2007, p. 178).

Ao mesmo tempo em que Gabriel o Pensador contribuía para a popularização nas mídias do *hip-hop* no Rio de Janeiro, o Ceap também contribuía para a difusão do ritmo na cidade, a partir da realização de festas, reuniões, CDs, entre outros. Essa parceria do movimento negro com o *hip-hop* começou quando alguns integrantes do Programa Racial do Ceap assistiram a uma apresentação do grupo de *rap* Geração Futuro. Os integrantes do Ceap, que já conheciam a parceria do movimento negro com o *hip-hop* em São Paulo, quando viram que o *hip-hop* também estava presente no Rio de Janeiro, convidaram o esse grupo para conhecer o Programa Racial. “Faltava apenas orientação e sentido de organização,

¹² Ver: <http://www.redecontraviolencia.org/Casos/1990/213.html>.

¹³ Gíria que se refere aos jovens brancos de classe média que explicitam uma vida luxuosa por meio de roupas, joias e automóveis.



atributos facilmente adquiríveis, dada a vontade política dos garotos do *rap*”, afirmou Arcélio Dias, militante do Ceap e um dos coordenadores de seu Programa Racial (apud GONÇALVES, 1997, p. 51). A partir desse momento, o Ceap começou a promover encontro de MCs e discussões sobre questões raciais e militância política. Portanto, o movimento *hip-hop*, que no Rio de Janeiro não era visto tanto pelo viés político nem mesmo por membros mais conservadores do movimento negro, começou a se aliar e a ganhar força por meio de frentes políticas (GONÇALVES, 1997, p. 52).

Com o desenvolvimento da força *hip-hop* dentro do Ceap, surgiu a ideia de criar uma associação específica para isso. Desse modo, em março de 1993 foi criada a Associação *Hip-Hop* Atitude Consciente (Atcon) com o intuito de “propagar a cultura e politização para as massas carentes de nossa sociedade capitalista dependente” (Estatuto da Atcon, reproduzido em GONÇALVES, 1997, p. 117). A Atcon também foi responsável por anunciar grandes atores da cena *hip-hop* carioca, como Big Richard, MV Bill, DJ TR, Gaspar, o grupo Geração Futura e o grupo Artigo 288. E, à medida que a Atcon se desenvolvia, a cultura *hip-hop* no Rio de Janeiro encontrava novas formas de ganhar força na cidade.

O primeiro grande evento próprio da cultura *hip-hop* no Rio de Janeiro foi o “I CDD SOS Consciência”,¹⁴ organizado pelos membros da Atcon na Cidade de Deus. No dia 20 de junho de 1993, o evento foi montado na quadra do Ciep Luiz Carlos Prestes com ajuda apenas da associação de moradores da comunidade, de grupos de *rap* e de amigos admiradores da cultura *hip-hop*. Sem muito luxo, os recursos para movimentar o evento vieram dos próprios colaboradores que emprestavam o que podiam para o evento se concretizar. Quanto ao público, não foram somente os moradores curiosos, mas também, pessoas de fora da comunidade a procurar o local em busca do novo som carioca. Assim, o evento foi embalado pelos shows de artistas como MC Zezé, Guardiões da Cor, Geração Futuro, Damas do Rap, Artigo 288, Filhos do Gueto, NAT, Consciência Urbana e Gabriel O Pensador, dentre outros. Esse evento marcou a Cidade de Deus como um ponto de reunião do *hip-hop* no Rio de Janeiro e serviu de abertura para que novos eventos como esse surgissem.

¹⁴ CDD é a sigla do bairro Cidade de Deus.

Apesar do grande sucesso do evento, a Atcon começou a entrar em crise por conta de desavenças internas. Com isso, Big Richard é destituído da presidência e em seu lugar assume Frio Bira (ex-integrante do grupo Consciência Urbana), como novo presidente, e Edwiges (do grupo Damas do Rap), como vice-presidente. Sem apoio do Ceap e com nova estrutura, a Atcon organizou, em julho de 1994, a “II CDD SOS Consciência”. Por causa do sucesso da primeira edição, o evento foi um pouco maior que o anterior. Recebendo apoio até mesmo da prefeitura do Rio de Janeiro, a segunda edição contou com a apresentação de 25 grupos (na primeira, eram 12 apenas). O II CDD também marcou o fim de um dos principais grupos de *hip-hop* na trajetória do Rio de Janeiro por esse campo: por conta de conflitos internos entre MV Bill e Michael, o grupo Geração Futura chegava ao fim. O acirramento de posições no grupo acabou por levar MV Bill ao trabalho independente, unindo-se depois ao DJ TR para fazer suas “bases musicais”.

Como visto, o ano de 1993 foi de grande abertura para os grupos de *hip-hop* no Rio de Janeiro. Contudo, é fácil notar que muito antes de CDs, shows e demais produções surgirem em 1993, houve o despertar pela cultura *hip-hop* em diversos jovens. Na maioria das vezes, o interesse surgia pela identificação com a realidade social abordada nos *raps* e filmes estadunidenses e/ou pelo entusiasmo por aquela nova expressão embalada de *sprays*¹⁵ e movimentos acrobáticos, que desafiavam o corpo.

Em 1989, o *hip-hop* já começava a aparecer na cidade paulista vizinha ao Rio, entretanto, apesar de já existirem diversos admiradores da cultura aqui, nenhum movimento forte era notado devido principalmente à explosão do *funk* carioca. Assim, cabe aqui perguntar por que em 1993 essa cultura contida ultrapassaria as barreiras do *funk* e viria à tona?

De fato, não foi por acaso: 1993 foi um ano marcado pela violência atroz na Cidade Maravilhosa. No final do ano anterior, o Rio de Janeiro já ficara barbarizado com os arrastões na praia de Ipanema, com a chacina de meninos na Candelária e, ainda, com a chacina de moradores de Vigário Geral. O primeiro arrastão ocorreu em 18 de outubro de 1992, em que jovens de facções rivais das comunidades de Parada de Lucas e Vigário Geral

¹⁵ Recipiente de tinta usado para fazer os grafites.



se encontraram na praia de Ipanema e promoveram uma grande briga que culminou num arrastão. O acontecimento foi associado pela mídia como envolvendo as mesmas pessoas que frequentavam um tipo de baile *funk* muito violento, recorrente na época, conhecido como “baile de corredor”. Com isso, a propaganda preconceituosa contra os bailes *funks*, que já rondava as casas cariocas, agora ficara evidente pelos meios de comunicação (VENTURA, 2009, p. 8).

O segundo incidente, talvez o mais trágico e cruel, aconteceu em julho de 1993, na calçada da igreja da Candelária, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. De madrugada, quando meninos de rua dormiam na calçada, três carros passaram e atiraram em direção às crianças. Indefesas, oito delas morreram assassinadas. A maioria dos acusados pelo caso era de policiais militares. Como se não bastassem os arrastões e a Chacina da Candelária, no final de agosto, vinte e um moradores de Vigário Geral foram assassinados dentro de suas próprias casas por policiais militares.

Segundo Gonçalves (1997, p. 69), 1993 foi marcado pela “violência pública, doméstica, e a do Estado, assaltos, chacinas, sequestros, arrastões, saques, linchamentos e estupros”. Uma reação em cadeia de acontecimentos violentos que barbarizaram a cidade e que se refletiam numa cultura do medo¹⁶ de tudo e todos, principalmente da força policial e das facções criminosas que surgiram no mesmo ano. Esse clima hostil gerado por cenas em que as vítimas normalmente se tratavam de jovens e crianças negras e pobres oriundas de periferias foi um dos fatores que culminou no aparecimento da primeira geração do *hip-hop* carioca. Isso pode ser notado em trechos de *raps* que surgiram no momento: “A polícia, órgão de repressão/ que ao invés de proteger aterroriza o cidadão” (*Hora da verdade*, Artigo 288) ou em “Arrastão na praia não tem problema algum/ Chacina de menores é aqui, 021/ Polícia, cocaína, Comando Vermelho/ Sarajevo é brincadeira, aqui é o Rio de Janeiro” (*Zerovinteum*, Planet Hemp).

A violação de direitos acabou por desencadear uma reação da população através também dos meios artísticos. No mesmo ano em que se evidenciou a violência policial e a discriminação com moradores de perife-

¹⁶ Segundo Gonçalves (1997, p. 69), esse termo foi criado pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares.



rias, também apareceu com maior intensidade o movimento *hip-hop* como canal de resistência e reivindicação política. Portanto, apesar dos motivos trágicos, o ano de 1993 se tornou o ponto de partida para a maior visibilidade do movimento *hip-hop* no Rio de Janeiro (VENTURA, 2009, p. 613).

No dia 22 de abril de 1995, outro grande evento do *hip-hop* carioca aconteceu, só que dessa vez o cenário foi a Vila do João, no Complexo da Maré. Membro da Atcon e do grupo Realidade Social, Fernando Xchackal teve a ideia de realizar em sua própria comunidade um evento de *hip-hop*, que foi chamado de Voz Ativa. O Voz Ativa obteve grande apoio de setores governamentais – da vereadora Jurema Batista, da Caixa Econômica Federal e do projeto da prefeitura Rio Funk – e também da comunidade, que organizaram o evento na “Rua 14” com 23 bandas de *rap* nacional.

Os eventos anteriormente destacados foram direcionados quase que exclusivamente aos MCs, isto é, nesses eventos não foram apresentados grupos de dançarinos ou de grafiteiros, por mais que alguns deles se dirigissem ao local para ouvir *rap*. Dessa maneira, desde os primeiros eventos de *hip-hop* no Rio de Janeiro é evidente uma dicotomia entre os seus elementos nos seus espaços de aglutinação. Assim, os dançarinos cariocas, que, diferentemente de São Paulo não tinham eventos periódicos direcionados para eles, começaram a fazer suas próprias rodas em praças públicas e a frequentar os bailes charmes da cidade, os quais, apesar de também não estarem totalmente vinculados à cultura *hip-hop*, tocavam um estilo de música um pouco mais lento, mas que também era “bom para dançar” (HERSCHMANN, 2000, p. 186). Já os grafiteiros não tinham um ponto de encontro definido, entretanto Ventura (2009, p. 611) destaca que, em 1994, alguns deles se encontravam e faziam performances de grafite nas festas da Fundação Progresso, na Lapa.

Cabe salientar a importância que esses eventos festeiros têm para a cultura *hip-hop*. Como descrito anteriormente, o *hip-hop* começou a se caracterizar como uma cultura própria dos guetos dos Estados Unidos à medida que se desenvolviam as *block parties* nas praças. Além disso, o MC, o DJ e a dança de rua surgiram com o intuito de se efetivarem em festas. Isto é, boa parte das pessoas que buscava as festas ia para “balançar os



quadris” (de onde também se originou o próprio nome da cultura). Quanto aos MCs, eles também surgiram nas festas como figuras responsáveis por animar o local com improvisações sobre o cotidiano daquelas pessoas; já os DJs, figuras centrais do evento, eram responsáveis pelo sucesso do MC e da dança.

Nesse sentido, mesmo com poucos recursos, as festas são uma marca da cultura *hip-hop* e contribuem para a sua difusão nos locais em que se instalam. Sendo assim, devem-se destacar os locais que concentravam os principais polos festivos na cidade carioca para que melhor se possa entender a dinâmica do *hip-hop* na cidade.

Além da Cidade de Deus e do Complexo da Maré, outro bairro carioca também começou a se tornar centro de convergência de reuniões e festas. Segundo Ventura (2009, p. 611), a Lapa passou a concentrar esses eventos por ser um bairro central, que dispunha de transporte para boa parte das favelas cariocas, além de a área também ser considerada “campo neutro”.¹⁷ Em consequência, além do Ceap, fincaram-se no bairro outras instituições do movimento negro que também estavam fazendo articulações com o *hip-hop*, como o Movimento Negro Unificado (MNU) e a Federação dos Blocos Afros do Rio de Janeiro (Febarj).

Segundo Leal (2007, p. 187), as primeiras festas cariocas eram organizadas por LZA (lê-se Elza) Cohen na Fundação Progresso na Lapa, Rio de Janeiro. Porém, foi em outro endereço da Lapa que os dançarinos, MCs, DJs, grafiteiros e demais amantes da cultura *hip-hop* se encontravam semanalmente. A festa “Zoeira Hip-Hop” em pouco tempo se tornou famosa na cidade pelo grande salão de mesas de sinuca e por ser o único lugar que tocava toda semana exclusivamente *rap* no Rio. Apesar do sucesso da festa, em meados de 2002 a falta de verbas para a realização da mesma leva à venda do espaço para uma igreja batista e, em consequência, naquele ano, a “Zoeira Hip-Hop” chega ao seu fim na Lapa (*A batalha do real*, 2003).

¹⁷ Na cidade do Rio de Janeiro, existem grupos criminosos armados que agem e controlam as comunidades da cidade. Esses grupos, conhecidos como facções, disputam territórios de periferias da cidade para venda de drogas e armas.



Além de toda a cena do *hip-hop* que se instalou efetivamente no entorno da Lapa, vale destacar a trajetória de duas organizações próprias do *hip-hop* que possuem grande representação no currículo das organizações no Rio de Janeiro: o grupo Lutarmada e o grupo *Breaking Consciente da Rocinha* (GBCR).

O Lutarmada foi criado em 2004, em “um encontro de amigos que se juntavam para curtir um som e tomar cerveja na Zona Norte” (SOUZA, 2010, p. 83). De maneira despreziosa, a reunião começou a se transformar num coletivo de *hip-hop* quando Gas-PA (a sigla PA é redução de poeta ativista)¹⁸ teve a iniciativa de passar um filme que levasse a refletir sobre a realidade. O filme escolhido foi *Panther* (PANTERA, 1995), e, apesar de se passar nos Estados Unidos, as condições de vida dos personagens se assemelhavam bastante com as dos jovens moradores de periferias brasileiras. Assim, após o filme, uma perplexidade inspiradora rondava aqueles jovens: “Como é possível que uma organização nascida por dois jovens, em menos de um ano, pudesse tomar conta de todos os Estados Unidos?” (GAS-PA in SOUZA, 2010, p. 83).

Com isso, surgiu a ideia de criar uma organização que tivesse como base a cultura *hip-hop*, mas que não restringisse a sua ação à execução de seus elementos. Dessa forma, o coletivo Lutarmada se oficializou no Rio de Janeiro, afiliado à ideologia da esquerda política brasileira com os lemas: “Nossa arma é nossa informação” e “Mobilizar entretendo, entreter mobilizando” (GAS-PA, 2005). Para isso, o Lutarmada promove a exibição de filmes e leituras, principalmente nas periferias cariocas, a fim de “conscientizar as camadas populares das condições de subalternidade e discriminação impostas pela sociedade” (SOUZA, 2010, p. 85).

Já o GBCR surgiu justamente na época da febre do *breakdance* na televisão brasileira. Alguns jovens interessados nesse movimento se juntavam para treinar constantemente em quintais de amigos ou nas próprias ruas das comunidades e, nesses locais, assistiam aos poucos vídeos de *b-boys* de Nova York a que tinham acesso, para tentar realizar aqueles

¹⁸ Nascido e criado nas periferias da Zona Norte do Rio de Janeiro, Gas-PA se envolve com a cultura *hip-hop* desde os seus primeiros sinais no Brasil, e, assim, ainda nos anos 1980 se transforma em um MC.



passos. Luck¹⁹ e seus companheiros começaram a fazer sucesso nas comunidades e começaram a ser convidados para fazer pequenas apresentações em algumas organizações, até que surgiu a ideia de fundar uma organização para difundir a dança e captar recursos com essa arte, uma vez que os trabalhos eram poucos e eles não queriam depender do dinheiro de apresentações esporádicas.

Como o principal ponto de encontro desses jovens era a Rocinha, o grupo se chamou a princípio de *Gangue Breaking Consciente da Rocinha* – posteriormente o termo “gangue” seria substituído por “grupo”. Em março de 2004, o GBCR seria o primeiro grupo no Rio de Janeiro a se filiar à organização Universal Zulu Nation, a partir de um convite de seu próprio fundador Afrika Bambaataa. O GBCR promoveu batalhas²⁰ e realizou oficinas de todos os elementos em diversas comunidades, mas o campo principal de atuação continuou sendo o *breaking* na Rocinha. Um dos grandes projetos do grupo é o programa de TV Rocinha *Hip-Hop* que é transmitido ao vivo uma vez por semana na TV Rocinha a fim de divulgar sobre o cenário do *hip-hop* nacional e internacional. Cabe salientar que um dos grandes diferenciais dessa organização do *hip-hop* é o de tentar fazer do *hip-hop* uma profissão para esses jovens, ou seja, fazer que essa arte consiga trazer dinheiro para o sustento dos mesmos (SOUZA, 2010, p. 87).

A ATUAL CONFIGURAÇÃO DO MOVIMENTO CULTURAL HIP-HOP NO RIO DE JANEIRO

Antes de ressaltar as modificações que ocorreram no *hip-hop* no Rio de Janeiro, cabe destacar primeiramente aquilo que se manteve no cenário musical carioca: a sobreposição com o *funk* carioca na cidade. Como

¹⁹ Luck atua no *hip-hop* há 27 anos e fundou o GBCR há 7 anos. Luck saiu da Baixada Fluminense para a Rocinha para melhor direcionar o grupo.

²⁰ As batalhas no *hip-hop* são disputas de dança entre os dançarinos. Podem ocorrer individualmente, em duplas, trios ou grupos. Normalmente, têm um jurado que avalia qual dançarino fez a melhor *performance* na música apresentada. Ver documentário *Sou Rocinha Hip-Hop*, de Cavi Borges e Miila Derzet (2004).

dito anteriormente, o *funk* carioca surgiu sobre grande influência do próprio *hip-hop*. No entanto, a partir de sua “nacionalização”, ele não só se confirmou como cultura própria e independente, mas também concorreu no mesmo espaço que o *hip-hop*. Desde os primeiros sinais do *funk*, a sua sobreposição na cidade é evidente e, com o decorrer dos anos, esse fato só tem se concretizado cada vez mais.

Pelo fato de boa parte das letras do gênero não terem um comprometimento com questões sociais e a batida não ser tão elaborada, o *funk* também se tornou alvo de críticas de alguns integrantes da cultura *hip-hop* – “A qualidade musical desse *funk* é pobre e as letras deveriam melhorar” (ROONEY apud LEAL, 2007, p. 248). Em contrapartida, há aqueles que questionam os que criticam o *funk* e que escutam *raps* que tratam de assuntos similares, como pode ser visto em um trecho do depoimento do DJ Deco: “as letras do *funk* carioca, muitas delas, não são muito piores, ou não são tão piores do que muitas das letras do *rap* gringo que a gente gosta de ouvir” (apud LEAL, 2007, p. 246). Nessa perspectiva, não só o passado do *funk* carioca, como também seu presente podem ser comparados ao *hip-hop*, uma vez que ambos possuem uma “versão midiática”, que insiste em mostrar apenas as produções apolíticas, como também têm frentes que o utilizam como forma de protesto²¹ e, em consequência disso, as produções comprometidas ficam ofuscadas pelas demais. Comprometido socialmente ou não, o importante aqui é ressaltar que o *funk* é trilha sonora das periferias do Rio de Janeiro, e, sendo ambientado no mesmo lugar, o *hip-hop* se rendeu a esse estilo e o incorporou na biblioteca musical de muitos eventos, como é o caso da Groove Party.²²

Por falar em festa, a segmentação entre eventos para *b-boys* e outros para MCs se tornou cada vez mais clara. A própria Groove Party é exemplo de uma festa direcionada para dançarinos que conta raramente com a presença de algum MC. Um dos grandes problemas dessa dicotomia é que, por um lado, boa parte dos dançarinos acaba por não escutar, muito

²¹ Uma das principais instituições que utilizam o *funk* como um movimento social cultural no Rio de Janeiro é a Associação Parceiros e Amigos do Funk (Apafunk).

²² A Groove Party é uma festa idealizada por dois dançarinos e um DJ da cultura *hip-hop*. É uma festa que normalmente acontece todo mês, em locais diferentes do Rio de Janeiro, e que tem por objetivo difundir as danças da cultura *hip-hop*. No seu material de divulgação, são citados ritmos como *breakbeat*, *soul*, *funk americano*, *hip-hop*, *house* e *funk carioca*.



menos dançar, *rap* nacional e, por outro, boa parte dos MCs, quando produzem suas músicas, dão atenção somente para o que vai ser tratado na letra e acabam não dando a devida atenção à qualidade da batida (LEAL, 2008, p. 259). Alguns atuantes do *hip-hop* que também compartilham dessa visão estão tentando mudar essa cena por meio da promoção de eventos em que sejam privilegiados os dois elementos. Contudo, devido à segregação que persistiu durante muitos anos, o preconceito ainda é muito forte dos dois lados e, assim, uma grande resistência ainda insiste para dançar *rap* nacional e para fazer *raps* com batidas mais elaboradas.

Outro ponto marcante das festas de *hip-hop* é o direcionamento do público-alvo. Com a sua popularização, boates localizadas na Zona Nobre da cidade passaram a realizar festas direcionadas para o *hip-hop*. As festas de *hip-hop* desse caráter tinham como princípio atender integrantes do movimento e moradores de periferia; contudo, o local e o alto preço do ingresso dessas festas foram um modo de restringir economicamente o acesso dos moradores de periferia.

Como o movimento *hip-hop* é uma cultura, está sujeito a algumas modificações, de acordo com os hábitos da sociedade em que se instala. E como os hábitos são mutáveis, cabe aqui destacar dois fenômenos que ocorreram no *hip-hop* nos Estados Unidos e que foram incorporados imediatamente ao do Rio de Janeiro. Quando Bambaataa determinou os elementos daquela nova cultura do gueto, ele incluiu apenas os segmentos mais presentes no seu campo de visão. Sendo assim, apesar de alguns setores estarem no mesmo local, dirigirem-se às mesmas pessoas e terem os mesmos ideais, não foram contemplados inicialmente como elementos da cultura *hip-hop*. Esse é o caso do basquete de rua e das demais danças que surgiram nas festas dos *Bronxs*, que, hoje em dia, são chamadas convencionalmente de danças urbanas: *house dance*, *wacking*, *hip-hop dance* – baseada nos passos sociais²³ que surgiam nas festas –, entre outras. No entanto, esses elementos, com o tempo, foram incorporados indiretamente à cultura, de modo que, em muitos eventos do *hip-hop*, quando não são exclusivos para eles, esses elementos estão

²³ Entende-se como passo social aqueles movimentos que surgem em meio às festas, que geralmente têm nomes específicos e populares, e que são repetidos por grandes grupos de pessoas nas festas.



incorporados. Porém, devido ao não posicionamento de Afrika Bambaataa quanto à inclusão oficial desses segmentos, existem integrantes mais tradicionais que restringem a cultura aos quatro elementos iniciais.

No que tange as modificações exclusivas do *hip-hop* no Rio, uma grande contribuição para o desenvolvimento da cultura foi a conquista de festas próprias semanais. Diferentemente dos anos 1990, em que os bailes charme eram os principais locais de encontro dos dançarinos e amantes do *hip-hop*, a Febarj se tornou a protagonista desse cenário. Com duas festas organizadas nos finais de semana (Fúria Hip-Hop e Hip-Hop na Fita), a Febarj, que inicialmente se articulava com o *hip-hop* por meio de debates, concretizou sua posição à medida que as festas se firmavam como principal ponto de encontro do *hip-hop* no Rio.

Dentre as organizações não governamentais (ONGs) que trabalham com projetos voltados para o *hip-hop* no Rio de Janeiro, cabe aqui ressaltar uma organização que tem tido notório destaque na mídia por suas ações para o movimento *hip-hop*: a Central Única das Favelas (Cufa).

A Cufa tem como o principal fundador o *rapper* MV Bill. Segundo a página na internet da própria instituição, a Cufa, instalada no Rio de Janeiro embaixo do viaduto de Madureira, surgiu em 1999 e tem como propósito utilizar o *hip-hop* “como ferramenta de integração e inclusão social”.²⁴ Para isso, promove oficinas de *break*, grafite, escolinha de basquete de rua, skate, informática, gastronomia e audiovisual. Ainda segundo o site, as oficinas que não se direcionam à cultura *hip-hop* diretamente são oferecidas com o intuito de elevar “a autoestima da periferia quando levam conhecimento a ela, oferecendo-lhe novas perspectivas”.²⁵ Dessa forma, as oficinas “extras” são vistas como responsáveis por conscientizar as camadas desprivilegiadas da população, por meio de cursos profissionalizantes.

É importante ressaltar a ideologia de atuação da Cufa para que se possa discutir a visão de atuação de muitas instituições sociais voltadas para o *hip-hop*. Como dito anteriormente, o movimento cultural *hip-hop* atua, através de seus elementos, como um movimento artístico e político. Dessa

²⁴ Ver http://cufasinop.blogspot.com.br/2010_06_01_archive.html. Acesso em: 13 nov. 2013.

²⁵ Ver http://cufasinop.blogspot.com.br/2010_06_01_archive.html. Acesso em: 13 nov. 2013.



forma, desde o princípio, o *hip-hop* não tinha a pretensão de ser apenas uma nova forma de entretenimento, e sim, também, de ser um meio de construção política e interação social do indivíduo. Contudo, apesar do caráter teórico de muitas instituições ressaltar a visão social do *hip-hop*, atitudes como criar oficinas profissionalizantes a fim de que o cidadão adquira conscientização e consiga atuar no mercado de trabalho enfraquecem a credibilidade do poder de atuação política e profissional do *hip-hop*.

Cabe aqui destacar também a perda de credibilidade de integrantes e instituições do *hip-hop* por causa das “discordâncias” entre seu discurso e sua prática. Inclusive, a própria Cufa sofre diversas críticas por parte dos próprios integrantes da cultura por sua aparente “incoerência” de atuação. De modo geral, as críticas são decorrentes de algumas atitudes da instituição e de seu líder, MV Bill, que vão de encontro à ideologia do início do trabalho do mesmo. Como exemplo, no trecho da música *Cidadão comum refém*, de MV Bill, “programado pra matar pá pá, atire depois pra perguntar/ se ele trabalhava ou se traficava só sei que deitado no chão ele tá”, é nítida uma crítica à atuação das Forças Armadas contra a população. No entanto, em 2004, a Cufa apoiou a presença das tropas do Exército no Haiti. Outro exemplo em que fica evidente essa contradição é em “Sentados na poltrona recebendo ordens que serão ditadas na telona” (*Causa e efeito*, MV Bill) e na aparição de MV Bill em quadros da TV Globo, como *Malhação* e *Criança Esperança*.

Diante das análises acima, é possível entender a atual dinâmica do movimento *hip-hop* no Rio de Janeiro como um processo extremamente plural, que varia de acordo com os objetivos de seus integrantes. E, sendo assim, não existe uma identidade única: há várias identidades que não lhe configuram no final nenhuma ou, então, que lhe configuram uma identidade extremamente mista. Isto é, o *hip-hop* carioca está representado em tantas instituições de visões e representações diferentes, sendo que nenhuma soberania suprema é notada entre elas, que se torna praticamente impossível tentar delinear um “rosto” para o *hip-hop* no Rio.

Como visto, o *hip-hop*, que era inicialmente apenas produto das periferias, tomou posse de diversos espaços, e nesse processo se sujeita às diversas interpretações do caminho. Entretanto, cabe destacar que não



existem movimentos inteiramente bons ou ruins, todos são sintomas da sociedade em que residem e causam diferentes impactos nas estruturas sociais (SOUZA, 2010, p. 95). Por isso, devemos considerar que, apesar de todas as divergências políticas e ideológicas, os atores sociais apresentados lidam com o mesmo instrumento: o movimento cultural *hip-hop*, e que, assim, as suas representações devem ser constantemente questionadas por seus líderes para que entretenimento e crítica política andem juntos e atinjam com maior intensidade as estruturas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Flávio S.; DIAS, Romualdo. A dança *break*: corpos e sentidos em movimento no *hip-hop*. *Motriz*, Rio Claro, v. 10, n. 1, p. 1-7, jan.-abr. 2004. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/10n1/07FSAA.pdf>. Acesso em: 22 out. 2013.

BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GAS-PA. Entrevista a Cinthia Saito. *Fazendo Média*, Niterói, 25 out. 2005. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/novas/movimentos251005.htm>. Acesso em: 13 nov. 2013.

GONÇALVES, Tania Amara Vilela. *O grito e a poesia do gueto, rappers e movimento hip-hop no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997.

GUARATO, Rafael. *Dança de rua: corpos além do movimento* (Uberlândia-1970-2007). Uberlândia: Edufu, 2008.

HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

HINKEL, Jaison; MAHEIRIE, Kátia. *RAP – rimas afetivas da periferia: reflexões na perspectiva sócio-histórica*. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. esp. 2, p. 90-99, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe2/a2419ns2.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.



LEAL, Sérgio José de Machado. *Acorda hip-hop*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues. Desafios para a pesquisa: o campo-tema movimento *hip-hop*. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v. 22, n. 3, p. 457-465, 2010.

PIMENTEL, Spensy. *O livro vermelho do hip-hop*. 1997. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://clam.sarava.org/sites/clam/files/Pimentel,Spensy.PDF>. Acesso em: 23 out. 2013.

ROSE, Tricia. Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no *hip-hop*. In: HERSCHMANN, Micael (org.). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop – globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 190-213

SILVA JÚNIOR, Demercino José. *Ku Klux Klan*. In: BRASIL ESCOLA. [s.d.]. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiag/ku-klux-klan.html>. Acesso em: 21 mar. 2013.

SOUZA, Flávia Monteiro de Castro. *Juventude e movimento hip-hop: a construção de identidade, luta por direitos e cidadania*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/16846/16846_1. Acesso em: 23 out. 2013.

UOL EDUCAÇÃO. BIOGRAFIAS. Malcom X: ativista norte-americano. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/malcolm-x.jhtm>. Acesso em: 24 out. 2013.

VENTURA, Tereza. *Hip-hop e graffiti: uma abordagem comparativa entre o Rio de Janeiro e São Paulo*. *Análise Social*, Lisboa, v. 44, n. 192, p. 605-634, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n192/n192a07.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.



REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

A BATALHA DO REAL. Câmera e edição Mathias Maxx. Rio de Janeiro: Tarja Preta–Toscographics, 2003. Duração: 6 min.

HISTÓRIA DO *HIP-HOP* EM SÃO PAULO. Reportagem cinematográfica Zeca MCA. Imagens Ronaldo Justino e Thiago Capelli. Programa Manos e Minas. TV Cultura: São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=JWukiPAXkRA>. Acesso em: 23 out. 2013.

PANTERA [PANTHER]. Direção Mario Van Peebles. Roteiro Melvin Van Peeble. Elenco Kadeem Hardison, Bokeem Woodbine, Courtney B. Vance, Marcus Chong, Joe Don Baker, M. Emmet, Walsh. Londres: Working Title Films–Nova York: TriBeCa, 1995. Duração: 93 min.

SOU ROCINHA *HIP-HOP*. Direção Cavi Borges e Miila Derzet. Rio de Janeiro, 2004. Duração: 20 min.



ANOTAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA OPOSIÇÃO CONCEITUAL ENTRE OCIDENTE E ORIENTE

Talita de Andrade Ferreira*

A oposição conceitual entre “Ocidente” e “Oriente” tem sido central no pensamento político e social, ao menos do chamado Ocidente desde quando foi forjada na Antiguidade. Contudo, se podemos identificar uma forte persistência dessa oposição conceitual ao longo de mais de dois mil anos de história, não é possível atribuí-la à existência de um par de conceitos ou de ideias perenes e inalteráveis, sendo tão somente reivindicada de tempos em tempos, em contextos os mais diversos, sem que, com isso, seus sentidos não tenham sido alterados ou, até mesmo, radicalmente transformados. Cada vez que essa oposição conceitual foi evocada, o seu significado não apenas sofreu o impacto dos contextos específicos de seus usos, mas foi, ali mesmo, no emaranhado das relações sociais, das disputas políticas e dos debates intelectuais, em maior ou menor grau, forjado.

Daí termos como uma das principais exigências metodológicas para a elaboração de uma história da oposição conceitual entre Ocidente e Oriente a necessidade de compreendermos os seus usos específicos em contextos históricos singulares, ou ainda, conforme as palavras do historiador alemão Reinhart Koselleck, de cujos apontamentos teórico-metodológicos tentamos nos servir, “a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então” (2006, p. 103).

* Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio com habilitação em Análises Clínicas (2009-2011). Atualmente cursa Ciências Biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação do professor-pesquisador José Victor Regadas Luiz (doutorando em Ciência Política), do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform). Contato: talita_de_andrade@hotmail.com.



Desse modo, buscamos refutar tanto uma visão essencialista das ideias, que lhes atribui uma autonomia indevida, ainda tão comum na história do pensamento político e social, quanto um tratamento anacrônico dos conceitos, esse ainda mais recorrente, que transfere irrefletidamente para o passado os sentidos contemporâneos dos conceitos.

Esse “historicismo radical”, que enfatiza o estudo contextualizado e sincrônico dos usos específicos dos conceitos, não prescinde da compreensão diacrônica de sua estrutura semântica de longa duração. Afinal, se os conceitos, por si mesmos, não possuem história própria, o mesmo não se pode dizer de seus usos. Embora o uso pragmático dos conceitos em situações específicas seja único e, por essa razão, não repetível, o seu entendimento só é possível graças à conservação de seus sentidos semânticos, transmitidos no tempo pelo seu uso repetido. Trata-se da mesma relação dialética identificada nos estudos semiológicos de Ferdinand de Saussure (1975) entre linguagem (*langue*) e fala (*parole*).¹ Assim, seguindo as indicações de Koselleck, “devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem, que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia” (1992, p. 135). Dessa forma, em cada uso particular de um conceito pode-se notar a presença de diferentes temporalidades, incorporadas à sua estrutura semântica, que até certo ponto são independentes daqueles que os utilizam.

No caso aqui examinado, a história dos conceitos de Ocidente e Oriente, as orientações teórico-metodológicas devem levar em consideração a estrutura semântica básica desse tipo de conceito. Conforme a definição de Koselleck (1992), estaríamos diante de um par de conceitos de tipo oposto e assimétrico. Enquanto “Ocidente” (e seus conceitos correlatos) implicaria a delimitação de um “nós”, isto é, de uma “unidade de ação” por meio de um “reconhecimento mútuo”, o “Oriente”, sendo o seu oposto, a sua imagem invertida, designaria por exclusão um “eles”, ou seja, um determinado conjunto (de pessoas, regiões, países), de modo depreciativo.

¹ Nas palavras de Roland Barthes, “só podemos manejar uma fala quando a destacamos na língua; mas, por outro lado, a língua só é possível a partir da fala [...] trata-se realmente, portanto, de uma verdadeira dialética” (2006, p. 19).



Assim, a história conhece numerosos conceitos opostos que são aplicados de um modo que o reconhecimento mútuo fica excluído. Do conceito utilizado para si próprio decorre a denominação usada para o outro, que, para ele, equivale linguisticamente a uma privação, mas que na realidade pode ser equiparado a uma espoliação. Trata-se, nesse caso, de conceitos opostos assimétricos. Seu oposto é contrário, porém de maneira desigual. (KOSELLECK, 2006, p. 193)

Nesse sentido, a conhecida tese de Edward Said (2007) de que o Oriente é uma invenção do Ocidente, “o resto não ocidental” por assim dizer, vem a calhar. Caracterizando o Oriente de forma deturpada, o Ocidente encontraria também uma forma de se definir e se elevar – e é bom que se esclareça, de maneira igualmente deturpada. Segundo palavras de José Henrique Bortoluci, “o Oriente (‘estagnado, irracional e atrasado’) é ‘construído’ como um contraste, um ‘outro’ a partir do qual se pode caracterizar o próprio Ocidente (‘dinâmico, racional e progressista’)” (2008, p. 173).

Nas páginas seguintes, examinamos alguns momentos cruciais para a construção da ideia de Oriente pelo Ocidente, traçando a maneira como se constituiu historicamente tal oposição conceitual com base nos usos particulares desses conceitos em contextos específicos. Sendo impossível uma reconstituição histórica integral, pois toda história é, inevitavelmente, uma seleção, optamos por analisar quatro momentos de elaboração dessa oposição conceitual: a oposição entre helenos e bárbaros na Grécia Antiga (não só pelo seu caráter inaugural, por assim dizer, mas por causa do largo impacto que ela teve na história do pensamento político do Ocidente); a formulação da categoria de despotismo oriental por Montesquieu (por sua vasta influência na constituição do pensamento político iluminista em oposição ao Antigo Regime); a oposição entre mundo livre ou sociedade aberta e totalitarismo (em particular o soviético, por causa da centralidade dessa disputa política no último século, sobretudo durante o período da Guerra Fria); e, por fim, a oposição mais recente entre a democracia e o fundamentalismo e o terrorismo islâmicos (que teve grande impulso depois da guerra ao terror desencadeada pelos Estados Unidos em resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001).



Cabe salientar ainda que este trabalho busca delinear não somente uma história da oposição conceitual entre Ocidente e Oriente, mas também fazer uma crítica dessa oposição. Exploramos o potencial crítico da história conceitual, pois julgamos ser essa abordagem de grande valor na tarefa de desnaturalização e estranhamento de conceitos e práticas políticas e sociais que tendem a depreciar e a subjugar determinados grupos em benefício de outros.

HELENOS E BÁRBAROS

Uma das primeiras, senão a primeira, forma de oposição entre Oriente e Ocidente pode ser percebida na dicotomia conceitual binária, universal, antitética e assimétrica entre helenos e bárbaros na Grécia Antiga. Dividindo o mundo conhecido de então, os gregos formaram uma oposição conceitual cujo alcance geográfico, e mesmo cultural, é imenso. A assimetria dessa oposição é estabelecida pela caracterização da barbaridade como um contraponto à autodenominação da helenidade, bem como pelo fato de que aqueles chamados de bárbaros reconheciam os helenos, mas não a sua própria condição bárbara (KOSELLECK, 2006). Segundo Edward Said, esse não reconhecimento denuncia o quanto a demarcação dos conceitos é arbitrária, posto que os “bárbaros” não precisariam ter consciência de sua condição. “Basta que ‘nós’ tracemos essas fronteiras em nossas mentes; ‘eles’ se tornam ‘eles’ de acordo com as demarcações” (SAID, 2007, p. 91). Em suma, numa direção, os termos utilizados funcionam; na outra, se perdem.

Essa separação pode ser analisada em diferentes momentos, porém, inicialmente, sua perspectiva é espacial. A “helenidade”, ou seja, a consciência não estrangeira, estaria baseada “numa ideia muito pouco rigorosa do que existe ‘lá fora’ para além do território conhecido” (SAID, 2007, p. 91). Assim, esse par de conceitos passa a vigorar do século VI a.C. ao século IV a.C., denominando-se bárbaro todo aquele que fosse não grego.

O menosprezo aos estrangeiros, aos que balbuciavam ao falar, ou cuja linguagem não se entendia, cristalizou-se em uma série de epí-



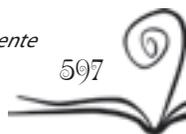
tetos negativos que desclassificavam toda a humanidade que vivia fora da Grécia. (KOSELLECK, 2006, p. 198)

Logo, o surgimento da identidade helênica pode ser atribuído a uma negação do outro, visto como diferente do “eu”, uma diferença a princípio geográfica. Porém “as fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas, e culturais de maneiras previsíveis” (SAID, 2007, p. 91). Logo, a separação não estava ligada somente ao âmbito espacial, mas fazia atribuição também à *physis*,² a partir do momento em que se classificava um indivíduo de “não grego”, ao qual, pelo simples fato de ser denominado estrangeiro, seriam atribuídas, implicitamente, diversas determinações negativas.

Dentro desse contexto, o Ocidente acaba por determinar características específicas e imutáveis, uma espécie de essencialismo oriental, que permeia tudo o que o oriental faz ou é e que passa a constituir “a base comum e inalienável de todos os seres considerados” (SAID, 2007, p. 146), ou seja, os orientais bárbaros. O que distancia e contrasta ainda mais os conceitos, pois os gregos assinalam e reforçam características da “helenidade”, características que possuiriam e que, postas em comparação com as características dos bárbaros, apenas realçariam o aspecto negativo delas, e o aspecto positivo das características dos helenos (KOSELLECK, 2006).

As características atribuídas às duas faces da oposição possuem duas diferentes justificativas. A primeira seria natural: os bárbaros teriam características inatas que os tornariam inferiores. Como caracteres dessa essencialidade bárbara estariam a irracionalidade e a desorganização, que seriam naturalmente determinadas. O fato de os bárbaros serem movidos por paixões, não possuírem razão e não serem capazes de fazer distinções denuncia que um ser dessa espécie só poderia ser dominado pelo corpo, em vez de pela alma – que seria o ideal para um membro constituinte da *polis*. A alma seria superior ao corpo, portanto o domínio pela alma “é natural e conveniente, ao passo que a equidade entre ambos ou o domínio do inferior é sempre doloroso” (ARISTÓTELES, 1999, p. 150).

² Do grego, natureza ou essência. Conceitualmente, um princípio intrínseco a cada coisa em específico que a destinaria a determinado fim ou forma, mantendo a identidade dela mesmo que de forma dinâmica, preservando, portanto, a sua unidade e estabilidade em ordem com o universo como um todo.



Uma explicação para o enaltecimento da posse da razão e repúdio a uma suposta irracionalidade bárbara seria o reconhecimento da razão como um caractere superior, transcendente, quase divino – o que pode ser culturalmente exemplificado na sociedade grega por meio da sua mitologia e da história do roubo do fogo do Olimpo para a humanidade, fogo que representa, simbolicamente, a razão, a inteligência e o conhecimento. Nota-se que essa explicação da mitologia grega da origem da capacidade racional do homem tem reflexo, mesmo que indiretamente, no pensamento filosófico e na forma como a sociedade helênica pensa a si mesma. Se esses indivíduos se consideram portadores de uma qualidade divina, evidentemente inferiorizariam aqueles que não consideram portadores da mesma capacidade.

Sinal de inferioridade bárbara seria também a ausência de uma organização política, que representaria, para Aristóteles, a salvação para o homem, uma vez que ele não pode ser autossuficiente – e, sendo o Estado a autossuficiência, é também a perfeição. “É aquele que por natureza, e não por mero acidente, não tem cidade nem Estado, ou é muito mau ou muito bom, ou sub-humano ou super-humano” (ARISTÓTELES, 1999, p. 146). Sem comando, organização e capacidade crítica, os bárbaros são tidos como incapazes de distinguir o bem do mal e de praticar a justiça: são como animais. Unida a essas características, aparece a relação senhor–escravo, determinada naturalmente pela racionalidade e pela capacidade de dominar do primeiro por meio de sua inteligência e pela capacidade de executar ordens que resulta da força corporal do segundo.

Havendo diferença corporal, conseqüentemente ela também existiria na alma. Logo, os bárbaros seriam considerados escravos por natureza e os helenos, que possuíam características equivalentes às de senhores, poderiam conquistá-los ou até mesmo exterminá-los, de forma justa, bem como rebaixá-los à servidão, submetendo-os de acordo com as suas qualidades naturais. No primeiro caso, a dominação e predomínio helênico são externos; no segundo, internos. Essa explicação foi utilizada pelos gregos para justificar tanto a sua expansão militar e cultural quanto o suposto direito de terem os bárbaros estrangeiros como propriedade e parte da construção da estrutura interna do Estado (KOSELLECK, 2006).



Se comparados os modos de vida helena e bárbara dos tempos antigos numa segunda forma de justificativa, agora de uma perspectiva histórica, poderia dizer-se que também os helenos compartilhavam as características selvagens e depreciativas que tanto criticariam mais tarde, formando uma oposição entre civilização – “helenidade” – e barbárie, com a construção de uma espécie de linha temporal do progresso na qual os helenos desenvolveram-se culturalmente rumo à civilização, ao passo que a barbárie não realizou tal avanço. Trata-se de uma “não simultaneidade de estágios culturais” (KOSELLECK, 2006, p. 201). Também a posse ou não de uma consciência histórica poderia diferenciar um povo bárbaro de uma sociedade civilizada e culta.

Posteriormente, uma quebra na determinação dos conceitos acaba por mudar drasticamente a natureza e a condição de mobilidade entre os polos opostos, além de introduzir a substituição por outro tipo de divisão: a oposição entre cristãos e pagãos (KOSELLECK, 2006). Se antes as determinações eram feitas em relação direta à localização espacial, essa ligação agora é rompida. O bárbaro passa a ser aquele que não possui uma formação cultural, e que não sabe falar grego corretamente. Isso muda completamente as condições dos indivíduos, uma vez que não seria mais impossível para alguns serem considerados helenos. A desnaturalização da oposição, que passa de geográfica para social, torna-a agora exclusivamente justificativa de organização interna e uma oposição, digamos, bem mais flexível no que diz respeito à dominação. “O dualismo passou então a servir como uma garantia indireta da função social da camada helenista, educada para governar” (KOSELLECK, 2006, p. 203).

Com o tempo, após uma grande expansão territorial e o surgimento de uma terceira divisão – os romanos –, a oposição heleno-bárbara acaba por perder força. Inicialmente no que diz respeito à sua abrangência. E, posteriormente, ao se deparar com uma opção mais convincente: com o surgimento do cristianismo após longo período de conquista militar e exaustão dos efeitos dos choques entre culturas, apresenta-se uma nova religião que promete união e salvação de quem quer que seja, independentemente de suas classificações, helenos ou não, e se torna uma opção muito positiva e atraente, quando se considera a oposição anterior. A oposição entre cristãos e pagãos passa então a ter maior espaço, até substituir a anterior de fato (TOYNBEE, 1955).



DESPOTISMO ORIENTAL EM O ESPÍRITO DAS LEIS DE MONTESQUIEU

Enquanto percebemos na oposição histórica anteriormente citada o início de uma passagem da atribuição “oriental” do âmbito espacial para uma caracterização essencial, percebemos que, em uma divisão posterior, essa *physis* oriental torna-se legítima. Assim como os gregos, a tradição europeia procurou, a partir da formulação e criação de formas de sociedade e governos degenerados e associados ao mundo “não europeu”, definir, por meio de uma negação de um oposto também delimitado, a concepção que se tem da própria sociedade europeia, servindo ela como o “principal critério de distinção entre Ocidente e não Ocidente (e, sobretudo, Oriente)” (BORTOLUCI, 2008, p. 184). Logo, com o surgimento da ideia de despotismo formulada por Montesquieu, naturaliza-se essa forma de governo como oriental, uma vez que desde a origem da dicotomia Oriente–Ocidente esse tipo de governo aparenta acompanhá-la como governo próprio – ou seja, natural – aos países asiáticos, segundo Aristóteles, referindo-se aos persas (BOBBIO, 1979).

Em *O espírito das leis*, Montesquieu se posiciona a respeito das relações e formas de governo existentes no período, com enfoque na busca das leis que regeriam os fatos humanos, deixando transparecer a sua influência iluminista. Como espelho da mudança intelectual e científica em curso, Montesquieu, em sua abordagem, alia experiência prática à dedução lógica, unindo a racionalidade empírica de Bacon à racionalidade dedutiva de Descartes. Toma, portanto, as leis como relação entre uma razão *a priori* e os seres existentes que possibilita a existência, a ordem e a constância, deles e do universo. Os resultados observados no mundo real, então, não poderiam ser fruto de uma fatalidade cega (BOBBIO, 1979). Montesquieu, pautado na utilização da racionalidade e da ciência, determina a predominância das leis no universo. Essas derivariam “da natureza das coisas e, nesse sentido, todos os seres têm suas leis” (MONTESQUIEU, 1979, p. 25). E é unindo observação prática e dedutivismo que Montesquieu determina uma série de padrões relativos às formas de governo, na tentativa de compreender a sociedade. Na definição de suas formas de governo, Montesquieu supõe



[...] três definições, antes três fatos: um que o governo republicano é aquele que o povo, como um todo, ou somente uma parcela o povo, possui o poder soberano; a monarquia é aquele em que um só governa, mas de acordo como leis fixas e estabelecidas, enquanto, no governo despótico, uma só pessoa, sem obedecer a leis e regras, realiza tudo por sua vontade e seus caprichos. (MONTESQUIEU, 1979, p. 31)

Cada uma dessas formas de governo participa em diferentes graus da preferência do autor. Em primeiro lugar, estaria a monarquia, que ele defende não explicitamente, ainda que essa preferência fique clara ao longo do livro. Influenciado pela forma de governo da Inglaterra, Montesquieu deixa transparecer sua posição política na formulação da principal teoria de *O espírito das leis*: a teoria da separação dos três poderes, colocando sua classe – a aristocracia – em posição privilegiadamente segura em relação às demais. Impedido o Poder Executivo de interferir no Judiciário, e os magistrados populares de julgar seus nobres, tanto o rei quanto a burguesia ficariam limitados à superioridade da nobreza. Em seguida, em sua ordem de preferência, a república, que, embora não inspirasse antipatia aparente, contrariaria seus interesses, mantendo o povo no poder, sendo considerada, ademais, uma forma de organização política arcaica (MONTESQUIEU, 1979). Por fim, a definição de governo mais rejeitada por Montesquieu seria o despotismo, uma novidade, dado que essa forma de governo era considerada anteriormente como uma subdivisão ou, até mesmo, uma degeneração da ideia de monarquia. Porém, para o autor é necessário destacar uma nova classificação, pois expandiu o seu campo de observação. Assim, não mais somente a sociedade europeia é estudada, mas também o mundo extraeuropeu, e Montesquieu,

[...] baseando-se nas transformações ocorridas na sociedade europeia, classifica todos os Estados como repúblicas ou principados, com um acréscimo: a categoria que serve para incluir no esquema geral as formas de governo do mundo oriental. (BOBBIO, 1979, p. 122)



Além dos diversos determinantes que distinguem as formas de governo, a principal diferença seria a ideia de princípios, em que cada forma teria uma variável particular. São os estímulos que levam o governo a manter seu funcionamento e manutenção, e que várias vezes são chamados por Montesquieu de “molas propulsoras” (BOBBIO, 1979): em relação a um governo, “seu princípio é o que o faz agir”, “as paixões humanas que o movimentam” (MONTESQUIEU, 1979, p. 42).

Na república, o princípio seria a virtude, não a virtude moral, significado comumente associado ao termo, mas o que o autor chama de virtude política, do cidadão, isto é, o amor dele à sua pátria, e como as decisões são tomadas por uma maioria que se encontra, simultaneamente, como soberano e súdito, aplicando-se a todos de forma igualitária, a conscientização política deve ser em prol de um bem comum.

Na monarquia, o princípio seria a honra, que, ao contrário da virtude, pode-se definir como uma extravagância do ego, exigindo preferências e distinções que resultariam de interesses pessoais, como a ambição e o desejo de reconhecimento e glória. Para Montesquieu, o impulso particular que esse princípio causa em cada um dos indivíduos leva a uma movimentação do todo. A presença de poderes intermediários – como a nobreza – e o fato de soberanos e súditos estarem igualmente submetidos às determinações de leis seriam características essenciais contra o possível desvirtuamento e para a não evolução da monarquia ao despotismo.

O medo, princípio do despotismo, manteria a obediência por meio de ameaças e castigos atrozes dos súditos em relação ao tirano, instaurando o terror nos dominados, tornando todos os homens iguais entre si na condição de escravidão e inferioridade diante do déspota. As principais diferenças entre essa definição de governo para a república e a monarquia são, respectivamente, a concentração do poder nas mãos de um só e a ação não limitada nem por classes intermediárias, nem por leis a que todos deveriam obedecer – diferenças que, unidas, tornam esse tipo de governo, para Montesquieu, o pior.

As diversas características do despotismo que o tornariam tão terrível parecem estar ligadas por uma cadeia de causalidades. De um fato predeterminado surgem vários outros. E esse fato primeiro seria a regionalização, se-



gundo a qual a predisposição ao surgimento do despotismo estaria de acordo com a fertilidade do terreno, o clima, o relevo e outras determinações físicas que poderiam instigar um governo à disputa e facilitar a formação de ambientes hostis. Porém, essas atribuições não se limitariam somente aos conflitos por posse de terras e bens, mas também influenciariam o comportamento dos indivíduos, positiva ou negativamente, uma vez que a esterilidade das terras “torna os homens laboriosos, sóbrios, habituados ao trabalho”, ao passo que “a fertilidade de uma região oferece, juntamente com a abundância, a indolência e certo amor pela conservação da vida” (MONTESQUIEU, 1979, p. 248). Influenciando o modo como eram vistas as atitudes dos povos asiáticos, essa naturalização já introduz uma nova característica a qual, segundo a definição de Montesquieu, seriam naturalmente preguiçosos, sem coragem, impressionáveis e voluptuosos. Condições impostas pelo clima, sendo esse mais quente, refletiriam na condição física dos indivíduos, favorecendo uma indolência natural, tanto do corpo quanto da alma, ao mesmo tempo em que também aumentariam a exposição dos nervos e, conseqüentemente, a sensibilidade aos prazeres. Esse fato tornaria esses indivíduos, chamados “povos do Sul”, predispostos à dependência a paixões e vícios (MONTESQUIEU, 1979).

Dessa forma, a naturalização do despotismo corresponde à atribuição ao oriental de uma tendência à servidão. Segundo Montesquieu, para povos com essa natureza, os quais não contariam nem com o governo de si mesmos, por causa de tamanha preguiça e indolência, o ideal seria que fossem dominados, combinando assim perfeitamente a índole à forma de Estado. A escravidão política, que seria parte implícita do governo despótico, une-se à escravidão civil, uma vez que, nesse tipo de governo, como todos seriam escravos políticos, a escravidão servil “quase não é mais penosa que a condição de súdito” (MONTESQUIEU, 1979, p. 213). Logo, mais uma característica é atribuída às sociedades asiáticas: para elas, a escravidão seria natural, e todos os seus indivíduos possuiriam natureza servil, sendo escravos desde o déspota até o mais inferior dos súditos. Aqui, o antigo argumento aristotélico que naturaliza e, portanto, aprova a existência de senhores e escravos, é retomado a partir de uma moderna perspectiva científica.

Há países em que o calor enerva o corpo e enfraquece tanto a coragem que os homens só efetuam um dever penoso por temor

do castigo: a escravatura, portanto, choca menos a razão e, sendo o senhor tão covarde em relação a seu príncipe como o escravo o é a seu respeito, a escravidão civil é, aí, acompanhada também da escravidão política. (MONTESQUIEU, 1979, p. 216)

Outra característica que contribuiria para esse espírito de servidão característico dessa forma de governo seria a falta de racionalidade inerente aos indivíduos dessa sociedade. Em seu livro, Montesquieu expõe o relato de missionários sobre a vida dos selvagens da Luisiana em um capítulo denominado “Ideia do despotismo”: “Quando os selvagens da Luisiana querem colher uma fruta, cortam a árvore embaixo e apanham-na. Eis o governo despótico” (MONTESQUIEU, 1979, p. 71). Embora não seja explícito, é evidente que Montesquieu quis associar o despotismo a certa irracionalidade, baseada na atitude dos “selvagens”, considerada por ele não muito inteligente. Obviamente, essa seria uma das contribuições à formação da identidade “ocidental”, em contraponto com a imagem do “oriental”: “Os diversos autores desta tradição buscaram decantar os princípios gerais da ‘racionalidade’ criativa e progressista ocidental a partir da contraposição à ausência desses condicionantes nas culturas não ocidentais” (BORTOLUCI, 2008, p. 192). Logo, as sociedades asiáticas não teriam tido uma passagem equivalente ao iluminismo na qual deixariam de se pautar em conceitos meramente tradicionais e passariam a buscar novos comportamentos e respostas com base em uma racionalidade científica.

Associado à autoridade e à vilania do tirano estaria outro fator, ligado à irracionalidade oriental: a conduta de vida religiosamente condicionada. Para Montesquieu, mais que o poder do príncipe, a religião teria suma importância no governo despótico. Nenhum indivíduo, poder ou regra poderia se opor à vontade do déspota, porém, a religião governaria acima dele: “Nesses Estados, a religião tem mais influência do que em qualquer outro; é um temor adicionado ao temor” (MONTESQUIEU, 1979, p. 72).

Logo, a religião oriental, com seu caráter irracional, contribuiria para a manutenção do despotismo, condicionando seus súditos à obediência, pois, quando “não estão ligados à glória e à grandeza do Estado pela honra, o estão pela força e pelo princípio da religião” (MONTESQUIEU, 1979, p. 72), em uma espécie de imposição do poder patriarcal, ao passo que as religiões oci-



dentais seriam impessoais como resultado da crescente racionalização da sociedade, que se refletiria nas religiões europeias.³ Haveria até uma adequação de determinadas religiões às formas de governo na qual a religião maometana “que só fala do gládio” e “age sobre os homens com este espírito destruidor que a fundou” (MONTESQUIEU, 1979, p. 367), seria mais adequada a governos despóticos. Já a religião cristã, que possui “brandura tão recomendada no Evangelho”, “se opõe à cólera despótica com a qual o príncipe faria justiça e exerceria suas crueldades” (MONTESQUIEU, 1979, p. 366).

Consequência dessa irracionalidade inerente a essa forma de governo e às sociedades orientais em geral seria o caráter estacionário de sua história. A racionalidade ocidental se desenvolveria juntamente com o desenvolvimento histórico. Em contraposição ao dinamismo histórico do Ocidente, as sociedades não europeias – e irracionais – seriam classificadas como a-históricas. Logo, quando não há desenvolvimento da racionalidade, não há progresso.⁴ A explicação dessa falta de dinamismo, para Montesquieu, estaria novamente vinculada à natureza dos indivíduos (MONTESQUIEU, 1979).

⁴ A influência desses fatores também explicaria o desenvolvimento social ocidental e oriental por Marx, por meio da teoria do modo asiático de produção, aparentemente influenciada por duas espécies de eurocentrismo. Na primeira, adere-se a uma interpretação evolucionista da história, de acordo com uma descrição ortodoxa de continuação: escravidão, feudalismo, capitalismo e socialismo, sucessivamente. Na segunda, pode-se chegar à defesa de uma visão dualista do desenvolvimento histórico, na qual haveria o desenvolvimento ocidental dinâmico, privilegiado em relação ao oriental, estacionário (BORTOLUCI, 2008, p. 187). Porém, em ambos, o embasamento para essas formulações seria comum: a ausência de classes entre o déspota e as aldeias e a não apropriação da terra impossibilitariam o surgimento do capitalismo, que derivaria de uma mudança a partir do sistema feudal, com a “acumulação primitiva de capital”. Sendo assim, segundo essa interpretação marxista, as forças produtivas das sociedades asiáticas não poderiam evoluir, permanecendo imóveis. O próprio Marx, no entanto, faria uma revisão dessa tese nos seus últimos anos de vida, como fica claro em sua correspondência com a socialista russa Vera Zasulich, de março de 1881, quando explica que aquela sequência histórica valia apenas para a Europa Ocidental. Para a Rússia, pelo menos, haveria outra “possibilidade teórica”. “Na Rússia, graças a uma combinação única de circunstâncias, a comunidade rural, que ainda existe em escala nacional, pode desfazer-se gradualmente de seus aspectos primitivos e desenvolver-se diretamente como elemento de produção coletiva nacional. É precisamente por causa de sua contemporaneidade com a produção capitalista, que ela pode se apropriar de todas as realizações positivas desta, sem passar por seus terríveis percalços” (MARX, 1881). Contudo, Marx não deixa de salientiar o que para ele era uma distinção importante entre a Rússia e as Índias Orientais. “A Rússia não vive isolada do mundo moderno; tampouco é presa de algum conquistador estrangeiro como as Índias Orientais” (MARX, 1881). Se esse desenvolvimento hipotético é negado às Índias Orientais, isto não se deve aqui à sua própria formação, ou à sua suposta não contemporaneidade com o capitalismo, mas à dominação estrangeira, que, de algum modo não evidenciado, interditaria este possível caminho.

Nota-se a passagem de uma explicação de um fato natural, biológico, gradativamente tornando-se uma determinação do comportamento para, por fim, determinar a índole natural de cada indivíduo. Podemos notar aqui claramente como o projeto iluminista influencia às tentativas do autor de padronizar a sociedade, que se dá por meio da explicação do mundo por “leis”, que constituiria um exemplo da tendência moderna a favor da especificidade conceitual. O que poderia ilustrar claramente a “natureza do oriental” seria a descrição da figura do déspota: um homem que, para Montesquieu, dedica a sua existência completamente aos prazeres, cuja vontade insaciável cresceria proporcionalmente à quantidade de seu poder, ao passo que menos se dedica ao seu governo: “o déspota não observa regulamento algum e seus caprichos destroem todos os demais” (MONTESQUIEU, 1979, p. 45).

MUNDO LIVRE E SOCIEDADE ABERTA VERSUS TOTALITARISMO NA GUERRA FRIA

Avançando uma pouco mais na linha cronológica ligada à ideia do domínio por meio do temor e da concentração do poder, com enfoque no período da Guerra Fria, temos a oposição entre Oriente e Ocidente, configurada na contraposição da sociedade liberal e seus inimigos, ou de *sociedade aberta* e *sociedade fechada*, de liberalismo e totalitarismo. O surgimento desses termos no período entreguerras e durante a Segunda Guerra Mundial teria passado por dois tipos de estágios. No primeiro, o totalitarismo foi associado inicialmente à Alemanha hitleriana e ao fascismo italiano. Vinculado a um forte ideal de transformação social – tendo sido adotado inicialmente pelos seus próprios líderes por causa do seu caráter de ruptura – para depois ser associado cada vez mais à interferência, senão substituição, da vida privada pela pública e, conseqüentemente, à perda de liberdade, junto com a substituição da dimensão dinâmica, como movimento, pela estática, como regime, do termo. No segundo estágio, inclui-se o stalinismo nessas classificações, associando-o a outras formas de governo consideradas autoritárias, como o



nazismo e o fascismo, ligando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), conseqüentemente, ao totalitarismo. Segundo Toynbee (1955), esse período de suposta agressão e ameaça russa para com o Ocidente seria até justificável se considerarmos os fatos “segundo a perspectiva do historiador, em lugar da perspectiva do jornalista” (TOYNBEE, 1955, p. 17), na qual o Ocidente teria se encontrado sempre na posição de agressor. E, quando os papéis se invertem, é “uma estranha experiência estar sofrendo nas mãos do mundo o mesmo que o mundo esteve sofrendo em mãos ocidentais durante os últimos séculos” (TOYNBEE, 1955, p. 13).

Cronologicamente, estaríamos ainda, portanto, nas definições cabíveis à Segunda Guerra Mundial. Várias atribuições eram feitas também, no período, ao totalitarismo. Com a tentativa de explicação dessas formas de governo, alguns autores definiram como “totalitários” os regimes derivados da crise do capitalismo. Porém, outra vertente acabou por ser mais bem aceita, como já citado anteriormente de forma breve: a da caracterização do “totalitarismo” por meio de sua comparação e associação com as principais formas de governo denominadas “autoritárias” na época: stalinismo, fascismo e nazismo. A obtenção de pontos comuns entre essas formas de governo seria decisiva para a construção do termo totalitarismo.

Às características comuns, além daquelas acima apontadas, referentes às instituições políticas (ditador, partido único, controle da economia), também somava as similaridades psicológicas (fanática hostilidade ao liberalismo, individualismo), o culto da força e desejo de expansão. E era exatamente esta última característica que sugeria um prognóstico da proximidade da guerra, opondo o totalitarismo às democracias ocidentais. (LUIZ, 2008, p. 123)

Nesse período histórico, no qual os Estados Unidos passaram a ser hegemônicos mundialmente, o novo e o melhor alvo ideológico seria o comunismo. Logo, com a adoção cada vez maior, até mesmo por parte da população, do termo “totalitarismo” relacionado ao regime soviético, inicia-se um grande esforço de influência ideológica para a construção da imagem da URSS como “império do mal” – e, é claro, dos Estados Unidos e seus aliados como “império do bem”. A determinação cada vez maior da URSS como uma ameaça se



relaciona diretamente com as ligações cada vez mais próximas do stalinismo soviético com a Alemanha hitleriana. Portanto, o termo totalitarismo

[...] passou a ter um papel essencial de ligar os ex-aliados soviéticos da América à Alemanha nazista. Os ânimos antialemães foram agora direcionados para o sentimento anticomunista. A Alemanha estava sendo “destotalitarizada”, enquanto os russos deixavam de ser os “aliados da democracia” do período de guerra, passando a ser identificados cada vez mais com o totalitarismo. (LUIZ, 2008, p. 119)

Afinal, por que a comparação e a equiparação de tantas características e formas de governos distintos? Ora, a resposta mais uma vez estaria associada à formação do “outro”. Em cada um dos momentos do século XX, o “inimigo” global mudou de acordo com a guerra do momento, e o Ocidente, que sempre teria sido uma figura política dominante, constrói sua imagem pela deturpação da imagem do seu rival político. Porém, como já foi explicitado, por causa desses fatos históricos, a formulação da imagem do “oposto” – e, portanto, do próprio Ocidente – sofreu grande diversificação. Desse ponto, obtemos a resposta para a pergunta anterior: a comparação permitiria a construção do “outro não ocidental” com uma melhor coerência e continuidade, o que pode ser percebido nas tentativas dos teóricos do período de definir a categoria de totalitarismo. Portanto a categoria de totalitarismo, em sua versão melhor aceita, estaria sempre em choque com os princípios liberais de liberdade e igualdade, além de estar, na maior parte das vezes, representada por rivais e ameaças políticas de nações capitalistas.

A diversificação no que tange a definição do totalitarismo pode ser muito bem ilustrada pela intervenção de Hannah Arendt. Em seu livro *As origens do totalitarismo*, de 1949, dividido em antissemitismo, imperialismo e totalitarismo, Arendt coloca como princípio comum do nazismo – principalmente estudado na primeira parte da obra – e da Rússia soviética o terror, que definiria o viés totalitário de ambos os regimes.

Em um primeiro momento, Arendt associa o totalitarismo ao regime nazista, dando destaque ao “imperialismo racial” e ao seu caráter antissemita, também atribuído ao domínio colonial britânico. No entanto, o foco



da obra é radicalmente modificado, passando a apontar principalmente para a União Soviética, relacionando-a diretamente com a Alemanha nazista. Isso decorre do fato de que “o livro de Arendt resulta, na realidade, de dois níveis distintos que remetem a dois períodos de composições diversas e separadas uma da outra pelo corte temporal do desencadeamento da Guerra Fria” (LOSURDO, 2006, p. 57). A categoria imperialismo cede lugar à categoria totalitarismo e, a partir daí, percebemos uma constante tentativa de adaptação da definição de totalitarismo.

Com o advento da Guerra Fria, a autora atribui ao marxismo grande responsabilidade pelo totalitarismo. De forma confusa, Arendt fizera anteriormente uma distinção entre leninismo e stalinismo, estabelecendo uma diferença entre “a ditadura revolucionária de Lenin e o regime totalitário de Stalin” (LOSURDO, 2006, p. 61). Na primeira haveria uma relação imediata entre o líder e a população, ao passo que, no segundo, Stalin, para impor o regime totalitário que desejava, “precisa desorganizar a massa de modo que possa tornar-se objeto do poder carismático e incontestado do chefe infalível” (LOSURDO, 2006, p. 61). Entretanto, Arendt abandona essas distinções e atribui o peso do marxismo como inspirador totalitário da União Soviética, sem diferenciações históricas: “plano e sem obstáculos passa a ser o percurso que conduz de Marx ao totalitarismo passando por Lenin” (LOSURDO, 2006, p. 63). Porém, mudança de opinião mais marcante pode ser apontada com respeito ao próprio Marx. Se ele é, em um primeiro momento, apontado positivamente, como possuidor de um “zelo fanático pela justiça” (ARENDR apud LOSURDO, 2006, p. 58), acaba por ser responsabilizado por uma parcela do totalitarismo no século XX. Assim, “o que caracteriza o totalitarismo comunista” para Arendt “é o sacrifício, inspirado e estimulado por Marx, da moral sobre o altar da filosofia da História e de suas leis ‘necessárias’” (LOSURDO, 2006, p. 58).

Outro autor que associou a ameaça à sociedade liberal ao totalitarismo é Karl Popper, autor de *A sociedade aberta e seus inimigos* (1944), que esclarece ser o objetivo dessa obra o de desenvolver a compreensão do totalitarismo e refutá-lo. Ao longo de todo o livro, o autor procura desenvolver a jornada da sociedade liberal democrática, sendo as suas atribuições de “liberdade, igualdade e fraternidade” as melhores opções para



o decurso da história: a democracia “fornece um arcabouço institucional que permite a reforma sem violência e, assim, o uso da razão nos assuntos políticos” (POPPER, 1987, p. 23). Porém, ela sempre encontrou, desde o seu surgimento, empecilhos – os “inimigos” da sociedade liberal – que a colocam à prova da “experimentação e erro”, baseados em filosofias que procuram anular a sua racionalidade. O principal empecilho para o autor é o historicismo, que, para ele, consiste na “profecia histórica”, isto é, a prática das ciências sociais de formular filosofias que tentariam descobrir leis históricas que habilitam a profetizar o curso dos acontecimentos históricos. Para Popper, o historicismo é apenas mais um artifício dos inimigos da sociedade liberal para abolir o racionalismo científico e retirar da sociedade responsabilidades adquiridas com a passagem para a civilização. Secundariamente, outra filosofia dessa espécie é o tribalismo: “a ênfase sobre a suprema importância da tribo, sem a qual o indivíduo nada é em absoluto, é um elemento que encontraremos em muitas formas de teorias historicistas” (POPPER, 1987, p. 23). O tribalismo é uma força contrária ao individualismo – o impulsionador para a sociedade democrática e para o progresso –, trazendo a sociedade de volta para o totalitarismo. Das constantes “tentativas” de assalto à sociedade liberal desses movimentos reacionários que buscam devolvê-la ao tribalismo decorre não ter se completado ainda a passagem para a civilização. Para Popper, a sociedade liberal individualista, o caminho do progresso, é a *sociedade aberta*, e a sociedade tribal ou totalitária, a *sociedade fechada*.

Em seu livro, Popper faz uma crítica a três autores principais, Platão, Hegel e Marx, que seriam os principais ofensores, pelo menos teoricamente – da sociedade aberta. No que diz respeito ao primeiro autor, Popper o relaciona com a defesa do tribalismo e do Estado totalitário, sendo contra a democracia. Já Hegel é criticado pelo desenvolvimento de suas teorias como necessidade de uma filosofia oficial do Estado prussiano, pervertendo os ideais da sociedade aberta em favor da monarquia, por meio do impedimento do argumento racional e pela utilização do historicismo. Seria Hegel então o “elo perdido” entre o tribalismo de Platão e o totalitarismo moderno, melhor representado por Marx, com o desenvolvimento do marxismo. Essa última ideologia possui, para Popper, elevada e real

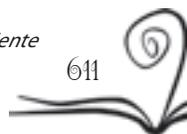


periculosidade, pois sua teoria historicista de caráter oracular extrapola a teoria, formando e baseando movimentos sociais revolucionários, entretanto sem bases concretas como uma reformadora social.

FUNDAMENTALISMO E TERRORISMO ISLÂMICO VERSUS DEMOCRACIA HOJE

Ao buscarmos mais uma configuração da dicotomia Oriente–Ocidente na atualidade, deparamo-nos com outra oposição, repercutida nos diversos meios de comunicação, exibindo o combate a um terrorismo sempre associado ao islamismo apresentado como inspirador de diversos desastres e atentados à vida humana. Esse novo vilão da atualidade pode ser traduzido em grande parte pelo povo árabe, que seria representante dessa nova “seita do mal”. De modo bem superficial e abrupto, como também nos é apresentado pela mídia, esse seria o cenário do conflito no qual se opõe a civilização norte-americana à barbárie islâmica. Entretanto, essa constitui apenas uma prévia, bastante pobre e dogmática, de toda uma conjectura de conflitos ocasionados por choques entre civilizações, porém não choques ocasionais – embora historicamente comuns –, mas marcados pela presença do colonialismo, dando origem às revoltas em prol da libertação nacional.

Apesar de geral em relação à dicotomia Oriente–Ocidente, a passagem da dominação dessas classificações para o plano político, até então considerado um assunto sumariamente teórico, é especialmente importante aqui. Edward Said, em seu livro *Orientalismo*, define o tema do título como o “sistema do conhecimento europeu ou ocidental sobre o Oriente” (SAID, 2007, p. 272), desde o início uma espécie de área quase científica na qual o Ocidente pode não somente estudar o Oriente, mas também manipular e definir ele própria no que consiste seu objeto de estudo. Sempre de forma depreciativa, essas definições vão de mãos dadas com a definição do próprio Ocidente, mediante a figura do “oposto”. Iniciando-se na tentativa de formação de um conhecimento sobre o Oriente, o orientalismo começa a construção sistemática erudita europeia sobre ele, na tentativa de



catalogá-lo e torná-lo didático para o Ocidente. Posteriormente, a tendência orientalista procede à sua reestruturação, renovação e corroboração de sua tradição, por meio de ilustrações reais, isto é, experiências formando “todo um arquivo internamente estruturado é construído a partir da literatura que pertence a estas experiências”, dando origem a “um número restrito de condensações típicas: a viagem, a história, a fábula, o estereótipo, o confronto polêmico” (SAID, 2007, p. 96).

Portanto, o orientalismo teria passado de um processo a princípio teórico para uma prática na qual a aplicação do conhecimento à realidade exprime a dominação europeia sobre o Oriente. É a partir desse ponto que o orientalismo encontra maior firmeza em instituições e governos das potências ocidentais. E é dessa forma que o orientalismo entra no século XX, ou seja, que o choque entre Oriente e Ocidente começa a abarcar, de forma decisiva, o plano político. Essa nova dimensão une-se a uma unilateralidade na análise dos acontecimentos, resultando na vilanização de uma parte do globo, ao passo que a outra é elevada a uma condição superior.

Baseando-se nessas premissas e considerando essa unilateralidade, temos o fato de que tanto o fundamentalismo quanto o terrorismo – ou qualquer outra atribuição depreciativa dessa espécie – não é uma característica exclusiva do Oriente Médio, ou dele contra nós: também são encontrados em países hegemônicos que se consideram isentos de quaisquer culpas relativas a essas práticas. Por mais que sejam consideradas condenáveis algumas das ações desses movimentos, geralmente eles se organizam em prol de uma defesa à invasão imperialista, e não apenas como fruto de um “ódio cego ao Ocidente”. Se essas tragédias ocorrem, certamente algum fator contrário à vivência harmônica dos indivíduos foi o estopim. E, atualmente, o desespero aparenta ser para muitos o caminho para uma liberdade ditada pelo imperialismo.

É claro que não podemos generalizar todas as manifestações atuais como plausíveis e recomendáveis. Não devemos virar as costas para a existência real, por exemplo, do fundamentalismo e do terrorismo, sem considerar essas premissas básicas. Portanto, torna-se inviável a caracterização de uma determinada nação em uma imagem transcendente, representativa do “bem”,



quando ela possui boa parcela de influência e culpa – sendo geralmente a causa direta – a respeito das manifestações promovidas pelo seu “oposto bárbaro”. E ainda mais se essa imagem é, em grande parte, autoconstruída. Além disso, os epítetos atualmente atribuídos ao Oriente Médio – que caracterizam os seus indivíduos como fundamentalistas, terroristas e outras adjetivações depreciativas – não necessariamente podem ser atribuídos em sentido único, ou seja, de forma restrita ao Oriente. E no caso, o exemplo mais presente de “civilização” e nação hegemônica, e mais uma vez baseada na configuração dos opostos assimétricos, seria a civilização estadunidense, representante da civilização ocidental atual.

A formação do Ocidente atual se dá na trajetória de modificações ao longo da história em relação a esse conceito. Diversos requisitos movem a definição de Ocidente para os Estados Unidos na atualidade, entre eles o mercado, a política, a religião e a raça. Podemos sempre notar a mobilidade com que o conceito definido passa a ser, dependendo das circunstâncias, até mesmo o seu oposto. Um exemplo disso é a transformação de potências consideradas ocidentais em bárbaras orientais, como a Rússia a partir do acontecimento da Revolução de Outubro. Esses afastamentos da condição original acabam por levar a uma modificação das potências europeias representativas da “consciência ocidental”. “Em todo caso, ‘o Ocidente anglo-saxão’ tende a se tornar o Ocidente enquanto tal, enquanto o Oriente parece iniciar-se já na Europa continental, cujos habitantes pareciam fazer parte dos povos de cor” (LOSURDO, 2010, p. 249). A partir daí, o povo inglês passa a receber a principal parcela da atribuição de detentores da identidade ocidental, não só na Europa, mas também do outro lado do oceano, por meio da passagem de uma herança histórica.

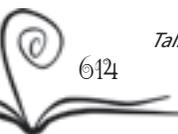
Os Estados Unidos ganham então, cada vez mais, uma imagem ideal de civilização. “A partir da Revolução Americana, a condenação do despotismo e da corrupção moral tende a excluir a Europa em seu conjunto do lugar sagrado da civilização e do Ocidente mais autêntico” (LOSURDO, 2010, p. 249). Ainda assim, as ideias de “raça eleita”, de “povo escolhido” e de exclusão de culturas e raças, ainda que teoricamente rejeitadas pelo mais novo Ocidente anglo-saxão, são herdadas pela sociedade norte-



americana, perfeitamente ilustradas no período final do século XIX, com os negros e peles-vermelhas culturalmente segregados e vítimas de genocídio pautados no temor da mestiçagem. Alcançam-se, assim, classificações de superioridade como a da “supremacia branca” e a unidade em torno da língua inglesa, fazendo-se uma ponte entre o Ocidente europeu e o Ocidente estadunidense. De forma geral, a consciência ocidental andaria então de mãos dadas com essa hostilidade e desconfiança. Esse aspecto é agravado pelo fato de essa consciência ter se formado ao longo do avanço militar e político ocidental. Domenico Losurdo evoca uma esclarecedora definição da sociedade ocidental que solicita transcrição:

O Ocidente é a cultura que ao mesmo tempo teoriza e pratica com maior rigor e eficácia a limitação do poder (com a concretização de instituições políticas que constituem ineludível ponto de referência), e que com mais sucesso e em escala mais ampla se empenhou no desenvolvimento da escravidão-mercadoria com base racial e na expropriação, dizimação e aniquilamento das populações coloniais consideradas inúteis até como instrumentos de trabalho (com a imposição, portanto, de um poder absoluto do homem sobre o homem). (LOSURDO, 2010, p. 266)

Esse comportamento pode ser observado na política externa dos Estados Unidos e, mais especificamente, ainda, naquela relativa ao Oriente Médio, em que se instaura uma atitude de “aspirante a império mundial”, possuindo um poder que permitiria aos Estados Unidos comportarem-se como um “juiz universal, um juiz que, além do mais, dita as regras do discurso e sanciona de modo inapelável as normas, as acusações e os pecados (LOSURDO, 2010, p. 283). O costume de realizar interferências nas políticas externas de todo o globo e julgamentos – seus “decretos de excomunhão” – é um reflexo claro da característica ocidental de erguer sua “moral superior” acima de qualquer outra. O terrorismo, atualmente o pior inimigo da civilização, embora não tenha sido bem definido explicitamente para o mundo, é um termo utilizado naturalmente e comumente pelos líderes estadunidenses, sem maiores comprometimentos com a sua profundidade. Mesmo assim, é



em geral atribuído ao islamismo, que acabou por se tornar a seita incentivadora dessa prática, e, conseqüentemente, aos seus supostos representantes, o povo árabe. O terrorismo, no senso comum, acabou por ser banalizado como algo natural no Oriente Médio. Já temos construída, portanto, a imagem do “outro” oriental. Isso, não por ser falso o fato de a prática terrorista realmente ser utilizada por grupos extremistas, mas por essa atribuição ser feita de modo unilateral, ou seja, apenas ao inimigo do Ocidente. Segundo Losurdo, “aqui são justamente aqueles que gostam de se arvorar em campeões da luta contra o terrorismo que aparecem como terroristas” (LOSURDO, 2010, p. 19). Na visão das potências globais há uma forma de terrorismo que foi padronizada como “o terrorismo”. As manifestações a favor da libertação nacional e contra o imperialismo, o terrorismo dos mais fracos – em detrimento do vasto armamento bélico das potências –, a ideia difundida do “culto da morte” em atentados suicidas – embora também possam ser vistos de outro modo como atitudes de desespero – são algumas das caracterizações desse terrorismo delinquente, já tido como o único existente. Mas quais ações tornam também o Ocidente uma instituição terrorista?

Segundo Losurdo, “a denúncia insistente, obsessiva, do terrorismo visa apenas criminalizar toda forma de resistência à ocupação militar, não limitar o conflito ou impedir sua barbarização” (LOSURDO, 2010, p. 48). Na posição de juiz da civilização, nenhuma nação deve oferecer resistência ao desejo de alcance universal dos Estados Unidos, sob pena de duras represálias. A chamada “ocupação militar” tem sido o principal pretexto para a utilização do terrorismo por parte dos Estados Unidos. “Sobre o conjunto das relações internacionais paira agora o espectro de um terrorismo permanente, planetário e totalizante” e “justo o país responsável por isso e que se recusa a qualquer reflexão autocrítica sobre esse acontecimento – os Estados Unidos – pretende decidir de modo soberano e inapelável quem é terrorista e quem não é” (LOSURDO, 2010, p. 22). Ainda que o terrorismo de massa seja também realizado por grupos isolados, quando aplicado pelas potências mundiais, acaba por causar efeitos muito mais devastadores, por causa do maior poder bélico e, além disso, por visarem o cumprimento de suas ordens políticas ao redor do globo, mediante a utilização da população como reféns de forma geral. Os ataques contra a população “são



uma mensagem ao governo inimigo: eis o preço a pagar se não houver capitulação ou, ao menos, uma mudança radical de política” (LOSURDO, 2010, p. 24). Outra forma também de utilizar a população como ameaça é o corte de elementos necessários ao suprimento da população, na forma de embargos econômicos. Nesse caso, os resultados do de terrorismo são lentos, obrigando os civis a viverem em condições precárias, e embora não se fira e mate instantaneamente com bombardeios, também há muitas vítimas, de forma bem mais penosa.

Falando agora no que para a opinião dos países dominantes seria a ideologia dos países terroristas, o conceito de “fundamentalismo” é também um dos vários termos sancionados no julgamento realizado pelo Ocidente, a respeito do islamismo e de sua hostilidade ao judaísmo e ao mundo ocidental. Para Losurdo:

Pode-se falar de “estímulo ao fundamentalismo” toda vez que houver referência a valores, de um modo ou de outro, tão “sagrados” que, se preciso, legitimem o abandono das normas jurídicas positivamente sancionadas. Sem dúvida, trata-se de ver sempre de novo a força desse “estímulo”, a rigidez do limite entre “sagrado” e “profano” e, sobretudo, a real abrangência da área sagrada em cujo âmbito vigoram valores e normas indiscutíveis e irrenunciáveis. (2010, p. 59)

A formulação de normas políticas com base em cânones religiosos seria uma manifestação do fundamentalismo. Baseando-se nessa definição, as nações pertencentes ao Ocidente também estariam incluídas nessa atitude. Historicamente, são encontrados seus traços tanto no cristianismo quanto no judaísmo, além de atualmente os Estados Unidos pautarem seus discursos sempre em uma certeza da nação escolhida, e de que “a vontade de Deus é a vontade da América”.

Portanto, afirmar que o islã é sinônimo do fundamentalismo e, mais ainda, negar a presença de traços fundamentalistas no cristianismo e no judaísmo é “abandonar-se à ideologia da guerra” (LOSURDO, 2010, p. 64). A aceitação desse termo de forma unilateral, aplicando-o somente às nações do Oriente Médio de cultura islâmica, é mais uma tentativa de deslegitimar



as formas de resistência do inimigo. Além disso, o conceito de fundamentalismo pode ser associado não só a aspectos religiosos, mas também a ideologias que tomaram importância tão grande que transcendem o plano de um simples ponto de vista. E o “americanismo” é tido como uma doutrina à qual nenhum cidadão deve deixar de seguir. A religião oficializada acaba por se fundir à ideologia de supremacia da nação, em uma história “que é sagrada no plano político e religioso; de fato, o conteúdo de verdade da Bíblia e da Constituição estadunidense é idêntico” (LOSURDO, 2010, p. 85), servindo para legitimar quaisquer das suas ações. Há uma utilização do cristianismo e do judaísmo como reforços para a ideologia de guerra.

Se, para ser aceito, o catolicismo teve de fazer calar seu universalismo, o judaísmo teve de deslocar a ênfase do profetismo, que alimentava as esperanças das classes e dos povos oprimidos a se recuperarem, para o tema do povo eleito, reinterpretado de modo a abraçar, além de Israel propriamente dito, também o novo Israel representado pela República estadunidense. Dessa forma, além da óbvia dimensão geopolítica, a aliança de Israel com os Estados Unidos assume um significado também teológico. (LOSURDO, 2010, p. 93)

Até mesmo, portanto, a religião, é condicionada aos desígnios das potências hegemônicas. E é esse o principal objetivo com a formulação de conceitos que etiquetam as outras nações do mundo: tornar possível a dominação e o seguimento sem resistência das decisões políticas tomadas. A ideologia da guerra seria “a linguagem do império que, embora entre pausas e derrotas, mas com renovada teimosia e apoiando-se em um aparato militar cada dia mais poderoso e monstruoso, procura estender seu poder para cada canto do mundo” (LOSURDO, 2010, p. 280).

Dessa forma, podemos chegar à conclusão de que a imagem “antiterrorista” do Ocidente não é assim tão sólida. Ela serve apenas para legitimar represálias a resistências à dominação dos países hegemônicos, de forma a criminalizar completamente qualquer tipo de manifestação dessa espécie.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oposição Oriente–Ocidente é uma dicotomia cuja origem remonta a períodos históricos bastante remotos e que vem se modificando e assumindo diferentes configurações desde então – helenos e bárbaros, despotismo e civilização, sociedade aberta e totalitarismo, e islamismo e democracia norte-americana –, o que mostra as características mais importantes desse conflito em cada período da história e também, de uma forma geral, dado que as diversas imputações nas diferentes formas da dicotomia Oriente–Ocidente apresentam uma continuidade que vai além das dicotomias específicas, historicamente identificadas. Uma das características da oposição Oriente–Ocidente é o seu caráter unilateral. Ambos os conceitos só são legitimados pelo Ocidente, que representa o bloco dominante – desde sempre em posição privilegiada de poder – e o próprio Ocidente aparece sempre como o extremo oposto do Oriente, formulando simultaneamente a própria imagem, mediante a negativização do “outro não ocidental”, o qual sempre tem ligadas a si diversas atribuições depreciativas. Dessa forma, constrói-se a imagem do Oriente inferior, atrasado, indolente, libidinoso, irracional, violento, perigoso e distante, e do Ocidente civilizado, racional, viril, transcendental e, principalmente, superior. Para isso, as constantes justificativas de uma suposta “atitude oriental” são encontradas na naturalização baseada em teorias evolutivas voltadas para o aspecto biológico, na natureza de determinadas formas de governo e modelo econômico, nos costumes, na religiosidade, e todos esses pontos – que surgem em cada diferente configuração da dicotomia e são sempre reutilizados – têm sempre um caminho contrário à direção do Ocidente, que sempre possui a solução para essas decisões errôneas.

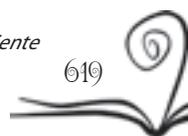
O Ocidente, dentro das atribuições que recebeu ao longo da história, é tido como a base da civilização. Palco de constante progresso, todo o tempo exhibe seu iluminismo e sua revolução científica para o mundo. Ele seria o detentor do conhecimento, e quem desejasse esse conhecimento devia segui-lo, reproduzindo os seus passos. A razão acaba por ser sempre a justificativa para todas as decisões tomadas no Ocidente, e ela é a base para a formulação de uma “teoria da modernização”, implícita à história do Ocidente. Para Octavio Ianni, essa teoria:



Tem por suposto fundamental que tudo que é social se moderniza ou tende a modernizar-se, nos moldes do ocidentalismo, a despeito dos impasses, ambiguidades, dualidades ou retrocessos. Modernizar pode ser secularizar, individualizar, urbanizar, industrializar, mercantilizar, racionalizar. Implica o suposto de que o que já ocorreu e continua a ocorrer na Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Japão e em outras nações, naturalmente em diferentes gradações, certamente estará ocorrendo em todas as demais nações da Europa, Ásia, Oceania, África, América Latina e Caribe. (IANNI, 2006, p. 99)

Segundo essa teoria, portanto, esse “avanço” seria inevitável, inerente ao processo de expansão capitalista, que acaba por criar a ilusão de integração mundial, por meio de seus processos que parecem dissolver todas as separações e fronteiras. “Por sobre tudo o que é local e nacional, desenvolvem-se relações, processos, e estruturas dinamizadas pela modernização, em geral traduzida em técnicas sociais de produção e controle” (IANNI, 2006, p. 102). A despeito das desigualdades no desenvolvimento e das contradições culturais, e de todos os efeitos negativos que causam, o Ocidente avança como exemplo de civilização. O Ocidente constrói, gradativamente, uma imagem elevada por uma superioridade e transcendência exclusivas, pautado em um evolucionismo social, considerando-se o patamar máximo da história. Nesse aspecto, reside o erro, constrói à sua própria imagem. Geralmente, a prática de definir o outro não é contemplada de forma total – poucas coisas ou nenhuma conseguem ou podem ser completamente compreendidas – tampouco reduzir a si mesmo a uma classificação, uma vez que as influências do ego sempre interferem. E, aparentemente, foi o que ocorreu. Com a sua superioridade em diversos aspectos, o Ocidente se considerou capaz de definir, explicar e modificar não apenas a si, mas também ao Oriente.

A construção de conceitos é, dessa forma, ideológica. Na tentativa de depreciação do outro e de elevação de si mesmo, o Ocidente recorre a recursos com fundamentos sem comprovação real. Mesmo assim, eles são amplamente difundidos, em várias épocas, e, incrivelmente, acabam servindo ao seu principal objetivo de legitimar a dominação – política, econômica, ideológica



e em outros vários aspectos – do Ocidente sobre o Oriente, caindo em um relativismo que pode fazer-nos até duvidar da validade desses conceitos e dessa oposição. Pois é exatamente esse o questionamento que devemos nos fazer com relação à formulação tanto dessa dicotomia quanto dos conceitos que ela sustenta. Concluindo, os conceitos de Oriente e Ocidente são uma invenção que deveria ser eliminada e que possuiria, como única utilidade prática, a legitimação da relação de superioridade do Ocidente sobre o Oriente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. A política. São Paulo: Abril, 1999. (Os pensadores.)
- BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora UnB, 1979.
- BORTOLUCI, José Henrique. Formas e categorias do pensar eurocêntrico. *CSONline*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 170-201, dez. 2008. Disponível em: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewfile/400/373>. Acesso em: 25 out. 2013.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- FREUND, Julien. *Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto–PUC, 2006.
- _____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- LOSURDO, Domenico. *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo, 2010.



_____. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 17, p. 51-79, jul. 2006. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo100critica17-A-losurdo.pdf. Acesso em: 25 out. 2013.

LUIZ, José Victor Regadas. *A democracia e seus inimigos: um estudo sobre as categorias de bonapartismo e totalitarismo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MARX, Karl. First draft of letter to Vera Zasulich. Março de 1881. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/03/zasulich1.htm>. Acesso em: 25 out. 2013.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores.)

POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

TOYNBEE, Arnold J. *O mundo e o Ocidente*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.



RESPOSTA IMUNE À LEISHMANIOSE VISCERAL HUMANA E ASPECTOS IMUNOPATOLÓGICOS DA COINFEÇÃO COM HIV

Thyanne Oliveira de Freitas Gonçalves*

INTRODUÇÃO

A leishmaniose é causada por protozoários digenéticos¹ da família Trypanosomatidae e do gênero *Leishmania*. Cada parasita desse gênero tem morfologia semelhante, porém não são idênticos entre si, de forma que a doença pode ser caracterizada por sua diversidade e complexidade, sendo causada por mais de vinte espécies de *Leishmania*, as quais são transmitidas por cerca de trinta diferentes espécies de flebotomíneos (CHAPPIUS et al., 2007). A leishmaniose pode ser dividida em três grupos distintos: leishmaniose tegumentar cutânea, leishmaniose tegumentar mucocutânea e leishmaniose visceral (ALVAR et al., 2008).

Os casos de leishmaniose distribuem-se mundialmente, sobretudo nas áreas próximas ao Mediterrâneo, bem como em países da América, Ásia, África, Oriente Médio e Europa (PALATINCK-DE-

* Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Análises Clínicas (2009-2011). Atualmente, cursa Odontologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação da professora-pesquisadora Flávia Coelho Ribeiro (doutora em Pesquisa Clínica em Animais), do Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais de Saúde (Latec) e com a coorientação de Elisângela Oliveira de Freitas (doutoranda em Microbiologia e Imunologia), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: thyanneofg@yahoo.com.br.

¹ Protozoários digenéticos são aqueles que completam o seu ciclo de vida passando por, pelo menos, dois hospedeiros.

SOUZA et al., 2009). Aparecem em 88 países desses continentes, sendo que 72 deles são países em desenvolvimento (CARNAÚBA JUNIOR et al., 2009). Nesses últimos, a leishmaniose é considerada doença endêmica, e 90% dos episódios da doença estão concentradas em cinco países: Índia, Bangladesh, Nepal, Sudão e Brasil (MARQUES et al., 2007).

Novos casos de leishmaniose são registrados anualmente, de maneira que existe a estimativa de que, atualmente, exista uma prevalência de 12 milhões de casos de leishmaniose no mundo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2013). O número de novos casos anuais da doença gira em torno de 2 milhões, dos quais 500 mil casos são de leishmaniose visceral de 1 a 1,5 milhão de casos são de leishmaniose tegumentar. No Brasil, são reportados anualmente de 2.500 a 5.000 novos casos de leishmaniose visceral (CARNAÚBA JUNIOR et al., 2009), sendo que, até 1993, aproximadamente 90% dos casos de leishmaniose visceral humana ocorriam na região Nordeste. Em 2002, 64,02% dos casos correspondiam ao Nordeste, tendo a doença se difundido para o Norte (14,12%), o Centro-Oeste (8,22%) e o Sudeste (13,63%). Além disso, o Brasil teve um total de 50.060 casos de leishmaniose visceral entre 1990 e 2006, o que representa cerca de 90% do total de casos registrados nas Américas. Entre 2000 e 2006, por sua vez, houve um aumento de aproximadamente 3.362 casos no país (NICO, 2010).

CARACTERÍSTICAS DA LEISHMANIOSE

O gênero *Leishmania* possui um ciclo biológico heteroxênico,² apresentando durante o seu desenvolvimento dois estágios: promastigotas e amastigotas. A promastigota é uma forma flagelada extracelular, móvel e alongada, com 10-20 μm ; são encontradas no tubo digestivo das fêmeas hematófagas de flebotomíneo do gênero *Plebotomus*, no Velho Mundo, e do gênero *Lutzomyia*, no Novo Mundo. Por sua vez, as amastigotas possuem forma arredondada, com diâmetro de 3-7 μm , e intra-

² Heteroxênico é sinônimo de digenético, isto é, corresponde a protozoários que completam o seu ciclo de vida passando por pelo menos dois hospedeiros.

celular, e se desenvolvem no sistema fagocítico³ mononuclear (SFM) do hospedeiro (BACELLAR e CARVALHO, 2005; CHAPPIUS et al., 2007).

As formas promastigotas da *Leishmania* são inoculadas na pele do hospedeiro vertebrado juntamente com a saliva do flebotomíneo, no momento do repasto sanguíneo do vetor, e são fagocitadas pelas células do SFM (macrófagos, monócitos, neutrófilos e células dendríticas⁴), diferenciando-se nas formas amastigotas. Os parasitas intracelulares, então, se multiplicam por divisões binárias e conseguem romper os macrófagos infectados. Ao romperem essas células, as amastigotas são liberadas, infectando outros macrófagos e fagócitos, adquirindo uma localização final na pele, no baço, no fígado, na medula óssea e nos linfonodos (LIESE, SCHLEICHER e BOGDAN, 2008; MARQUES et al., 2007).

O ciclo é completado quando flebotomíneos realizam o repasto sanguíneo em hospedeiros vertebrados infectados e recebem as formas amastigotas da *Leishmania*. Nesse caso, as amastigotas atingem o tubo digestório do vetor, onde, após várias etapas, diferenciam-se em promastigotas metacíclicas, fase infectiva do parasito. Portanto, é durante o repasto sanguíneo em mamíferos que os flebotomíneos inoculam os parasitas juntamente com a saliva, provocando assim, a infecção (REY, 2001; LIESE, SCHLEICHER e BOGDAN, 2008; NICO, 2010).

³ O sistema fagocítico mononuclear responsabiliza-se por grande parte da imunidade celular, atuando na defesa contra microrganismos, incluindo bactérias, fungos, vírus, parasitas e corpos estranhos, bem como na remoção de células mortas e partículas inaladas, entre outros.

⁴ São células do sistema imunológico cuja principal função é o reconhecimento inicial de antígenos, seu processamento e apresentação para linfócitos T.

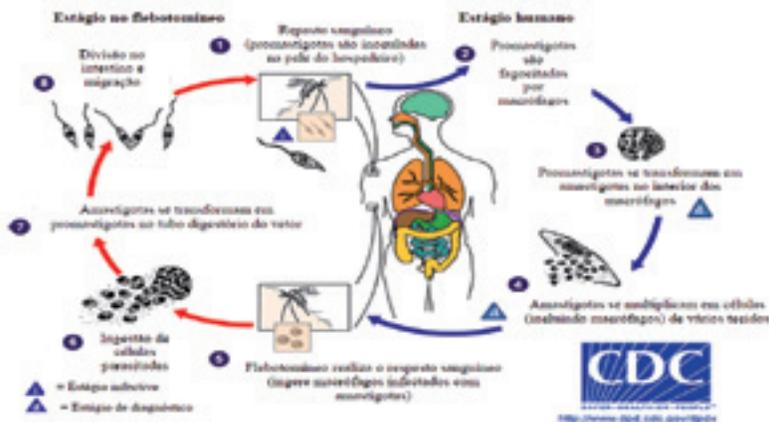


Figura 1. Ciclo digenético da leishmaniose.

Fonte: Centers for Disease Control and Prevention, 2012.

São inúmeras as espécies de *Leishmania* capazes de infectar o homem. A interação entre o parasita e o hospedeiro delinear a infecção resultante e a sua evolução. Além disso, as diferentes manifestações clínicas dependerão das complexas interações resultantes da invasividade, dos tropismos e da patogenicidade do parasita, como também da suscetibilidade genética e da resposta imunológica do indivíduo (ROBERTS, HANDMAN e FOOTE, 2000; LIESE, SCHLEICHER e BOGDAN, 2008).

Os pacientes que desenvolvem a leishmaniose visceral apresentam acometimento do fígado, baço, medula óssea e tecidos linfoides. O agravamento dos casos clínicos de leishmaniose visceral está vinculado à imunodepressão determinada pela doença e à possibilidade de que ela assuma formas graves ou letais quando concomitante com quadros de carência nutricional. Pode resultar em morte se não tratada precocemente. As espécies de parasitas que causam a leishmaniose visceral são *L. donovani*, *L. infantum* e *L. chagasi* (CHAPPIUS et al., 2007).

No Brasil, a leishmaniose visceral, também chamada de calazar (que em híndi significa peste negra), atinge praticamente todas as regiões, sendo o Nordeste a área mais afetada (REY, 2001). Esse espectro da doença no Novo Mundo, e principalmente no Brasil, é causado por *L. chagasi*, enquan-

to no Velho Mundo é provocada predominantemente pela *L. infantum* (BRASIL, 2007). Contrariamente às espécies de *Leishmania* que causam a leishmaniose cutânea, a *L. donovani* e a *L. infantum* (chagasi) desenvolvem um espectro sistêmico da doença que se caracteriza pelo viscerotropismo (afinidade pelas vísceras) do parasita, gerando a hepatoesplenomegalia,⁵ e constituindo a forma mais severa da leishmaniose: pode levar à morte se não tratada rapidamente (ENGWERDA, ATO e KAYE, 2004).

Originalmente, os ambientes propícios à disseminação da leishmaniose visceral são aqueles com baixo nível socioeconômico, situação de pobreza, saneamento básico precário e desnutrição frequente. No entanto, o crescente processo de urbanização, o desmatamento e a migração têm acarretado a expansão das áreas endêmicas da leishmaniose visceral e o surgimento de novos casos da doença, sobretudo nos centros urbanos (RABELLO, ORSINI e DISCH, 2003; NICO, 2010).

ASPECTOS DA COINFECÇÃO LEISHMANIOSE VISCERAL/HIV

Em relação ao vírus da imunodeficiência adquirida (HIV, do inglês *Human Immunodeficiency Virus*), de acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que, no mundo, 39,5 milhões de pessoas são portadores do vírus HIV, sendo que um terço dessa população vive em áreas endêmicas de leishmaniose visceral (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2010). O período entre a aquisição do HIV e a manifestação da síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS, do inglês *Acquired Immunodeficiency Syndrome*) pode durar anos, uma vez que os indivíduos podem permanecer assintomáticos. Entretanto, o indivíduo portador do HIV está constantemente em risco em relação a infecções oportunistas, podendo a leishmaniose visceral ser caracterizada como uma delas (SANTOS-OLIVEIRA et al., 2010). Nesse caso, o HIV modifica o curso natural da leishmaniose, isto é, a infecção por HIV aumenta as chances de desenvolvimento da leish-

⁵ Aumento no tamanho do fígado e do baço.



maniose visceral em áreas endêmicas e, além disso, reduz a possibilidade de uma resposta terapêutica e aumenta significativamente a probabilidade de reincidências da leishmaniose visceral (MARQUES et al., 2007; ALVAR et al., 2008).

Os primeiros casos de coinfeção leishmaniose visceral/HIV foram notificados na década de 1980 em diversas partes da Europa, principalmente na Espanha, Itália, França e Portugal (MARQUES et al., 2007). A maioria dos casos descritos na Europa, porém, foi observada em pacientes usuários de drogas injetáveis. Dessa maneira, existe a possibilidade de que a coinfeção seja causada pelo contato de seringas contaminadas pelo vírus HIV com sangue infectado por *Leishmania* (RUSSO et al., 2003; SANTOS-OLIVEIRA et al., 2010).

A coinfeção leishmaniose visceral/HIV é registrada em aproximadamente 2 a 9% de todos os casos de leishmaniose visceral identificados em países endêmicos, sendo que essa proporção poderá aumentar significativamente. No entanto, a taxa de indivíduos coinfectados é considerada indeterminada, pelo fato de a leishmaniose visceral acometer, principalmente, as populações negligenciadas e também por não ser caracterizada como uma doença definidora da AIDS, o que acarreta a sua não notificação (MARQUES et al., 2007; ALVAR et al., 2008).

A resposta imune celular é considerada o maior mecanismo de defesa contra a leishmaniose e, por isso, o estado imunológico do indivíduo pode determinar tanto a regressão espontânea da doença quanto o desenvolvimento progressivo dela (SANTOS-OLIVEIRA et al., 2010). Com o desenvolvimento da leishmaniose visceral, desenvolvem-se, conseqüentemente, as condições favoráveis para a progressão clínica dos pacientes infectados pelo vírus HIV. Sendo assim, o aumento da carga viral no organismo é responsável pelo aumento das taxas de mortalidade apresentadas pelos pacientes acometidos pela coinfeção leishmaniose visceral/HIV (OLIVIER et al., 2003).

É importante destacar que a associação entre a leishmaniose visceral e o vírus do HIV exibe um efeito cumulativo na imunodepressão dos indivíduos acometidos pela coinfeção, apresentando uma evolução clínica



diferenciada. Assim, pacientes coinfectados apresentam contagens muito baixas de linfócitos TCD4+, o que conseqüentemente fará que os indivíduos afetados pelo vírus HIV apresentem leishmaniose visceral persistente. Essa, então, poderá ser subclínica, assintomática, por longos períodos ou, como na maioria dos casos, pode levar o indivíduo a óbito (MARQUES et al., 2007).

RESPOSTA IMUNE À LEISHMANIOSE VISCERAL AMERICANA

Nos pacientes que apresentam desenvolvimento da leishmaniose visceral ocorre diminuição da resposta imune celular contra a *Leishmania*, diminuição que, por sua vez, está relacionada com a queda na proliferação linfocitária e na sua capacidade de produzir interferon-gama (IFN- γ).⁶ Portanto, os pacientes portadores de leishmaniose visceral apresentam teste de hipersensibilidade tardia negativo, e as células mononucleares presentes no sangue periférico não produzem IFN- γ , IL-2 e IL-12,⁷ quando em contato com antígenos do parasita (BACELLAR e CARVALHO, 2005; McFARLANE et al., 2008). Sendo assim, a resistência ao parasita está vinculada à produção de IFN- γ pelas células TCD4+⁸ da linhagem Th1,⁹ as quais são estimuladas pela produção de IL-12. Por sua vez, a suscetibilidade à e, portanto, a multiplicação e a disseminação da *Leishmania*, estão relacionadas com a progressão da resposta imune Th2,¹⁰ que produz IL-4,

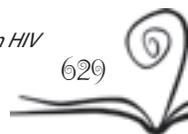
⁶ A molécula de interferon-gama, secretada por determinadas células T ativadas, é importante no combate a agentes nocivos ao organismo, bem como está envolvida no processo de proliferação, diferenciação e resposta dos linfócitos B e T.

⁷ As interleucinas (IL-1 a IL-17) correspondem a um grande grupo de citocinas sintetizadas por linfócitos T, fagócitos mononucleares e células teciduais. Possuem uma variedade de funções, de modo que cada interleucina atua sobre um grupo limitado e específico de células que expressam receptores específicos.

⁸ Também conhecidas como linfócitos T auxiliares. São responsáveis por coordenar a resposta imune específica, logo respondem a diferentes perfis de citocinas e direcionam para diferentes padrões de funções efetoras.

⁹ É um grupo de linfócitos T relacionado a respostas inflamatórias mediadas por células; liberam principalmente as citocinas IFN- γ , TNF- β e IL-2.

¹⁰ É um grupo de linfócitos T que estimula a produção de anticorpos, principalmente IgE; caracteriza-se pela produção de IL-4 e IL-5 e também pelo controle de respostas alérgicas.



IL-5 e IL-10, interleucinas que, nessa doença, são as citocinas responsáveis pela imunodepressão do indivíduo (BACELLAR e CARVALHO, 2005).

MECANISMOS DA RESPOSTA INATA NO COMBATE À LEISHMANIA

Apesar de a resposta imune adaptativa ser essencial para a destruição da *Leishmania*, a resposta imune inata também exerce um papel importante na resistência do hospedeiro contra infecções por parasitas intracelulares. Nessa perspectiva, a resposta inata poderia atuar tanto no controle do crescimento do patógeno durante os estágios iniciais da infecção quanto na liberação de citocinas para o microambiente onde as células T específicas para o parasita se encontram (PERUHYPE-MAGALHÃES et al., 2005). Dessa maneira, células imunes (macrófagos, células dendríticas, células *natural killers* (NK)¹¹ e células CD4+ e CD8+¹²), citocinas (IFN- γ e IL-12) e moléculas efetoras da produção de óxido nítrico (NO) por indução da sintetase de óxido nítrico são os componentes fundamentais para a resposta imune ao parasita (LIESE, SCHLEICHER e BOGDAN, 2008).

As células encontradas na primeira fase da infecção são responsáveis pela resposta inespecífica – isto é, pela resposta inata do organismo – e podem influenciar no desenvolvimento da resistência ou da suscetibilidade do indivíduo à doença (BACELLAR e CARVALHO, 2005). Entre as células que desempenham uma função contra os parasitas da *Leishmania*, estão os monócitos/macrófagos, os neutrófilos, os eosinófilos, as células NK e os mastócitos (LIESE, SCHLEICHER e BOGDAN, 2008). Dentre essas células, os neutrófilos são responsáveis, principalmente, pela diminuição da carga parasitária de *Leishmania* nas células do baço (PERUHYPE-MAGALHÃES et al., 2005).

¹¹ São células participantes da imunidade inata. Destroem células que não expressam MHC de classe I, como células tumorais ou infectadas por vírus.

¹² Também chamados de linfócitos T citotóxicos. São responsáveis pela destruição de agentes nocivos ao organismo mediante a liberação de grânulos contendo proteínas que danificam as células-alvo.



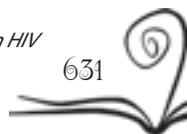
Para o desenvolvimento de uma resposta imune eficaz contra a *Leishmania*, inicialmente os estímulos gerados pela presença do parasita na pele resultarão na migração de neutrófilos, eosinófilos e células NK para o sítio de infecção. Essa indução pode ser direta, quando as moléculas da própria *Leishmania* estimulam a chegada dos neutrófilos e eosinófilos, ou indireta, quando o parasita estimula a produção de citocinas, como a IL-8, ou proteínas inflamatórias (MIP- α e MIP- β) e quimiotáticas (MCP-1) dos macrófagos. Essas citocinas, portanto, estimularão, respectivamente, a migração de neutrófilos, células NK e monócitos (BONILLA-ESCOBAR, 2005).

As células NK, por exemplo, desempenham importantes funções na resposta imune à leishmaniose visceral, sendo fundamental para a interligação entre a resposta imune inata e a resposta adaptativa mediada por células. Nesse caso, as células NK estimulam a produção do fator de necrose tumoral (TNF- α) e de IFN- γ , que são as principais citocinas no estímulo às funções efetoras dos macrófagos e no desenvolvimento da resposta Th1 (PERUHYPE-MAGALHÃES et al., 2005).

Por sua vez, os neutrófilos são as células essenciais para o início de uma resposta inflamatória e para a destruição de diferentes microrganismos invasores, por intermediários de oxigênio ou pela liberação de enzimas líticas armazenadas em seus grânulos. Além disso, durante a resposta inflamatória, o neutrófilo é responsável pela liberação de citocinas e quimiocinas capazes de recrutarem células apresentadoras de antígenos para o sítio de infecção (McFARLANE et al., 2008).

Durante o repasto sanguíneo da fêmea hematófaga de flebotomíneo, ocorre a inoculação das formas promastigotas metacíclicas da *Leishmania* no hospedeiro. Sendo assim, o parasita se adere a um fagócito por meio de receptores presentes em sua superfície celular e, após ser fagocitado, permanece dentro do fagosossomo.¹³ Esse, em seguida, é associado a vários lisossomos para destruir o patógeno, de maneira que a *Leishmania* apresenta todo o maquinário necessário para a destruição da *Leishmania* (HANDMAN e BULLEN, 2002).

¹³ Estrutura citoplasmática que armazena o antígeno fagocitado.



As formas promastigotas são fagocitadas, inicialmente, por neutrófilos. Essas células são as primeiras a migrar para o local de infecção, e podem ser destruídas pela ação de produtos do metabolismo oxidativo – como o peróxido de hidrogênio (H_2O_2) –, atividade enzimática e produção de óxido nítrico (NO). Os neutrófilos infectados começam a secretar quimiocinas como a IL-8 e MIP-1 β , moléculas importantes para atrair mais neutrófilos e macrófagos para o sítio de infecção (BACELLAR e CARVALHO, 2005).

Dentro do fagolisossomo¹⁴ dos macrófagos, principalmente, a *Leishmania* sofre uma série de alterações bioquímicas e metabólicas, mediante as quais se transforma na forma amastigota intracelular. Nesse caso, a *Leishmania* é capaz de sobreviver no meio intracelular, pois resiste às enzimas microbicidas e ao pH ácido do meio. Pode também inibir a fusão do vacúolo¹⁵ com o fagolisossomo e, além disso, aproveitar os nutrientes que entram na célula para a sua sobrevivência. Ou seja, a *Leishmania* desenvolve mecanismos de escape para a atividade microbicida do macrófago, de maneira a proliferar-se e romper os macrófagos, a fim de infectar outras células, disseminando a infecção (HANDMAN e BULLEN, 2002).

O controle da leishmaniose visceral é dependente da imunidade mediada por células, porém, dentre as células fagocitárias, os macrófagos apresentam duas características distintas e opostas durante a instalação intracelular da *Leishmania*. De um lado, são as principais células responsáveis pelo controle e destruição dos protozoários parasitas intracelulares por meio de mecanismos oxidativos ou não oxidativos. De outro, funcionam como hospedeiros para a *Leishmania*, proporcionando um ambiente celular estável que permite a sobrevivência e a proliferação dessa e, conseqüentemente, a permanência e disseminação da infecção (BACELLAR e CARVALHO, 2005).

Nessa perspectiva, para controlar a proliferação intracelular da *Leishmania*, torna-se indispensável à produção de óxido nítrico pela óxido nítrico sintetase (iNOS), uma vez que a *Leishmania* é suscetível aos reativos intermediários de nitrogênio gerados por neutrófilos e macrófagos. A iNOS é estimulada, principalmente, pela liberação de IFN- γ , o qual estimula a ação microbicida mediada pelo NO. Assim, a liberação de NO



acarreta a morte das *Leishmanias* que parasitam os macrófagos e durante o desenvolvimento da leishmaniose visceral a iNOS é fundamental para o controle da carga parasitária no fígado (BACELLAR e CARVALHO, 2005; LIESE, SCHLEICHER e BOGDAN, 2008).

Além disso, a morte programada da célula (apoptose) é um processo vantajoso para o organismo hospedeiro, isto é, as células fagocíticas evitariam a sobrevivência dos parasitas em seu interior por um tempo muito prolongado, além de diminuir os danos aos tecidos provocados por suas degranulações. Entretanto, a apoptose pode ser induzida ou retardada por estímulos produzidos pelos patógenos. No caso da leishmaniose, tanto a presença intracelular do parasita quanto os seus constituintes podem inibir ou retardar a apoptose dos macrófagos. Desse modo, os parasitas sobrevivem por mais tempo e podem infectar outras populações celulares (PERUHYPE-MAGALHÃES et al., 2005).

A atividade leishmanicida do macrófago pode ser influenciada pela produção do fator de crescimento (TGF- β). Essa citocina está relacionada com inibição das atividades dos macrófagos, diminuição da produção de IFN- γ e redução na expressão de moléculas de MHC II.¹⁶ Além disso, está relacionado com a supressão da produção de NO em macrófagos infectados por *Leishmania*, ou seja, favorece o desenvolvimento da infecção (BACELLAR e CARVALHO, 2005).

Níveis de NO produzidos por macrófagos ativados por IFN- γ ou pelo fator de necrose tumoral alfa (TNF- α) estão relacionados com a resistência à infecção. Por outra parte, os não possuidores do gene de iNOS não têm capacidade de controlá-la. Logo, percebe-se que os macrófagos e as células NK possuem funções importantes no combate à *Leishmania*, isto é, a produção de IL-12 por macrófagos é capaz de estimular a citotoxicidade e a produção de IFN- γ pelas células NK, além de favorecer o desenvolvimento da imunidade mediada por células, nesse caso a Th1 (PERUHYPE-MAGALHÃES et al., 2005).

¹⁶ O complexo principal de histocompatibilidade (MHC) da classe II está envolvido na apresentação de antígenos, de forma que expõe na superfície das células apresentadoras de antígenos os epítomos a serem reconhecidos por linfócitos T.



MECANISMOS DE ESCAPE DO PARASITA

A *Leishmania* consegue suportar, inibir ou controlar a atividade leishmanicida do macrófago e, sob determinadas circunstâncias, pode dificultar a indução das respostas imunes inata e adaptativa (TRIPATHI, SINGH e NAIK, 2007). Além de sobreviver e se desenvolver no interior de macrófagos, como outros patógenos, a *Leishmania* é capaz de desenvolver mecanismos peculiares para a sua sobrevivência no interior celular e, portanto, manter o seu ciclo de vida.

Nessa perspectiva, torna-se necessário que o parasita resista não apenas às condições adversas encontradas no flebotomíneo, mas também ao sistema imune do hospedeiro antes de entrar no macrófago. Logo, para impedir a sua destruição, a *Leishmania* apresenta em sua superfície celular moléculas de lipofosfoglicano (LPG), metaloprotease gp63 e vários receptores que facilitam a sua endocitose. Em seguida, a *Leishmania* é capaz de impedir a sua destruição no fagolisossomo do macrófago, por meio de adaptações que inibem os mecanismos de defesa celular (CUNNINGHAM, 2002) (fig. 2).

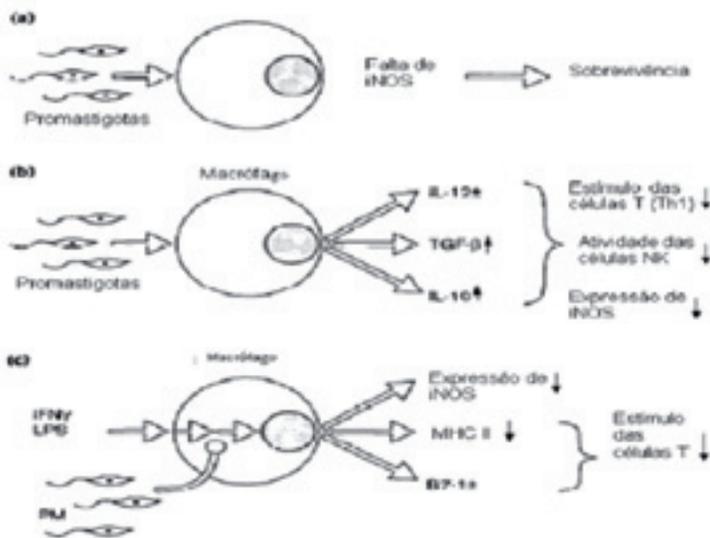


Figura 2. Mecanismos de escape utilizados pela *Leishmania*.

Fonte: Reproduzido de Bogdan et al., 1996.

Um dos primeiros mecanismos de resposta imune à *Leishmania* é a ativação do sistema complemento. Apesar de as promastigotas metacíclicas não apresentarem resistência à lise por esse mecanismo, elas conseguem utilizá-lo para a entrada no macrófago, uma vez que os macrófagos reconhecem os receptores do complemento. Nesse caso, as moléculas de C3b são depositadas na superfície celular do parasita, mas as longas moléculas de LPG evitam que o complexo de ataque à membrana (C5b-9) seja formado na membrana das promastigotas e, conseqüentemente, que as *Leishmanias* sejam destruídas (CUNNINGHAM, 2002).

Outro fator pode ser encontrado no momento de inoculação, pois a saliva do inseto vetor tem papel essencial no processo inflamatório: aumenta a vasodilatação e o fluxo sanguíneo, além de apresentar peptídeos que inibem a produção de TNF- α pelos macrófagos, reduzindo a sua capacidade de liberação de NO.

Usando diversos receptores, as promastigotas podem também entrar nas células dendríticas da epiderme, nas quais ocorrerá a transformação para as formas amastigotas. Apesar de os parasitas não conseguirem se multiplicar nessas células, elas fornecem ambiente favorável à sua sobrevivência, pois não produzem NO (CUNNINGHAM, 2002).

MECANISMOS DA RESPOSTA ADAPTATIVA CONTRA A LEISHMANIA

No processo de desenvolvimento de uma resposta imune específica para a *Leishmania*, é essencial que as células inatas apresentem os epítomos do patógeno para os linfócitos T. No caso da leishmaniose visceral, uma apresentação de antígenos adequada estimulará a proliferação de linfócitos TCD4⁺ da subpopulação Th1, e, conseqüentemente, ativará os macrófagos que vão controlar a infecção. Contudo, o parasita pode apresentar mecanismos de escape que, nesse caso, interferem na apresentação de antígenos e no funcionamento dos macrófagos, isso é, induzem uma menor expressão, menor apresentação ou maior degradação do MHC durante a apresentação de antígenos (BONILLA-ESCOBAR, 2005).



A ausência de células T implica o desenvolvimento da leishmaniose após a inoculação do parasita no hospedeiro, ao passo que a presença de células T normais favorece a resistência. Sendo assim, na resposta imune adaptativa à *Leishmania*, as células TCD4⁺ têm papel fundamental na resistência; já as células TCD8⁺ participam mais efetivamente da memória imunológica do que da eliminação do parasita (GOTO e LINDOSO, 2004; TRIPATHI, SINGH e NAIK, 2007).

A IL-12 é a principal citocina para a progressão de uma resposta imune protetora contra a *Leishmania* e para o controle e cura da infecção, sendo fundamental no desencadeamento das atividades das células NK e, portanto, no controle na sobrevivência do parasita (GOTO e LINDOSO, 2004; LIESE, SCHLEICHER e BOGDAN, 2008).

Existem diversos mecanismos relacionados à imunidade contra as leishmanioses. No caso da leishmaniose visceral, os pacientes resistentes à infecção possuem resposta imune baseada no aumento da resposta linfoproliferativa de células TCD4⁺ e TCD8⁺, e na produção de IL-2, IFN- γ e IL-12, estando esta resposta também ligada à produção do TGF- β . Por outra parte, a suscetibilidade à leishmaniose está vinculada à resposta imune mediada pela linhagem Th2 e, conseqüentemente, pela produção de IL-4 e IL-10, que são citocinas mediadoras das alterações imunológicas observadas na leishmaniose visceral (GOTO e LINDOSO, 2004; BACELLAR e CARVALHO, 2005; McFARLANE et al., 2008).

Dentre as diferentes respostas imunes apresentadas pelos indivíduos acometidos por leishmaniose visceral, tem-se que os pacientes assintomáticos desenvolvem melhores mecanismos antiparasitários, estando associados à proteção contra a doença e à ausência de sinais e sintomas clínicos. Em outros casos, os indivíduos curados apresentam aumento nas taxas de neutrófilos e células NK, que estão ligados ao aumento de monócitos e da produção de IL-12. Sendo assim, pode-se perceber a existência de uma relação entre as citocinas e as células da resposta imune inata com certos fatores da resposta adaptativa que possibilitam ou a criação de um ambiente de células específicas contra a *Leishmania* ou a proliferação do parasita (PERUHYPE-MAGALHÃES et al., 2005).



Em pacientes com leishmaniose visceral ativa, a forma clínica da doença será determinada de acordo com a resposta imune apresentada pelo indivíduo. Logo, a infecção sistêmica é caracterizada pela disseminação da *Leishmania* pelos linfonodos, baço, fígado, medula óssea e outros órgãos e aumento na quantidade de anticorpos circulantes. Além disso, há ausência da resposta mediada por células Th1, uma diminuição na produção de IL-12, IFN- γ e alta produção de IL-4 e IL-10. Sendo assim, apresentam inchaço do fígado e do baço (hepatoesplenomegalia), que são sinais característicos da doença e consequência do aumento da carga parasitária nesses órgãos (PERUHYPE-MAGALHÃES et al., 2005; TRIPATHI, SINGH e NAIK, 2007).

Por sua vez, em indivíduos assintomáticos encontrados em regiões endêmicas, é observado o desenvolvimento de uma resposta Th1 protetora e permanente, de maneira que a estimulação da produção de IL-12 tem maior expressividade nesses pacientes e naqueles que foram curados da doença, ao contrário dos pacientes que apresentam a forma ativa da doença (PERUHYPE-MAGALHÃES et al., 2005; LIESE, SCHLEICHER e BOGDAN, 2008).

Após a cura, os níveis de IFN- γ , IL-4 e IL-10 são mantidos, sugerindo uma coexistência das respostas imunes Th1 e TH2. Apesar de a expressão de IL-10 estar associada às propriedades inibitórias dos macrófagos do hospedeiro, o aumento de sua expressão, nesse caso, pode indicar um papel de balanceamento. Ou seja, esse aumento impede a extrema polarização da resposta imune e, conseqüentemente, diminui os danos teciduais (TRIPATHI, SINGH e NAIK, 2007).

O resultado da infecção por *Leishmania* é determinado pelo equilíbrio entre as duas subpopulações de células T específicas para o antígeno. Assim, as infecções por espécies do parasita que provocam a leishmaniose visceral apresentam desenvolvimento diferenciado, podendo resultar em uma infecção subclínica, com a presença de uma imunidade protetora, ou progredir para a doença clínica, que pode ser fatal quando não tratada rapidamente (TRIPATHI, SINGH e NAIK, 2007). Sendo assim, os fatores e as manifestações clínicas da doença serão determinados por diferentes características do hospedeiro e do parasita, as quais, por sua vez, podem es-



tar relacionadas à carga genética do indivíduo, à virulência da *Leishmania* e à sua espécie, ou à área de inoculação do parasita (ALVAR et al., 2008).

ASPECTOS IMUNOPATOLÓGICOS DA COINFECÇÃO LEISHMANIOSE VISCERAL/HIV

A leishmaniose é considerada um problema de saúde pública, sobretudo nas áreas tropicais e subtropicais do mundo, de modo que as maiores taxas de indivíduos apresentando a coinfeção leishmaniose visceral/HIV distribuem-se por essas áreas. De acordo com dados clínicos e epidemiológicos, a *Leishmania* pode ser encontrada como um parasita oportunista em pacientes imunocomprometidos pela AIDS (OLIVIER et al., 2003).

A concomitância entre leishmaniose e infecção por HIV foi registrada pela primeira vez em 1985, quando surgiram diversos casos de coinfeção em 35 países da Europa. A implantação da terapia antirretroviral (HAART, do inglês *Highly Active Antiretroviral Therapy*) acarretou a diminuição das taxas de indivíduos coinfectados nessas localidades, porém esses índices têm aumentado em diversas áreas onde essas duas doenças se sobrepõem (ALVAR et al., 2008). Essa sobreposição ocorre, sobretudo, como resultado da urbanização da leishmaniose visceral, mas também pode se originar do excesso de migrantes que adquirem HIV em áreas urbanas e, em seguida, retornam às zonas rurais onde a leishmaniose é endêmica (RABELLO, ORSINI e DISCH, 2003; ALVAR et al., 2008).

Nas áreas endêmicas de leishmaniose, a infecção por HIV amplia os riscos de pacientes desenvolverem leishmaniose visceral, além de reduzir as probabilidades de resposta terapêutica e aumentar as chances de reinidências. Ao mesmo tempo, a leishmaniose visceral constrói um ambiente favorável ao progresso da infecção por HIV no hospedeiro e, consequentemente, ao desenvolvimento da AIDS. Dessa forma, a associação entre a leishmaniose visceral e o HIV atinge as células imunes do indivíduo,



provocando uma ineficiência da resposta imunológica e, portanto, o desenvolvimento da coinfeção (ALVAR et al., 2008) (fig. 3).

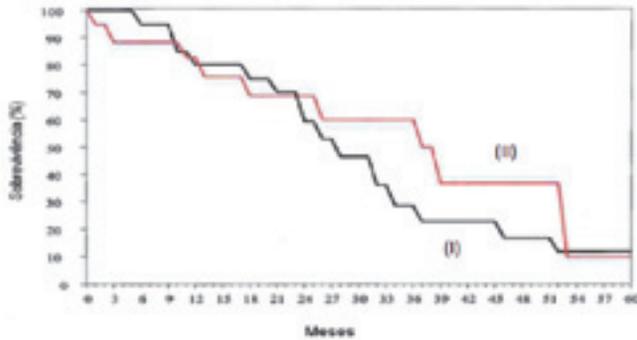


Figura 3. Sobrevivência de pacientes da Catania (Itália) coinfectados com leishmaniose visceral/HIV (I) e pacientes com AIDS e sem leishmaniose viral (II) que receberam tratamento.

Fonte: Reproduzido de Russo et al., 2003.

A existência de uma coinfeção do vírus HIV com determinados microrganismos, inclusive com os parasitas de *Leishmania*, pode acarretar a progressão de uma patologia direta e a sua morbidade. Além disso, pode funcionar como um importante e ativo componente para o desenvolvimento da infecção por HIV em direção à AIDS. O vírus apresenta um grande período de latência, de modo que o indivíduo, mesmo sem desenvolver a AIDS, vai apresentar variadas e repetidas infecções oportunistas, por causa do seu estado de imunodepressão (OLIVIER et al., 2003).

As infecções oportunistas podem induzir respostas inflamatórias e ocorrências de sinalização celular no hospedeiro que são capazes de estimular a replicação viral. Nesse sentido, a ativação celular após a infecção por patógenos oportunistas pode levar à ativação de determinadas sequências dos elementos regulatórios (LTR) do HIV-1, os quais podem induzir a expressão de genes do HIV e, portanto, a aceleração na replicação viral e o desenvolvimento da doença (OLIVIER et al., 2003).

Durante a coinfeção leishmaniose visceral/HIV, a *Leishmania* tem os macrófagos como células-alvo, ao mesmo tempo em que o HIV atinge os linfócitos TCD4⁺ e também pode utilizar os macrófagos como veículo de

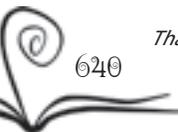


disseminação pelo corpo do hospedeiro. Sendo assim, a existência dos dois patógenos no organismo produz efeitos cumulativos no sistema imune que favorecem as suas sobrevivências. Nesse caso, a *Leishmania*, por meio de seus mecanismos de escape e de suas moléculas de lipofosfoglicanos (LPG), permite a maior replicação do HIV e a progressão da AIDS, ao mesmo tempo em que o HIV debilita o sistema imune, favorecendo a sobrevivência da *Leishmania* (ALVAR et al., 2008).

A superfície celular da *Leishmania* é formada por uma camada de LPG, além de diversos componentes estruturais que poderiam induzir a replicação viral em diferentes células monocíticas infectadas pelo HIV (ALVAR et al., 2008). Após a inoculação das promastigotas metacíclicas de *Leishmania* no hospedeiro humano, o LPG é o principal glicoconjugado exposto e organizado de maneira a permitir a entrada, a permanência e a sobrevivência do parasita no espaço intracelular dos macrófagos. Dessa forma, após a endocitose do parasita pelo macrófago, a *Leishmania* perde grande parte de sua camada de LPG, restando somente componentes intramembranares, como o núcleo de fosfatidil inositol (core-PI), o qual somente é encontrado na superfície das formas amastigotas (OLIVIER et al., 2003).

Portanto, quando o parasita se encontra dentro do fagolisossomo, a função do LPG está relacionada à alteração dos componentes de sinalização das células do hospedeiro e também à inibição de diversas atividades macrofágicas, inclusive a produção de radicais oxigenados. Assim, desenvolvendo diversos mecanismos de escape, e, conseqüentemente, diminuindo a capacidade do sistema imune de combater a infecção, a *Leishmania* contribui diretamente para a sobrevivência do HIV e, portanto, para a imunodepressão do indivíduo (OLIVIER et al., 2003).

Durante a coinfeção leishmaniose visceral/HIV, a LPG de *Leishmania* acelera o processo de replicação viral dentro das células monocíticas de um paciente com infecção viral latente; além disso, pode induzir a transcrição de LTR do HIV e sua replicação nos linfócitos TCD4⁺ (OLIVIER et al., 2003). Porém o parasita não interfere diretamente na expressão viral, mas sim configura o ciclo de vida do vírus mediante fenômenos indiretos que estimulam a liberação de TNF- α , de IL-1 e pode regular a expressão



de genes de replicação do HIV pelo fator transcripcional (NF- κ B) (ALVAR et al., 2008).

Durante a leishmaniose visceral, a imunidade está diretamente relacionada à progressão da infecção, de maneira que a presença de uma resposta linfoproliferativa das células Th1 está relacionada à resistência (COTA, SOUSA e RABELLO, 2011). O desenvolvimento da infecção viral pode gerar a diminuição ou a ausência de uma imunidade protetora, permitindo assim, a proliferação da *Leishmania* nas células do hospedeiro que, conseqüentemente, atuarão no estímulo à replicação do HIV ou de seus produtos (OLIVIER et al., 2003).

Quadro 1. Características das infecções concomitantes de *Leishmania* e HIV.

EFEITOS DA INFECÇÃO POR LEISHMANIA NA INFECÇÃO POR HIV	
Causa	Consequência
↑ Transcrição do LTR do HIV	↑ Expressão do gene para a replicação do HIV
↑ LPG da <i>Leishmania</i>	↑ Acelera a replicação viral em células monocíticas
↑ TNF- α e IL-1	↑ Expressão do gene de HIV
↑ Expressão do receptor CCR5 ⁺	↑ Infecção por HIV → ↑ carga viral
EFEITOS DA INFECÇÃO DE HIV SOBRE A INFECÇÃO POR LEISHMANIA	
Causa	Consequência
↑ Imunossupressão	↑ Sobrevivência de <i>Leishmania</i> Aparecimento de <i>Leishmania</i> em localizações atípicas Leishmaniose mais severa
↓ Resposta Th1 (Th1 → Th2)	↓ Resposta protetora para patógenos intracelulares (↓ atividade macrófágica, ↓ produção de citocinas e ↓ fagocitose)
↑ Resposta Th2	↑ Taxa de reincidências clínicas após tratamento
↑ TGF- β (inibidor da resposta imune)	↑ Suscetibilidade para a leishmaniose sistêmica

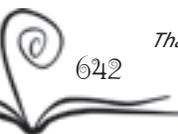


A imunidade mediada por células é profundamente interrompida pela infecção por HIV, uma vez que o vírus pode interagir com linfócitos, monócitos, macrófagos e células B. Isto é, o HIV corrobora com a destruição de células T e macrófagos que incapacitam o sistema imune do hospedeiro, impedindo que esse previna e combata diversas infecções oportunistas. Nesse caso, as taxas de destruição das células TCD4⁺ estão correlacionadas ao aparecimento das infecções oportunistas e também ao agravamento das manifestações clínicas (OLIVIER et al., 2003).

Um organismo infectado por HIV pode provocar defeitos no funcionamento das células apresentadoras de antígenos do hospedeiro e, portanto, induzir a secreção de citocinas relacionadas à subpopulação Th2. Como as respostas eficazes para o controle das infecções dependem frequentemente da presença de citocinas da subpopulação Th1, o perfil imunológico dos pacientes torna-se favorável à multiplicação e à disseminação dos parasitas. Assim, a imunodepressão induzida pela infecção por HIV pode permitir a progressão de uma infecção latente de *Leishmania* e, por isso, facilitar o desenvolvimento da leishmaniose visceral (OLIVIER et al., 2003).

Pacientes coinfetados apresentam altas taxas de CCR5⁺ circulantes devido a estímulos da *Leishmania*. O CCR5⁺ é o principal receptor do HIV responsável pela entrada do vírus nas células-alvo, estando também relacionado à expressão de uma alta carga viral e pela progressão acelerada da infecção do HIV. Entretanto, a replicação viral não é a única consequência da coinfeção, pois nesses pacientes também se observam altas incidências da disseminação da *Leishmania*, com o aumento da parasitemia do sangue periférico, o que funciona como um indicador do aumento parasitário incontrolado (ALVAR et al., 2008).

Ambos os microrganismos podem invadir e se proliferar nos macrófagos, estabelecendo interações que exacerbem os efeitos das infecções. Logo, o aumento da carga parasitária ocorre em maiores proporções durante a concomitância com o HIV do que em uma infecção somente por *Leishmania*, uma vez que o vírus causa danos nas funções efetoras do sistema imunológico e, sobretudo nas atividades macrófágicas, como a fagocitose, a destruição de patógenos intracelulares e a produção de

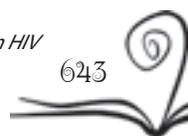


citocinas. Além disso, o ciclo de vida do vírus HIV é caracterizado por um período de latência e subsequente replicação viral, que permite a proliferação de patógenos oportunistas que possam modificar o perfil imunológico do indivíduo e aumentar as consequências da infecção por HIV. Assim, a infecção pelo vírus pode estimular a liberação de IL-4 e IL-10 e diminuir a produção de IFN- γ , IL-2 e IL-12 pelas células monocíticas do sangue periférico, de maneira que induz a proliferação da linhagem Th2 e, portanto, permite a sobrevivência da *Leishmania* (ALVAR et al., 2008).

A infecção por *Leishmania* também está associada a prejuízos às células do sistema imune e à queda dos índices de células TCD4⁺ do organismo. Sendo assim, a resistência e a suscetibilidade do hospedeiro estão relacionadas, respectivamente, com as respostas Th1 e Th2. Além disso, a produção de TNF- α auxilia na progressão da infecção viral e é relatada em indivíduos com leishmaniose visceral ativa. Ou seja, ambas as infecções geram uma depressão do sistema imune (OLIVIER et al., 2003).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da leishmaniose visceral em indivíduos imunocompetentes está correlacionada à ativação das células B (resposta humoral) e consequente supressão das respostas imunes mediadas por células, que são eficazes contra o parasita. Este último padrão de resposta imune é essencial para o processo de recuperação do indivíduo e também para a proteção contra outras infecções, de maneira que é reestabelecido após o sucesso terapêutico. Os pacientes coinfectados com HIV apresentam menores concentrações de anticorpos antileishmania e, em muitos casos, maiores taxas de reincidências clínicas de leishmaniose visceral após o tratamento contra a leishmaniose do que os imunocompetentes (OLIVIER et al., 2003).

As infecções por *Leishmania* e HIV apresentam características semelhantes em relação às mudanças que provocam nas subpopulações de células monocíticas do hospedeiro. Estas alterações podem ser caracterizadas pela diminuição do número de células TCD4⁺ e NK, de forma que os indivíduos coinfectados expressam prejuízos sinérgicos sobre o sistema imune, mas as consequências da infecção por HIV podem prevalecer sobre as da leishmaniose visceral (OLIVIER et al., 2003).



Os índices de células TCD4⁺ no sangue periférico dos pacientes coinfectados são semelhantes àqueles encontrados em indivíduos HIV positivo/leishmaniose visceral negativo. Além disso, taxas de células TCD8⁺ apresentam-se elevadas durante a coinfeção após o tratamento da leishmaniose, indicando que estas células desempenham papel importante na resposta imune pós-tratamento ou também pode corresponder a uma substituição das células TCD4⁺ devido à diminuição desta na circulação (OLIVIER et al., 2003).

As manifestações clínicas dos pacientes coinfectados dependem das espécies de *Leishmania* infectantes e das células participantes da resposta imune do hospedeiro. A infecção por *Leishmania* pode permanecer assintomática ou apresentar sinais e sintomas que sejam restritos à pele ou às mucosas (na leishmaniose tegumentar) ou, em outros casos, se distribuir pelos sistemas viscerais do corpo (na leishmaniose visceral). Todas as formas de leishmaniose se configuram como infecções oportunistas em pacientes com HIV, sendo, no Brasil, 43%, 20% e 37% dos casos de coinfeção devido à leishmaniose mucocutânea, cutânea e visceral (RABELLO, ORSINI e DISCH, 2003; ALVAR et al., 2008) (fig. 4).

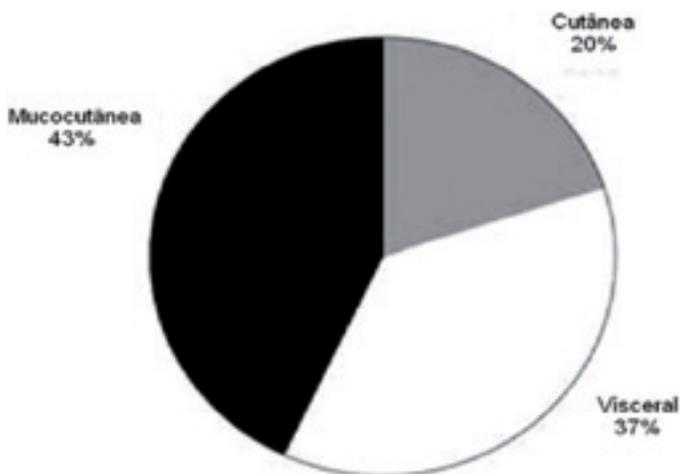


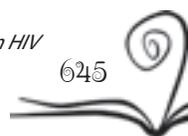
Figura 4. Formas clínicas da leishmaniose presentes nos casos de coinfeção registrados no Brasil em junho de 2002.
Fonte: Reproduzido de Rabello, Orsini e Disch, 2003.

Os pacientes que apresentam leishmaniose em coinfeção com o HIV têm, geralmente, características clínicas semelhantes às dos indivíduos não coinfectados como, por exemplo, febre, perda de peso e hepatoesplenomegalia. A distribuição dos parasitas pelo organismo é parecida com aquela de imunocompetentes, porém há casos onde a *Leishmania* pode aparecer em localizações atípicas como, por exemplo, em tecidos do intestino (ALVAR et al., 2008; OLIVIER et al., 2003). Além disso, os pacientes podem desenvolver uma leishmaniose mais severa e mais resistente ao tratamento e, em alguns casos, desenvolver leishmaniose tegumentar, embora tenham sido infectados por espécies de *Leishmania* específicas, causadoras de leishmaniose visceral (OLIVIER et al., 2003).

Em indivíduos coinfectados, a presença de ambos os patógenos modifica a resposta imunológica mediante complexos mecanismos que atuam sinergicamente para a queda de uma resposta Th1, evidenciando-se, nesses casos, uma resposta do tipo Th2 (exacerbada pelo vírus) que produz altos níveis de IL-4 e IL-10. Em indivíduos imunocompetentes, os casos agudos de leishmaniose visceral respondem satisfatoriamente ao tratamento antileishmanial, de modo que ocorre uma melhora da infecção e o desaparecimento de sinais e sintomas da doença. Porém, em coinfectados esse tratamento é dificultado e, portanto, torna-se necessário um controle frequente da doença (OLIVIER et al., 2003; COTA, SOUSA e RABELLO, 2011).

Os pacientes que apresentam coinfeção leishmaniose visceral/HIV também podem utilizar a HAART para controlar a evolução da infecção pelo HIV. Nesse caso, o tratamento procura elevar as taxas de células TCD4⁺ do indivíduo, fato que também, em alguns casos, pode impedir o avanço da leishmaniose visceral. O uso da HAART permite que os pacientes apresentem menores probabilidades de reincidência da leishmaniose visceral e melhorem suas contagens de células TCD4⁺ quando comparados com aqueles que não utilizam a HAART. Nesse caso, o tratamento favorece uma mudança imunológica do padrão de resposta imune Th2 para Th1 em indivíduos infectados com leishmaniose visceral/HIV. Ou seja, a HAART controla a proliferação dos microrganismos no hospedeiro com mais eficiência (COTA, SOUSA e RABELLO, 2011).

Indivíduos com HIV que recebem HAART diminuem suas probabilidades de adquirir outras infecções oportunistas, de maneira que a introdução dessa



terapêutica gera uma queda na incidência de leishmaniose visceral e, conseqüentemente, nas taxas da coinfeção leishmaniose visceral/HIV em algumas regiões endêmicas, como a Europa (COTA, SOUSA e RABELLO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resposta imunológica durante a leishmaniose visceral envolve as células TCD4⁺ da subpopulação Th2, a qual é induzida por diversos mecanismos de escape da *Leishmania* e permite que o parasita sobreviva no meio intracelular dos macrófagos e se dissemine pelo organismo do indivíduo. Por sua vez, o HIV tem as células TCD4⁺ como alvo para a infecção, de forma que impede o desenvolvimento de uma resposta imune eficaz.

Dessa forma, a concomitância de infecções por *Leishmania* e HIV acarreta a imunossupressão do paciente e se caracteriza por uma evolução mais acelerada dos sinais e sintomas clínicos. Isso ocorre, uma vez que cada patógeno favorece a sobrevivência do outro, potencializando a progressão das infecções. Durante a coinfeção, a resposta imunológica desencadeada é semelhante a dos indivíduos que possuem apenas a leishmaniose visceral, isto é, o sistema imunológico apresenta uma resposta Th2.

Nesse sentido, a coinfeção leishmaniose visceral/ HIV se apresenta como um problema de saúde emergente, sobretudo pela urbanização da leishmaniose e pela ruralização da AIDS. Logo, novas pesquisas devem ser desenvolvidas visando melhorias quanto à prevenção, ao diagnóstico precoce e tratamentos eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAR, Jorge et al. The relationship between leishmaniasis and AIDS: the second 10 years. *Clinical Microbiology Reviews*, Madri, v. 21, n. 2, p. 334-359, Apr. 2008.



BACELLAR, Olívia; CARVALHO, Edgar M. Imunopatogênese da leishmaniose visceral. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, v. 75, n. 1, p. 24-34, jan.-jun. 2005.

BOGDAN, Christian et al. Invasion, control and persistence of *Leishmania* parasites. *Current Opinion in Immunology*, Berlim, v. 8, n. 4, p. 517-525, 1996.

BONILLA-ESCOBAR, Diana Lucía. Respuesta inmune a la leishmaniasis: algo más que linfocitos T. *Piel*, Bogotá, v. 20, n. 8, p. 383-395, oct. 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. *Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral: normas e manuais técnicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

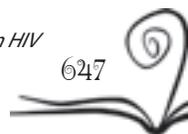
CARNAÚBA JUNIOR, Dimas et al. Atypical disseminated leishmaniasis similar to post-kala-azar dermal leishmaniasis in a Brazilian AIDS patients infected with *Leishmania (Leishmania) infantum chagasi*: a case report. *International Journal of Infection Diseases*, Brookline (MA, Estados Unidos), v. 13, n. 6, p. 504-507, Nov. 2009.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). DIVISION OF PARASITIC DISEASES AND MALARIA (DPDM). *Laboratory identification of parasites of public health concern: Leishmaniasis*. Atlanta (GA, Estados Unidos), 10 Apr. 2012. Disponível em: <http://www.dpd.cdc.gov/dpdx/HTML/Leishmaniasis.htm>. Acesso em: 29 out. 2013.

CHAPPIUS, François et al. Visceral leishmaniasis: what are the needs for diagnosis, treatment and control? *Nature Reviews Microbiology*, Londres, v. 5, p. 873-882, Nov. 2007.

COTA, Gláucia F.; SOUSA, Marcos R. de; RABELLO, Anna. Predictors of visceral leishmaniasis relapse in HIV infected patients: a systematic review. *PLOS Neglected Tropical Diseases*, San Francisco CA, Estados Unidos, v. 5, n. 6, p. 1-8, June 2011.

CUNNINGHAM, Anna C. Parasitic adaptive mechanisms in infection by *Leishmania*. *Experimental and Molecular Pathology*, v. 72, n. 2, p. 132-141, Apr. 2002.



ENGWERDA, Christian R.; ATO, Manabu; KAYE, Paul M. Macrophages, pathology and parasite persistence in experimental visceral leishmaniasis. *Trends in Parasitology*, Cambridge (MA, Estados Unidos), v. 20, n. 11, p. 524-530, Nov. 2004.

GOTO, Hiro; LINDOSO, José Angelo L. Immunity and immunosuppression in experimental visceral leishmaniasis. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, Ribeirão Preto, v. 37, n. 4, p. 615-623, abr. 2004.

HANDMAN, Emanuela; BULLEN, Denise V. R. Interaction of *Leishmania* with the host macrophage. *Trends in Parasitology*, Cambridge (MA, Estados Unidos), v. 18, n. 8, p. 332-334, Aug. 2002.

LIESE, Jan; SCHLEICHER, Ulrike; BOGDAN, Christian. The innate immune response against *Leishmania* parasites. *Immunobiology*, Berlim, v. 213, n. 3-4, p. 377-387, May 2008.

MARQUES, Nuno et al. Leishmaniose visceral e infecção por vírus da imunodeficiência humana: na era da terapêutica antirretrovírica de alta eficácia. *Acta Médica Portuguesa*, Coimbra, v. 20, n. 4, p. 291-298, jan. 2007.

McFARLANE, Emma et al. Neutrophils contribute to development of a protective immune response during onset of infection with *Leishmania donovani*. *Infection and Immunity*, Washington, D.C, v. 76, n. 2, p. 532-541, Feb. 2008.

NICO, Dirlei. Desenvolvimento de uma vacina sintética contra a leishmaniose visceral a partir da nucleosídeo hidrolase de *Leishmania (L.) donovani*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências – Microbiologia) – Instituto de Microbiologia Paulo Góes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVIER, Martin et al. The pathogenesis of *Leishmania*/HIV co-infection: cellular and immunological mechanism. *Annals of Tropical Medicine and Parasitology*, Leeds (Inglaterra), v. 97, n. 1, p. 79-98, May 2003.

PALATINCK-DE-SOUZA, Clarisa B. et al. Decrease of the incidence of human and canine visceral leishmaniasis after dog vaccination with Leishmune® in Brazilian endemic areas. *Vaccine*, v. 27, n. 27, p. 3.505-3.512, June 2009.

PERUHYPE-MAGALHÃES, Vanessa et al. Immune response in human visceral leishmaniasis: analysis of the correlation between innate immunity cytokine



profile and disease outcome. *Scandinavian Journal of Immunology*, v. 62, n. 5, p. 487-495, Nov. 2005.

PRATES, Deboraci Brito et al. *Lutzomyia longipalps* saliva drives apoptosis and enhances parasites burden in neutrophils. *Journal of Leukocyte Biology*, Bethesda MD, Estados Unidos, v. 90, n. 3, p. 578-582, Sept. 2011.

RABELLO, Andrea Cristina Alpoim; ORSINI, Marcela; DISCH, Jolande. Leishmania/HIV co-infection in Brazil: an appraisal. *Annals of Tropical Medicine and Parasitology*, Leeds (Inglaterra), v. 97, n. 1, p. 17-28, Oct. 2003.

REY, Luís. *Parasitologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

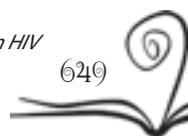
ROBERTS, Lynden; HANDMAN, Emanuela; FOOTE, Simon J. Leishmaniasis. *British Medical Journal*, Londres, v. 321, p. 801-804, Sept. 2000.

RUSSO, Rosario et al. Clinical survey of Leishmania/HIV co-infection in Catania, Italy: the impact of highly active antiretroviral therapy (HAART). *Annals of Tropical Medicine and Parasitology*, Leeds (Inglaterra), v. 97, n. 1, p.149-155, out. 2003.

SANTOS-OLIVEIRA, Joana R. et al. High levels of T lymphocyte activation in Leishmania-HIV-1 co-infected individuals despite low HIV viral load. *BMC Infections Diseases*, Londres, v. 10, n. 358, p. 1-6, 2010.

TRIPATHI, Parul; SINGH, Vinod; NAIK, Sita. Immune response to leishmania: paradox rather than paradigm. *Immunology and Medical Microbiology*, Amsterdã, v. 51, n. 2, p. 229-242, Nov. 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Leishmaniasis*. Genebra: WHO, 2013. Disponível em: <http://www.who.int/leishmaniasis/en/>. Acesso em: 30 out. 2013.



TERAPIA GÊNICA E BIOÉTICA

Victoria Gomes Pereira dos Santos*

INTRODUÇÃO

Terapia gênica é um procedimento médico que envolve a modificação genética de células como forma de tratar doenças. Essa técnica, ainda experimental, visa substituir um gene defeituoso por um gene normal (ou suprimir sua expressão gênica), por meio de um vetor, na tentativa de remover – ou reduzir – o efeito do gene com anomalia. No entanto, a remoção de um gene do organismo não é algo simples de ser realizado (NARDI, TEIXEIRA e SILVA, 2002).

A técnica da terapia gênica pode ser aplicada de duas maneiras: em células germinativas – aquelas que podem dar origem aos gametas, que, no caso do ser humano e dos outros animais, são os espermatozoides e óvulos; e em suas células-tronco formadoras – ou células somáticas, todas as outras células que não possuem relação reprodutiva.

O método somático – utilizado para tratar doenças oriundas de diversos tecidos que não se envolvem na produção de gametas – é dividido em duas grandes categorias: *ex vivo*, no qual as células são manipuladas de forma extracorpórea e depois transplantadas para o corpo do indivíduo, e *in vivo*, em que os genes são modificados nas células dentro do corpo, um método extre-

* Ex-aluna do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Gerência em Serviços de Saúde (2009-2011). Atualmente cursa Ciências Biológicas na Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UniRio). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação dos professores-pesquisadores Ray Luiza Soares Salgado Müller (Mestre em Educação Profissional em Saúde) e Alexander de Carvalho (mestre em Filosofia), ambos do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform). Contato: vicky.gps25@yahoo.com.br.



mamente incomum. A técnica somática é vista como um tratamento médico no qual se tenta resolver uma anomalia já existente.

O método germinativo, que é realizado antes da formação do indivíduo (sendo as modificações necessárias realizadas na fase embrionária), é considerado por muitos estudiosos um risco para as gerações futuras, por apresentar alto índice de mortalidade durante o procedimento.

Com o desenvolvimento das pesquisas acerca da geneterapia e com o aprimoramento do conhecimento sobre a possibilidade de aplicação prática dessas pesquisas, estima-se ser possível uma manipulação sem riscos (ou ao menos com baixos riscos) dos genes de uma pessoa, seja para tratar ou curar uma doença, seja para simples melhoramento genético. Caso fosse adotado o melhoramento genético como foco de aplicação, seria possível – com a utilização da técnica de forma correta – alterar características de uma pessoa, como cor dos olhos ou propensão a determinado tipo físico.

A partir dos estudos das possibilidades de desenvolvimento e aplicação da terapia gênica, bem como de seus riscos laboratoriais e práticos, surgem incessantes discussões sobre suas conseqüências. Esses debates acontecem em torno de riscos puramente fisiológicos – no que diz respeito aos danos puramente físicos, sua segurança quanto aos possíveis erros e efeitos colaterais oriundos da aplicação da técnica – até em relação às conseqüências práticas que giram em torno de toda a sociedade – no que diz respeito aos possíveis danos morais.

O ser humano, membro de uma sociedade composta por diversidades de opiniões, está submetido a limitações morais e regras preestabelecidas em nome de um suposto bem comum. Dito isso, a terapia gênica tem sua aplicação limitada não somente pela não completa garantia de segurança e eficácia quanto a sua aplicação, mas também por discussões e limites éticos que impõem o que pode ou não ser feito com esse conhecimento adquirido.

O objetivo geral desta pesquisa foi avaliar os principais aspectos éticos relacionados ao avanço da engenharia genética. Especificamente, buscamos nos ater aos avanços envolvendo a engenharia genética que dizem respeito aos pontos principais em torno do desenvolvimento da terapia gênica.



A pesquisa realizada neste trabalho teve como objetivo explicitar os avanços do desenvolvimento da terapia gênica e apontar algumas das questões éticas surgidas em decorrência da aplicação dos mesmos, sem pretensão de esgotar qualquer discussão a respeito, limitando-se apenas a revisões bibliográficas de artigos, livros, periódicos e teses já escritas sobre o assunto.

TERAPIA GÊNICA

O primeiro indício de surgimento da engenharia genética aconteceu em 1973, quando Stanley Cohen e Herbert Boyer fizeram a primeira transferência genética registrada: inseriu-se um gene de um sapo africano do gênero *Xenopus* na bactéria *Escherichia coli* (WATSON, 2008).

Genética, do grego *genno* – fazer nascer –, é o ramo da biologia dedicado ao estudo da hereditariedade, dos genes e das diferenças entre os organismos. O monge agostiniano Gregor Mendel é considerado, por mérito, o pai da genética. Nascido em 1822 em uma família de fazendeiros, aos 21 anos entrou para um mosteiro. Em 1856, iniciou experimentos científicos com ervilhas e, como resultado desses experimentos, concluiu existirem elementos autônomos responsáveis pelas características hereditárias.

Mendel, no entanto, não foi pioneiro no que diz respeito ao interesse pelo estudo genético. Embora essa ciência tenha sido nomeada apenas em 1909 pelo biólogo britânico William Bateson, os gregos – dentre eles Hipócrates e Aristóteles – já refletiam e buscavam explicações sobre a hereditariedade. Dos gregos, passando por Mendel, muito foi feito até que se chegasse a Cohen e Boyer, e muitas teorias sobre hereditariedade e técnicas foram desenvolvidas.

A primeira hipótese que se tem notícia sobre hereditariedade é a pangênese, uma teoria criada por Hipócrates¹ – médico e filósofo grego – por

¹ Hipócrates é, ainda, responsável pelo conceito de hereditariedade por caracteres adquiridos, que diz que qualquer mudança ocorrida durante a vida de um indivíduo pode ser transmitida ao seu descendente. Por exemplo, um homem que apresenta um ganho muscular grande nos braços durante a fase adulta por utilizar essa parte do corpo para grandes esforços provavelmente teria um filho com os músculos do braço bem desenvolvidos. Essa hipótese seria desenvolvida, posteriormente, por Jean-Baptiste de Lamarck.



volta de 410 a.C., segundo a qual “a atividade sexual implicava a transferência de miniaturas dos órgãos do corpo” (WATSON, 2008, p. 19). Ou seja, para ele, a transmissão de características hereditárias acontecia como resultado da produção – por todas as partes do corpo – de partículas muito pequenas, uma espécie de “miniórgãos”, chamados gêmulas e que eram transmitidas no curso da reprodução sexuada.

Cerca de um século após a criação da pangênese de Hipócrates, outro filósofo grego, Aristóteles, desenvolveu uma teoria razoável sobre a hereditariedade em que defendia a existência de alguma substância responsável pela herança genética, substância essa que estaria presente presente no sêmen do pai. Aristóteles utilizava o termo “sêmen” como relativo à “semente”. Por essa teoria, Aristóteles rejeitava as ideias vigentes na época, que alegavam causas espirituais e/ou emocionais para explicar as semelhanças entre pais e filhos.

Aristóteles indagou “por que não admitir diretamente que o sêmen origina o sangue e a carne, ao invés de afirmar que o sêmen é ele próprio tanto sangue quanto carne?” (apud BEVERIDGE, 1981, p. 55). Aristóteles tinha ciência da hipótese, ainda aceita na época, da pangênese e a rejeitou, uma vez que a teoria de Hipócrates poderia ser coerente para explicar alguns pontos, mas não todos: um homem com os olhos castanhos provavelmente teria um filho com olhos castanhos, mas se a cor do cabelo, assim como a dos olhos, seria transmitida por gêmulas, como explicar que os filhos de um homem com cabelo grisalho nasçam com o cabelo preto, por exemplo, e não com cabelos grisalhos?

No século XVII, surgiu outra abordagem: o chamado “pré-formismo”. Essa teoria difundia a ideia de que o óvulo ou o espermatozoide (não houve consenso sobre qual deles) contém um indivíduo completo pré-formado – o chamado homúnculo. Ou seja, o indivíduo já estaria formado no interior de um dos gametas e teria apenas que crescer e se desenvolver.

Um ponto interessante do pré-formismo é o que diz respeito às chamadas doenças genéticas. Pela pangênese, as doenças genéticas, assim como qualquer outra característica, seriam transmitidas por meio de gêmulas. No pré-formismo, havia inúmeras justificativas para a existência dessas



doenças: fossem a manifestação da fúria de Deus ou a interferência de demônios, fossem decorrência da falta ou excesso de algo na “semente” paterna ou, até mesmo, efeito de algum “mau pensamento” da mãe durante a gravidez.

Os microscópios da época ainda eram precários e a imagem, de má qualidade; portanto, era difícil a visualização exata do que quer que seja. No início do século XIX, com o aperfeiçoamento dos microscópios, o pré-formismo foi, então, rapidamente descartado, uma vez que não foi encontrado nenhum homúnculo nos gametas.

A teoria da pangênese, no entanto, perdurou, mesmo com o aperfeiçoamento dos microscópios. Ela foi mantida com o argumento de que as gêmulas eram simplesmente pequenas demais para serem vistas, mesmo com um microscópio.

Essa hipótese foi descartada somente quando August Weismann, na década de 1870, realizou um experimento relativamente simples: ele cortou o rabo de algumas gerações sucessivas de ratos. De acordo com a pangênese, os ratos das gerações seguintes deveriam nascer sem a cauda, uma vez que não teriam como produzir gêmulas referentes a essa parte do corpo. Porém não foi o que aconteceu. As gerações seguintes dos ratos nasceram com rabo, mesmo sendo descendentes de várias gerações de ratos mutilados, com o que ficou provado que a pangênese não se aplicava, e, portanto, não poderia ser sustentada.

As especificidades da hereditariedade só seriam entendidas, de fato, por Gregor Mendel. Por volta de 1856, Mendel iniciou uma série de experimentos sobre hereditariedade por meio de um estudo com as ervilhas que cultivava em um canteiro do jardim do mosteiro. Em seus estudos, Mendel notou alguns fatores específicos (mais tarde nomeados “genes” pelo dinamarquês Wilhelm Johannsen) que ocorrem em pares, sendo que os descendentes recebem um de cada genitor.

Após a morte de Mendel, os cientistas, contando com os avanços tecnológicos para estudar a estrutura celular, nomearam de “cromossomo” os corpos finos e compridos presentes no interior do núcleo das células. Edwar Zacharias (1881) provou que os cromossomos contêm o DNA descoberto por Johann Miescher doze anos antes, a partir do estudo do pus humano.



No início do século XX, Walter Sutton, um estudante de medicina da Universidade de Colúmbia, ao estudar os cromossomos usando como objeto de análise uma espécie comum de gafanhotos, percebeu que eles tinham alto grau de semelhança com os elementos autônomos de Mendel e que quase todos eram duplos, mas não todos. Sutton notou que as células sexuais não apareciam aos pares, o que também se assemelhava às descrições de Mendel quanto às células das ervilhas. Paralelamente na Alemanha, Theodor Boveri encontrou os mesmos resultados, por vias independentes de Sutton. Esses estudos levaram à chamada teoria cromossômica da hereditariedade de Sutton-Boveri, ou apenas teoria Sutton-Boveri.

Em 1915, o norte-americano Thomas Morgan publica um livro no qual descreve experimentos com *Drosophila* (a chamada “mosquinha-da-fruta”) e mostra que os genes estão dispostos nos cromossomos. Doze anos depois, Hermann Muller comprova que a exposição de cromossomos a raios X pode resultar em mutações gênicas.

Descobre-se que o DNA está relacionado à hereditariedade em 1944, e Chase e Hershey demonstram que o DNA é a estrutura responsável pela transmissão das características hereditárias, em 1952.

Também em 1952, o britânico Francis Crick e o norte-americano James Watson decifram a estrutura de dupla hélice do DNA, que lhes rendeu o prêmio Nobel de Medicina.

Como dito anteriormente, as pesquisas de Cohen e Boyer marcam o surgimento da engenharia genética. Segundo Candeias, “falar de engenharia genética² é caracterizar um conjunto de processos que permitem a manipulação do genoma de micro-organismos vivos, com a consequente alteração das capacidades de cada espécie” (1991, p. 3).

Em 1978, o suíço Werner Arber e os norte-americanos Daniel Nathans e Hamilton Smith ganharam o prêmio Nobel de Medicina por terem isolado as enzimas de restrição – substâncias capazes de “cortar” o DNA em determi-

² Ainda de acordo com Candeias (1991, p. 3), as técnicas de engenharia genética começaram a se definir no início da década de 1970, com a chamada clonagem molecular. A clonagem molecular é a técnica central da metodologia de DNA recombinante e tem como objetivo obter um elevado número de cópias de um fragmento gênico de interesse que terá diversas aplicações na área da manipulação genética. Essa técnica pode ser realizada de duas formas, *in vivo* e *in vitro*.



nados pontos, de forma precisa – que, juntamente com a ligase (enzima que catalisa reações entre duas fitas de DNA), formam a base inicial da tecnologia do DNA recombinante.³

Iniciou-se, com isso, a chamada era da manipulação genética. A partir desse momento, a engenharia genética passou a cortar e a modificar moléculas de DNA com a utilização de enzimas específicas (WATSON, 2008).

A engenharia genética apresenta inúmeras possibilidades de aplicação. Dentre elas, podem-se destacar aplicações na agricultura – seleção de plantas desejáveis, a partir da alteração do seu genótipo, por exemplo – e na pecuária – produção de vacinas e rações balanceadas com proteínas específicas para o desenvolvimento do animal.

Outra aplicação da engenharia genética é na chamada medicina forense. Tornou-se possível, por exemplo, determinar a paternidade e provar se o DNA encontrado em uma cena de crime pertence ou não ao suspeito por meio do método de identificação de DNA *fingerprinting*.⁴

Dentre as chamadas aplicações terapêuticas da engenharia genética – das quais se pode destacar a produção de insulina artificial –, este trabalho deter-se-á na chamada terapia gênica, ou geneterapia.

Mesmo que a terapia gênica seja uma técnica ainda experimental e em fase de aperfeiçoamento, tratá-la como uma ideia extremamente nova é um equívoco. Segundo Anderson (2011a), as primeiras referências científicas em torno da realização da terapia gênica voltada para humanos são de 1966, tendo como pensadores originais Edward Tatum – microbiologista e bioquímico estadunidense – e Joshua Lederberg – médico estadunidense especializado em biologia molecular.

A década de 1960 foi marcada por discussões acerca do tema, mas todas elas eram apenas aprendizados teóricos sobre um assunto que ainda não se havia desenvolvido na prática.

³ Segundo Pierce (2004) *apud* Andrade (2008), a tecnologia do DNA recombinante é um conjunto de técnicas para localizar, isolar, alterar e estudar segmentos de DNA. O termo recombinante é devido frequentemente tais técnicas serem usadas para combinar o material genético de fontes distintas.

⁴ DNA *fingerprinting* é basicamente a identificação de sequências específicas no DNA humano que são altamente variáveis e, portanto, são características de cada pessoa. Apesar dessa variabilidade que permite a individualização, há semelhanças à medida que o grau de parentesco é mais próximo, o que permite a identificação de filhos, pais, irmãos etc.



Em 1969, Lederberg teve acesso a um artigo na *Lancet* – uma importante revista médica – que descrevia duas irmãs alemãs portadoras de argininemia.⁵ Lederberg tinha convivido por muitos anos com Stanfield Rogers e introduziu-o no assunto do artigo. Rogers era um estudioso do vírus de Shope, causador do papiloma, um tipo de tumor epitelial benigno, numa espécie de coelho, que, após o estudo, percebeu que os animais infectados com esse vírus tinham diminuição do nível de arginina do sangue, aparentemente sem outros efeitos colaterais.

Na década seguinte, Rogers administrou o vírus de Shope nas duas meninas alemãs. Foi o primeiro experimento de terapia gênica registrado. Ele descreveu essas experiências, em 1975, na Academia de Conferências Científicas de Nova York, em um trabalho intitulado “Questões éticas e científicas levantadas para usos humanos da genética molecular” (ANDERSON, 2011a, p. 4). Ele escreveu:

Essas crianças eram epiléticas, espásticas, grosseiramente retardadas e progressivamente tornando-se pior. Tendo em conta as experiências de laboratório de quase quarenta anos antes, parecia valer à pena correr o risco (que não tinha razão de acreditar que existisse, de qualquer forma) de administrar o vírus para as crianças na esperança de substituir suas enzimas geneticamente defeituosas. Como o uso das informações genéticas de um vírus para substituir aquelas perdidas devido a uma deficiência nunca tinha sido tentado antes, um cuidado extremo foi usado. As crianças com argininemia receberam uma dose de vírus que havia sido purificado com cloreto de céσιο e foi demonstrado por meio de uma microscopia eletrônica que continha apenas o vírus de Shope. Estudos imunológicos em culturas de células não revelaram qualquer outro vírus ou efeitos nocivos [...]. (ROGERS apud ANDERSON, 2011a, p. 5; minha tradução)

⁵ Também chamada deficiência de arginase, é uma herança autossômica recessiva, distúrbio do ciclo da ureia, em que uma deficiência da enzima arginase provoca um acúmulo de arginina (um dos aminoácidos componentes das proteínas dos seres vivos) e de amônia no sangue.



Por diversas razões técnicas e legais, uma dose “terapêutica” do vírus (que teoricamente corresponderia à cura da doença) não foi administrada. A repercussão do caso (que não obteve sucesso) foi grande, e Rogers não voltou a se envolver com experimentos em humanos. Segundo Nardi, Teixeira e Silva:

O conhecimento dos genes responsáveis por características normais ou patológicas permite a plena aplicação dos princípios da medicina genômica, que deverá modificar os procedimentos médicos no diagnóstico e tratamento de várias doenças e onde se inclui a terapia gênica. (2002, p. 110)

A manipulação do genoma ainda é uma área muito rudimentar da medicina, sendo praticada, principalmente, em laboratórios de pesquisa com sua aplicação experimentalmente restrita (LINDEN, 2010). A expectativa dos cientistas é que, assim como na área comercial – onde já há produtos sendo vendidos, aprovados para uso médico (PEARSON et al., 2004) –, “a liberação de protocolos e manipulação do genoma para a prática médica e o respectivo mercado de biológicos avancem cautelosamente ao longo dos próximos anos” (LINDEN, 2010, p. 31).

No que diz respeito às técnicas laboratoriais, a geneterapia pode ser aplicada sob duas formas: em métodos somáticos (utilizado para tratar doenças provenientes de células adultas de distintos tecidos, todos os que não envolvem a produção de gametas) ou germinativos (utilizado em células gaméticas, aquelas com potencial reprodutivo).

De acordo com Anderson (2011b, p. 1), existem três categorias de terapia gênica somática: *ex vivo*, *in vivo* (as duas grandes categorias principais) e *in situ*.

No procedimento *ex vivo* (ou *in vitro*), as células são removidas do corpo e faz-se cultura das mesmas. Usam-se vetores para inserir nelas o gene isolado e, por infusão,⁶ as células tratadas são devolvidas ao organismo. Esse procedimento é feito, geralmente com células do sangue – porque são mais fáceis e remover e retornar ao organismo –, mas, em determinados casos, escolhem-

⁶ Ato de administração de fluidos.



se células específicas. Por exemplo, no tratamento da hemofilia, é preferível usar células de um tecido que possibilite a liberação do fator de coagulação no sangue e, por isso, o uso de células do fígado mostra-se mais apropriadas (ANDERSON, 2011b; AZEVÊDO, 1997; MENK e VENTURA, 2007).

No *in vivo*, o gene isolado para suplantiar a ação do gene defeituoso é levado diretamente ao organismo do paciente. Não há exemplos clínicos desta categoria ainda, mas caso a terapia gênica cumpra sua promessa como uma opção terapêutica, procedimentos *in vivo* devem ser desenvolvidos (ANDERSON 2011b; AZEVÊDO, 1997).

Na categoria *in situ*, o vetor é colocado diretamente nos tecidos afetados. Pode significar uma categoria intermediária entre *in vivo* e *in vitro*.

A aplicação da terapia gênica pode ser dividida em “modalidades”. Tanto doenças hereditárias como as adquiridas podem ser tratadas pela geneterapia. Como já apresentado, o alvo inicial principal eram as doenças monogênicas, mas há possibilidades de aplicação da técnica nas chamadas doenças complexas, bem como em tumores e por meio das vacinas de DNA.

As doenças monogênicas – também chamadas de doenças mendelianas – são relativamente raras, mas, em números, atingem um grande quantitativo mundial. Em parte, as doenças monogênicas são as relativamente mais simples de serem tratadas pela geneterapia: como são resultado da mutação de apenas um gene específico, após a localização deste, a introdução de um gene de funcionamento normal que suprimisse a ação anômala, poderia reverter o quadro clínico.

Atualmente, entretanto, a maioria dos experimentos clínicos da geneterapia está voltada para as chamadas doenças complexas, as quais não são causadas por um único gene, muitas das quais são adquiridas durante a vida. Essas são as comumente chamadas doenças complexas, poligênicas ou multifatoriais (porque são transmitidas “em famílias” – ou seja, são, de certa forma, hereditárias –, mas não apresentam os padrões de transmissão mendelianos), e as mais conhecidas são doenças cardíacas precoces, diabetes e asma. Nesses casos, não há cura por meio de procedimentos genéticos, apenas tratamentos paliativos, feitos por intervenções que visam *somente* o não desenvolvimento da doença.



Essas intervenções podem ser baseadas no conhecimento de determinantes genéticos de suscetibilidade ou gravidade, ou na oportunidade de alterar mecanismos fundamentais ou a fisiologia das células, dos órgãos ou sistemas dos pelas doenças (FLOTTE, 2007 apud LINDEN, 2010). As principais estratégias são aumentar a resistência celular, estimular sistemas de reparo ou regeneração, ou ainda recompor características funcionais específicas de determinados sistemas orgânicos, mediante modulação de genes não necessariamente associados à causa da doença (BAGLEY et al., 2008; LUNDBERG et al., 2008).

Existem, ainda, as doenças infecciosas, sobre as quais os genes também exercem efeito. Embora a maioria das doenças infecciosas tenha como causa a exposição ambiental, devido a micro-organismos específicos, os genes podem ser responsáveis pela maior ou menor suscetibilidade ou resistência às infecções microbianas ou determinar as manifestações clínicas dessas infecções.

No caso dos cânceres, o gene terapêutico tem um caráter diferente: a eliminação das células tumorais. É o caso no qual se tem as maiores possibilidades de aplicação da terapia gênica na clínica em curto prazo. Esse procedimento se dá em duas vias: primeiro, o gene inserido interage de forma que gere produto prejudicial às células tumorais, que atinge apenas o tumor, e, em outra via, este gene busca despertar a resposta imune contra o tumor, eliminando-o (MENK e VENTURA, 2007).

Há ainda as vacinas de DNA. Menk e Ventura explicam sua composição e modo de atuação:

Elas são compostas pela clonagem do gene de um antígeno⁷ proveniente de um patógeno,⁸ em um plasmídeo bacteriano. Isso possibilita obter esse plasmídeo em grande quantidade a partir do cultivo de bactérias e purificá-lo (DNA apenas).

Ao ser injetado num tecido, a parte eucariótica desse plasmídeo expressa a proteína antigênica e gera uma resposta imune, de for-

⁷ É uma substância ou molécula que, quando introduzida no corpo, desencadeia a produção de um anticorpo pelo sistema imunológico, que então o mata ou neutraliza-o, já que é reconhecido como um invasor ao organismo, potencialmente prejudicial.

⁸ Agente infeccioso – vírus, bactéria ou fungo – que causa doença a seus hospedeiros.



ma similar a uma vacina normal composta por antígenos proteicos. No caso das vacinas de DNA, no entanto, descobriu-se que algumas delas, além de despertar uma resposta imune que protege o indivíduo contra uma infecção futura (prevenção), podem também atenuar a sintomatologia de uma infecção em andamento, atuando como uma vacina terapêutica. (2007, p. 54)

Tanto para as células somáticas quanto para as germinativas, em inserção *in vivo* ou *in vitro*, há a necessidade de utilização de vetores para a inserção do gene funcional no organismo. Isso porque a membrana plasmática de células eucarióticas, como forma de proteção ao organismo, apresenta uma série de formas de impedir a entrada de substâncias estranhas à célula e torna difícil a ocorrência alterações errôneas durante o metabolismo celular.

O vetor ideal possui algumas características altamente desejáveis, entre as quais podemos destacar as seguintes: capacidade de acomodação de um transgene⁹ de tamanho ilimitado, baixa imunogenicidade¹⁰ e citotoxicidade,¹¹ expressão estável do transgene, direcionamento para tipos específicos de células ou tecidos, baixo custo, fácil produção e manipulação e ainda possibilidade de regular a expressão do gene exógeno no tempo e/ou na quantidade. Até o presente momento, este vetor não pode ser [...] obtido. (NARDI, TEIXEIRA e SILVA, 2002, p. 111)

Os vetores mais utilizados são os plasmídeos (que apresentam uma atuação limitada) e os vírus. Plasmídeos são sequências simples de DNA, presentes em bactérias, nas quais é possível inserir um gene terapêutico por técnicas de DNA recombinante (VOSS, 2007). Segundo Nascimento et al. (1999, p. 13), para que um plasmídeo seja um bom vetor, deve possuir algumas características específicas, dentre elas “possuir um gene que codifica um produto que distingue a célula transformada da célula não transformada”.

⁹ É um gene resultante da transferência (natural ou decorrente de alguma técnica de manipulação genética) de um determinado gene ou material genético de um organismo para outro.

¹⁰ Imunogenicidade é a propriedade de ser imunogênico, ou seja, de ter resistência natural (ou adquirida) a um agente infeccioso ou tóxico. No caso dos vetores, o agente em questão é o gene inserido em seu organismo.

¹¹ Capacidade de ser citotóxico, ou seja, apresentar toxicidade para células.



Para vencer a resistência das células à introdução de plasmídeos, é preciso fragilizar a membrana celular. Isso pode ser feito por diversos métodos, mas os mais comuns são o emprego de choques elétricos ou substâncias que fragilizam quimicamente a membrana celular (LINDEN, 2008).

Essas técnicas são, entretanto, muito limitadas, sendo o emprego de vetores plasmidiais restrito a algumas circunstâncias, tais como sua introdução por injeção intramuscular, como no caso das vacinas de DNA, já descritas anteriormente.

Em contrapartida, os vírus¹² são microrganismos especializados exatamente em invadir células e, portanto, não há grandes problemas para utilizá-lo como vetor no que diz respeito à eficácia de introduzir material genético em outro organismo.

Do balanço entre riscos e vantagens de cada tipo de vetor viral, os mais comumente utilizados (devido à maior eficácia no processo) são o retrovírus, o adenovírus ou o adenovírus associado. Por serem vírus patogênicos, na construção dos vetores a parte viral patogênica é removida, por medida de segurança. Além disso, todos os sistemas virais utilizados trabalham com vírus deficientes em replicação (ROMANO, 2000 apud NARDI, TEIXEIRA e SILVA, 2002).

Os retrovírus são os preferidos nas experiências clínicas em terapia gênica por apresentarem algumas vantagens em relação aos outros, como integração eficiente ao genoma da célula e sistema muito conhecido e estudado.¹³ Porém, seu uso é restrito à terapia *in vitro*, por possuírem baixa taxa de eficiência na categoria *in vivo*¹⁴ e por infectarem exclusivamente as células que se dividem,¹⁵ além de apresentarem risco de reversão ao tipo selvagem¹⁶ (AZEVEDO, 1997; DANI, 2010).

¹² Os vetores virais podem ser fragmentos de DNA de vírus contendo o DNA a ser transferido ou mesmo a partícula viral formada por proteínas virais empacotando um DNA viral modificado de maneira a tornar o vetor menos tóxico, menos patogênico ou não patogênico (DANI, 2010).

¹³ Essa é uma característica muito importante para as práticas laboratoriais, já que, caso haja algum problema no decorrer do processo, é mais fácil sua resolução por conhecer em seu funcionamento.

¹⁴ Dani (2000, p. 4) diz que há "baixa taxa de entrega *in vivo*", ou seja, a eficiência de entrega da carga genética quando feita dentro do próprio organismo não é satisfatória, podendo ocorrer falhas no processo.

¹⁵ A localização do momento exato de divisão celular é mais facilmente visível fora do corpo do organismo.

¹⁶ O que poria o organismo a receber a carga genética em risco, já que o vírus em questão ficaria fora de controle. Esta possibilidade é uma das principais preocupações dos pesquisadores e instituições de vigilância em saúde pública.



Não obstante, a integração dos retrovírus com o genoma humano não ocorre somente por meio de prática laboratoriais, mas também ao acaso. Esse fato é também preocupante, pois existe, entre outras, a possibilidade de transformação neoplásica¹⁷ de células do paciente por mutagênese insercional.¹⁸ Contudo, experiências demonstram que esse risco é baixo.

Contrariamente aos retrovírus, os adenovírus representam preocupações relativamente em menor escala, mas também apresentam significativa menor eficácia como vetores. O fato de poderem infectar qualquer tipo de célula constitui vantagens. Por outro lado, apresentam a grande desvantagem de conterem genes com potencial de estimular resposta imune no paciente e, conseqüentemente, efeitos adversos (AZEVEDO, 1997).

Algumas características desfavoráveis dos vetores adenovirais e retrovirais levam, em alguns casos, ao uso de vetores alternativamente indicados para contornar esses problemas. Esses vetores são baseados no vírus adenoassociado (AAV, do inglês, *adenoassociated virus*), um pequeno vírus que possui uma única molécula de DNA fita simples (AZEVEDO, 1997). O AAV é chamado de dependovírus, porque somente é capaz de se replicar em uma célula na presença de um vírus auxiliar que lhe forneça os fatores auxiliares essenciais para sua replicação (DANI, 2010).

O AAV tem despertado grande interesse como um vetor potencial para transferência de genes em tentativas de terapia gênica humana. Isso ocorre por apresentarem algumas características bastante favoráveis, dentre elas o fato de não possuírem nenhuma relação com doenças humanas, mas, em contrapartida, o poder de infectar de uma ampla gama celular derivada de diversos tecidos quando manipulados com essa finalidade. Além disso, podem ser aplicados em células que se encontrem em processo de divisão ou não (DANI, 2010).

Segundo Nardi, Teixeira e Silva (2002), os métodos de transferência gênica são comumente divididos em três grandes grupos: os métodos físicos, os métodos químicos e os métodos biológicos.

¹⁷ Neoplasia é um conjunto de doenças caracterizadas pelo crescimento anormal e em certas situações pela invasão de órgãos à distância.

¹⁸ Mutação causada pela introdução de sequências estranhas de DNA.



A escolha do método a ser empregado é feita de acordo com a patologia, a célula ou tecido-alvo, o tamanho e tipo de transgene a ser expresso e o tempo e quantidade de expressão que se deseja obter, entre outros fatores. (2002, p. 111)

Os métodos físicos – onde o transgene é introduzido na célula de forma mecânica – são mais utilizados para a introdução de plasmídeos em células. Os métodos físicos mais conhecidos são a microinjeção, a eletroporação e a biolística. A microinjeção é um dos métodos mais antigos e com menor utilização prática nos dias de hoje. Consiste na introdução de uma pequena quantidade de DNA diretamente no núcleo da célula-alvo com o auxílio de um aparelho denominado micromanipulador. A vantagem de precisar de uma pequena quantidade de DNA para sua execução e de ser um método relativamente simples é suprimida pela realidade de que o sucesso alcançado por essa prática é baixo, de que a operação do micromanipulador é delicada (e, por isso, depende de profissionais estritamente qualificados) e de que o número de células que podem ser transformadas é muito pequeno.

A eletroporação consiste na aplicação de pulsos elétricos curtos de alta voltagem nas células que estão em contato com uma solução de DNA plasmidial. Esses “choques” promovem a formação de poros na membrana celular, permitindo que macromoléculas – no caso as moléculas de DNA – migrem através desses poros (NARDI, TEIXEIRA e SILVA, 2002; IORIO, DI STASI e BORGES, 2007). As aplicações práticas variam desde transferência genética para plantas, bactérias, leveduras, até transporte de quimioterápicos.

Na biolística, microesferas (de ouro ou tungstênio) cobertas com DNA são aceleradas por um gás que as projeta contra as células, auxiliando a entrada de DNA no núcleo destas. Apesar de eficiente, essa técnica apresenta um alto índice de morte celular (NARDI, TEIXEIRA e SILVA, 2002). Devido aos amplos agravantes de uso, esses sistemas físicos, ao invés de serem utilizados como métodos diretos, atualmente vêm sendo utilizados para o desenvolvimento das vacinas de DNA.

Já os métodos químicos – onde o vetor é alguma substância de origem química – utilizam-se das características do DNA e das membranas celulares para, com a utilização de compostos químicos, garantirem a entrada



de material genético nas células. Em geral, os compostos utilizados são os chamados catiônicos, ou seja, aqueles que possuem carga total positiva.

Entre as vantagens, podem-se citar a simplicidade e a baixa imunogenicidade. Em contrapartida, apresenta níveis de eficiência variáveis e de difícil previsão, com instabilidade em sua expressão (NARDI, TEIXEIRA e SILVA, 2002).

Os métodos biológicos consistem no emprego de organismos que naturalmente possuem a capacidade de transferir material genético, que são os vetores plasmidiais e virais já descritos anteriormente.

Como toda nova proposta de tratamento, a terapia gênica deve ser testada em protocolos pré-clínicos e em protocolos clínicos que se desenvolvem em uma série de etapas ou fases.

PROTOCOLOS CLÍNICOS E PRÉ-CLÍNICOS PARA TERAPIA GÊNICA

Protocolos clínicos são recursos de tecnologia em saúde classificados como lógicos ao lado dos recursos humanos, físicos ou materiais (SCHNEID, 2003). Há quem os considere “instrumentos com o objetivo de atenuar a variabilidade de conduta clínica e garantir um atendimento mais qualificado ao paciente” (MAHMUD, 2002, p. 7).

Outros consideram que o “benefício esperado para a saúde do ser humano em função do avanço da tecnologia nas últimas décadas encontra-se comprometido”, e isso se deve à “limitação dos recursos e pela dificuldade para sistematizar de forma racional a disponibilização e a distribuição desses recursos”, devido ao rigor dos protocolos (SCHNEID, 2003).

Independente da opinião defendida, o fato é que, segundo Menk e Ventura (2007, p. 52), a “relativa facilidade de manipulação dos vetores genéticos derivados de vírus e o aumento na capacidade de se isolar genes humanos geraram expectativas de avanço rápido nesse tipo de terapia e muita excitação na mídia e mesmo nas pesquisas na área”.



Esse entusiasmo inicial, no entanto, não foi confirmado, e vários problemas foram encontrados em protocolos clínicos de terapia gênica realizados em seres humanos, o que deixou claro que ainda temos uma longa estrada a percorrer antes que o emprego dessa tecnologia possa ser incorporado de forma mais genérica ao dia-a-dia dos hospitais. No entanto, avanços claros têm sido conseguidos, e novas abordagens têm ampliado o espectro de ação da terapia gênica, abrindo novos horizontes de uso. (MENK e VENTURA, 2007, p. 52)

Oficialmente, o primeiro protocolo clínico para terapia gênica foi aprovado em setembro de 1990 e, desde então, em 21 anos, o número de protocolos aprovados aumentou significativamente.

Como já dito, os protocolos pré-clínicos e protocolos clínicos se desenvolvem em uma série de etapas ou fases. De acordo com o disponibilizado no sítio da Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica, um ensaio clínico é uma pesquisa científica que pretende responder uma pergunta sobre determinada intervenção que deve ser controlada a fim de avaliar-se sua segurança e eficácia.

Antes de começar a testar novos medicamentos ou tratamentos em seres humanos, as substâncias ou técnicas são testadas em laboratório e em animais de experimentação. Esta é a chamada fase pré-clínica, ou fase não clínica. O principal objetivo desta fase é verificar como a medicação ou técnica se comporta em um organismo.

Após o fim da fase pré-clínica, inicia-se a fase clínica, que é a fase de testes em seres humanos, que é dividida em quatro fases principais sucessivas, e somente após o término de todas as fases é que o produto (medicamento, técnica ou o que quer que esteja sendo testado) pode ser disponibilizado para uso. No caso da terapia gênica, os protocolos são requeridos cada vez que sua aplicação se direciona para uma doença diferente.

A primeira fase testa a terapia pela primeira vez com o objetivo desejado, com a função de avaliar a segurança do produto investigado. Se o procedimento se mostrar seguro, passa-se, então, para a fase II.



Nessa, o objetivo é avaliar a eficácia da técnica, isto é, se ela funciona com o objetivo proposto, ou seja, para tratar determinada doença, e também obter informações mais detalhadas sobre a segurança – reações adversas, toxicidade. Somente se os resultados forem satisfatórios o estudo clínico passa para a próxima fase.

Na fase III, o novo tratamento é comparado com o tratamento padrão existente, caso exista. Geralmente, os estudos desta fase são randomizados, isto é, os pacientes são divididos em dois grupos: o grupo controle (recebe o tratamento padrão) e o grupo investigacional (recebe a nova medicação).

Algumas vezes, os estudos fase III são realizados para verificar se a combinação do novo tratamento com o padrão (caso exista) é favorável, ou se o ideal seria a completa substituição pelo tratamento em desenvolvimento.

A fase IV é utilizada para confirmar que os resultados obtidos na fase anterior são aplicáveis em todas as situações, ou apenas em alguma específica. Permitem acompanhar os efeitos dos medicamentos a longo prazo.

Após esgotadas todas as fases do ensaio clínico, o protocolo é aprovado ou não, com base nos resultados obtidos. Nardi, Teixeira e Silva (2002) expõem que a maior parte dos estudos em andamento atualmente encontra-se, ainda, na fase I, ou seja, sua segurança está sendo testada.

As questões que surgem acerca da aplicação da terapia gênica vão além da segurança (ou falta dela) que ronda as práticas com vetores, incluem também debates morais sobre suas aplicações.

BIOÉTICA E TERAPIA GÊNICA: ALÉM DA DEFINIÇÃO TERAPÊUTICA

Falar em ética é se referir à “condição para que possamos viver e conviver em sociedade, respeitando o diferente e nos responsabilizando por nossas próprias escolhas” (BUENO, 2007, p. 4), “um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, historicamente produzidos, cujo objetivo é balizar as ações humanas” (FERREIRA et al., 2000).



Valls (1994) aponta que, didaticamente, costuma-se separar os problemas teóricos da ética em dois campos: os problemas gerais, que constituem as bases de quaisquer discussões (por exemplo, a liberdade e o direito à vida), e os problemas específicos, de aplicação concreta. Nesse campo, encontram-se problemas como os da ética profissional, política, sexual, de pesquisa.

Em relação ao segundo campo, Dias destaca que, no que diz respeito à aplicação prática dos conceitos éticos, “seria importante refletir sobre uma nova ética, uma ética preocupada não apenas com o comportamento humano, mas uma ética também preocupada com a vida em geral: a bioética” (s.d., p. 5). Segundo Henk:

A bioética [...] trata de temas específicos como nascer/não nascer (aborto), morrer/não morrer (eutanásia), saúde/doença (ética biomédica), bem-estar/mal-estar (ética biopsicológicas) e se ocupa de novos campos de atuação do conhecimento, como clonagem (ética genética), irresponsabilidade perante os pósteros (ética de gerações), depredação da natureza extra-humana circundante e agressões ao equilíbrio sistêmico das espécies (ecoética), e assim por diante. Dentre as diversas práticas da bioética destacam-se atividades terapêuticas em sentido amplo. Todo e qualquer exercício das relações profissionais de médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos, nutricionistas, biólogos, fisioterapeutas e demais técnicos especializados em saúde e doença, bem como os usuários das novas técnicas biomédicas e farmacológicas tornam-se destinatários do discurso bioético e ficam, também na condição de pacientes, devendo respostas à bioética. (2005, p. 124)

Ainda de acordo com Henk, “a bioética nos familiariza com o genoma humano, [...], a fecundação *in vitro*, [...], a escolha e predeterminação do sexo, a reprodução assistida, a clonagem humana, o descarte de embriões não menos do que com pacientes terminais” (2005, p. 124).

Etimologicamente, bioética significa “ética da vida”. O termo teve origem com Van Rensselaer Potter, em seu livro *Bioethics: bridge to the future* (1971), sendo definida como “a ciência da sobrevivência humana”, conceito



este utilizado em contexto institucional primeiramente por André Hellegers, na Universidade de Georgetown.

Bioética é um neologismo derivado das palavras gregas *bios* (vida) e *ethike* (ética). Pode-se defini-la como o estudo sistemático das dimensões morais – incluindo visão, decisão, conduta e normas morais – das ciências da vida e do cuidado da saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas num contexto interdisciplinar. (REICH apud PESSINE, 2002, p. 17)

Clotet diz que “a bioética tenta focalizar a reflexão ética no fenômeno da vida [...], trata de questões relevantes para a pessoa e a humanidade” (1997, p. 1). De maneira geral, essa afirmação parece intuitiva: ora, se bioética é a ética aplicada à vida, definida pelo próprio criador do conceito como algo que deve ser aplicado em benefício do homem e de sua sobrevivência e, logo, de sua vida, a colocação de Clotet não se mostra como uma afirmação problemática.

O ser humano, enquanto membro de uma sociedade composta por diversidades de opiniões, está submetido a limitações morais e regras preestabelecidas em nome de um suposto bem comum. Sendo assim, a terapia gênica tem sua aplicação limitada não somente pela não completa garantia de segurança e eficácia de sua aplicação, mas também por discussões e limites éticos que impõem o que pode ou não ser feito com esse conhecimento adquirido.

Os problemas decorrentes das decisões acerca do desenvolvimento da genética¹⁹ são muitos e diversos. Entretanto, dois serão destacados: o primeiro diz respeito à responsabilidade moral e os limites do conhecimento genético contemporâneo e o segundo, a questões éticas sobre o controle da hereditariedade.

Longe da intenção de esgotar as discussões acerca de algum dos temas, a seguir serão apenas pontuadas as questões pertinentes para que se reflita sobre os assuntos.

O primeiro problema refere-se ao fato de a aplicação dos conhecimentos poder ferir o princípio ético da responsabilidade. Responsabilidade,

¹⁹ Tópicos destacados por Chauí, 2006, p. 341.



etimologicamente, do latim *respondere*, significa ser capaz de comprometer-se. Sobral diz que “o termo ‘responsabilidade’ une o responder pelos próprios atos, o responder por, e a responsividade, o responder a alguém ou a alguma coisa” (2009, p. 124).

Falar em responsabilidade moral significa propor uma situação em que haja um agente consciente com relação aos atos que pratica voluntariamente e sobre o qual deve recair a responsabilidade por esses (GREGÓRIO, 1999).

Marcuse relaciona, então, especificamente ao conhecimento científico, e diz que “a ciência (isto é, o cientista) é responsável pelo uso que a sociedade faz da ciência; o cientista é responsável pelas consequências sociais da ciência” (2009, p. 159).

Ainda no âmbito da responsabilidade científica, Lacey coloca a seguinte questão: “o que está atualmente envolvido nas responsabilidades dos cientistas?” (2008, p. 297).

De que maneira a pesquisa científica deve ser conduzida de modo a assegurar que a natureza seja respeitada, – que suas potencialidades regenerativas não sejam ulteriormente solapadas, e que sejam restabelecidas onde quer que seja possível – e que o bem estar de todos, em todos os lugares, possa ampliar-se? (LACEY, 2008, p. 297)

Lacey fala em garantir o respeito à natureza. Modanese explica:

[...] definir ou conceituar natureza não é algo tão simples; pois não se refere apenas às coisas, bichos, plantas, rios ou relevo, mas também à maneira como vemos essas coisas integradas a um conceito que nós criamos e relacionamos à totalidade, a qual chamamos natureza. Por outro lado, como tudo aquilo que é da iniciativa humana é também parte integrante da natureza, não haveria problemas em admitir-se que várias naturezas têm se sucedido ao longo da história da humanidade. (2011, p. 4)



Retomando, então, a questão da responsabilidade moral, no que diz respeito à responsabilidade para com a natureza²⁰ destacada por Lacey, surge o que chamamos de ética ambiental. Trata-se de uma ampliação da ideia de ética, referindo-se à maneira de o homem agir em relação à natureza, e torna-se válida – dentro dos padrões da sociedade pós-Revolução Industrial – na medida em que a preservação da vida humana apenas torna-se possível quando inserida no contexto de preservação da vida de todos os seres vivos.

Chauí exemplifica essa ideia com os chamados transgênicos, e diz:

Tendo em vista a proliferação dos vegetais transgênicos [...] e o abandono da biodiversidade natural em proveito de espécies únicas, não podemos deixar de levantar a hipótese de alterações ambientais que provoquem a extinção de várias dessas espécies únicas com efeitos gigantescos não somente sobre a vida humana (fome, miséria, doenças, mortes), mas sobre todo o planeta. (2006, p. 342)

Ou seja, a manipulação desses vegetais pode ser favorável na medida em que apresenta alguns benefícios, por exemplo, a possibilidade da inserção de algum componente nutricional favorável e o fato de garantir maior estabilidade dos custos de produção (já que pode se manipulado de modo a evitar ataques de pragas).

Mas, a partir do momento em que a produção de transgênicos torna-se predominante e há o abandono da biodiversidade natural – ou seja, há o abandono nas chamadas sementes crioulas²¹ – começa o perigo. Os organismos geneticamente modificados (OGMs), quando feitos, são criados de modo a se adaptar a um determinado ambiente, com, por exemplo, condições climáticas específicas.

Em caso de alguma mudança drástica nas condições ambientais, esses transgênicos não vão mais poder ser utilizados da maneira como foram feitos, e, como as sementes crioulas não mais são utilizadas, possivelmente surgirão os problemas destacados por Chauí (2006).

²⁰ Natureza enquanto ambiente no qual há relação entre o homem e o que não foi mutado por ele.

²¹ Semente nativa, livre de quaisquer modificações genéticas, típica de determinada região.



Neste ponto, então, começamos a falar em limites para o conhecimento genético, não somente para as plantas. Voltando à terapia gênica, com a possibilidade de manipulação de seres humanos, a questão a ser levantada é: quais os limites para essa manipulação, quando falarmos em seres humanos?

Se fica acordada a superioridade dos homens em relação às outras espécies, e no que diz respeito aos vegetais as consequências são tão grandes, deve ser pensado o que aconteceria caso as manipulações fossem feitas sem limites éticos impostos.

As espécies transgênicas, quando não restringidas, são um perigo para a biodiversidade planetária e para a vida. A diversidade genética (ou biodiversidade) tanto nas espécies humanas como nos animais e vegetais é um recurso planetário precioso que deve ser preservado e controlado.

Quanto ao segundo problema, falar sobre controle da hereditariedade diz respeito, especificamente, à terapia gênica germinativa, e será dividido em dois pontos, um científico e um moral.

Como já explicado, a terapia gênica germinativa possibilita que haja a manipulação de características de um ser humano antes de seu nascimento, tanto no que diz respeito ao reparo ou substituição de um gene com mutação que causará uma doença, por vezes, fatal, quanto ao que diz respeito a manipular características meramente físicas, como porte físico ou cor dos olhos.

Falar em doença implica em entender o que é saúde. O problema em questão seria que a genética – assim como qualquer outra ciência – não possui definição do que pode ser considerado doença, o que deixaria sujeito à interpretações próprias das partes interessadas sobre o que pode ser tratado.

Um exemplo disso é encontrado na Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos – da teoria à prática. Esse documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (1997) apresenta um ponto que deve ser ao menos citado: a saúde no que diz respeito ao seu conceito.

No decorrer dos 25 artigos, a palavra “doença” aparece quatro vezes e “saúde”, seis, em todas elas sem uma definição precisa, em termos como



“estado de saúde”, “direito à saúde” e “saúde pública”. Em nenhuma dessas aparições estes termos são esclarecidos e conceituados. Essa não conceituação do que deve ser tratado como âmbito da saúde é um problema porque há uma grande discrepância entre o conceito estrito – que trata saúde meramente como ausência de doença – e o conceito ampliado de saúde, definido na Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS) – que diz que “saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade”. Não há, igualmente, qualquer conceituação do termo “doença”.

Sendo assim, como se daria a aplicação da terapia gênica germinativa sem o devido esclarecimento sobre o que pode ser tratado como doença e o que deve ser considerado apenas melhoramento genético?

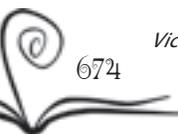
A dificuldade de definir o que é terapia e o que é melhoramento fica mais facilmente visível ao tentar definir a seriedade de uma doença genética. Segundo Frias:

Embora, em geral, se considere que melhoramentos sejam menos decisivos para a determinação do bem-estar, há casos em que evitar uma doença ou defeito genético pode ser menos importante para o bem-estar do que garantir um melhoramento. Por exemplo, se fosse possível selecionar embriões cujo sistema imunológico tivesse um funcionamento acima do normal, isso seria mais importante para seu bem-estar do que evitar disfunções menos sérias, como polidactilia, miopia, calvície etc. (2010, p. 248)

Diante de tantas dificuldades colocadas pela distinção entre terapia e melhoramento, seria interessante descobrir princípios capazes de dizer quando algo pode ser considerado passível de tratamento por terapia gênica germinativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terapia gênica é uma ciência jovem, uma técnica promissora, mas ainda não amadureceu o suficiente para poder ser testada em larga es-



cala. Apesar do progresso alcançado, as tentativas da terapia são ainda escassas para que se possa falar em sucesso do ponto de vista clínico. O sucesso da terapia gênica permanece como uma perspectiva para um futuro próximo.

Para isso, deve se ter o propósito de aprimorar o conhecimento biológico da base do método de terapia gênica, e isso envolve o aprimoramento dos métodos laboratoriais até o esclarecimento dos efeitos funcionais do gene anômalo que se pretende substituir e/ou silenciar. Isso porque esta técnica, se comprovado seu sucesso, pode se tornar uma ferramenta efetiva nas mãos dos médicos, em prol da melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

O desenvolvimento ou não da terapia gênica depende não somente da quebra das barreiras de conhecimento acerca da genotipagem humana, mas também da possibilidade de aplicação das descobertas advindas das pesquisas. É necessário, portanto, ter conhecimento sobre todos os aspectos referentes à técnica para que se possa ponderar, entre benefícios e malefícios, que medidas devem ser tomadas sobre sua aplicação.

Ou seja, para seu completo sucesso, não se pode pensar apenas no âmbito biológico que cerca a técnica. Certamente o aperfeiçoamento técnico é essencial para que a geneterapia seja aceita e passe a ser utilizada como opção de tratamento. Mas a regulamentação acerca desta também é de fundamental importância para que seu uso seja feito de modo a apresentar o menor risco possível.

Como toda questão que envolva diretamente a manipulação da vida humana, surgem grandes problemas em torno da terapia gênica. Os debates são importantes para que haja essa regulamentação. Os pontos apresentados neste trabalho não chegam perto de abordar toda a extensão de assuntos em torno deste método, mas a partir deles pode-se ter uma base para iniciar discussões.

As questões que aqui foram brevemente abordadas tratam de problemas acerca das dificuldades de aplicação de qualquer conhecimento pela exigência de eficácia e de prováveis problemas sociais que seriam ocasionados caso não houvesse regulamentação de poder sobre as descobertas.



Tratam, ainda, da responsabilidade moral acerca das pesquisas e do risco de enquadrar os seres humanos em alguma categoria predefinida.

Deve-se levar em conta que a bioética não deve limitar-se a aspectos científicos, envolvendo, também aspectos culturais, sociais, econômicos, ético-morais, políticos e legais. Com isso, pode-se perceber que o desenvolvimento ou não da terapia gênica depende não somente da quebra de barreiras de conhecimento acerca da genotipagem humana, mas, sobretudo, da deliberação sobre as consequências de sua aplicação segundo os aspectos acima citados.

Como para uma boa deliberação é preciso ter clareza previamente sobre os termos sobre os quais esta se incide, as discussões sobre esse tema muito dificilmente se esgotarão, já que sempre aparecerá uma ideia nova, um outro argumento, e é provável que não haja consenso.

Em relação aos pontos apresentados neste trabalho, as questões levantadas permitem algumas colocações. Primeiramente, deve-se impedir a simplificação de termos que estabelece uma relação entre os comportamentos das pessoas e supostos anomalias no DNA humano. Isso porque, caso isso aconteça, passa-se a considerar que certos comportamentos são preestabelecidos e irreparáveis, e retoma-se uma antiga segregação social, com uma base supostamente científica, que divide os homens entre bons e maus evolutivamente.

A transferência de genes deve ser considerada zona de perigo e não deve ser realizada deliberadamente, ainda porque a ciência não tem o perfeito conhecimento do alcance e das consequências deste intercâmbio genético.

É importante ressaltar, ainda, que o acúmulo de conhecimento não garante que ele será posto em prática de modo correto. Ou seja, mesmo que o desenvolvimento dessa técnica se faça de modo satisfatório, a ponto de serem conhecidas todas as possibilidades, não há a garantia de que sua aplicação seja perfeita.

O futuro desenvolvimento e possível expansão do conhecimento acerca da genética afeta a humanidade como um todo e, por isso, é preciso sempre ter prudência ao tratar sobre assuntos que envolvam este tema.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, W. *Human Gene Therapy: The Initial Concepts*. 2011a. Disponível em: <http://cmbi.bjmu.edu.cn/cmbidata/therapy/about/PDF/pre1980.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2011.

_____. *Human Gene Therapy*. 2011b. Disponível em: <http://cmbi.bjmu.edu.cn/cmbidata/therapy/about/pdf/92-98.pdf>. Acesso em: 5 out. 2011.

ANDRADE, Francisco George Rodrigues de. A tecnologia do DNA recombinante e suas múltiplas aplicações. In: WEBARTIGOS, *Arte e Ciência*, 31 out. 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-tecnologia-do-dna-recombinante-e-suas-multiplas-aplicacoes/10701/>. Acesso em: 20 ago. 2011.

AZEVEDO, Eliane S. Terapia gênica. *Bioética*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 157-164, 1997. Disponível em: <http://www.octopus.furg.br/cibio/opi/terapiagenica.htm>. Acesso em: 27 maio 2011.

BAGLEY, J. et al. Gene therapy in type 1 diabetes. *Critical Reviews in Immunology*, v. 28, n. 4, p. 301-324, 2008.

BEVERIDGE, W. I. B. *Sementes da descoberta científica*. São Paulo: T. A. Queiroz–Edusp, 1981.

BUENO, Isaque José. *Liberdade e ética em Jean-Paul Sartre*. 2007. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/13/TDE-2007-07-10T060254Z-744/Publico/392133.pdf. Acesso em: 4 nov. 2013.

CANDEIAS, José Alberto Neves. A engenharia genética. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 3-10, 1991.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006.

CLOTET, Joaquím. Bioética como ética aplicada e genética. *Bioética*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 173-183, 1997. Disponível em: <http://www.octopus.furg.br/cibio/opi/bioeticaaplicada.htm>. Acesso em: 19 set. 2011.



DANI, Sergio U. Terapia gênica: vetores para terapia gênica. *Biotecnologia: Ciência & Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 28-33, 2010. Disponível em: <http://www.biotecnologia.com.br/revista/bio12/terapia.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2013.

DIAS, Maria Antonia de Andrade. Uma nova ética ou uma bioética para o século XXI. In: CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (CENED). Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cenedcursos.com.br/uma-nova-etica-ou-uma-bioetica-para-o-seculo-xxi.html>. Acesso em: 4 nov. 2013.

FERREIRA, D. R. et al. *Ética*. 2000. Disponível em: <http://www.maurolaruccia.adm.br/trabalhos/etica.htm>. Acesso em: 20 set. 2011.

FRIAS, Lincoln. *A ética do uso e da seleção de embriões*. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2010/32001010012P9/TES.PDF>. Acesso em: 4 nov. 2013.

GREGÓRIO, Sérgio Biagi. *Ética e responsabilidade*. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.ceismael.com.br/filosofia/etica-e-responsabilidade.htm>. Acesso em: 4 nov. 2013.

HENK, José N. Bioética: contexto histórico, desafios e responsabilidade. *Ethica*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 123-139, dez. 2005.

IORIO, Fernanda Fernandes; DI STASI, Camilla Álvarez; BORGES, Fábio dos Santos. Electroporação: uma revisão. *Revista Fisioterapia Ser*, São Paulo, v. 2, n. 2, abr.-jun. 2007.

LACEY, Hugh. Ciência, respeito à natureza e bem-estar humano. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 297-327, 2008.

LINDEN, Rafael. Terapia gênica: o que é, o que não é e o que será. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 31-69, 2010.

LUNDBERG, Cecília et al. Applications of lentiviral vectors for biology and gene therapy of neurological disorders. *Current Gene Therapy*, Sharjah (Emirados Árabes), v. 8, n. 6, p. 461-473, 2008.

MAHMUD, Simone Dalla Pozza. *Protocolos clínicos: adesão e aplicabilidade numa instituição hospitalar*. Rio Grande do Sul: UFRS, 2002.



MARCUSE, Herbert. *A responsabilidade da ciência*. São Paulo: Scientiae Studia, 2009.

MENK, Carlos Frederico Martins; VENTURA, Armando Moraes. Manipulando genes em busca de cura: o futuro da terapia gênica. *Revista USP*, São Paulo, n. 75, p. 50-55, set.-nov. 2007.

NARDI, Nance Beyer; TEIXEIRA, Leonardo Augusto Karam; SILVA, Eduardo Filipe Avila. Terapia gênica. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 109-116, 2002.

NASCIMENTO, Alexandra et al. *Tecnologia do DNA recombinante*. Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, 1999. Disponível em: http://www.fmrp.usp.br/rbp/graduacao/Tecnologia_do_DNA_recombinante.pdf. Acesso em: 6 nov. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos: da teoria à prática*. Brasília: Unesco, 1997. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122990por.pdf>. Acesso em: 15 maio 2011.

SCHNEID, Samir. Protocolos clínicos embasados em evidências: a experiência do Grupo Hospitalar Conceição. *Revista AMRIGS*, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 104-114, abr.-jun. 2003.

SOBRAL, Adail. O conceito de ato ético de Bakhtin e a responsabilidade moral do sujeito. *Bioethikos*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 121-126, 2009.

SOUZA, Valdomiro José de. *Projeto Genoma Humano*. São Paulo: Loyola, 2004.

VALLS, Álvaro. *O que é ética?* São Paulo: Brasiliense, 1994.

VOSS, Carsten. Production of plasmid DNA for pharmaceutical use. *Biotechnology Annual Review*, v. 13, p. 201-222, 2007.

WATSON, James D. *DNA: o segredo da vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



REDAÇÃO DA BULA DE MEDICAMENTOS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR

Yuri Ferreira Coloneze*

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade” (SCLIAR, 2007, p. 36-37). Esse conceito, divulgado na Carta de Princípios de 7 de abril de 1948, desde então Dia Mundial da Saúde, implicou o reconhecimento do direito à saúde e da obrigação do Estado na promoção e proteção da mesma.

Na VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1986, resultado de intenso movimento “que se estabeleceu em diversos países da América Latina durante as décadas de 1970 e 1980, como resposta aos regimes autoritários e à crise dos sistemas públicos de saúde” (BATISTELLA, 2007, p. 51), o conceito de saúde foi ampliado, o que possibilitou o entendimento de que saúde é um resultado das formas de organização social, que podem gerar grandes desigualdades entre indivíduos que vivem em uma mesma sociedade (BATISTELLA, 2007).

Esse redimensionamento se refletiu na Constituição brasileira de 1988, que inscreveu a saúde entre os direitos sociais, reconhecendo-a como um di-

* Ex-aluno do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Vigilância em Saúde (2009-2011). Atualmente cursa Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No trabalho de construção de sua monografia de conclusão de curso, contou com a orientação das professoras-pesquisadoras Bianca Ramos Marins (doutora em Vigilância Sanitária de Produtos INCQS/FIOCRUZ) do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (Lavs) e Viviane dos Ramos Soares (mestre em Linguística) do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (Labform). Contato: colonezeyuri@hotmail.com.



reito fundamental de qualquer indivíduo, não estando relacionada somente à ausência de doença, mas ao bem-estar, tanto psicológico quanto físico, do ser humano. Em 1990, na sua regulamentação, por meio da Lei Orgânica da Saúde (lei nº 8.080), foi instituído o Sistema Único de Saúde (SUS).

A criação do SUS constitui um projeto social único, o qual busca materializar ações de promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros, além de ser um exemplo importante do papel do Estado na

[...] formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1990)

Uma importante estratégia de materialização dessas ações adotada pelo SUS é a comunicação em saúde, que diz respeito a um “conjunto de técnicas e meios a serem utilizados de acordo com os objetivos da área da saúde, notadamente para transmitir informações de saúde para a população” (CARDOSO e ARAÚJO, 2008, p. 95). Essa definição permite-nos dizer que a comunicação em saúde pode ter a ver tanto com a relação médico-paciente, quanto com os materiais educativos veiculados no campo da saúde, como, por exemplo, informações transmitidas por meio de campanhas realizadas pelo Ministério da Saúde (MS) ou encontradas nas bulas de medicamento, que, neste artigo, serão objeto de estudo.

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão regulador das bulas no Brasil, a bula é um “documento legal sanitário que contém informações técnico-científicas e orientadoras sobre os medicamentos para o seu uso racional” (BRASIL, 2009). Considerando, então, sua importância, o órgão estabeleceu, por meio de diferentes resoluções da diretoria colegiada (RDCs),¹ que esse documento deve ser reavaliado e harmonizado devido à própria assimetria nas informações, em especial daquelas voltadas aos pacientes, com o objetivo de proporcionar-lhes “in-

¹ RDC: ato normativo, de intervenção ou de alteração do regimento interno, bem como para detalhamento de área de ação ou normas de organização de cada diretoria. Relacionada, nesse caso, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.



formação clara e adequada sobre os produtos, com especificação correta de qualidade, características, composição, quantidade, bem como sobre os riscos que apresenta” (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2008, p. 28).

Nesse sentido, vale destacar as resoluções contidas na RDC nº 140, de 29 de maio de 2003, e na RDC de nº 47, de 8 de setembro de 2009. A primeira estabelece, teoricamente, a revisão das bulas de todos os medicamentos comercializados no Brasil, enfatizando aspectos relacionados à linguagem, como a ordem direta frasal e a coerência textual (BRASIL, 2003). Além disso, normatiza a disponibilidade da bula em dois formatos: um voltado aos profissionais em saúde e outro, aos pacientes.

Já a segunda normatiza que a bula deve estar disponível em diferentes formatos, como: bula em formato especial, fornecida à pessoa portadora de deficiência visual, bula para o paciente, em linguagem apropriada e de fácil compreensão, e a bula para o profissional em saúde, com conteúdo detalhado tecnicamente. E também aponta para a divisão da mesma em três partes: identificação do medicamento, informações ao paciente e dizeres legais.

Entretanto, apesar das disposições presentes na legislação brasileira atual, uma breve observação das bulas, especialmente daquelas voltadas diretamente aos pacientes, revela inadequações como, por exemplo, a presença de frases estanques, com vocabulário técnico-científico utilizado entre profissionais da área da saúde, como “xerodermia”.²

Essas inadequações podem dificultar o processo de compreensão da bula, invalidando seu entendimento como “principal instrumento que permite ao paciente saber com exatidão como usar e como evitar os riscos do consumo do medicamento prescrito pelo seu médico ou cirurgião-dentista” (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2009, p. 5).

Por essa razão, deve-se ressaltar a necessidade de uma formulação adequada das bulas para a população, o que sugere a reorganização e a reordenação das informações presentes na bula, a partir das recomenda-

² Pele seca.



ções feitas pelo órgão regulador destes textos (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2009).

Embora sejam textos informativos e constituam material educativo fornecido aos usuários de medicamentos, informando-os sobre características (físicas, químicas e organolépticas³) de um determinado medicamento e, também, alertando-os dos riscos da automedicação e da possibilidade de prescrição para utilização dos mesmos, são escassos os trabalhos brasileiros sobre a elaboração de bulas de medicamento.

Nessa discussão, é fundamental considerar que a leitura de um texto é, segundo Koch e Elias,

[...] o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair a informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. (2008, p. 12)

Outro fator associado à leitura, e que também deve ser atentamente observado, é a compreensão textual, pois “compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável” (MAINGUENEAU, 2008, p. 20).

Além disso, vale ressaltar que, para tratar de questões legislativas e linguísticas sobre a redação das bulas de medicamento, é importante compreender que este texto é entendido enquanto gênero textual nos termos propostos por Bakhtin: “Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gênero do discurso*” (2004, p. 279). Isso significa que gêneros textuais, segundo a explicação bakhtiniana, são enunciados produzidos em um determinado contexto de atividade humana caracterizado por temas, estilos e estruturas específicas.

³ Organolépticas: propriedades relacionadas aos sentidos, como cheiro, cor, paladar, entre outros.



Cumpra observar ainda que não é somente a bula que deve ser considerada como única solução para uma transmissão adequada de informações sobre quaisquer medicamentos, até porque existem outras práticas que podem ser adotadas no processo de comunicação em saúde no Brasil. Exemplo disso é a educação em saúde, que

[...] pode ser definida como uma prática social que preconiza não só a mudança de hábitos, práticas e atitudes, a transmissão e apreensão de conhecimentos, mas principalmente, a mudança gradual na forma de pensar, sentir e agir através da seleção e utilização de métodos pedagógicos participativos e problematizadores. (MOISÉS, 2003, p. 162)

Diante do exposto, este artigo tem como finalidade apresentar os resultados de uma análise interdisciplinar das bulas de medicamentos de venda livre. Para tanto, será necessário: a) apresentar o papel do Estado na formulação e veiculação das bulas; b) descrever as medidas legislativas tomadas pelo Estado, a fim de atender às necessidades expostas pela população; c) analisar o item “Informações ao Paciente” (um dos conteúdos obrigatórios da Anvisa, na estrutura textual da bula de medicamentos), tanto em relação à legislação quanto às marcas linguísticas do texto; e d) identificar as marcas linguísticas típicas da bula de medicamento, enquanto gênero textual.

O PROCESSO DE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS BULAS DE MEDICAMENTO NO BRASIL

A procura pela cura de doenças é um fato que remete à Antiguidade. A necessidade de estabelecer um equilíbrio entre o estado de saúde e de doença faz diversos atores sociais se esmerarem na busca por formas de intervir tanto no meio social em que o homem coabita, como no próprio corpo do homem. Nesse sentido, o medicamento é considerado atualmente como uma ferramenta de intervenção na



evolução de determinada doença, tanto para obtenção da cura quanto para redução de efeitos da enfermidade em humanos.

Por causa da utilização intensa de medicamentos no Brasil, também passou a ser de grande importância que os processos relacionados a estes produtos possuam determinadas características, como: qualidade, segurança e eficácia. Exemplo disso é a atuação da Vigilância Sanitária, órgão criado pelo Estado com a responsabilidade de registrar medicamentos e formular normas legais para concessão destes registros, em que pode ser incluído o conteúdo das bulas (CALDEIRA, NEVES e PERINI, 2008).

Hoje, o formato e o conteúdo das bulas são descritos de acordo com a RDC nº 47/2009, com o objetivo de que as mesmas estejam adequadas para seus possíveis públicos-alvo: os profissionais de saúde e os consumidores. É importante compreender que as normas do presente são fruto de um processo de evolução histórica das bulas de medicamentos e de suas normas reguladoras.

De 1953 a 2006, podem ser destacados quatro atos normativos relacionados às bulas, tanto em relação à estrutura quanto ao seu conteúdo: a portaria nº 49, de 10 de agosto de 1959, do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia (SNFMF); a portaria nº 65, de 28 de dezembro de 1984, da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS); a portaria nº 110, de 10 de março de 1997, da Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS); e a RDC nº 140, de 29 de maio de 2003, da Anvisa (CALDEIRA, NEVES e PERINI, 2008).

Entre 1950 até 1973, as normas específicas acerca de princípios ativos, apresentavam instruções que deveriam estar contidas no ato de licenciamento do produto (antigo registro do medicamento). Nesse período, foi observado que indicações terapêuticas, restrições à venda, esquema de posologia e efeitos colaterais eram definidos para determinadas substâncias, fato que influenciava e produzia alterações nas bulas e em rótulos de medicamentos licenciados antes da norma ter sido publicada. Somado a isto, houve a notação da padronização e da inserção de frases de advertência.

Além disso, notou-se que, antes da criação do Ministério da Saúde, em 1953, a bula foi tratada em legislação não específica, a destacar o de-



creto nº 20.377, de 8 de setembro de 1931, que regulamentou o exercício da profissão farmacêutica no Brasil. Momento em que a bula é considerada pela primeira vez como um documento necessário para avaliação do pedido de licença.

Em janeiro de 1946, o decreto nº 20.397 aprovou o Regulamento da Indústria Farmacêutica no Brasil, a ser aplicado pelo SNFMMF, que envolve a licença dos itens que estariam presentes em rótulos e bulas. O primeiro regulamento voltado para as bulas, em que foi definida a ordenação dos itens, ocorreu em 1959 com a portaria nº 49:

Essa norma regulamentou a apresentação e o exame de rótulos e textos de bulas, entretanto dispensou a sua obrigatoriedade quando as informações constassem na rotulagem. Além disso, determinou que a mesma não poderia conter informações diferentes daquelas apresentadas no ato da licença da especialidade farmacêutica. (CALDEIRA, NEVES e PERINI, 2008, p. 738-739)

Após isso, em 1977, o decreto nº 79.094, regulamentou a lei nº 6.360/1976, momento em que os medicamentos e outros produtos e serviços foram submetidos à vigilância sanitária. No título X desse decreto, Da Rotulagem e Publicidade, normas foram direcionadas para bulas, rótulos, etiquetas e materiais impressos com produtos de interesse sanitário:

A bula, além de outros materiais impressos, deveriam ter dimensões necessárias à fácil leitura visual, tendo como limite mínimo de 1 mm de tamanho de letra. Além disso, as contraindicações, precauções e efeitos colaterais deveriam ser impressos em letras maiores dos que os utilizados nas demais indicações e em linguagem acessível ao consumidor. Sendo este decreto, o primeiro a tratar do tamanho mínimo de letra e da necessidade de linguagem acessível ao leigo. (CALDEIRA, NEVES e PERINI, 2008, p. 739)

Já a portaria nº 65, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), instituiu o roteiro que deveria ser adotado para texto de uma determinada bula (modelo-padrão). Além disso, a Divisão de Medicamentos (Dimed) ficou



responsável pelos estudos sobre a bula, partindo por classe terapêutica e depois de produto a produto. E por determinar quais itens eram obrigatórios e, quando fosse necessário, quais textos padrões deveriam ser reproduzidos, fato que na prática não aconteceu. Essa portaria também fez a divisão de informações em identificação do produto, informação ao paciente, informação técnica e dizeres legais (CALDEIRA, NEVES e PERINI, 2008).

Em 1997, a Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS) publicou a portaria nº 110, mantendo essa estrutura, mas também incluiu outros itens obrigatórios. “Seguindo a tendência da portaria nº. 65, de 1984, a SVS se comprometeu a elaborar dizeres de bula para cada princípio ativo ou associação, de acordo com a respectiva classe terapêutica.” (CALDEIRA, NEVES e PERINI, 2008, p. 739).

A inovação que esta portaria trouxe envolveu a classificação das informações em mínimos e máximos essenciais. Nos primeiros, não poderia haver omissão dos itens e as novas informações deveriam ter embasamento científico. E os mínimos essenciais

[...] compreendiam toda informação ao paciente e os subitens da informação técnica: contraindicações, advertências, interações medicamentosas, reações adversas, superdosagem, pacientes idosos. Os máximos essenciais se referiam às indicações e posologia, e não poderiam ser acrescentadas informações além daquela padronizada. (CALDEIRA, NEVES e PERINI, 2008, p. 739)

A SVS acabou ficando com a responsabilidade de publicar, no *Diário Oficial da União*, os mínimos e máximos essenciais. Já os demais itens, relacionados a especificações do produto, seriam elaborados pelas empresas farmacêuticas.

Após a publicação do regimento interno, pela diretoria colegiada, e da portaria nº 593, de 25 de agosto de 2000, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária foi estruturada e criada, substituindo a SVS. A Anvisa, “órgão criado como uma autarquia especial com independência administrativa, dirigentes com estabilidade e autonomia financeira” (CALDEIRA, NEVES e PERINI, 2008, p. 739), revisando o arcabouço legal e editando, em 2003, o conjunto de normas para o registro de medicamentos.



A partir deste período, houve uma reformulação da legislação específica das bulas, publicada como RDC nº 140 em 29 de maio de 2003, momento em que as bulas foram divididas em duas: bula para o paciente (identificação do medicamento, informações ao paciente, dizeres legais) e bula para o profissional de saúde (identificação do medicamento, informações técnicas aos profissionais de saúde, dizeres legais).

No tópico “Informações ao paciente”, foi ressaltada a importância de utilizar uma linguagem acessível ao procurar organizar o texto em formato diferenciado, com perguntas e respostas. Um novo caminho para a caracterização de um processo mais eficaz em relação à elaboração de uma bula direcionada aos consumidores, pois poderia estabelecer um “diálogo” entre a bula e o leitor.

Segundo Caldeira, Neves e Perini (2008, p. 739), outros pontos que tiveram destaque quando comparados aos que estavam presentes na legislação anterior são:

- Criação da lista de medicamentos-padrão para texto de bula (para harmonizar o conteúdo das bulas nacionais, a partir da criação de um texto-padrão para cada princípio ativo);
- Aumento do tamanho mínimo de letra de 1 mm para 1,5 mm;
- Adoção da classificação de risco para gestantes;
- Utilização da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) ao se referir a sinais, sintomas e doenças; atualização das informações comparando com bulas internacionais; apresentação dos resultados dos estudos de eficácia;
- Inclusão da descrição das características organolépticas do medicamento (para auxiliar na detecção de medicamentos falsificados ou com alterações);
- Envio da bula eletronicamente pelo Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Bulas e publicação oficial dos textos no Bulário Eletrônico da Anvisa e no Compêndio de Bulas de Medicamento (CBM).

Em 17 de maio de 2005, com a resolução RDC nº 126, ocorreu a publicação do Bulário Eletrônico da Anvisa e do CBM. A partir desse



momento, as empresas farmacêuticas que tivessem bulas divulgadas nessas publicações, liberariam no mercado as que já estavam atualizadas e elaboradas em dois formatos, um para pacientes e outro para profissionais de saúde (CALDEIRA, NEVES e PERINI, 2008).

O Bulário Eletrônico da Anvisa foi criado com o objetivo de ser um banco de dados acessível via Internet aos profissionais de saúde e aos consumidores, apresentando as informações dos textos de bula dos medicamentos registrados e comercializados no Brasil, até com a inclusão para portadores de deficiência visual. “O portal traz ainda matérias sobre educação em saúde, notícias relacionadas à atualização das bulas, a legislação em vigor sobre o assunto, perguntas frequentes e outros endereços eletrônicos de interesse na área de saúde.” (CALDEIRA, NEVES, PERINI, 2008, p. 741).

Entretanto, vale ressaltar que nessa página do Bulário Eletrônico somente é oferecida busca para localizar determinado medicamento; o portal, além de não trazer matérias sobre educação em saúde e perguntas frequentes, também não apresenta notícias relacionadas à atualização das bulas. Esse fato pode ser encarado tanto como um desrespeito ao consumidor, que tem como direito garantido, o acesso a informações claras sobre um determinado produto, quanto como exemplo da falta de cumprimento de um dever do Estado, responsável por ter um órgão que deve, como uma de suas finalidades, oferecer uma bula disponível em diversos meios de comunicação.

O DESAFIO DE SE PENSAR EM COMUNICAÇÃO EM SAÚDE PARA O SUS

A partir da segunda metade do século XIX, surgem esforços no uso de variados recursos com objetivo de informar a população sobre doenças, cuidados, produtos com fins terapêuticos, entre outros (MORAES, 2007).

No século XX, o crescimento urbano, associado aos novos processos de produção e estilos de vida, gerou uma urgência na utilização de comu-



nicação na área da saúde. Os enfoques e problemas produziram diversos modos de utilização das comunicações, num “momento em que jornais e revistas se multiplicavam, as propagandas tornavam-se parte do cotidiano, os rádios e o cinema introduziam novos temas e modos de enunciação” (MORAES, 2007, p. 63), sendo que, ao longo do tempo, tanto o Estado quanto as instituições de saúde passaram a utilizar o recurso da comunicação para veicular seus projetos e ações, tendo como objetivo enfrentar situações endêmicas ou epidêmicas (MORAES, 2007).

Por essas razões, é importante salientar que, no mundo atual, a comunicação ganhou muita importância, principalmente, devido ao intenso desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação. Acentuando-se, assim,

[...] tanto a potência da comunicação como atividade econômica – incluindo a informática, a telecomunicação e a publicidade – quanto a feição midiaticizada de nossa sociedade e o papel decisivo da mídia na seleção de nossa agenda política. (CARDOSO, 2007, p. 46)

Apesar dessa complexidade, ainda é perceptível o predomínio na saúde de que a “comunicação é apenas a ação de transmitir informações ou de ideias de um polo emissor para um polo receptor” (CARDOSO, 2007, p. 46). Nesse sentido, grande parte das preocupações envolvem a utilização adequada de linguagem e veículos para garantir o sucesso da comunicação, ou seja, que a mensagem seja recebida e compreendida tal como foi pensada e elaborada pelo emissor.

Essa ideia sobre a comunicação pode ser problemática se for levado em consideração alguns aspectos, como ver “a comunicação como um instrumento, um conjunto de meios e veículos que levam uma mensagem pronta e acabada”, dar pouca importância “aos contextos da comunicação e aos processos, ambientes ou situações nas quais as pessoas atribuem sentidos às informações e aos acontecimentos” e não levar em consideração “as desigualdades, as diferentes realidades e interesses sociais e por isso transformar qualquer discordância, resistência ou dificuldade em falta de informação ou ruído na comunicação” (CARDOSO, 2007, p. 46).



Logo, é importante observar que essa visão, aparentemente neutra, pode acabar priorizando os interesses e objetivos dos próprios emissores, fato que se transforma em um poder historicamente excludente e concentrado nas mãos de poucos indivíduos (CARDOSO, 2007). E que para resultar em um avanço do Sistema Único de Saúde é necessário outro modelo de comunicação, até porque a “comunicação se afirma como elemento essencial para a promoção da saúde, ao funcionar como uma área estratégica para interação e troca de informações entre as instituições, comunidades e indivíduos” (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, 2007, p. 16).

Nesse contexto, a democratização da informação acaba surgindo como um dos principais objetivos para a melhoria da qualidade e universalidade da saúde no país. O desafio, agora, é concretizar outro modelo de comunicação, que garanta o fortalecimento do SUS e que alimente práticas que possuam maior coerência com a visão ampliada de saúde, como a descentralização e maior participação da sociedade.

Demonstrando assim, o quanto as práticas de comunicação, que desde a década de 1980 são insuficientes e até contraditórias com o projeto que conceitua saúde, são resultado tanto das condições de vida quanto das possibilidades de participação, de forma democrática, da sociedade em políticas públicas (CARDOSO, 2007).

A questão central é que, “ao capilarizar a rede do SUS, as políticas governamentais de comunicação não acompanharam o processo de descentralização” (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, 2007, p. 16), trabalhando com um discurso único em que os atores somente reproduzem a mensagem hegemônica do governo, havendo pouca interação com a sociedade.

Atualmente, uma nova postura política tem contribuído para o fortalecimento da descentralização das decisões do SUS nos conselhos e conferências, espaços em que as discussões passam a ser consolidadas e nos quais pode ocorrer a deliberação de variados interesses e pontos de vista. Esse novo posicionamento acaba por culminar em uma nova reflexão sobre diversas áreas presentes no próprio SUS, inclusive a comunicação, em que o debate democrático permite o surgimento de novas indagações, entre elas: “Como, então, continuar a pensar em apenas um polo



emissor, quando aqueles que eram considerados público-alvo, receptores estáticos e desprovidos de saberes, participam e reivindicam seu lugar no debate público?" (CARDOSO, 2007, p. 47).

Com base nessa questão, é possível ver quão importante é a democratização da informação para controle e promoção da cidadania, na busca por uma proposta de comunicação que reconheça e traduza as diferentes realidades de saúde no país, considerando os variados atores e interesses, além das autoridades sanitárias.

O desafio é o rompimento do modelo comum, que tem como foco o trabalho dos profissionais de comunicação para a produção intensa de materiais promocionais, dando ênfase à publicidade. Para passar a trabalhar no âmbito da promoção da saúde, seja aumentando o conhecimento da população sobre os riscos e determinantes do processo saúde-doença, seja na capacitação de líderes comunitários, entre outros (CARDOSO, 2007).

A utilização dessa abordagem pode favorecer práticas dialógicas e plurais, justamente ao destacar a construção coletiva de materiais, respeitando à diversidade e características regionais, étnicas, culturais e tecnológicas (possibilidades de acesso). E também, devido à possibilidade de uma maior participação popular, pois é possível trabalhar melhor com a cidadania, fortalecendo assim, a autonomia individual e da sociedade.

Outra questão importante de ser analisada é a presença da saúde na mídia. Para avaliar essa questão, a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e a OMS patrocinaram uma pesquisa em 1997, chamada Comsalud, que envolveu pesquisadores tanto brasileiros quanto de outros países latino-americanos, na elaboração de um mapeamento de temas que apresentavam relação com a saúde na mídia.

Foram mapeados jornais de grande circulação, programas de televisão e rádio, levando em consideração o enfoque dado a um possível tema relacionado à saúde. As conclusões não foram boas, no Brasil, todos os veículos pesquisados utilizavam apenas 5,90% de seu espaço total para falar algo sobre o campo citado. Revistas davam mais espaço (16%), seguidas por rádios (5,28%), jornais (1,9%) e televisão (0,4%), quase sempre abordando de forma negativa os temas, ora associando os serviços de saúde à incompetência ora a mensagens negativas.



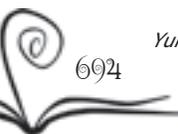
Logo, é evidente que para um avanço no desenvolvimento de uma nova forma de comunicação, deve-se lembrar alguns pontos considerados essenciais para que isso aconteça: superar a visão instrumental da comunicação, maior comunicação no SUS (sendo essa descentralizada, inclusiva e plural), maior espaço para o campo saúde nas mídias em geral, democratizar o acesso às tecnologias de comunicação e investir em pesquisa e ensino, tanto dos profissionais da saúde, quanto dos profissionais relacionados a área da comunicação.

Além disso, é sempre bom lembrar um último ponto, talvez um dos mais importantes para a realização desse processo de transformação da comunicação para o campo saúde, o fato de que “a política deve estar articulada com as novas possibilidades tecnológicas das redes digitais, e estar assentada em metodologias que possibilitem uma participação mais direta do cidadão na formulação e na fiscalização das ações na área da saúde” (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, 2007, p. 18).

Apesar de se ressaltar que deve haver modificações e adaptações no modelo de comunicação em saúde voltado para o SUS, também é necessário compreender que esse processo é gradual e que, ao longo dos anos, vêm ocorrendo avanços no debate. Exemplo disso é a deliberação da XI e da XII Conferências Nacionais de Saúde de constituição de uma Rede Nacional e Pública de Comunicação e Saúde (CARDOSO, 2007).

Entretanto, mesmo havendo esta proposta, existem inúmeros obstáculos a serem enfrentados para que uma política que assuma um conceito de comunicação tão ampliado quanto o conceito de saúde, seja posto em prática. Parte está relacionada às mesmas razões que dificultam o avanço do SUS, por ser um projeto que tem como característica incluir e que acaba por ser contrário a fortes interesses políticos e econômicos. E a outra parte compreende alguns pontos, já citados anteriormente, essenciais para que aconteça algum avanço no processo de criação de um novo modelo de comunicação (CARDOSO, 2007).

Sendo assim, é de suma importância reafirmar a orientação democrática e equitativa da comunicação, em que a mesma “figura como um lugar privilegiado de produção e de circulação de informações em saúde” (MORAES, 2007, p. 62), visto que, nas últimas décadas, as políticas em



saúde vêm dependendo do uso racional da comunicação, seja para formular ações, seja para influenciar o cotidiano.

A comunicação “é o enfrentamento de linguagens verbais e não verbais de produção de sentidos que viabiliza condições de maior explicitação e eficácia dos enunciados, dos processos de recepção e de circulação destas informações” (MORAES, 2007, p. 63). Ou seja, é um elemento estratégico na construção do SUS, em que para garantir o êxito do mesmo é essencial a manutenção de um diálogo permanente com a comunicação, “investindo no debate sobre o processo de construção de uma sociedade democrática, equitativa, descentralizada, comprometida com o controle social e com o respeito à cidadania” (MORAES, 2007, p. 65).

A informação é de fundamental importância, na garantia da democracia, da equidade, da justiça e da qualidade de vida. Por isso a urgência da inclusão e prática da comunicação em saúde nos SUS, procurando enfatizar “um pacto pela qualidade, acesso e apropriação da comunicação e das informações sobre saúde, ampliando a perspectiva da comunicação pública, que aceita o dissenso e constrói sujeitos e protagonistas que ajudam a consolidar o SUS” (MORAES, 2007, p. 65).

ANÁLISE DAS BULAS DE MEDICAMENTO

Pelo que já foi apresentado, é claro e evidente que a bula de medicamento é um gênero de grande valor. Até porque, segundo dados publicados pela revista *Veja*, em 10 de janeiro de 2001,

[...] o Brasil é o quinto país do mundo em consumo de medicamentos, com uma farmácia para cada 3.000 habitantes, mais que o dobro do recomendado pela Organização Mundial de Saúde. O país é também campeão em mortes por intoxicação e, segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz, também citados pela revista, 30% das 80.000 mortes anuais por intoxicação têm como causa o uso indevido de medicamentos. É provável que estes (tristes) fatos estejam relacionados a uma criticável tendência à automedicação



por parte do brasileiro. Desaprovamos a prática da automedicação, mas defendemos o argumento de que o acesso às informações contidas nas bulas é um direito do cidadão. (Apud PERFEITO, OHUSCHI e BORGES, 2007, p. 2)

É importante ressaltar que as bulas dos medicamentos Novalgina, Tylenol⁴ e Neosaldina⁵ foram selecionadas e utilizadas como objetos de estudo com base em alguns critérios, entre eles o fato de que esses três medicamentos estão entre os dez mais vendidos no país, segundo pesquisa recente feita pelo Institute of Management Studies Health (IMS),⁶ divulgada pela revista *Época* na reportagem "Rivotril: porque o medicamento é o segundo mais vendido no país?" (2008 apud SEGATTO et al., 2009).

Sendo que, os três produtos farmacêuticos citados estão, respectivamente, em quinto, segundo e sétimo lugares como medicamentos mais vendidos no Brasil em 2004. Em nono, quinto e oitavo lugares, em 2008. Também aparecendo em segundo e quarto em 1998 (Tylenol não aparece na lista de medicamentos mais vendidos em 1998). Demonstrando assim, que esses medicamentos são consumidos em grande escala pela população brasileira, um fato que se vem repetindo há mais de dez anos, conforme os dados do quadro 1.

⁴ Novalgina e Tylenol são analgésicos e antitérmicos, usados para aliviar a dor e reduzir ou prevenir a febre.

⁵ Neosaldina é um analgésico e antiespasmódico indicado no tratamento da dor de cabeça ou cólicas.

⁶ Responsável por auditar a indústria farmacêutica.

Quadro 1. Medicamentos mais vendidos no Brasil: 1998, 2004 e 2008.

	1998	2004	2008
1	Cataflan (analgésico e anti-inflamatório)	Microvlar (anticoncepcional)	Microvlar (anticoncepcional)
2	Novalgina (analgésico e antitérmico)	Neosaldina (analgésico e antiespasmódico)	Rivotril (ansiolítico e anticonvulsivante)
3	Hipoglós (pomada contra assaduras)	Hipoglós (pomada contra assaduras)	Puran T4 (hormônio tireoidiano)
4	Neosaldina (analgésico e antiespasmódico)	Buscopan Composto (antiespasmódico e analgésico)	Hipoglós (pomada contra assaduras)
5	Voltaren (antirreumático, anti-inflamatório e analgésico)	Novalgina (analgésico e antitérmico)	Neosaldina (analgésico e antiespasmódico)
6	Lexotan (ansiolítico)	Rivotril (ansiolítico e anticonvulsivante)	Buscopan Composto (antiespasmódico e analgésico)
7	Redoxon (vitamina C)	Tylenol (analgésico e antitérmico)	Salonpas (analgésico e anti-inflamatório)
8	Buscopan Composto (antiespasmódico e analgésico)	Cataflan (analgésico e anti-inflamatório)	Tylenol (analgésico e antitérmico)
9	Sorine (descongestionante nasal)	Neovlar (anticoncepcional)	Novalgina (analgésico e anti-inflamatório)
10	Vick Vaporub (unguento descongestionante)	Luftal (antigases)	Ciclo 21 (anticoncepcional)



Além disso, vale comentar que a escolha das bulas dos analgésicos Novalgina, Neosaldina e Tylenol obedeceu a outros dois critérios: por se tratarem de medicamentos que não precisam de prescrição médica, ou seja, são de venda livre,⁷ e, também, por terem como princípios ativos⁸ o paracetamol⁹ (Tylenol) e a dipirona sódica¹⁰ (Novalgina e Neosaldina), princípios consumidos e conhecidos não somente no Brasil, mas em vários outros países (PERFEITO, OHUSCHI e BORGES, 2007).

O medicamento Neosaldina é fabricado por Nycomed Pharma LTDA.,¹¹ Novalgina é produzida por Sanofi-Aventis Farmacêutica LTDA.¹² e o Tylenol é direcionado ao mercado pelo laboratório Janssen-Cilag Farmacêutica LTDA.¹³ (PERFEITO, OHUSCHI e BORGES, 2007).

Ao longo do processo de estudo, foram encontradas algumas dificuldades relacionadas a obter bulas de medicamento impressas, pois nos estabelecimentos farmacêuticos pesquisados, os medicamentos eram vendidos já na forma fracionada.¹⁴

A venda de medicamentos na forma fracionada, apesar de não ser foco deste estudo, também deve ser observada e possivelmente estudada futuramente, pois a estratégia da Anvisa ao vender um medicamento dessa forma parece ser o modo encontrado pelo órgão para

⁷ Venda livre, quando a utilização de determinado medicamento não está restrita a populações especiais (como pode ser observado nos medicamentos de venda restrita), mas sim a todo e qualquer consumidor.

⁸ Princípios ativos são substâncias responsáveis pelo efeito do medicamento.

⁹ Paracetamol é um princípio ativo utilizado no tratamento de dor moderada inflamatória.

¹⁰ Dipirona sódica é um princípio ativo usado no tratamento de manifestações dolorosas e febre.

¹¹ O Nycomed Pharma LTDA. está entre os doze maiores laboratórios do país e faz parte do grupo Takeda, a maior companhia farmacêutica do Japão e uma das líderes da indústria farmacêutica no mundo. O farmacêutico responsável é Wagner Moi.

¹² Sanofi-Aventis Farmacêutica LTDA. é uma das empresas líderes da indústria farmacêutica mundial, estando presente em mais de cem países. Pertence ao grupo Sanofi, um dos maiores grupos farmacêuticos do mundo, que possui a maior empresa do setor na Europa, e que está na liderança entre as empresas localizadas nos países emergentes. A farmacêutica responsável é Antonia A. Oliveira.

¹³ Laboratório Janssen-Cilag Farmacêutica LTDA. é uma divisão farmacêutica da Johnson & Johnson, a maior empresa do mundo na fabricação de produtos para cuidados com a saúde. O farmacêutico responsável é Marcos R. Pereira.

¹⁴ É importante ressaltar que as bulas de Neosaldina e Tylenol só foram obtidas após intensa procura em algumas farmácias, sendo que, em uma delas, o farmacêutico comentou que é fornecida uma bula para cada embalagem adquirida pela farmácia (com 100 ou 200 comprimidos, agrupados na forma de *blisters*), um fato muito interessante, porque estabelece até uma contradição com o próprio *blisters* da Neosaldina, que apresenta a frase "Exija a bula". Já a bula de Novalgina só foi encontrada por meio da compra do medicamento em formato de solução oral (gotas).



evitar a automedicação, mas as informações presentes em um *blister* são muito curtas e pouco explicativas quando comparadas às de uma bula. Somado a esse fator, está a questão de que, quando um comprimido é extraído, há perda de informações, além de que as cores utilizadas podem prejudicar o exercício de leitura do conteúdo apresentado.

A seguir serão apresentados os resultados da análise da redação das bulas de medicamentos, dividida em duas seções: análise técnico-sanitária e análise linguística. Essa divisão foi feita pelo fato de o texto observado envolver a atuação de duas áreas de conhecimento distintas: a vigilância sanitária e a língua portuguesa. Entretanto, é importante lembrar que esta divisão não foi pensada no sentido de dissociar forma e conteúdo no processo de leitura, até porque essas esferas estão em constante associação neste processo.

Análise técnico-sanitária

Antes da apresentação da análise técnico-sanitária é de grande importância lembrar que, conforme a resolução RDC nº47/2009, o corpo do texto das bulas de medicamento direcionado ao paciente deve ser dividido em: identificação do medicamento, informações ao paciente e dizeres legais. Nas bulas analisadas, foram encontradas as seguintes estruturas (construção composicional do gênero):

a) **Identificação do medicamento** (corresponde a determinadas descrições de um medicamento): tópico em que é apresentado o nome da marca (Novalgina, Neosaldina e Tylenol) e, logo abaixo, o nome do princípio ativo (dipirona sódica, para os dois primeiros, e paracetamol, para o terceiro), restrição para faixa etária, via de administração, composição, forma farmacêutica e maneira como ocorre a produção do medicamento e como o mesmo se apresenta (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2009).

b) **Informações ao paciente:** item de grande importância, pois é aquele direcionado explicitamente, aos consumidores, devendo trazer informações claras e objetivas (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA



SANITÁRIA, 2009), sendo que, segundo a resolução RDC nº 47/2009, a apresentação desse tópico deve ser realizada em forma de perguntas e respostas, em um total de nove questionamentos possíveis. Essas perguntas estão organizadas da forma a seguir:

1) “Para que este medicamento foi indicado?”

De acordo com a RDC nº 47/2009, esta pergunta deve descrever as indicações de uso do medicamento, registradas na Anvisa. Apresentando o objetivo terapêutico, ou seja, se é destinado para o tratamento diagnóstico, auxiliar ou prevenção de alguma doença.

2) “Como o medicamento funciona?”

Para a RDC supracitada, a segunda pergunta deve descrever as ações do medicamento em linguagem acessível aos consumidores e informar o tempo médio estimado para que um medicamento dê início a ação farmacológica, ou seja, seu efeito.

3) “Quando não devo usar este medicamento?”

A resposta a essa pergunta deve apresentar as contraindicações de um medicamento, ou seja, quando este não pode ser utilizado.

4) “O que devo saber antes de usar este medicamento?”

É necessário que essa pergunta descreva as precauções e advertências relacionadas à necessária utilização de determinado medicamento com alguns cuidados. Pode incluir informações para populações especiais (diabéticos, por exemplo), alterações de condições fisiológicas (alterações tanto internas quanto externas ao corpo humano), sensibilidade cruzada (quadro alérgico provocado pelo uso de algum medicamento) e interações medicamentosas (quando ocorre mistura entre um determinado medicamento com bebidas e alimentos).

5) “Onde e por quanto tempo posso guardar este medicamento?”

Deve explicitar os cuidados específicos para o armazenamento do medicamento e informar o prazo de validade do mesmo a partir da data de fabricação constante no registro, citando o número de meses, além de apresentar as características físicas (forma do medicamento) e organolépticas (cor, odor e sabor).



6) “Como devo usar o medicamento?”

A resposta deve explicar a dosagem (posologia) adequada, de acordo com faixa etária e populações especiais, e o intervalo entre cada uma, além do tempo de tratamento e o risco (quando aplicável) de uso por via de administração não recomendada.

7) “O que devo fazer quando eu me esquecer de usar este medicamento?”

Essa resposta tem de descrever a conduta adequada, caso haja esquecimento de administração (dose omitida).

8) “Quais os males que este medicamento pode causar?”

Questão que apresenta possíveis reações adversas (efeitos colaterais) ao uso do medicamento, comentando sobre frequência e gravidade do efeito.

9) “O que fazer se alguém usar uma quantidade maior do que a indicada deste medicamento?”

Esta última pergunta deve apresentar e descrever os sintomas que caracterizam a superdose e quais medidas preventivas tem de ser tomadas quando ocorrer um caso de intoxicação, até a obtenção de socorro médico.

c) **Dizeres legais:** esse item traz “o número do registro no Ministério da Saúde, o nome e o número no Conselho Regional de Farmácia (CRF) do farmacêutico responsável, o nome da empresa fabricante e o telefone do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC)” (PERFEITO, OHUSCHI e BORGES, 2007, p. 6).

Para ilustração dos resultados da análise técnico-sanitária das bulas de medicamento utilizadas, será apresentada uma lista de verificação com dez itens exigidos pela Anvisa, segundo a RDC nº 47/2009, os quais correspondem aos requisitos que as indústrias farmacêuticas devem obedecer no que diz respeito à elaboração adequada de bulas de medicamento para os consumidores.

Em cada pergunta, as bulas estarão sendo analisadas sobre os critérios de conformidade ou não, em relação ao que foi estabelecido na resolução da diretoria colegiada do órgão. Vale ressaltar que cada item (pergunta)



pode ser desmembrado em subitens. Subentende-se que uma não conformidade encontrada em um determinado subitem leva a uma não conformidade do item macro.¹⁵

Quadro 2. Lista de verificação relacionada à conformidade e à não conformidade da forma e conteúdo e de itens presentes no tópico “Informações ao paciente” (RDC nº 47/2009 da Anvisa).

	CONFORME			NÃO CONFORME		
	Novalgina	Neosaldina	Tylenol	Novalgina	Neosaldina	Tylenol
Forma e conteúdo das bulas			X	X	X	
Para que este medicamento foi indicado?	X	X	X			
Como o medicamento funciona?			X	X	X	
Quando não devo usar este medicamento?	X		X		X	
O que devo saber antes de usar este medicamento?				X	X	X

¹⁵ A avaliação completa pode ser encontrada no trabalho monográfico intitulado “Redação de bulas de medicamento: uma análise interdisciplinar”, de Yuri Ferreira Coloneze, disponível na Biblioteca Emília Bustamante, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). O trabalho foi apresentado na EPSJV em dezembro de 2011, como um dos pré-requisitos para obtenção do Certificado de Conclusão do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Vigilância em Saúde.

Onde e por quanto tempo posso guardar este medicamento?				X	X	X
Como devo usar o medicamento?				X	X	X
O que devo fazer quando eu me esquecer de usar este medicamento?				X	X	X
Quais os males que este medicamento pode causar?				X	X	X
O que fazer se alguém usar uma quantidade maior do que a indicada deste medicamento?				X	X	X

Existem alguns resultados apresentados no quadro 2 que devem ser comentados, como o fato de que somente no segundo item as três bulas estão em conformidade com a RDC atual; a partir do quinto item, todas as bulas apresentaram não conformidade; a bula de Tylenol foi a que apresentou número menor de não conformidades dentre as bulas analisadas. Esses resultados são extremamente alarmantes, até porque as bulas são textos cujo objetivo é fornecer informações para a população sobre determinado medi-



camamento, desde a forma de armazenamento até as suas contraindicações e reações adversas. Mas é perceptível que esse fornecimento pode ficar muito prejudicado devido a variadas inadequações presentes no corpo das bulas.

Exemplo disso é a falta de termos explicativos para consumidores, após a utilização de termos técnicos nas bulas de Novalgina e Neosaldina; a falta de frases relacionadas a precauções e advertências para determinados grupos populacionais, como mulheres e crianças; falta de informações sobre prazos de validade e de mencionar os riscos relacionados ao uso por via não recomendada, algo presente nas três bulas.

O que fica claro é que, mesmo com a retomada do debate em relação à elaboração das bulas, que não é tão recente, os resultados continuam insatisfatórios. O grande problema é, se as bulas produzidas não conseguem atender nem a normas estabelecidas pelo principal órgão de fiscalização das mesmas, como encontrar um caminho para elaboração de um texto direcionado aos consumidores.

Outra questão interessante é que, os medicamentos utilizados neste trabalho são chamados de medicamentos de venda livre, logo, uma grande parte da população brasileira consome estes medicamentos, ou seja, o consumidor tem acesso às bulas, mas elas não estão a serviço de suas necessidades, visto que todas apresentam número expressivo de inadequações técnicas.

Logo, ainda observando os resultados apresentados no quadro 2, acaba por ser de grande necessidade uma nova análise no processo de elaboração das bulas de medicamento, em que vale lembrar que, um caminho para isso pode estar numa dupla e conjunta atuação, da área técnica com a área de língua portuguesa, atuando nos dois principais aspectos que compõem esse gênero textual, as normas e a coesão e coerência das bulas.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

Antes da análise linguística das bulas, é importante ressaltar a caracterização deste texto enquanto gênero textual, pois para Bakhtin existem três aspectos que caracterizam um determinado texto nesse aspecto: “o conteúdo



temático, isto é, aquilo que pode ser dizível num gênero (os assuntos, os temas típicos); o estilo, ou seja, a escolha dos recursos linguístico-expressivos do gênero; a construção composicional, ou formas de organização textual” (apud PERFEITO, OHUSCHI e BORGES, 2007, p. 3).

Conforme Bakhtin, esses três elementos “estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (2003, p. 262), como, por exemplo, o campo da saúde. Aspectos que também estão intimamente associados às condições de produção: quem fala; para quem fala; com que finalidade; em que época, local e suporte (apud PERFEITO, OHUSCHI e BORGES, 2007, p. 3).

Entretanto, é importante salientar que cada gênero não está “solto” no espaço, ele está dentro de um conjunto ideológico de variadas forças, que são chamadas de esferas comunicativas: esferas do cotidiano, exemplificadas pelas esferas familiares e comunitárias, e as esferas dos sistemas ideológicos constituídos, nas quais estão incluídas a ciência, a religião, a política, a arte etc. E em cada uma dessas esferas há um específico conjunto de gêneros, o que pode ser exemplificado pela esfera jornalística, em que há o editorial, o artigo de opinião, entre outros. Ademais, vale ressaltar que todas as esferas conversam entre si (PERFEITO, OHUSCHI e BORGES, 2007).

Por essas razões, pode-se concluir que os aspectos a serem observados e analisados em textos de diferentes gêneros discursivos são referentes a:

- **contexto de produção:** “autor/enunciador, destinatário/interlocutor, finalidade, época e local de publicação e circulação”;
- **conteúdo temático:** “ideologicamente conformado – temas avaliativamente manifestados por meio dos gêneros, explorando-se, assim, sobretudo na leitura, para além da decodificação, a predição, inferência, críticas, criação de situações-problema, emoções suscitadas etc.,”
- **construção, forma composicional:** “elementos de estrutura comunicativa e de significação”;
- **marcas linguísticas:** “de regularidade na construção composicional e linguística do gênero, veiculadas, dentre outras, pela expressividade do locutor” (PERFEITO, OHUSCHI e BORGES, 2007, p. 3).



Ao enxergar o fato de que a bula é um gênero de grande importância na vida cotidiana dos indivíduos e que também tem como interlocutores os profissionais da área da saúde, acaba por ficar claro uma de suas principais características. Um gênero textual cuja leitura pode ser feita por qualquer cidadão, seja para orientá-lo sobre informações de um medicamento qualquer, seja para amenizar um mal-estar (PERFEITO, OHUSCHI e BORGES, 2007).

Ao longo deste procedimento de análise foi perceptível o fato de que houve avanços em relação a questões que envolvem a linguística, entretanto, será de grande importância que a Anvisa compreenda que, para estabelecimento de uma análise adequada da redação de uma bula de medicamentos deve se levar em consideração tanto aspectos técnicos quanto linguísticos, ou seja, a forma e o conteúdo das bulas de medicamento. Esferas que estão interligadas e que podem contribuir na formação de um texto de fácil compreensão tanto para consumidores quanto para profissionais da saúde.

As três bulas apresentam marcas linguísticas¹⁶ que as caracterizam como gênero textual. Essas marcas são apontadas e exemplificadas, resumidamente, a seguir.

¹⁶ As partes das bulas utilizadas como exemplo neste artigo foram transcritas.

Interlocuções diretas: exemplificadas no formato pergunta/resposta presente nas bulas de Novalgina e Tylenol, e no uso do pronome de tratamento você na bula de Tylenol, o que provavelmente está relacionado com uma tentativa do enunciador de aproximação do texto ao leitor. É importante comentar que essa marca linguística não foi utilizada na bula de Neosaldina, que seguiu outro formato que não é orientado pela RDC vigente.

Novalgina	Neosaldina	Tylenol
<p>INFORMAÇÕES AO PACIENTE/COMO ESTE MEDICAMENTO FUNCIONA?</p> <p>NOVALGINA® é um medicamento à base de dipirona sódica, utilizado no tratamento das manifestações dolorosas e febre. Para todas as formas farmacêuticas, os efeitos analgésico e antitérmico podem ser esperados em 30 a 60 minutos após a administração e geralmente duram cerca de 4 horas.</p>	<p>AÇÃO ESPERADA DO MEDICAMENTO:</p> <p>Neosaldina® é um medicamento com atividade analgésica e antiespasmódica indicado para o tratamento de diversos tipos de dor de cabeça ou cólicas.</p>	<p>QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?</p> <p>Contraindicações</p> <p>Você não deve tomar TYLENOL® se tiver hipersensibilidade (alergia) ao paracetamol ou aos outros componentes da fórmula.</p>



Verbos modalizadores: indicando obrigação e possibilidade, reforçando a ideia de que a bula de medicamentos é um gênero textual instrutivo, ou seja, que oferece, neste estudo especificamente, como usar de forma adequada um medicamento. Podem ser observador nas três bulas, mediante a utilização das flexões de verbos: *deve-se, não devem, pode e não deve.*

Novalgina	Neosaldina	Tylenol
<p>Pacientes idosos</p> <p>Em pacientes idosos deve-se considerar a possibilidade de desenvolvimento de insuficiência hepática e renal.</p> <p>Crianças</p> <p>Crianças menores de 3 meses de idade ou peso inferior a 5 kg não devem ser tratadas com NOVALGINA®. É recomendada supervisão médica quando se administra em crianças com mais de 3 meses e crianças pequenas.</p>	<p>Interações medicamentosas</p> <p>Pode ocorrer hipotermia grave quando Neosaldina® for associada à clorpromazina.</p> <p>Pela presença da dipirona, Neosaldina® não deve ser utilizada concomitante ao álcool, pois pode ocorrer potencialização dos efeitos do álcool. Em pacientes recebendo concomitante tratamento com ciclosporina, os níveis de ciclosporina no plasma podem ser reduzidos. Portanto, dosagens da concentração plasmática de ciclosporina são recomendadas em intervalos regulares.</p>	<p>Gravidez e amamentação</p> <p>Em casos de uso por mulheres grávidas ou amamentando, a administração deve ser feita por períodos curtos.</p> <p>Este medicamento não deve ser utilizado por mulheres grávidas sem orientação médica ou do cirurgião-dentista.</p>



Operadores argumentativos (conjunções): utilizados para manutenção de aspectos coesivos do texto, e que estão presentes nas três bulas: *como* (causa), *e* (adição), *se* (condição), *ou* (alternância), *pois* (explicação) e *ou se*.

Novalgina	Neosaldina	Tylenol
<p>Por que este medicamento foi indicado?</p> <p>Este medicamento é indicado como analgésico e antitérmico.</p>	<p>Gravidez e lactação:</p> <p>informe imediatamente ao médico se houver suspeita de gravidez, durante ou após o uso do medicamento e se estiver amamentando.</p>	<p>Advertências</p> <p>Você não deve tomar mais do que a dose recomendada (superdose) para provocar maior alívio, pois pode causar sérios problemas de saúde. Você não deve usar o medicamento para dor por mais de 10 dias ou para febre por mais de 3 dias, exceto sob orientação médica. Você deve consultar seu médico se a dor ou febre continuarem ou piorarem, se surgirem novos sintomas ou se aparecerem vermelhidão ou edema, pois estes sintomas podem ser sinais de doenças graves.</p>



Adjetivos: são elementos utilizados para qualificar determinados sintomas, especificamente. Os adjetivos *leves* e *moderadas*, presentes no exemplo abaixo, foram colocados para caracterizar o substantivo *dores*.

Tylenol
<p>Por que este medicamento foi indicado?</p> <p>TYLENOL® é indicado em adultos para a redução da febre e para o alívio temporário de dores leves a moderadas, tais como: dores associadas a gripes e resfriados comuns, dor de cabeça, dor de dente, dor nas costas, dores musculares, dores associadas a artrites e cólicas menstruais.</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre língua e saúde, mais especificamente entre língua portuguesa e vigilância sanitária, na produção de bulas adequadas para os consumidores é de vital importância, seja procurando se aproximar do leitor leigo por meio de uma linguagem mais acessível, mais clara em relação a questão gramatical, seja tentando ser mais coerente no uso cada vez mais reduzido de termos técnicos.

Com base na análise das bulas, ficou claro que o processo de reformulação ainda tem um longo caminho a percorrer. O que pode ser observado especialmente pela análise da bula de Novalgina e de Neosaldina. No que diz respeito à primeira bula, o enunciador optou pela utilização, em grande escala, de termos técnicos. Já a análise da segunda permitiu-nos observar que a objetividade gerou, em determinados momentos, certa confusão.

Já a bula de Tylenol apresentou boa utilização de operadores argumentativos e utilizou poucos termos técnicos ao longo de sua redação, mas apresentou várias inadequações em relação a análise técnico-sanitária. Esses resultados sugerem algumas perguntas a serem discutidas posteriormente:

- na ausência de explicação de termos técnicos, as informações trazidas por eles têm grande possibilidade de não serem compreendidas pelo



leitor leigo. Nesse caso, como justificar a manutenção desses termos, os quais estão relacionados frequentemente às reações adversas raras?

- em que medida as indústrias farmacêuticas ou os laboratórios, responsáveis pela elaboração das bulas de medicamento de venda livre têm interesse em fortalecer a relação entre médicos e pacientes, contribuindo, assim, para minimizar a automedicação?

Além disso, vale lembrar que, ao longo dos anos, variados veículos de comunicação apresentaram informações sobre o início da reformulação das bulas para pacientes. Entretanto, conforme observado ao longo das análises presentes neste estudo, ainda existem bulas com inadequações tanto em relação à questão técnica quanto à questão linguística, prejudicando, assim, a compreensão dos cidadãos.

É sempre necessário observar que a bula é um gênero textual importante para a sociedade, mas esse texto não substitui e não poderá substituir a relação médico–paciente. Além disso, é de vital importância ressaltar o papel do cidadão, que também pode contribuir nesse processo, encaminhando dúvidas e questionamentos para a ouvidoria da Anvisa e para a Gerência Geral de Medicamentos (GGMED), setor que está intimamente relacionado com os medicamentos e, conseqüentemente, com as bulas.

Uma das grandes dificuldades ao longo da elaboração deste estudo foi a escassez de textos relacionados às bulas e à importância das mesmas. O que caracteriza um grande problema, pois como construir novos caminhos para o processo de elaboração das bulas se o tema carece de discussões e debates? O interessante é que o tema aparece, de forma mais intensa, em alguns períodos, mas pouco se faz em relação ao desenvolvimento de estudos desse gênero textual tão importante, algo que deveria ser considerado e repensado, principalmente pelo órgão regulador das mesmas, a Anvisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). *Guia de redação de bula*. Brasília: Anvisa, 2009. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br>



gov.br/wps/wcm/connect/e7ad858047458ed497f1d73fbc4c6735/guia_redacao.pdf?MOD=AJPERES. Acesso em: 5 nov. 2013.

_____. *Relatório de atividades da Anvisa*. Brasília: Anvisa, 2008. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/968d4600474576378448d43fbc4c6735/relatorio_atividades_2008.pdf?MOD=AJPERES. Acesso em: 5 nov. 2013.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BATISTELLA, Carlos E. C. Saúde como direito: o conceito ampliado de saúde. In: CORBO, Anamaria D'Andrea; FONSECA, Angélica F. (org.). *O território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007. p. 51-86.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 set. 1990.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução (RDC) nº 47, de 8 de setembro de 2009. Estabelece regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 set. 2009.

_____. _____. _____. Resolução (RDC) nº 140, de 29 de maio de 2003. Republicada por ter saído com incorreção no original. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 104, 2 jun. 2003.

CALDEIRA, Telma; NEVES, Eugênio; PERINI, Edson. Evolução histórica das bulas de medicamentos no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 737-743, abril 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n4/03.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2013.

CARDOSO, Janine Miranda. Comunicação e saúde: desafios para fortalecer o SUS, ampliar a participação e o controle social. In: CONSELHO NACIONAL



DE SAÚDE (CNS). *Coletânea de comunicação e informação em saúde para o exercício do controle social*. 2. ed. Brasília: CNS, 2007. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0013_M.pdf. Acesso em: 5 nov. 2013.

_____; ARAÚJO, Inesita Soares de. Comunicação e saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; FRANÇA, Júlio César (org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. p. 94-103.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). O desafio da comunicação em saúde. *Revista Rede Câncer*, Rio de Janeiro, n. 2, ago. 2007. Disponível em: http://www.inca.gov.br/70anos/revista/revista_rede_cancer_2.pdf. Acesso em: 5 nov. 2013.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Leitura, texto e sentido. In: _____. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-38.

MAINGUENEAU, Dominique. *Enunciado e contexto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOISÉS, Márcia. A educação em saúde, a comunicação em saúde e a mobilização social na vigilância sanitária e monitoramento da qualidade da água para consumo humano. *Jornal do Movimento Popular de Saúde/MOPS*, 2003. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/artigo2.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2013.

MORAES, Nilson Alves de. Comunicação, sentidos e saúde. In: CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). *Coletânea de comunicação e informação em saúde para o exercício do controle social*. 2. ed. Brasília: CNS, 2007. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/coletanea01_miolo.pdf. Acesso em: 5 nov. 2013.

NASCIMENTO, Álvaro; SAYD, Jane Dutra. "Ao persistirem os sintomas o médico deverá ser consultado." Isto é regulação? *Physis*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 305-328, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v15n2/v15n2a07.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2013.

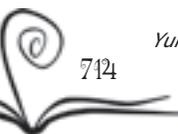
PERFEITO, Alba Maria; OHUSCHI, Márcia Cristina Greco; BORGES, Cleide Aparecida Gomes. *Bula de remédio: da teoria à prática em sala de aula*.



2007. Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/fozdoiguacu/arquivos/File/artigo_genero_bula_remedio_perfeito.pdf. Acesso em: 6 nov. 2013.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

SEGATTO, Cristiane et al. Rivotril: por que o medicamento é o segundo mais vendido no país? *Revista Época*, 19 fev. 2009. Disponível em: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI27270-15257,00_RIVOTRIL+POR+QUE+O+MEDICAMENTO+E+O+SEGUNDO+MAIS+VENDIDO+NO+PAIS.html Acesso em: 6 nov. 2013.



Este livro foi impresso pela Editora e Papeis Nova Aliança, para a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, em abril de 2014. Utilizaram-se as fontes Futura, Minister e Mexacali na composição, papel offset 75g/m² no miolo e cartão supremo 250g/m² na capa.